

GÊNERO e GERAÇÃO
em **CONTEXTOS RURAIS**



PARRY SCOTT
ROSINEIDE CORDEIRO
MARILDA MENEZES
(Organização)

GÊNERO e GERAÇÃO
em **CONTEXTOS RURAIS**

Ilha de Santa Catarina
Editora Mulheres
2010

© 2010, Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes

Série Ensaios

Coordenação editorial
Zahidé Lupinacci Muzart

Revisão
Geruza Bondan

Capa
Gracco Bonetti
Fotografia do banco de imagens do Ministério do Desenvolvimento Agrário
Fotógrafo: Ubirajara Machado

Diagramação
Rita Motta - Ed Tribo da Ilha

APOIO
Ministério do Desenvolvimento Agrário
Assessoria especial de Gênero, Raça e Etnia - AEGRE

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP
Leny Helena Brunel CRB 14/540

G326 Gênero e geração em contextos rurais / organizadores
Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda
Menezes. - Ilha de Santa Catarina : Ed. Mulheres, 2010.

p.

ISBN 978-85-86501-96-8

1. Gênero e Geração - Comunidades Rurais.
2. Direitos das Mulheres Camponesas. 3. Jovens
Agricultoras. I. Scott, Parry. II. Cordeiro, Rosineide. III. Menezes, Marilda.

CDU 396

Editora Mulheres
Rua Joe Collaço, 430
88035-200 Florianópolis, SC
Fone/Fax: (048) 3233-2164
e-mail: editoramulheres@floripa.com.br
www.editoramulheres.com.br

Sumário

| | |
|--|----|
| Prefácio..... | 9 |
| <i>Ellen F. Woortmann</i> | |
| Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações | 15 |
| <i>Parry Scott</i> | |

Parte I PODER, POLÍTICAS E NEGOCIAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Memórias de Luci Choinaski: histórias e lutas pelos direitos das mulheres camponesas | 37 |
| <i>Maria Ignez Paulilo e Cristiani Bereta da Silva</i> | |
| Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais | 63 |
| <i>Parry Scott, Ana Cláudia Rodrigues, Jeiza Saraiva.</i> | |
| Reconhecimento e autonomia: o impacto do Pronaf-Mulher para as mulheres agricultoras..... | 95 |
| <i>Carmen Osorio Hernández</i> | |
| Integração regional e políticas para as mulheres rurais no Mercosul | 121 |
| <i>Andrea Butto e Karla Hora</i> | |

Parte II
ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA, GÊNERO E DIVISÃO DO TRABALHO

- As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina..... 157
Vilênia Venâncio Porto Aguiar Valmir Luiz Stropasolas
- Gênero, trabalho rural e pluriatividade 183
Carolina Braz de Castilho e Silva e Sergio Schneider
- Complementariedade de gênero e o papel das mulheres morroqui-
anas para a manutenção da agrobiodiversidade em uma porção
do cerrado brasileiro 209
Maria Virgínia de Almeida Aguiar
- O Trabalho das mulheres no sistema produtivo da várzea amazô-
nica 233
Iraíldes Caldas Torres e Luana Mesquita Rodrigues
- Relações de gênero e poder no assentamento rural Araraíba da Pe-
dra - Cabo de Santo Agostinho - Pernambuco 253
Hersília M. Cadengue de Oliveira e Mariomar Almeida

Parte III
MOBILIDADES, JUVENTUDES E RELAÇÕES INTERGERACIONAIS

- Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das Espos-
as, Mães e Namoradas dos Migrantes Sazonais do Município de Ta-
vares - PB 279
Marcelo Saturnino da Silva e Marilda Aparecida de Menezes
- Vidas em trânsito. Mulheres dos cocais maranhenses nas perife-
rias das cidades canavieiras paulistas 311
*Maria Aparecida de Moraes Silva, Beatriz Medeiros de Melo e
Andréia Perez Appolinário*

| | |
|---|-----|
| Juventude rural, sexualidade e gênero: uma perspectiva para pensar a identidade..... | 343 |
| <i>Maria de Assunção Lima de Paulo</i> | |
| Mudanças sócio-culturais nas relações de gênero e inter-geracionais: o caso do campesinato no Oeste Catarinense | 367 |
| <i>Arlene Renk ,Rosana Maria Badalotti e Silvana Winckler</i> | |
| Jovens agricultoras, salário-maternidade e o critério idade..... | 391 |
| <i>Rosineide Meira Cordeiro e Marion Teodósio Quadros</i> | |
| Mulheres jovens rurais: marcando seus espaços | 421 |
| <i>Celecina de Maria Veras Sales</i> | |
| Ações educativas de uma ONG feminista em zona rural e mudanças no discurso local de jovens..... | 447 |
| <i>Hulda Stadtler e Marcílio José da Silva</i> | |
| AUTORES / AUTORAS | 467 |



Prefácio

Ellen F. Woortmann



Esta coletânea resulta de uma longa e frutífera trajetória acadêmica, no decorrer da qual os temas gênero e geração no universo rural foram (re)construídos.

O início do que posteriormente foi denominado de estudos de gênero pode ser identificado nos anos 1930 e 40, nas pesquisas de Ruth Landes em Salvador e Rio de Janeiro. Suas pesquisas em/sobre grupos afro-descendentes, mães e filhas de santo e homossexualidade masculina eram originais para a Antropologia do Brasil de então porque desvendaram dimensões de grupos populares até então pouco visibilizados. A publicação do seu livro *A cidade das mulheres* ocorreu somente em 1967 no Brasil, portanto duas décadas após a publicação do seu original em inglês.

Nessa perspectiva, dando continuidade às pesquisas sobre o *status* de mulheres na sociedade brasileira, Klaas Woortmann concentra sua análise na organização social de um bairro da periferia de Salvador, no qual matriarcas são as principais responsáveis pela configuração de redes sociais. Nessas pesquisas ele discute a matri-focalidade e a díade mãe e filhos - de forte presença em grupos afro-descendentes. Essa temática foi retomada nos anos 2000 sob o

conceito de monoparentalidade. Em 1974, ele apresenta sua tese de doutorado, cujo título original, *Marginal men and dominant women*, é publicado em 1987 como *A família das mulheres*.

É interessante observar que até então, na Antropologia, os temas ligados à mulher ou à esfera feminina limitavam-se, via de regra, a algum capítulo na parte final do livro, emcompassados sob a temática da família, da alimentação e eventualmente de rituais e de religiosidade. Mesmo antropólogas alicerçadas em teorias da época pouco se detinham na análise do universo feminino ou de gerações numa clara naturalização da ótica masculina. Em alguns casos, como o de Margarida Moura e eu própria, quando analisamos a questão da herança entre camponeses, a mulher passa a ser percebida como parte do modelo, ainda que não como sujeito.

Nos anos 1980 e 90, o tema gênero propriamente dito atinge visibilidade e força com a criação de grupos e núcleos de pesquisa que, discutindo universos urbanos, contam com o apoio de instituições tais como a Fundação Ford, PNUD e o CNPq. São desse período os hoje estudos clássicos de Ruth Cardoso e Eunice Durham, da USP, de Noemi Brito e Cláudia Fonseca, da UFRGS, de Lia Machado, Lourdes Bandeira e Mireya Suarez, da UnB, de Verena Stolcke, Mariza Correa, Guita Debert, Peter Fry e Suely Koffes, da UNICAMP, bem como Miriam Grossi e Carmen Rial, na UFSC.

Temas como mulher, homo/sexualidades e violência, chefias femininas, os papéis por elas desempenhados em espaços definidos como masculinos (exército, bombeiros, delegacias comuns e especializadas, instituições hospitalares, etc.) na família e nos movimentos sociais passam a ser recorrentes. A rigor, são temas analisados por antropólog@as de classe média urbana que, desnaturalizando dimensões de sua condição de gênero e geração desenvolvem, por um lado, novas e importantes contribuições teóricas e, por outro, novas e mais engajadas propostas de luta feminista. Esse quadro recebe novo impulso e reconhecimento governamental com a criação, em 1995, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, que uma década depois passa a ter *status* de ministério como Secretaria Especial de Políticas para Mulheres - SPM.

No âmbito dessa visibilização e empoderamento, através da ABA consolidam-se eventos como o Teorias Avançadas de Gênero e

os Encontros Internacionais Fazendo Gênero - já em sua VIII edição. Nesse campo estabelecem-se também fusões e diálogos altamente produtivos com outros grupos de ativistas, nos quais novos direitos passam a ser reivindicados, tais como aqueles à saúde reprodutiva, às questões de religião, às identidades transgêneros, etc.

No universo dos estudos rurais ou das sociedades camponesas, a dimensão de gênero e geração pode ser identificada de forma implícita ou indireta desde os estudos de Chayanov, os quais serviram de base para a maior parte das pesquisas das décadas de 1960 e 70. Nessa perspectiva, os camponeses eram analisados enquanto famílias/grupos domésticos de produtores e consumidores de alimentos cujos excedentes de força de trabalho e produção eram destinados para as camadas populares urbanas. Nessa ótica, a mulher era subsumida e emcompasada pela família, uma unidade de força de trabalho e de consumo centrada no casal, e em seus e eventuais agregados. Nesse quadro, depois teoricamente seguido por Galeski e Tepicht, a mulher camponesa nas pesquisas era percebida como limitada à esfera doméstica, responsável pelo consumo familiar, enquanto o marido/pai era definido como principal responsável pela reprodução da produção.

Em 1981 Parry Scott defende sua tese *Between captivity and the middle of the world: migration and household organization among rural workers in Brazil*, com a qual ele e seus alunos iniciam uma série de pesquisas sobre a família e grupos domésticos no Nordeste, tanto nas periferias de grandes cidades, quanto em áreas rurais. Sob sua orientação, várias dissertações e teses enriqueceram/aprofundaram teórica e etnograficamente as discussões sobre gênero e geração.

É interessante que nos anos 80 as discussões de gênero e geração no universo rural ainda não haviam atingido peso próprio: nas reuniões da ABA e ANPOCS, por exemplo, os GT's de família eram compartilhados com os pesquisadores que trabalhavam com grupos urbanos.

Nessa década várias pesquisadoras iniciaram suas trajetórias de estudos sobre gênero e geração. Ainda que nem sempre centradas nelas, esses estudos foram fundamentais para o desenvolvimento acadêmico ao mesmo tempo em que sua participação em movimentos sociais foi fundamental para a o desenvolvimento de políticas públicas,

através do qual uma série de conquistas foi alcançada pelas mulheres rurais. Dentre as pesquisadoras destacam-se Lena Lavinias, Angélica Maués, Annita Brummer, Maria Ignez Paulilo, Beatriz Heredia, Emilia de Godói, Vera Ferrante, Maria Aparecida Moraes, Margarida Moura e Maria José Carneiro. Seguiram-se a estas, já nos anos 90, Renata Menasche, Arlene Renk, Andrea Butto, Rosineide Cordeiro, Maristela Andrade, Cristina Wolff e outras.

Vale ressaltar que um estímulo importante para o desenvolvimento desses estudos foi a iniciativa do PNUD de financiar pesquisas que, num diálogo multidisciplinar, reuniram o trabalho de profissionais da Antropologia, Comunicação e Sociologia. Nosso foco era revelar, através de textos, exposições e filmes, a mulher em comunidades tradicionais, cuja imagem pública, identidade, era viricentrada: pescadores no Nordeste e seringal na Amazônia.

Buscou-se nesses estudos, mais especificamente, de um lado, revelar os vários papéis desempenhados pelas mulheres, as diferenças de percepção conforme as gerações, a relação entre degradação ambiental e degradação social feminina e a participação dessas mulheres como agentes, pela complementaridade, do processo de produção. Por outro lado, numa interessante metodologia participativa, nossos projetos buscaram conscientizar homens e mulheres locais da importância dessas últimas para a sua reprodução social e econômica. No entanto, numa clara expressão da época, aspectos tais como violência e sexualidade, ainda que identificados, mereceram pouca atenção da instituição.

Mesmo que os estudos de gênero e geração no universo rural ainda não tenham se consolidado plenamente, algumas iniciativas contribuem para sua visibilização enquanto área específica de estudo e de empoderamento das próprias mulheres rurais. A configuração da presente coletânea é uma delas.

Uma outra iniciativa foi a criação, pelo MDA/Nead em convênio com o PPIGRE e ABA e outras associações, em 2005/2006, do Prêmio Margarida Alves de Estudos Rurais e Gênero. Tomamos como inspiração a líder rural morta e a atuação forte e consciente do movimento de mulheres rurais homônimo. Essa premiação, em sua 3ª edição, contempla artigos acadêmicos e promove o registro de relatos de

experiências e memórias de mulheres rurais abordando tanto temas mais tradicionais, como presença e atuação das trabalhadoras rurais na agricultura familiar, reforma agrária, políticas públicas, quanto temas mais específicos, como em movimentos sociais, saberes tradicionais, sexualidade e violência.

Estudos atuais, tal como os da presente coletânea, estão apontando para temáticas novas ou desde uma perspectiva renovada. Assim, a articulação entre o aporte teórico da pluriatividade ou das mudanças sócio-culturais, ou a relação meio ambiente e gênero trazem contribuições importantes.

De forma análoga, as especificidades de grupos de idade rurais, idosos e jovens, por exemplo, se anteriormente eram analisados no contexto da família camponesa, na dinâmica dos grupos domésticos, hoje possuem o *status* de objeto específico, no qual novos papéis, espaços e contextos simbólicos e sociais são incluídos. Se antes os estudos se detinham sobre o potencial produtivo desses atores, seus acervos de conhecimentos tradicionais ou incorporação de novos, hoje se discute também, por exemplo, questões de saúde, o seu dilema entre sair ou ficar com as peculiaridades de seus projetos de migração, seu papel econômico face à renda obtida pela aposentadoria, novas modalidades de trabalho assalariado, auxílios e rendas complementares governamentais, etc.

De forma análoga, se antes as pesquisas sobre sexualidade, como as nossas, enfocavam-na desde a ótica da família e reprodução social ou em sua analogia com o processo produtivo e mesmo dimensões das homossexualidades rurais eram relacionadas ao contexto da migração rural, hoje, em face das novas situações de campo encontradas e o avanço da teoria, esses temas passaram a serem visibilizados, tornando-os objeto específico.

Concluindo, percebe-se então, que ainda que os estudos de gênero e geração ainda não estejam consolidados no universo rural, uma das vias importantes para a sua consolidação é essa.

Iniciativas, caminhos como a presente coletânea trazem novos aportes e incitam a novas pesquisas. Na identificação/criação de novos atores sociais e cenários de relações rurais, várias políticas públicas específicas para pequenos produtores rurais estimulam a busca pelo

entendimento/aprofundamento de situações cada vez mais complexas, tais como impactos diferenciados de gênero e geração, as especificidades de migrações diferenciadas, a atuação de ONG's, por exemplo. São caminhos como os rurais, nem sempre fáceis, mas certamente desafios fascinantes, que esperam por todos nós!

Gênero e Geração em contextos rurais: algumas considerações

Parry Scott



Os processos que afetam as relações de gênero, de geração e de família em contextos rurais exigem uma atenção específica que permita desvendar a vivência de uma ruralidade cada vez mais emaranhada em complexas teias de poder e de significação.

As mulheres têm se organizado nos movimentos de uma forma que faz imprescindível compreender os processos e as lógicas que informam esta participação e valorizam as suas reivindicações. Na continuidade e descontinuidade de envolvimento em atividades no campo, a atenção de pesquisadores tem se voltado aos jovens, aos idosos e aos próprios adultos que enfrentam a reordenação das relações familiares, associadas à organização de atividades de produção, de consumo, de comercialização, de sucessão e de direitos.

As empresas agrícolas se valem de grandes oportunidades de comercialização nos mercados internos e externos e constantemente reconfiguram as oportunidades para trabalhadores rurais e agricultores. Propostas de novas legislações, regulamentações e políticas públicas influenciam, ora em sintonia, ora em dissonância, as próprias práticas de agricultores que negociam em casa para encontrar formas de organizar as atividades de homens e mulheres de gerações diferentes.

Programas de crédito como o PRONAF, PRONAF-mulher; de previdência e de outras transferências, de documentação, de assistência técnica e de segurança alimentar, bem como de combate à violência doméstica, de vivências da sexualidade e de decisões sobre saúde reprodutiva, todos repercutem nas relações sociais entre mulheres e homens, crianças, jovens, adultos e idosos. Estas são as questões tocadas nesta coletânea cujos autores, afinados com as transformações constantes do seu “campo” de pesquisa, realizam um esforço de permitir avançar ideias e estimular debates. Mesmo que estejamos precisando de uma síntese das perspectivas que norteiam o empreendimento de compreender gênero e geração em contextos rurais, por exigir um levantamento exaustivo tal meta extrapola os limites desta coletânea.

Sexo e idade; gênero e geração

Não se sabe muita coisa sobre gênero e geração sem saber muita coisa sobre sexo e idade. Gênero e Geração são termos relacionais que implicam em hierarquias e reciprocidades horizontais que são constituídas como relações de poder entre pessoas de sexos e idades diferentes. Seja qual for o seu local de residência ou de trabalho, cada pessoa vive um mundo permeado por culturas edificadas por simbolizações que atribuem, diferencial e dinamicamente, a homens e mulheres, e a crianças, jovens, adultos e idosos, certas características. Desta maneira, o campo está aberto para a elaboração de estratégias de colaboração e de conflito que têm consequências muito significativas para quem mora no ou vive do mundo rural.

Tais estratégias não ocorrem num vácuo, pois se associam a legislações, normas formais, regulamentações, políticas e a tudo aquilo que contribui para moldar e traduzir, direta ou indiretamente, os campos de atuação em torno de gênero, de geração no campo. A normatização, seja em forma da aplicação de políticas públicas, seja em forma da busca de direitos de cidadania, carimba uma aura de autoridade às efetivações negociadas e implementadas por agentes em diversos níveis que contribuem para maior ou menor equidade entre as

peças. Criam-se benefícios, estímulos e desestímulos provenientes de domínios de poder operados por agentes que respondem aos mais diversos interesses os quais precisam ser explicitados e interpretados para uma compreensão mais plena dos processos em questão.

Os cenários são muitos e, como em qualquer boa peça, se transformam com o desenlace da trama, sendo permeados pelas transcrições públicas e transcrições ocultas das quais nos fala James Scott (1990) e Erving Goffman (1959). Não há roteiro sem improvisação, e os próprios atores buscam a sua subjetividade e sua compreensão da subjetividade alheia para encontrar estratégias de preservação e de superação diante das teias de poder em que estão envolvidos.

Ser de um sexo ou de uma idade tem tantas implicações na vida cotidiana, que algumas das estratégias individuais mais marcantes do mundo contemporâneo são das pessoas tentarem fugir da categorização recebida, investindo em *performances* que as retiram dela ou, pelo menos, demonstrarem a capacidade das pessoas utilizarem as categorizações ao seu próprio uso e gosto. São homens querendo ser mulheres e mulheres querendo ser homens, jovens querendo ser adultos e idosos querendo ser jovens e assim *ad infinitum*, passando pelas muitas outras permutações que evidenciam a flexibilidade das adesões identitárias de gênero e geração. Mas não é só isso. São também pessoas que aderem com tanto afinco à sua categoria, que batalham em todas as frentes para que seja beneficiada, justamente por fazer parte dela. Não há nenhuma intenção dos organizadores desta coletânea de reificar a categoria de gênero ou a categoria de geração. Há, sim, um reconhecimento em que o emprego necessário das categorias de sexo e de idade ganha outra dimensão quando a elas se agrega a compreensão das relações recíprocas, simétricas ou assimétricas, englobadas nas ideias de gênero e geração. E isto deve ser feito respeitando os limites concretos de cada local e da perspectiva de cada autor que se debruça sobre o seu campo de pesquisa.

No mesmo sentido, torna-se fútil empreender a batalha de adoções de quadros interpretativos que remetem à preferência por uma ou outra definição de “poder” para entender as buscas de equidade que subjazem o reconhecimento das diferenças em “contextos

rurais”. Cada abordagem traz novas luzes sobre estratégias de dominação, sobre resistências, sobre astúcias, sobre complementaridades, sobre conflitos e é na articulação entre todos esses (e outros) meios de lidar com o poder que conseguimos enxergar para estudo as configurações particulares que se montam, semiarbitrariamente.

Uma analogia com as biociências vale aqui. A enorme utilidade da ideia de *ecossistemas* permitiu uma construção de uma visão de articulações entre diversos processos vitais em locais específicos que se dão com uma especial intensidade dentro das fronteiras delimitadas pelo observador, porém, suscitou uma crítica muito esclarecedora sobre a arbitrariedade de traçar o limite do ecossistema. Nenhum ecossistema é impermeável a interferências de fora dele. Apenas representa uma delimitação para pesquisa que permite enxergar melhor as inter-relações internas, ao mesmo tempo em que mostra uma fragilidade (e às vezes um aproveitamento, ou uma resiliência) para influências externas. A mesma coisa se poderia dizer para os contextos rurais, configurações históricas que conjugam subjetividades, com estratégias familiares e locais, com a elaboração de estratégias empresariais e de políticas que servem simultaneamente de vigilância sobre, e de empoderamento para - quem é do campo.

Quando se trata de gênero e geração no Brasil, os dados demográficos de distribuição de sexo e idade demonstram uma enorme utilidade, apontando uma multiplicidade de caminhos de investigação possíveis. Um estudo quantitativo arrojado destes dados, em si, poderia ser a fonte de um novo conjunto, muito mais abrangente e múltiplo, de indagações em constante diálogo com os estudos de significações e lógicas tão bem detalhadas nos capítulos que compõem esta coletânea. Por enquanto, reconhece-se que tal estudo, se bem desejado, foge do alcance dos organizadores desta coletânea. Então, para contextualizar, realçam-se algumas informações, provenientes dos dados da FIBGE do Censo de 2000 e de alguns dados atualizados para 2008:

- Segundo os dados estimados de 2004, 51,3% da população é feminina com a divisão etária seguinte entre situações urbanas e rurais:

Tabela 1: Estimativa da distribuição da população do Brasil por sexo, idade e situação de domicílio, 2008.

| Idade-anos | Total (%) | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
|------------|-----------|---------|----------|--------|----------|
| | | Urbanos | Urbanos | Rurais | Rurais |
| 0-19 | 34,7 | 33,7 | 30,1 | 38,5 | 39,3 |
| 20-39 | 32,1 | 32,1 | 32,5 | 28,9 | 28,7 |
| 40-59 | 23,2 | 25,8 | 24,4 | 21,3 | 20,6 |
| 60+ | 11,0 | 9,5 | 12,2 | 11,2 | 11,4 |

Fonte: FIBGE, 2008 - calculado de Tabela 1.1 de Dados Gerais.

- O Censo de 2000 categoriza 18,8% da população brasileira como rural e 81,2% da população como urbana. Isto ocorre num período de intensa reflexão sobre a inadequação das categorias rural e urbano para dar conta da intensa articulação entre campo e cidade (VEIGA, 2002) e na vivência de novas ruralidades (WANDERLEY, 2000).

- A proporção de mulheres e homens acima de 10 anos de idade nas regiões do Brasil é desigual. Pelas estimativas do IBGE para 2008, somente as regiões com menores contingentes totais de população exibem mais homens - o Norte com 50,6% e o Centro-Oeste se aproximando à mesma situação (49,6% de homens). O sul, intermediário em contingente populacional, é também intermediário em presença masculina na população total (49,0%). Já as regiões de populações de contingentes maiores têm menores proporções de homens (Nordeste - 48,6% e Sudeste - 48,5%). Ou seja, para realçar apenas um fator, as mulheres se concentram na maior região de origem e de destino de migrações, e os homens se fazem bem mais presentes nas áreas de “fronteiras em consolidação”.

- A masculinização do campo (proporção de homens rurais em relação à proporção total de residentes rurais) é uma ocorrência em todas as regiões, sendo mais intenso no Centro-Oeste (55,4%) e no Norte (54,9%), ficando um pouco menos intenso no Centro-Sul (53,1%), no Sul (52,6%), e com menor ocorrência no Nordeste (52,0%).¹ O outro lado da moeda é a feminilização das cidades, que se pode ver, desta vez, nas baixas proporções de homens, que se apresentam em ordem

¹ FIBGE: Censo 2000.

quase inversa, sobretudo no Nordeste (47,1%), no Sudeste (48,0%), no Sul (48,2%) e, com menor intensidade, no Centro-Oeste (48,7%) e no Norte (48,8%).²

Um fator que tem despertado menos atenção é a distribuição etária da população entre regiões e em situações de residência urbana e rural.

- A divisão etária entre as regiões do Brasil é desigual. Focando as mulheres rurais com acima de 10 anos, percebe-se que o Norte e o Nordeste têm populações com muitas jovens entre 10 e 19 anos (35,4% e 32,8% respectivamente) quando comparadas com outras regiões (Sudeste, 27,3%; Centro-Oeste 27,2% e Sul 24,3%). Já as regiões com proporcionalmente mais idosas nas áreas rurais, acima de 60 anos, são o Sul (14,2%) e o Nordeste (11,5%), seguido proximamente pelo Sudeste (10,6%). No Centro-Oeste (7,8%) e no Norte (6,9%) há relativamente poucas idosas no campo. No Centro-Oeste e no Sudeste há proporções maiores de mulheres entre 20 e 59 anos em áreas rurais, em plena idade produtiva e reprodutiva, enquanto no Nordeste estas faixas são proporcionalmente menores.

- A população rural é marcadamente mais jovem que a população urbana (como se vê na tabela 1) com a ligeira predominância entre os jovens da manutenção de mulheres no campo nesta faixa.

- É na faixa etária de 20 a 39 que se verifica uma marcada transferência da população rural para a situação urbana.

- A partir da faixa de vinte anos, a presença feminina no campo diminui proporcionalmente mais rápido, enquanto os homens apresentam maior tendência de ficar no campo em cada faixa etária sucessiva.

- Nas faixas mais elevadas de idade (acima de 60 anos), há proporcionalmente mais homens no campo que na cidade, enquanto para as mulheres esta proporção favorece a moradia urbana.

- Apenas se fixando na população entre 50 e 54 anos de idade, percebe-se que a formalização do casamento é um dado precário para entender o estabelecimento de uma “moral familiar”, pois com frequência ela

² FIBGE: Censo 2000.

sinaliza menor acesso a serviços de registro, e não “inclinações para formalização”. O Norte e o Nordeste, por terem muitas uniões consensuais, evidenciam menores formalizações de casamentos, o que também contribui para que tenham notavelmente menores proporções de separados, desquitados e viúvos. Grande parte dos solteiros “formais” que ultrapassam a quarta parte da população desta idade no Norte e no Nordeste participa ou já participaram de fato em uniões estáveis há muito tempo.

Estes dados levantam uma série de possibilidades que combinam processos de migrações, de fecundidade, de mortalidade, de nupcialidade e de urbanização e clamam por explicações. Apenas para fixar no dado mais diretamente associado à redistribuição da população, o êxodo do campo nem sempre é um êxodo. Muitos “êxodos” se revestem de nuances que informam as oportunidades e pressões aos quais as diferentes categorias de membros de família e de comunidades do meio rural estão submetidas na busca de uma articulação, eficiente ou não, com oportunidades nas cidades, em outras regiões, e em outros locais.

Enquanto mais se examinam os dados agregados, fazendo permutações entre categorias mais desagregadas, mais se afirmam duas convicções: primeira, não se pode entender por completo o que está ocorrendo no campo sem recurso a dados desta qualidade; e, segunda, estes dados não conseguem retratar a riqueza das configurações apresentadas em cada local que se possa estudar. Esta coletânea visa contribuir para ambos os pontos pois, embora seja em minoria, há trabalhos que busquem dados agregados de acordo com a sua relevância para os temas focados.

Bem mais presente, no entanto, são trabalhos que saibam buscar as minúcias de interpretações que prezam a compreensão dos significados construídos sobre a articulação de relações entre homens e mulheres; entre jovens, adultos e idosos; entre planejadores e agricultores; entre movimentos e a política, entre trabalhadores e empregadores, e entre tantos outros atores que a complexidade da ruralidade contemporânea permita, extrapolando em muito os limites impostos pelos dados quantificáveis.

Apontar ou sintetizar pontos que chamam a atenção dos organizadores (sobre gênero, geração, estado, políticas, movimentos ou outros assuntos), impõe uma importância às vezes diferente que a importância atribuída a eles por cada autor, tirando assim a individualidade de cada trabalho.

Mesmo assim, arrisca-se finalizar esta introdução com uma menção de alguns conteúdos de cada trabalho para que o leitor possa se orientar nas suas expectativas. Em vez de simplesmente apresentar os trabalhos um por um, inicia-se buscando mencionar a contribuição dos trabalhos individuais a alguns assuntos específicos.

A multiplicidade de contextos rurais

Os capítulos desta coletânea abrangem contextos rurais em todas as regiões do Brasil: no Sul (Silva e Schneider; Renk, Badalotti e Winckler; Hernández; Paulilo e Silva; Stropasolas e Aguiar), no Sudeste (Silva, Melo e Appolinário; Silva e Menezes,), no Nordeste (Silva e Menezes; Cordeiro e Quadros, Stadtler e Silva; Oliveira e Almeida; Sales; Lima de Paulo; Scott, Rodrigues e Saraiva; Silva, Melo e Appolinário), no Norte (Torres e Rodrigues; Silva, Melo e Appolinário) e no Centro-Oeste (Almeida Aguiar), ainda se estendendo para o campo latino-americano de elaboração de políticas de equidade de gênero (Zarzar e Hora).

A variedade de metodologias usadas e de locais investigados também é muito flutuante, havendo estudos etnográficos, de questionários, de formulação de índices e de listagens e classificações de recursos aproveitados, de grupos de discussão, de entrevistas, de documentação, bem como de relatos de negociações de políticas e programas governamentais e de legislações. Espacialmente, há também grande variedade: algumas famílias de agricultores dentro de sítios específicos, localidades e comunidades maiores, assentamentos e projetos, periferias urbanas, municípios específicos, microbacias, fluxos migratórios interestaduais, assembleias legislativas e espaços políticos estaduais, nacionais e internacionais. Os eixos que unificam o conjunto, além desta “ruralidade” em reconfiguração espacial, não podiam deixar de ser os de gênero e de geração.

Transformações e conformações parciais de gênero e geração

À primeira vista, gênero e geração tomam imensas dimensões em moldurar o que se consideram “morais familiares” altamente valorizadas nos diversos contextos rurais examinados nesta coletânea. A conformação a estes modelos, todavia, é apenas parcial. As hierarquias sugeridas nas categorias de gênero e geração estão em constante jogo nas redefinições, nas relações de poder entre homens e mulheres, ou entre mais velhos e mais novos, sejam estas relações construídas em referência à família (em todas as suas acepções), à comunidade, à articulação entre espaços diversos de convivência, ou às adesões institucionais que agenciam o pertencimento a uma ou outra destas categorias.

O questionamento de ideias e de práticas que contribuem para a reconfiguração das hierarquias revela que os caminhos para a equidade são recheados de percalços. Ao mesmo tempo, o ato de revelar como estas ideias e práticas operam na transformação ou releitura pode minar o poder hierarquizante das concepções e relações em jogo, bem como revelar como tais tentativas estão escamoteadas por contra-correntes reforçadoras das hierarquizações.

A noção de “ajuda” e seus múltiplos significados é uma das questões de relações de gênero mais repetidamente abordada ao longo desta coletânea, ora evidenciando a sua persistência, ora evidenciando as suas transformações. Questionar a noção se tornou uma maneira de contribuir para a luta, para o reconhecimento da equidade das contribuições femininas às práticas econômicas e sociais cotidianas de famílias rurais.

A noção da compreensão do trabalho feminino na roça e em atividades de auferir renda e recursos para sustento como “ajuda” persiste, sendo mais acentuada em contextos nos quais predomina a agricultura familiar. É bastante bem marcado nos estudos sobre as redes sociais acionadas e o aproveitamento de recursos e conhecimentos ecológicos e de biodiversidade diferentes (Almeida Aguiar), na divisão sexual de tarefas na comunidade ribeirinha do Amazonas (Torres e Rodrigues) e nas comunidades que originam fluxos migratórios, sejam

eles para destinos longínquos ou próximos (Silva e Menezes; Silva, Melo e Appolinário, Stropasolas e Aguiar, Silva e Schneider).

Ao mesmo tempo, justamente nestes locais onde é mais nitidamente estabelecida a ideia de que as mulheres “ajudam”, os estudos ressaltam nuances de significados que contestam qualquer ideia simples de “conformismo” ou de “complacência”. Descubrem espaços de agência feminina, entremeados nas práticas observadas; repensam a ajuda em termos de “complementação”; mostram uma pluriatividade que confere uma valorização a fontes diversificadas nas quais a contribuição feminina é fundamental; revelam mulheres que assumem plenamente as tarefas e que não podem ser concebidas como simplesmente “ajudando”; apontam mulheres que ganham políticas de crédito e de benefícios que apoiam o seu trabalho como as principais administradoras e tomadoras de decisão sobre recursos produtivos; evidenciam a ampliação das fronteiras da casa para as mulheres que são “viúvas de maridos vivos” ou que têm que aturar os retornos de homens migrados que repousam e bebem justamente por terem retornado à roça em períodos de demanda sazonal de atividade agrícola baixa; acompanham meninas que, astuciosamente, mostram a sua compreensão da sexualidade juvenil no mundo moderno para, simultaneamente, poderem valorizar-se na sua tradicionalidade; mostram como o envolvimento em associações e movimentos ascende uma consciência sobre o poder de atuação política delas, individual e coletivamente. Ou seja, não restringir a compreensão de práticas femininas no campo a uma caracterização simplória de “ajuda” contribui para uma abordagem de gênero como relações de poder em constante negociação entre mulheres e homens em domínios de poder diversos.

Para percorrer este caminho de ressignificação de gênero em contextos rurais, os autores desta coletânea, e correndo o risco de deixar de fora alguns autores essenciais para as interpretações de cada autor, ressaltam as continuidades e transformações amplas das relações de poder no campo em geral das mais diversas perspectivas e na maior diversidade de locais imaginável (Alexander Chayanov, Teodor Shanin, Eric Wolf, Norberto Elias) e no Brasil (Klaas Woortmann, Ellen Woortmann, Maria José Carneiro, Moacyr Palmeira, José Gra-

ziano da Silva, Carlos Rodrigues Brandão, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, José de Souza Martins, Ricardo Abramoway).

Muitos desses e outros autores enfatizam as reversões e artimanhas que contribuem para revelar as estratégias e significados das práticas de agentes subordinados (Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Michel de Certeau, James Scott) com realce especial para as que adotam uma perspectiva feminista (Joan Scott, Nancy Fraser, Lurdes Bandeira, Neuma Aguiar, Carmen Diana Deere, Magdalena León, Verena Stolcke, Anita Brumer, Maria Ignez Paulilo, Delma Pessanha Neves, Helieth Saffiotti).

O resultado do diálogo entre os autores e as ricas experiências de pesquisa de campo dos autores da coletânea é um vai e vem de aprofundamentos detalhados e de novas significações de espaços rurais compreendidos como lugares onde homens e mulheres de diferentes idades elaboram o que Sherry Ortner (1996) definiu como “jogos sérios” que continuamente constroem categorias de gênero associadas a outras categorias.

Ao fixarem-se mais na questão de geração, os autores enfrentam o que Georges Balandier (1977) apontou há muitos anos. Mesmo sendo extraordinariamente importante para a vivência de situações concretas, geração (no sentido de idade), diferente que a categoria de gênero, é uma categoria transitória, cada pessoa sofrendo transições esperadas ao longo do curso da vida.

Assim, sem fechar os olhos às implicações hierarquizantes entre pessoas de diferentes idades nascidas em épocas diferentes, as interpretações de significação têm uma contundência contrastiva mais limitada que as de gênero. Simplificando, as mudanças dos tempos históricos desempenham um papel chave na produção e reprodução de especificidades nas maneiras nas quais as culturas geracionais associam os jovens a transformações e inovações, os adultos a responsabilidades e articulações estratégicas, e os idosos à preservação de tradições e memória. O que Elias (1989, 1994) aponta como as configurações históricas em que os grupos geracionais operam permitem uma flexibilidade na compreensão de noções de tempo, de conflitos e de continuidade que complexifica a compreensão das relações entre jovens, adultos e idosos.

Astúcia, resistência, exercício de micropoderes e contestação, que são conteúdos sempre presentes que subjazem as diferenças de poder entre gerações, são temperados pela aliança geracional de grupos que procuram construir políticas e práticas que servem para o avanço de grupos inseridos juntamente em domínios de poder desafiadores, limitadamente propícios para criar uma sensação de melhora ao longo da vida.

Neste sentido, percebe-se uma ampliação na atenção dada à juventude na área rural. A migração juvenil do campo permanece, especialmente, para meninas. Ao mesmo tempo, com a ampliação da comunicação e o fechamento de alternativas atraentes duradouras em espaços alheios, muitos jovens representam a possibilidade de articular o campo e a cidade com ações que procuram recuperar a valorização do rural que, se não é ideal, pode, pelo menos, ser visto como viável quando inserido em estratégias que não isolam a sua população.

Com a acuidade da percepção da importância do *carpe diem* juvenil, evidenciar os jovens e suas buscas por trabalho, educação e relações afetivas termina por realçar uma noção do futuro positivado, dentro das limitações que uma articulação entre campo e cidade impõe. A consciência de ser jovem é vivida intensamente.

As jovens e os jovens do município rural de Orobó, Pernambuco, com as quais a Maria Assunção Lima de Paulo conviveu, entram numa negociação de reputações e estratégias afetivas e conjugais empregando simbolizações sobre práticas modernas e tradicionais associadas à cidade e ao campo. Os jovens de Vitória de Santa Antão, também em Pernambuco, ampliam a sua consciência sobre a importância de equidade de gênero ao se envolverem com uma intervenção educacional de uma Organização Não Governamental dedicada a tal transformação, como mostram Marcílio Silva e Hulda Stadler.

Celecina Veras Sales encontrou semelhantes transformações entre as jovens do assentamento de Nova Canaã de Ceará, as quais descobrem na atuação no Movimento dos Sem Terra novas possibilidades de ação no campo, especialmente associadas à defesa das suas comunidades. Rosineide Cordeiro e Marion Quadros acompanharam as discussões sobre a formação da cidadania no meio rural que mostra a importância da documentação e a exclusão de jovens mães, de 14

a 16 anos, de acesso ao auxílio maternidade como política governamental. As autoras revelam a existência de opiniões divergentes sobre a gravidez entre as participantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Sertão Central de Pernambuco.

Os adultos evocam a sua categoria de “adulto” com muito mais frequência para disciplinar os jovens (e, sobretudo, as jovens!), do que para refletir sobre a elaboração das suas estratégias cotidianas de aproveitamento de uma base existencial que exige a esperteza de quem sabe que os resultados, mesmo parcos, de cada investimento de tempo e esforço podem fazer a diferença entre poder ficar com acesso à terra e viver também do campo, evitando ter que depender exclusivamente de subempregos urbanos.

Assim, nos contextos rurais o estudo do adulto não escapa de uma perspectiva que realça a produção e a sua relação com a manutenção de consumo, preservando as tradições de estudos do campesinato e do trabalho rural. Assuntos como administração de trabalho e de comércio, pluriatividade, divisão de tarefas, e a intensidade da montagem e da remontagem da vida conjugal perpassam estudos que refletem apenas indiretamente sobre estes fenômenos pertencerem à construção de uma categoria de significação do que é “ser adulto”. A luta simbólica para serem percebidos como “produtores rurais” ou como “agricultores familiares” tem influência tanto sobre as práticas de uso de capital e busca de crédito, quanto sobre a destinação diferenciada do produto para o comércio e para o consumo.

Quando se trata de agricultor familiar, há uma tendência maior dos que vivem nos contextos rurais (bem como dos seus estudiosos), perceberem a sua condição em relação à sua posição geracional. Já os que se resvalam mais da denotação de “produtor rural” supervalorizam a sua capacidade de gerência de capital e de recursos de produção em detrimento da compreensão da sua posição geracional. Na presença de empresas empregadoras ou receptoras de produtos agrícolas evidenciam-se variadas práticas de aproveitamento da divisão do trabalho familiar dos agricultores e trabalhadores que delas dependem, subordinando a direção de reforços e transformações de relações de gênero e geração aos desenhos de produtividade e lucratividade de tais empresas. Então, sem evocar regularmente a própria

categoria de adulto, a maior parte das pesquisas dos modos de vida rurais pode ser considerada como veladamente adultocêntrica.

Os estudos que focam em adultos, sem problematizar explicitamente a categoria geracional, não carregam necessariamente nenhuma cegueira para as relações intergeracionais, como se percebe no estudo das estratégias de administração de trabalho familiar rural em Mato Grosso (Almeida Aguiar), no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina (Silva e Schneider, Stropasolas e Aguiar; Renk, Badalotti e Winckler).

Arlene Renk et. al. contam a história da instalação de empresas que intensificaram a demanda da atividade feminina de produção de leite, estimulando originalmente atividades de ganho para mulheres, mas, na medida em que aumentava o tamanho e valor desta demanda, as mesmas empresas ofereceram capacitações masculinas, favorecendo o envolvimento destes e preterindo a participação feminina. Como no caso citado, os estudos nesta coletânea, com maior ou menor grau, agregam uma perspectiva de gênero à questão da vivência da vida adulta, dando um realce adicional à importância das estratégias de cisão e de aliança entre mulheres e homens, fazendo com que as práticas das pessoas adultas sejam compreendidas como envolvendo negociações em torno de muitos elementos que vão além da produção e da reprodução.

Em outro estudo que mostra como as empresas canavieiras paulistas afetam a vivência da conjugalidade, Maria Aparecida de Moraes Silva et. al. identificam estratégias de folgas em dias intermitentes, as quais terminam promovendo uma cotidianidade de trabalho que não respeita a existência de fins de semana com todos em casa, prejudicando sensivelmente a sociabilidade entre homens, entre as suas esposas, e entre homens e mulheres dentro das casas. Hersilia Cadengue de Oliveira e Mariomar Almeida olham para uma série de impedimentos ao avanço de assentamentos rurais no município de Cabo os quais receberam orientações de uma organização feminista para diversificar a produção e processar produtos agrícolas para promover mais inclusão de mulheres e famílias, resultando numa limitação do alcance desta intervenção num contexto rural de monocultura bastante hostil à diversificação.

A importância de administração da vida adulta (e não somente a produção) também pode ser percebida nas mudanças nas vidas de mulheres que são “viúvas de maridos vivos” os quais praticam “migração temporária permanente”. Maria Aparecida de Moraes Silva et. al. esmiúçam o cotidiano de mulheres maranhenses diante do fechamento das terras de coleta de babaçu e a ausência dos maridos. Revelam que muito da imagem da força da mulher maranhense vem sendo construído diante de muito sofrimento.

O estudo de Marcelo Silva e Marilda de Menezes na Paraíba revela outro grupo de “viúvas de maridos vivos” as quais se apropriam (mesmo vigiadas!) de novos espaços no dia a dia da cidade de Tavares, bem como do seu envolvimento na prática de migração para cidades próximas, sobretudo Santa Cruz do Capibaribe, para encontrar recursos. Em ambos os casos mencionados, as mulheres adultas estão num processo do seu questionamento do valor da presença dos homens nas suas vidas. Scott, Rodrigues e Saraiva, lançando mão a uma literatura que contrapõe o Brasil a países estrangeiros, e Pernambuco a São Paulo, revelam a intensidade com a qual as mulheres adultas rurais experimentam relações conjugais violentas e mostram como as políticas estaduais apenas incipientes em relação ao enfrentamento de violência contra as mulheres no campo planejam expandir-se significativamente no futuro, pelo menos no caso de Pernambuco.

Conforme mostram Zarzar e Hora, esta expansão significativa precisa ser vista dentro do panorama da política nacional e internacional e da história de articulação de políticas nacionais de Promoção de Equidade de Gênero as quais, em diálogo com instituições que trabalham o desenvolvimento agrário, têm aberto, em anos recentes, espaços específicos para a inclusão de uma sensibilidade para as questões do campo, como a Reunião Especializada de Agricultura Familiar na América Latina, em operação desde 2004.

Os demógrafos têm testemunhado uma ampliação recente da manutenção de idosos e de idosas no campo, uma realidade que é um contrafluxo da tradição da migração deste grupo etário para a cidade com a incursão alheia sobre as suas terras e também com a sua perda de controle sobre a capacidade de trabalhar diretamente no campo e gerenciar o trabalho dos outros em condições transformadas de acesso à tecnologia, à educação e a novas demandas laborais.

À previdência e às transferências governamentais tem-se atribuído esta maior manutenção no campo, merecedora de muito mais atenção. Nesta coletânea, a particularidade dos idosos e das idosas rurais se confunde com a continuidade da administração da vida adulta, ressaltando muito pouco a chegada à condição geracional que diferenciaria estas pessoas de outros, o que termina sendo uma sinalização para a necessidade de novos estudos, pois, segundo já verificado, vislumbram-se condições diferentes em regiões diferentes, bem como em locais específicos diferentes.

Se o campo se masculiniza, estatisticamente esta masculinização se mostra bastante intensiva para os mais idosos e a relação desta questão com a multiplicidade de significações precisa ser mais bem compreendida para as suas relações com os seus grupos familiares, para a sua participação no trabalho nas áreas rurais e para o seu acesso a benefícios.

Sem que haja problematizações maiores em torno da vida dos idosos, nesta coletânea há diversas observações sugestivas. Hernández examina os empréstimos do PRONAF e descobre que mais que a terça parte é destinada a pessoas com acima de 55 anos. Oliveira e Almeida reconhecem o poder igualador de aposentadorias para os idosos nos locais estudados em Cabo, Pernambuco. Tanto Silva, Melo e Appolinário, quanto de Menezes e Silva mostram a continuação de uma realidade de avôs cuidarem dos seus netos devido às migrações dos pais e das mães deles, fenômeno repetido em locais de emigração e designado como a “síndrome de vovô” na literatura caribenha dos anos 1970 e 1980. E Almeida Aguiar, por sua vez, reconhece que são os mais idosos que detêm o conhecimento mais completo da agrobiodiversidade nos sítios investigados em Mato Grosso.

Categorias móveis

Não é nenhuma novidade falar sobre a “não fixidade” de categorias no mundo contemporâneo. De certa forma, a multiplicidade e a flexibilidade estão em todas as esquinas. No entanto, dois aspectos desta flexibilidade se fazem muito evidentes ao olhar o gênero e geração em contextos rurais: o primeiro é a interconectividade de

locais, e o segundo é a convergência de níveis hierárquicos na construção de espaços para a manifestação de igualdades e desigualdades de gênero e de geração.

A interconectividade está em toda parte. Em referência aos estudos desta coletânea, não se poderia entender os diversos controles e ampliações de espaços de circulação das mulheres paraibanas de Tavares sem passar pelos homens (e mulheres) que andam pelos campos e cidades em São Paulo (Marcelo Silva e Marilda de Menezes); o drama de mulheres cujas histórias se associam ao babaçu em Timbira, Maranhão, mostra o quanto a agência feminina em torno da ausência masculina (e da sua presença temporária frequentemente constrangedora e violenta) tem reescrito as trajetórias conjugais e de poder devido às passagens por Guariba em São Paulo e a diversos locais na Amazônia (Maria Aparecida de Moraes Silva); numa multiplicidade de locais a cidade está plenamente incorporada à percepção do encontro de oportunidades para progredir e a oportunidades de rearticulação com o campo, com práticas diferenciadas para rapazes e para moças (Silva e Schneider; Stropasolis e Aguiar; Renk, Badalotti e Winckler; Lima de Paulo; Hernández). Inclusive nos locais com intensivas estratégias de aproveitamento de recursos agroecológicos da biodiversidade local, percebe-se uma criação de redes para além dos roçados e quintais que estendem os limites das redes de sociabilidade para espaços extra-locais de formas diferenciadas por homens e mulheres e por diferentes locais investigados em Mato Grosso (Maria Virginia de Almeida Aguiar).

Além disso, se percebe que foi com o abandono da presença cotidiana no campo que Luci Choinaski encontrou maneiras de promover políticas que afetassem as mulheres no Brasil afora (Paulilo e Silva). Com a mobilidade da população e a ampliação da interconectividade de espaços regionais e espaços rurais e urbanos é possível perceber que os saberes e práticas locais em torno de gênero e de geração se tornam indelevelmente misturados.

Finalmente, é importante ressaltar que o foco em temas de gênero e geração, a golpe de vista, remete unicamente a realidades familiares, privadas e particulares que trabalham com hierarquias internas ao terreno de parentesco e sociabilidade primária. Nada poderia

ser mais longe da verdade, por dois movimentos de direcionalidades caricatamente inversas.

Primeiro, numa direção de baixo para cima, ao compreender estas relações de gênero e geração como relações de poder convidase a um olhar que vai para além dos limites do que se costumava designar de “esfera privada”, cuja separação da esfera pública ou política tem sido contundentemente refutada por muitos pesquisadores. Então o que se faz localmente “vai para a rua” e contribui para transformações. São nas ações cotidianas, no exercício de micropoderes, no emprego de “transcrições ocultas” e de astúcias que se marcam, reestruturações e reelaborações simbólicas que ficam entranhadas social e culturalmente. Estas questões foram amplamente tratadas acima.

Segundo, numa direção de cima para baixo, a reconfiguração de gênero e geração ocorre com a coletivização dos interesses representados em movimentos sociais e instituições governamentais que operam com pautas claras de lutar por equidades, independente do seu sucesso em alcançar as metas anunciadas, frequentemente frustrados por práticas de empresas empregadoras. Seja em reuniões internacionais de movimentos feministas, seja nas Marchas de Margaridas promovidas por entidades associadas às mulheres do campo, seja nas muitas manifestações locais e supralocais de envolvimento em movimentos de defesa da equidade, percebe-se que há uma contribuição significativa para mudanças nos contextos rurais. Este segundo grupo institucional e de movimentos, num esforço de ressignificar a sua ocupação hierárquica superior na determinação da direção das mudanças, lança mão à ideia de “representarem interesses”, permitindo que os planejadores e integrantes de movimentos elaborem uma compreensão da sua atuação como emanando de raízes (os *grassroots*).

E tal compreensão é importante porque as resistências encontradas na elaboração destas políticas nos domínios nos quais os representantes coletivizados operam tendem a repetir semelhantes resistências feitas nas relações face a face, como mostram Paulilo e Silva ao reportar as reações discriminatórias personalizadas enfrentadas por Luci Choinaski ao tentar colocar os interesses do campo e das

mulheres em pauta ao agir como deputada estadual e deputada federal. Com todas as idas e vindas, amplamente documentadas nesta coletânea, pode-se dizer que a convergência de níveis hierárquicos contribui para dar força à busca de equidade de gênero e, mais limitadamente, de geração em contextos rurais.

Referências

- BALANDIER, Georges. *Antropo-lógicas*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- ELIAS, Norberto. *Sobre el tiempo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- _____. *O processo civilizador - uma história dos costumes*. v.2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- GOFFMAN, Erving. *The presentation of self in everyday life*. Garden City, NY: Doubleday, 1959.
- FIBGE. Censo Demográfico 2000. *Nupcialidade e fecundidade, resultados da amostra*. In: www.fibge.br.
- _____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*. v. 29. In: www.fibge.br, 2008.
- ORTNER, Sherry. *Making Gender: The Politics and Erotics of Culture*. Boston: Beacon Press, 1996.
- SCOTT, James C. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven: Yale, 1990.
- VEIGA, José Eli de. *Cidades imaginárias*. Campinas: Autores Associados, 2002.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: *Revista Sociedade e Agricultura*. outubro de 2000, p. 87-145.



Parte I

PODER, POLÍTICAS E NEGOCIAÇÕES



Memórias de Luci Choinaski: histórias e lutas pelos direitos das mulheres camponesas

*Maria Ignez Paulilo
Cristiani Bereta da Silva*

*“O primeiro conflito começa em cada uma de nós.
O primeiro conflito que nos é colocado: somos capazes ou não somos?”*
(Luci Choinaski, oficina da Via Campesina, III Fórum
Social Mundial, Porto Alegre, 2003)

O presente artigo busca analisar, e ao mesmo tempo situar, a trajetória de Luci Choinaski na história das lutas dos movimentos sociais, principalmente aqueles desenvolvidos no campo, adotando-se, para tanto, um recorte de gênero. As narrativas de Luci Choinaski sobre si, suas histórias e memórias foram os fios condutores sobre as quais se teceram e se entremearam nossa escrita. Nessa operação, debruçamo-nos sobre diferentes entrevistas realizadas entre 2000 e 2008,¹ textos da própria Luci e também transcrições autorizadas de

¹ Todas as entrevistas utilizadas neste artigo foram realizadas em diferentes momentos por Maria Ignez Paulilo, com exceção da entrevista de 05/11/2008, que contou com a participação de Cristiani Bereta da Silva. Utilizou-se também uma entrevista já publicada em Scherer-Warren e Roussiaud (1999), realizada por Jean Rouseau e Karine A. Pereira. Nas transcrições foram suprimidas as repetições e alguns excessos dos vícios de linguagem. Optou-se também em transcrever as falas respeitando o uso formal da Língua Portuguesa, mas apenas nos casos em que a alteração não descaracterizasse a forma de expressão da entrevistada.

depoimentos, palestras, conferências realizadas em variadas situações a partir da década de 1990, além de uma breve biografia escrita por Rosemeri Laurindo (1992).

Certamente, o entorno da história de Luci não se reduz ao dos movimentos sociais, pois que as relações possíveis ampliam o horizonte, oportunizando reflexões e análises sobre a própria história recente do Brasil. Da mesma forma, quando nos referimos à trajetória não a estamos entendendo como um conjunto coerente e orientado de relatos lineares de acontecimentos que se sucedem, mas sim como um relato que constrói e reelabora percursos, imagens e representações de si e de eventos que se desviam e se deslocam a todo o momento, inelutavelmente situados a partir dos lugares sociais e culturais ocupados pelos sujeitos (Ver BOURDIEU, 2006).

Se as memórias individuais e coletivas são sempre produzidas a partir de um tempo e lugar específicos (HALBWACHS, 2004), dotar de inteligibilidade trajetórias de vida recomenda também procurar compreender o contexto em que as memórias sobre essas histórias foram construídas, representadas. Apreender o importante lugar ocupado por Luci em nossa história recente implica necessariamente conhecer sua própria história, os elementos que forjaram e construíram sua liderança, mas, sobretudo, suas ideias, os valores que defende e as causas pelas quais lutou e ainda luta. As memórias individuais, mais que nunca, nesse caso, interpenetram-se com as memórias coletivas, sociais.

Depois de 21 anos sob governo ditatorial militar, os brasileiros viram recrudescer, na década de 1980, movimentos sociais de lutas e de contestações, movimentos rurais ou urbanos diferentes, mas com bandeiras e desejos convergentes.² Entre as lutas políticas pelas conquistas e garantias dos direitos individuais, lutava-se, sobretudo, por um Brasil menos desigual. Passados pouco mais de duas décadas desde então, um rápido olhar permite pensar que talvez estejamos longe ainda daquele país que se desenhava nas bandeiras das lutas da referida década, pois a nova sociedade, o novo homem e a nova mulher ainda são devires no Brasil do limiar do século XXI. Mas, de todo modo, o

² Convém não esquecer que movimentos conservadores também entraram em cena na década de 1980. Exemplo disso é a União Democrática Ruralista - UDR, fundada em 1985, em São Paulo. Essa década, contudo, foi um período principalmente de contestações.

Brasil mudou, questões foram revistas, histórias reescritas e deslocamentos nas percepções sobre as questões sociais, culturais e políticas abriram possibilidades para que os movimentos sociais conquistassem o direito legítimo de disputar memórias possíveis sobre si.

Grupos sociais distintos de mulheres, de negros, de índios, de trabalhadores urbanos, de trabalhadores rurais, de sujeitos sem terra, de sujeitos sem moradia, dentre tantos outros, passaram a construir e a validar outras versões sobre a sua/nossa história, contribuindo para a revisão e a reescrita de versões oficiais, dominantes; iniciativas que contribuíram fortemente para solapar e escancarar o fracasso do projeto de Estado-Nação brasileiro das primeiras décadas do século XX, forjado sobre a obliteração de diferenças étnicas, raciais, sociais etc.

Sobre estes e outros escombros, novos sujeitos passaram a ocupar o cenário político brasileiro no Brasil pós-ditadura. Tivemos - a despeito de qualquer análise sobre seu governo - o primeiro operário, sindicalista, militante de um movimento social urbano da década de 1980 ocupando a presidência da república: Luiz Inácio Lula da Silva. Também nessa década foi eleita a terceira mulher na história a ocupar o cargo de Deputada Estadual, o que ocorreu em 1986, em Santa Catarina. Referimo-nos a Luci Terezinha Choinaski, talvez uma das poucas ou a única camponesa a chegar, na década de 1990, ao Congresso Nacional, pois foi, por três mandatos, eleita Deputada Federal.

A história de Luci, todavia, não é feita apenas de acontecimentos e de marcos positivos. Houve sucessos e vitórias certamente, mas também cruzezas e durezas marcaram sua trajetória de vida e de lutas. Lutas políticas em favor dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, bem como lutas diárias, comezinhas, pelo direito de ousar ser mulher, de mudar, de amar, de expor-se, de falar, de errar e de acertar. A história e as memórias individuais de Luci Choinaski são parte da história das mulheres camponesas, da vida no campo, dos movimentos sociais de luta pela terra e dos direitos das mulheres, da história política e das políticas públicas de um Brasil que, nos últimos vinte anos, vem sendo construído e reconstruído sobre outras bases, ou, pelo menos, sobre outros desejos e sonhos, devires de um país melhor.

Filha de agricultores descendentes de poloneses, Luci, desde muito cedo, aprendeu como podem ser duras as lides no campo, ainda mais quando se é mulher. Desde os cinco anos, cuidava da casa e dos irmãos: “Eu era uma superdoméstica e não gostava disso”, observa Luci (LAURINDO, 1992, p.27). Casou-se aos 17 anos, seguiu sendo mulher do campo e dona-de-casa e, a partir do casamento, também esposa e mãe. Seu primeiro envolvimento com as questões da comunidade, na cidade de Descanso/SC, foi militando nas Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, primeiramente como catequista, depois ministra da eucaristia e, na sequência, na Pastoral da Terra, lugar em que sua participação enfrentou resistências:

Eu lembro como hoje - ainda era ministra da comunidade em 79 -, o padre da paróquia não queria que eu fosse para o encontro da Pastoral porque esse não era lugar de mulher, era só para os homens. Tive de fazer umas articulações políticas com algumas lideranças e principalmente com uma freira que tinha simpatia por mim para garantir a minha ida. Lembro que viajamos em quatro, em um carro. Eu era a única mulher. Os três viajaram o tempo inteiro emburrados comigo, porque a minha presença incomodava. Eles não admitiam que eu iria para um encontro da Pastoral da Terra discutir problemas da agricultura e da reforma agrária, pois isso era coisa de homem e não de mulher (SCHERER-WARREN e ROSSIAUD, 1999, p.127-128).

A partir desse momento, a história de Luci também seria atravessada pela militância política no Partido dos Trabalhadores - PT e em movimentos sociais. Em 1982, participou de uma reunião do partido - que estreava na política em Santa Catarina - com o candidato ao governo do Estado, Eurídes Mescolotto. A reunião foi em Descanso e marcaria um dos muitos deslocamentos na vida de Luci que, em 1983, filiou-se ao PT assumindo a secretaria-geral do partido nesse mesmo município, sendo a primeira e única mulher no diretório (LAURINDO, 1992, p.35).

Sentindo-se sem espaço no diretório municipal, “minha voz não era ouvida por ser a única mulher” (SCHERER-WARREN e ROSSIAUD, 1999, p.128). Em seguida passou a militar também no Movimento das

Mulheres Agricultoras - MMA,³ fortemente marcado pela influência da Igreja. Convém salientar que o trabalho da Igreja no Oeste catarinense, na década de 1980, é lembrado, invariavelmente, como lugar em que se iniciaram as discussões sobre a “libertação” das mulheres, via Pastoral da Terra e Comunidades Eclesiais de Base, sob a liderança do bispo Dom José Gomes, o que ocorreu em meio a disputas e tensões.

Estudos e depoimentos de mulheres que, naquele período, fizeram parte do MMA lembram que, com o aprofundamento de outras questões da ordem da sexualidade, afetividade e conflitos nos relacionamentos, passaram a emergir pontos de tensão com as doutrinas religiosas, mesmo as mais progressistas. Havia muitas resistências em estabelecer relações entre as lutas do movimento com as questões percebidas como “do feminismo” (TAVARES, 1992, p.23-24).

Mas as mulheres, incluindo Luci, estavam vivendo intensamente o Movimento; eram dezenas de reuniões, discussões, grandes encontros que reuniam milhares de mulheres. Com a militância, outras questões privadas, pessoais, mas não menos políticas, iam surgindo também:

A nossa tarefa de trabalhadoras na roça, na casa, responsáveis pela comida e pela roupa lavada, não mudou nada. Mas com a necessidade da militância tínhamos que trabalhar bem mais. Por exemplo, a roupa ficava acumulada uma semana. Quando chegávamos, tínhamos que trabalhar bem mais para dar conta de lavá-la. O mesmo com a casa e outras coisas. (...) Iniciou-se um processo de conflitos, porque deixamos de ser as mulheres comportadinhas, que ficavam só em casa, fazendo de tudo, sem dizer não a nada. (...) Com isso, começou a se discutir o papel do homem e da mulher. Será que era só mulher que tinha que cuidar dos filhos, da casa, cozinhar? As questões de gênero começaram a ser discutidas, embora sem muita clareza, mas de forma bem prática, concreta. Muitos companheiros foram solidários. Outros não conseguiram aceitar esse processo, que foi bastante conflituoso (CHOINASKI, 1998, p.227-228).

³ A partir de 2004, o MMA/SC, assim como movimentos autônomos de mulheres de outros Estados do Brasil, encontra-se unificado como um movimento nacional: o MMC/Movimento das Mulheres Camponesas do Brasil. No presente artigo, porém, vamos seguir usando a sigla MMA, pois é dessa forma que Luci Choinaski se refere quando fala sobre o Movimento. Também é preciso salientar que a adesão ao MMC não foi unânime, pois há uma forte dissidência no Nordeste, dissidência esta que se autodenomina MMTR-NE - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - Nordeste. Sobre isso, ver BORDALO, 2007.

As mulheres do MMA passaram a perceber que havia angústias pessoais que o Movimento, sob a égide da Igreja, não resolvia, as quais elas tinham a necessidade de discutir. As posições se deslocam e o MMA acabou se afastando da Igreja e aproximando-se de algumas questões tidas como feministas, incorporando, com o passar do tempo, parte das reivindicações do movimento feminista redimensionadas para a vida e necessidades no campo.⁴

Em meio a esse processo, a comunidade da qual Luci fazia parte lhe imporia uma escolha: “a comunidade fez uma reunião e tive de optar entre a luta ou ficar só rezando” (CHOINASKI, 1998, p.228). Luci escolheu a luta e precisou deixar de rezar o culto. Foi, portanto, na década de 1980, e em meio à efervescência com que emergiam as causas e bandeiras de lutas, que acabaria também por militar não apenas no Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), mas também passou a articular-se com as causas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os quais são considerados, indubitavelmente, dois dos mais importantes movimentos sociais do campo no Brasil.

Sobre esse momento, escreve:

A realidade no campo, no início dos anos 80, era a seguinte: nós, camponesas, não tínhamos nenhuma participação, nem no sindicato, nem na cooperativa ou na política. Não éramos reconhecidas como trabalhadoras e cidadãs. Principalmente por meio da Igreja, começaram a discussão e a articulação de oposições aos sindicatos pelegos. Nesse mesmo período, também houve a necessidade de se fazer a sindicalização das mulheres. Porém, as mulheres ajudavam a ganhar os sindicatos e não tinham participação como associadas, e muito menos nas direções. Começou-se a discutir, então, a organização das mulheres, o Movimento de Mulheres Agricultoras (CHOINASKI, 1998, p.226).

Luci também passou a lutar para que as questões específicas das mulheres camponesas passassem a fazer parte das preocupações do MST e também do Partido dos Trabalhadores. Escreve ela:

No PT, essa questão das mulheres vinha de baixo para cima, das nossas necessidades concretas, do nosso sofrimento. O Movimento

⁴ Sobre o MMA ver: CASAGRANDE, 1991 e DABOIT, 1996.

das Mulheres Agricultoras foi um marco no sentido de incluir esse debate na pauta do PT. Isso mostra que são os movimentos sociais, fazendo a luta, tendo suas conquistas, que entram para o partido, não o inverso. Começou a haver participação de mulheres nas direções dos sindicatos, no partido. Com isso, mudou o próprio perfil das direções petistas. (...) Mas esse movimento, é bom ressaltar, deu-se de fora pra dentro, com muita decisão política das mulheres (CHOINASKI, 1998, p.230).

Os movimentos sociais rurais como o MST e o MMA estavam ganhando força em Santa Catarina e nacionalmente. A própria organização do MMA percebia que as eleições de 1986 seriam uma chance para poderem eleger alguém como representante. Como Luci já possuía uma imagem de mulher forte e corajosa, que “pegava o microfone” e não “fugia da luta”, seu nome foi aventado. Inicialmente, o projeto da própria Luci era a candidatura para vereadora em Descanso, mas as mulheres do MMA e o PT insistiram que ela se lançasse como candidata a Deputada Estadual. Numa campanha praticamente centrada no Oeste, cujo lema era “Da luta não fujo”,⁵ Luci Choinaski seria eleita, em 1986, como já destacado anteriormente, a terceira mulher⁶ na história a ocupar, em Santa Catarina, o cargo de Deputada Estadual e, certamente, a primeira camponesa a assumir tal cargo. Esse momento estabeleceria de vez rupturas em sua vida anterior e marcaria sua trajetória na vida pública.

Vale a pena ressaltar que a entrada de uma liderança feminina em um espaço de poder, como é o caso de Luci, coincide com a mudança de postura das feministas latino-americanas. Segundo Carmen Deere e Magdalena León (2002, p. 53-54), foi no Quarto Encontro Feminista Latino-americano em Taxco, México, no ano 1987, que se passou a considerar um obstáculo para novas conquistas o desprezo das militantes pelo poder, por vê-lo sempre de forma negativa, como dominação. Segundo as autoras, se o “poder sobre” é impositivo, existem três outras formas: o “poder para”, o “poder com” e

⁵ Este é o mesmo lema do Movimento e de Margarida Alves, líder sindical rural de Lagoa Grande/PB, assassinada em agosto de 1983.

⁶ A primeira mulher eleita para a Assembleia Legislativa do Estado foi Antonieta de Barros, em 1937. A segunda mulher, Inge Borg Colin, seria eleita somente em 1958.

o “poder dentro de”. O primeiro se refere a uma força geradora de mudanças; o segundo, ao compartilhamento do poder, como a busca de soluções coletivas; e o terceiro, ao aumento da força dentro das pessoas e está relacionado à autoestima.

Os jornais locais saudaram Luci com espanto, reverências, mas, sobretudo, com estranhamentos dosados de preconceitos em relação à sua origem camponesa. Sua descrição foi feita pelo jornalista Renan Antunes de Oliveira para o jornal *Diário Catarinense*, do dia 25 de novembro de 1986:

É uma mulher simples. Talvez simplíssima. Vestia um conjunto de algodão cor-de-rosa (tendendo ao rosa choque). Detalhes: usa um relógio Orient com pulseiras de aço inox, mostrador voltado para dentro do pulso. (...) Outros detalhes que provavelmente os leitores esquecerão: ela tem um metro e 60 cm, traços típicos da colônia polonesa, cabelos loiros, olhos verdes, rosto um pouco oval, pele clara, curtida pelo sol, mãos calejadas (OLIVEIRA, apud LAURINDO, 1992, p.49).

Não faltaram observações sobre suas roupas, jeitos de ser, falar e agir oriundos de comentários de outros parlamentares, inclusive colegas do próprio partido. Em abril de 1990, em debate na Plenária sobre uma questão política, a Deputada Luci Choinaski viu seu colega Jorge Gonçalves, líder do Governo à época, subir a tribuna e assim se referir a ela:

É um absurdo vermos pessoas que entendem sobre economia (não a deputada Luci Choinaski, já que ela disse que não entende nada sobre esse assunto; o que fala não merece resposta) ficarem pressionando sobre isto (...) Mas de repente, quando as coisas são levadas a público, vem a deputada Luci Choinaski que **chegou aqui com uma carinha de agricultora, simplesinha, com bota de borracha, calça de brim diamantino, blusinha riscadinha, e transformou-se com o batom cor-de-rosa, unhas vermelhas, botinhas de pelica, calcinhas de seda e blusinhas de seda** (LAURINDO, 1992, p.65. Grifo nosso).

A preocupação da mídia e dos colegas em realçar sua maneira de vestir, pouco compatível com o estilo da classe social presente nos

novos círculos que Luci passou a frequentar, fez com que a jornalista Rosemeri Laurindo, ao fazer sua biografia, aderisse, de certo modo, ao tom da crítica dominante:

Nos primeiros tempos ela se vestia no estilo de Maria Helena (funcionária da Assembleia à época, que trabalhava junto com Luci). Uma elegância discreta: blusa de seda floreada, conjuntos sóbrios. No fundo, Luci não seguia estilo, pois ao mesmo tempo em que aparecia frequentemente com estas roupas, de repente poderia chegar com uma saia mais curta, tênis e blusa destoando do traje (LAURINDO, 1992, p.56).

É Pierre Bourdieu (1983, p.82 e seguintes) que trata com maestria sobre a forma como as condições de classe se refletem nos estilos de vida ou, em seus próprios termos, como o “capital econômico” se entrelaça com o “capital social” e o “capital cultural”. Os membros da elite se distinguem dos demais, principalmente da classe trabalhadora, não só pela maior aquisição, em quantidade e qualidade, de bens e serviços, mas também por regras de comportamento e etiqueta aprendidas em família e nas escolas de alto padrão que frequentam. Adquirem, do mesmo modo, gostos distintivos relacionados à maneira de vestir-se, de apreciar diferentes formas de arte, como música e pintura, e isso faz com que se vejam e sejam vistos como pessoas cultas. Porém, não veem seu comportamento como algo aprendido, mas como natural. Nas palavras de Bourdieu (1983, p.88), “o privilégio mais classificador tem, assim, o privilégio de aparecer como o mais fundado na natureza”. Portanto, os que vivem de maneira diferente, considerada “vulgar”, estão errados, de acordo com a postura normativa da classe dominante, e só o fazem porque lhes falta algo, seja “bom gosto” ou “educação correta”. As escolhas dos mais pobres estão mais próximas de suas necessidades; já as escolhas distintivas surgem quando há “condições materiais de existência mais raras porque mais liberadas das necessidades econômicas”.

Ainda segundo o mesmo autor, quando, ao se afastarem mais da situação muito próxima da necessidade, as pessoas provenientes da classe trabalhadora veem-se confusas diante das novas possibilidades de escolha são vistas, por isso, como estando destinadas “a escolhas *disparatadas*” (BOURDIEU, 1983, p. 109, grifo do autor).

Não deixa de impressionar a adequação das análises de Bourdieu às críticas sofridas por Luci, uma mulher camponesa que “ousou” ocupar um espaço tido pelos membros da elite como sendo deles. Sua maneira de vestir-se ao chegar à capital é considerada “vulgar” e suas novas escolhas são vistas como “destoantes”. Luci precisou enfrentar preconceitos de classe e de gênero. Além disso, disputou poderes, foi à luta. Era uma mulher, camponesa, e que não se enquadrava nos ideais e estéticas burguesas, nem nos comportamentos da esquerda mais intelectualizada, características que abriram margem para comentários de seus companheiros deputados e, inclusive, de seus companheiros de partido e militância, que a definiam como “indisciplinada”. Questionada sobre tais comentários, responde:

Teve gente que falava, acho que sim. As pessoas interpretam conforme elas querem e compreendem. Eu vejo diferente. Eu estou vivendo um processo de aprendizado, é diferente. E do meio social, cultural que eu vim, eu tenho que passar por muitos processos de aprendizado. Eu abri a minha mente e o meu coração para esse aprendizado. Então, eu não podia fazer aquilo que eu não sabia, e as pessoas queriam que eu fizesse tudo que elas sabiam. Mas, as pessoas, a grande maioria, não vou dizer todas, não perguntavam o que eu sabia. E a gente, depende do meio que vem, tem diferenças culturais, de formação, de aprendizado e você vai dentro disso... Eu vou dizer pra vocês, eu tive que aprender. Aprendi porque eu quis e quero aprender muita coisa. Inclusive pra leitura, eu tive dificuldade de ler. Hoje eu adoro pegar um livro. Se me deixar um dia tranqüila pra ler eu fico, sou apaixonada. Por quê? Eu tive a minha infância, com uns doze anos meu pai me buscou na sala de aula, eu adorava estudar, chorei tanto que eu perdi a vontade de estudar e de ler, não conseguia ler (Entrevista de 05/11/2008).

Esta questão permite algumas interpretações. Indisciplinada sob qual ponto de vista? Ou qual enquadramento? Falar o que se pediu que falasse? Ou amenizar o sotaque camponês? Fazer o que se esperava que fizesse, sob padrões urbanos e pretensamente burgueses, elitistas? As críticas de que seria uma militante “indisciplinada” denotam que, mesmo um Partido de Trabalhadores, identificado com diferentes matizes sociais, traz consigo as marcas de certo elitismo

e dominação. Em meio às suas tantas falas, fica muito evidente o controle que seus colegas queriam estabelecer sobre ela: “as pessoas queriam que eu fizesse tudo que elas sabiam”.

Porque não é uma coisa simples. E a gente sabia que pela gente não ter vindo de uma academia, todas as coisas que as pessoas olham com preconceito, e tu tem que estar rompendo preconceito. Tanto que eu sofri muitas coisas na época, porque eu me colocava num nível de medo, de inferioridade. Hoje já superei isso. Então, assim, eu fazia as coisas, mas sempre com medo que alguém ia dizer que eu estava fazendo errado (Entrevista de 05/11/2008).

Sobre a percepção de que alguém a espreitava para lhe apontar os erros, Luci também pondera que procurava reagir de todas as formas possíveis, “até quando faltavam palavras”. Quando se sentia ofendida por algum colega, a resposta vinha em forma de ‘palavrões’. Nestas situações, lembra que ouvia o pedido do Presidente: “Tira os palavrões da Deputada Luci dos anais da Casa”. Convém observar que Luci não construiu o exercício da linguagem “cultura” como um poder; ela o desconstruía usando uma linguagem produzida em outro contexto. Desse modo, não entrava no jogo da linguagem do ofensor e quebrava as regras do “comportamento linguístico esperado” no Congresso. Quando faltavam as palavras, ela dizia palavrão.

O capital simbólico “é o poder de fazer coisas com as palavras” e “como toda forma de discurso performativo, o poder simbólico deve estar fundado na posse de um capital simbólico” que inclui, entre outras coisas, maneiras de vestir, agir etc. O domínio de uma linguagem revela e constrói o poder (BOURDIEU, 1990, p.166-167), pois a língua não é apenas um meio de comunicação ou de conhecimento, mas um instrumento de poder. Não serve apenas para sermos compreendidos, mas ainda obedecidos, acreditados, respeitados, reconhecidos (BOURDIEU, 1996).

Luci parece ter consciência desse poder simbólico ao concluir: “eles também se assustavam, porque eles não esperavam a minha reação. Nunca eles sabiam qual seria a reação. Uma coisa que fui conseguindo... Nunca levei desaforo pra casa!”. Assim sendo, ela não

legitimava a linguagem do poder porque a eficácia simbólica das palavras se exerce apenas na medida em que a pessoa-alvo reconhece quem a exerce como podendo exercê-la de direito, ou então, o que dá no mesmo, quando se esquece de si mesma ou se ignora, sujeitando-se a tal eficácia, como se estivesse contribuindo para fundá-la por conta do reconhecimento que lhe concede (BOURDIEU, 1996, p. 95).

Luci enfrentou pressões sobre sua forma de vestir-se, portar-se, inclusive em sua vida pessoal. Muitos comentários entrelaçavam sua vida pública à sua vida privada, em tentativas nada sutis de disciplinamentos:

Tinha muita cobrança! Se tu se arrumava de um jeito é porque era de um jeito, se botava uma roupa de um jeito é porque era de um jeito. Tinha um tempinho que eu escutava, depois mandava: “Vão pra merda!” Bem assim: “Vão pra merda!” Depois que eu me separei, namorei com quem achei que devia namorar, fiz o que eu devia fazer. A militância política não me tirou a alegria de viver. Agora, a tentativa de tirar é grande! Tem que se enquadrar, dentro do quadradinho, tu dizer palavras, e comportamento, e tudo. É uma busca de quem está mais..., principalmente, não só homens, mulheres também, não tô dizendo que só os homens pensam assim, não! Mulheres também! Houve mulheres mais machistas que homens (...) Então, essas coisas eu vivi! A tentativa é de fazer você endurecer, e não fazer a política com gosto. E eu sempre, desde o início pensava: “Legal! Vou me encontrar com as pessoas, conversar! Mas que coisa boa, ver as pessoas tomando consciência, aprendendo, desafiando, recuperando a autoestima!” Isso eu achava maravilhoso! E continuo achando... Outras coisas que me machucaram, mas não foi por ser militante que eu deixei de me amar, de gostar da vida, não! Teve coisas, outros fatos que aconteceram, que a gente ficou mais frustrada, mas não por causa da militância. A militância não foi, não é isso. Mas, há uma tentativa de um enquadramento (Entrevista de 05/11/2008).

A mudança para Florianópolis, em 1987, e seus vários compromissos como Deputada Estadual também cobriam um alto preço de Luci e de sua família que, pouco depois, a acompanharia: o marido, José; os três filhos, Rudimar, João Paulo, Ezequiel; e a única filha, Tatiane. Os desentendimentos com o marido aumentaram e a posterior separação foi conturbada. Luci não aceitava mais, já há algum tempo, apenas o

papel de esposa, de mãe e a submissão ao marido. Sobre o interesse das pessoas por ela, destaca uma em especial:

Foi reação de tudo que é lado! Engraçado, eu, assim, de início quando chegava, “Luci, tu tá separada, casada, solteira, o que tu tá?”. Aí eu tinha que dar explicação: “eu tô assim, assim, meu estado civil é esse”. Para alguns era péssimo, para outros era bom. Agora, depois de uns anos ninguém mais pergunta. Meu Deus, que coisa boa! Ninguém pergunta se eu tô namorando, se tô casada, separada, a gente mudou até esse aspecto do comportamento da relação com as nossas sexualidades. Hoje as pessoas olham, normal. E se perguntam pras outras..., mas os filhos se acostumaram tanto que tão tomando iniciativa, mudando as coisas. Ninguém mais pergunta. Ninguém tem mais preocupação com o meu estado civil. Mas, quando eu comecei a namorar... (...) Meu Deus do céu! Ia numa reunião e a primeira coisa: “E aí tu já arrumou marido?” Depois que eu me separei: “como é que está a tua situação? E os teus filhos?”. Aquela coisa, quando perguntavam “teus filhos”, parecia que eu tinha abandonado, feito um crime com eles: “não, tão lá em casa, tão sob a minha barra, se quiser ver, pode ir!”. (Entrevista de 05/11/2008).

Ainda sobre esse período, e respondendo se havia sofrido algum tipo de violência no casamento, Luci analisa:

Nem tanto, mas a violência era o ciúme, né? Porque enquanto eu estava na roça trabalhando, cuidando e fazendo tudo, a gente nunca teve problema. Mas, quando eu comecei a botar o pé fora de casa, criar asinha: “ah! mas tu tá muito bonita, todo mundo deve tá...”. Eu falo com todo mundo, é minha função. E aí, ele não conseguiu dar conta de si mesmo. Aí a agressão física... Eu nunca deixei bater, nunca fiz hora, porque é uma coisa que..., quando eu vejo que vai acontecer uma coisa, eu sempre consigo evitar e me livrar dessa... Mas, isso é uma coisa que é muito ruim para o ser humano. Então são essas duas coisas que eu nunca concordei e não vi nunca como natural (Entrevista de 05/11/2008).

Ainda sobre a questão da violência, lembra que esta também fez parte de sua infância:

Existia. Nunca meu pai batia na minha mãe, porque minha mãe quando se apertava pegava na pazinha da polenta e meu pai

se assustava. Mas, meu pai tinha uma doença, era alcoólatra, então alcoólatra sempre é doente. A convivência com a violência, com a pobreza, sempre xingando, sempre aquela coisa, ela faz muito sofrimento. Então eram duas coisas que eu nunca..., desde menina dizia: “Não concordo”, e a mãe dizia: “sim, o mundo é assim”. Meu mundo nunca foi esse mundo. Esse mundo eu não sabia nem o porquê, mas não era o que eu acreditava (Entrevista de 05/11/2008).

Embora não se abstenha de falar sobre a violência sofrida não apenas por ela, mas por tantas outras mulheres, Luci, em vários depoimentos e entrevistas, recusa a ideia de vitimização. Mas não deixa de sublinhar as dificuldades das mulheres camponesas ao lutarem pelos seus direitos e por relações de gênero menos desiguais:

Pra ti ver a repressão que as mulheres sofrem. É tanto, eu lembro muito bem quando a gente começou lá no movimento de mulheres, em 1983, era a coisa mais desaforada que tinha a gente sair... Porque o meio da mulher da roça, culturalmente, socialmente, que nível ela precisa: cuidar dos filhos, do marido e da casa e ajudar na roça. Essa era a função, então sair pra aprender alguma coisa, fazer amizade, buscar uma outra relação, é um rompimento com a dominação cultural muito grande, muito grande, pode ter certeza. Olha! Não dá... só para quem viveu! Tanto que um dia, a primeira vez que nós fizemos uma reunião em que as mulheres discutiram sexualidade, com a coordenação e liderança dos municípios, a maior parte das mulheres chorou, nunca tinham tocado no seu corpo. Não sabiam que elas podiam ter prazer, a maior parte não sabia. Então veja, uma pessoa que vive 20, 30 anos com o mesmo homem, que nunca sentiu prazer, que vai por obrigação, porque é um casamento, uma obrigação, uma lei. Imagina quanto de sofrimento e de repressão essa pessoa não carrega. Então, a forma que elas falavam, o que houve, o que as mulheres choraram, descobrir que elas podiam ter uma vida diferente, uma vida diferente! (Entrevista de 26/06/2000).

Michel de Certeau, que é capaz de perceber “microdiferenças onde tantos outros só veem obediência e dominação”, como diz Luce Giard (1994, p. 19), afirma que “embora seja uma realidade sempre repetida (os fortes ganham e as palavras enganam), esta relação de

forças nem por isso se tornava mais aceitável. O fato não era aceitável como uma *lei*, mesmo sendo sempre um fato” (1994, p.76-77, grifo do autor). Como mostra Luci, a *lei* que obrigava as mulheres a se relacionarem sexualmente, por obrigação, com seus maridos, deixa de ser uma *lei* quando, estando entre iguais, começam a construir juntas um contradiscurso que põe em xeque o discurso dominante.

É James Scott (1990) que possibilita um maior entendimento sobre as reações que, embora surjam como se fossem totalmente espontâneas e inesperadas, como chorar em um encontro, são, na verdade, menos inesperadas do que parecem. Como diz Paulilo:

Ao tentar entender a conduta política, geralmente fugidia dos grupos subordinados, (SCOTT) cunha o conceito de *hidden transcripts*, que traduzimos (...) como “transcrições ocultas”. Essas transcrições se opõem ao que o autor denomina de *public transcripts*, para nós “transcrições públicas”. (...) As transcrições ocultas são os discursos pronunciados *off-stage*, ou seja, entre os dominados e longe da observação dos dominantes. Esses discursos não contêm só falas, mas também gestos e práticas (...) a maneira alternativa e contestatória de entender as relações de poder é elaborada e “ensaiada” em espaços próprios dos dominados (2003, p. 204).

Sem dúvidas, o MMA criou um espaço próprio para as mulheres dominadas pelas relações desiguais de gênero, e isso lhes trouxe a oportunidade de transformar uma “lei” em apenas “uma realidade sempre repetida”. Enquanto as reuniões do MMA criavam reações nas pequenas localidades, na cena política as greves e mobilizações, além das reivindicações, preenchem a agenda e também o Gabinete da Deputada Luci Choinaski. Sua atenção prioritariamente voltava-se às questões do campo. Lutou para incluir o seguro agrícola na Constituição Estadual, propôs revisão das concessões de terras públicas e se fez presente nas manifestações de diferentes segmentos de trabalhadores. Em meio a esse processo candidatou-se a Deputada Federal. Sobre sua escolha como candidata, Luci esclarece:

Nem foi escolha. Porque como eu era a única Deputada Estadual, fiz um trabalho em todo o Estado, com os movimentos sociais, o Partido, em todo o lugar. Então, foi uma escolha que

teve o PT, aquela escolha que tu nem discute: tu vai ser candidata a Deputada Federal. E eu fui ser candidata a Deputada Federal nessa perspectiva, porque como as principais bandeiras que eu estava construindo com os movimentos, que estavam sendo construídas: aposentadoria, salário-maternidade, todos esses direitos, não passavam pela Assembleia Legislativa, passavam pelo Congresso Nacional. Então, quando o Partido apontou pra mim ser candidata a Deputada Federal, eu não disse que não. Também não sabia se ia me eleger ou não, mas aceitei. E teve uma campanha muito bonita, em todo o Estado, era meio que..., as pessoas tinham uma militância do PT e as lideranças que me conheciam, um crédito. Um crédito que eu merecia ser eleita Deputada Federal. Então foi uma coisa muito tranquila, não teve discussão, nem disputa: vai ser a nossa candidata, como vários outros. E eu fui nessa condição (Entrevista de 05/11/2008).

Em 1990, foi eleita pela primeira vez ao Congresso Nacional. Sobre sua chegada a Brasília, é categórica ao afirmar que “foi um susto!”:

Eu me assustei quando cheguei a Brasília. Primeiro é o espaço geográfico lá dentro que dá um susto, o próprio espaço físico da Câmara, pra tu se achar, os primeiros passos lá dentro. E todo mundo olhando assim, dizendo aquela coisa, como aqui eles acharam que eu era um ser que não devia estar ali. Lá na Câmara também eu era diferente. Assim: tu até era legal, desde que não assumisse opiniões, foi difícil existir num espaço de 513 deputados e deputadas, quase só homens. E assim, cada partido já tem suas estrelas, suas figuras que falam por todos, que acham que representam tudo, e ninguém dá muita importância pra quem tá chegando, né? Então, pra se construir lá, pra existir, ou tu tem uma força de articulação política lá dentro grande, ou tem uma articulação dos movimentos, com os movimentos sociais, ou tem projetos que articula com a sociedade, com os movimentos que existem. Então, foi a primeira batalha, a batalha vencedora foi garantir a aprovação do projeto de aposentadoria das mulheres agricultoras e do salário-maternidade, que foi um movimento nacional construído e que todas as minhas falas, tudo que eu falava (e a questão da Reforma Agrária foi junto naquela época), mas o que marcou: todo mundo sabia quem era a deputada Luci Choinaski, que era a

deputada que defendia a aposentadoria, o salário-maternidade e depois a Reforma Agrária. Então, ficou marcado (Entrevista de 05/11/2008).

Sobre a articulação com os movimentos sociais nestas conquistas, sobretudo com o Movimento de Mulheres Agricultoras, Luci ainda enfatiza:

O que legitimou mesmo foi a participação, naquele momento, do Movimento de Mulheres Agricultoras, que era grande no Brasil. Porque a gente criou doze processos e com o mandato a gente articulou, ajudou a mobilizar e articular os movimentos que existiam, mas que eram dispersos, numa energia e num projeto pra aprovação da aposentadoria e salário-maternidade. Então, criou uma força política que era muito bonita! Tanto que em 08 de março de 92, puxamos um..., eu puxei com o mandato uma atividade com as mulheres de comemoração de 08 de março, em que as agricultoras vieram à Câmara. Ficou cheia de mulheres, de chapéu, de chinelo, de camiseta. Aí a gente fez uma seção solene em homenagem às mulheres, pela aposentadoria, pelo salário-maternidade, às agricultoras e ao movimento. E eu era a que coordenava, fui eu que propus e consegui passar aquilo. Aí, eu tive uma felicidade muito grande, de uma pessoa que hoje já não está mais aqui, que era o Florestan Fernandes. Era deputado na época e ele escrevia uma coluna na *Folha de São Paulo*, todas as semanas, e ele escreveu uma coluna muito interessante, dizendo que a Câmara já não era mais a mesma, a partir de vários movimentos e da presença da figura política Luci Choinaski como deputada, articulando os movimentos e principalmente as mulheres estar presente, que não vinham para pedir nada, mas pra dizer o que tinha que ser feito. Então, assim, foram várias acolhidas importantes e formulações políticas que colocou, referendou e reconheceu a presença e com isso nós tivemos várias vitórias importantes (Entrevista de 05/11/2008).

Interpretamos esse acontecimento como chave para o entendimento desse momento histórico. Luci fala que foram aproximadamente três mil mulheres cercando os Deputados no Congresso. Se este número está ou não de acordo com a quantidade de mulheres que lá estiveram, isso não nos parece um problema, pois importa mais

a ênfase e a produção de significados sobre o ocorrido. Em entrevistas realizadas em outras circunstâncias com mulheres militantes do MST,⁷ percebemos que esta mobilização, em especial, marcou as experiências de lutas do período, fixando memórias e sentidos, sendo citada como uma espécie de marco temporal e social em diferentes trajetórias de luta e de vida. Em texto publicado na *Folha de São Paulo* em 06 de abril de 1992 (Seção Opinião), intitulado sugestivamente de “A luz é outra...”, Florestan Fernandes analisa os “novos tempos”, evidenciando a existência de comportamentos políticos de resistência e de mudança nas classes trabalhadoras, assim como entre os oprimidos e excluídos. Comportamentos que colidiriam com a noção de que “os de cima” é que decidem e resolvem tudo. Segundo as palavras de Florestan, “os subalternos e subalternizados - ‘a gentinha’ - já descobriram o verdadeiro caminho da luta social e política. Cobram seu direito a ter peso e voz na sociedade civil e, a partir dela, dão combate aos poderosos, aos privilegiados e ao governo.”

Para corroborar sua análise, cita alguns exemplos, dentre eles a comemoração do Dia Internacional da Mulher, quando os deputados viram sua condição de intermediários dar lugar à vontade coletiva das mulheres que compareceram ao ato no Congresso. “A massa presente constituía-se de mulheres do povo, em sua maioria, interioranas e camponesas, trajadas com suas vestes comuns, várias ostentando seus chapéus de palha da labuta diária.” Florestan destaca a atuação de Luci Choinaski, sobretudo seu discurso, “cortante e desafiador”, que emocionou a plateia e permitiu que as verdades caíssem “uma a uma, nua e cruamente, sob delírio de mulheres sofridas que se deslocaram para Brasília para resgatar, não para pedir”.

Luci dá sua versão para esse acontecimento:

Legítimos! Legítimos e chegando lá sem aquela coisa de achar ‘que não é o meu lugar’. Não, aqui também ‘é nosso lugar’. E eu sempre brinco: aonde eu vou o povo vai junto! Porque todas às vezes, todos os meus mandatos que eu tive, em todos eles articulei projetos e levei o povo para o espaço público. Tirei

⁷ Entrevistas realizadas entre 1997 e 2002 para a pesquisa de Tese de Doutorado em História de SILVA (2003).

do privado, do casulo e botei para o público ocupar o espaço lá dentro pra dizer o que precisa ser feito. Então, isso foi muito importante! Eu considero que dentro de um processo político, é a primeira vez na história que acontece: uma mulher que veio da roça, não só filha de agricultores, mas agricultora, e articula um processo que acho que é difícil entender, nem eu muitas vezes... Acho que eu preciso estudar o que aconteceu comigo mesma (Entrevista de 05/11/2008).

Eleita três vezes Deputada Federal, respectivamente em 1990, 1998 e 2002, Luci concorreu, no interstício e no final desses mandatos, também ao Senado, nos anos 1994 e 2006, porém não obteve votação suficiente.⁸ Sobre suas campanhas para o Senado, cabem algumas questões. A primeira delas é a própria constatação de Luci de que o PT talvez não tenha acreditado o suficiente em sua vitória. Na primeira campanha para o Senado, em 1994, não foi eleita por muito pouco, cerca de 2%. Sobre esta campanha em particular, Luci pondera: “só não fui eleita Senadora porque a direção do PT não acreditou. Não foi porque o povo não acreditou. (...) Se o PT acreditasse, eu teria sido eleita Senadora em 94. Impressionante! Depois, aqueles bem sabidos homens que mandavam no PT, disseram assim: ‘a gente só não investiu porque a gente não acreditou, né?’” (Entrevista de 05/11/2008). A segunda campanha, em 2006, foi um pouco mais difícil, e a derrota, mais contundente, o que abre a possibilidade de levantarmos alguns pontos para análise.

Luci faz muita falta não estando presente, no momento, no Legislativo. Muitas são as hipóteses, algumas fáceis de levantar. Uma delas, o indefectível machismo quando se trata de cargos que trazem poder. Segundo dados relativos a 2008/2009, do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres - UNIFEM, a proporção de mulheres no poder legislativo é de uma para quatro homens.⁹ No Brasil, em 2005, 44 deputadas e 9 senadoras ocupam 9% das cadeiras do Parlamento

⁸ A partir de 2006 - e até o presente momento, 2009 - assumiu a presidência do PT, em Santa Catarina.

⁹ Fonte: www.cebes.org.br. Acesso em 15/12/2008.

brasileiro.¹⁰ Após as eleições de 2006, as mulheres passaram a ocupar 8,97% das cadeiras da Câmara dos Deputados. São 46 deputadas federais contra 467 deputados. No Senado, as mulheres ocupam 12,34% das cadeiras, havendo 10 mulheres em meio a 71 homens.¹¹

Pode parecer estranho que, no Brasil, a proporção de mulheres seja maior no Senado que na Câmara de Deputados, estranheza que diminui quando vemos que a grande parte das candidatas eleitas em 2006 pertencia a partidos conservadores e vinha das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, segundo o Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA.¹² Das 10 senadoras, apenas Ideli Salvatti, sendo de Santa Catarina, não se encaixa nas regiões majoritárias. As outras 9 são dos Estados de Rondônia, Tocantins, Goiás, Sergipe, Mato Grosso do Sul, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte e Mato Grosso¹³.

Em partidos e regiões políticas mais tradicionais, não é raro que entre as mulheres eleitas estejam membros de famílias e oligarquias poderosas as quais já possuem, inclusive, número significativo de homens nos cargos de poder, embora não devamos esquecer aquelas poucas que se elegem por causa de sua forte militância na área social. Maior proporção de mulheres, portanto, não quer dizer espaço mais democrático. Talvez esse fato explique, em parte, a dificuldade de uma líder camponesa do Sul eleger-se senadora. Devemos levar em conta, também que, em 2006, havia outra forte candidata do PT de Santa Catarina, Ideli Salvatti, que efetivamente se elegeu.

A atuação de Luci, no Congresso e fora dele foi, sobretudo, marcada pelos movimentos sociais, questões relacionadas às mulheres agricultoras, aos sem-terra e pequenos proprietários rurais. Suas campanhas sempre enfatizaram sua militância em movimentos sociais como o MMA e o MST. Assim, cabe-nos refletir: será que esse apelo, no início do século XXI, já não produz o mesmo efeito que antes no eleitorado? Foi Luci que se afastou dos movimentos sociais? Ou foram os

¹⁰ Fonte: <http://congressoemfoco.ig.com.br>. Acesso em 15/12/2008.

¹¹ Fontes: www.flacso.org.br; <http://www.gabeira.com.br> e Tathiana Barbar - Folhaonline, 24/02/2008 - site da Folha de São Paulo. Acessos em 15/12/2008.

¹² Fonte: <http://www.flacso.org.br>. Acesso em 15/12/2008.

¹³ Tathiana Barbar - Folhaonline, 24/02/2008.

movimentos sociais que já não surtiam os mesmos efeitos, a mesma capacidade de movimentar, afetar as pessoas politicamente?

É possível acompanhar debates - não convergentes, sob alguns aspectos - que apontam para certa crise dos movimentos sociais na contemporaneidade. Tanto Ilse Scherer-Warren (2007) como Maria da Glória Gohn (2003), duas especialistas nos estudos dos movimentos sociais no Brasil, falam da ocorrência de transformações relevantes. Segundo Gohn (2003), as mudanças ocorreram porque a conjuntura política mudou. Muito embora os movimentos sociais tenham contribuído para o surgimento dessa nova configuração, foram também vítimas dela em decorrência das políticas neoliberais do governo, que procurou enfraquecer os movimentos populares organizados. Ao final dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990, os movimentos sociais se institucionalizaram, diminuíram as grandes manifestações de rua e as Organizações Não Governamentais - ONGs, adquiriram importância maior do que os próprios movimentos. As ONGs dos anos 1990, de acordo com Gohn (2003), não são as mesmas dos anos 1980. Tratam-se, agora, de ONGs inscritas no universo do Terceiro Setor, engajadas em políticas de parceria entre o poder público e a sociedade.

Por outro lado houve também, nesse período, um fortalecimento dos movimentos sociais rurais (GOHN, 2003, p.19-32). Certamente que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), dentre outros, cresceram e se consolidaram nesse período. Porém, não obstante a sua consolidação, os mesmos já não conseguem repetir as grandes manifestações de rua, capazes de reunir milhares de pessoas como no final da década de 1980 e ainda no início da década de 1990. Essas ações eram a parte “visível” das lutas travadas pelos movimentos, chamando a atenção da mídia, convocando as pessoas a pensarem sobre as reivindicações e direitos trazidos à cena. Cabe notar que houve sim mudanças em relação ao ativismo e à militância. Análises apontam para certa falta de “fôlego” que teria feito com que as grandes manifestações se tornassem cada vez mais raras.

O novo cenário político evidenciaria também uma queda significativa do protagonismo político dos movimentos sociais, não apenas no

Brasil, mas também na América Latina. Mas, para Ilse Scherer-Warren, por possuírem uma realidade bastante dinâmica (2006), os movimentos sociais no Brasil e também em outros países se diversificaram e se complexificaram nos últimos anos. Houve deslocamentos no ativismo, os quais possibilitaram novas configurações na militância e nas estruturas de poder dos movimentos sociais, indicando que a “divisão clássica de ONGs ‘*think tanks*’ (ou produtoras de conhecimento), ativistas (ou cidadãs) e prestadoras de serviço (ou de caridade) tende a dar lugar a organizações que mesclam, cada vez mais, essas três formas de atuação” (2006, p.121).

A institucionalização dos movimentos sociais, por si só, não prejudicou, contudo, as candidaturas de Luci. Dois fatores aparecem como mais prejudiciais. Um deles foi a repressão aos movimentos populares, que obrigou os parlamentares ligados a tais organizações a despenderem grande parte de seu tempo evitando prisões e perseguições das lideranças, pouco podendo se dedicar a novos projetos e ações. A partir da década de 1990, sobretudo em sua segunda metade, parece haver uma mudança do Estado em relação aos movimentos sociais. Luci, inclusive, descreve esse momento como sendo de grande perseguição política:

Esse período dos quatro anos finais do Fernando Henrique Cardoso foram os anos mais terríveis e assombrosos que a gente viveu! Porque era disfarçado de democracia, foi a maior perseguição política que os movimentos sociais viveram! (...) Em todos os Estados as lideranças estavam sendo perseguidas. E todos os movimentos sociais que tinham, assim, estrutura, por exemplo, da Reforma Agrária, apoio aos movimentos para ter assistência técnica, a educação para os assentamentos, todos os recursos estavam sendo cortados. O pessoal estava vivendo só com pão e água! Estava comendo o pão que o diabo amassou! Foram os momentos mais assombrosos e terríveis que a gente viveu! O primeiro mandato do Fernando Henrique Cardoso foi uma coisa, eu não estava lá. Mas, no segundo..., e assim, não teve uma negociação, um avanço social. Nem uma proposta, uma emendinha que fizesse uma coisa, que melhorasse a vida do povo, nós conseguimos passar nos quatro anos de Governo do Fernando Henrique Cardoso. A gente não conseguiu passar (Entrevista de 05/11/2008).

O outro fator foi uma certa decepção, por parte dos movimentos sociais, com relação aos rumos tomados pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, empossado em 2003 e hoje em seu segundo mandato. Para Ilse Scherer-Warren, muitos atores coletivos viram na ascensão de Lula (líder sindical de grande projeção) à presidência da República a possibilidade da criação de novos canais de negociação entre Estado e sociedade civil. Com efeito, surgiram várias Secretarias Especiais com *status* de ministérios, as quais vêm promovendo ações específicas com relação às reivindicações dos movimentos institucionalizados. Apesar dos ganhos quanto à cidadania dos excluídos, nem todas as expectativas dos eleitores de Lula foram satisfeitas, principalmente em se tratando da política econômico-financeira. Daí a necessidade de muitos militantes em resgatar sua autonomia frente ao poder governamental (SCHERER-WARREN, 2007). Sem dúvida, as insatisfações com a direção das políticas orientadas por um governo do PT atingem também os parlamentares desse partido.

A implantação de políticas neoliberais por parte dos governantes não é uma peculiaridade do Brasil. Foi em consequência da excessiva ênfase nos mercados que, em 2008, vimos instalada (e para ficar) a “crise de Wall Street”. De acordo com o economista Joseph Stiglitz, prêmio Nobel de Economia em 2001, “a crise financeira que atingiu Wall Street e os mercados financeiros de todo o mundo equivale, para o fundamentalismo de mercado, ao que foi a queda do Muro de Berlim para o comunismo”, dizendo ao mundo que “esse modelo não funciona” (Carta maior, 25/09/2008)¹⁴.

A queda do muro de Berlim reforçou a crença dos que apostavam no capitalismo. E agora, com o capitalismo em xeque, no que se aposta? Pelo que já estamos vendo, há uma gritaria geral para que os Estados intervenham mais na economia, como já fizeram no auge do *Welfare State*. Tanto o liberalismo quanto o regulacionismo tiveram e têm seus grandes teóricos, embora seja comum atribuir a responsabilidade dos males do mundo ao povo, àqueles que pouco decidem. Estes são denominados ignorantes, egoístas, passivos, entre outras qualificações pejorativas. Não são muitos os que acreditam que as mudanças possam vir

¹⁴ Extraído de www.cartamaior.com.br.

da resistência cotidiana. Entre esses, temos autores como James Scott (1990), Michel de Certeau (1994) e todos os militantes que, como Luci Choinaski, investem na criação de espaços nos quais as dificuldades cotidianas, difusamente percebidas, possam servir de matéria-prima para a elaboração de um contradiscurso criativo e propositivo.

Talvez essas mudanças ainda não estejam suficientemente entendidas ou mesmo decantadas, mas podem ajudar a explicar que agendas elaboradas apenas sob o aporte mais clássico dos movimentos sociais que emergiram entre as décadas de 1970 e 1980, no Brasil, não afetem as pessoas como antes. Pensamos que um dos grandes desafios a serem enfrentados por Luci Choinaski, que construiu sua história e trajetória de trabalho e de vida tendo como base os movimentos sociais, é conseguir catalizar os muitos sofrimentos que ainda virão em propostas políticas que encontrem respaldo no cotidiano daqueles que de Certeau (1994 p. 57) chama de “homem ordinário”, em oposição ao extraordinário e “herói comum”, que preferimos chamar “homens e mulheres comuns”, “heroínas e heróis da sobrevivência e da resistência diária”.

Referências

BORDALO, Caroline A. Os caminhos da representação política: um estudo a partir dos movimentos de mulheres rurais. Trabalho apresentado no GT Movimentos sociais: novos olhares, perspectivas e desafios. In: *II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. Florianópolis: UFSC, 25 a 27 de abril de 2007, 23p. mimeo.

CASAGRANDE, Jacir Leonir. *Movimentos Sociais do Campo - Mulheres agricultoras em Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHOINASKI, Luci. Uma experiência prática de luta. In: BORBA, Ângela et al. (orgs.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998, p.225-239.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: *Pierre Bourdieu: sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983, p. 82-121.

_____. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. (coord.) *Usos & Abusos da História Oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.183-191.

DABOIT, Pedro Carlos. *Do sócio-religioso ao sócio-político: a nova relação entre o Movimento de Mulheres Agricultoras e a Igreja Católica no Oeste catarinense*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1996.

DEERE, Carmen e LÉON, Magdalena. *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

FERNANDES, Florestan. A luz é outra... Seção Opinião. In: *Folha de São Paulo*. 06 de abril de 1992.

GIARD, Luce. História de uma pesquisa. In: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 9-32.

GOHN, M. da Glória. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Traduzido por Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

LAURINDO, Rosemeri. *Luci Choinaski: a primeira camponesa eleita para o Congresso Nacional*. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

PAULILO, M. Ignez. Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio. In: PAULILO e SCHMIDT. *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 2003, p. 183-210.

ROSSIAUD, Jean e PEREIRA, Karine Antunes. Entrevista com Luci Choinaski. In: SCHERER-WARREN, Ilse e ROSSIAUD, Jean. *Democratização em Florianópolis: resgatando a memória dos movimentos sociais*. Itajaí: Univali; Florianópolis: Diálogo, 1999, p.127-146.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. In: *Revista Sociedade e Estado*. v.21. n.1. jan/abril. Brasília, p. 109-130, 2006.

_____. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. In: *História: Debates e Tendências*. v.7. n.1. jan/jun. Passo Fundo/RS: UPF, 2007, p. 9-21.

SCOTT, James. *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven and London: Yale University Press, 1990.

SILVA, Cristiani Bereta da. *As fissuras na construção do “novo homem” e da “nova mulher” - Relações de Gênero e Subjetividades no devir MST (1979-2000)*. 2003. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Florianópolis, 343p.

TAVARES, Elaine. *A luta das mulheres agricultoras em Santa Catarina*. Publicação do Gabinete da Deputada Federal Luci Choinaski, 1992.

Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais

*Parry Scott
Ana Cláudia Rodrigues
Jeíza das Chagas Saraiva*

O objetivo deste artigo é analisar a violência contra a mulher em contextos rurais intersectando as temáticas de gênero, violência, ruralidade e geração com atenção especial para o estado de Pernambuco. Através duma escolha de pesquisas, ações de organizações, movimentos sociais e programas governamentais recentes que dão alguma atenção a áreas rurais, este artigo procura identificar o que já vem sendo observado sobre a ocorrência e o combate desta violência; pretende descobrir lacunas e propor ações que sugiram como lidar com a violência contra a mulher em contextos rurais plurais. Mesmo que o recorte dado aqui, a priori, esteja voltado para o contexto pernambucano (Estado com alto índice de violência contra as mulheres), aproveitar-se-ão as oportunidades para comentar como algumas questões podem ser estendidas para o contexto rural brasileiro em geral.

Reconhece-se que a violência contra a mulher circunscreve um universo amplo que poderia abarcar os campos infantis e de idosos por estas gerações sofrerem de certos tipos específicos de violência devido às peculiaridades das suas idades. Seguindo, no entanto, o próprio material encontrado, centramo-nos na violência que acomete

mulheres em plena idade reprodutiva, faixa essa que tem recebido, historicamente, mais atenção que as outras. Adverte-se então que o recorte geracional privilegiado é o de mulheres jovens e adultas, mais plenamente integradas nas hierarquias estabelecidas pela conjugalidade efetiva ou prospectiva.

Deixa-se como indagação ainda não investigada o grau em que a violência contra crianças, a exploração de trabalho infantil e o tratamento dado aos idosos se caracterizam como violências que têm especificidades de gênero, questões que certamente merecem pesquisa e políticas específicas. O termo violência contra a mulher é utilizado aqui por ser a terminologia que realça que o próprio fato das vítimas serem mulheres descreve a esmagadora maioria de casos que são incluídos em categorias como violência doméstica e violência intrafamiliar, além de outras categorias empregadas por estudiosos/as, administradores/as e militantes.

O trabalho se divide em três partes. A primeira parte situa como a violência contra a mulher - em áreas rurais - tem emergido como assunto merecedor de atenção. A segunda parte centra-se em como algumas abordagens sobre o meio rural brasileiro e nordestino implicam em maneiras diferentes de entender gênero e geração em famílias. A terceira parte traz uma revisão de seletos trabalhos e ações de pesquisas, movimentos e programas governamentais os quais contribuem para elucidar o quadro de violência contra a mulher no campo.

Montando cenários e cruzando os temas

A violência é uma realidade vivida por muitas mulheres e marcada historicamente por ações que visam minimizá-las. Caracteriza-se como um fenômeno que perdura ao longo do tempo, quer seja por fatores simbólicos, sociais e/ou culturais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é datada de 1948. É somente em 1993, entretanto, na Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, que a violência contra a mulher teve reconhecimento formal com sua tipificação como uma violação dos direitos humanos. Esta tipificação faz parte de um processo que busca incluir a violação dos direitos na vida privada entre as agressões reconhecidas publicamente, oferecendo

uma oportunidade de combater um aspecto até então pouco visibilizado da dominação masculina.

Alguns conceitos surgiram para orientar as ações relacionadas a esse tipo de violência. A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, em 1994, conhecida como a Convenção de Belém do Pará, considerou como violência contra a mulher, “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na privada”¹. O que se percebe é que, para compreender melhor como esta violência se dá, é preciso ir além da forma genérica de tratar a mulher, contextualizando as situações nas quais se encontra. Os contextos rurais talvez tenham sido os mais negligenciados neste sentido.

O tema violência contra a mulher vem sendo amplamente abordado e discutido no Brasil, quer seja no meio acadêmico, em movimentos sociais, na esfera de políticas públicas ou na mídia. Mesmo diante de alguns casos altamente noticiados, a continuação da ocorrência do fenômeno, vista em cifras divulgadas por entidades vigilantes à questão, mostra que as informações cuidadosamente elaboradas e divulgadas nem sempre atingem grande parcela da sociedade. A ação feminista de enfrentamento da violência, ao longo do tempo vem se dando de forma contínua e crescente, contribuindo para mudanças nesse cenário. Novos órgãos e políticas públicas para este fim surgem com o intento de atenuar ou erradicar as violências nas suas diversas formas. Um exemplo disso é a atual Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), da Presidência da República, a Secretaria de Mulheres de Pernambuco, bem como a Coordenadoria da Mulher da Prefeitura do Recife.

Os diversos estudos e pesquisas sobre essa temática, embora exponham muitos aspectos, deixam uma lacuna no que se refere à violência contra as mulheres rurais. Existem vários trabalhos sobre gênero em contexto rural versando sobre aspectos fundiários, relações de trabalho, relações familiares, produção e reprodução, lutas

¹ Artigo I da Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher: Adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos em 06 de junho de 1994 e ratificada pelo Brasil em 27/11/2005.

sindicais, movimentos e participação social². Estes trabalhos demonstram que a mulher enquanto agente política está inserida num contexto considerado masculinizado, o campo, e é neste espaço onde elas lutam por seus direitos.

Cruzando essas temáticas, constatamos a relativa invisibilidade da mulher rural quanto à questão da violência. No entanto, nos últimos cinco anos a violência contra a mulher vem sendo reivindicada como pauta de discussão nos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais. Isso pode ser percebido no tema escolhido para as três edições da Marcha das Margaridas (2000, 2003, 2007) - “Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”.

Vale ressaltar que Margarida Alves, símbolo da luta contra a violência no campo, foi assassinada em 1983 a mando de latifundiários. Na Marcha de 2007 a ênfase foi maior na reivindicação de políticas públicas específicas para a violência contra a mulher no campo. As participantes denunciaram múltiplas violências: a vivenciada pelo contexto agrário (luta por terras e melhores condições de trabalho que vitimizaram a própria Margarida Alves) e a violência doméstica e intrafamiliar que tocam na vida de muitas outras mulheres. Mesmo presentes, as reivindicações nas Marchas serviram para dar mais realce à legalização trabalhista e a benefícios previdenciários, mas evidenciaram que também havia demandas existentes para lidar com o problema, bastante silenciado, de violência. Em contraste com as cidades, onde as estudosas reclamam sempre da insuficiência de serviços, no campo, a ausência de centros de referências, casas-abrigo e delegacias especializadas é muito mais evidente. Falta implementar apoio para a disseminação de informações sobre os direitos conquistados pelas mulheres nos últimos anos, como a Lei Maria da Penha, e de serviços que respaldem esses direitos.

Fatores como a distância entre as moradias, o precário transporte e comunicações para localidades de difícil acesso também contribuem para que a violência contra estas mulheres permaneça. Pergunta-se: a especificidade do contexto rural tem merecido políticas específicas?

² LAVINAS, 1987; PACHECO, 1997; ABRAMOVAY, 1997; SCOTT, 2007b, 2004b, 1996; VAN DER SCHAAFE, 2003, 2001; CORDEIRO; SCOTT, 2007; SCOTT; CORDEIRO, 2007.

O conhecimento produzido sobre este assunto é suficiente para balizar quaisquer políticas ou mesmo para compreender a sua relação com o meio rural? Há conceitos específicos que se aplicam mais intensivamente a esta realidade? Se há crescimento da temática violência, por que determinadas mulheres e determinados contextos recebem atenção diminuída? Há necessidade de vasculhar o que se tem escrito para poder contemplar as mulheres do campo? Quem são as mulheres vítimas desta violência? São mulheres jovens, adultas? São trabalhadoras assalariadas ou são agricultoras autônomas? São casadas, amasiadas, solteiras, viúvas? São racialmente e etnicamente diferenciadas? A ideia deste trabalho é mais modesta que tentar responder a todas estas indagações, mas no caminho de abrir a discussão descobrem-se algumas coisas que a literatura e os meios de divulgação nos mostram, sugerindo por onde é preciso ainda avançar neste conhecimento.

Gênero e violência em contextos rurais

Como em outros países, no Brasil os estudos em áreas rurais fizeram parte da construção identitária do país, idealizando origens patriarcais e familiares para pensar um estado fortalecido no período de centralização institucional nos anos 40 e 50 do século passado (SCOTT, 2004a). A noção de uma rígida divisão hierárquica de relações de gênero recebe o seu estímulo mais forte nesta literatura. Uma literatura menos memorialista e mais etnográfica suplanta esta perspectiva em décadas posteriores através de estudos que abordam mais diretamente temas como trabalho no campo, agricultura familiar e desenvolvimento e, hoje em dia, gênero.

Ao falar do Nordeste, vale mencionar quatro correntes que iniciam a construção de uma perspectiva que prepara a cena para estudos de gênero no campo propriamente dito: 1) a pesquisa comparativa de Neuma Aguiar (1980); 2) a pesquisa de Rose Maria Muraro (1983) sobre a sexualidade da Mulher Brasileira que incluiu o sertão e agreste como lugares de pesquisa de campo; 3) as etnografias de Klaas e Ellen Woortmann (1997) e de Ellen Woortmann (1994) e 4) as pesquisas do projeto de Emprego e Mudança Social no Nordeste, sob a coordenação de Moacyr Palmeira (1977a, 1977b).

O primeiro estudo, de uma feminista em plena formação mostra, a partir de um exemplo concreto, a variedade de contextos de criação de diferentes organizações de relações familiares que ocorrem no bojo de produtos de desenvolvimento do interior do Nordeste. A segunda linha de estudos abre um campo feminista muito pouco aproveitada até então, sendo que a inclusão de mulheres das áreas rurais foi fundamental para uma visão mais completa da diversidade com a qual as mulheres brasileiras lidam com a sexualidade. A terceira linha de estudos se orienta pelas ideias de Alexander Chayanov sobre a organização social do campesinato em torno de uma agricultura familiar e se mostra altamente sensível e resistente às intrusões que ameaçam a produção familiar.

Para entender o camponês, há que se entender a família. A quarta linha também é Chayanoviana, mas como se desenvolve principal, mas não somente, na zona açucareira capitalizada de Pernambuco, retrata com mais frequência as contradições entre o trabalho assalariado e trabalho autônomo. Nas suas diversas etnografias percebem-se desde famílias rurais com relações de gênero claramente diferenciadas, até famílias que se recompõem sobre diversas formas em torno dos canaviais, nas quais as relações de gênero são outras.

Trabalhos como os de Afrânio R. Garcia Jr. (1983) e de Beatriz Alásia de Heredia (1979) remetem-se a uma divisão idealizada de relações de gênero sob a égide do pequeno produtor masculino em locais do agreste pernambucano. As migrações para as cidades e para o sul do país mexem com este cenário de divisão clássica de relações de gênero, evidenciando a existência de uma variedade muito maior de rearranjos relacionais familiares (GARCIA, 1990; SALLES, 1982; SCOTT, 1981).

De grande importância foi o trabalho de Alexander Chayanov (1966), versando sobre a lógica da produção familiar camponesa com a família tratada como centro da organização social camponesa. Neste sentido, o ciclo de vida familiar ganha importância, assim como os papéis de cada membro. Para ele, mulheres, idosos e crianças seriam os membros do grupo doméstico que consomem mais do que produzem; embora a questão geracional apareça neste trabalho, não é problematizada com afinco.

Klaas Woortmann (2001) argumenta que o apego a estes familiares - “marginais à produção” - seja justamente onde reside a especificidade camponesa. Há, então, uma valorização do trabalho exercido por este grupo que em nada é considerado inferior ou excedente pelo grupo familiar. As revalorizações mais públicas desta diferenciação terminam por integrar, inclusive hoje, boa parte da pauta de lutas de mulheres trabalhadoras rurais. Assim, as mulheres insistem em ter reconhecido seu trabalho como importante dentro de um contexto que costuma superenfatizar a diferenciação homem-trabalho e mulher-casa/reprodução.

Fora do Nordeste, os trabalhos de Verena Stolcke (1975) e Heleieth Saffioti (1979) buscam falar sobre modernização da agricultura e a emergência da mão-de-obra das mulheres e como estas articulam o trabalho com suas atividades domésticas. A presença da trabalhadora rural em áreas assalariadas no Brasil todo (STOLCKE, 1975; SCOTT, 1981; SIGAUD, 1979) muito contribuiu para que houvesse um despertar para a particularidade das demandas femininas como importantes na agricultura. Vale uma digressão sobre uma experiência de pesquisa de campo de Parry Scott que não resultou em artigos específicos publicados, realizada nos anos oitenta, comparando contextos de formação de grupos domésticos entre trabalhadoras urbanas, trabalhadoras rurais morando na ponta da rua e mulheres camponesas. Nas pontas de rua, por um lado, as mulheres nas casas estavam mais desprendidas dos seus parceiros masculinos e tiveram a maior facilidade de conversar sobre as suas decisões sobre a formação de grupos domésticos, envolvendo a inclusão ou exclusão de homens da convivência direta com elas. As camponesas, por outro lado, as quais formavam famílias nucleares mais clássicas, estavam muito mais reticentes a expor estas experiências da sua vida para os pesquisadores. O que fica evidente é que na maneira destas mulheres relatarem as suas vidas, percebe-se que as relações de gênero para quem trabalha no campo variam muito, tanto na sua própria organização, quanto na ideologia elaborada para descrevê-las.

A emergência dos movimentos sociais de luta pela terra também foi palco para novos estudos sobre as mulheres, desta vez como agentes participantes. Mesmo sendo pensado como um espaço masculino,

as mulheres aparecem como articuladoras, abrindo caminho para um movimento específico às trabalhadoras rurais (MELO et. al., 2008; CORDEIRO, 2006). Com a participação em encontros, congressos e outras atividades, muitas vezes junto com mulheres da cidade, tiveram contatos com informações sobre os direitos humanos, fazendo com que reconhecessem que seu trabalho tem valor e buscassem visibilidade em meio a relações patriarcais (GOUVEIA, 2003). As mulheres rurais mostram sua mobilização política nas reivindicações de trabalho, produção, créditos para produção, assistência, saúde, educação, defesa da cidadania e violência contra mulher (SILVA, 2007). Observa-se que o tema violência já aparece em cena.

O movimento feminista tem papel fundamental nesse processo, pois vem se articulando com movimentos sociais, sindicais, de mulheres rurais e de agricultoras para pensar como se dá a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar e no trabalho rural. O trabalho das mulheres rurais está tão ou mais “para além da dupla jornada” que o das mulheres urbanas. Ele ocorre numa jornada contínua que vai do amanhecer ao anoitecer, resultando na confusão entre as atividades domésticas e produtivas. De qualquer forma, os estudos apontam para um empoderamento das mulheres rurais, ligadas à participação pública em movimentos sociais.

A partir dessa nova configuração as mulheres vão adquirindo maior autonomia, que em alguns casos, acirra os conflitos na esfera doméstica, ocasionando muitas vezes o abandono do (ou pelo) marido e/ou agressões. Elas adquirem poder e passam a conviver com as duas faces advindas dele: a da potência e a da impotência, sendo a primeira adquirida por *elas* e a segunda sentida por *elas*, que são socializados para o exercício do poder e convivem mal com a impotência, como advertem Heleith Saffioti e Suely Almeida (1995).

É importante observar que mulheres que não têm filhos ou cujos filhos já estão crescidos são as que mais se envolvem nos movimentos sociais exercendo cargos. O que faz pensar que a questão geracional é importante por diferenciar mulheres pela sua dificuldade do afastamento de atividades mais diretamente ligadas à reprodução, cuidados com filhos, maridos e trabalho doméstico em geral. Assim, a condição geracional promove (mas não determina) exclusão e distância, bem como inclusão e envolvimento nos movimentos sociais.

Um esclarecimento básico é interessante antes de prosseguir a exemplificações concretas de alguns trabalhos: o termo gênero não explicita necessariamente que as desigualdades são inerentes entre homens e mulheres, que a hierarquia entre estes é presumida. Pode ser entendido como um conjunto de normas que modelam homens e mulheres, fazendo parte do mecanismo da ordem social, que cada mulher interpretará de forma singular (SAFFIOTI, 1999). Nesse sentido, devemos procurar entender as variabilidades existentes nas relações entre homens e mulheres e nas construções dessas identidades numa multiplicidade de contextos rurais.

Conforme dito na introdução, o problema vai para muito além do acesso à terra e ao emprego. No trabalho rural e, sobretudo, na agricultura familiar, há muitos “patriarcas de patrimônios pequenos” que se resvalam da ideia-valor rural do patriarcado (ver SAFFIOTTI, 2005) para querer impor ordem nas suas casas. A conformidade, aparente ou não, de muitas mulheres, materializa-se pela dificuldade que encontram de se manter no mercado de trabalho e criar uma independência financeira e emocional dos homens, gerando um medo de denunciar, um silêncio. No meio rural nem o “apitaço”,³ inventado para inibir anônima e coletivamente cenas de violência em bairros populares da cidade, consegue ser ouvido. É marcante a falta de apoio por parte de representantes dos poderes públicos e de organizações sociais sensíveis a estas questões. Para não alongar mais estas descrições das condições gerais, vale passar para o exame dos trabalhos e ações concretas.

Realidades diferenciadas: como são vistas as mulheres rurais

No Seminário sobre Violência contra as Mulheres no Meio Rural, ocorrido em novembro de 2007 em Brasília, há um depoimento que sintetiza bem a situação das mulheres rurais frente à violência: “na roça ninguém ouve o grito de socorro da mulher, a mulher não tem

³ O Córrego do Euclides, na zona norte do Recife, ficou conhecido como o bairro do “apitaço”. Em 2004 as integrantes do grupo Cidadania Feminina passaram a usar o apito como forma de chamar a atenção quando uma mulher está sendo agredida ou ameaçada.

como buscar ajuda, não tem transporte, o povoado fica distante 40, 50 km. Não tem delegacia, não tem nada” (Maria Nice Machado - Conselho Nacional dos Seringueiros). Segundo outra participante do seminário, “essa violência a gente vive desde que nasce e dura pela vida inteira”. Estes depoimentos reafirmados pelos resultados da pesquisa de Rosani Schiavani (2002) mostram que o meio rural padece de políticas efetivas de enfrentamento para diminuir as desigualdades existentes.

Schiavini (2002), do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina, realizou uma pesquisa com 514 mulheres deste estado, mostrando que: 34% das entrevistadas conhecem alguma mulher que já foi estuprada e 25% disseram que aconteceu na comunidade; 15% das mulheres agricultoras entrevistadas já foram espancadas pelos seus maridos ou namorados; 53% já se sentiram violentadas por palavras ou dizeres; 34% disseram ter sido humilhadas por serem agricultoras; 64% das entrevistadas disseram que não têm liberdade de tomar decisão sem pedir licença; 52% das mulheres agricultoras declaram que normalmente pedem licença ao marido para tomar qualquer decisão.⁴

A observação do campo no Brasil e, como interessa aqui particularmente, em Pernambuco, identifica um protagonismo que favorece as mulheres numa multiplicidade de cenários. Há histórias notáveis de lidar com as relações do gênero, cada vez mais presente nas publicações e premiações do Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural (NEAD-MDA), o qual desenvolve estudos e pesquisas e avoluma materiais que visam contribuir para o aperfeiçoamento de políticas de desenvolvimento rural, intersectando categorias como gênero, raça e etnia. No caso específico de violência, há espaços abertos no Prêmio Margarida Alves de estudos rurais e gênero, já em sua terceira edição, para o tema concreto da violência contra a mulher, e em suas publicações e divulgações apoiadas, dentre outros, por Lopes e Butto (2008), Scott e Cordeiro (2007) e o próprio site do NEAD.

⁴ Pesquisa Violência Contra a Mulher Rural: uma realidade cruel e invisível, realizada por Rosani Schiavini do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. Disponível em http://www.violenciamulher.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=820&catid=1:artigosassinados&Itemid=5.

Essa realidade, marcada por fatores simbólicos e culturais, tem no seu contexto, principalmente geográfico, um complicador para que as políticas públicas de enfrentamento da violência contra a mulher sejam implementadas. Até o presente, no cenário nacional Delegacias da Mulher (DDM), casas-abrigo e as demais assistências foram pouco pensadas levando em consideração essas mulheres. Os desafios para implementar estes tipos de ação, cada vez mais realizadas no meio urbano, passam por recursos, por distância, por disponibilidade de funcionários, por dificuldades de anonimato, por oposição no poder local e por uma série de outros fatores que deixam as mulheres rurais expostas à sensação de impotência e a experiência de se sentirem alvos de esquecimento sistemático.

No conjunto crescente de pesquisas, trabalhos acadêmicos e políticas públicas ressaltado anteriormente, alguns já figuram como marcas importantes na percepção e na ação diante da violência contra a mulher em áreas rurais. Voltamos a dar destaque aos órgãos que foram criados, a exemplo da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), que muito têm contribuído no enfrentamento. Instituída através da Medida Provisória 103 de 1º de janeiro de 2003, no governo Lula, tem como meta estabelecer políticas públicas para promover a igualdade entre homens e mulheres.⁵

As pesquisadoras e os pesquisadores, dentro das limitações reconhecidas, se orgulham do crescimento das redes de apoio e estão percebendo relevantes mudanças no combate à violência com centros de referência, casas-Abrigo, Delegacias da Mulher e outras ações e campanhas de sensibilização. Há uma sensação de maior fortalecimento no cenário nacional, com a aprovação da Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Há que buscar muito para levar estas sensações de avanço sentidas na cidade para os contextos rurais.

Uma pesquisa que aponta especificamente para diferenças na violência contra mulheres na cidade e no campo é a *WHO Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women* (violência doméstica e saúde da mulher) entre mulheres que têm

⁵ http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/sobre/.

ou que já tiveram parceiros fixos (SCHRAIBER; D´OLIVEIRA, 2002). O seu ângulo comparativo e procedimentos mistos quantitativos e qualitativos fazem com que ela seja uma marca importante na compreensão do Brasil no contexto internacional. O relatório específico do Brasil serve de guia até hoje para a sistematização conceitual e para informar ações voltadas à temática em consonância com as condições locais e nacionais inseridas no contexto internacional. Ele explicitamente divide a atenção entre um pólo urbano, avançado, no centro-sul do país (São Paulo) e um pólo rural, não tão avançado, no Nordeste (a Zona da Mata Pernambucana - ZMP), e estas comparações balizam declarações sobre diferenças urbanas e rurais. Mesmo que os pesquisadores reconheçam que se trata de um local escolhido por uma combinação de precariedade de serviços na área e por atuação de movimentos feministas e consciência presente sobre os assuntos, a tentação de generalizar para “a área rural” é inevitável.

Os dados sobre a violência sofrida por mulheres na ZMP são ricamente detalhados e percebem-se os significados atribuídos a muitos destes dados através do uso de relatos provenientes de grupos de discussão. A comparação dos resultados com os de outros países permite uma ampla gama de diferenciação entre variáveis, fatores e significados, sendo essa evidenciada nas próprias quantificações de ocorrências e nos relatos. Ao realçar as comparações entre países diferentes, se reifica a suposta representatividade mais ampla das únicas áreas rurais escolhidas para fazer pesquisa, tirando a atenção de possíveis divergências que ocorreriam no caso de escolher “outro lugar” ou múltiplos lugares rurais para fazer a pesquisa. Este alerta não desmerece a pesquisa, mas mostra como a escolha do nível de comparação pode influir na percepção de diversidade interna.

A pesquisa multipaís contou com grande esforço da equipe envolvida tanto no sentido técnico, quanto no sentido de atendimento. Realizou a adaptação dos questionários do inglês para o português, elaborando as referências concretas de perguntas sobre violência com o auxílio de pesquisa qualitativa, grupos focais e entrevistas adaptadas aos contextos. Às entrevistadas foi garantido o sigilo, ao mesmo tempo em que se obedeceu o princípio ético de fornecer suporte assistencial para quem demonstrava demandá-lo, recorrendo à parceria com serviços que prestavam assistência a mulheres vítimas de violência. Neste

mesmo sentido, foram entregues às participantes guias de serviços policial, psicológico, jurídico e médico, referentes a cada estado.

Das 940 mulheres entrevistadas em São Paulo, 436 referiram ao menos a uma forma de violência por parceiro íntimo. Já na ZMP, das 1.188 entrevistadas, 644 afirmaram ter ocorrido algum episódio de violência, sendo este distribuído entre violência psicológica (48,9%), violência física (33,7%) e violência sexual (14,1%), sempre com percentuais mais altos que em São Paulo. Na hora de procurar socorro, as mulheres da área rural recorrem mais a familiares (especialmente pais e irmãos) e outras pessoas próximas (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 2002, p. 56). Os serviços mais formais (polícia, líderes religiosos, médicos e conselheiros) se mostram em torno de quatro ou mais vezes menos procurados nas áreas rurais, com a exceção do caso da procura de médicos, o qual se mostra como o caminho formal mais aberto para mulheres no campo.

As moradoras de São Paulo tinham maior escolaridade, menor número de filhos e maior incidência de renda própria comparada às da ZMP. Neste sentido renda, escolaridade e a existência de redes de apoio funcionam como meios de empoderamento contra a violência praticada pelos parceiros. Assim, as mulheres rurais estão “desprotegidas”, se encontram mais vulneráveis, visto que a educação é precária - quando existe - e sofrem com o desemprego, a falta de incentivo à produção e acesso à propriedade da terra. Isto mostra o quanto a população rural sofre com a falta de políticas públicas de educação, emprego e renda que possam garantir melhor qualidade de vida. Em compensação, o meio rural registra menor frequência de mulheres que sofrem de agressões por não-parceiros, evidenciando que as cidades têm um ambiente geral mais violento (SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 2002, p 41).

Outro ponto que acentua o contraste entre áreas rurais e urbanas nesta pesquisa é quanto aos motivos das agressões: na ZMP o fato das mulheres não cumprirem suas tarefas domésticas é responsável por 5% dos casos de agressões, enquanto em São Paulo esta cifra é de apenas 1%. Na área rural, o espaço da casa ainda é considerado o espaço da mulher, no qual ela precisa exercer e cumprir tarefas, mas o homem opera vigiando para ver se as tarefas são cumpridas. É importante pensar sobre a forma de significar o trabalho doméstico em diferentes meios, pois uma divisão rígida de papéis de gênero,

mesmo diante de avanços e conquistas feministas, continua sendo ‘uma pedra no caminho’ das mulheres. As estatísticas registram indiretamente esta diferença ao evidenciar que as mulheres rurais não têm formalizado as suas uniões como “casamento”, mas, com mais frequência estão com uma união conjugal estabelecida (72,4% em São Paulo; 81,9% na Zona da Mata) - e muito menos como namoro com relações sexuais (16,4% vs. 7,8%) (SCHRAIBER et. al., 2007).

A comparação entre países ajuda a reforçar a necessidade de prestar mais atenção a áreas rurais. Ao observar outros países pesquisados, verifica-se que o Brasil encontra-se em posição intermediária de ocorrência de violência. Países como Peru e Etiópia possuem taxas mais elevadas. Como mostra a tabela abaixo, os índices de violência doméstica são maiores nas zonas rurais. Este dado é bastante significativo, substancializando a necessidade de intervenção por meio do estado e dos movimentos sociais no combate à violência doméstica rural.

Quadro 1: Ranking dos países com maior índice de violência contra a mulher na zona urbana e rural segundo a OMS.⁶

| Ranking | Países | Zona Rural/Urbana | Índice de violência |
|-----------|------------------------------|-------------------|---------------------|
| 1º Lugar | Etiópia | Rural | 71% |
| 2º Lugar | Peru | Rural | 69% |
| 3º Lugar | Bangladesh | Rural | 62% |
| 4º Lugar | Republica Unida da Tanzânia. | Rural | 59% |
| 5º Lugar | Peru | Urbana | 51% |
| 6º Lugar | Tailândia | Rural | 47% |
| 7º Lugar | Samoa | Rural | 46% |
| 8º Lugar | Republica unida da Tanzânia | Urbana | 41% |
| 9º Lugar | Tailândia | Urbana | 41% |
| 10º Lugar | Brasil | Rural | 37% |
| 11º Lugar | Namíbia | Urbana | 36% |
| 12º Lugar | Brasil | Urbana | 29% |
| 13º Lugar | Sérvia e Montenegro | Urbana | 24% |
| 14º Lugar | Japão | Urbana | 15% |

⁶ Dados disponibilizados no site [http://www. Mulher.terra.br](http://www.Mulher.terra.br) . Acesso em 10.01.2009, baseado na WHO.

Estes dados da OMS sugerem que as relações de gênero patriarcais conjugadas com uma sensível precariedade de serviços contribuem para permitir a continuação da alta prevalência de violência contra mulheres em áreas rurais. Nas áreas urbanas concentram-se as ações promovidas pelo movimento de mulheres e pelos serviços de suporte governamentais e não-governamentais, contribuindo simultaneamente para tornar explícito e registrar a ocorrência de violência doméstica com mais frequência, bem como para debelar a sua ocorrência através destas ações. Em outras palavras, o ativismo tem colaborado para maior visibilidade e menor aceitação da violência, mas ainda encontra limitados canais para chegar ao campo.

Como apontam algumas autoras (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995; BANDEIRA, 1998; MACHADO, 1998; 2006), mulheres morrem cotidianamente no campo ou na cidade pelo simples fato de serem mulheres e por muitos homens acharem que elas são de sua propriedade, podendo assim dispor da sua vida. As pesquisas realizadas pelo SOS Corpo em Pernambuco (*SOS - Instituto Feminista para a Democracia, o Observatório da Violência Contra as Mulheres em Pernambuco: Caracterização dos homicídios de Mulheres, 2002-2007*) conseguem detalhar a forma como isto vem ocorrendo, contribuindo para uma visão da diversidade do fenômeno.

A referida pesquisa foi motivada pelo alto índice de assassinatos de mulheres no período de 2002 a 2007 e investigou longitudinalmente a ocorrência de violência fatal com mulheres neste Estado. É um estudo quantitativo que aborda a caracterização dos homicídios em três jornais de maior circulação no estado: Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio e Folha de Pernambuco, além de dados da Secretaria de Defesa Social (PORTELLA, 2008).

O que chama atenção neste trabalho é novamente o descaso referente à área rural. Os meios de comunicação priorizam as ocorrências nas áreas da região metropolitana. O Observatório identifica um terço dos casos ocorrendo no interior, sem haver clareza sobre quantos destes assassinatos são, efetivamente, rurais, e quantos urbanos. 9% são do sertão, 11% da Zona da Mata, 14% do Agreste. Há crescimento neste período no Agreste e no Sertão (PORTELLA, 2008). Se os dados da pesquisa da OMS mostram que a violência contra a mulher é maior

na zona rural, o observatório relata que quando se trata de morte, na área urbana mata mais mulheres, mesmo descontando para a probabilidade de sub-registro. É importante ressaltar que tanto a pesquisa da OMS como o Observatório apontam para o fato das agressões e homicídios serem praticadas principalmente por parceiros ou familiares, portanto, estamos falando de mortes causadas pela violência doméstica. Na cidade, conjuga-se a isso uma maior proporção de agressões causadas por múltiplos agressores, o que, mais uma vez atesta ao entorno extradoméstico como mais violento na Região Metropolitana do Recife.

A pesquisa sobre homicídios ainda mostra um deslocamento nos lugares de ocorrência dos crimes. No campo e na cidade, os crimes acontecem em casa, mas agora eles são mais recorrentes em via pública, terrenos baldios ou matas. Ou seja, o aumento do cenário em que as mulheres são encontradas mortas caminha do privado para o público. Entretanto, não devemos esquecer que a violência doméstica tem, no espaço do domicílio, o palco para muitas ações, não se restringindo apenas a esse (SAFIOTTI, 1999). Como nem sempre os dados estão separados por localidade, dificulta uma análise mais apurada das áreas rurais e o lugar de ocorrência dos crimes.

Se, no que se refere à área urbana, os dados apontam para a concentração de homicídios em lugares de atuação de grupos criminosos (PORTELLA, 2008), ao focar as áreas rurais cabe se perguntar como e de que forma ocorre a violência contra a mulher em áreas rurais de plantio de maconha, de narcotráfico ou de outros espaços que possam ser caracterizados como manifestando ou abrigando criminalidade. Será que nestes espaços intensificam a intimidação e o subregistro de casos?

Áreas onde há conflitos fundiários não podem ser vistas como envolvendo criminalidade em si, mas no que concerne à violência doméstica, apresentam condições específicas que merecem investigação para entender a sua relação com a violência doméstica, pois tanto é possível imaginar ou uma intensificação devido aos conflitos, quanto é possível imaginar uma solidariedade e menor ocorrência devido à mobilização solidária em torno do objetivo de obter terra.

Com estudos, movimentos, organizações não governamentais e governamentais, a situação da mulher rural tem se tornado mais visível.

O MDA, através do Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), vem atuando na tentativa de garantir a inserção das trabalhadoras rurais em programas de crédito para produção rural via o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar Nacional PRONAF, dedicando 30% do orçamento para crédito direto às mulheres e garantindo a titulação conjunta das terras de assentados/as.

Mas ainda persistem desigualdades de gênero muito fortes no meio rural como, por exemplo, a pouca documentação que impede inclusão em programas para muitas mulheres (CORDEIRO, 2007). Adicionalmente, e às vezes pela mesma razão, as mulheres encontram obstáculos em conseguirem direitos como a aposentadoria que, quando obtida, já se mostrou um eficiente mecanismo para melhorar a sua condição no próprio campo, sem ter que recorrer à moradia urbana (SCOTT, 2007; BELTRÃO et. al. 2005).

É importante atentar para o fato de que ter a posse da terra, crédito rural e a aposentadoria pode representar uma relativa autonomia, na medida em que a dependência financeira absoluta do marido diminui significativamente, gerando modificações nas relações de poder, principalmente no âmbito familiar (MEDEIROS, 2008). Então o fortalecimento e garantia de direitos à renda mais autônoma é um passo na direção de combater a violência contra a mulher no campo.

O Instituto Patrícia Galvão⁷ divulgou a pesquisa Ibope 2006 (antes da lei Maria da Penha) em que 62% dos respondentes eram de “cidades no interior”. Mostrou que desde 2004, entre uma lista de sete opções, a violência contra a mulher é o problema que mais preocupa homens e mulheres no Brasil. No entanto, também demonstra que as(os) entrevistadas(os) acham que a justiça age com descaso para o problema, aumentando a impunidade. Há limitações a esta desaprovação. Quando examina a abertura para a ideia de que alguma coisa possa justificar a violência, apenas 1 em cada 8 respondentes da área metropolitana concorda, enquanto 1 em cada 5 concorda no interior.

Na internet, diversos sites sobre violência contra a mulher reportam informações sobre mulheres no meio rural, embora ainda

⁷ <http://www.violenciamulher.org.br>. Pesquisa IPOPE - Percepção e reação da sociedade sobre a violência contra a mulher. Acesso em 01.02. 2009.

ocupem um espaço minúsculo no conjunto total dedicado ao contexto urbano. Um exemplo disso é o site [http:// www.violenciamulher.org.br](http://www.violenciamulher.org.br) que, acessado em outubro de 2008, incluiu o artigo intitulado “Violência contra a mulher rural: uma realidade cruel e invisível” no meio de uma lista impressionante de reportagens que se concentram mais em casos urbanos, na mídia e na legislação. Estas páginas constituem um canal promissor que desenvolve novas tentativas de visibilizar a violência.

Um dos eventos que oferece visibilidade sobre estas questões continua sendo a Marcha das Margaridas, cuja última realização foi em agosto de 2007, repetindo o tema definido desde o início, *Contra a fome, a pobreza e a violência sexista*, já referendada aqui. A Marcha aglutina mulheres de uma pluralidade de atividades no campo, de locais e atividades produtivas as mais diversas. A questão de violência unifica estas diferentes mulheres “na luta” ao mesmo tempo em que consegue ser um espaço em que cada movimento de locais e de atividades diferentes consegue evidenciar as diferenças (SILVA, 2008). O evento aparece como marco reforçado por ter uma repetição periódica, uma abrangência nacional e um caráter aberto - associado à Confederação de Trabalhadores na Agricultura - e é justamente ao aglutinar e sistematizar as reivindicações que são forjadas situações que possam redundar em novas políticas e em novas medidas para um ou outro segmento de mulheres.

Percebe-se que crescem os eventos em torno da questão da realização do Seminário *Violência contra as mulheres no meio rural - diagnóstico, desafios e propostas*, em 2008, com apoio de ONGs, e o *Fórum de Políticas contra a Violência no Campo e na Floresta*. Nestes, os dados das pesquisas feitas em Pernambuco citadas aqui foram debatidos e serviram para diagnosticar e propor ações no combate à violência. No fórum, foi a própria coordenadora do Movimento de Mulheres do Sertão Central de Pernambuco, Vanete Almeida que, na condição de coordenadora da Rede LAC (Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe), declarou que as informações continuam insuficientes para orientar políticas públicas que realmente contemplem as mulheres rurais, e fica evidente que a diversidade e a especificidade conformam um desafio, ora dando substância a demandas concretas, ora complicando tentativas de aplicações de políticas universais.

Quase simultaneamente, a SPM e o MDA lançam a campanha “Mulheres Donas da Própria Vida - Viver sem violência é um direito das mulheres do campo e da Floresta”, tendo como foco as mulheres trabalhadoras rurais, quebradeiras de coco, negras rurais e quilombolas, mulheres da Amazônia, seringueiras e camponesas. A campanha visa realizar oficinas culturais, atividades nas escolas, elaboração de programas de rádios e radionovelas, além de ações educativas objetivando estabelecer uma rede de solidariedade para minimizar o problema da violência doméstica.

O principal objetivo destas atividades é fazer com que os conhecimentos de leis como a Maria da Penha cheguem a estas mulheres. No vídeo divulgado pela campanha, observa-se o depoimento de várias mulheres que conseguiram romper a barreira da violência como, por exemplo, Dona Karla: “moradora da Paraíba, ela é uma das vítimas que ganharam proteção com base na lei Maria da Penha após ser ameaçada pelo marido. Atualmente, ela conduz uma cooperativa de mulheres produtoras de flores, atividade que rendeu a ela o prêmio nacional Mulheres Empreendedoras, título concedido pelo Sebrae”. (Fóruns PLP’s do Distrito Federal, 2008).⁸ A inclusão de mulheres rurais entre as Promotoras Legais Populares acumula mais força para permitir a realização de ações e evidencia claramente o quanto a inserção em redes mais amplas quebra a resistência que o silêncio da distância parece conferir de uma forma implacável.

Dessa forma, a toada “Mulheres donas da própria vida” passa de um trocadilho simples e toma o formato de uma reivindicação de reconhecimento delas pelo estado não somente como elas próprias, mas também como aliadas de outros movimentos e outras instituições e, acima de tudo, como cidadãs de direito. Nesta condição, legitima-se a reivindicação de ampliação de serviços de apoio.

A SPM disponibiliza em seu site⁹ dados relativos ao atendimento na Central de Atendimento à Mulher - (tel. 180) de janeiro a outubro de 2008, mostrando que a maior parte das mulheres atendidas era casada, negra, possuía ensino médio incompleto e com idade variando

⁸ <http://www.forumplp.org.br>.

⁹ <http://www.spm.gov.br>.

entre 20 e 40 anos. Estes se assemelham aos dados da OMS em 2002, demonstrando que houve pouca alteração no quadro. É importante frisar que esse serviço não alcance talvez muitas mulheres do campo nem das florestas pelas dificuldades inerentes de comunicação, revelando que até para se inserir nessas redes mais amplas, mulheres rurais frequentemente precisam ter um pé na cidade. A extensão dos meios de comunicação e da portabilidade deles ainda encontra sérias limitações técnicas e de custos que dificultam participação regular nessas redes.

Mesmo diante dessa ressalva, o interessante da campanha “Mulheres Donas das suas Próprias Vidas” é a diversidade de mulheres atingidas. Outras protagonistas surgem como mulheres da floresta e quilombolas, mostrando que o termo ‘rural’ é complexo e diversificado. Isto reflete a própria conjuntura nacional dos movimentos sociais, demandando políticas públicas específicas, requerendo um olhar diferenciado, ambiental, étnico e racial.

Já insistimos que as escassas políticas efetivadas até o momento não as alcançam, as delegacias são raras e se concentram, quando não nas regiões metropolitanas, nos centros urbanos que são pólos de atividades em áreas onde também há produção rural. Escassa não quer dizer inexistente. Em Pernambuco, além da capital Recife e a área metropolitana, apenas Caruaru e Petrolina possuem Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). Petrolina ainda conta com um núcleo de apoio à mulher e Floresta, sertão de Pernambuco, conta com uma casa abrigo, a “Viva mulher viva”,¹⁰ que consta como operando em condições insatisfatórias pela avaliação do próprio governo do Estado (SECRETARIA DA MULHER, 2008, p.19).

Agendas de ação estadual são compostas por prioridades políticas definidas e a percepção de alguma necessidade de ação. No material de divulgação da Secretaria da Mulher do Governo do Estado de Pernambuco, o meio rural é contemplado indiretamente entre as prioridades (territórios de exclusão, indígenas e negras, desenvolvimento sustentável). Ou seja, o fato de ser da área rural é importante porque se acumula mais algum atributo para poder entrar no rol de

¹⁰ Dados disponibilizados no site <http://www.mda.gov.br>.

prioridades do governo nesta esfera. O Plano Estadual, no seu próprio título, declara a intenção de “prevenir, punir e erradicar” a violência contra as mulheres. Retrata as inadequações e a necessidade de ampliação e ações integradas e anuncia vontade de promover ações que abarquem o estado e as redes de apoio. No que diz diretamente respeito ao interior (pois não há referência concreta explícita ao meio rural em si, fora a referência a trabalhadoras rurais em listas que identificam a pluralidade das demandantes), a diretriz número 8 do Plano Estadual trata de um assunto caro ao governo do Estado: a interiorização, declarando que os programas de enfrentamento de violência de gênero devem funcionar “na perspectiva de gestão compartilhada entre as esferas municipal e estadual” (SECRETARIA DA MULHER, 2008, p.24), e na operacionalização prevista anuncia a intenção de implantar 14 delegacias-pólo e defensorias-pólo especializadas no atendimento de mulheres em todas as regiões do estado, bem como a criação de secretarias municipais ou coordenadorias em mais que a metade dos municípios.

O reconhecimento de inadequações e o planejamento de ações são passos importantes na ampliação de serviços no enfrentamento à violência contra a mulher, mas continua evidente que o meio rural em si ainda é relegado a ator coadjuvante. Além de constatar silêncios e faltas, um dos caminhos para lidar com o problema é o de coletar informações, organizá-las e torná-las mais conhecidas e articuladas com as políticas programadas justamente para reivindicar atenção específica e ações concretas via as vozes reconhecidas de mulheres do campo.

Considerações finais

A partir dessas reflexões é possível pontuar que o assunto de mulheres vítimas de violência no campo ainda ocupa um espaço reduzido tanto no campo de estudos e pesquisas sobre o contexto rural, quanto no campo de estudos e pesquisas sobre violência contra a mulher. As pesquisas que combinam estes dois aspectos, então, são ainda incipientes. Este artigo demonstra que as mulheres sofrem múltiplas violências no contexto rural.

Mesmo que sejam poucos, os estudos de bases populacionais (com destaque para a WHO *multi-country report*) revelam que em

áreas específicas a violência doméstica no meio rural, tão despercebida, tem uma ocorrência proporcionalmente maior que a violência tão “observada e tratada” nas cidades. Há uma tríade de iniciativas, articulando pesquisadores/as, movimento feminista e governo a qual está abrindo espaços para trazer à luz esta realidade.

Questiona-se uma visão herdada da perspectiva Chayanoviana que supervaloriza a unidade familiar e os seus ciclos, na qual se percebe a mulher como plenamente integrada em processos de produção familiar que engloba e ofusca o conteúdo de desigualdade que se manifesta nas hierarquias de gênero no campo. Ao admitir a multiplicidade de contextos rurais, a evidência de contendas internas à família mostra que o espaço doméstico é um campo de negociações e de confrontos que nem sempre tem desfechos integradores. O governo estimula pesquisas e ações desde os níveis federais (NEAD-MDA e SPM especialmente), até os níveis estaduais e municipais (Secretarias e Coordenadorias).

Os/as pesquisadores/as integram grupos que revelam dados que apontam necessidade de maior compreensão e de maior ação. Confundem-se (no bom sentido) com integrantes de movimentos (de gênero e de grupos rurais) que conjugam pesquisas, brochuras, páginas de internet e outros usos criativos dos meios de comunicação para divulgar e mobilizar acerca da criação de consciência que possa resultar em mais atenção para o assunto. E mesmo assim, devido à amplitude das preocupações de cada um dos atores, a violência contra mulheres no campo termina por constituir uma parcela ainda ínfima do espectro de ações desses atores todos. E isto justamente em contextos sociais rurais diversos onde a transparência da manifestação exacerbada da condição desigual, hierárquica, põe as mulheres em situações de alta vulnerabilidade.

Alguns mecanismos externos possibilitam o empoderamento da mulher, como a participação em movimentos sociais e a implantação de serviços de apoio. Tais ações podem gerar reações que inicialmente signifiquem o acirramento de violência doméstica, mas que com o tempo possam criar mecanismos mais eficientes de prevenção, punição e erradicação (para tomar emprestadas as palavras do plano estadual do estado de Pernambuco). Enquanto as mulheres rurais não

tiverem garantido direitos com redes de apoio, DDMs e informações, as múltiplas formas de violência vão se perpetuando.¹¹

Começa a se ouvir o interior. Com frequência o “interior” mais alcançado por políticas públicas é a parte mais urbana dos municípios, favorecidos pelas suas capacidades de implantação de serviços. Pelo menos é chegar mais perto, mas para efetivamente tornar-se uma política para a área rural, tem que explicitar o objetivo. É preciso pensar o contexto rural e suas especificidades para políticas e estratégias de combate à violência, e para isso há necessidade de dialogar diretamente com as mulheres do campo através das pessoas que integram e apoiam os seus movimentos reivindicatórios e representativos.¹²

Realizar pesquisas sobre violência doméstica em contextos rurais mostrando o espaço rural como um campo de negociações entre homens e mulheres que não estão presos a hierarquias familiares reprodutoras de um espaço de trabalho camponês idealizado como unificado é uma das diversas formas de fazer com que os gritos de alerta nas áreas rurais não sejam tão abafados quanto historicamente ocorrera. E vale lembrar a advertência anterior: ver a inserção de mulheres não apenas como cônjuges, como vem sendo enfatizado até agora, mas também como filhas ou como avós pode trazer novas luzes à problematização que reconhece ainda mais as transformações que informam conflitos e conformações nas relações entre mulheres e homens de idades diferentes, com mobilidades, acessos a recursos e articulações diferentes com os mundos de produção, de educação e de residência.

Referências

AGUIAR, Neuma. *Tempo de Transformação no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1980

¹¹ Ver Anexo.

¹² Atualmente a pesquisa *Violência Contra Mulheres em Contextos Rurais em Pernambuco: Experiências, Movimentos e Organizações na Construção de Redes de Apoio* está sendo desenvolvida por uma equipe de pesquisadores do FAGES com apoio do CNPq justamente para ouvir como as mulheres de áreas rurais de Pernambuco têm tratado a violência contra as mulheres e as suas ideias sobre como lidar com ela.

ABRAMOVAY, Ricardo. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: *Anais do Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília/DF: PNUD, 1997.

BANDEIRA, Lurdes. O que faz da vítima, vítima? In: OLIVEIRA, Djair et. al. (orgs.). *Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BELTRÃO, Kaizo Iwakami; CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão e. *Mudanças nas condições de vida dos idosos rurais brasileiros: resultados não-esperados dos avanços da seguridade rural*. n. 1066. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. (Texto para discussão).

CHAYANOV, Alexander V. The Theory of Peasant Economy. In: KERBLAY, Thomer & Smith (eds.) *A.V. Chayanov on the Theory of Peasant Economy*. Homewood: American Economic Association/ Richard D. Irwin, 1966.

Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. In:

www.saude.rj.gov.br/Docs/apav/Convencao_Belem.pdf.

CORDEIRO, Rosineide. Vida de agricultoras e histórias de documento no Sertão de Pernambuco. In: CORDEIRO, Rosineide e SCOTT, Parry (orgs.). *Mulheres em áreas rurais nas regiões norte e nordeste (Dossiê)*. In: *Revista de Estudos Feministas*. v. 15. p. 453-469, 2006.

_____. *Mulheres em áreas rurais nas regiões norte e nordeste*. In: *Revista de Estudos Feministas*. v. 15., 2007.

GARCIA, Afrânio Raul Jr. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero/CNPq-UNB, 1990.

GOUVEIA, Taciana. Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras. In: *Observatório da Cidadania*. Relatório 2003. Rio de Janeiro: Ibase, 2003.

HEREDIA, Betriz Alásia de. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAVINAS, Lena (coord). *Mulher rural: identidades na pesquisa e na luta política*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1987.

LOPES, Adriana; BUTTO, Andrea B. (org). *Mulheres na reforma agrária: a experiência recente do Brasil*. Brasília: MDA, 2008.

MACHADO, Lia Zanotta. Depoimento de pesquisas feministas sobre violência. In: GROSSI, Miriam; MINELLA, Luzinette Simões; PORTO, Rozeli. *Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência*. Florianópolis: Mulheres, 2006, p. 169-212.

_____. Matar e morrer no feminino e no Masculino. In: *Série Antropologia* n.239, 1998.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão In: LOPES, Adriana; ZARZAR, Andréa Butto (org). *Mulheres na reforma agrária: a experiência recente do Brasil*. Brasília: MDA, 2008.

MELO, Hildete P.; CAPPELLIN, Paola; CASTRO, Elisa Guaraná. Agricultura familiar nos assentamentos rurais: nas relações entre mulheres e os homens o caso do Pontal do Paranapanema. In: LOPES, Adriana; ZARZAR, Andrea Butto (org). *Mulheres na reforma agrária: a experiência recente do Brasil*. Brasília: MDA, 2008.

MURARO, Rose Maria. *A Sexualidade da Mulher Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1983.

OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM PERNAMBUCO. *Encontro com a Imprensa*. SOS Corpo. Recife, 08 de Setembro de 2005.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Sistema de produção: uma perspectiva de gênero. In: *Revista Proposta*. ano 25, n. 71. Rio de Janeiro: Fase, 1997.

PALMEIRA, Moacyr. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantação tradicional. In: *Contraponto II*. v.2, Niterói: Centro de Estudos Noel Nuttels, 1977a.

_____. Emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste. In: *Anuário Antropológico*. n.76. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977b.

PESQUISA IBOPE. *O que a sociedade pensa sobre a violência contra as mulheres*. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, dezembro, 2004.

PORTELLA, Ana Paula. Observatório da violência contra as mulheres em Pernambuco: Caracterização dos Homicídios de Mulheres 2002-2007. SOS Corpo. Recife, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. O Trabalho feminino sob o capitalismo dependente: opressão e discriminação. In: *Anais da ABEP*. 1979.

_____. *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*. 2002. Disponível em <[http://: www.unb.br](http://www.unb.br)>. Acesso em 10 jun. de 2008.

_____. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

_____. Violência disseminada: já se mete a colher em briga de marido e mulher. In: *São Paulo em perspectiva*. v.13 n.4, out./dez. São Paulo, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth & ALMEIDA, Suely S. de. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SALES, Teresa. *Agreste, Agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

SCHRAIBER, Lílian; D´OLIVEIRA, Ana Flavia. *Draft Country Report: Who Multi Country Study on Women’s Health And Domestic Violence Against Women, Brazil*. W6/181/13. São Paulo, 2002.

SCHRAIBER, Lílian; D´OLIVEIRA, Ana Flavia; FRANÇA-JUNIOR, Ivan; DINIZ, Simone; PORTELLA, Ana Paula; LUDERMIR, Ana Bernarda; VALENÇA, Otávio; COUTO, Márcia Tereza. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. In: *Revista Saúde Pública*. 2007, p.797-807.

SCHIAVINI, Rosani. *Violência Contra a Mulher Rural: uma realidade cruel e invisível*. http://www.violenciamulher.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=820&catid=1:artigos-assinados&Itemid=5 . Acesso em agosto de 2008.

SCOTT, Parry (coord). *Saúde e pobreza num bairro popular do Recife*. Recife: Universitária, 1996.

_____. Morais, religião e sexualidade em contextos urbanos, rurais e indígenas: namoro, aborto e responsabilidade. In: SCOTT, Parry; ATHIAS, Renato; QUADROS, Marion (org). *Saúde, sexualidade e famílias urbanas, rurais e indígenas*. Recife: Universitária, UFPE, 2007, p.13-54.

_____. Ruralidade e mulheres responsáveis por domicílios no Norte e no Nordeste. In: CORDEIRO, Rosineide e SCOTT, Parry. Mulheres em áreas rurais nas regiões norte e nordeste. In: *Revista de Estudos Feministas*. v. 15. 2007, p. 425-436.

_____. Família, gênero e poder no Brasil no Século XX. In: *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. v. 58. n. 1. 2004a, p. 29-78.

_____. Monoparentalidade, analfabetismo e políticas de gênero e geração. In: *ANAIS XIV Encontro da ABEP, 2004b*. Disponível em (http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=705&nivel=2)

_____. *Between Captivity and the Middle of the World: Household Organization and Migration Among Rural Workers in Pernambuco, Brazil*. Phd Dissertation. Austin, University of Texas, 1981.

SCOTT, Parry; SALLES, Nara; NETA, Francisca Maria; VASCONCELLOS, Mônica. Gerações, gênero e mudança rápida dirigida no campo: lições de Itaparica. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. v. 12, n. 2, 1996, p. 181-208.

SCOTT, Parry e CORDEIRO, Rosineide. *Agricultura Familiar e Gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: NEAD/Editora Universitária da UFPE, 2007.

SECRETARIA DA MULHER, GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Plano Estadual para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres*. Recife, Governo do Estado de Pernambuco, março, 2008.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores de cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, Berenice Gomes da. *A Marcha das Margaridas: resistências e permanências*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, Carmen. Introdução. In: SILVA, Carmem (org). *Encontros Possíveis - Feminismo e Agroecologia*. Recife, SOS-Corpo, 2007.

STOLCKE, Verena. As Mulheres do Caminhão da Turma. In: *Debates e Crítica*. São Paulo, 1975.

VAN DER SCHAAF, Alie. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. In: *Sociologias*. n.10, Porto Alegre, 2003, p. 412-442.

_____. *Jeito de mulher rural*. Passo Fundo, UPF, 2001.

WOORTMANN, Ellen. *Herdeiro, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. Brasília, Hucitec/UNB, 1994.

WOORTMANN, Ellen & WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e o simbólico da lavoura camponesa*. Brasília, UnB, 1997.

WOORTMANN, Klaas. O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins. In: *Série Antropológica*. Brasília, UNB, 2001.

Sites utilizados:

<http://www.contag.org.br/margaridas/index.php>. Acesso 4.11.2008.

[WWW.soscorpo.org.br](http://www.soscorpo.org.br) . Acesso 4.11.2008.

http://www.violenciamulher.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=820&catid=1:artigos-assinados&Itemid=5. Acesso 08.12.2008.

[Http:// www.forumlp.org.br](http://www.forumlp.org.br). Acesso 08.12.2008.

[Http:// WWW.spm.gov.br](http://WWW.spm.gov.br) . Acesso 10.01.2009.

<http://www.mulher.terra.br> . Acesso 10.01.2009.

[HTTP://www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br) . Acesso 10.01.2009.

Anexo:

Reproduzimos o seguinte trecho longo do **Anuário da Secretaria da Mulher em Pernambuco** para o ano de 2008, no qual se evidencia um trabalho simultaneamente integrado e particularizado, afetando locais de ruralidade diversa. Os municípios do interior com populações urbanas maiores recebem apoios com mais frequência e intensidade, mas mesmo estes têm uma população rural significativa. Destaque merece ser dado a um avanço significativo na criação de sete delegacias da mulher no interior (por ser do interior se imagina que estariam equipando-se para ouvir melhor os relatos provenientes das áreas rurais, e não somente das áreas urbanas, dos municípios), a

preparação de Centros de Referência de Atendimento a Mulheres em Situação de Violência em seis municípios, apoio para um encontro de capacitação em gênero organizado pela Federação de Trabalhadores na Agricultura em Pernambuco. Segue na íntegra o item que especifica ações nas áreas rurais:

4 - PROMOÇÃO DAS AÇÕES DE GÊNERO NA ÁREA RURAL

Com perspectivas de interiorizar as ações de gênero, a Secretaria da Mulher promoveu ações a partir dos seguintes eixos, em 2008:

Formação da Rede de Agentes de Políticas Públicas para as Mulheres

- Execução do Projeto de Formação de Rede de Agentes de Políticas Públicas para Mulheres Rurais, do Programa Chapéu de Palha Mulher, que em 2008 atendeu 2.113 mulheres rurais trabalhadoras da palha da cana, de 47 municípios, envolvendo 13 organizações sociais (2 Associações, Centros de Mulheres de 7 municípios, CEAS, SENAI, Agência Mandalla e CEDEPE), sendo:

- a) 1.020 mulheres no curso de formação;
- b) 140 mulheres no curso de Pedreiras de Alvenaria e Acabamento;
- c) 664 mulheres no curso de Desenvolvimento Pessoal e Profissional;
- d) 330 mulheres no curso de Mandalas, resultando na implantação de 11 mandalas.

- Realização de 03 Seminários de abertura para 350 mulheres rurais, com 8h cada, nos municípios de Goiana, Gameleira e Glória de Goitá;

- Apoio recreativo para 1.440 crianças de até 07 anos de idade, filhas e filhos das mulheres rurais em capacitação;

- Seminário de Capacitação para as educadoras e recreadoras do Projeto de Formação de Rede de Agentes de Políticas Públicas para Mulheres Rurais, com total de 79 participantes;

- Produção, edição, publicação e distribuição de 2.500 livros “Mulheres Semeando Cidadania” e aquisição e Distribuição de 1.100 livros “A Estrada da Sabedoria” para as capacitações do Projeto de Formação de Rede de Agentes de Políticas Públicas para Mulheres Rurais;

- Seminário de Encerramento do Projeto de Formação de Rede de Agentes de Políticas Públicas para Mulheres Rurais - Chapéu de Palha/2008 para 2.000 mulheres;

- Realização da Pesquisa de Avaliação com 1.800 mulheres rurais sobre os impactos imediatos decorrentes de sua participação nos cursos do Programa Chapéu de Palha/2008.
- Celebração do Convênio nº 155/08, com a SPM-PR, para execução do Projeto Ação Convergir Mulher, destinado às mulheres das regiões do Agreste e Sertão do Moxotó, inserindo-as no processo de Formação da Rede de Agentes de Políticas Públicas para as Mulheres.
- Apoio da UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher para contratação de consultoria especializada em agricultura familiar, com recorte de gênero e raça, para assessoramento na elaboração, monitoramento e avaliação do projeto de Formação da Rede de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais da área da fruticultura irrigada, localizada nos municípios de Petrolina, Lagoa Grande e Santa Maria de Boa Vista, no sertão de São Francisco.

Desenvolvimento Sustentável e Direito à Terra

- Participação na I Conferência Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidária realizada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA e Secretaria de Agricultura do Estado;
- Participação no evento de debate da matriz das ações territoriais do Agreste Meridional, do programa Territórios da Cidadania e no Seminário do Fórum Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Agreste Meridional;
- Participação na Feira dos Municípios de Pernambuco - FEMUPE - com grupos de artesãs dos municípios de Bom Jardim (RD 09), Lagoa do Carro (RD 11), Bonança (RD 10) e Recife (RD 12), totalizando 04 grupos de mulheres;
- Realização de Seminário para Planejamento de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais de Pernambuco, com o apoio da Comissão de Mulheres Rurais da Secretaria da Mulher, com 50 participantes; (...)
- Organização da 1ª Feira da Economia Feminista e Solidária, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, INCRA e Prefeitura do Recife.



Reconhecimento e autonomia: o impacto do Pronaf-Mulher para as mulheres agricultoras¹

Carmen Osorio Hernández

Introdução

Este artigo parte de uma análise teórica sobre o reconhecimento e autonomia para sustentar a inserção das mulheres nas políticas públicas de crédito rural no contexto da Agricultura Familiar. A pertinência desta temática fundamenta-se nas desigualdades de gênero presentes na dinâmica da agricultura familiar, tendo um impacto diferenciado nas condições de vida das mulheres rurais.

Uma das mudanças significativas registradas nas últimas décadas no estado do Rio Grande do Sul está o êxodo rural, no qual predominam mulheres jovens, que têm migrado para as grandes cidades em busca de trabalho ou de formação educacional. Esse fenômeno migratório pode ser explicado por diversos fatores ligados às dinâmicas intrafamiliares, tais como questões referentes à sucessão geracional dos estabelecimentos agropecuários, à divisão sexual do trabalho e à invisibilidade do trabalho feminino, que têm provocado uma maior masculinização do meio rural brasileiro (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; BRUMER, 2004).

¹ Para a elaboração deste artigo foram utilizados alguns dados da Tese de Doutorado da autora, defendida em março de 2009 (Hernández, 2009).

É nesse contexto que emerge o questionamento da participação feminina no mundo rural a partir da constatação da invisibilidade do seu trabalho e de sua fraca inserção nas atividades agropecuárias (MELO; DI SABBATO, 2006), principalmente nos estabelecimentos familiares em constante processo de transformação social e produtiva. Essa invisibilidade constituiu o principal marco de referência dos movimentos sociais (de mulheres) na demanda de uma linha de crédito direcionada às mulheres rurais. Desta forma, o Pronaf-Mulher surge sob o pressuposto de que através do acesso ao crédito é possível gerir uma atividade própria que possibilite às mulheres contribuir para a renda familiar e repercutir na sua autonomia econômica, bem como permitir-lhe um reconhecimento e uma maior participação política.

Entende-se por autonomia a autodeterminação e independência de uma pessoa na capacidade de definir as próprias metas e agir em consequência delas (ANDERSON; HONNETH, 2004). Logo, a autonomia econômica refere-se à sua capacidade de gerar renda e de decidir tanto sobre a forma como essa renda é utilizada quanto para gastos próprios e familiares (KABEER, 1999). Já o reconhecimento em termos analíticos é uma condição necessária para a formação de uma subjetividade integral e o pleno desenvolvimento humano (ANDERSON; HONNETH, 2004). Para esses autores, através do reconhecimento os sujeitos podem garantir a plena realização de suas capacidades e uma autorrelação marcada pela integridade. Nancy Fraser (2001) considera que o reconhecimento é uma questão de justiça que requer tanto de políticas de redistribuição para responder às injustiças de ordem econômica, quanto de reconhecimento para as injustiças de ordem cultural.

A noção de desenvolvimento humano refere-se a uma expansão de liberdade, considerada como o fim primordial e o principal meio desse desenvolvimento, e onde a questão “das liberdades dos indivíduos é considerada como elemento constitutivo” (SEN, 1999, p. 33). Neste sentido, atenta-se particularmente para a expansão das “capacidades” (*capabilities*) das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam com uma ampla decisão. Por um lado, essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, o encaminhamento dessa política pode ser influenciado pelo uso efetivo das capacidades participativas da sociedade.

Portanto, com base nos aportes dos referidos autores e a partir da experiência das mulheres que obtiveram o financiamento sob a modalidade Pronaf-Mulher no município de Rodeio Bonito, localizado na Região do Alto Uruguai, Rio Grande do Sul, este trabalho objetiva analisar de que forma as políticas de crédito rural – especificamente o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf-Mulher) constitui uma forma de reconhecimento e autonomia para as mulheres rurais no contexto da agricultura familiar.

Para responder a tal objetivo, o texto encontra-se organizado em quatro itens: no primeiro, é feita uma breve descrição do contexto empírico; no segundo são expostos, de forma geral, os aspectos sobre a origem do Pronaf-Mulher; no terceiro são destacados alguns elementos que permitem o reconhecimento das mulheres e os limites para sua autonomia. Destacam-se também as condições de inserção das mulheres na atividade leiteira a partir do crédito, bem como os desafios do Pronaf-Mulher e, por fim, colocam-se de forma sucinta as considerações finais.

Contextualização da pesquisa empírica

A abordagem deste estudo foi de corte qualitativo e o foco de análise centrou-se nas experiências das 23 mulheres que receberam o crédito Pronaf-Mulher no período de 2005-2006² no município de Rodeio Bonito, localizado na Região do Alto Uruguai do Estado do Rio Grande do Sul. Segundo o Censo Demográfico do IBGE (2000), a população do município era de 5.751 habitantes, sendo 32,2% rurais (47,6% mulheres e 52,4% homens) e 67,8 % urbanos (50,9% mulheres, 49,1% homens). Neste sentido, praticamente a metade da população total eram mulheres (49,85%). Segundo o IBGE (2007), atualmente existem no município um total de 5, 698 habitantes.

A agricultura familiar é entendida aqui como uma forma social de trabalho e produção que ainda conserva os traços típicos sobre raízes do campesinato (WANDERLEY, 2001). No entanto, especificamente

² Nesse período, implementou-se o programa no município onde foi realizada a pesquisa empírica.

para os agricultores da região do Alto Uruguai, são diversas suas estratégias de reprodução social em função da dinâmica mercantil que prevalece no município onde foi realizado o trabalho empírico.

O município possui 1.092 estabelecimentos agropecuários, sendo que 55% concentram-se em áreas de 05 a 10 hectares e somente 23% em áreas de 20 a 30 hectares. A estrutura fundiária é caracterizada pela predominância de pequenas propriedades, com área média de 8.75 hectares, terras com topografia acidentada. 30% do território são planos ou levemente ondulados. O restante (70%) constitui-se de terreno montanhoso (DOURADO, 1987; SAVOLDI, 2003). Nos casos entrevistados, por sua vez, as famílias possuem em média 13 hectares.

As principais atividades econômicas são a produção pecuária (representada por gado leiteiro e criação de suínos) e a agricultura, em que predominam principalmente os cultivos de milho, soja, feijão, fumo e trigo. Nos últimos anos, a partir da década de 1990, tem sido incentivada a produção de leite e, recentemente, a produção de laranja.³ Além dessas atividades, encontram-se estabelecidas diversas indústrias e agroindústrias (derivados de cana de açúcar e um laticínio⁴), bem como algumas cooperativas de crédito.⁵ As atividades agropecuárias, juntamente com as diversas indústrias e os pequenos comércios, constituem as principais alternativas de geração de renda e, por sua vez, fornecem as principais fontes de emprego à população local (SAVOLDI, 2003).

No que se refere às características específicas das mulheres entrevistadas, ressalta-se que 20 são casadas, apenas duas são viúvas e uma é solteira. 52 % das mulheres estão entre os 40 e 55 anos de idade, 16% estão acima dos 55 anos e 32% tem menos de 40. De um total de 69 filhos/as⁶ residentes, 68% correspondem ao sexo masculino, 31% ao

³ De acordo com a informação proporcionada pela Emater, no ano 2007, a área de produção de laranja era de 175 hectares. Já em 2008, a área aumentou para 251 hectares, tendo uma produção anual de 2,250 ton./hectares. Enquanto que a produção de leite, em 2007, foi de 168.300 litros/mês, passando para 240.000 litros /mês em 2008.

⁴ O laticínio Stefanello iniciou suas atividades em 1996 no município de Seberi. No ano 2000 a empresa foi transferida para o município de Rodeio Bonito e no segundo semestre de 2007 foi estabelecida uma agropecuária para facilitar o atendimento dos clientes.

⁵ No ano 2004 foi estabelecida no município a cooperativa (Cooper A1), filiada à Cooperativa Central Oeste Catarinense Aurora, que é a mais antiga com sede no estado de Santa Catarina (teve sua origem na década de 1930).

⁶ Embora, seja surpreendente a diferença entre o número de filhos com respeito ao número de filhas, estes foram os totais coletados na mostra utilizada.

sexo feminino; 52% das mulheres têm entre três e quatro filhos/as e a idade média encontra-se entre os 19 anos. Somente duas das entrevistadas não têm filhos (uma solteira e outra casada), ambas estão na faixa etária dos cinquenta anos. Quanto à escolaridade, em geral poder-se-ia dizer que não há analfabetismo neste universo feminino, pois pelo menos 78% das mulheres possuem no máximo a quinta série incompleta, equivalente ao atual ensino fundamental.

Em geral as principais ocupações das mulheres são as atividades de casa e o trabalho na roça. Somente três delas trabalham fora da propriedade: duas são empregadas domésticas e uma é agente de saúde. Nestes casos, as mulheres dividem o emprego diário na cidade com as atividades de casa e com o trabalho na roça. Elas têm uma importante participação na atividade pecuária, através da produção de leite, bem como na atividade agrícola (colheita e fertilização), especificamente nas culturas de soja, milho, feijão e fumo. Além disso, todas as mulheres possuem uma pequena área ao redor de casa para a produção de hortaliças (alface, rúcula, couve, tomate, salsa, pepino, rabanete e outras espécies de plantas aromáticas) e outros cultivos como amendoim, mandioca, batata, etc. Também desempenham um papel importante nos cuidados dos animais de pequeno porte (galinha e porco) dos quais obtêm diversos produtos (carne, ovos, banha, salame, etc.) que, junto com as culturas da horta, são destinados basicamente para o consumo familiar e o excedente para a venda.

A situação do crédito às mulheres rurais: o Pronaf - Mulher

Um dos acontecimentos mais marcantes que ocorreu na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em 1996. O surgimento deste programa representou o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social, 'os agricultores familiares', até então designada com diversas categorias: "pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência" (SCHNEIDER et al. 2004, p.21).

O programa nasceu com o objetivo de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham

sendo excluídos das políticas públicas até então existentes. Ao longo de dez anos,⁷ o Pronaf se transformou em uma alternativa para alguns setores da agricultura brasileira (MATTEI, 2006). Apesar do programa se constituir um possível instrumento chave no desenvolvimento rural do Brasil por ser destinado exclusivamente aos agricultores familiares, até recentemente as mulheres tiveram um limitado acesso a esse programa. Essa problemática parte da limitada autonomia econômica e da restrita possibilidade de gerenciamento dos recursos que são fruto de seu trabalho, uma vez que nem sempre dominam os espaços de gestão e comercialização de sua produção (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

Assim, no sentido de ampliar as oportunidades das mulheres obterem o crédito, uma das principais reivindicações dos movimentos de mulheres na Marcha das Margaridas⁸ era a criação de um crédito, especificamente voltado para as mulheres rurais, com o objetivo de promover sua autonomia e ampliar o grau de sua participação na sociedade. Neste contexto, em 2001 o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) emitiu uma portaria,⁹ na qual adotou algumas medidas para ampliar as oportunidades às mulheres na obtenção de recursos através do crédito rural; estabelecendo uma meta de 30% na representação das mulheres à distribuição de créditos do Pronaf, pois se calculava que até então o programa contava com apenas 7% de mulheres entre seus beneficiários. Embora esta meta ainda não tenha sido atingida, a participação das mulheres na obtenção de crédito vem aumentando¹⁰ (BRUMER; WEISHEIMER, 2006).

O Pronaf-Mulher surgiu no Plano Safra 2003/2004. Na ocasião não se tratava de uma linha específica de crédito, mas sim de um sobreteto.

⁷ Nesse período têm surgido numerosas pesquisas sobre a análise e avaliação do programa em diversas regiões do país, que são referidas na obra "*Pronaf 10 anos: mapa de produção acadêmica*" (MATTEI, 2006).

⁸ No ano 2000, no contexto da organização da marcha mundial das mulheres - '2000 razões para marchar' - foi realizada a primeira marcha das Margaridas organizada pelas mulheres filiadas à Contag. A marcha reuniu em Brasília de 10 a 20 mil mulheres sob o lema "Contra a fome, a pobreza e a violência sexista". Em 2003, em sua segunda edição, estima-se que entre 40 e 50 mil mulheres de todas as partes do país estiveram presentes. Durante as marchas foi negociada uma pauta de reivindicações com o governo (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 9).

⁹ Portaria nº 121, de 22 de maio de 2001.

¹⁰ Entre as safras 2001/2002 e 2002/2003, a participação das mulheres passou de 10,4% e 10,5% para 16,4% e 16,6% nas safras 2003/2004 e 2004/2005 (BRUMER; WEISHEIMER, 2006, p. 238).

Ou seja, um valor adicional de 50% ao montante de recursos já disponibilizado às famílias nas linhas de crédito para projetos de investimento em atividades a serem desenvolvidas pelas mulheres.

No Plano Safra 2004/2005, com a Campanha de Crédito para a Igualdade das Trabalhadoras Rurais,¹¹ entrou em vigor a linha específica Pronaf-Mulher sob os seguintes pressupostos: a) construir estratégias de acesso das mulheres e jovens trabalhadoras ao Pronaf-Crédito; b) desburocratizar e garantir o acesso das mulheres e jovens ao Pronaf e aos fundos constitucionais para atender atividades agrícolas e não agrícolas, assegurando carência e prazos de pagamento diferenciados para as mulheres trabalhadoras rurais.

Assim, com essa linha de crédito é possível financiar uma diversidade de atividades (manejo de hortas e pequenos animais, produção de queijo, artesanatos, doces, entre outros) iguais ou diferentes daquelas que vêm sendo praticadas pelas unidades familiares que elas integram. O financiamento pode ser de forma individual ou coletiva (BRASIL/MDA, 2005; BRUMER; WEISHEIMER, 2006).

Cabe apontar que, com a criação do Pronaf-Mulher como linha especial,¹² houve uma melhor distribuição regional dos contratos nas suas diferentes modalidades:¹³ a região Sul passou a responder por 50,9% das operações, seguida pela região Nordeste (21,4%) e Centro-Oeste, com 17%. Outro aspecto importante é que a maior parte das mulheres que obteve a referida linha de crédito corresponde ao Grupo

¹¹ No marco do Dia Internacional da Mulher - 8 de março de 2005 - foi lançado, em conjunto com movimentos de mulheres, entidades sindicais e agentes financeiros, a Campanha de Crédito para a Igualdade das Trabalhadoras Rurais, com o termo de cooperação publicado no Diário Oficial no dia 30 de março de 2005 (BRASIL/MDA, 2005).

¹² O Pronaf-Mulher, constitui uma das diversas linhas de financiamento Pronaf, entre as que destacam: Pronaf- convencional, agroindústria, jovem, agroecologia, eco, mais alimentos, reconstrução e revitalização.

¹³ Os diferentes grupos ou modalidades são categorizados conforme a renda bruta anual da família. Assim, para as modalidades: **A, A/C** - corresponde a mulheres integrantes de unidades familiares assentadas de reforma agrária ou beneficiárias do crédito fundiário. **B** - a mulheres integrantes de unidades familiares com renda de até R\$ 2 mil (de toda a família). **C** - as integrantes com renda acima de R\$ 2 mil até R\$ 14 mil. **D** - as integrantes com renda acima de R\$ 14 mil até R\$ 40 mil. **E** - as integrantes com renda acima de R\$ 40 mil até R\$ 60 mil (de toda a família). Cabe apontar que a partir do dia 1º de julho de 2008 foi publicada, no Diário Oficial da União (DOU), a resolução n. 3.559 que informa sobre algumas alterações relativas ao Pronaf (BRASIL, 2008).

C (78,4% das operações). O Grupo D responde por 19,9% e o Grupo E por 1,6% dos contratos (MDA/NEAD, 2005, p.26).

Especificamente para o Rio Grande do Sul, no período de 2004-2008 foram elaborados um total de 6,606 contratos¹⁴ (nas modalidades C, D, e E) em 194 municípios, ou seja, apenas 39 % do total do Estado. Do total de contratos, 74.5% (4,982) foram elaborados no período de 2005-2006, financiando diferentes itens.¹⁵ Especificamente no município de Rodeio Bonito, para esse mesmo período foram elaborados 62 contratos, distribuídos nas diferentes modalidades (C, D e E), conforme o quadro 1. Desse total, foram elaborados 48 na modalidade 'C', sendo financiados somente 35 projetos. O financiamento foi destinado basicamente para fortalecer a atividade leiteira através da aquisição de matrizes bovinas de raça, obtenção de equipamentos, reforma de estábulos e manejo de pastagens.

Quadro 1. Número de contratos elaborados, por modalidades da linha especial Pronaf-mulher, no município de Rodeio Bonito, no período de 2005-2006.

| Ano | Modalidade | Nº de contratos |
|------|--------------|-----------------|
| 2005 | Pronaf-C | 33 |
| | Pronaf-D | 8 |
| | Pronaf-E | 0 |
| | Total | 41 |
| 2006 | Pronaf-C | 15 |
| | Pronaf-D | 5 |
| | Pronaf-E | 1 |
| | Total | 21 |

Fonte: Dados disponibilizados pela Emater/Ascar, 2008.

De acordo com as entrevistas realizadas com 23 mulheres que receberam o crédito, 21 direcionaram o recurso na compra de matrizes

¹⁴ Para cada contrato ou projeto são financiados vários itens cujo valor de empréstimo esteja no teto de R\$1,500 até R\$ 6,000 (máximo valor financiado).

¹⁵ Esses itens foram agrupados em: 1) insumos agrícolas; 2) aquisição de máquinas e equipamentos (agrícolas e não agrícolas) para beneficiamento e processamento; 3) aquisição de animais e inseminação artificial; 4) horto florestal e pastagens; 5) infraestrutura em geral e 6) serviços.

leiteiras (em média, duas cabeças por família). Em alguns casos o crédito também foi direcionado para a compra de equipamentos agrícolas, manejo de solos e recuperação de pastagens através de insumos agrícolas e pagamento das “horas máquinas” trabalhadas. Apenas duas mulheres solicitaram o financiamento para a plantação de laranja.

Da invisibilidade às conquistas: reconhecimento das mulheres a partir do Pronaf

A política de crédito voltada para agricultura familiar vem constituindo algumas das principais demandas dos movimentos sociais (especificamente de movimento de mulheres), pelo “reconhecimento das diferenças” (FRASER, 2001, p.245). Dessa forma, para entender como uma política de crédito, especificamente o Pronaf-Mulher, possibilita o reconhecimento e autonomia para as mulheres, é importante considerar a divisão sexual do trabalho, pois este é o elemento central da opressão feminina nas sociedades capitalistas (LAMAS, 1989; BRUMER, 1996).

Portanto, um aspecto fundamental da desigualdade entre homens e mulheres ocorre pelas responsabilidades das mulheres tanto na esfera doméstica quanto no trabalho produtivo (em atividades agropecuárias) e reprodutivo, as quais marcam a sua contribuição, embora nem sempre reconhecida nem remunerada na agricultura familiar. Essa invisibilidade e a não remuneração do trabalho das mulheres na esfera da produção é decorrente das relações desiguais de gênero evidenciadas na divisão sexual do trabalho (MELO, 2003). Na perspectiva de Nancy Fraser (2001) esse aspecto estaria constituindo uma injustiça econômica e cultural;¹⁶ já que de um lado existe a construção autoritária de normas institucionais que

¹⁶ De acordo com Fraser (2001), essas duas formas de injustiças geralmente estão imbricadas, porém as soluções ou ‘remédios’ são específicas para cada uma delas. Assim, para a injustiça econômica corresponde uma reestruturação político-econômica de algum tipo. Por exemplo, redistribuição de renda e reorganização da divisão do trabalho. No que diz respeito à injustiça cultural, implica uma mudança cultural ou simbólica que envolve a reavaliação positiva de grupos marginalizados, entre outros aspectos. Para as primeiras consideram-se políticas de redistribuição, enquanto que para as segundas, precisam-se políticas de reconhecimento.

privilegiam o trabalho masculino, e do outro lado, a desvalorização cultural pelo trabalho feminino.

As diferenças que se constroem entre as atividades das mulheres e dos homens no contexto da agricultura familiar estão fundadas na relação hierárquica, cuja base material está na divisão sexual do trabalho que é determinado socialmente através de vivências, símbolos e representações (SCOTT, 1995). Isto, por sua vez, se reproduz na estrutura familiar através de funções e tarefas que ‘devem ser próprias do homem e da mulher’. Conforme uma das agricultoras, “todos os dias é o mesmo trabalho: na roça, na casa, a criação, os filhos e assim vai, mas eles [o marido e os filhos] me ajudam em casa, e eu ajudo na roça, o trabalho é compartilhado”.

Portanto, de acordo com Alessandra De Grandi (1999), há no processo da divisão sexual do trabalho condicionantes culturais que determinam a posição de cada indivíduo na propriedade e na família. De fato, na ideologia camponesa é considerada a imagem do pai de família como “aquele que reúne todas as condições e o saber para participar do processo de produção, reforçando a hierarquia familiar, embora tanto os filhos quanto a esposa conheçam as diferentes etapas do processo produtivo” (WOORTMANN; WOORTMANN 1997, p. 38).

De fato, ainda é comum a ideia de separar a esfera pública e privada, na qual a participação do homem é claramente definida como o principal provedor e responsável pelo sustento familiar, enquanto que a participação da mulher é basicamente na esfera doméstica (espaço privado). Este aspecto é identificado como algo naturalizado, percebido assim pela própria mulher e reafirmado pela família. Inclusive, muitas vezes as múltiplas tarefas, que se traduzem em uma sobrecarga de trabalho, chegam a ser subestimadas pelas próprias mulheres.

Com base no trabalho empírico, constata-se que as mulheres se percebem como coadjuvantes, principalmente na lavoura, mesmo que seja em tarefas específicas como a colheita de soja e aplicação de fertilizantes (nas culturas de milho e fumo). Embora a maioria das mulheres reconheça a participação dos maridos ou dos filhos nas diversas atividades domésticas e produtivas (especificamente na atividade leiteira), essa participação é categorizada como ‘ajuda’:

O trabalho é junto, só que ele [o marido] trabalha mais na roça, mas eu ajudo, em casa também quando tirava leite à mão, ele me ajudava. Dentro de casa também, como secar a louça, se ele pode me ajuda, nem que às vezes eu tenho que mandar (Agricultora, 47 anos).

O que é considerado como um trabalho ‘próprio’ das mulheres, além das tarefas domésticas, as atividades ao redor de casa (o quintal) e a ordenha, é a plantação de mandioca, batata, amendoim. Em geral, são os cultivos destinados principalmente para o consumo familiar (BRUMER, 2004; MELO; DI SABATO, 2006), mas que também constituem um excedente para venda, em que a renda de alguma forma significa um aporte econômico para a reprodução familiar.

No que se referem às atividades domésticas, as mulheres consideram que os homens às vezes ‘ajudam’ em algumas tarefas específicas (preparar o almoço, lavar as louças, fazer o queijo). Isso, porém, ocorre desde que a mulher esteja doente, quando não tem filha(s), ou as filha(s) se encontram fora da propriedade (trabalhando como empregada doméstica ou estudando), tendo em vista que elas substituem as atividades da mãe. Ainda assim, algumas mulheres reconhecem que “o trabalho da lavoura é mais pesado que tirar o leite”, o que reafirma a ideia de Maria Ignez Paulilo (1987). A referida autora constata que em diversas áreas do Brasil o trabalho da mulher é considerado leve e o trabalho do homem pesado, indicando que o valor do trabalho se dá de acordo com a posição de hierarquia que predomina na unidade familiar.

Meu marido gosta de tirar leite, como eu vou à roça com ele, já ele em casa chega e ajuda tirar leite. O ‘trabalho da lavoura é bem mais pesado que tirar o leite’. O filho mais novo gosta de ‘mexer com as panelas’[cozinhar], a gente tem que se ajudar, porque não tem uma menina para fazer[os afazeres](Agricultora, 36 anos).

A negociação pela distribuição de tarefas ocorre - ocasionalmente - quando as mulheres precisam sair para participar em encontros, reuniões, capacitações ou visitar algum familiar (dentro ou fora do município). Nesses casos, as mulheres se programam para providen-

ciar as condições necessárias (comida congelada, pão suficiente, roupa lavada, limpeza da casa, etc.) e, assim, justificar a ausência delas, já que às vezes as mulheres não conseguem se desligar destas tarefas que assumem como “responsabilidade da mulher”, até porque isto está presente no *habitus* delas. Conforme Brumer (2004, p.212), é na esfera doméstica que as mulheres têm autonomia e exercem o poder nas tomadas de decisões sobre a transformação dos alimentos, a manutenção da casa, cuidado e educação dos filhos/filhas. Portanto, é nesse espaço que elas mantêm e reproduzem o poder simbólico em determinadas ações, às vezes contraditórias (BOURDIEU, 2005; SCOTT, 1995).

Nesse sentido, persiste um aumento na dupla ou tripla jornada de trabalho, sobretudo para as mulheres que trabalham fora da propriedade, embora algumas delas contratem mão de obra para as tarefas domésticas ou tenham apoio familiar (filha, sogra ou mãe) para desenvolver as atividades de casa enquanto elas estão ausentes. Assim, o fato de desenvolver um trabalho fora da propriedade e receber uma renda mensal (salário mínimo) lhes permite considerar como ‘próprio’ esse recurso e decidir ‘livremente’ o destino dele. Para estas mulheres a participação do marido e as redes de apoio familiar são importantes para assumir a atividade (leiteira) financiada pelo crédito. Nestes casos as mulheres dificilmente conseguem ter um espaço próprio de decisão no gerenciamento da atividade.

Sob essas condições, a perspectiva de solicitar um tipo de ‘crédito para as mulheres’ executarem atividades que permitam gerar renda própria e, ao mesmo tempo, ter controle sobre o gerenciamento da atividade leiteira é limitada, uma vez que são os homens os principais responsáveis e os que poderiam tomar conta de forma parcial ou total dessa atividade; sobretudo, se a produção tem grandes chances de se inserir no mercado, como será abordado no seguinte item.

Embora para algumas mulheres a produção de leite para venda implique uma renda maior e permanente, o destino do recurso é negociado com o marido, porque conforme uma das agricultoras: “o dinheiro é da e para a família”, o que significa que o recurso entra no ‘fundo comum’ e tem que ser compartilhado, sobretudo, quando o produto é destinado à indústria leiteira. Não obstante, são as mulheres que, geralmente, decidem o que fazer com o recurso proveniente da

venda do leite a pequena escala (vendido nos domicílios) e do queijo, mesmo que seja destinado principalmente para despesas de casa ou produtos de consumo familiar.

Por outro lado, porém, cabe ressaltar o caso de uma produtora que tem direcionado o crédito para aumentar a produção do leite, cujo retorno financeiro é destinado para manter uma agroindústria caseira, produzindo massa, pão e bolacha. Esses produtos são elaborados sob estritos critérios de qualidade e são privilegiados pela prefeitura municipal para fornecer a cesta básica do programa Fome Zero. Igualmente, a partir de 2007, ela tem sido convidada para participar da ‘feira do produtor’. Esse aspecto tem permitido não apenas um aporte econômico para complementar a renda e fortalecer a reprodução familiar; mas também contribuir para um determinado setor da população, através de sua participação num programa de governo, proporcionando-lhe certo reconhecimento pela vizinhança e outros membros do município, como ela coloca:

Foi uma conquista, uma coisa boa a gente ter esse crédito e participar no programa Fome Zero. Eu me sinto contente e feliz porque hoje eu encontro as pessoas que sabem que eu faço os produtos para a cesta básica e elas dizem assim: “teu alimento matou a fome na minha casa”. Então, eu me sinto feliz de poder ajudar. A vida da gente é assim, se a gente puder partilhar as coisas, ou pouco que seja, mas sempre a gente poder ajudar as pessoas (Agricultora, 54 anos).

Para outras agricultoras, a importância da obtenção do crédito não se reduz apenas em uma contribuição que sustenta seu aporte à economia familiar, mas também como uma forma de reconhecimento aos direitos conquistados como “mulheres agricultoras”. Para algumas mulheres, a existência do crédito representa uma “baita conquista”, porque dessa forma elas se sentem mais valorizadas. Isso também significa que pela primeira vez são levadas em conta pelo Estado, pois conforme uma das agricultoras, “como mulheres da roça, também devemos ter direitos” e acrescenta:

Representa que a gente se sinta mais valorizada, parece que a gente é mais dona. Para mim representou isso, parece que

fiquei mais dona, mais capacitada nas coisas de conseguir um financiamento. Eu acho muito bom que depois de entrar essa lei dos direitos a ser igual, a mulher pode ‘tomar frente’ do homem, hoje ela tem muito direito (Agricultora, 52 anos).

Outro aspecto importante para algumas mulheres é o fato de entrar pela primeira vez ao banco e se preocupar com a documentação - foram situações novas para quem nunca tinha imaginado o processo de gestão porque, sobretudo, o processo burocrático fora realizado pelo marido. É claro que para algumas mulheres o processo de negociação foi mais fácil pelo conhecimento prévio que existia a partir de outras modalidades de crédito, principalmente para quem já assinava conjuntamente com o marido.

Entretanto, o fato de ter a oportunidade de receber um crédito que lhes permitisse entrar pela primeira vez ao banco e ter uma conta própria tem sido fundamental principalmente para elas se sentirem mais reconhecidas, com maior confiança e segurança. Além disso, a possibilidade de desenvolver certa independência, pelo fato de ‘sair do espaço privado’ e poder transitar pelo ‘espaço público’, que socialmente é destinado aos homens, também tem significado um ganho.

Olha, uma vez, a gente nunca ia ao banco, e agora, se for preciso ir e fazer as coisas, eu vou, agora, já sei. Antes era só em casa e trabalhar. Só que também antigamente eram sempre os homens que iam ao banco (Agricultora, 43 anos).

O fato das mulheres estarem inseridas numa atividade culturalmente definida como feminina também lhes proporciona um status de reconhecimento por serem consideradas pelas empresas (laticínios) e pela cooperativa como “produtoras aptas” para manter um padrão de qualidade no produto.

Principalmente na área de leite: a mulher é que toca [gerencia] essa área. Então, o que ela disser e fizer em casa, vai dar[repercutir] na qualidade do leite, porque ela é mais cuidadora, assimila melhor as informações. Enquanto que o homem, aparentemente, não é para ser um serviço dele. Então, na área do leite, a gente tem sentido que a diferença é grande (Gerente da Cooperativa).

De alguma forma as mulheres, através de promoção de cursos¹⁷ organizados pela cooperativa, têm sido incentivadas a vender dentro de um padrão de qualidade e, para quem consegue se inserir nessa lógica, a tendência é a ‘especialização’ a partir da atividade leiteira. Portanto, essa tendência condiciona as produtoras a atender a critérios pré-estabelecidos, principalmente no que se refere à escala de produção e a qualidade da mesma. Estes procedimentos, em maior ou menor grau, limitam por um lado a inserção a essa lógica de mercado, pois nem todas conseguem atender a tais padrões. Por outro lado, o processo de autonomia também se vê limitado, já que tanto as agricultoras quanto os maridos estão sujeitas/os a produzirem sob os critérios do laticínio ou da cooperativa porque, afinal de contas, são as empresas que determinam as normas e regulam o preço.

Nesse sentido, a possibilidade de desenvolver a autonomia, bem como a inserção do produto no mercado, estaria condicionando uma ‘falta de reconhecimento’ para as mulheres (ANDERSON; HONNETH, 2004). Conforme estes autores, esse aspecto afeta a autoconfiança da pessoa na medida em que lhe inflige o sentimento de não possuir o status de igualdade, afetando sua autoestima. Os referidos autores argumentam que essas formas de “desrespeito” impedem a realização do indivíduo em sua integridade.

A inserção das mulheres no mercado ocorre segundo casos cujos critérios de qualidade são por elas alcançados/atendidos. Neste sentido, há efetivamente um reconhecimento das mulheres, por parte das empresas, e obtenção do crédito para fortalecer a atividade leiteira sob os interesses das indústrias permitindo esse fato. Entretanto, isso não significa que as mulheres sejam autônomas, no sentido de tomar suas próprias decisões no gerenciamento dessa atividade e ter uma renda própria. Isso por duas razões: em primeiro lugar pela relação de dependência que a família estabelece com a agroindústria leiteira para inserir o produto (sob critérios de qualidade) no mercado. Em segundo lugar pela própria dinâmica da agricultura familiar, pois se trata de uma atividade que, muito embora seja ‘culturalmente

¹⁷ Embora a capacitação seja dirigida para o casal, sob a lógica de que ‘a produção é familiar’ são os maridos os que geralmente participam nesses cursos.

feminina' e redefinida pelas condições de 'especialização', afinal de contas continua sendo realizada de forma conjunta, como será colocado no próximo item.

A atividade leiteira: do feminino ao masculino, cadê a autonomia?

No contexto da agricultura familiar, a produção de leite é considerada uma atividade importante pelo fato de ser uma fonte de alimento para a família, seja em estado líquido ou transformado em derivados (queijo, nata, manteiga, requeijão, etc.). Ao mesmo tempo, possibilita fornecer uma renda mensal através da comercialização do excedente que permite o sustento familiar. Constata-se que a produção leiteira voltada à produção familiar é considerada tradicionalmente uma atividade desenvolvida pelas mulheres e o aprendizado das técnicas de produção é passado de mães para as filhas. A este respeito, diversos estudos mostram que existe uma estreita relação entre a mulher e a atividade leiteira, uma vez que a ordenha é predominantemente de responsabilidade feminina (BRUMER, 1996; GASSON; ERRINGTON, 1993; MENASCHE; TORRENS, 1996).

Não obstante, constata-se que, na medida em que a lógica de produção dessa atividade torna-se especializada; ela passa a ser destinada para as agroindústrias. Esse reordenamento leva a uma mudança na intensidade do trabalho e a uma redefinição de papéis na divisão sexual do trabalho, uma vez que os maridos passam a ter uma maior participação na atividade leiteira conforme o uso de tecnologia e do grau de inserção no mercado, enquanto que as mulheres, além de continuar participando na atividade leiteira (de forma menos intensiva), intensificam as atividades de casa, da horta e outras mais específicas como a elaboração de artesanato e de produtos caseiros.

A esse respeito, Renata Menasche e João Carlos Torrens (1996) mencionam que a intensidade do trabalho masculino na atividade de ordenha pode estar relacionada com a importância comercial da atividade leiteira na unidade familiar, pois a tendência da participação masculina é menor se o volume de leite produzido é pequeno. Porém, se a produção leiteira assume relevância como fonte de renda, a participação dos homens, via de regra, é mais ativa.

As mulheres geralmente são as responsáveis pela atividade de ordenha, sobretudo quando é manual. Porém, quando a atividade envolve o uso de ordenhadeira é comum a participação dos maridos ou dos filhos. Eles também se envolvem com o manejo e conserto das cercas elétricas, com o plantio e manutenção das pastagens, com o conserto da estrebaria, compra de medicamentos, utensílios e equipamentos, inseminação artificial, participação nas atividades de assistência técnica assim como negociação sobre a venda e compra dos animais.

Nesse sentido, existe uma ‘posição relativa’ da atividade na unidade de produção. Assim, ela chega a ser prioritária uma vez que gera uma renda e permite prover recursos para a família, passando a constituir uma atividade de domínio masculino. Nesse contexto, uma atividade considerada tipicamente feminina - “tirar leite é coisa de mulher” -, aos poucos vai se redefinindo para uma atividade de ordem masculina na medida em que o produto é valorizado economicamente, sobretudo, pela qualidade do produto, que é uma das normas e exigências das principais indústrias leiteiras, como já aconteceu em outras regiões do país, especificamente no estado de Santa Catarina, onde “no decorrer do tempo, o leite começou significar uma alternativa a mais de renda, não só vendido nas cidades, mas também para a cooperativa de leite e indústrias de laticínios particulares” (DE GRANDI, 1999, p. 42).

Nesse sentido, Paulilo et al. (2003) salientam que a intensificação da atividade leiteira com perspectivas à espacialização pode significar um risco para as mulheres, uma vez que podem ver-se alijadas das decisões tomadas sobre elas, cabendo aos maridos o papel principal do gerenciamento da atividade. Além disso, tanto os maridos quanto elas estariam sujeitas a um processo de transformação na lógica de produção, passando de uma policultura-criação, tipicamente de pequenos agricultores, para um sistema de integração, pela “imposição das agroindústrias” (SANTOS, et al. 1989, p.270). Assim, a lógica de “produção integrada complexifica a totalidade das relações que envolvem as produções de excedentes na unidade de produção familiar” (TEDESCO, 1994, p. 124) porque ela fica exposta às variações de preços dos produtos no mercado, neste caso do leite.

Além disso, a intensificação da atividade leiteira, pela demanda das agroindústrias, implica maior trabalho porque significa manter

a qualidade do leite para garantir uma renda permanente. Por esse motivo, “vale a pena investir o esforço”, como colocam algumas agricultoras:

Eu acho que agora estou melhor, eu tenho muito serviço, porque se têm as vacas, tem que ter serviço. Há dias que dá [tem] bastante serviço, mas é uma coisa que a gente tem que investir e cuidar, porque do cuidado sai o lucro (Agricultora, 34 anos).

Uma vez [antes] era tudo diferente, esse negócio do leite. Agora eles exigem mais higiene, tu tens que ter mais cuidado. Mas a gente faz tudo certo, porque a gente vê que é uma coisa boa, que serve até para própria família. Tudo tem que ter higiene. Claro, dá um pouquinho mais de serviço, mas eu vejo que vale a pena fazer esse tipo de coisas [vender o leite] (Agricultora, 54 anos).

Nesse sentido, essa situação tem facilitado o processo de comercialização para algumas mulheres, enquanto que para outras tem significado não apenas maior investimento de tempo para manter a qualidade do leite, mas também tem limitado vender seu produto. Uma vez que nem sempre é possível criar as condições e a infraestrutura para manter uma sala de ordenha que permita garantir uma “produção com qualidade”, já que também requer recursos financeiros a mais para manter esse tipo de produção. Nesse sentido as mulheres têm que optar por maximizar a produção de queijo ou de leite, como mostra o seguinte depoimento:

No tempo que a gente fazia [queijo] não se vendia para os laticínios, o pessoal vendia na feira, na verdade, o queijo estava estocado. Hoje não, hoje tu vens buscar em casa, hoje é mais difícil porque é bem fiscalizado. Mas daí tu vende uma coisa ou outra [leite ou queijo], porque se eu fizer o queijo não resulta [não é viável], leva um tempão (Agricultora, 62 anos).

Embora as agroindústrias (os laticínios e a cooperativa) forneçam assistência técnica e as condições necessárias em prol da qualidade do produto, as mulheres, geralmente, não são convocadas; ou simplesmente, não têm oportunidade ou as possibilidades para participar desse processo pois, segundo Alessandra De Grandi (2003),

a divisão sexual que se constroi na dinâmica familiar às vezes pode constituir um obstáculo para as mulheres participarem em diversos espaços públicos. De fato, o trabalho doméstico é considerado como um fator inibidor da participação da mulher nesses espaços, colocando-a numa situação de dependência econômica e de subordinação ao homem, constituindo assim um dos principais gargalos para a construção de uma autonomia (KABEER, 1999; MELO, 2003).

Nesse contexto, portanto, as ações de uma política de crédito para as mulheres constituem um grande desafio, uma vez que o crédito, direcionado especificamente para a atividade leiteira, permite certo ‘reconhecimento às mulheres’. Porém, não necessariamente possibilita a autonomia, como também a lógica do crédito não é orientada a uma transformação nas relações de gênero.

As políticas públicas de gênero consideram a diversidade dos processos de socialização para homens e para mulheres, cujas consequências se fazem presente, ao longo da vida, nas relações individuais e coletivas. Já as políticas públicas para as mulheres têm centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social. Esta centralidade posta na mulher-família reafirma a visão *essencialista* de que a reprodução e a sexualidade causam a diferença de gênero de modo simples e inevitável. Configura-se, portanto, em uma política pública que enfatiza a responsabilidade feminina pela reprodução social, pela educação dos filhos, entre outras necessidades que garantam a manutenção e permanência da família e não necessariamente seu *empoderamento* e autonomia. As políticas públicas para as mulheres não são excludentes das políticas de gênero, embora tenham uma perspectiva restrita, pontualizada, de menor abrangência, atendendo a demandas das mulheres, mas sem instaurar uma possibilidade de ruptura com as visões tradicionais do feminino (BANDEIRA; BITTENCOURT, 2005, p.185).

Esse desafio torna-se ainda maior ao considerar que a simbiose “mulher-terra-família” faz parte da identidade feminina no campo que se impõe perante o paradigma das relações de gênero e às mudanças na posição da mulher no contexto rural (CARNEIRO, 1994, p. 21). Segundo a referida autora, a invisibilidade da renda familiar é sustentada pela própria lógica da organização social da família, portanto, mesmo

que exista uma reivindicação por uma política pública de crédito em prol do reconhecimento da “trabalhadora rural”, colocam-se em cheque os valores culturais que definem o ‘feminino’.

Por outro lado, mesmo que a possibilidade de obter o crédito signifique um reconhecimento dos direitos das “mulheres agricultoras”, conquistado basicamente pelas ações do movimento de mulheres rurais (FARAH, 2004; HEREDIA; CINTRÃO, 2006), as possibilidades de se questionar a submissão das mulheres em algumas instâncias (família, trabalho, sistemas econômicos, entre outras) e tomar uma “consciência libertadora” para alcançar a autonomia desejada pela política de crédito como o Pronaf-Mulher, ainda são efêmeras.

Considerações finais

A demanda dos movimentos sociais (especificamente de mulheres) pelo direito a crédito para as mulheres certamente constitui uma reivindicação pela ‘igualdade de direitos’ e, ao mesmo tempo, pelo ‘reconhecimento da diferença’ de um grupo historicamente ‘desvalorizado’. De acordo com as evidências empíricas, constata-se que às mulheres como beneficiárias do crédito é possível desenvolver ou fortalecer uma atividade produtiva (através da produção do leite) que permite um ‘reconhecimento’ sobre sua especificidade como ‘mulheres agricultoras’ em três aspectos: 1) reconhecimento pelo Estado no direito de ter um crédito para as mulheres; 2) reconhecimento familiar pela contribuição na economia familiar, através de uma renda complementar, para a reprodução social da família; 3) reconhecimento pelas agroindústrias ao serem privilegiadas por atingir um padrão de qualidade no produto (o leite).

Não obstante, as condições de efetivação do crédito, num contexto específico de agricultura familiar, permitem um rearranjo da atividade leiteira que nem sempre se traduz em uma autonomia econômica, bem como numa participação plena nos diversos espaços. Embora exista um rearranjo na divisão do trabalho, especificamente nessa atividade, a participação tem sido conjunta, o que reafirma a complementaridade dessa atividade para a renda familiar que, de algum modo, responde a uma lógica de agricultura presente na região do Alto Uruguai.

Entretanto, esse aspecto constitui um empecilho para as mulheres adquirirem certa autonomia no controle e gerenciamento dessa atividade. Além disso, o fato do crédito estar direcionado ao fortalecimento dessa atividade para venda às principais indústrias leiteiras as condiciona a uma lógica da produção sob critérios de qualidade os quais nem todas as mulheres conseguem atingir. E às mulheres que estão inseridas nessa lógica, embora lhes proporcione reconhecimento, não necessariamente tem uma autonomia econômica.

Por fim, a ação de uma política para as mulheres, através do crédito possibilita, em alguns aspectos, certo 'reconhecimento às mulheres'. Nesse sentido, respondem a uma política específica para as mulheres, mas não a uma política que possibilita necessariamente a autonomia econômica delas e uma possível transformação nas relações de desigualdade de gênero. Nesse sentido, evidenciar as especificidades a partir do impacto do Pronaf-Mulher contribui a repensar e refletir sobre as potencialidades e os limites da efetivação do programa num contexto determinado.

Referências

ANDERSON, Joel; HONNETH, Axel. *Autonomy, Vulnerability, Recognition and Justice*. In: CHRISTMAN, John; ANDERSON, Joel. *Autonomy and the challenges to liberalism. New Essays*. Cambridge, 2004, p. 127-149.

BANDEIRA, Lourdes; BITTENCOURT, Fernanda. *Desafios da transversalidade de gênero nas políticas brasileiras*. In: SWAIN, Tânia; GONTIJO, Diva. *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005, p. 169-193.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). *Portal da Secretaria da Agricultura*. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/1651916442.pdf>. Acesso em: 30 de outubro, 2008.

_____. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. *Cirandas do Pronaf para Mulheres*. Brasília, 2005.

BRUMER, Anita. Mulher e desenvolvimento rural. In: PRESVELOU, Clio; ALMEIDA, Francesca; ALMEIDA, Joaquim. (org). *Mulher, família e desenvolvimento rural*. Rio Grande do Sul: UFSM, 1996, p. 40-59.

_____. Gênero e agricultura: A situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. In: Revista Estudos Feministas. v.12, n.1, jan./abr, 2004, p.205-226.

BRUMER, Anita; WEISHEIMER, Nilson. Agricultura e políticas públicas para as mulheres rurais no âmbito de Mercosul. In: MDA-PPIGRE. *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*. Brasília: MDA-NEAD, 2006, p.189-256.

CAMARANO, Ana; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos*. Texto para discussão, n.621. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. In: *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. n.2. UFRJ: Rio de Janeiro, jun. 1994, p.11-22.

DE GRANDI, Alessandra. *Relações de gênero nas famílias agricultoras associadas a miniusinas de leite no estado de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 1999.

_____. Relações de gênero em famílias agricultoras em Santa Catarina. In: PAULILO, Maria Ignez; SCHMIDT, Wilson. (orgs.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 2003, p.39-70.

DOURADO, Iloni Maria. *Rodeio Bonito: Sua história, sua gente*. 1. ed. Frederico Westphalen, 1987.

FARAH, Marta. Gênero e políticas públicas. In: *Revista Estudos Feministas*. v.12, n.1, jan/abr. 2004, p. 47-71.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, p. 245- 282.

GASSON, Ruth; ERRINGTON, Andrew. *The Farm Family Business*. Wallingford: CAB International, 1993.

HEREDIA, Beatriz; CINTRÃO, Rosângela. Gênero a acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: *Revista Nera*. ano 9, n.8. São Paulo, jan./jun. 2006.

HERNÁNDEZ, Carmen. *Política de Crédito Rural com perspectiva de Gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?* Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Amostra: Primeiros resultados. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> >. Acesso em: junho, 2006.

IBGE. *Censo Demográfico 2007*. Amostra: Primeiros resultados. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: novembro, 2008.

KABEER, Naila. *Resources, agency, achievements: Reflections on the measurement of Women’s Empowerment*. v.30. Institute of Social Studies. Development and change, Oxford, may, 1999, p.435-464.

LAMAS, Marta. *Las mujeres y las políticas públicas*. Documento de trabajo n.18. México: Fundación Friedrich Ebert, 1989, p. 5-72.

MATTEI, Lauro. *Pronaf 10 anos: Mapa de produção acadêmica*. Brasília, MDA, 2006.

MELO, Hildete; DI SABBATO, Alberto. Mulheres rurais - invisíveis e mal remuneradas. In: MDA-PPIGRE. *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*. Brasília, MDA-NEAD, 2006, p.47-87.

MELO, Ligia. *Relações de Gênero na Agricultura Familiar. O caso do Pronaf em Afogados da Ingazeira - Pe*. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MENASCHE, Renata; TORRENS, João Carlos. Gênero e agricultura familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite. In: DESER (Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais) e CEMTER (Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Paraná): Curitiba, 1996.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. In: *Ciência Hoje*. v.5, n.28. Rio de Janeiro: SBPC, 1987, p. 64-70.

PAULILO, Maria Ignez; DE GRANDI, Alessandra; SILVA, Marineide. Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão. In: PAULILO, Maria Ignez; SCHMIDT, Wilson. (orgs.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 2003, p.15-38.

SANTOS, José Vicente; GRANDO, Marines; BRUMER, Anita; JALFIN, Anete. Agroindústrias e lutas sociais (A complexidade das lutas sociais em torno do valor do produto). In: *Ensaio FEE*. v.10, n.2, Porto Alegre, 1989, p.266-284.

SAVOLDI, Luis José. *Rodeio Bonito e sua história*. Rio Grande do Sul: Pluma, 2003.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; KUNRATH, Marcelo; MORUZZI, Paulo Eduardo. (orgs.). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p.23-49.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. v.20, n.2, Porto Alegre, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SEN, Amartya. *O Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

TEDESCO, João Carlos. O produtor familiar e a agroindústria. In: *Cadernos de Sociologia*. v.6. (volume especial sobre Produção familiar, processos e conflitos agrários). Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1994, p.112-132.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. (org). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001, p.21-55.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klass. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: UNB, 1997.



Integração regional e políticas para as mulheres rurais no Mercosul

*Andrea Butto
Karla Hora*



Introdução

Este artigo analisa aspectos da experiência recente de formulação e implementação de políticas para as mulheres rurais em âmbito regional, a partir da atuação da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) no Mercosul.

A REAF é uma instância formal consultiva do Mercosul que congrega representantes de órgãos federais vinculados ao desenvolvimento rural - Ministérios de Economia, Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Institutos de Terra - e representações da sociedade civil dos países que conformam o bloco. Criada em 2004, a partir de iniciativa do governo brasileiro, a REAF constitui-se rapidamente em um espaço de discussão, definição e coordenação de políticas de caráter regional em temas relacionados às formas de reprodução social e material da agricultura familiar. Por intermédio de recomendações às instâncias superiores do Mercosul, da coordenação de programas e da promoção de iniciativas de intercâmbio e cooperação sobre políticas diferenciadas e específicas para este segmento a REAF contribui para a superação das assimetrias entre os países, condição para uma efetiva integração solidária.

Trata-se de uma experiência recente, mas que desde seu início incorporou, como uma de suas prioridades, a promoção dos direitos das mulheres. Uma prioridade que se expressa na Agenda de Gênero da REAF, cujo principal objetivo é edificar um novo desenho institucional e implementar políticas de promoção da igualdade e da autonomia das mulheres rurais da região.

As ações em curso desta Agenda avançam para além dos compromissos internacionais assumidos em conferências internacionais do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) e dialogam com novos temas impulsionados por fóruns internacionais da sociedade civil e dos movimentos de mulheres em defesa da soberania alimentar. Avanços que se materializam, com participação social, na internalização destes compromissos nos âmbitos nacionais, nas ações de garantia do acesso à terra, na “lei regional” da agricultura familiar e, mais recentemente, em um programa regional de inclusão das mulheres rurais e do feminismo na própria agenda da integração e dos processos de desenvolvimento nacional - avanços com tempos e intensidades diferenciadas nos países e que começam a repercutir no Mercosul.

Embora existam processos anteriores de integração regional na América Latina e Caribe - como a Comunidade Andina de Nações e a Comunidade e Mercado Comum do Caribe - o foco na experiência da REAF decorre das possibilidades abertas para o Mercosul a partir de um novo ambiente institucional na região - possibilidades decorrentes do bloqueio do projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), impulsionado pela Aliança Continental, das mudanças de perfil de vários governos e de novas iniciativas em curso na região, como a criação da União das Nações da América do Sul (UNASUL) e a Aliança Bolivariana das Américas (ALBA). Como assinalam FARIA e MORENO (2007), são importantes reposicionamentos que produzem novas configurações no debate e na ação em torno da integração sul americana. Para além de uma integração meramente comercial cresce a necessidade e o interesse na harmonização e interiorização de políticas públicas e ampliam-se os investimentos públicos para superar assimetrias e promover o desenvolvimento da região.

Estas novas possibilidades se deparam com um cenário internacional de crise no qual se defrontam diferentes, mas ainda pouco

delineados, projetos de superação. A crise financeira contribuiu para deslegitimar o neoliberalismo e o projeto de globalização em curso, mas ainda não se constituíram novas referências para a reorganização da ordem internacional, como se pode notar pela recorrente pressão para aprofundar a liberalização comercial. Na convergência das crises financeira, ambiental e social, a agricultura e o acesso aos recursos naturais ganham destaque e demandam novos padrões de regulação. A crise gerada pela elevação dos preços dos alimentos, em consequência do aumento de consumo em países pobres e da especulação com *commodities* agrícolas por fundos de investimento, foi bem ilustrativa da inadequação dos atuais mecanismos de regulação do comércio internacional.

As novas possibilidades são informadas, também, por iniciativas de organismos internacionais, de movimentos sociais e de governos nacionais voltados para renovar a agenda internacional sobre a agricultura e o desenvolvimento rural com a incorporação dos temas da segurança e da soberania alimentar e da própria reforma agrária, como referências para novos padrões de desenvolvimento nacional, e que ganham espaço na agenda da integração regional sul-americana.

Neste cenário as mulheres rurais ganharam mais protagonismo e já obtiveram avanços na luta para afirmar a agenda feminista na discussão do patriarcado como integrante da ordem hegemônica e na proposição de alternativas econômicas e sociais para construir uma sociedade mais justa, também, para as mulheres.

Para analisar a experiência recente da REAF de políticas para as mulheres rurais, além do recurso à bibliografia e documentos sobre conferências internacionais, integração regional, políticas para mulheres rurais e economia feminista, recorreu-se a documentos e informes produzidos no âmbito da REAF e à própria experiência das autoras na coordenação do Grupo de Trabalho de Gênero da Seção Nacional Brasileira, nas Sessões Regionais da REAF e nas atividades da Reunião Especializada da Mulher - (REM/Mercosul).

O artigo está estruturado em três partes, além desta introdução. Inicia-se pela abordagem de referências internacionais anteriores de políticas para as mulheres rurais, com destaque para resoluções de conferências internacionais do sistema ONU e da sociedade

civil. Em seguida, descreve-se a experiência da REAF propriamente dita, abordando a institucionalização de políticas públicas de gênero na agricultura familiar e nos assuntos fundiários, em âmbito regional e dos países. Ao final são feitas considerações finais retomando aspectos dos temas tratados.

Referências internacionais de direitos e políticas para as mulheres rurais

A análise da experiência regional da REAF é feita aqui à luz de referências internacionais sobre os direitos das mulheres rurais e recomendações de políticas públicas específicas. Nos limites deste artigo optou-se por destacar dois planos de contribuições. O primeiro refere-se às contribuições mais antigas de conferências internacionais e regionais, promovidas no âmbito da Organização das Nações Unidas, com destaque para a “Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)”, de 1975, a “Carta do Campesino”, de 1979, a Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995, em Beijing, recorrendo-se, ainda, a documentos da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação - FAO e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL para tratar do grau de internalização destas resoluções pelos Estados nacionais.

O segundo plano refere-se às contribuições mais recentes para os direitos das mulheres rurais produzidas no âmbito da sociedade civil e de fóruns internacionais, como o Fórum Mundial de Reforma Agrária (dezembro de 2004), um evento temático do Fórum Social Mundial, da Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR) da FAO (março de 2006), da Conferência Regional América Latina e Caribe da FAO (2008) e do Fórum Nyéléni de Soberania Alimentar (2007), organizado pela Via Campesina e a Marcha Mundial de Mulheres.

A associação do reconhecimento formal dos direitos das mulheres rurais, expresso pela evolução dos compromissos internacionais, e as novas proposições da sociedade civil, muitas vezes em diálogo com governos ou agências multilaterais, constituiu-se em

referência importante para o desenho de políticas públicas de promoção da igualdade e da autonomia econômica das mulheres rurais e, em particular, para a análise da experiência da REAF.

Resoluções e compromissos internacionais

Somente no final da década de 70 é que se inicia o processo de reconhecimento dos direitos das mulheres no sistema das Nações Unidas, com a CEDAW.¹ Apenas dois artigos desta Convenção tratam diretamente dos direitos das mulheres rurais. O artigo 14 contém o compromisso dos Estados-partes em adotar “todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra as mulheres nas áreas rurais para que elas participem no desenvolvimento rural e dele se beneficiem, assegurando condições de igualdade entre homens e mulheres”, inclusive no acesso à terra nos projetos de reforma agrária.² Outro compromisso importante para as mulheres rurais, previsto no artigo 16 e que foi objeto de reservas pelo governo brasileiro, estabelece direitos iguais de ambos os cônjuges em matéria de propriedade, aquisição, gestão, administração, gozo e disposição dos bens.

Outro marco internacional importante foi a I Conferência Mundial da Reforma Agrária da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), realizada em 1979, que aprovou a “Carta do Campesino”.³ Assim como na CEDAW, os países presentes se comprometem com uma plataforma de ação em prol da igualdade das trabalhadoras rurais no desenvolvimento rural. Pode-se dizer que na Carta do Campesino os direitos das mulheres à terra são os que ganham maior destaque, com uma referência explícita ao direito real

¹ Aprovada em 1979 pela Assembleia Geral da ONU, a CEDAW passou a vigorar apenas a partir de 1981. No Brasil, entrou em vigor em 1984 com reservas e a partir de 1994 na sua integralidade. (FUNAG/IPRI/Ministério das Relações Exteriores: 2003).

² O artigo 14 da CEDAW estabelece o compromisso dos países em garantir a participação das mulheres na elaboração e execução dos planos de desenvolvimento, assegurando educação e assistência técnica, e em apoiar cooperativas como forma de obter a igualdade de acesso às oportunidades econômicas, acesso ao crédito, aos instrumentos de comercialização e à tecnologia apropriada.

³ A Carta do Campesino prevê o compromisso com a igualdade das mulheres nos “processos sociais, econômicos e políticos de desenvolvimento rural” e nos “benefícios da melhoria das condições de vida das zonas rurais” (link: www.fao.org).

das mulheres à propriedade da terra, na forma familiar ou coletiva, e à necessidade de realizar mudanças legislativas para garantir este direito. Os direitos relativos às condições para a produção, especialmente a capacitação e assistência técnica, não deixam de ser valorizados e há uma recomendação para que o trabalho doméstico seja assumido de forma compartilhada.

A grande contribuição da CEDAW e da “Carta do Campesino” é o reconhecimento explícito do papel das mulheres no desenvolvimento rural e da necessidade de promover condições de maior igualdade no acesso aos recursos econômicos e na tomada de decisões. Entretanto, não abordam as medidas necessárias para garantir a efetivação destes compromissos, com a ressalva da recomendação da Carta do Campesino de mudanças legislativas genéricas.

Com ênfase nos direitos das mulheres à terra, DEERE (2002) faz um rico relato dos avanços obtidos em âmbito internacional abordando as conferências da ONU e o desenvolvimento do movimento de mulheres na América Latina. Para a autora essa agenda está mediada pelo debate sobre as relações de gênero e sobre o desenvolvimento de uma maneira mais ampla. Na década de 70 prevalecia um esforço de feministas para incluir as mulheres na economia sem nenhum questionamento do modelo hegemônico, resultando numa limitada apropriação dos direitos das mulheres por parte de organismos internacionais vinculados à ONU. Com isso, os direitos das mulheres eram parte dos argumentos de eficiência das políticas de desenvolvimento e o direito à propriedade da terra se constituía como elemento da estratégia para aumentar a produtividade do trabalho das mulheres.

Apesar da permanência da situação de subordinação imposta às mulheres rurais, poucos avanços ocorrem na aplicação destes compromissos internacionais. Na agenda dos anos 90, reafirmam-se resoluções anteriormente adotadas, como ilustra a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, em 1995. A Plataforma de Ação, um dos documentos aprovados, identifica os obstáculos e propõe objetivos estratégicos e ações para a efetivação dos direitos das mulheres. Entre elas, medidas a serem tomadas pelos governos para que as políticas macroeconômicas e as estratégias de desenvolvimento nacional considerem as necessidades das mulheres e apoiem

seus esforços para superar a pobreza. Em relação a este tema propõe a adoção de medidas para rever leis e práticas administrativas que assegurem a igualdade de direitos sobre os recursos econômicos e o acesso das mulheres.

A Conferência restringe-se a reafirmar compromissos anteriores voltados para as mulheres rurais, como a melhoria do acesso ao crédito, à assistência técnica e extensão rural e à comercialização. Pode-se registrar, como um pequeno avanço, a ampliação da recomendação de revisões do marco legal e administrativo para a garantia do acesso igualitário ao crédito, aos recursos naturais e às tecnologias, e não apenas à terra, como constava de conferências internacionais anteriores.

Menciona-se o estímulo às cooperativas de forma restrita aos seus vínculos com a economia de mercado, sem reconhecer nestas formas de organização a presença da economia solidária. O tema do crédito ganha mais relevância e passa a incluir a necessidade de apoiar ações inovadoras para facilitar o acesso a mecanismos e instituições de poupança e crédito, mas sem abordar as medidas a serem adotadas para que as mulheres rurais possam, de fato, acessar estes recursos (FUNAG/IPRI/Ministério das Relações Exteriores: 2003).

Segundo Deere (2002) nas conferências da ONU da década de 90, incluindo as sobre a mulher e a da FAO sobre alimentação, os direitos das mulheres à terra passam a ser tratados em termos da autonomia econômica e empoderamento e não apenas como simples inclusão das mulheres na economia. A autora apresenta uma interessante abordagem sobre a forma de apropriação pelas conferências da análise de gênero de várias feministas nos anos 80 e início dos anos 90. Sob o argumento de eficiência e da equidade no contexto do paradigma neoliberal a ONU incorporou a mulher como administradora de empresas, valorizou a sua participação no trabalho comunitário e a elasticidade do serviço doméstico. Como resultado da incorporação da linguagem de gênero teria havido uma neutralização do potencial transformador dessa agenda.

Ao abordar o movimento de mulheres Deere considera que partir da década de 80 já se observa uma percepção crítica da incorporação da dimensão de gênero por parte da ONU no bojo de um debate mais amplo sobre o capitalismo, incluindo nele a discussão das relações

de produção e reprodução. As organizações não governamentais, que mantinham diálogo com a ONU, focavam o debate no impacto da dívida externa e os efeitos do ajuste estrutural sobre os pobres e ao fazê-lo demandavam igualdade legal e acesso aos recursos para as mulheres.

Deere (2002) analisa a forma diferenciada como ocorreu a implementação desta agenda internacional de compromissos com os direitos das mulheres e com a promoção da igualdade na América Latina. A ratificação das convenções internacionais sobre mulheres pelos países, em particular da CEDAW, ocorreu em distintos momentos e sua internalização nas estruturas de Estado foi bastante diferenciada. Segundo essa autora, a Plataforma de Ação de Beijing comprometeu os Estados nacionais a desenvolver planos de ação para promover a igualdade de gênero. Mas os instrumentos nacionais criados, como os escritórios nacionais, ganharam um viés urbano, o que resultou em menor importância dada aos direitos das mulheres rurais ou em uma postergação de sua incorporação pelos planos nacionais de promoção de oportunidades para as mulheres. Na década de 80, poucos foram os casos de criação dos chamados “escritórios de mulheres” no interior dos ministérios da agricultura.

Contribuições recentes para os direitos das mulheres rurais

As análises sobre os compromissos internacionais firmados em distintas instâncias do sistema ONU revelam que pouco se avançou na sua concretização pelos Estados nacionais (DEERE, 2002; FAO, 2006).

Após o reconhecimento e a incorporação de temas importantes pela agenda internacional, pouca coisa nova surgiu. Permaneceram os temas e pouco se alterou a forma como são abordados nos fóruns internacionais. Esta baixa renovação na elaboração se combina com um cenário de baixa efetivação nacional dos compromissos assumidos.

Este balanço estimulou uma reflexão crítica sobre os efeitos da participação e da integração dos movimentos sociais de mulheres na agenda da ONU e sobre a eficácia da ação dos Estados nacionais. FALQUET (2002) caracteriza o processo de participação nestas instâncias como uma tentativa de neutralização da ação política das mulheres. Neste sentido, feministas latino-americanas analisam criticamente as

mudanças na agenda de setores dos movimentos sociais de mulheres, que partindo de um balanço positivo da ação da ONU, passaram a agir, principalmente, no monitoramento das ações dos governos. Isso teria gerado perda de radicalidade de suas iniciativas, com o abandono de lutas por mudanças estruturais na vida das mulheres e restrição de sua atuação a proposições de políticas públicas para as mulheres (FARIA e MORENO: 2007).

Setores da sociedade civil têm inovado ao incorporar na agenda mais geral temas relativos à situação específica das mulheres rurais. Isto tem implicado, em alguns casos, em avanços no reconhecimento da agenda feminista e do sujeito político que dele resulta e em conquistas.

No âmbito de movimentos sociais antiglobalização, como a Via Campesina e a Marcha Mundial de Mulheres, o debate sobre a economia é alargado e a proposição de uma economia soberana, solidária e feminista vai se firmando como um campo alternativo ao modelo hegemônico, até então não questionado pelas conferências internacionais das Nações Unidas.

Nos últimos anos essa renovação da agenda internacional desdobra-se em uma ampliação das iniciativas internacionais da sociedade civil nos temas da agricultura, da reforma agrária e da segurança e soberania alimentar, com repercussões sobre a agenda das políticas públicas para as mulheres rurais. Campanhas internacionais, congressos, encontros e mobilizações promovidos pela Aliança Social Continental, Marcha Mundial de Mulheres, Via Campesina e por articulações regionais sindicais, como a Confederação das Organizações dos Produtores Familiares do Mercosul (Coprofam), buscam pressionar os governos dos países a adotarem uma agricultura baseada na sustentabilidade ambiental, a garantirem o direito humano à alimentação, a orientarem suas ações para promover mudanças nas políticas econômicas nacionais e na própria ordem internacional, no sentido de um mundo justo e igualitário, renovando horizontes para as lutas das mulheres.

A Marcha Mundial das Mulheres, em parceria com outras organizações, tem atuado para internalizar o feminismo na luta pela soberania alimentar, para colocar o trabalho das mulheres no centro da economia e da organização social, para que o direito à alimentação considere o trabalho invisível das mulheres na preparação e distribuição dos alimentos.

Para abordar estas novas contribuições ao debate e às lutas das mulheres destacam-se, aqui, iniciativas recentes que contribuíram para redefinir o padrão de relação com organismos internacionais e para renovar a agenda das políticas para as mulheres. São elas: a Conferência Regional sobre a Mulher na América Latina e Caribe, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), de 2004 e 2007; a Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural da FAO - CIRAD, 2006; a 33ª Conferência Regional da América Latina e Caribe da FAO (2008) - incluindo atividades específicas da sociedade civil dirigidas a incidir nestes fóruns oficiais; e o Fórum Nyéléni de Soberania Alimentar, organizado pela Via Campesina, Marcha Mundial das Mulheres e Amigos da Terra Internacional - 2007.

A Conferência Regional da CEPAL de 2004 reafirmou compromissos firmados nas conferências internacionais - promovidas pela ONU - sobre a mulher. O documento final, intitulado Consenso do México, seguindo uma tendência internacional, tratou da necessidade de redução dos impactos da chamada modernização conservadora da agricultura, em particular, dos efeitos da introdução das novas tecnologias sobre o emprego e a renda das mulheres. Essa abordagem estava em sintonia com uma visão mais geral de movimentos sociais de mulheres da região e de agências multilaterais, as quais consideravam o modelo econômico vigente como inexorável, limitando o horizonte das mudanças às reformas necessárias para efetivar os direitos das mulheres (FARIA e MORENO, 2007). Além da democratização do acesso à terra, via programas de reforma agrária, destaca-se a necessária intervenção dos Estados nacionais para garantir ocupação e renda para as mulheres rurais, por intermédio de políticas públicas de financiamento, assistência técnica e comercialização, dentre outras.

Na sua edição de 2007, realizada no Equador, diante da persistência, e em alguns casos do agravamento, da pobreza e das desigualdades de gênero, a CEPAL incorporou novos temas na agenda regional dos direitos e das políticas para as mulheres, como o trabalho não remunerado, a documentação civil e os direitos das mulheres indígenas e afro-descendentes. Os países participantes reconhecem a importância do trabalho das mulheres, a partir da diversidade de aportes econômicos e do trabalho para o autoconsumo, problematizam o trabalho reprodutivo restringindo-se a indicar a necessidade dele

ser remunerado. Comprometem-se a desenvolver políticas públicas específicas para ampliar o acesso das mulheres rurais aos recursos naturais, aos serviços públicos e o pleno acesso à documentação civil.

A CIRAD contou, no processo preparatório e na sua realização, com inovações que possibilitaram uma maior participação e um maior protagonismo das organizações da sociedade civil e dos movimentos de mulheres e maior visibilidade para suas reivindicações, além do fato de que as discussões sobre seu seguimento continuam mobilizando distintos atores e atrizes sociais.⁴

Destacam-se quatro momentos do processo desta conferência que produziram contribuições relativas às mulheres rurais, envolvendo iniciativas autônomas da sociedade civil, de diálogo entre este setor e representantes de governos e produções de especialistas. O primeiro refere-se às contribuições do Fórum “Terra, Território e Dignidade”, organizado pela Via Campesina Internacional, o Comitê Internacional de Planejamento da Soberania Alimentar - CIP, entre outras entidades, nas vésperas da CIRAD. Estas organizações estiveram juntas anteriormente no Fórum Mundial de Reforma Agrária, um evento temático do Fórum Social Mundial, realizado em dezembro de 2004, que no tema das mulheres rurais restringiu-se a diagnosticar que, ao lado dos jovens, seriam os setores mais afetados pela destruição de sistemas de produção agrícola.⁵

O documento base do Fórum “Terra, Território e Dignidade” partia do conceito de soberania alimentar e abordava o reconhecimento dos direitos das mulheres agricultoras pelo papel primordial que desempenham na produção agrícola e na alimentação. Entretanto, não há nenhuma referência explícita que desdobre este reconhecimento em medidas específicas e concretas para a superação das desigualdades, restringindo-se a referências não problematizadas aos marcos internacionais que dialogam com estes direitos e à valorização das demandas e das experiências das mulheres, com destaque para a titulação conjunta da terra.⁶

⁴ Para uma boa descrição do processo da CIRADR, conferir RONDÓ FILHO, Milton. A Política Externa Brasileira e a Reforma Agrária de 1979 a 2006. Instituto Rio Branco - LIV CAE, Brasília, DF, 2009.

⁵ A reforma Agrária e os Recursos Naturais: uma Exigência dos Povos.

⁶ A Reforma Agrária no contexto da soberania alimentar, o direito à alimentação e diversidade cultural: terra, território e dignidade.

Já na declaração final do Fórum, documento encaminhado à CI-RADR, há um tópico específico relativo às mulheres, intitulado “A importância da reprodução social e a expressão de gênero na luta pela reforma agrária”, que reconhece o papel fundamental das mulheres na agricultura, na pesca e na gestão dos recursos naturais e que afirma uma visão de reforma agrária com equidade de gênero, que dê prioridades aos direitos das mulheres, com igualdade de oportunidades e de direitos e que repare as discriminações. Vale registrar que a abordagem da situação das mulheres vem sempre acompanhada de propostas também dirigidas à juventude rural.

O segundo destaque refere-se a um dos documentos elaborado por especialistas internacionais, contratados pelo Comitê Organizador da CIRAD, intitulado “Políticas e práticas para assegurar e melhorar o acesso à terra”, que contém um item sobre os direitos agrários das mulheres, no qual se menciona a importância das mulheres na composição da população economicamente ativa da agricultura e se destaca o papel que desempenham na segurança alimentar da família. O aumento da participação das mulheres na produção agrícola é apresentado como decorrência da migração dos homens e ao restrito ou inexistente acesso das mulheres a recursos como a terra, crédito e serviços de extensão. É abordada, também, a lacuna entre a lei e a prática para garantir o direito à terra das mulheres, pois, em geral, as legislações agrárias, apesar de se pretenderem neutras ou proibirem a discriminação por sexo no acesso à terra, são implementadas de forma restrita (FAO, 2006).

O documento incorpora uma visão ampliada sobre as reivindicações das mulheres no direito à terra e descreve um cenário internacional com iniciativas para melhorar a sua posição na sociedade e seu acesso legal à terra, citando as resoluções da ONU e programas nacionais do final da década de 80, nas quais se reconhece que há dificuldades para se avaliar a eficácia geral das normas legais dirigidas a aumentar a participação das mulheres nos programas de reforma agrária devido às limitações impostas por práticas culturais, falta de conscientização jurídica e pelo limitado acesso aos tribunais e aos recursos econômicos.

Outra iniciativa relevante foi o “Seminário Internacional sobre Políticas para as Mulheres na Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural”,

realizado pelo governo brasileiro e Action Aid, e que também antecedeu a CIRAD. Com a participação de representações de mulheres trabalhadoras rurais da Ásia, África, América Latina e Caribe foi possível compor um quadro das situações diferenciadas e, mesmo reconhecendo-se a existência de diferentes contextos nacionais, produziu-se um documento conjunto de recomendações à Conferência Oficial da FAO. Entre elas destacam-se: garantir o acesso igualitário das mulheres à terra por intermédio da remoção dos obstáculos legais, políticos e administrativos que limitam o acesso integral; garantir a titulação conjunta obrigatória para homens e mulheres casados ou que vivem em união estável ou de fato, nos programas de reforma agrária e no acesso à propriedade nas situações de herança; abolir as leis baseadas no direito consuetudinário que privam as mulheres do direito à terra; estabelecer metas para a titulação proporcional de mulheres rurais chefes de família; garantir o acesso à terra às mulheres jovens e às mulheres pertencentes às populações tradicionais, pescadoras e ribeirinhas, levando-se em conta as dimensões de raça, etnia, geração.

O documento destaca, ainda, a importância do acesso à documentação civil de forma gratuita a fim de garantir o acesso à terra e o exercício pleno da cidadania. Avança ao abordar aspectos fundamentais para a autonomia econômica das mulheres rurais, como a assistência técnica, o acesso às tecnologias sustentáveis, a organização produtiva e o crédito, preservando a autonomia no acesso e no uso destes recursos. Valoriza a auto-organização e o fortalecimento da representação das mulheres em organismos locais e nacionais, inclusive para superar a invisibilidade imposta pela ausência de informações desagregadas por sexo na reforma agrária e nas políticas de desenvolvimento rural.

Neste ambiente marcado por diferentes representações sociais a agenda das mulheres rurais ganhou maior densidade ao aportar novos conteúdos e ao desdobrar velhos e novos conteúdos em medidas concretas a serem adotadas pelos Estados nacionais para a superação das desigualdades.

Outro destaque refere-se à Declaração Final da CIRADR, na qual as demandas das mulheres ganharam mais visibilidade do que na Conferência da FAO de 1979, informada pelas iniciativas anteriores e por

um ambiente de mobilização da sociedade civil, inclusive das mulheres, durante a própria realização da conferência, mas sem conseguir refletir todo o acúmulo das discussões preparatórias.

O tema das mulheres rurais é abordado em vários itens e, principalmente, no que trata das ações de superação da pobreza e do acesso aos recursos naturais e econômicos. Novamente são feitas recomendações para que as leis sejam “formuladas e revisadas para que as mulheres tenham garantidos direitos iguais e plenos à terra e a outros recursos”, e para que sejam adotadas reformas administrativas para assegurar o acesso às políticas públicas. Pela primeira vez a FAO incluiu recomendações dirigidas a garantir os direitos trabalhistas e a identificação civil das mulheres rurais em seus documentos oficiais, mas, assim como nos demais temas abordados, não incorporou as indicações apresentadas para sua concretização.

A 30ª Conferência Regional América Latina e Caribe da FAO, realizada no Brasil em 2008, e o encontro das mulheres representantes da sociedade civil de 14 países da região que a precedeu, também merecem ser abordados. A declaração final desse encontro contém um diagnóstico da situação da agricultura e das mulheres rurais, com destaque para a perda de direitos e de autonomia, decorrentes das políticas neoliberais aplicadas na região. O documento conclama ao reconhecimento do trabalho reprodutivo das mulheres a partir do questionamento da atual divisão sexual do trabalho, que impõe exclusivamente às mulheres a responsabilidade pela sustentabilidade da vida, assinala a importância do respeito aos direitos das mulheres, tendo em vista o seu papel na produção e da garantia de sua participação nas instâncias de decisão. Afirma, ainda, a necessidade da FAO e dos governos da região a dar seguimento aos compromissos assumidos na CIRAD, garantindo a participação da sociedade civil e a participação igualitária de mulheres e homens. Para isso, assinala que a FAO deveria manter uma estrutura regional permanente com orçamento e mecanismos de consulta, de participação na avaliação e nas decisões.

Ao tratar do seguimento da CIRAD - informe da 30ª conferência -, afirma uma visão integral de reforma agrária (também presente no Fórum Mundial da Reforma Agrária) que prevê o acesso a um conjunto de direitos e de políticas de desenvolvimento rural e que faz referência

à importância das políticas específicas para as mulheres. Ao tratar do tema da reforma da FAO, o documento chama a atenção para a necessidade de equilibrar a composição sexual da sua estrutura.

Outra iniciativa que aportou novas contribuições às políticas para as mulheres rurais foi o Fórum Nyéléni de Soberania Alimentar, realizado no Mali, em 2007, pela Via Campesina, Marcha Mundial das Mulheres e Amigos da Terra Internacional, antecedido de eventos regionais e setoriais. Previamente ao Fórum houve um encontro específico das mulheres que discutiu a situação da agricultura, das mulheres rurais e, em especial, a ação dos mercados internacionais e seus efeitos sobre as mulheres. Deve-se destacar a posição assumida de afirmação da centralidade da luta pela igualdade entre os sexos, pela superação dos preconceitos sexistas como elemento fundante de uma nova visão de mundo e pela importância da conquista da autonomia, do direito de decidir e de participar plenamente nas instâncias de tomada de decisão.

Como resultado da mobilização das mulheres no processo preparatório, o Fórum Nyéléni de Soberania Alimentar adota em sua declaração final vários aspectos que revelam avanços e alianças de feministas no interior desta articulação. A declaração reconhece as mulheres como responsáveis pela criação de conhecimentos ancestrais sobre alimentos e agricultura, conhecimentos que costumam ser desvalorizados. Afirma que a soberania alimentar supõe novas relações sociais livres de opressão e desigualdades entre homens e mulheres e enfatiza o compromisso das organizações presentes com a luta para que os direitos das mulheres sejam reconhecidos e respeitados e pelo reconhecimento de seu papel na produção de alimentos e posiciona-se pelo fim da internacionalização e da globalização dos valores paternalistas e patriarcais.

Constata-se, por intermédio dos eventos analisados, um esforço para vincular e articular a agenda feminista com a discussão e construção de alternativas políticas e econômicas para superação da ordem hegemônica e para o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos.

Esta compreensão, no entanto, não provocou um afastamento da sociedade civil de fóruns e conferências oficiais. No caso da FAO,

há, inclusive, uma ampliação da participação evidenciada na CIRAD, e, em âmbito regional, num contexto de renovação progressista dos governos nacionais que repercute sobre sua atuação nos fóruns internacionais, como se observou na 30ª Conferência Regional da América Latina e Caribe.

Ao invés de renegar os espaços institucionais, a opção das organizações da sociedade civil foi participar, mas retomando a construção de espaços autônomos de formulação, mobilização e ação a partir do que redefinem sua própria atuação nos fóruns oficiais, inclusive com uma agenda mais densa. Isso ocorre num ambiente de democratização da composição das delegações oficiais, com a participação de representantes da sociedade civil, de criação de espaços e iniciativas de articulação e mobilização social para pressionar os governos nacionais e para desenvolver uma luta política e ideológica mais geral.

O grau de internalização desta agenda e destas novas dinâmicas sociais nos Estados nacionais pode ser analisado por intermédio das estruturas criadas para implementar as políticas, dos instrumentos internos para dar materialidade à agenda dos direitos das mulheres do campo e do conteúdo das políticas e programas existentes. Isso permite avaliar a efetivação dos compromissos internacionais assumidos e os desafios presentes no processo de integração regional, que é o que se passa a tratar, tendo como referência o Mercosul.

A agenda de gênero da REAF

A Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar⁷ foi criada pelo Mercosul em 2004 a partir de proposta do governo brasileiro, já como expressão de uma nova orientação na sua política externa e de demandas da sociedade civil para tratar de aspectos da reprodução da agricultura familiar afetados pelas assimetrias e desigualdades da região.⁸

Este tipo de estrutura, previsto pelo Tratado de Assunção, tem por objetivo analisar os acordos alcançados nos temas de sua competência

⁷ Para uma sistematização do histórico, metodologia e registros dos primeiros anos da REAF, conferir *Primer Ciclo REAF*. MDA/MRE/FIDA Mercosur/Brasília, 2006.

⁸ Conferir *Carta de Montevideo*, da Confederacion de Organizaciones de Productores Familiares del Mercosur Ampliado (Coprofam, 2003).

e propor recomendações a serem adotadas pelos “Estados Partes”. A REAF constitui-se com a finalidade de promover o comércio intra-bloco de produtos da agricultura familiar e ampliou seu escopo de atuação para as políticas de fortalecimento da agricultura familiar, de promoção da igualdade e de desenvolvimento rural.

A iniciativa contribuiu para dar visibilidade institucional para um setor que vinha sendo desconsiderado nos acordos comerciais sobre agricultura no âmbito do GATT e, depois, na Organização Mundial do Comércio e que ocupava um lugar subordinado nas dinâmicas agrícolas, especialmente, a partir da intensificação das diferenciações internas no setor agrícola com a implantação de governos ditatoriais e dos diferentes processos de modernização agrícola (BRUMER e WEISCHEIMER: 2006). Revela-se um setor com importância econômica e social, pois a agricultura familiar na região representa “22,7 milhões de pessoas distribuídas em 5,4 milhões de estabelecimentos familiares”, sendo responsável pela produção de aproximadamente 60% dos alimentos consumidos nos países do bloco e por 10% do PIB da região⁹ (BRADY, 2008).

A definição das ações da Agenda de Gênero da REAF partiu de situações nacionais diferenciadas de institucionalização das políticas para as mulheres rurais e do reconhecimento da sua urgência diante da situação econômica e social das mulheres rurais da região e das possibilidades abertas pelo próprio desenho deste espaço que conta com a participação social.

Diferentes arranjos institucionais pré-existentes

As políticas para as mulheres da agricultura familiar, um dos cinco temas da pauta da REAF, são tratadas pelos países em um ambiente institucional mais geral das políticas de gênero, com forte influência do modelo europeu, inserindo-as em planos de promoção da igualdade de oportunidades, como assinala Rigat-Pfaun (2008) - uma influência reforçada pela CEPAL e pelas agências de cooperação dos países europeus, em particular da Espanha.

⁹ Os dados abrangem a Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile e Bolívia.

Há distinções nos arranjos institucionais de cada país do Mercosul, na experiência acumulada, na duração, no grau de detalhamento dos planos e do conteúdo das ações propostas. Em geral, a coordenação das políticas para as mulheres é feita por autarquias vinculadas a ministérios da chamada área social, com exceção do Brasil e do Paraguai, onde existem secretarias vinculadas diretamente à Presidência da República. Os planos, apesar de instituídos por lei, vinculam-se aos mandatos dos governos. A Venezuela é o único país que conta com uma lei de igualdade de oportunidades para as mulheres, mas não conta com um plano de ação, como nos demais países.

Apesar das diferenças, todos os países da região contam com organismos governamentais responsáveis pelas políticas de promoção da igualdade de gênero com variadas interfaces com as demais áreas de governo. Há, na maioria dos países, mecanismos de diálogo com os movimentos sociais e organizações de mulheres rurais. Entretanto, são poucos os programas e políticas dirigidas às mulheres rurais e os que existem são, em geral, insuficientes, e raras são as estruturas governamentais específicas.

As iniciativas nacionais de aplicação das recomendações da ONU para a criação de políticas para as mulheres ocorreram em momentos distintos. Inicia-se pela Argentina, na década de 80, seguindo-se do Chile, nos anos 90. O Brasil é um caso tardio de institucionalização, pois até o início da atual década a opção foi por um modelo misto de ação governamental e da sociedade civil, na medida em que confundia estes entes sociais, já que sem distinguir papéis ambos assumiam responsabilidade pela implementação de políticas para as mulheres - estratégia que promoveu uma neutralização da ação política de setores dos movimentos sociais de mulheres. Esta é a experiência dos chamados conselhos dos direitos das mulheres (GODINHO, 2007). A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres foi criada em 2002, mas só obteve orçamento, adquiriu status de ministério e vinculou-se à Presidência da República em 2003.

Na Argentina, o Conselho Nacional da Mulher não incorpora ações específicas para a área rural. Neste caso e no Uruguai as ações voltadas para as mulheres rurais se restringiam ao âmbito da cooperação com o Fundo Internacional para Desenvolvimento e Alimentação - FIDA. No

Chile, em 1997, na vigência do primeiro Plano de Igualdade, elaborou-se uma proposta de política de igualdade de oportunidades para as mulheres rurais e se constituiu a Mesa de Trabalho da Mulher Rural, espaço de participação social das políticas do Ministério da Agricultura.

No caso venezuelano, a Fundação “CIARA - Capacitação e Inovação para Apoiar a Revolução Agrária”, criada em 1996 com a finalidade de propiciar a participação das comunidades rurais na promoção do desenvolvimento endógeno, reconhece o tema gênero como transversal e prevê ações de estímulo e valorização do trabalho produtivo das mulheres rurais. O Brasil e o Paraguai são os únicos países da região que contam com estruturas específicas dirigidas à promoção da igualdade e a autonomia econômica das mulheres rurais nos ministérios responsáveis por políticas de desenvolvimento rural, além de prever ações nos planos de igualdade daqueles países.¹⁰

No âmbito sub-internacional do Mercosul há, desde 1998, uma estrutura específica voltada para a análise da situação da mulher, das legislações e das políticas públicas dos Estados-Partes sob o ponto de vista da igualdade, da Reunião Especializada da Mulher (REM).¹¹ Esta concentrava, até recentemente, sua atenção nos temas da violência contra a mulher e do fortalecimento de uma institucionalidade de gênero na região. Temas relativos à economia apareciam vinculados a um debate mais geral, como por exemplo, na avaliação da forma de inserção das mulheres no mercado de trabalho, na qualificação do trabalho não remunerado e, de forma residual, no debate sobre o livre comércio e sobre o empoderamento econômico das mulheres (RODRIGUES e TAVARES, 2006).

A pauta das mulheres rurais entra na REM com potencial para ampliar o seu próprio protagonismo a partir de propostas da REAF de iniciativas conjuntas para fortalecer a harmonização e interiorização de políticas específicas.

Este cenário de ausência e fragilidade de referências institucionais previamente consolidadas nos países e na estrutura de integração

¹⁰ No Brasil é a Assessoria de Gênero, Raça e Etnia do Ministério do Desenvolvimento Agrário e no Paraguai é a Direção de Gênero e Juventude do Ministério da Agricultura e Pecuária.

¹¹ Resolução GMC/RES n. 20/98 cria a Reunião Especializada da Mulher.

regional evidencia a dimensão dos desafios para a constituição de uma agenda de gênero dirigida à promoção da igualdade e a autonomia econômica das mulheres rurais.

Uma agenda necessária

Apesar destas dificuldades institucionais há o reconhecimento de que esta agenda, além de necessária, é urgente em decorrência das próprias condições de vida e de trabalho das mulheres rurais da região, as quais compartilham um contexto histórico similar e, mais recentemente, foram impactadas pelas reformas neoliberais.¹²

Agravou-se a situação, que já era frágil, dos estabelecimentos familiares e das mulheres rurais que, destituídas de uma série de direitos sociais básicos, são as principais vítimas do processo (i)migratório, gerando um processo de masculinização do campo. A saída das mulheres jovens das zonas rurais é explicada, em grande medida, pela sua inserção desfavorável na agricultura familiar, relacionada à sua restrita autonomia econômica na gestão e acesso aos recursos produtivos, na ausência de políticas públicas direcionadas, na desvalorização atribuída ao seu trabalho e à falta de perspectiva no acesso e herança da terra.

Apesar das particularidades inerentes a cada país observam-se elementos comuns, entre os quais, o não reconhecimento do trabalho produtivo desempenhado pelas mulheres rurais, o predomínio em atividades produtivas não remuneradas da agricultura familiar, como o cultivo para o autoconsumo e as atividades reprodutivas.

A invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres nas atividades de produção na unidade familiar evidencia-se na ausência de informações sobre isso nas estatísticas oficiais nos países do Mercosul. Isto se reflete no caráter das políticas públicas em curso que enxergam a unidade familiar como um todo homogêneo, sem distinguir as relações de hierarquia e desigualdade de gênero e geração existentes

¹² Para um quadro da situação das mulheres rurais e das políticas públicas dirigidas a elas nos países do Mercosul ver *Gênero, Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Mercosul*. Brasília, NEAD - Debate 9. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2006. Para uma visão geral sobre a agricultura familiar nos países da região, ver BRADY (2008).

no seu interior de tal sorte, que as mulheres são duplamente afetadas. Primeiro, pelas restrições no acesso aos recursos produtivos no interior da família, principalmente em relação à transmissão do patrimônio familiar, e, segundo, por dificuldades decorrentes da própria ação do Estado, que não favorece o acesso das mulheres às políticas públicas, como os programas de reforma agrária, crédito, assistência técnica e comercialização.

Este diagnóstico pode ser problematizado à luz da economia feminista e de sua crítica ao modelo econômico hegemônico. Como assinala Faria (2009), há uma contradição na economia clássica ao reconhecer o trabalho das mulheres na família e não incorporá-lo em um esquema analítico do modelo. Ao priorizar o indivíduo como consumidor desconhece-se o acesso desigual aos recursos, às diferenças de gênero e de classe e, ao consolidar a separação entre uma esfera pública - da produção - e outra privada - da reprodução - reforça-se a ideia equivocada de um suposto destino biológico para a inserção das mulheres, ignorando a importância econômica do trabalho doméstico e a noção de que a reprodução é parte da economia.

O Grupo de Trabalho de Gênero na REAF

É neste cenário que a igualdade entre homens e mulheres na área rural integrou-se à agenda da REAF como tema transversal. Esta agenda conta com a participação de representantes dos governos e de organizações da sociedade civil, dentre elas movimentos de mulheres autônomos, instâncias de mulheres de movimentos sociais mistos e de representação de articulação regional sindical, a Coprofam.

Coube ao Grupo de Trabalho de Gênero (GT Gênero)¹³ elaborar um plano de ação sustentado por um diagnóstico sobre a situação das mulheres rurais e das institucionalidades de gênero pré-existentes e de suas interfaces com as políticas de desenvolvimento rural.

Vale registrar a contribuição da Coprofam no GT Gênero, decorrente de um processo de organização interna das mulheres e de

¹³ Participam deste GT representantes dos governos nacionais e dos movimentos sociais, dentre os quais os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais e organizações de mulheres existentes em movimentos sociais mistos.

definição de pautas específicas de reivindicações tendo por referência uma agenda feminista e o compromisso com a ampliação da participação das mulheres. Entre os temas prioritários definidos estão a relação das mulheres com a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável; a soberania alimentar; a garantia do seguimento da FAO; a intervenção na agenda do Mercosul. Esta atuação voltada para a criação e consolidação de políticas públicas para as mulheres rurais reflete-se na sua participação em todas as iniciativas do GT Gênero.

Como visto anteriormente, embora existam organismos nacionais e alguns instrumentos de internalização de políticas públicas dirigidas às mulheres rurais, sua efetividade é baixa, revelando um frágil ou ausente tratamento dado ao tema pelos ministérios com competência para implementar tais políticas.

Um dos primeiros resultados da atuação do GT Gênero e da própria REAF foi a aprovação pelo Grupo Mercado Comum (GMC) - a segunda instância deliberativa do Mercosul -, a partir de uma resolução da REAF, de uma recomendação para que os Estados-Membros promovam o acesso igualitário das mulheres à terra, atuem para diminuir a ausência de documentação civil e trabalhista e implementem uma política especial de crédito para as mulheres na agricultura familiar e na reforma agrária.

A estruturação da Agenda de Gênero da REAF buscou assentar-se num mútuo aprendizado sobre as diferenças existentes entre os países, resultantes de suas formações sociais e econômicas e de diferentes trajetórias políticas e institucionais. Além do intercâmbio possibilitado pelo funcionamento regular dos espaços da REAF, o GT Gênero buscou sistematizar informações sobre a situação e os direitos das mulheres rurais nos casos nacionais, priorizando alguns temas, entre eles, o marco jurídico e normativo e as políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade, bem como os instrumentos para sua efetivação. Esforço que foi fundamental para organizar a intervenção nos demais temas tratados pela REAF e para dialogar com as demandas da sociedade civil.

A análise construída, objeto de uma publicação específica (MDA/NEAD 2006), revelou a importância dos temas do acesso à terra, financiamento, assistência técnica, comércio e participação social para a

superação das desigualdades impostas às mulheres rurais. Outra frente de atuação priorizada foi a incorporação do recorte de gênero no tema da facilitação do comércio, com a realização de estudos sobre a participação da agricultura familiar nas cadeias produtivas¹⁴ e na discussão sobre a implementação e harmonização dos registros da agricultura familiar.¹⁵

Acesso à terra

O reconhecimento do papel central do acesso à terra na promoção da igualdade e da autonomia econômica das mulheres rurais fez com que o tema ganhasse centralidade na Agenda de Gênero da REAF. Assim, uma das primeiras iniciativas do GT foi a proposição de instrumentos legais e administrativos que facilitassem o acesso à terra e a integração deste tema na pauta do GT sobre “Políticas Fundiárias, Acesso à Terra e Reforma Agrária”, associando-se a outros, como a estrangeirização das terras, concentração e uso da terra e a função social da propriedade.

A importância do tema se deparava com um quadro em que os planos de igualdade de oportunidade para as mulheres e referências nacionais para as políticas de gênero abordavam de forma genérica o acesso das mulheres à terra. Estudo feito pelo GT de Gênero da REAF analisou o marco legal existente na região para garantir o direito das mulheres à terra, às demais políticas de desenvolvimento rural e os dados disponíveis sobre o acesso efetivo das mulheres à terra e constatou uma situação bastante diversa.¹⁶

Alguns países incluíram o direito igualitário - ou a melhoria das condições de acesso das mulheres à propriedade da terra - nos planos

¹⁴ Estudos iniciados nas cadeias produtivas do tomate e da carne suína que analisam a inserção das mulheres, a organização do trabalho reprodutivo e a participação das mulheres na produção e na comercialização.

¹⁵ Aprovada em 2007, a resolução do GMC n.25/07 - Diretrizes para o reconhecimento e identificação da Agricultura Familiar no Mercosul - recomenda que os registros a serem adotados ou que estão em fase de elaboração em cada país considerem a titularidade conjunta obrigatória para homens e mulheres em situação de casamento ou união estável.

¹⁶ Para uma análise detalhada do marco legal e dos instrumentos de acesso igualitário à terra nos países do Mercosul, ver REAF/SN Brasileira, 2008b; HORA, 2008 e REAF/SN Brasileira, 2008c.

de igualdade ou em suas legislações, mas não contam com instrumentos para efetivar o ordenamento jurídico e não contam com informações suficientes sobre a condição das mulheres de proprietária da terra. Nesta situação estão o Uruguai e a Venezuela, países que contam com programas de colonização, regularização e outorga de terras públicas.¹⁷

Mais recentemente, a Constituição da República Bolivariana reconheceu o tema Gênero como eixo transversal do ordenamento jurídico e a Lei de Terras, de 2001, ao estabelecer as bases para o desenvolvimento rural integrado e sustentado e os direitos dos/as camponeses/as faz menção à inclusão das mulheres rurais. Entretanto, os dados sobre as “cartas agrárias” - instrumento de acesso à terra - não permitem qualificar o acesso das mulheres à terra e a efetividade do marco legal (REAF/SN Brasileira, 2008b; HORA, 2008).

No Brasil e no Paraguai¹⁸ há programas de reforma agrária, de regularização fundiária e de financiamento para a compra da terra (este último apenas no Brasil) e legislações específicas que tratam do direito da mulher à terra. Entretanto, apenas no Brasil o direito reconhecido em lei conta com os instrumentos necessários e está sendo efetivamente aplicado (BUTTO e HORA, 2008).¹⁹

Já a Argentina apresenta uma situação peculiar decorrente das características próprias da estrutura administrativa do país. O governo nacional não atua no tema do acesso à terra pois são as províncias, com suas respectivas legislações, que implementam as políticas fundiárias. Não há informações nacionais sobre o acesso das mulheres,

¹⁷ No Uruguai a previsão está na Lei 31 do Plano de igualdade de oportunidade e a responsabilidade para adoção de medidas é do Ministério de Pecuária, Agropecuária e Pesca. No caso da Venezuela a previsão consta da Lei de Igualdade de Oportunidades para a Mulher de 1999.

¹⁸ Institui-se no Paraguai um novo marco legal - Lei Nº 1863 de 30/01/2002 - Novo Estatuto Agrário - que se associa ao Plano de Igualdade de Oportunidades, que já previa o acesso igualitário à propriedade da terra com a criação do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra - INDERT (2003). A aplicação deste marco legal se dá com o reconhecimento das mulheres como beneficiárias das políticas agrárias e de desenvolvimento rural, com a preferência para mulheres chefes de família e a facilitação do pagamento.

¹⁹ Um marco neste sentido é o II Plano Nacional de Reforma Agrária e o Plano de Políticas para as Mulheres do Brasil que preveem o direito igualitário à terra (titulação conjunta obrigatória, acesso preferencial a mulheres chefes de família), ações de apoio à organização produtiva (crédito, capacitação e assistência técnica) e à participação nos espaços de controle social das políticas públicas.

apenas estudos de caso recentemente realizados com o apoio do governo nacional.

Vale registrar uma iniciativa recente e com grande potencial, que é a ação conjunta do Brasil, Venezuela e Paraguai de análise dos procedimentos dos programas de reforma agrária e regularização fundiária, voltada para efetivação de medidas legislativas de garantia do direito das mulheres à terra.

Acesso ao crédito

No tema do acesso das mulheres ao crédito para o financiamento da produção há, também, um quadro bem diferenciado e com poucas ações concretas. As situações existentes podem ser assim ilustradas: compromissos de ampliação do acesso assumido, mas com nada implementado; medidas restritas à difusão de informações e à capacitação para acessar o crédito geral dirigido à agricultura familiar, consideradas de caráter neutro; existência de linha especial de crédito acompanhada de mecanismos de superação dos obstáculos e de difusão e ampliação do acesso, mas que ainda não resultaram em uma grande escala de beneficiárias. Esta última situação corresponde ao caso brasileiro, que conta com uma linha específica para as mulheres no sistema de crédito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf-Mulher - e no crédito de instalação dos projetos de assentamento da reforma agrária - Apoio Mulher; conta com um programa de apoio à organização produtiva das mulheres o qual envolve capacitação, intercâmbio de experiências e assistência técnica especializada e um amplo programa de documentação civil e trabalhista.

No Chile a ênfase está em iniciativas voltadas para eliminar barreiras que impedem o acesso igualitário de homens e mulheres rurais aos instrumentos e programas gerais voltados para a agricultura familiar, como é o caso do Programa de Formação e Capacitação para Mulheres Rurais, desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário (INDAP) e a Fundação Prodemu. Esta iniciativa destina-se a apoiar grupos de mulheres de famílias que tenham interesse em desenvolver atividades produtivas para melhorar a sua renda (REAF/ SN Brasileira, 2008b).

No Paraguai há iniciativas de difusão e outras dirigidas ao setor financeiro para ampliar a concessão de crédito e o compromisso de flexibilizar as garantias exigidas no caso das mulheres rurais e urbanas de micro, pequenas e médias empresas. Um dos obstáculos identificados é a individualidade do crédito, que ao ser outorgado ao homem, restringe o acesso das mulheres, cujas necessidades de crédito (pequenas indústrias, artesanato, cuidado de pequenos animais e horticultura familiar) não são necessariamente interessantes para o sistema formal de crédito (CABALLERO, 2009).

Na Venezuela, a Fundação CIARA atua no apoio a atividades produtivas das mulheres, contando com linhas de financiamento público, em particular, do “Banmujer”.

Assistência Técnica

Nos países do Mercosul os sistemas de assistência técnica contam com instrumentos legais e normativos de órgãos especializados ou com projetos especiais de extensão rural voltados para promover a igualdade. Entretanto, a cobertura destes serviços ainda é muito baixa, inclusive para o conjunto da agricultura familiar. Há esforços recentes para alterar a orientação dos serviços de assistência técnica e a formação dos profissionais de modo a perceberem e compreenderem as relações de subordinação e as desigualdades como condição para democratizar o acesso às políticas e contribuir com a autonomia econômica das mulheres rurais.

As situações dos países são bem diferenciadas também neste tema. No Uruguai, o sistema de extensão rural e assistência técnica coordenado pelo Ministério de Agricultura e Pecuária incorpora, ainda de forma débil, a dimensão de gênero nas suas ações e o Projeto Uruguai Rural sinaliza para avanços, pois conta com uma unidade específica de assessoramento para o enfoque de gênero.

No Brasil, há uma ação específica dirigida às mulheres no âmbito da política nacional de assistência técnica, integrando a disponibilização de recursos públicos para a contratação deste serviço, a capacitação de agentes de extensão rural e das agricultoras e a articulação com outras políticas de desenvolvimento rural. Há iniciativas

voltadas para a comercialização da produção de grupos de mulheres, mas com uma abrangência ainda mais restrita.

Apenas no Brasil e no Paraguai existem ações de promoção comercial e de inclusão de mulheres em instrumentos de comercialização, como a criação de espaços específicos para oferecer seus produtos, a realização de feiras e de ações de capacitação.

O Programa Regional de Gênero da REAF

Além de coordenar a inserção das mulheres rurais nos diferentes assuntos tratados pela REAF, o GT Gênero elaborou, a partir da experiência acumulada nas sessões nacionais e regionais, o “Programa de Fortalecimento Institucional de Políticas de Igualdade de Gênero na Agricultura Familiar do Mercosul”, já aprovado pelas instâncias de direção do Mercosul, voltado para consolidar nos países, com participação social, as orientações e diretrizes comuns aprovadas. É a primeira iniciativa conjunta de caráter regional envolvendo Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.²⁰

O Programa Regional de Gênero da REAF representa um esforço de articulação da REAF com a REM e de coordenação de ações para a internalização de políticas públicas de gênero na agricultura familiar e na reforma agrária e de organismos especializados de promoção de políticas de gênero nos Ministérios da Agricultura e de Desenvolvimento Agrário. As ações conjuntas dos países abarcam a realização de estudos sobre a realidade das mulheres, oficinas de análise das políticas públicas de apoio à produção e comercialização, capacitação para agentes e gestores públicos e representantes dos movimentos de mulheres, o intercâmbio entre as mulheres da sociedade civil e de governos, a difusão sobre as políticas de gênero no Mercosul e o monitoramento e avaliação da Agenda de Gênero da REAF.²¹

O Programa tem potencial para superar a dinâmica inicial da REAF de sensibilizar e impulsionar ações implementadas autonomamente em

²⁰ A Venezuela não participa do Programa por não ser formalmente um país membro do Mercosul.

²¹ MERCOSUL/VI REAF/DT n° 02/06, anexo VII.

cada país, estruturando iniciativas de caráter regional de planejamento, produção e comércio, combinadas com uma maior articulação entre os movimentos de mulheres e órgãos governamentais e, principalmente, o fortalecimento da atuação nos espaços da integração regional.

Considerações finais

Os direitos das mulheres rurais ganharam visibilidade e foram inscritos em compromissos internacionais a partir do final da década de 70 e, na América Latina, a partir de meados dos anos 80. Mas a inscrição destes direitos não implicou em sua efetivação. Isso fica evidenciado pela crítica dos movimentos sociais e por manifestações dos próprios governos nacionais e dos fóruns regionais do Mercosul.

As institucionalidades pré-existentes no Mercosul para efetivar compromissos internacionais e responder às demandas sociais pouco tratavam da agenda das mulheres rurais. Estas limitações não foram analisadas suficientemente e nem foram objeto de demandas capazes de promover a sua reformulação, criando as condições institucionais para assegurar a concretização de compromissos internacionais e nacionais firmados. Mesmo nos poucos casos em que estas demandas eram incorporadas, a efetivação dos direitos não contava com o respaldo de estruturas internas aos ministérios e órgãos responsáveis por ações finalísticas. Com exceção do Brasil, que já conta com a efetiva implementação de políticas de igualdade para as mulheres rurais, o que se encontra na região são organismos centralizados de coordenação de políticas gerais que dialogam, em maior ou menor grau, com a agenda das mulheres rurais.

Apesar do cenário de baixa efetivação de políticas para as mulheres, observam-se em todos os países espaços de interlocução com as demandas das mulheres em órgãos de desenvolvimento rural, iniciativas pontuais voltadas para as mulheres rurais vinculadas a autarquias ou a projetos de cooperação internacional na área da assistência técnica ou do fomento produtivo.

Nos anos recentes, diferentes iniciativas da sociedade civil têm contribuído para renovar a agenda de gênero, alargando o campo de reconhecimento dos direitos das mulheres previamente definido pelas conferências internacionais e os inserido na elaboração de alternativas

sociais e econômicas. A mudança na correlação de forças na região em prol de interesses soberanos e da democratização, associada a um maior comprometimento dos governos com a agricultura familiar e as relações de gênero impulsionadas por lutas sociais e, em particular, pela ação política das mulheres rurais, resultaram no reconhecimento da importância da Agenda de Gênero na REAF.

Pode-se constatar que a Reunião Especializada da Agricultura Familiar promoveu nos últimos cinco anos um esforço integrado para diagnosticar estes problemas e construiu medidas efetivas para avançar nesta agenda. Num espaço orientado para a integração solidária, as fortalezas existentes em alguns países estão sendo convertidas em insumos para construir uma agenda regional voltada para superar os limites vivenciados pelos Estados-Membros. Fruto deste esforço comum, foram elaboradas e estão sendo implementadas ações concretas capazes de promover a autonomia econômica e garantir os direitos das mulheres rurais, como indicam o Programa Regional de Fortalecimento Institucional de Políticas de Igualdade de Gênero na Agricultura Familiar e as ações de democratização da terra com a participação das mulheres.

As iniciativas da REAF demonstram a sua capacidade de desdobrar debates sobre a integração regional em ações concretas e as prioridades eleitas pela Agenda de Gênero dirigem-se à inclusão econômica das mulheres, inserindo-as nas políticas gerais de apoio à produção e à comercialização e na construção de políticas específicas.

A estratégia adotada abarca um conjunto integrado de iniciativas (realização de estudos, oficinas sobre políticas públicas e capacitação de gestores, intercâmbio e cooperação, sempre com participação social) com potencial - e em alguns casos já com resultados - para constituir os ambientes e as institucionalidades necessárias e para envolver as/os distintos personagens que podem transformar na região a relação das mulheres com o Estado e a economia.

Referências

BRADY, Guilherme Rocha. *Participação social e incidência em políticas públicas no Mercosul*. 2008, (mimeo).

BRUMER, Anita e WEISCHEIMER, Nilson. Agricultura e políticas públicas para as mulheres rurais no âmbito do Mercosul. In: MDA/NEAD. *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006 (Nead Debate 9), p.189-256.

BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres trabalhadoras rurais: um compromisso de todos os dias. In: MDA/NEAD. *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006 (Nead Debate 9), p. 87-116.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla. *Mulheres e Reforma Agrária no Brasil*. In: MDA/NEAD. *Mulheres na Reforma Agrária*. Brasília: MDA, 2008, p.19-38.

CABALLERO V. Manual de Practicas Alimentarias y Nutrición Básica. ACH-MAG, (2009). In: Campos C. *Situación de la Mujer Rural en Paraguay*. FAO, 2007.

CEPAL, 2004. *Documento do consenso do México*. (mimeo).

CEPAL, 2007. *Documento do consenso de Quito*. (mimeo).

CONSENSO DE QUITO. X Conferência Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe. Ministerio de Desarrollo Social. Instituto Nacional de la Mujer, 2008.

CONSENSO DE MEXICO. Cepal Documento da Sala de Conferência. Mexico - DF, 2004. (mimeo).

COPROFAM. *Carta de Montevideo: Propuesta de la Coprofam al Consejo del Mercosur*. Montevideo, Uruguay 16/12/2003, (mimeo).

COPROFAM. *Propuesta para discusión de la plataforma de acción para las mujeres de la COPROFAM*. (mimeo).

Declaração final do Fórum Terra. In: *Territorio e Dignidade*. 2006

DEERE, Carmen Diana e LEÓN, Magdalena. *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

FALQUET, Jules. *Mujeres, feminismo e “desarrollo”*: un análisis crítico de las políticas de las instituciones internacionales. 2002, (mimeo).

FARIA, N. Economia feminista e a agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (org). *Estatísticas Rurais e a Economia Feminista*: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009.

FARIA, N. e R, MORENO. *Feminismo e Integração da América Latina e Caribe*. Publicação da SOF, Sempre Viva Organização Feminista. São Paulo, 2007.

FAO. *Políticas e práticas para assegurar e melhorar o acesso à terra*. 2006, (mimeo).

FAO. Gobierno de Chile. Ministério de Agricultura. *Transversalización del enfoque de género en la institucionalidad del Ministerio de Agricultura*. Período 2000-2006. Santiago de Chile, 2007.

Fundação Alexandre Gusmão; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; Ministério das Relações Exteriores. Brasília: FAG, 2003.

GODINHO, Maria do Carmo. *A estrutura de governo e ação política feminista: a experiência do PT na Prefeitura de São Paulo*. (mimeo).

HORA, Karla E. R. *Avaliação de normativos que garantem o direito de acesso a terra às mulheres rurais na reforma agrária*. 2008, (mimeo).

INDAP/ODEPA/MUCECH/IICA. *Pequeña Agricultura em Chile*: rasgos socioproductivos, institucionalidad y clasificación territorial para la innovación. Santiago: INDAP/ODEPA/MUCECH/IICA, 2006.

Ley de Igualdad de Oportunidades para la Mujer. (mimeo).

LOMBARDI, Rosa Maria. *A ocupação no setor agropecuário no período 1993-2006 e o trabalho das mulheres*. 2008, (mimeo).

MDA/NEAD. *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006 (Nead Debate 9).

MDA/MRE/FIDA. Primer Ciclo REAF. Mercosur/Brasília, 2006.

MERCOSUL. Encaminha para aprovação o Programa Regional de Fortalecimento Institucional de Gênero na Agricultura Familiar no Mercosul. In: *MERCOSUL/GMC/ATA n° 03/08*.

MERCOSUL. Encaminha solicitação para aprovação de diretrizes para a igualdade de gênero em políticas públicas para a agricultura familiar. In: *MERCOSUL/GMC/P. REC. n° 01/08*.

MERCOSUL. Diretrizes para a igualdade de gênero em políticas públicas para a agricultura familiar. In: *MERCOSUL/IX REAF REC. n° 01/08*.

MERCOSUL. Instituí a Reunião Especializada da Agricultura Familiar. In: *Resolução MERCOSUR/GMC/RES n° 11/04*.

MERCOSUL. *Tratado de Assunção - Paraguai*. 1991.

MERCOSUL/REAF. Aprova o Programa Regional de Fortalecimento Institucional de Gênero na Agricultura Familiar no Mercosul. In: *MERCOSUL/VI REAF/DT n° 02/06*.

RIGAT-PFAUN. M Fundación Friedrich Ebert en Argentina. *Gender Mainstreaming: Un enfoque para la igualdad de los géneros*. Agosto de 2008, (mimeo).

RODRIGUES, G. & TAVARES, V. *Entendendo o Mercosul na perspectiva das Mulheres. Instituto Equit - Gênero, Economia e Cidadania Global*. Rio de Janeiro, 2006.

Primer Plan Nacional de Igualdad de Oportunidades y Derechos. In: *Políticas públicas hacia las mujeres 2007-2011*. Uruguay. Ministério de Desarrollo Social, Instituto Nacional de las Mujeres.

REAF. *Primer Ciclo: REAF - Reunión Especializada sobre Agricultura Familiar*. Mercosur. Brasília: MRE / MDA, 2006.

REAF/SN Brasileira. *Programa Regional de Fortalecimento Institucional de Políticas de Igualdade de Gênero na Agricultura Familiar no Mercosul*. (versão de nov/2008 aprovada pelo CCT/Mercosul), 2008, (mimeo).

REAF/SN Brasileira. *Análise da seção nacional brasileira sobre a situação atual do acesso das mulheres à terra: análise dos informes apresentados pelos países sobre as mulheres rurais*. 2008b, (mimeo).

REAF/SN Brasileira. *Análise da seção nacional brasileira sobre a situação atual do acesso das mulheres à terra: apresentação dos países-membros da MATRIZ sobre o MARCO LEGAL referente ao Acesso à terra para as mulheres*. 2008c, (mimeo).

RMPA (Rede de Mulheres Parlamentares das Américas). *Impactos da migração da mulher no contexto de integração regional* (Texto de reflexão para o Comitê Executivo). 2003. Fonte: <http://www.femina-mericas.org/PO/tematicas/F-REFL-migration-Venezuela-p-Caracas.pdf>. Acessado em 02/04/2009.

Secretaria da Mulher (SPM). *II Plan Nacional de Igualdad de Oportunidades entre Mujeres y Hombres 2003-2007*. Secretaria de la Mujer - Presidencia de la República. Fondo de Población de las Naciones Unidas. Asunción, Septiembre del 2005.



Parte II

ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA, GÊNERO E DIVISÃO DO TRABALHO



As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina

*Vilênia Venâncio Porto Aguiar
Valmir Luiz Stropasolas*

Este artigo é o resultado de algumas reflexões feitas a partir de uma pesquisa realizada em comunidades rurais de Santa Catarina o qual teve como objetivo identificar e analisar as principais questões de gênero e geração emergentes das relações sociais estabelecidas entre os membros das famílias rurais envolvidas no Projeto Microbacias 2.¹ Procurou-se, ainda, compreender em que medida essas questões contribuem para a permanência ou saída de mulheres e jovens do meio rural. Este fenômeno tem sido apontado pelos pesquisadores como um dos elementos fundamentais para se compreender as redefinições demográficas em curso nas regiões coloniais do Sul do Brasil, especificamente, a tendência de envelhecimento e masculinização da população de determinados territórios rurais dessa região.

¹ O MICROBACIAS 2 é um projeto de desenvolvimento rural do Estado de Santa Catarina, apoiado com recursos do Banco Mundial/Bird, que tem como meta a promoção do alívio à pobreza através da integração de ações visando o desenvolvimento econômico, ambiental e social do meio rural catarinense. Objetiva-se promover a participação efetiva dos atores sociais rurais nas diversas etapas de execução do Projeto, a partir do estímulo à organização social dos moradores das microbacias através de 936 associações de desenvolvimento. Este Projeto, que teve seu início em 2002, está sendo executado em todas as regiões rurais do estado de SC, beneficiando aproximadamente 85.621 agricultores familiares, sobretudo os segmentos empobrecidos social e economicamente desta categoria social.

Cabe salientar que estas mudanças têm implicações importantes na reprodução social da agricultura familiar e, conseqüentemente, no desenvolvimento das microbacias trabalhadas pelo Projeto. A partir da análise efetuada, almeja-se lançar algumas reflexões e proposições que ajudem o Microbacias 2, assim como outras iniciativas de desenvolvimento, a internalizar nas suas diferentes instâncias as problemáticas de gênero e geração abordadas neste trabalho.

O estudo compreendeu duas etapas metodológicas: uma quantitativa e outra qualitativa. Em relação ao aspecto qualitativo do estudo, foi utilizada uma adaptação da técnica de Grupo Focal (*focus group*). Trata-se de uma técnica de pesquisa na qual o pesquisador reúne “num mesmo local e durante um certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico” (MOREIRA, 2001, p.163). A principal característica dessa técnica está no fato dela trabalhar com a reflexão expressa através da fala dos participantes, forma através da qual eles revelam suas percepções, conceitos e representações sobre os temas abordados. A tarefa do pesquisador consiste em levantar questões capazes de alimentar o debate entre os participantes, sem esperar necessariamente a formação de consensos. Ou seja, ele guia os grupos numa discussão que tem por objetivo revelar as suas percepções sobre o tema em questão; incentiva os componentes do grupo a conversarem entre si, trocando experiências e interagindo a partir de suas ideias, estabelecendo e facilitando a discussão. A pesquisa envolveu 25 grupos focais distribuídos em dez municípios localizados nas mesorregiões do Oeste Catarinense, Norte Catarinense e Serrana, sendo que essa última e parte da segunda conforma o que chamamos de Planalto Catarinense.

Assim, para fins deste artigo faremos referência à Região Oeste e ao Planalto Catarinense, duas regiões que apresentam diferentes perfis geográficos os quais, somados ao processo de ocupação dos seus respectivos territórios, propiciaram as bases para o desenvolvimento de formações socioeconômicas distintas. O Planalto apresenta uma estrutura agrária fortemente concentrada, marcada pela presença do latifúndio pastoril e extrativo cuja base de exploração econômica é a

madeira e seus derivados (celulose, papel), e a pecuária extensiva, no entorno da qual se desenvolve uma agricultura de base familiar, na sua maioria assentada num sistema produtivo tradicional baseado na produção agrícola, principalmente de grãos, gado de corte e fumo. Já a Região Oeste, que apresenta um relevo recortado por vales e com declividade acentuada, possui uma estrutura agrária fortemente marcada pela presença de minifúndios. O dinamismo sócio-econômico regional depende fundamentalmente das pequenas unidades familiares de produção agrícola, predominantes no conjunto dos estabelecimentos agropecuários e que se apresentam bastante diversificadas e, em grande parte, integradas às agroindústrias, base do desenvolvimento econômico da região.

A metodologia de trabalho previu a formação de três diferentes Grupos Focais em cada uma das microbacias selecionadas, constituídos por: 1) técnicos(as); 2) lideranças comunitárias e 3) jovens rurais (moças e rapazes). Para cada região foram feitos os ajustes e adaptações metodológicas necessárias, pois se tratava de diferentes realidades. Para selecionarmos os três grupos acima especificados utilizamos como critério o nível de relação, envolvimento/participação com o Projeto Microbacias 2. Foi sugerida a participação aproximada de 10 pessoas por grupo. A organização e seleção das pessoas que compuseram os grupos 2 e 3 foi feita, na região, pelo técnico local, que foi orientado para dar atenção aos seguintes aspectos: a) todas as comunidades pertencentes às microbacias deveriam estar representadas no grupo focal; b) deveriam ser selecionadas pessoas de sexos diferentes. Ou melhor, cada grupo deveria ser composto por 50% de mulheres e 50% de homens; c) os jovens participantes do grupo 3 deveriam pertencer às diferentes comunidades que compõem a microbacia; d) os jovens selecionados deveriam estar situados na faixa etária de 15 a 25 anos; e) o espaço para as reuniões deveria favorecer a interação entre os participantes.

De um modo geral, pudemos perceber que as questões que constroem a chamada ‘problemática da juventude rural’ são semelhantes, embora sejam diversas as situações em que ela emerge, o que faz com que um ou outro aspecto relacionado a essas questões ganhe maior ou menor importância em um ou outro território rural. Por exemplo, o aspecto ‘renda’ como fator impulsionador da migração de jovens,

embora tenha sido mencionado, em praticamente todos os grupos adquire maior ou menor importância conforme a condição do meio rural em que está inserida a microbacia. Não é para toda situação que a ‘geração/obtenção de renda’ deva ser o objetivo primeiro a ser alcançado para que se evite a migração de jovens. É certo que o jovem e a jovem rural lidam e vivenciam questões e problemas semelhantes, mas a forma como essas questões e problemas se apresentam ou mesmo a maneira como os(as) jovens se colocam frente a eles será tão diversa quanto for a diversidade de situações encontradas no espaço rural.²

A partir dessa perspectiva, procuramos articular num quadro geral de análise a categoria ‘jovem rural’ numa perspectiva de gênero, ao mesmo tempo em que buscamos ressaltar as especificidades que expressam as diferentes ruralidades presentes no espaço rural catarinense.

As análises feitas neste trabalho focalizam os aspectos gerais implicados na migração de jovens e mulheres das comunidades rurais. Para procedermos a nossa reflexão, tais aspectos serão organizados a partir da fala dos nossos interlocutores, conforme estejam relacionados à condição da agricultura, à condição do meio rural, à condição do(a) jovem na unidade familiar e aos seus objetivos, expectativas e perspectivas de futuro. Todos os aspectos ou fatores estão relacionados uns com os outros, são relacionais, ou seja, a identificação e a compreensão de um só ganha sentido quando referido aos outros, de modo que não há uma única razão, ou mesmo uma razão primeira, que justifique, como veremos, a migração de jovens, sejam moças ou rapazes.

Aspectos relacionados à condição da agricultura

Trata-se de aspectos cujos fatores estão relacionados às características da atividade agrícola, às condições em que se desenvolve a agricultura, aos fatores de produção disponíveis, aos sistemas de

² Compreendemos espaço rural na acepção dada por Maria de Nazareth Wanderley, segundo a qual é este *em primeiro lugar, enquanto um espaço físico diferenciado (...), resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que têm como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade. Em segundo lugar, enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (...)* e *lugar de onde se vê e se vive o mundo (...)* (WANDERLEY, 2001, p.32).

produção adotados e às peculiaridades do trabalho na agricultura. A referência a esses fatores predomina, principalmente, na fala dos agricultores, incluindo aí os jovens rapazes.

Nessa perspectiva, o principal estímulo para a migração de jovens é atribuído à própria situação de vulnerabilidade da agricultura tanto em relação ao clima quanto em relação ao mercado.

De um modo geral, comunga-se a opinião de que a agricultura não tem conseguido proporcionar a obtenção de uma renda suficiente para garantir a reprodução da família. O constante aumento dos custos de produção (adubo, veneno, etc.), sem que seja acompanhado pelo aumento no preço dos produtos agrícolas, resulta no baixo rendimento da atividade agrícola. Além disso, a falta de incentivo, as condições impostas pelas agências bancárias para a tomada de crédito e a falta de mercado são fatores que desestimulam os(as) jovens a investir e viver da agricultura e, muitas vezes, obriga-os a obter renda através da prestação de serviços em outros estabelecimentos agrícolas ou mesmo buscando assalariar-se na cidade. Nesse sentido, é feita uma relação entre a migração de jovens e a baixa rentabilidade da lavoura.

Esta situação de vulnerabilidade é maior ou menor conforme a eficiência do sistema de produção adotado. Grosso modo, os(as) jovens questionam a eficiência dos sistemas tradicionais de produção agrícola como aqueles baseados no cultivo fumo-milho-feijão ou lavoura-pecuária, principalmente, quando há dificuldade de acesso aos fatores de produção (terra, sementes, insumos, máquinas). Os jovens sugerem que tal sistema não assegura uma renda certa para a família, situação agravada quando a unidade familiar não apresenta uma produção diversificada, o que limita a geração de renda em várias frentes, tornando a agricultura dependente e vulnerável a situações adversas como queda nos preços, aumento dos custos. Além disso, pelo fato da agricultura estar exposta a toda sorte de intempéries climáticas, existe sempre a possibilidade da frustração de safra.

Além da vulnerabilidade da atividade agrícola, a característica do trabalho na agricultura é considerada como desestímulo para a permanência do(a) jovem no meio rural, especialmente, das moças.

O atributo de ‘pesado’ ao trabalho na agricultura abarca situações diversas. Assim, por exemplo, no Planalto Catarinense, o adjetivo

‘pesado’ refere-se ao esforço físico exigido no cultivo do fumo, considerado uma cultura exigente em trabalho e mão de obra intensiva. O fato de ser uma cultura que não requer força e sim esforço físico predispõe à utilização do trabalho de jovens, crianças e adolescentes. Em regiões onde a agricultura já alcançou um certo grau de tecnificação e modernização, como no caso dos agricultores(as) integrados(as) às agroindústrias ou à atividade leiteira, principalmente na Região Oeste, a penosidade do trabalho referida nos depoimentos significa “um trabalho que não dá folga”, pois o ‘tempo livre’ é determinado pela relação de produção estabelecida com as firmas integradoras. No caso dos(as) jovens isso tem uma significativa repercussão, pois mesmo nos finais de semana as horas de lazer ficam comprometidas com a lida nos aviários, com o gado leiteiro, etc. Sistemas de produção mais intensivos comprometem o ‘tempo livre’ destinado ao lazer.

A qualificação de ‘pesado’, ‘sofrido’ e ‘sujo’ ao trabalho agrícola é mais ressaltado nas referências feitas às moças e por elas próprias.³ Por apresentar tais características o trabalho na agricultura é qualificado mais como ‘masculino’, não condizendo com a ‘natureza feminina’ qualificada como mais ‘delicada’. Alega-se, ainda, que a maior interação com os ‘espaços urbanos’ acentuou nas moças, principalmente, a valorização da estética, a preocupação com o corpo e a imagem. É forte a rejeição pelo trabalho na roça entre as filhas, embora também o seja entre alguns filhos de agricultores.

A estrutura fundiária também foi considerada como um fator limitante para a permanência do(a) jovem no meio rural. O tamanho da propriedade familiar e as próprias condições financeiras da família não permitem que todos os filhos permaneçam na agricultura como proprietários de terras. A divisão e distribuição de lotes de terras entre os filhos é considerada até o limite em que não comprometa a reprodução da unidade familiar (BRUMER, 2007). Neste caso, resta aos filhos(as) não contemplados com terra migrarem para as cidades. A falta ou insuficiência de terras para manter toda a família é um dos problemas enfrentados pela agricultura familiar nas regiões pesquisadas. Na grande Região Oeste isto ocorre, em boa medida, pela

³ Ver a análise feita por Paulilo (1987) sobre as representações em torno das categorias “trabalho pesado” e “trabalho leve” na agricultura.

pressão sobre a terra, ou seja, pela intensidade de ocupação de mão de obra agrícola e concentração de atividades por unidade de área; já no Planalto a estrutura agrária muito concentrada inibe a expansão da agricultura familiar que se encontra distribuída nas margens das grandes propriedades ou por elas sufocada.

Aspectos relacionados à condição do meio rural

A ‘condição do meio rural’ está relacionada à sua capacidade de oferecer oportunidades de obtenção de renda, acesso a infraestruturas e serviços, sendo tal aspecto importante para pensar a permanência e/ou compreender a migração de jovens para as cidades. Se a expectativa que eles lançam sobre o seu futuro não encontra respaldo nas condições em que se encontram assentada a vida no meio rural, ela é direcionada para o meio urbano que, na percepção da juventude, oferece mais condições de realização pessoal, profissional e financeira. É assim que é colocada, por exemplo, a possibilidade de acesso à renda ou à educação.

De forma recorrente, os depoimentos destacam que o meio rural não oferece condições aos jovens de obtenção de uma renda ‘segura’, ‘fixa’, ‘mensal’. Trata-se de um espaço onde predomina o desenvolvimento de atividades agrícolas que, pelas suas próprias características, não assegura uma renda estável. Estabilidade e preço justo para os produtos são fatores considerados fundamentais para a permanência na agricultura. Mas como permanecer no meio rural e ter a garantia de uma renda certa? Nesse sentido o incentivo à pluriatividades é apontado como alternativa. Para alguns, a instalação de indústrias na sede do município possibilitaria ao jovem acessar uma renda mensal como assalariado, sem necessariamente deixar a unidade familiar. Essa é uma opinião sustentada, principalmente, em localidades eminentemente rurais; para outros a ênfase recai sobre a instalação de pequenas agroindústrias familiares, ou ainda sobre o turismo rural. O argumento é de que a pluriatividades alia a possibilidade de se ter uma renda estável, permanecendo na agricultura.

Como já destacado por alguns pesquisadores, a pluriatividades se constitui num indispensável complemento para a renda da população

rural, de maneira a garantir a manutenção do grupo familiar no campo. Stanek (1997) ressalta que em todos os contextos a pluriatividade tem como pano de fundo o bloqueio ou a resistência ao êxodo rural.

De um modo geral, são precárias as condições de infraestrutura encontradas no meio rural. São constantes as queixas em torno das más condições das estradas, da distância dos centros urbanos e da má qualidade dos serviços de transportes oferecidos, o que dificulta a continuidade dos estudos dos jovens que desejam continuar frequentando o ensino médio ou mesmo superior. Tais aspectos dizem respeito também ao isolamento em relação a localidades mais urbanizadas, agravado pelo fato dos(as) jovens rurais não terem acesso a computador e internet, especificamente, algo bastante demandado entre eles. A inclusão digital e o acesso à informação e à comunicação interpessoal são cada vez mais reivindicados pela juventude, o que possivelmente é decorrente do aumento da mobilidade e da interação social estabelecida entre os jovens residentes nas comunidades rurais e aqueles que passam a ter acesso a esses meios nas escolas, no sindicato, na igreja, etc. Alguns pesquisadores⁴ vêm constatando que o acesso à informação e à comunicação muda a maneira da juventude rural estar e se relacionar no mundo porque muda o tamanho do mundo. Este alargamento do mundo rural se reflete no campo da cultura e nas redefinições de valores decorrentes da mobilização social e espacial dos jovens. Contudo, como se refere Wanderley (2007), este desejo de acessar o melhor dos dois mundos, o rural e o urbano, torna-se muito difícil de ser concretizado na realidade.

Outro aspecto também relacionado às condições de vida no meio rural e que repercute na migração de jovens refere-se à ausência ou às poucas opções de lazer oferecidas, ainda que seja possível observar em comunidades mais organizadas e estruturadas uma maior possibilidade de criação de espaços com essa finalidade. São as moças quem mais se ressentem da falta de lazer no meio rural. Via de regra, são os jovens homens quem têm acesso a formas mais variadas de lazer e maior

⁴ Ver depoimento de Regina Novaes entre outros artigos de pesquisadores reunidos no livro *Juventude Rural em Perspectiva*, publicado pela Editora Mauad X em 2007, resultante do Seminário Nacional sobre Juventude Rural, realizado com o apoio do CPDA/UFRRJ/NEAD, em 2006, no Rio de Janeiro.

autonomia para sair em busca de diversão. A circulação das jovens mulheres em espaços de lazer fora da comunidade é extremamente limitada, como veremos mais adiante. Além disso, as estruturas de lazer existentes na maioria das comunidades favorecem a prática de esportes ditos ‘masculinos’, o que restringe ainda mais as opções das moças. Ademais, as autoridades municipais alegam que o pouco número de jovens existentes nas comunidades rurais não justifica investimentos em outras estruturas de lazer além das já existentes.

Aspectos relacionados às condições do(a) jovem na unidade familiar

A condição do jovem na família é uma condição de subordinação, especialmente da jovem. Se a visibilidade de rapazes e moças está circunscrita, sobretudo, pelo viés do trabalho, essa condição é ainda mais marcante no caso das moças. Elas se constituem numa força de trabalho importante para a reprodução da unidade familiar; entretanto, elas não têm assegurado, suficientemente, o acesso ao lazer, nem a uma renda fixa e nem a um ‘pedaço de terra’ que lhe seja próprio. Quando solteira atende às determinações do pai e ao se casar com um jovem rural irá ficar subordinada à família do esposo. A ‘falta de liberdade’ é uma expressão bastante utilizada para se referir à condição da moça no meio rural.

As moças, de um modo geral, vivem insatisfeitas com a sua condição. A divisão do trabalho na unidade familiar lhes destina o espaço da casa, a esfera doméstica. Nesse espaço se desenvolve um trabalho que não é considerado ‘produtivo’, na medida em que não possibilita o acesso à renda. O trabalho na lavoura, ao contrário, é identificado com a ‘esfera produtiva’, pois através dele é possível a obtenção de uma renda direta. Além disso, é considerado um tipo de trabalho inadequado para as mulheres, pois se trata de um trabalho pesado. Embora a mulher também circule nesse espaço e se envolva nesse trabalho, ele é percebido como um espaço masculino, dando ao homem a legitimidade para exercer sobre ele o seu controle, o que envolve a gestão e a centralização dos recursos financeiros os quais venham a ser gerados nesse espaço. Tal condição serve de estímulo

para que as moças logo pensem em se empregar na cidade, a fim de garantir, através do salário, uma renda que lhe seja própria. Elas não veem perspectiva em ficar na propriedade. Não é incomum elas afirmarem não gostar de trabalhar na roça, embora, muitas vezes, afirmem gostar de morar no meio rural, sugerindo que “a rejeição à atividade agrícola não significa necessariamente rejeição à vida no meio rural” (BRUMER, 2007, p. 38).

O trabalho ‘pesado’, ‘sofrido’ e de baixa remuneração na agricultura aparece em oposição ao trabalho ‘leve’, ‘manuseável’ e bem remunerado da cidade. Aliás, a condição do trabalho na agricultura é constantemente mencionada por não apresentar as mesmas ‘vantagens’ oferecidas ao trabalhador urbano. Para os(as) jovens, o emprego na cidade lhes garante, além de uma renda mensal (salário), o acesso aos direitos trabalhistas como férias, 13º salário, descanso semanal, dentre outros - garantias que não lhes são asseguradas pelo trabalho na unidade familiar.

‘Falta de oportunidade’, ‘falta de liberdade’, ‘falta de autonomia’ foram algumas expressões utilizadas para expressar a condição do(a) jovem na unidade familiar. O aspecto ‘falta de oportunidade’ foi relacionado à ausência de alternativas de produção, a não introdução de novas técnicas de manejo na agricultura, a não diversificação da produção. Ele foi bastante ressaltado, principalmente, nas discussões travadas entre os jovens nas microbacias localizadas no Planalto Serrano e surgiu a partir da crítica que é feita ao sistema grãos/lavoura ou fumo/grãos/lavoura. As oportunidades são cerceadas aos jovens quando lhes é negado um espaço de trabalho na propriedade, dificultando o desenvolvimento de seus próprios projetos; mas também quando eles não são atendidos nas suas demandas de capacitação e formação para o desenvolvimento de alguma atividade produtiva. É possível perceber que muitos jovens têm a clareza de que criar ‘oportunidades’ implica não apenas no consentimento dos pais, mas na possibilidade de acesso aos fatores de produção, ao conhecimento e informações.

A referência à ‘falta de autonomia’ pode ser analisada sob vários aspectos. O primeiro deles refere-se ao fato do(a) jovem não conseguir executar os seus projetos na propriedade, ora por que não

dispõe de recursos, ora por não conseguir (ou só raramente) obter apoio da família para executá-los. Nessa mesma linha, a expressão é utilizada em referência à não participação dos(as) jovens nas tomadas de decisão na unidade familiar. No caso das moças, isso é ainda mais evidente, pois, na maioria das vezes, elas estão ausentes do espaço de gestão da propriedade.

Nesse sentido, gostaríamos de ressaltar algo que nos pareceu interessante. Observamos que o grau de participação das filhas nos processos de tomadas de decisão é maior, menor ou nulo conforme a intensidade de sua participação nas atividades consideradas ‘produtivas’ para a unidade familiar. Por exemplo, nas famílias em que a filha encontra-se envolvida apenas nas atividades domésticas, sua participação nos processos decisórios é praticamente nula. Situação um pouco diferente daquela na qual a filha encontra-se envolvida, por exemplo, na produção de leite, de hortaliças ou na comercialização em feiras.

Estas diferentes situações sugerem que os sistemas de produção adotados na unidade familiar podem favorecer mais ou menos a participação dos jovens, principalmente das mulheres, nos processos de decisão e provocar alterações na maneira de se fazer a gestão da propriedade. Os sistemas de produção que combinam duas, três ou mais explorações (grãos, hortaliças, leite ou suínos, aves e leite, por exemplo) tendem a estimular um processo de gestão menos centralizado e mais participativo do que sistemas de produção baseados num único tipo de exploração (grãos, por exemplo). Isso porque unidades produtivas que põem em funcionamento um conjunto variado de atividades necessitam, geralmente, da contribuição permanente do trabalho de todos os membros da família, de modo que qualquer investimento que se pretenda realizar precisa do acordo dos filhos(as) que trabalham na referida unidade, pois a sua força de trabalho é decisiva na execução das atividades. Os sistemas de produção diversificados, como aqueles baseados na agroecologia, por exemplo, favorecem, ainda, o acesso do(a) jovem à renda. Pudemos perceber isso especialmente quando nas atividades desenvolvidas encontrava-se a produção de leite ou de hortifrutigranjeiros para comercialização em feiras. Através dessas atividades é possível ao jovem obter uma renda mensal e semanal, respectivamente.

É importante ressaltar ainda que as atividades ligadas à produção do leite, à horta ou, enfim, às chamadas ‘miudezas’, atividades tradicionalmente relacionadas ao trabalho feminino, na medida em que vão crescendo em importância econômica, vão inserindo o trabalho das mulheres no espaço dito ‘produtivo’. A valorização desses produtos acaba valorizando as atividades a eles relacionadas e, assim, o trabalho das mulheres tende, também, a ser reconhecido. Percebemos que isso favorece o aumento da participação das mulheres nos espaços de decisão da unidade familiar e, por consequência, no ambiente público, para fora da propriedade.

Um outro aspecto ainda relacionado à ‘falta de autonomia’ diz respeito à dependência financeira dos filhos em relação aos pais e a utilização dessa condição como mecanismo de controle dos pais sobre os filhos, principalmente, sobre as filhas. Também é possível falar de uma dependência ‘moral’ ou ‘simbólica’ que, muitas vezes, subordina os desejos dos(as) filhos(as) à vontade dos pais pela legitimação da autoridade paterna, impedindo-os de tomar suas próprias decisões e agir conforme o seu discernimento. Isso é perceptível, sobretudo, no caso das moças.

Um outro fator que interfere na situação do jovem na unidade familiar é a sua condição ou não de sucessor da propriedade, pois isso vai determinar diferentes inserções e interesses na relação com a propriedade da terra e com o próprio trabalho familiar, que pode ir do intenso envolvimento ao total afastamento e desinteresse. Temos aí várias situações: filhos que são eleitos sucessores; filhos(as) que não pretendem assumir a propriedade e não demonstram interesse pela agricultura, sugerindo a recusa de suceder aos pais e até do seu modo de vida (CHAMPAGNE, 1986); filhos que demonstram interesse pela atividade mas que, diante da insuficiência de terra e de capital financeiro para adquirir mais terras, acabam migrando para as cidades a fim de não comprometer a reprodução da unidade familiar, decisão esta que faz parte dos arranjos familiares necessários envolvendo o processo sucessório.

Nas duas grandes regiões pesquisadas: Planalto e Oeste, o processo sucessório apresenta especificidades. Embora os componentes da sucessão sejam os mesmos para ambas, a saber - “a transferência patri-

monial, a continuação da atividade profissional e a retirada das gerações mais velhas do comando sobre o negócio” (ABRAMOVAY et. al., 2001, p.27) - na passagem de responsabilidades de uma geração para outra alguns aspectos são mais ou menos ressaltados em uma ou outra região.

Vejam como esse “ritual de passagem” se apresenta nas diferentes localidades pesquisadas. Nas microbacias situadas no Planalto Catarinense o pai concede ao filho, quando este chega na adolescência, uma pequena parte da área da sua propriedade para que ele desenvolva ali a sua lavoura, de modo que ele obtenha uma renda própria com a safra, fruto do seu próprio trabalho,⁵ sendo esse um elemento diferenciador do tratamento entre filhos e filhas. Os pais acreditam que dessa forma estão ensinando ao filho a se responsabilizar com a agricultura e a dominarem os principais aspectos que envolvem a gestão da propriedade. Já no Oeste, o processo de transição das tarefas de gestão da propriedade enfatiza a passagem gradual das responsabilidades que envolvem a gestão da unidade familiar no seu conjunto, havendo casos em que a transferência de gerenciamento da propriedade ocorre com os pais ainda vivos.

Observamos que há um fortíssimo viés de gênero nos processos sucessórios. Isso foi perceptível em todas as microbacias estudadas. Na escolha do sucessor a preferência recai sobre o filho homem. As filhas também não parecem reivindicar esse lugar. Conforme referimos, a organização do trabalho na agricultura familiar, fortemente marcado por um viés de gênero, destina ao homem o espaço da produção, da gestão da propriedade e do trabalho ligado às atividades agrícolas. Dessa forma, as mulheres não são preparadas, nem estimuladas a se envolver ou se interessar pelas questões relacionadas à gestão da propriedade, ao trabalho na agricultura ou à produção agropecuária de uma forma geral.

Na maioria dos casos analisados, as jovens moças se mostraram distantes das questões que envolvem o trabalho e a gestão da propriedade e, em decorrência, quase sempre não demonstram interes-

⁵ Vale salientar que mesmo nessa condição o filho não tem poder de decisão sobre o terreno que lhe foi concedido; ele continua subordinado à organização do trabalho e gerenciamento empreendido pelo pai, mantendo o controle sobre as decisões da propriedade.

se pela agricultura e até um certo desinteresse pela sucessão da propriedade. Como o responsável pela parte ‘produtiva’ geralmente é o homem, o investimento no aprendizado das atividades relacionadas a essas questões recai sobre os rapazes. Assim, as moças parecem aceitar como ‘natural’ o fato do sucessor ser do sexo masculino. Ademais, o fato de saber, de antemão, que não partilhará do direito à herança da terra desvincula-a de certa forma do compromisso de ficar na propriedade. A migração nesses casos não é apenas uma questão de escolha entre sair e ficar, mas muitas vezes a melhor possibilidade entre os arranjos possíveis. Sem perspectiva de permanecer na agricultura como proprietária, a moça vê na cidade a possibilidade de construir-se como profissional e não somente como esposa de agricultor.

Por outro lado, há o reconhecimento de que todos os filhos, independente do sexo, têm direito à herança. Contudo, os arranjos sucessórios não passam necessariamente pela remuneração monetária de todos os herdeiros, confirmando-se que “a unidade produtiva é, ao mesmo tempo, patrimônio e forma de reprodução familiar”, de modo que “muitas vezes seu destino não responde a um critério de natureza estritamente econômica” (ABRAMOVAY et. al, 2001, p.70). Parece haver, principalmente nas famílias das microbacias estudadas localizadas na mesorregião Oeste, a consciência e aceitação de que alguém deva assumir a sucessão da propriedade, responsabilizando-se pela sua gestão e pelo cuidado com os pais na velhice.⁶ A fala dos jovens que já se reconhecem como sucessores é revestida de um caráter moral e nessa condição eles expressam o seu compromisso (moral) para com a unidade familiar. Essa forma de comprometimento para com a reprodução social da família não foi tão perceptível no Planalto. Percebe-se que aí há um acento maior na unidade produtiva como patrimônio, cuja transferência ocorre apenas após a morte do pai ou da mãe. Todos os filhos têm direito à herança, mas é comum que as filhas, por serem as primeiras a deixar a casa dos pais, vendam a sua parte para o irmão que tem interesse em continuar na propriedade, que por sua vez vende para terceiros, caso decida ele também

⁶ Ver PAPMA (1992).

deixá-la. E mesmo quando o pai em vida passa ‘a terra adiante’, ele passa para os filhos (homens) e as filhas, normalmente, ficam de fora do processo sucessório.

Em todos os casos estudados, as filhas só se tornam herdeiras da terra em situações excepcionais, por exemplo, na morte do pai e ausência de irmãos. Dessa forma, é normal as filhas migrarem para a cidade ou casarem-se. Caso permaneçam na agricultura e fiquem solteiras, elas continuarão na casa da família, sob a autoridade do irmão-sucessor após a morte do pai, desempenhando as mesmas funções domésticas e ajudando na lavoura sempre que necessário. Há, portanto, diferenças na relação que rapazes e moças estabelecem com a propriedade, com o patrimônio familiar e com a própria herança. No caso das moças, essas diferenças se manifestam na forma desinteressada com que se colocam à margem do processo sucessório, rompendo com a possibilidade de permanecerem no meio rural em outra condição que não seja a de esposa de agricultor.

De um modo geral é possível afirmar que é na condição do(a) jovem na unidade familiar que encontramos as principais justificativas para os conflitos intergeracionais. Gostaríamos de deixar claro que, ao utilizamos o termo *conflito*, estamos nos referindo a determinadas situações que, mesmo potencialmente, estimulam ou podem estimular o tensionamento da relação entre pais e filhos(as); ou, ainda, que explicitam a presença no espaço familiar de interesses divergentes, podendo esses serem justificados através das diferentes visões de mundo, concepções, valores, posturas, etc., que se colocam em confronto nesse espaço.

Na agricultura familiar, apesar da família ser vista como um ator coletivo, ela não está isenta de contradições e conflitos.⁷ Através da análise-síntese dos grupos focais pudemos identificar que os principais conflitos intergeracionais e de gênero entre os membros das famílias rurais beneficiárias do Projeto se revelam no modelo de gestão da propriedade centralizado na figura do pai, chefe de família, que centraliza também as decisões; na dificuldade dos pais em dialogar

⁷ A ideia da subordinação do indivíduo ao todo, representado pela família, pode ser vista nas obras de Galeski (1975), Bodiguel (1975) e Eizner (1985).

e aceitar as ideias e as inovações propostas pelos(as) filhos(as) e, em decorrência, na impossibilidade dos jovens desenvolverem seus próprios projetos e atividades produtivas na propriedade; na pouca (ou mesmo nenhuma) participação dos(as) filhos nas tomadas de decisão que afetam a unidade familiar; na falta de confiança dos pais em relação aos filhos(as); na falta de autonomia financeira dos filhos e, principalmente, das filhas que, quase sempre, se encontram numa condição de total dependência financeira do pai; na ausência de liberdade ou na pouca mobilidade espacial que é permitida às filhas.

Gostaríamos de fazer algumas considerações em relação aos pontos acima apresentados. A primeira delas é a de que a natureza dos conflitos entre os membros de uma família é diferente conforme se trate de homens ou mulheres. É, portanto, pautada por um viés de gênero. O principal ponto de tensionamento entre pais e filhos (homens) tem o seu lugar sobretudo na gestão da propriedade, a qual abarca a escolha do sistema de produção, a decisão do que produzir, de como produzir, no que investir, que atividades desenvolver, a quem ou a que se destinam os recursos, etc. É nessa esfera que se coloca, especialmente para os rapazes, a questão da liberdade e da autonomia para decidir, para interferir no processo de gestão da propriedade, para desenvolver seus próprios projetos e com eles obter uma renda própria que lhes possa garantir autonomia financeira. Entretanto, os projetos da família são coletivos, com pouco espaço para que o jovem invista num projeto individual na propriedade do pai.

A alusão às possíveis ‘tensões’ que envolvem a gestão da propriedade é menor entre as moças e isso pode ser explicado pela ‘naturalização’ da divisão sexual do trabalho no interior do grupo familiar que atribui, por um lado, ao homem a responsabilidade pelo trabalho dito ‘produtivo’ (agropecuária) compreendido como toda a atividade efetuada para produzir bens e serviços destinados ao mercado mediante a venda ou troca; e, por outro, à mulher o trabalho dito ‘reprodutivo’: cuidar da casa e dos filhos, pequenos animais, horta, etc., enfim tudo aquilo que é feito para uso e consumo da família, sendo pouco valorizado devido à escassa ou nenhuma participação na geração de renda. Neste sentido, o espaço da produção é responsabilidade do homem e mesmo que a mulher atue nele, trabalhando

de forma intensa, o seu trabalho é considerado complementar, aparecendo de maneira geral como “ajuda” e não trabalho produtivo propriamente dito.⁸

O espaço doméstico é, assim, (re)construído como o território feminino. A partir dessa divisão do trabalho, as questões relacionadas à gestão da propriedade são atribuídas ao homem, não sendo um espaço de ‘competência’ feminina. Assim, não é incomum, no meio rural, as moças não se interessarem ou se envolverem na gestão da propriedade e, dessa forma, também não reivindicarem aí algum espaço de participação. Por isso, na maioria das vezes, as questões postas por elas são de outra ordem: elas reclamam, principalmente, da ‘falta de liberdade e autonomia’ diante do controle que os pais procuram exercer sobre elas, que vivem - ainda mais que os rapazes - sob o peso da autoridade paterna, através de mecanismos de vigilância e regulação que se estendem para os espaços que frequentam (CASTRO, 2006).

Portanto, o principal conflito entre pais e filhas parece estar na própria condição a que a moça é submetida pelo fato de ser do sexo feminino, se expressando na ‘falta de liberdade’. A coerção social exercida sobre a educação da moça revela um componente cultural numa estrutura social onde o homem é mais livre, tem mais liberdade e “pode fazer mais coisas do que a mulher”. O julgamento que se faz sobre o comportamento da moça pela família e pela própria comunidade é revestido de um forte teor moral. Nessa perspectiva, a reivindicação por autonomia aqui tem um sentido que escapa aos limites da unidade de produção familiar e normalmente ela só será atendida com a saída da jovem da casa dos pais, “pois o controle sobre elas é exercido enquanto estiverem vivendo com eles” (BRUMER, 2007, p.40).

Em suma, as diferentes situações potencialmente suscetíveis de manifestar conflitos de geração entre membros da família são marcadas pela desigualdade de gênero. Em diversas esferas como trabalho, poder de decisão na propriedade e nas negociações, renda, autonomia, sexualidade, liberdade, lazer, dentre outros, a mulher jovem encontra-se ainda numa posição de desfavorecimento. Como afirma Castro (2008), se ser ‘jovem rural’ carrega o peso de uma posição

⁸ Ver Paulilo (2000) e Brumer (2004).

hierárquica de submissão, ser ‘jovem rural’ e mulher representa uma situação de ‘inferioridade’ ainda maior na hierarquia social. E isso será expresso na natureza dos conflitos.

Objetivos, expectativas e perspectiva de futuro dos próprios jovens

De um modo geral, os(as) jovens quando migram para os centros urbanos esperam ali ter uma vida melhor que a do interior. Ter uma vida melhor significa ter uma renda própria, um salário que lhe garanta o sustento, a autonomia financeira e a independência dos pais. Para a maioria isto implica ‘ter um estudo’. Ou seja, a busca de ‘melhores condições de vida’ pressupõe um certo grau de escolaridade e os pais, de maneira geral, incentivam os(as) filhos(as) a estudarem. Eles percebem os estudos como uma condição necessária para que os(as) filhos(as) tenham possibilidade de construir uma vida melhor que a deles, sobretudo no caso das moças cujas mães não querem vê-las reproduzir a sua condição de mulher agricultora. Neste caso, elas são incentivadas a estudar para construir a sua vida fora do meio rural.

O estudo é associado a percepções que representam mobilidade social, figurando como condição quase que indispensável para garantir uma inserção social mais digna. Para se alcançar uma condição diferente do que representa ser agricultor(a), é preciso estudar.⁹ Tal percepção traz implícitos dois aspectos. Por um lado, ela pressupõe que o agricultor(a) ocupa uma posição social de inferioridade e que nessa condição é praticamente inexistente a possibilidade de mudança de classe ou status social. Em tal pressuposto - e esse é o outro aspecto - subjaz a ideia de que para se trabalhar na agricultura não precisa estudar. Parece haver uma oposição: quem estuda quer sair, quem não estuda não tem outra alternativa que não seja ficar.

Há diferenças entre os jovens na valorização da educação: as moças investem mais na educação que os rapazes, sobretudo para se

⁹ Apesar dessa visão ser predominante, encontramos jovens que fizeram referências ao estudo como meio de aperfeiçoamento na gestão da propriedade. Nesse sentido, defendem a profissionalização do agricultor através de uma educação específica, criticando a formação escolar voltada aos interesses urbanos.

prepararem para conseguir um emprego, uma profissão na cidade.¹⁰ Para a moça, dar continuidade aos estudos, fazer um curso superior, significa ter uma profissão, ou seja, ter reconhecimento profissional, condição que se coloca como necessária para que se alcance o reconhecimento social. No caso do rapaz, o reconhecimento social não passa, necessariamente, pelo reconhecimento profissional. Na pior das hipóteses, isto é, mesmo que possua um baixo grau de escolaridade, ele será identificado e reconhecido como agricultor; o mesmo não acontecerá com a moça, que conquistará a condição de agricultora caso venha a se casar com um agricultor, mas não por ser reconhecida socialmente enquanto tal.¹¹

Para os(as) jovens a renda possibilita, por um lado, o acesso a determinados bens de consumo e serviços, festas, diversão, etc. Por outro, a renda própria pode representar uma autonomia que eles(as) não conseguem trabalhando com os pais. No caso de alguns rapazes pode possibilitar a realização do sonho de possuir uma moto, um carro, um pedaço de terra. Para as moças o acesso à renda é um fator fundamental para viabilizar os estudos. Contudo, é importante ressaltar que na unidade familiar há diferenças na forma como o problema ‘acesso à renda’ se apresenta para moças e rapazes. Para os rapazes a independência financeira é almejada desde cedo, logo eles procuram maneiras de se sustentar por si próprios e muitas vezes vão embora do meio rural para ficarem independentes dos pais. Para elas é menor ou mesmo inexistente a possibilidade de acesso a alguma renda na agricultura, pois, como dizem algumas mulheres participantes dos grupos focais, “o tipo de serviço oferecido no meio rural não é serviço para mulher”. Já em casa, elas precisam pedir quando necessitam de alguma coisa, ou seja, o suprimento de suas necessidades passa pelo crivo do pai. Nesse sentido, muitas moças deixam a casa dos pais e vão morar na cidade para conquistar a sua autonomia financeira, passo

¹⁰ Ver Abramovay et al (2001); Brumer (2007); Stropasolas (2006).

¹¹ Autoras como Albert (1987) constatam que o peso das mentalidades tradicionais, sendo interiorizadas pelas mulheres, cria uma imagem à sua definição, na agricultura, associada ao âmbito da família. Essas representações não colocam em causa uma visão tradicional da mulher no meio agrícola, o que torna a agricultora mais esposa e mãe, em detrimento de seu papel enquanto trabalhadora agrícola.

fundamental para a conquista da autonomia (ou liberdade) frente à família e, principalmente, frente à autoridade paterna.

A falta de perspectiva na agricultura faz com que o matrimônio se apresente para algumas moças como uma possibilidade, uma oportunidade dela atingir uma condição melhor que aquela vivenciada na casa dos pais. O matrimônio é considerado um dos motivos que levam a jovem a sair do meio rural e, em alguns casos, uma necessidade que se impõe. Por outro lado, a condição da moça no meio rural faz com que o matrimônio se lhe apresente como uma maneira de se ‘libertar’ da sujeição dos pais. Assim, para muitas jovens o matrimônio se apresenta como uma perspectiva de futuro, ou como um fator de segurança, uma forma de acessar o bem-estar social e material, uma forma de ‘libertação’.

Assim como a educação, o lazer é mais acessível aos jovens que residem na cidade, pois os espaços de diversão nas comunidades são poucos e cada vez mais escassos, deixando o jovem sem alternativas. Também aqui encontramos diferenças entre rapazes e moças. Os rapazes têm acesso a formas mais variadas de lazer e saem para se divertir mais que as moças. Isso se dá, fundamentalmente, por duas razões que se encontram atreladas: a primeira delas encontra-se no fato dos rapazes, pela própria condição de ser do sexo masculino, possuir maior liberdade de ‘ir e vir’; a segunda reside no fato deles terem maior mobilidade do que as moças, pois, normalmente, têm acesso ao carro do pai ou possuem moto, ou, ainda, em última instância, “podem contar com a carona dos amigos”. As moças, por sua vez, não possuem liberdade de circulação. Normalmente, elas precisam da autorização dos pais para frequentar os espaços de lazer existentes e nem sempre a obtêm. Via de regra as moças não têm acesso ao carro do pai, não possuem moto, nem são estimuladas, como os rapazes, a obter carta de condução de veículos, o que dificulta a sua locomoção e as torna ainda mais dependentes dos pais.

Há, portanto, diferenças entre rapazes e moças no processo de socialização, no acesso a formas de lazer e na liberdade de circulação, de modo que são as moças que mais se ressentem da falta de lazer no meio rural. De certa forma, a escola acaba por se constituir num espaço de lazer para as moças, uma vez que ali elas se encontram, conversam e praticam esportes. O fato das jovens ‘não terem

liberdade para sair' estimula nelas o desejo de morar na cidade, onde 'as moças possuem mais liberdade'.

Alguns participantes dos grupos focais enfatizaram que a representação positiva que se faz do 'urbano' contrasta com a representação negativa que se tem do 'rural'. A visão relativamente negativa da atividade agrícola é projetada pelos jovens e pelos próprios pais para o conjunto do meio rural e em grande medida tem justificado a tendência dos(as) jovens a migrarem para as cidades. Normalmente eles comparam as suas condições no meio rural - trabalho 'penoso', 'sofrido' e que não apresenta rendimentos compensatórios e não dá direito a férias, a décimo terceiro, às folgas de feriados e fins de semana - às verificadas entre os trabalhadores urbanos. À vida dura do campo eles contrapõem a 'vida fácil' da cidade, à condição de submissão do(a) jovem se contrapõe a liberdade da cidade.

Cabe ressaltar que a imagem do rural construída ao longo do tempo no imaginário da sociedade brasileira em geral (muitas vezes internalizada pelos grupos sociais rurais) aparece associada à ideia de atraso, como lugar de não desenvolvimento e sem acesso a infraestruturas e serviços básicos.¹²

Por outro lado, é necessário relativizar a formulação desses discursos em relação às representações do 'urbano', muitas vezes elaboradas para justificar as decisões tomadas na medida em que se verifica, cada vez mais, uma desmistificação das vantagens associadas às cidades, sobretudo pelas experiências advindas dos jovens migrantes, os quais informam o que se passa nesse espaço da sociedade aos seus pares que residem nas comunidades rurais, ou mesmo pelas informações veiculadas nos meios de comunicação que colocam em relevo os problemas enfrentados por quem reside nos centros urbanos.

Considerações finais

Enfim, o que está em jogo na decisão das mulheres e jovens deixarem ou não o meio rural é a realização de seus projetos individuais, e

¹² Alguns autores têm ressaltado a construção na sociedade brasileira destas representações que reproduzem a hierarquia do rural em relação ao urbano, entre os quais cabe destacar José de Souza Martins (1981; 2000).

a migração do meio rural, muitas vezes, se apresenta como a alternativa mais viável para realizá-los. De um modo geral, existe a compreensão de que para solucionar o problema da migração de jovens as ações isoladas não resolvem, sendo necessárias ações integradas que consigam atingir simultaneamente vários aspectos, desde aqueles relacionados à infraestrutura como, por exemplo, acesso à terra, construção/melhoria de estradas; passando pela organização da produção, estruturação do comércio, transformação da matéria-prima e, por fim, que dêem respostas aos problemas relacionados à renda, educação, saúde, lazer e cultura.

As expectativas e demandas levantadas por mulheres e jovens residentes nas microbacias estudadas exigem ações que, em muitos casos, fogem do alcance do Projeto Microbacias 2, na medida em que estão relacionadas com a esfera produtiva propriamente dita, passando pelas condições de infraestrutura no meio rural, pelo acesso a bens, serviços básicos e direitos de cidadania, até a própria organização social da agricultura familiar. Portanto, a maior ou menor capacidade do Projeto Microbacias 2 em dar respostas a essas demandas dependerá da sua capacidade de articulação, em âmbito local, das suas ações com outras iniciativas e/ou políticas convergentes, sejam elas provenientes da esfera municipal, estadual ou federal, sendo necessário para isso a melhoria do grau de articulação interinstitucional. Projetos de desenvolvimento serão tanto mais abrangentes e eficazes quanto maior for a sua capacidade de incorporar e valorizar o potencial de forças sociais presentes no meio rural, de favorecer a cooperação e o intercâmbio entre a agricultura e os demais setores e entre o local e as outras dimensões territoriais de desenvolvimento.

As estratégias voltadas à juventude rural e às mulheres devem contemplar ações intra e intergeracionais, no âmbito da família, comunidade e microbacia. Sobretudo, devem estar vinculadas às discussões de desenvolvimento da microbacia trabalhada, possibilitando que os jovens e as mulheres assumam, também, o papel de protagonistas das ações. Assim, por um lado, é importante que as ações de extensão contemplem o debate e a sensibilização em torno das questões de gênero e geração que afetam a família de forma transversal, ou seja, abordando-se as implicações das relações aí estabelecidas no conjunto

das atividades desenvolvidas pela unidade produtiva familiar. Por outro lado, e de forma complementar, é fundamental que as especificidades dessas questões e problemáticas daí decorrentes sejam abordadas, pela ação extensionista, de forma diferenciada para cada integrante do grupo doméstico, com metodologias específicas e adaptadas aos jovens, às mulheres, aos pais, às gerações idosas, etc.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo (coord). *Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar*. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

ALBERT, Christiane. Une image sur papier glacé: l'agricultrice d'Agri-Sept. In: LAGRAVE, Rose-Marie (orgs.). *Celles de La Terre: Agricultrice l'invention politique d'un métier*. Paris: Éditions de L'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1987, p. 61-85.

BODIGUEL, Maryvonne. *Les paysans face au progrès*. Paris: Fondation National des Sciences Politiques, 1975.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.35-51.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura no Rio Grande do Sul. In: *Revista Estudos Feministas*. v.12, n.1. Florianópolis, 2004, p.205-227.

CASTRO, Elisa Guaraná. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais. In: FER-RANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; CONSUELO, Dulce; WHITAKER, Andreatta (org). *Reforma Agrária e desenvolvimento - desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. Brasília/São Paulo: MDA/UNIA-RA, 2008, p.112-130.

CASTRO, Elisa Guaraná. Os Jovens estão indo embora? - circulação, identidade social e relações de hierarquia nas construções da categoria juventude rural. In: *VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural*. Resumos VII, Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, Quito, 2006, p. 47-47.

CHAMPAGNE, Patrick. Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne. In : *Cahiers d'Economie et Sociologie Rurales*. n.3, 1986, p.73-89.

EIZNER, Nicole. *Les paradoxes de l'agriculture française*. Paris: L'Harmattan, 1985.

GALESKI, Branislaw. *Basic concepts of rural society*. Manchester: Manchester University Press, 1975.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. In: *X CONGRESSO MUNDIAL DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE SOCIOLOGIA RURAL*. Rio de Janeiro, 2000.

MOREIRA, Marcelo Rasga; NETO, Otávio Cruz; SUCENA, L. F. M. Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o Debate Orientado como Técnica de Investigação. In: *Ser social*. v. 9, Brasília, 2001, p. 159-186.

PAPMA, Frans. *Contesting the Household Estate. Southern Brazilian Peasants and Modern Agriculture*. Amsterdam: Ceddl - Latin American Studies, 1992.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O peso do trabalho leve. In: *Revista Ciência Hoje*. Rio de Janeiro: SBPC, 1987, p.64-70.

_____. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. In: *Cadernos de Pesquisa*. n.21. Florianópolis: UFSC, jun. 2000, p.1-17.

STANEK, Oleg. O trabalho familiar agrícola e a pluriatividade. In: LAMARCHE, Hugues (coord). *A Agricultura Familiar: do mito à realidade*. Campinas: UNICAMP, 1998, p.149- 173.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: UFSC, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (org). *Una nueva ruralidad en America Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 31-44.

_____. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José e CASTRO, Elisa G. de (org). *Juventude rural em perspectiva*. CPDA/UFRRJ/NEAD/MAUAD X, Rio de Janeiro, 2007, p.21-33.



Gênero, trabalho rural e pluriatividade

*Carolina Braz de Castilho e Silva
Sergio Schneider*



Introdução

Tornou-se recorrente a afirmação de que a agricultura familiar brasileira é responsável por cerca de 38% do valor bruto da produção de alimentos do país, representa em torno de 10% do PIB agrícola, corresponde a 85% dos estabelecimentos agropecuários e responde por quase 77% dos postos de trabalho na agricultura. Contudo, ainda é pouco conhecida a parcela destas proporções no que se refere à contribuição das mulheres nas unidades familiares de produção. Além disso, em face do acelerado processo de migração causado por diversos fatores e que atinge os jovens rurais em geral, mas de modo especial as moças, a questão da persistência do caráter familiar destas unidades emerge como um tema central a ser debatido no desenvolvimento rural brasileiro.

Boa parte dos estudos sobre mulheres rurais realizados no Brasil sempre tendeu a considerá-las a partir de seu lugar dentro da unidade de produção, focalizando sua condição de trabalhadoras não remuneradas e com baixa valorização. Ainda que esses estudos tenham revelado aspectos relevantes relacionados à situação de desigualdade

das mulheres, como a sua importância nas atividades agrícolas e seu papel na reprodução social das famílias rurais, permanecem lacunas quanto a situações opostas e alternativas a essa desigualdade.

As formas de inserção das mulheres no mercado de trabalho em atividades não agrícolas e fora da propriedade familiar, bem como suas consequências e efeitos sobre a unidade produtiva e o grupo doméstico ainda não foram devidamente exploradas. A literatura mais recente já demonstrou que a pluriatividade - definida pela combinação entre o trabalho agrícola e as atividades fora da propriedade - não representa um fenômeno inteiramente novo, uma vez que é sabido que os agricultores sempre mantiveram a combinação em múltiplas ocupações (SCHNEIDER, 2003). Contudo, o que antes era uma situação temporária e transitória, agora parece assumir feições estáveis e duradouras, indicando-se inclusive uma tendência ao crescimento de pessoas e famílias que residem no meio rural e se ocupam exclusivamente em atividades não agrícolas, deixando até mesmo de ser pluriativas. Na realidade, as transformações nas formas de ocupação e nas relações de trabalho no meio rural são a expressão das mudanças mais gerais que afetam o mundo do trabalho e da produção na sociedade em que vivemos.

Por esta razão, torna-se importante saber como as mudanças nas relações de trabalho e de produção afetam a sociabilidade e a organização social das famílias rurais. Ainda são raros os estudos sobre as alterações nas posições de poder e nos papéis sociais que afetam homens e mulheres, jovens e adultos no meio rural. Por isto, acredita-se que as Ciências Sociais, sobretudo a Sociologia, têm aí um terreno fértil a ser explorado em relação às temáticas femininas e das relações de gênero, as quais em outros contextos já foram amplamente debatidas.

Os pesquisadores que se dedicaram a compreender os efeitos da pluriatividade nas famílias de agricultores já demonstraram que ela é capaz de aumentar, estabilizar e diversificar a renda, ocupar a mão de obra excedente da propriedade, estimular os mercados locais e contribuir com a permanência da população no meio rural. Mas ainda pouco se sabe sobre os efeitos da pluriatividade nas relações entre homens-maridos e mulheres-esposas. Neste sentido, a hipótese que

guia este trabalho baseia-se na assertiva de que a participação da mulher em atividades não agrícolas (que lhe geram acessos à renda individual) contribui para alterar os papéis sociais de gênero, além de favorecer a permanência da mulher no meio rural.

O trabalho tem como objetivo analisar as possíveis influências da prática da pluriatividade sobre as famílias rurais tomando como referência empírica dois municípios do Rio Grande do Sul, que são Veranópolis e Três Palmeiras. Pretende-se ainda verificar se a pluriatividade contribuiu para modificar as relações de gênero e se afeta a permanência feminina no meio rural.

Os resultados aqui apresentados são fruto do trabalho de vários anos de pesquisa com agricultores familiares do Rio Grande do Sul, realizada em diferentes regiões, em áreas de produção de grãos (soja e trigo, no caso de Três Palmeiras) e outras de produção diversificada (fruticultura, produção de animais - frangos e suínos - em sistemas de integração, em Veranópolis). O artigo está organizado em quatro partes. Na primeira discute-se o lugar da mulher na sociedade e a divisão do trabalho. Na segunda aborda-se a pluriatividade e a agricultura familiar. A terceira parte corresponde à análise dos dados e dos municípios de estudo. Por fim, apresentam-se as considerações finais a que conduzem essas análises.¹

O lugar da mulher na divisão sexual do trabalho

Conforme Tânia Santos (2002), existem identidades sexuais e identidades de gênero na sociedade. A identidade sexual é definida pelas classificações de heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade e refere-se às características físicas, enquanto a identidade de gênero é definida pelas categorias de masculino e feminino, e refere-se às relações entre essas categorias; é uma elaboração cultural sobre os sexos.

¹ As informações analisadas neste artigo fazem parte do banco de dados do projeto de pesquisa Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade no Rio Grande do Sul, posteriormente apropriado pelo projeto Emprego e Renda no Meio Rural, sob coordenação de Sergio Schneider e com participação de Carolina Castilho e Silva como bolsista de pesquisa (PIBIC/UFRGS).

A noção de “gênero” se relaciona com a cultura, sendo formadora e formada por ela, ou seja, é a forma como a sociedade lida com as diferenças entre os sexos. Nesta concepção, as diferenças entre comportamentos de homens e mulheres são resultantes da ação da cultura dominante sobre as representações e comportamentos de homens e mulheres (SANTOS, 2002, p. 41). Assim, o conceito de gênero questiona o que é dado como natural e biológico, demonstrando que o papel da mulher na sociedade pode ser alterado com benefícios para o todo.

Muitas mudanças relacionadas com o papel feminino na sociedade estão ligadas à inserção da mulher no mercado e à valorização das atividades domésticas enquanto trabalho. Nesse sentido, a pluriatividade ganha importância no meio rural ao possibilitar uma alternativa à atividade agrícola (especialmente para jovens e mulheres), a qual proporciona maior valorização do trabalho realizado, maior autonomia e maior socialização quando exercida fora da propriedade.

Sobre a posição da mulher na sociedade, toma-se como base o estudo de Pierre Bourdieu (2005) no qual afirma ser a dominação masculina resultante daquilo que define como violência simbólica, ou seja, uma violência exercida através de vias simbólicas, como a comunicação e o conhecimento e que por isso não é percebida sequer pelas suas vítimas (BOURDIEU, 2005, p. 9).

A divisão sexual se mostra como natural, até inevitável. Ela está objetivada nas coisas, no mundo social e incorporada nos corpos e *habitus*, funcionando como sistemas de percepção, pensamento e ação. Isso porque existe uma concordância entre estruturas objetivas e cognitivas que leva a uma referência ao mundo que apaga as condições sociais que a torna possível, legitimando o arbitrário como se fosse natural (BOURDIEU, 2005, p. 17).

Para Bourdieu, a socialização, que se dá por meio dos ensinamentos sobre formas de vestir, pensar, agir masculina e feminina, leva a crer que as regras arbitrárias ligadas aos corpos são naturais (portanto, não questionáveis), naturalizando, assim, a divisão sexual. Portanto, a ordem social ratifica, por vias simbólicas, a dominação masculina sobre a qual estão alicerçadas a divisão social do trabalho e a estrutura do tempo e espaço, reservando às mulheres o espaço doméstico, da casa

(BOURDIEU, 2005, p.18). Segundo o autor, é a sociedade que forma a diferença entre os sexos biológicos, de acordo com uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação de homens sobre mulheres, que também se manifesta na realidade da ordem social através da divisão do trabalho (BOURDIEU, 2005).

Segundo Lorena Holzmann (2006), nesta divisão, a produção de valores de uso direcionados para a família e as atividades de reprodução da espécie e do cuidado com crianças, velhos e incapazes foram consideradas atribuições femininas, restringindo a atuação feminina à esfera privada. Por outro lado, a produção social e o comando da sociedade, ou seja, atividades realizadas no espaço público, ficavam ao encargo dos homens (HOLZMANN, 2006).

Mesmo com a separação entre o espaço doméstico e o espaço de trabalho, e apesar da grande utilização da mão de obra feminina durante a formação da sociedade industrial, permaneceu a ideia de que as tarefas relativas às mulheres eram as reprodutivas, no âmbito doméstico. E hoje, não obstante a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a divisão sexual perdura, através da separação entre setores apropriados aos homens e às mulheres (HOLZMANN, 2006).

Na agricultura, estudos demonstraram (DESER - CEMTR/PR, 1996) que o trabalho familiar ainda mantém desigualdades de gênero, privilegiando o homem-marido enquanto chefe de família e da propriedade. As mulheres devem cuidar da casa e das atividades de reprodução familiar, ou seja, cultivo de horta e ervas medicinais, pequenas criações, assim como a atividade leiteira. Os homens devem cuidar das atividades produtivas, ou seja, voltadas para o mercado, enquanto consideram que as mulheres apenas “ajudam”, o que reflete a desvalorização do trabalho feminino pela sociedade, já que as tarefas domésticas não geram renda monetária.

Conforme Anita Brumer (1996), o Relatório de 1988 da Secretaria da Comissão Feminina da Comissão das Comunidades Europeias mostra que o trabalho feminino nas unidades produtivas é entendido como uma obrigação natural que tem a mulher de ajudar seu cônjuge, pois a atividade profissional e a vida familiar são desenvolvidas no mesmo local e as relações entre os casais são tanto de cônjuges como de colaboradores (BRUMER, 1996, p. 41).

O estudo do DESER (CEMTR/PR, 1996, p. 23-24) mostra que no Sul do Brasil são as mulheres que realizam boa parte do trabalho na produção de leite, mas de forma geral elas não têm poder de decisão, não recebem a remuneração, não tratam com agentes externos (venda, assistência técnica...) nem participam de comissões sindicais e assembleias. A organização social predominante designa ao sexo masculino a organização do trabalho agrícola e a representação da propriedade no espaço público, enquanto designa ao sexo feminino a garantia da reprodução da família, não reconhecendo as mulheres enquanto produtoras (DESER - CEMTR/PR, 1996, p.67).

Este estudo mostra que na produção leiteira, tida como uma atividade feminina na agricultura, os homens só atuam a partir do momento em que essa possibilita maiores rendimentos financeiros (ou seja, ganha um *status* de produção para mercado). O trabalho das mulheres tende a ser superior ao dos homens, pois elas atuam na lavoura, apesar das suas atividades domésticas, nas quais raramente recebem auxílio masculino (DESER - CEMTR/PR, 1996, p. 89). No entanto, tende-se a valorizar mais o trabalho dos filhos do que de filhas e esposas, e a nota de comercialização e pagamento são em nome do marido, bem como é ele que recebe crédito e assistência técnica, mesmo para a atividade leiteira.

Esta desvalorização do trabalho da mulher e as dificuldades encontradas no Sul e no restante do Brasil estão presentes em outras partes do mundo. Na Holanda, por exemplo, as desigualdades se repetiam em meados dos anos de 1990. Segundo Anjo Geluk-Geluk (1994), o trabalho feminino na propriedade só se torna reconhecido quando há uma parceria formal de trabalho entre homens e mulheres, e mesmo quando isso ocorre, raramente são elas que tomam as decisões e gerenciam a propriedade.

De forma geral, as possibilidades de emprego e renda fora da propriedade não se conciliavam com os cuidados com a família. Mulheres que se inseriam no mercado de trabalho, abandonavam a atividade quando nascia seu primeiro filho. Nesse contexto, a falta de creches e transporte escolar para as crianças rurais dificultava a inserção da mulher em atividades fora da propriedade, reafirmando seu lugar na família (GELUK-GELUK, 1994).

A própria seguridade social e a cobrança de impostos, baseadas numa noção de família onde há um provedor e um responsável pelos cuidados com a família, dificultavam a parceria no trabalho na propriedade e contribuíam para manter a divisão sexual do trabalho. Por não ter renda, a posição social da mulher, seus direitos e deveres são derivados da posição do marido, que têm os direitos de segurança social estendidos para toda a família (GELUK-GELUK, 1994).

Outra situação é apontada por algumas pesquisas sobre “feminização” da agricultura. Em relação a Portugal, Isabel Rodrigo (1986) mostra que a “feminização” está relacionada com a emigração e a industrialização que afastam os homens do trabalho na propriedade, em contextos onde a pluriatividade favorece a mão de obra masculina. Assim, mulheres passam a assumir integralmente a propriedade, aumentando sua carga de trabalho, sobretudo quando os filhos já estão em idade escolar, já que as funções de mãe são prioritárias (RODRIGO, 1986).

Para Carmen Diana Deere (2006), a feminização da agricultura deriva da necessidade de diversificação dos meios de manutenção familiares, a qual aumenta a inserção em atividades não agrícolas, de forma variável para homens e mulheres conforme a composição e ciclo familiares e a dinâmica e natureza dos mercados. A partir de 1970, na América Latina, a diversificação de estratégias de sustento tem sido uma das tendências dominantes no meio rural, aumentando a participação econômica das mulheres e sua inserção em atividades não agrícolas.

A autora afirma que há uma tendência a que mulheres figurem como chefes de família, devido à migração masculina e/ou ao seu emprego fora da propriedade, mas também pelas separações, divórcios e pela opção de permanecerem solteiras, influenciadas pelas oportunidades de gerar ingressos (DEERE, 2006). No entanto, a tendência não é a mesma para o Sul do Brasil.

Estudos comparativos sobre as características e a qualidade de vida das famílias agricultoras monoativas e pluriativas no Rio Grande do Sul (SCHNEIDER et. al, 2006) demonstraram que a pluriatividade contribui para a reprodução das famílias e sua permanência na agricultura, mesmo não promovendo grandes mudanças nos padrões de habitação,

consumo, entre outros. O mesmo estudo permitiu verificar a inexistência de pessoas nas posições de filhas nas famílias monoativas de Veranópolis, indicando sua migração, motivando o presente estudo.

Segundo o IBGE, no ano de 2000 a divisão da população brasileira era de 49,22% para homens e 50,78% para mulheres, indicando que a falta de mulheres no meio rural de Veranópolis não pode ser explicada por fatores biológicos, mas pelas relações sociais estabelecidas, das quais destaca a forma de herança, que privilegia os filhos homens (CARNEIRO, 2001).

A herança no meio rural se baseia na tradição, em detrimento das leis, e visa à manutenção da propriedade, já que as divisões podem torná-la insuficiente para o sustento familiar. Mas outra questão relevante nos dias atuais é o desinteresse pela sucessão da terra, devido a diversos fatores, entre os quais a penosidade do trabalho e o pouco rendimento obtido.

Conforme Maria José Carneiro (2001), em regiões de colonização alemã e italiana a sucessão da terra obedece ao princípio do trabalho no qual somente quem trabalha na terra tem direito a ela. Buscava-se dar aos filhos homens, sobretudo ao herdeiro, um lote de terra para manter família e às mulheres um dote e um enxoval, já que, com o casamento, passaria a fazer parte do grupo familiar do marido, sendo ele o responsável pelo seu sustento e dos seus filhos.

Além da obrigação do marido em ser o responsável pela família, desobrigando a herança para as mulheres, o trabalho realizado na propriedade, considerado “ajuda”, não legitimava, sequer para elas mesmas, o recebimento de parcela da herança, reforçando as formas tradicionais de organização das famílias e a dependência em relação aos homens (pai, marido, ou filho).

Mesmo quando as mulheres têm maior participação em atividades ligadas à produção, como nas agroindústrias, seu trabalho não é notado e provoca conflitos. Segundo Valdete Boni (2006), em estudo sobre agroindústrias rurais, o descontentamento das mulheres com a situação vivida é evidenciado através de movimentos sociais femininos, como o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), que engloba questões de gênero, além das agrícolas.

O trabalho das mulheres nas agroindústrias é de grande importância, porém não é reconhecido como produtivo, e sim como uma

extensão das atividades do lar, visto que para melhor gerenciar as atividades domésticas, elas costumam realizar o trabalho das agroindústrias dentro de casa. Além disso, os rendimentos são administrados pelo chefe da família, perpetuando as relações patriarcais e a forma de interação de homens e mulheres na sociedade (BONI, 2006).

Na Espanha, por exemplo, a permanência feminina deve ser garantida através da qualidade de vida de mulheres e moças, visando à reprodução da atividade, já que o descontentamento feminino é apontado como gerador da masculinização e do celibato masculino forçado, ameaçando a reprodução da agricultura familiar (BONI, 2006). Neste país, os homens só passam a contribuir com os trabalhos domésticos a partir de sua aposentadoria. Já as mulheres se dedicam mais às tarefas do lar - conciliando-as com o trabalho externo - quando os filhos são pequenos, voltando para o mercado de trabalho após o crescimento das crianças (BONI, 2006).

Neste sentido, é possível perceber que há indicações consistentes justificando a importância de se estudar a situação da mulher e as relações de gênero no meio rural. De certo modo, as perspectivas declaradamente feministas, que visam à conscientização das mulheres acerca da situação de dominação e alterações nos padrões das relações homem-mulher, tomam esta realidade como ponto de partida. O movimento feminista permitiu que a questão de “gênero” se tornasse um conceito analítico, concebido em perspectiva relacional (entre homem e mulher) por volta dos anos 1980, substituindo os “estudos sobre a mulher” e as explicações biológicas baseadas nas características físicas e cerebrais dos dois sexos.

Entretanto, sem desprezar as diferenças biológicas entre os tipos médios femininos e masculinos, a perspectiva de gênero parece ultrapassar os limites biológicos ao conceber homens e mulheres a partir de papéis sociais historicamente construídos, destacando que os papéis sociais também podem moldar os tipos biológicos. Dessa forma, as relações de gênero passam a ser aquelas estabelecidas entre os papéis sociais de homens e mulheres.

Neste trabalho a análise refere-se somente às mulheres e abarca sua caracterização, visando dar ênfase ao tipo de atividade desenvolvida pelas famílias as quais pertencem, buscando diferenças e semelhanças.

Agricultura familiar e pluriatividade no Rio Grande do Sul

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população rural economicamente ativa (PEA Rural) ocupada em trabalhos não agrícolas tem aumentado nos últimos anos, chegando a somar 304 mil pessoas em 2004 contra os 873 mil ocupados em atividades agrícolas.

Conforme Carneiro (2006), com as novas dinâmicas do meio rural, emerge a discussão sobre atividades não agrícolas e pluriatividade no Brasil. Neste debate, o trabalho não agrícola é interpretado pela alteração do perfil socioeconômico no campo, como se algumas sociedades fossem anteriormente exclusivamente agrárias, ou é interpretado como se tais atividades estivessem sempre presentes, contribuindo para a manutenção das famílias e da atividade agrícola, sem concorrer com ela (CARNEIRO, 2006).

Os trabalhos de Sergio Schneider (2006) mostram, no entanto, que a ocupação em atividades não agrícolas não necessariamente significa que a família ou a unidade produtiva seja pluriativa. Segundo este autor, pluriativas são as famílias que adotam como estratégia de reprodução social a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, sendo que uma família ou unidade familiar pode ser definida como pluriativa quando pelo menos um de seus membros, ainda que de forma parcial, combina o trabalho na agricultura com outra ocupação não agrícola. Dessa forma, famílias monoativas ou exclusivamente agrícolas são aquelas que fazem uso somente de atividades agrícolas para sua reprodução social, enquanto as pluriativas combinam uma ou mais ocupação não agrícola com a agricultura.

O trabalho de Leonardo Koppe (2005, p. 60) mostrou que a pluriatividade tem importância social e econômica no meio rural gaúcho tanto para famílias de estratos de renda elevados como para famílias com estratos mais baixos e que sua presença é maior entre as famílias cujos membros possuem escolaridade mais elevada. Já Flávio Sacco dos Anjos e Nádia Caldas (2006) mostraram que o recurso à pluriatividade ganha importância enquanto forma de resistência, especialmente naquelas unidades familiares em que os rendimentos e

capacidade de produção são limitados. Este trabalho mostrou que o tamanho da propriedade é um fator limitante da produção e, conseqüentemente, da renda agrícola.

Outros estudos mostraram (Schneider et. al 2006) que as famílias monoativas apresentam cerca de 5% a mais de área total e cultivável do que as famílias pluriativas. Além disso, as famílias pluriativas tendem a ter maior número de membros em relação às famílias monoativas. Famílias maiores, com menor quantidade de área cultivável, fazendo uso da moto-mecanização acentuada, geram um excedente de mão de obra que deverá migrar ou procurar outra ocupação.

No Rio Grande do Sul a pluriatividade corresponde a 44,1% das famílias, sendo que em Veranópolis esse índice chega a 59,3% das famílias, enquanto em Três Palmeiras chega somente a 28,8%. Com isso, os membros que praticam a pluriatividade contribuem para o aumento da renda familiar, para o bem-estar familiar e para a manutenção da atividade agrícola.

Se avaliarmos a composição das rendas dos municípios, temos que em Três Palmeiras onde a pluriatividade não é muito frequente, a renda não agrícola é de 6,6% e a renda agrícola corresponde a 72,9% do total das famílias (o restante correspondendo a transferências sociais e outras rendas). No caso de Veranópolis, a renda não agrícola é de 21,1% e a agrícola é de 54,5%, demonstrando uma maior diversificação, o que contribui para a reprodução social das famílias.

Os rendimentos da pluriatividade não têm o mesmo caráter familiar indivisível, como os da atividade agrícola na UP, gerenciados geralmente pelo responsável, chefe da família. Assim, concebe-se que essa prática pelas mulheres pode alterar as relações de poder no meio rural, ao gerar autonomia financeira, além de ser uma forma de evitar as migrações em busca de emprego.

O conjunto dos dados é composto por informações de quatro municípios, escolhidos de acordo com as características apresentadas e a quantidade de estabelecimentos agropecuários. São eles: Salvador das Missões (caracterizado pela produção de soja, milho e mandioca, além da pecuária leiteira e suínos), Morro Redondo (destacando-se a produção de milho, batata inglesa, fumo, cebola, além de criação de animais), Veranópolis (no qual se destacam a fruticultura e a criação

de animais) e Três Palmeiras (cujas principais culturas são soja, milho, mandioca, aliadas à produção de leite e de suínos).

Para este trabalho foram selecionados apenas dois municípios no conjunto de dados, visando à comparação entre duas realidades distintas: Veranópolis (microrregião de Caxias do Sul) e Três Palmeiras (microrregião de Frederico Westphalen), que apresentam o maior e o menor índice de pluriatividade e de desenvolvimento econômico, respectivamente.

Do total de estabelecimentos em cada município, cerca de 10 a 15% compuseram a amostra, seguindo o método de amostragem sistemática por comunidade/localidade. Os dados foram obtidos através da aplicação de 59 questionários semiestruturados em cada município, totalizando 118 famílias. No entanto, a quantidade de indivíduos e de mulheres que as compõem não é a mesma, portanto, as análises são em termos percentuais.

As variáveis analisadas são a quantidade de mulheres e homens (dados gerais) e de filhas e filhos, composição das rendas, a posição que as mulheres ocupam nas famílias, idade, estado civil, escolaridade e tipo de trabalho desenvolvido (integral ou parcial; dentro ou fora da propriedade), de acordo com o tipo de atividade das famílias.²

A microrregião de Caxias do Sul (ou Serra Gaúcha) é uma região de colonização italiana bastante desenvolvida que preserva traços da sua formação colonial e agrícola. Por volta de 1950, com o deslocamento da produção de cereais para o Planalto Médio e Meridional do estado, a região passou por mudanças na agricultura e logo se especializou em uva, vinho, batata inglesa, maçã e alho. Melhoraram as condições de moradia e as instalações nas propriedades rurais e, em Veranópolis, houve um favorecimento da economia, o qual estimulou o comércio e a indústria.

A indústria e o comércio tornaram-se meios de obter o sustento das famílias e passaram a receber recursos gerados pela agricultura colonial. Entre 1960 e 1990 o sistema colonial, baseado na venda do excedente, abriu espaço para um modelo produtivo voltado para a

² Ressalta-se que pela opção de utilização de métodos da estatística descritiva, as análises referem-se à amostra utilizada neste estudo.

especialização de culturas e uso de insumos industriais, uma agricultura dependente do mercado. Os jovens e os agricultores mais pobres, sem perspectiva de fazer parte do processo de especialização, formaram a mão de obra excedente que se descolou para o mercado de trabalho não agrícola local.

A diferença entre Veranópolis e demais regiões onde ocorreram processos de alteração da base tecnológica agrícola foi o contexto local permitir a absorção da mão de obra internamente. O município, criado em 1885, apresenta uma economia local bastante desenvolvida e é o 14º lugar no Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese).³ Segundo dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE), em 2000 a taxa de analfabetismo era de 4,55% e a expectativa de vida ao nascer era de 75,51 anos. Já em 2003, o PIB per capita ficava em R\$ 20.776.

Por outro lado, a microrregião de Frederico Westphalen (ou Alto Uruguai) é uma das regiões mais deprimidas economicamente do estado. Possui grande diversidade cultural e étnica, misturando elementos da colonização italiana e alemã com outros da cultura indígena e cabocla.

Aqui, mudanças na agricultura ocorreram a partir da década de 1970, com a consolidação do chamado binômio trigo-soja, fundado na modernização da base tecnológica da agricultura. O processo de modernização privilegiou as monoculturas, tornando a região dependente de culturas exigentes de capitais (como a soja, o milho, o trigo e o leite) e esvaziou as zonas rurais.

No local há uma grande diferenciação social entre os agricultores familiares, pois enquanto algumas famílias foram acumulando capital (através de máquinas e equipamentos agrícolas), a maioria delas sofreu um empobrecimento, passando a depender com mais intensidade das transferências sociais (pensões, por exemplo). Nestas últimas famílias, a migração tornou-se uma maneira de livrar-se da exclusão sofrida no campo.

O município que a representa, Três Palmeiras, criado em 1988, aparece entre os últimos lugares (406º lugar) no Idese dos municípios

³ O Idese é o índice utilizado pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul - FEE, com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e que analisa educação, renda, saneamento e domicílios, e saúde.

gaúchos. Em 2000, segundo a FEE, a taxa de analfabetismo era de 14,74%. A expectativa de vida ao nascer para o mesmo ano era de 73,42 anos. No ano de 2003, o PIB per capita era de R\$ 11.016.

A pluriatividade entre as mulheres do meio rural nos municípios de Veranópolis e Três Palmeiras/RS

Para Alexander Chayanov (1981), o objetivo da família trabalhadora rural não seria obter lucro, mas garantir a satisfação de suas necessidades, levando em consideração um equilíbrio entre o consumo e a produção familiar. O autor destaca que duas características fundamentais da produção familiar são a ausência de salário para os trabalhadores do grupo familiar e a indistinção da família como unidade produtiva e unidade de consumo. Segundo ele, o ponto de equilíbrio interno é dado pela composição da família (seu tamanho e quantidade de trabalhadores e não trabalhadores) e pela capacidade de trabalho que possui (grau de autoexploração).

A divisão sexual do trabalho e os papéis sociais de homens e mulheres possuem grande importância para a reprodução das famílias rurais. Carneiro (2001) afirma que o papel da mulher é fundamental para a reprodução familiar por elas serem transmissoras de valores sociais.

Ao se analisar a composição das famílias de agricultores por tipo de atividade, a diferença entre as quantidades de homens e mulheres não se torna muito reveladora. Na amostra de Veranópolis, as famílias pluriativas são compostas por 50,8% de homens e 49,2% de mulheres, enquanto as famílias monoativas são compostas por 57,3% de homens e 42,7% de mulheres. Na amostra de Três Palmeiras, nas famílias pluriativas se encontram 64,7% de homens e 35,3% de mulheres, enquanto nas famílias monoativas esses valores são 55,6% e 44,4% respectivamente.

Na amostra, o município mais pluriativo (Veranópolis) não apresenta a mesma desigualdade entre quantidade de homens e mulheres quanto o menos pluriativo (Três Palmeiras). Porém, é entre as famílias monoativas do segundo que há menor disparidade entre essas porcentagens. Esta comparação revela uma tendência dos

dois municípios ao fenômeno da masculinização, porém de forma diferenciada entre si, que precisa ser analisada também em função dos contextos locais.

Quando se trata somente dos indivíduos que ocupam a posição de filhos e filhas (este grupo totalizando 100%), a presença de mulheres é reduzida. Na amostra, em famílias pluriativas de Veranópolis os filhos são 61,3% e as filhas 38,7%, enquanto nas famílias monoativas não há filhas na amostra. Em Três Palmeiras, encontramos 83,9% de filhos e 16,1% de filhas nas famílias pluriativas e nas monoativas encontramos 62,3% de filhos e 37,7% de filhas.

Isso pode ser explicado pela maior quantidade de migrações no período da juventude, causada, em parte, pela inexistência de atividades alternativas à agricultura, que absorva nas localidades a mão de obra excedente. Assim, em Três Palmeiras, a quantidade de moças é maior em famílias monoativas do que pluriativas, embora seja menor do que a quantidade dos rapazes.

A Tabela 1 trata do tipo de trabalho desenvolvido pelas mulheres dentro e fora da unidade de produção - A porcentagem das que trabalham em tempo integral na unidade de produção (23,9% para famílias pluriativas e 40% para monoativas) em Veranópolis. Em Três Palmeiras, este número é reduzido (6,7% para famílias monoativas), sendo inexistente para famílias pluriativas (ver Tabela 1).

As mulheres que trabalham em tempo parcial na UP juntamente com o trabalho doméstico são também número relevante em Veranópolis: 18,2% nas famílias pluriativas e 34,3% nas famílias monoativas, e em Três Palmeiras constituem-se maioria: 65,2% entre as famílias pluriativas e 50,7% nas famílias monoativas.

Na amostra selecionada, somente entre as famílias pluriativas de Veranópolis se encontra trabalho parcial fora e dentro da UP (3,4%). Já o trabalho em tempo integral fora da unidade de produção ocorre em Veranópolis em maior intensidade: 20,5% das mulheres, enquanto em Três Palmeiras corresponde somente a 4,3%. Nestas duas classificações ficam excluídas as famílias monoativas, pois a monoatividade pressupõe que não sejam praticadas atividades não agrícolas (ver Tabela 1).

Tabela 1: Tipo de trabalho das mulheres, por município e tipo de atividade familiar (%)

| Tipo de trabalho desenvolvido (%) | Veranópolis | | Três Palmeiras | |
|---|-------------|------------|----------------|------------|
| | Pluriativas | Monoativas | Pluriativas | Monoativas |
| Tempo integral na UP | 23,9 | 40,0 | 0,0 | 6,7 |
| Tempo parcial: fora e dentro da UP | 3,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Trabalho parcial na UP + trabalho doméstico | 18,2 | 34,3 | 65,2 | 50,7 |
| Trabalho parcial na UP + Estudo | 4,5 | 0,0 | 8,7 | 17,3 |
| Tempo integral fora da UP | 20,5 | 0,0 | 4,3 | 0,0 |
| Somente trabalho doméstico | 4,5 | 8,6 | 13 | 6,7 |
| Somente estuda | 10,2 | 0,0 | 8,7 | 5,3 |
| Criança menor de sete anos | 5,7 | 8,6 | 0,0 | 6,7 |
| Idoso: apenas tempo-parcial na propriedade | 8,0 | 5,7 | 0,0 | 5,3 |
| Não trabalha por deficiência ou invalidez | 1,1 | 2,9 | 0,0 | 1,3 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Pesquisa AFDLP - CNPq/UFRGS/UFPeL - 2003.

A menor quantidade de mulheres no meio rural não significa necessariamente que a mão de obra feminina não esteja sendo utilizada nas atividades agropecuárias. Conforme visto, em Veranópolis há grande porcentagem de mulheres que exercem atividades somente na UP. Também é mais comum que exerçam atividades domésticas. Só é relevante a quantidade daquelas que praticam a pluriatividade em Veranópolis, o que leva a pensar que cabe aos homens a inserção no mercado de trabalho exterior, como no caso citado pela autora.

Ao direcionar o estudo para mulheres que compõem as famílias analisadas, percebem-se diferenças. Conforme a tabela 2, que separa as mulheres pela posição que ocupam no grupo familiar em relação ao respondente do questionário (responsável pela propriedade), percebe-se que dentre as famílias pluriativas de Veranópolis as maiores frequências são de cônjuges (36%) e filhas (32,6%), seguido das netas (9%) (Tabela 2).

Já nas famílias monoativas, as cônjuges são a maioria das mulheres (60,5 %), seguidas pelas noras (13,2 %) juntamente com o grupo de

avós e mães (13,2%). Aqui, parece que as noras substituem as filhas, que não aparecem na amostra.

Em Três Palmeiras, tanto entre as famílias pluriativas como entre as monoativas, encontramos predominância de cônjuges (66,7% e 48,6% respectivamente) e filhas (20,8% para pluriativas e 35,1% para monoativas). Vale ressaltar que, nos dois municípios, as mulheres que ocupam posição de responsável não atingem 5% em cada grupo.

Tabela 2: Posição da mulher na família, por município e tipo de atividade familiar (%)

| Posição ocupada | Veranópolis (%) | | Três Palmeiras (%) | |
|-----------------|-----------------|------------|--------------------|------------|
| | Pluriativos | Monoativos | Pluriativos | Monoativos |
| Cônjuge | 36,0 | 60,5 | 66,7 | 48,6 |
| Filha | 32,0 | 0,0 | 20,8 | 35,1 |
| Neta | 9,0 | 5,3 | 0,0 | 2,7 |
| Nora | 4,5 | 13,2 | 4,2 | 1,4 |
| Irmã | 2,2 | 2,6 | 0,0 | 1,4 |
| Mãe | 4,5 | 13,2 | 4,2 | 9,5 |
| Responsável | 2,2 | 0,0 | 4,2 | 1,4 |
| Outras | 9,0 | 5,3 | 0,0 | 0,0 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Pesquisa AFDLP - CNPq/UFRGS/UFPel - 2003.

Observando-se as idades das mulheres que compõem a amostra, de acordo com a Tabela 3 verifica-se que em Veranópolis elas ficam bastante distribuídas entre as faixas etárias, sendo a faixa de 16 a 20 anos (7,9%) a que tem menor relevância entre as famílias pluriativas. Ainda no município citado, entre as famílias monoativas as mulheres tendem a ter idades mais elevadas, sendo que as jovens de 16 a 20 anos são inexistentes e as crianças têm pouca representatividade (7,9%) (ver Tabela 3).

Quanto ao município de Três Palmeiras, também se percebe tendência ao envelhecimento, sendo que as faixas etárias com maiores frequências são as acima dos 40 anos, enquanto essa tendência se reverte no caso das famílias monoativas com 28,4% das mulheres até 15 anos.

Tabela 3: Idade das mulheres por município e tipo de atividade (%)

| Idade | Veranópolis (%) | | Três Palmeiras (%) | |
|-----------------|-----------------|------------|--------------------|------------|
| | Pluriativos | Monoativos | Pluriativos | Monoativos |
| Até 15 anos | 13,5 | 7,9 | 8,7 | 28,4 |
| 16 a 20 anos | 7,9 | 0,0 | 8,7 | 9,9 |
| 21 a 30 anos | 18,0 | 10,5 | 8,7 | 7,4 |
| 31 a 40 anos | 11,2 | 5,3 | 13,0 | 12,3 |
| 41 a 50 anos | 13,5 | 23,7 | 30,4 | 17,3 |
| 51 a 60 anos | 18,0 | 21,1 | 17,4 | 12,3 |
| 61 ou mais anos | 18,0 | 31,6 | 13,0 | 12,3 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Pesquisa AFDLP - CNPq/UFRGS/UFPel - 2003.

Quando se analisa o estado civil, percebe-se que, na amostra estudada, a maioria das mulheres que permanece no meio rural é casada. Entre as famílias pluriativas de Veranópolis, elas são 57% e 83,8% no caso das monoativas. Em Três Palmeiras, as mulheres casadas são 69,6% em famílias que realizam combinação de atividade e 53,3% para aquelas famílias exclusivamente agrícolas. Este número aumenta se considerarmos as viúvas, que correspondem entre 5,4% e 9,3% em Veranópolis, e cerca de 8% para os dois casos de Três Palmeiras (ver Tabela 4).

Deve-se ressaltar que a análise refere-se à totalidade dos casos, ou seja, inclui meninas que ainda não possuem idade suficiente para casar e solteiras de idade mais avançada, as quais já não vislumbram essa possibilidade. A quantidade de casadas e viúvas, entretanto, é maior em relação às outras. Estes dados reforçam a percepção de que o casamento “prende” as mulheres no meio rural, enquanto as moças solteiras são livres para a migração, sendo esta sua tendência.

Tabela 4: Estado civil das mulheres por município e tipo de atividade familiar (%)

| Estado Civil | Veranópolis | | Três Palmeiras | |
|--------------|-------------|-----------|----------------|-----------|
| | Pluriativa | Monoativa | Pluriativa | Monoativa |
| Casada | 57,0 | 83,8 | 69,6 | 53,3 |

| | Veranópolis | | Três Palmeiras | |
|----------|-------------|------|----------------|------|
| Solteira | 33,7 | 10,8 | 21,7 | 38,7 |
| Viúva | 9,3 | 5,4 | 8,7 | 8,0 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Pesquisa AFDLP - CNPq/UFRGS/UFPEL - 2003.

A Tabela 5 refere-se à escolaridade das mulheres que compõem a amostra analisada. Através dela, percebe-se que 12% das mulheres das famílias monoativas de Três Palmeiras apenas leem e escrevem ou são completamente analfabetas, enquanto nas famílias pluriativas é inexistente a presença de analfabetas. Por outro lado, em Veranópolis a soma destas duas faixas fica em cerca de 5% para os dois casos (ver Tabela 5).

Para todos os casos analisados a escolaridade de 1ª a 4ª série do ensino fundamental (completo ou incompleto) é a que predomina. Nela se inserem 38,9% das mulheres das famílias pluriativas de Veranópolis e 57,9% das famílias monoativas. Entre as famílias pluriativas de Três Palmeiras esta faixa corresponde a 62,5% das mulheres e entre as monoativas, 44%.

Já as mulheres que possuem o Ensino Médio (antigo Segundo Grau) completo ou incompleto são 13% nas famílias pluriativas de Veranópolis e apenas 2,6% entre as monoativas do município de Três Palmeiras. No caso desta há uma inversão, porém a diferença entre um e outro tipo de família não é tão elevada: 8,4% para famílias pluriativas e 14,7% para monoativas.

A quantidade de mulheres que frequentaram faculdade é relevante apenas entre famílias pluriativas de Veranópolis, sendo apenas 1,3% entre as famílias monoativas de Três Palmeiras e inexistente nos demais casos. Ressalta-se que os cursos superiores não foram concluídos.

As crianças menores do que sete anos de idade, ou seja, sem idade escolar, representam 7,1% do total de mulheres das famílias pluriativas de Veranópolis, enquanto nas famílias de mesmo tipo em Três Palmeiras são inexistentes. Entre as famílias monoativas, para os dois municípios são equivalentes a 5,3% do total.

Tabela 5: Escolaridade das mulheres por município e tipo de atividade familiar (%)

| Escolaridade (%) | Veranópolis | | Três Palmeiras | |
|---------------------------|-------------|------------|----------------|------------|
| | Pluriativas | Monoativas | Pluriativas | Monoativas |
| Analfabeto | 3,5 | 2,6 | 0,0 | 5,3 |
| Apenas lê e escreve | 2,4 | 2,6 | 4,2 | 6,7 |
| 1ª a 4ª série | 38,9 | 57,9 | 62,5 | 44,0 |
| 5ª a 8ª série | 25,9 | 29,0 | 25,0 | 22,7 |
| 2º grau | 13,0 | 2,6 | 8,4 | 14,7 |
| Nível técnico | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Nível superior | 9,4 | 0,0 | 0,0 | 1,3 |
| Criança sem idade escolar | 7,1 | 5,3 | 0,0 | 5,3 |
| | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Pesquisa AFDLP - CNPq/UFRGS/UFPEL - 2003.

Considerações finais

Neste trabalho pretendemos estabelecer uma relação entre as características das mulheres das famílias rurais que compõem a amostra e a prática da pluriatividade, verificando também a quantidade homens e mulheres em dois municípios do Rio Grande do Sul. As análises indicaram que Veranópolis apresenta mais homens que mulheres entre os agricultores monoativos. No entanto, o menor número de mulheres em Três Palmeiras é entre as famílias pluriativas, o que não nos permite confirmar a hipótese de que quanto mais pluriatividade, mais mulheres no meio rural. Porém, de acordo com as demais análises e considerações feitas, não descartamos que esta hipótese se confirme a partir de novos estudos em outros contextos.

A comparação entre filhos e filhas que formam a amostra coletada demonstra que o número de rapazes supera em muito o de moças, ou seja, há uma tendência à masculinização, especialmente entre os jovens, que ameaça a continuidade da agricultura familiar. Isso pode ser explicado, ao menos em parte, através das demais análises, avaliando posição das mulheres na família, idade, estado civil, escolaridade e tipo de trabalho que desempenham, de acordo com o tipo de atividade da família à qual pertencem.

A maioria das mulheres está na posição de cônjuge do responsável pela unidade de produção. Chama a atenção que na nossa amostra, entre famílias monoativas de Veranópolis, as noras substituem as filhas, o que pode se explicar pela migração e pela troca do grupo familiar pelo casamento. As mulheres figuram como responsáveis pelas propriedades somente quando são viúvas ou solteiras, não havendo homens na família, o que evidencia o peso da tradição patriarcal na composição familiar.

Conforme a análise da amostra, a tendência dos municípios é que as mulheres apresentem faixas etárias mais elevadas, acima dos 40 anos. A quantidade de jovens de idade entre 16 e 20 anos tende a ser menor que as mais jovens (até 15 anos). Este fato e a análise do estado civil indicam que a migração das mulheres ocorre durante a juventude, antes que formem família, e que o matrimônio é fator de permanência no meio rural, pois hoje ele não é a única perspectiva para as mulheres, as quais buscam também independência financeira e partem em busca de formação escolar, trabalho e realização pessoal.

Isso não significa que não exista expectativa quanto à formação da vida conjugal. Entende-se que as jovens que não vislumbram tal possibilidade estejam priorizando realizações individuais fora da unidade de produção, em detrimento da formação de família.

Acerca da escolaridade, predomina um baixo nível (1^a a 4^a série do ensino fundamental) em nossa amostra; o diferencial é que somente nas famílias pluriativas as mulheres chegam ao nível superior, principalmente em Veranópolis.

Sobre o trabalho realizado há indicações de que os papéis sociais femininos não se alteraram, pois são as mulheres que fazem o trabalho doméstico, mesmo trabalhando na produção ou em outros locais. A amostra também demonstrou que são poucas as mulheres que exercem combinação de atividade, exceto em Veranópolis. Isto indica que, mesmo em famílias pluriativas, cabe a elas o espaço privado, pois mesmo Veranópolis, tendo 20,5% delas trabalhando somente fora da unidade, ainda tem 23,9% com atividades em tempo integral na UP.

Os dados disponíveis e as análises não permitiram afirmar que haja relação entre pluriatividade e mudanças na relação homem-mulher, mas esta é ainda uma questão a ser aprofundada. As alterações

nas relações sociais são lentas e por isso a pluriatividade poderá ainda contribuir para absorver mão de obra feminina, diminuindo a migração. No entanto, deve-se levar em conta o tipo de trabalho à que as mulheres têm acesso, pois nem toda atividade é atraente e tem remuneração satisfatória. Este trabalho indica maior tendência à migração do que à pluriatividade e novos estudos precisam demonstrar por qual razão.

Um aspecto aqui revelado é que a pluriatividade faz parte do processo de mudança no qual a mulher passa a deixar o espaço doméstico - porém, sem seu abandono total - e começa a integrar gradativamente o espaço público (masculino).

Se por um lado a jornada feminina é dupla e, portanto, mais cansativa, por outro, ao diminuir o trabalho doméstico feminino, lentamente, as tarefas do lar passam a ser realizadas também por homens, diminuindo as obrigações femininas (BONI, 2006; DESER - CEMTR/PR, 1996). Ou seja, embora sejam poucos os lares nos quais as tarefas domésticas são divididas, entende-se que o aumento do trabalho feminino fora de casa (e a consciência de exercer atividade produtiva) pode aumentar a participação de esposos e filhos nas tarefas do lar.

É preciso explicitar que os resultados encontrados nem sempre corresponderam às expectativas do início do trabalho, pois os dois municípios estudados apresentam contextos socioeconômicos e históricos muito diferenciados. Assim, em Três Palmeiras encontram-se mais mulheres entre as famílias de agricultores monoativos do que entre pluriativos, o que pode ser explicado pelo contexto das regiões estudadas.

Como o município e as localidades próximas apresentam poucas possibilidades de inserção no mercado de trabalho não agrícola, a pluriatividade não é um recurso frequente, e a migração torna-se mais difícil, pois afastaria em muito indivíduo e família (lembrando que o número de moças bastante jovens, que não podem migrar, é maior nesse município).

Referências

BONI, Valdete. Agroindústrias familiares: uma perspectiva de gênero. In: 30° ANPOCS. *Anais do 30° Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. *A Dominação Masculina*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRUMER, Anita. Mulher e desenvolvimento rural. In: PRESVELOU, Clio; ALMEIDA, Francesca; ALMEIDA, Joaquim Anécio (orgs.). *Mulher, Família e Desenvolvimento Rural*. 1. ed. Santa Maria: UFSM, 1996, p. 40-58.

CARNEIRO, Maria José. Herança e identidade de gênero entre agricultores familiares. In: Revista de Estudos Feministas. v. 9, n. 1, Florianópolis, 2001.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCNEIDER, Sergio (org). *A Diversidade da Agricultura Familiar*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006, p. 165-185.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José G; STOLCKE, Verena. *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.

CONTERATO, Marcelo. *A Mercantilização da Agricultura Familiar no Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre, 2004.

DEERE, Carmen Diana. La feminización de la agricultura? Asalariadas, campesinas y reestructuración económica en la América Latina Rural. In: *VII Congreso ALASRU*. n. 4, México. nov. 2006, p.77-136.

DESER - CEMTR. DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS. COMISSÃO ESTADUAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO PARANÁ. *Gênero e Agricultura Familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite*. 1. ed. Curitiba, 1996.

GELUK-GELUK, Anjo. The position of farm women in the netherlands. In: PLAS, Leendert van der; FONTE, Maria (orgs.). *Rural Gender Studies in Europe*. 1. ed. Van Gorcum, Assen, 1994, p. 29-35.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>.

HOLZMANN, Lorena. Divisão sexual do trabalho. In: CATTANI, Antônio David.; HOLZMANN, Lorena. *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006, p.103-106.

KOPPE, Leonardo R. *A Estratificação Social e a Pluriatividade na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2005.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

RADOMSKY, G. F. W. *Redes Sociais de Reciprocidade e de Trabalho: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS, Porto Alegre, 2006.

RODRIGO, Isabel. Feminização da agricultura. In: *Análise Social*. v. 22, n. 92-93, Portugal, 1986, p. 643-652.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia V. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, Sergio (org). *A Diversidade da Agricultura Familiar*. 1 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006, p. 186-212.

SANTOS, Tânia S. *Carreira Profissional e Gênero: a trajetória de homens e mulheres no contexto da feminização da medicina*. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS. Porto Alegre, 2002.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. In: BOTELHO FILHO, Flávio (org). *Cadernos do Ceam: Agricultura*

ra Familiar e Desenvolvimento Territorial: Contribuições ao Debate. n. 17, Brasília: UNB/CEAM/NEAGRI, fev. 2005.

SCHNEIDER, Sergio; CONTERATO, Marcelo; KOPPE, Leonardo; CASTILHO E SILVA, Carolina. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do RS. In: SCHNEIDER, Sergio (org). *A Diversidade da Agricultura Familiar*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

WOORTMANN, Klaas. O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins. In: *Série Antropologia*. Brasília, 2001. Acesso em: 15/06/2008. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie293empdf.pdf>.



Complementariedade de gênero e o papel das mulheres morroquianas para manutenção da agrobiodiversidade em uma porção do cerrado brasileiro

Maria Virgínia de Almeida Aguiar



Introdução

Nas comunidades rurais Taquaral y Santana (T e S), localizadas em uma região de ocupação antiga do estado de Mato Grosso, Brasil, a Morraria, sobrevivem sistemas agrícolas onde são evidentes aspectos do campesinado tradicional como a família enquanto unidade de produção e consumo; a comunidade rural e o parentesco como unidades básicas da organização social e; uma forma própria de manejar os recursos naturais vinculada a um agroecossistema peculiar - tudo isso expresso na identidade sociocultural construída localmente - a de *morroquiano*. A denominação *morroquiano* alude à autoidentificação e à identificação de atribuição externa para todo aquele que “nasceu e se criou” na Morraria do município de Cáceres.¹

Morraria é a denominação local utilizada pelos camponeses de T e S para nomear uma extensa região delimitada por serras e vales sob

¹ A Morraria está localizada no bioma Cerrado, em vários municípios do estado de Mato Grosso: Cáceres, Porto Estrela, Nossa Senhora do Livramento, Barra do Bugres, Alto Paraguai, Nobres e Rosário Oeste.

vegetação de Cerrado, chamada nos estudos geomorfológicos como a unidade de relevo Província Serrana. Para os morroquianos, a Morraria é constituída não só por espaços naturais, mas também sociais e sobrenaturais os quais formam um todo inseparável abordado em diferentes graus através de relações pessoais, afetivas, comunitárias e de trabalho, definindo um território.

Os sistemas agrícolas presentes na Morraria se desenvolveram localmente através de padrões culturais baseados no passado colonial brasileiro e são o resultado de uma longa tradição agropecuária e de uso dos recursos naturais existentes no Cerrado matogrossense durante um mínimo de seis gerações. Os camponeses de T e S desenvolvem práticas de adaptação ao agroecossistema local que se caracterizam pelo uso ordenado de terras férteis dos vales para produção de plantas de ciclo anual ou perene, de alto valor nutritivo (milho, arroz, feijão, mandioca, entre outras), e o uso das terras de vegetação baixa de Cerrado para a criação de gado, a caça e a coleta vegetal. Historicamente, estes camponeses se autossustentaram e ocuparam seu lugar na economia regional como lavradores e produtores de alimentos.² Esta estratégia permitiu que sobrevivessem no lugar por muitas gerações. Assim, mantêm formas locais de construir seu próprio conhecimento baseados em longos anos de aprendizagem, experiência empírica e experimentação neste território, cujos pressupostos são transmitidos a cada geração.

O presente artigo³ tem como objetivo demonstrar como homens e mulheres morroquianos que atuam de forma diferenciada no sistema produtivo e desenvolvem atividades desiguais e complementares nas mesmas e em diferentes unidades de manejo⁴ mantêm uma rede de troca de sementes e propágulos para garantir diversidade de espécies e variabilidade dentro de espécies usadas para a produção de

² Até a década de 1950 a Morraria era considerada o “celeiro” do município de Cáceres.

³ Trata-se de uma reflexão feita no âmbito da tese de doutorado intitulada *El aporte del conocimiento local para el desarrollo rural: un estudio de caso sobre el uso de la biodiversidad en dos comunidades campesinas tradicionales del estado de Mato Grosso - Brasil* (AGUIAR, 2007).

⁴ Entendemos como unidade de manejo a fração de terra “construída” pelo camponês e sua família, onde realiza o processo de trabalho. São as roças, quintais, chacras, locais de caça e pesca, pastos nativos ou plantados e capoeiras.

alimentos e outros produtos com diferentes usos. Os morroquianos são produtores de diversidade e homens e mulheres desempenham papéis diferenciados neste processo.

A abordagem teórico-metodológica da Agroecologia foi nossa forma de aproximação à realidade camponesa morroquiana. De acordo com este enfoque, qualquer pesquisa depende de uma ampla gama de metodologias de investigação das ciências agrárias, biológicas, antropológicas, ou seja, as distintas ciências naturais e sociais (GUZMÁN CASADO et al, 2000). Através da utilização de um conjunto de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa⁵ observaram-se cada uma das plantas (espécies e variedades) conhecidas: quem conseguiu a planta (homem ou mulher); o período em que a usou; de quem conseguiu; a história de uso da planta; o motivo para a adoção ou o abandono da planta. Demos por entendido que atrás de cada troca de sementes e propágulos havia uma interação social e queríamos conhecer quais haviam sido os mecanismos sociais envolvidos. Fizemos uma análise de gênero para observar o papel das mulheres e dos homens nas trocas estabelecidas. Foram escolhidos oito roças e doze quintais que foram identificados como importantes espaços de produção e manutenção de biodiversidade.

A biodiversidade associada à riqueza de espécies usadas na agricultura, que aqui chamamos agrobiodiversidade,⁶ inclui todas as espécies nativas de vegetais e animais, além dos cultivos, animais domesticados e micro-organismos que são usados diretamente ou indiretamente para a alimentação e outros usos (remédios, materiais de construção de moradias e local de trabalho e para fabricar

⁵ Utilizamos várias atividades de campo como observação participativa; entrevistas (estruturadas e semiestruturadas); diagramas e visualizações feitas por agricultores e/ou com o uso de georeferenciamento; métodos de numeração e classificação (*ranking and scoring*); história predial, calendário estacional, listas livres de espécies úteis e catálogos de espécies cultivadas; definição do índice de diversidade de Shannon-Wiener e de Brillouin.

⁶ A agrobiodiversidade analisada neste estudo é apenas uma parte da biodiversidade utilizada na agricultura, que vai muito além da riqueza de espécies e seus usos e inclui o aproveitamento ótimo do espaço produtivo e uma ampla gama de valores socioeconômicos e culturais relacionados a ela. A este conceito amplo chamamos agrobiodiversidade. Para Brookfiel e Stocking (1999, p. 77), a agrobiodiversidade representa “as muitas formas em que agricultores usam a diversidade natural do ambiente para a produção, incluindo não somente a colheita escolhida mas também o manejo da terra, a água e a biota como um todo”.

seus instrumentos, combustíveis, adornos, além de fibras, corantes, gomas, recursos usados como combustível, resinas, estimulantes de usos diversos, remédios animais, serviços ambientais, entre outros). Também se considera agrobiodiversidade a diversidade de espécies que sustenta a produção (a biota do solo, os polinizadores, os predadores, etc.). Esta definição inclui espécies domesticadas, semidomesticadas (inclusive a diversidade de recursos genéticos, variedades, raças e tipos, linhagens, etc.) e silvestres (PIMBERT, 2006).

Além dos vegetais domesticados, os camponeses morroquianos aproveitam uma grande diversidade de vegetais semidomesticados e silvestres (nativos) que representam grande parte da agrobiodiversidade manejada e usada por eles. Esta diversidade é encontrada nos quintais, hortas e chacras, roças e coletados nas unidades de recursos (as diferentes expressões dos Cerrados, as serras e vales da Morraria).⁷

As estratégias de troca de plantas fazem parte do processo de produção de diversidade no sistema de produção camponês e foram importantes para a reprodução de agricultores nesta porção do Cerrado brasileiro.

Um debate importante a este respeito está associado com os conceitos de propriedade, terra e natureza construídos por distintos grupos. As sociedades rurais diferem entre si em sua visão sobre o compartilhamento de conhecimentos e em sua aproximação à inovação. São diversos os grupos camponeses que realizam trocas e inovações segundo a lógica da generosidade quando consideram que a propriedade de coisas e conhecimentos é um bem comunitário ou conferem uma tutela familiar à terra ou aos recursos vivos (RAFI, 1997). Em contraste, a visão urbanoindustrial dos direitos de propriedade intelectual se baseia na crença de que as ideias inovadoras e os produtos do intelecto humano podem ser protegidos legalmente como propriedade privada para ser comercializados.

As trocas de conhecimentos baseados na livre circulação sem monopólio comercial são importantes elementos da estratégia camponesa. Entendendo que os conhecimentos também são socializados,

⁷ Unidades de recursos são unidades de coleta perfeitamente reconhecidas pelos grupos locais e onde se concentram determinadas plantas ou animais.

pois são produto da experiência social e coletiva por meio da ação e da organização, Sabourin (2002) propõe a concepção da construção coletiva do sistema local de conhecimento e dos espaços sociotécnicos construídos pelos agricultores como espaços de troca.

As redes de inovação, comunicação e troca representam uma das mais antigas formas de interação entre grupos sociais, sendo normalmente um componente essencial que aparece de diferentes formas na estratégia camponesa. O corpo de conhecimentos gerado pelas trocas geralmente se mantém de forma coletiva e intergeracional. Estas redes se estabelecem em função das características dos participantes, da história de suas relações e de seus laços específicos de parentesco. As trocas podem estar relacionadas tanto com serviços pagos, como com serviços ou ajudas considerados como dádivas, passando por diferentes tipos de trocas monetárias ou não (VEIGA & ALBALADEJO, 2002).

As trocas de sementes demonstram a constituição de “redes sociotécnicas” que são redes de intercâmbios, fluxos de informação e de práticas relativas à produção agropecuária que são mantidas pelos agricultores e os diversos atores com os quais se relacionam em nível local (SABOURIN, 2002). Estes espaços são desenhados, de um lado, pelas relações de interconhecimento e de proximidade (redes de diálogo técnico) e, de outro, pelos serviços mútuos para a produção ou redistribuição dos produtos e conhecimentos (redes de ajuda mútua). Vários espaços são mobilizados por redes de relações que se cruzam em distintos momentos do cotidiano e do ciclo agrícola.

Os camponeses de T e S têm uma visão complexa dos elementos que compõem a natureza, em especial a agrobiodiversidade. Essa visão é construída a partir de uma práxis agrícola na qual se inclui a agricultura propriamente, a pecuária, a coleta, a pesca e a caça. Almeida (2005, p. 89) menciona o fato de que o trabalho camponês sobre a terra não pode ser chamado de ato rotineiro repetido um ano após o outro. Para este autor, o camponês tem uma visão holística de compreensão do mundo, participando de um “jogo da produção” e realizando uma intensa negociação onde estão envolvidas tanto a condição social da família como as características ambientais da terra onde trabalham, do mesmo modo que as imposições do mundo circundante.

Jarvis et al (2000, p. 96) definem duas vias pelas quais os camponeses costumam realizar a troca de sementes e propágulos de plantas. A primeira é constituída por distintas formas através da qual os agricultores têm acesso às partes reprodutivas das plantas e que envolvem toda a rede familiar e de vizinhança. Neste tipo de troca ocorre a interação entre pessoas, constituída por relações sociais. O autor chama esta via de “informal ou tradicional”. A segunda via é chamada de “formal” e é aquela em que o agricultor tem acesso aos recursos genéticos através das organizações individuais e institucionais envolvidas no desenvolvimento, multiplicação, processamento, armazenamento, distribuição e mercado de sementes melhoradas. Quando na circulação de sementes estão envolvidas relações sociais, identificamos quatro formas principais de intercâmbio: o presente, a retribuição, a troca e a compra.

Acrescentamos a este esquema outras três diferentes vias de acesso a sementes e propágulos de plantas presentes nas condições específicas das comunidades de T e S que não se desenvolvem em trocas estabelecidas através de relações sociais: a “via da coleta”, a “via da natureza” e a “via caseira”.⁸

As trocas de sementes e outros propágulos de plantas demonstram de forma contundente a constituição de uma rede social entre os morroquianos, a qual pode adotar a forma de uma rede de diálogo técnico. As redes de troca sempre estão associadas às redes de parentesco e vizinhança, funcionam como uma espécie de memória da agrobiodiversidade e reforçam a importância da conservação *in situ* a nível local. Historicamente, estas redes de diálogo técnico têm sido usadas para que camponeses mantenham sistemas de troca de sementes para reproduzir, conservar e, inclusive, aumentar a diversidade de espécies e de variedades existente em seus cultivos. É conhecida a

⁸ A “via da coleta” se produz quando: 1) os vegetais são coletados em espaços naturais e transplantados para os campos de cultivo; 2) são coletadas mudas, frutos e sementes em unidades produtivas abandonadas da mesma comunidade rural e; 3) são coletadas mudas, frutas e sementes nas ruas e lotes vagos das cidades próximas. A “via da natureza” pode ocorrer quando algumas espécies surgem espontaneamente nos campos de cultivo e são manejadas para seu aproveitamento. A “via caseira” ocorre quando os camponeses acessam aos propágulos existentes na mesma unidade de manejo mediante a coleta e armazenamento das sementes e outros propágulos.

importância destas trocas para a conservação da agrobiodiversidade em todo o mundo (MENDOZA GONZÁLEZ, 2005; JARVIS et al, 2000).

Morroquianos produzindo diversidade

Sítio é a denominação local para a unidade produtiva morroquiana e é o lugar de trabalho por excelência, sendo igualmente resultado do trabalho, pois é um espaço construído. O sítio é formado por um conjunto de espaços (manejados, naturais, assim como sobrenaturais) articulados entre si. Designa aquela parcela de terra que se apresenta como um mosaico ecológico/agrícola delineado por diversos níveis de atuação humana: 1. as unidades de recursos, como são as diferentes expressões do Cerrado, onde se incluem as áreas de conservação ambiental e; 2. as unidades de manejo, como são o quintal (onde se inclui a casa, a horta e a chacra doméstica), a horta e a chacra (fora do quintal), as roças (policultivos e monocultivos), os pastos (os plantados e os nativos) e as capoeiras em diversos estágios de sucessão. Estas unidades normalmente não têm contorno definido e podem ocorrer como uma continuidade entre uma e outra; por exemplo, uma roça imediatamente ao lado de uma capoeira. Além disso, a localização de unidades aptas ao cultivo varia de um ano ao outro, ou seja, uma roça pode ser uma capoeira e um mato nos próximos anos e o que é mato em um ano pode ser uma roça no outro. Essa é uma característica importante nos sistemas de produção camponeses presentes em várias regiões tropicais (ALCORN, 1989). Outro aspecto é que a atividade produtiva não se limita ao sítio, pois os camponeses utilizam recursos naturais que estão fora deste espaço, ampliando o espaço ocupado.

O sistema produtivo adotado pelos camponeses de T e S combina agricultura, pecuária e coleta vegetal e animal (caça e pesca). A agricultura de corte e queima e de baixa dependência de insumos externos é a atividade central na produção de seus meios de vida, complementada por práticas como a criação animal (bovinos e equinos); a criação de animais de pequeno porte (aves e porcos) e a produção de frutas, legumes, hortaliças, plantas medicinais e outras espécies com

vários usos; e a indústria caseira e o artesanato (inclusive a fabricação de equipamentos de trabalho e a construção rural). A produção de alimentos é considerada principal porque emprega a maior parte da força de trabalho e do tempo da família camponesa, além de expressar uma identidade internalizada nas representações do grupo, como é a de lavrador ou produtor de roças.

Na maior parte dos casos, os morroquianos detêm a propriedade dos meios de produção (terra, objetos e outros meios de trabalho) e se apresenta no mercado como vendedor dos produtos excedentes de seu trabalho. Também existem aqueles camponeses que não detêm alguns dos meios de produção como podem ser a terra e os equipamentos de trabalho, e que praticamente realizam uma agricultura de subsistência.

São nos quintais e nas roças onde os morroquianos produzem e mantêm grande parte da agrobiodiversidade existente nos sítios. Para produzir esta diversidade, os camponeses combinam as plantas de acordo com suas características morfológicas, o ciclo reprodutivo e o melhor aproveitamento da fertilidade do solo; consideram a relação entre as plantas entre si e com a terra mais usada e desgastada (cansada) ou menos usada (terra nova). À sua maneira, observam o papel de cada planta na ecologia do sistema, trabalhando combinações segundo a luminosidade e a densidade; consideram a morfologia da planta, manipulando arranjos e espaçamentos dependendo das combinações que se quer realizar; combinam plantas de acordo com sua “natureza” quente ou fria e forte ou fraca; pensam as associações conforme o ciclo reprodutivo de cada uma das plantas (anuais ou perenes), podendo inclusive manejar seu crescimento (podas e diminuição da densidade de plantas/raleamento) para que as plantas de ciclo longo não compitam com as plantas de ciclo curto e vice e versa; escolhem as melhores variedades de cada espécie de acordo com a disponibilidade de sementes, bem como de acordo com os objetivos da produção; combinam plantas seguindo o calendário da produção, para que uma não atrapalhe a colheita da outra; consideram a melhor época para o cultivo associando o período do ano e a disponibilidade de chuvas com a “melhor lua”.

Os quintais morroquianos como espaços de diversidade de espécies para diversos usos

O quintal⁹ é uma área de produção e socialização imediatamente ao redor da casa que se diferencia de família a família segundo a disponibilidade de espaço e de mão de obra, a capacidade de investimento da família, a estratégia produtiva associada à mobilidade espacial da família, os conflitos com os vizinhos, a presença de animais domésticos ou de criação, as condições agroecológicas do lugar e gostos pessoais das pessoas envolvidas nesta unidade de manejo. Podem variar em tamanho, diversidade de espécies, zonas de manejo, interações entre espécies, funções ecológicas e forma.

Com frequência, a configuração do quintal e a presença de uma maior ou menor riqueza de espécies estão associadas ao gosto particular da família ou das pessoas que cuidam dessa unidade de manejo. Nos quintais é cultivada uma mescla de espécies agrícolas e florestais (árvores, arbustos e ervas de uso múltiplo, podendo apresentar também cultivos anuais), plantadas e/ou manejadas aparentemente de forma desordenada, conforme uma espécie de sistema agroflorestal. Nos quintais também é realizada a criação de pequenos animais domésticos e/o animais semidomesticados.

Para os agricultores a maior parte das plantas presentes nos quintais tem uma importância menor no conjunto da dieta campesina porque não “enchem a barriga”. Diferem do arroz, milho ou feijão que são priorizados quando se trata da alimentação da família tanto por seu valor nutritivo (“dá mais sustentação”), como pela quantidade e a disponibilidade durante o ano (possibilidade de armazenamento).

Apesar de “prescindido” no imaginário dos morroquianos, o quintal tem inúmeras funções que são socialmente reconhecidas pelas pessoas da comunidade. Os quintais normalmente exercem funções

⁹ Os dados relativos à esta unidade de manejo foram sistematicamente obtidos em 12 quintais *morroquianos*, acrescidos de informações gerais de outras 24 unidades produtivas estudadas. Como o quintal é um espaço essencialmente feminino, durante as entrevistas e os inventários de campo contamos com a participação de, pelo menos, uma mulher responsável por esta unidade de manejo. Alguns homens também participaram das entrevistas. Assim, contamos com 14 mulheres e 7 homens.

socioeconômicas e culturais nas unidades produtivas camponesas. Além de lugar de cultivo e manejo de plantas úteis do ponto de vista social e econômico, o quintal é espaço doméstico de trabalho, encontros, entretenimento e recreação, festas e cultura. Os quintais são usados para suprir parte das necessidades nutricionais da família ao longo do ano, além de produzir excedentes comercializáveis. Em muitos casos, a diversidade presente nos quintais tem importante função no conjunto de práticas relacionados a dádivas.

O embelezamento e a regulação do ambiente ao redor da casa são elementos importantes para a família, o que justifica a existência de um grande número de espécies dedicadas à ornamentação e os serviços ambientais relativos (sombra, suporte para outras vegetais, proteção contra ventanias e proteção do solo). Em geral, os quintais de T e S são lugares sombreados, bonitos e prazerosos.

Portanto, o quintal tem sua importância como espaço produtivo e reprodutivo que, junto com as outras unidades de manejo, se complementam no que podemos chamar de estratégia camponesa. Portanto, são complexos e variados na associação e completos em sua funcionalidade.

Observamos nos quintais morroquianos uma grande presença de vegetais plantados (domesticados) e exóticos (de diferentes procedências), demonstrando que estas unidades estão bastante influenciadas pelo trabalho camponês. Estes regularmente decidem sobre que vegetais devem compor a unidade ou devem ser protegidos ou selecionados. De fato, o quintal é um dos lugares da unidade produtiva onde a natureza foi mais socializada e incorporada, pois se trata de um espaço construído, domesticado e vivenciado cotidianamente pela família camponesa. Ainda que em menor quantidade, observamos também a presença de espécies nativas, o que demonstra a influência da riqueza florística do Cerrado nesta unidade. São espécies semidomesticadas, principalmente as transplantadas dos Cerrados, e as silvestres, como podem ser as remanescentes do Cerrado e as espontâneas. As espécies nativas, enquanto enriquecem o repertório de espécies aumentando a riqueza biológica desta unidade de manejo, oferecem distintos usos, o que nos leva a reconhecer o quintal como um espaço de transição entre o Cerrado e a casa.

Ao analisar os usos dados aos vegetais presentes nos quintais, observamos que estes são principalmente destinados à saúde, ao en-

tretenimento (ornamentais) e à alimentação (25,99%, 24,57% e 25,28% dos usos totais, respectivamente). Os vegetais cultivados nos quintais também têm usos destinados aos serviços ambientais, são madeiras, servem à alimentação animal, às tecnologias e à construção rural, nesta ordem de importância.

O quintal morroquiano é onde se encontra a maior parte da riqueza de espécies das unidades produtivas de T e S. Nos 12 quintais estudados, o número de espécies identificadas por quintal variou de 34 a 149 espécies, com uma média de 86,42 espécies por quintal.¹⁰ Este repertório consiste em 312 espécies vegetais diferentes (sendo 964 citações, ou seja, espécies citadas com repetição), demonstrando uma alta diversidade.¹¹

O índice de diversidade de Shannon-Wiener para os quintais de T e S em base 10 e em base e, sendo considerado o número total de citações (N) igual a 964, resultou nos seguintes valores: 2,3011 e 5,2985, respectivamente.¹²

A composição de espécies presentes no quintal morroquiano também demonstra a originalidade desta unidade de manejo com relação

¹⁰ Estudos realizados em quintais de várias regiões do Brasil, inclusive a região amazônica do Estado de Mato Grosso, revelam números muito menores. A média de espécies encontradas em 13 quintais de Aripuanã, no norte do estado, foi de aproximadamente 18 espécies (BRITO, 1996). Já Garrote (2004) encontrou em 19 quintais caíçaros do estado de São Paulo uma média de 64 espécies.

¹¹ A presença de maior ou menor riqueza de espécies vegetais ou animais no quintal *morroquiano* depende de uma série de fatores ambientais, socioeconômicos e culturais, mencionados anteriormente. De toda forma, vale a pena ressaltar que manter biodiversidade nas suas múltiplas dimensões no sistema faz parte da estratégia camponesa. A manutenção da biodiversidade em seus vários níveis está associada à diversidade de estratégias de produção, representa segurança alimentar, a redução dos riscos associados às oscilações climáticas, à aparição de pragas e doenças nos cultivos, o enfrentamento às transformações gerais do agroecossistema às oscilações no mercado de produtos agrícolas, etc.

¹² Observa-se que os quintais *morroquianos* apresentam uma alta diversidade de espécies, se comparados com valores encontrados em outros quintais camponeses de diversos lugares do mundo. Índices de diversidade considerados altos, analisados em um estudo comparado realizado por BEGOSSI (1996, p. 282-283), tiveram os seguintes resultados: 2,58 (base 10) e 5,95 (base e) para o uso geral de 472 espécies diferentes de vegetais (1.383 citações) junto a 29 informantes da Amazônia Peruana; 2,24 e 5,16 respectivamente para o uso geral de 335 espécies vegetais (2.727 citações) junto a 100 informantes de 9 comunidades de Jalisco-Colima no México; 2,20 e 5,07, respectivamente para o uso medicinal de 220 espécies vegetais (365 citações) junto a 17 camponeses do Brasil-Pará; 2,16 e 4,97, respectivamente para o uso medicinal de 150 espécies vegetais (170 citações) junto a 9 informantes da Tailândia. Já BRITO (1996), apresentou os valores de 2,22 e 5,12, respectivamente, para o uso geral de 228 espécies (483 citações), em 13 quintais do município de Aripuanã no norte de Mato Grosso.

à composição das espécies existentes na unidade produtiva como um todo, ou seja, 210 espécies vegetais são encontradas exclusivamente no quintal (50,48% do total de espécies manejadas pelos morroquianos são exclusivas dessa unidade de manejo). Ao analisar quintais de camponeses e imigrantes de T e S, Godoy (2004) conclui que a alta diversidade de espécies encontradas pode ser atribuída a fatores como o elevado conhecimento de uso dos vegetais da população local, a intencionalidade do agricultor e o agroecossistema em que se encontram.

Outra característica importante dos quintais é que 36,27% dos vegetais têm função multiuso. Plantas nativas encontradas no quintal como acuri, cumbaru, genipava, loreiro, ximbuva, por exemplo, podem apresentar até sete usos distintos.

Desde o ponto de vista das representações do grupo, o quintal morroquiano forma parte do domínio das mulheres. Percebemos que as mulheres desempenham uma forte participação e liderança na formação e manutenção dos quintais porque este espaço está associado ao bem-estar da família. A agrobiodiversidade manejada nos quintais assegura a complementação alimentar e fornece os produtos necessários ao cuidado com a saúde. Nos quintais, os vegetais e animais podem ser facilmente acessados para ser consumidos cotidianamente. Além disso, valores estéticos, culturais e sociais também são motivadores para que as mulheres mantenham o quintal sempre muito diverso e agradável.

A mulher desempenha importante função na introdução e manejo de espécies nesta unidade de manejo. Do total de espécies encontradas nos quintais, as mulheres foram responsáveis pelo acesso e o plantio de 73,99% do total e os homens, somente 23,08%.¹³ 2,94% do total das espécies correspondem à introdução de um vegetal no quintal por um componente da família que não a mulher.

Percebemos também que as mulheres trabalham a riqueza de espécies e os homens se dedicam mais à variabilidade genética. Quando

¹³ Dos 12 quintais analisados, em apenas duas unidades produtivas os homens foram os responsáveis pela aquisição e cultivo da maior parte dos vegetais. De acordo com as representações locais, os dois casos analisados não se caracterizam por ser quintais *strictu sensu*, tal como é convencionalmente definido, já que grande parte dos vegetais encontrados era nativo e também não apresentou expressividade de riqueza de espécies.

analisamos os vegetais introduzidos e manejados pelas mulheres, percebemos que elas gostam de plantar principalmente vegetais ornamentais e medicinais e, em menor quantidade, frutas e legumes; os homens se especializaram plantando fruteiras e as chamadas plantas de roça destinadas à alimentação e cultivadas nas pequenas roças existentes dentro dos quintais (chamadas localmente de ‘chacras’). Assim, observamos que as mulheres se dedicam à riqueza de espécies destinadas a usos diversos (alimentação e muitos outros) e uma menor variabilidade intraespecífica (variabilidade genética)¹⁴ entre as plantas conseguidas por elas. Já com relação aos vegetais introduzidos e manejados pelos homens, percebemos uma menor riqueza de espécies e uma maior variabilidade. Estas espécies trazidas pelos homens, destinadas principalmente à alimentação, são consideradas principais para a estratégia camponesa.

É possível, portanto, afirmar que o quintal comporta certa complementaridade de gênero com relação ao trabalho dispensado para a sua construção e manutenção. Ao mesmo tempo, regras de costumes relativas à divisão social do trabalho por gênero nos quintais podem ser quebradas por questões relativas a gostos pessoais e à função do quintal.

A composição da riqueza dos quintais de T e S é um processo dinâmico que envolve relações sociais em intensa rede de troca de sementes e propágulos. Baseados em JARVIS et al (2000), percebemos uma via principal de troca de sementes e propágulos das plantas do quintal. Esta via de troca de sementes é associada a outras formas de acesso como são as vias da coleta, da natureza e a caseira.

Analisando a circulação de propágulos através das distintas vias de troca, registramos 1.057 movimentos para os 1.037 vegetais encontrados nos quintais, sendo 54,30% do total de movimentos feitos através da via tradicional (envolve toda a rede familiar, inclusive os compadres, e de vizinhança, não restrita à localidade), 26,58% através da via da natureza, 10,41% através da via da coleta, 1,23% através da via caseira e 1,23% através da via formal.

Outra dimensão importante destas trocas foi que 39,92% dos movimentos foram produzidos no âmbito local (entre pessoas de T e

¹⁴ Os homens cultivaram 41 variedades diferentes dos cultivos alimentares e as mulheres somente 26 variedades distintas.

S) e na própria Morraria (entre pessoas das várias comunidades rurais que compõe esta região).

Fazendo a análise de gênero para observar os papéis das mulheres e homens na constituição deste espaço de diversidade, observamos que as mulheres mantiveram 51,01% dos movimentos de troca de propágulos, enquanto os homens mantiveram somente 15,91% dos movimentos e a família como um todo manteve 2,03% do total de movimentos de trocas de vegetais domésticos. Os outros 31,05% dos movimentos foram realizados através das vias da coleta, da natureza e caseira. Estes dados demonstram o papel das mulheres para a construção e manutenção deste espaço de diversidade.

As roças morroquianas como espaço de diversidade genética

A roça¹⁵ é considerada uma das unidades de manejo mais importantes das unidades produtivas morroquianas. Diferente dos quintais onde se encontra uma grande diversidade de espécies para vários usos, as espécies cultivadas e/ou manejadas nas roças são dedicadas quase que exclusivamente à alimentação. Do total de usos dados às espécies existentes estudadas, 85% correspondiam à alimentação humana e animal (74,62% e 10,38%, respectivamente). Os demais usos dados aos vegetais das roças eram dedicados, em ordem de importância, a outros usos, como aos serviços ambientais, às madeiras, aos remédios e ao uso tecnológico (15% do total de usos dados aos vegetais da roça).

De acordo com as representações camponesas, a roça representa o espaço de produção por excelência, diretamente relacionado com o sustento e com a reprodução da família e é um espaço praticamente dominado por homens, ainda que as mulheres tenham sua participação no processo. A produção de excedentes se busca como afirmação de sua identidade de morroquianos que, historicamente, se autosustentaram e ocuparam seu lugar na economia regional como lavradores e produtores de alimentos. A roça é o espaço construído

¹⁵ Os dados referentes a estas unidades de manejo foram coletados em profundidade em 8 roças de 7 unidades produtivas, além de informações referentes à diversidade e variabilidade presentes em outras 4 roças e informações gerais de 80 roças existentes em 28 unidades produtivas analisadas no conjunto da pesquisa de campo.

para garantir a perpetuação dessa identidade sendo, portanto, uma necessidade cultural.

Em geral, são utilizados o sistema de roça, derruba e queima, a rotação de cultivos, a manutenção de períodos de descanso, a seleção experimental e deliberada de uma variedade de plantas, árvores e outras espécies silvestres não cultivadas intercaladas ao cultivo principal. As roças podem ser mono ou policultivos de espécies e variedades.

A complexidade existente nessa unidade de manejo está expressa na riqueza de espécies manejadas em associação, na diversidade intraespecífica ou varietal, nos distintos períodos de plantio e nos diferentes usos dados a essas variedades.

Desde o ponto de vista das representações relacionadas ao lugar que cada uma das espécies ocupa na estratégia camponesa com relação ao sistema de produção a ser adotado, podemos afirmar que os morroquianos adotam um “modelo” central amplo e geral. Este modelo é formado por um conjunto policêntrico essencial composto por cultivos principais como o arroz, o feijão e o milho, associados à banana, mandioca e cana de açúcar (“não podem faltar na panela”). Este conjunto se apresenta a partir de diversas variações sobre as quais todos os outros cultivos estarão subordinados. Os outros cultivos presentes na roça e considerados secundários (“embelezam o prato”) são gergelim, batata-doce, inhame, cará, abóbora, feijão verde, jiló, pepino, quiabo, maxixe, mamão, melancia, abacaxi, melão, jaca, goiaba e laranja, amendoim, pimenta e outras. Muitos dos cultivos foram plantados nas roças por questões relacionadas a gostos pessoais e familiares, além de formar parte do repertório de ingredientes necessários na culinária local.

A relação subordinada dos cultivos secundários com os cultivos principais não significa que os primeiros careçam de importância no conjunto da atividade agrícola. Pelo contrário, são centrais para o enriquecimento da dieta do grupo. Os camponeses reconhecem que estas plantas “enfeitam o prato” e enriquecem sua dieta. Curiosamente os cultivos secundários são chamados localmente de “plantas de mulher”, ou também “miudezas” e “misturas”. Ainda que estas plantas formem parte do domínio das mulheres, também são plantadas e manejadas

por homens. Todavia, há de se reconhecer que estas plantas se encontram invisibilizadas no discurso dos agricultores. Woortmann e Woortmann (1997, p. 67) falam de uma hierarquia dos cultivos nos sistemas de produção camponeses, já que “existem aqueles mais e menos importantes, a depender de uma série de cálculos, como, por exemplo, o que se destina ao autoconsumo e o que se destina à comercialização tanto como ao consumo”. Almeida (2005) também observou este mesmo processo de invisibilidade de certos produtos da colheita de roças camponesas da Baixada Cuiabana no Estado de Mato Grosso/Brasil.

A instalação de uma roça obedece a uma lógica que organiza o espaço disponível de acordo com a estratégia adotada pela família, ou seja, a produção para o autoconsumo de alimentos importantes para o consumo humano e animal, associada a uma produção variada, a produção de um fundo cerimonial a ser usado nas festas de devoção aos santos, na dádiva e de excedentes destinados ao mercado. Nessa lógica também estão incorporados aspectos relativos às condições agroecológicas do lugar (tipo de terras, clima e calendário agrícola, principalmente), as condições socioeconômicas do agricultor (dieta, disponibilidade de mão de obra) e aspectos externos como a legislação ambiental, o mercado e os conflitos pela terra, por exemplo. Não existem roças iguais tanto numa mesma safra, como em safras anteriores. Uma característica relevante das roças é a demonstração de uma grande variedade de formas e estruturas horizontais e verticais.

Nas roças, a agrobiodiversidade se manifesta diferentemente das outras unidades de manejo, pois tem como uma de suas principais características a associação da diversidade interespecífica (principalmente a riqueza de espécies domésticas) com a diversidade genética.

Observamos a existência de 49 espécies diferentes nas oito roças estudadas, sendo 28 delas frequentemente cultivadas e 21 nativas. Se observamos a roça em sua totalidade, o número médio de espécies cultivadas por roça foi de 15,13, com uma variação de 9 a 21. O número médio de espécies nativas por roça foi de 4,5, com uma variação de 0 a 11.

Várias são as formas de manter e ampliar a diversidade varietal nas unidades produtivas. Os morroquianos mantiveram variedades

tradicionais historicamente utilizadas nas localidades e incorporaram algumas novas, melhoradas. Para manter ou aumentar seu repertório de variedades, os camponeses normalmente interatuam através das redes sociotécnicas em escala local (nas próprias comunidades rurais e em outras localidades da Morraria) ou regional (Cáceres e outros municípios do sudoeste do estado) e, inclusive, em escalas mais amplas. Realizam a seleção massal de variedades, a experimentação para a introdução de novos exemplares ao seu repertório, assim como várias formas de manejo da diversidade genética. Simultaneamente, os camponeses perderam variedades através de um processo significativo de erosão genética. Percebemos que na maior parte das unidades produtivas, mais de 50% do repertório de variedades cultivadas pelas famílias é tradicional ou “antiga”.

As famílias manejam uma variabilidade expressiva, com valores que oscilam entre 17 a 56 variedades tradicionais por unidade produtiva. Os cultivos de mandioca, banana, cana de açúcar e abóbora apresentaram o maior índice destas variedades por unidade produtiva analisada. Muitas das plantas tradicionais são parte integrante do sistema alimentar local, bem como da história do campesinato morroquiano.

Percebemos que o conhecimento detalhado que os camponeses têm das espécies e de suas variedades não está focalizado somente sobre a produção, mas também sobre o estoque, processamento, cocção e múltiplas qualidades como utilidade, gosto, cor, forma, simbolismos culturais e outros. Em muitos casos, percebemos uma maior interferência das mulheres no processo de manutenção de variedades, principalmente às relativas ao processamento e à cocção.

Utilizamos o Índice de Diversidade de Brillouin para comparar o conhecimento e o manejo de variedades entre os agricultores de T e S. De acordo com Peroni e Hanazaki (2002), agricultores que manejam um alto índice de diversidade têm um importante papel no sistema regional de agricultura de roça, derrubada e queima. Em geral, tendem a ter um melhor conhecimento e experiência sobre o sistema se os comparamos com aqueles com menor diversidade. A média de diversidade do Índice de Brillouin foi de $HB = 4,83$ com uma amplitude de $HB = 3,74$ a $5,62$. Estudos realizados por Peroni e Hanazaki (2002) entre os caiçaras do estado de São Paulo indicaram valores de HB entre $0,38$ y $3,03$.

Ressaltamos que a variabilidade citada não representa uma imagem da diversidade existente nas roças, já que a maioria das etnovariedades é plantada em baixa frequência, ou seja, poucas variedades podem ocupar a maior parte da área cultivada, principalmente entre as mandiocas, bananas e canas. Os camponeses mantêm um elevado número de etnovariedades em suas roças para funcionar como uma espécie de banco de reserva gênica particular.

Da mesma forma que nos quintais, percebemos duas vias por onde se realiza a troca de sementes destinadas às roças. A principal é a via tradicional, de onde as sementes provêm e são disseminadas pelos próprios agricultores, de camponês a camponês. Tradições culturais, tais como parentesco, compadrio e papéis de gênero para cultivos particulares têm uma importante função na mediação de tais aquisições. As sementes podem ser adquiridas graças à estratégia camponesa da experimentação e a percepção da necessidade de trocar sementes entre as roças.

A via formal resulta em poucos movimentos na rede de trocas local. Os camponeses de T e S acessaram milho e arroz proveniente da Secretaria Municipal de Agricultura; feijão, milho e arroz proveniente da empresa de pesquisa e extensão rural estadual (EMPAER) e mamona, proveniente de uma empresa dedicada ao complexo agroindustrial de produção de óleo vegetal que difunde pacotes tecnológicos, incluindo sementes melhoradas. Outra forma de acesso formal a sementes é através do comércio local (lojas de produtos agropecuários ou lojas de alimentos), principalmente de pepino, melancia, melão, milho e feijão. Como vemos, o sistema formal é composto por instituições públicas e privadas dedicadas à difusão de variedades melhoradas.

Os motivos que levam aos camponeses a trocar sementes utilizadas nas roças são: a) quando o camponês solicita sementes porque não dispõe de quantidade suficiente para cultivar a área planejada. Isso pode suceder devido à perda da safra de um ano por motivos climáticos como secas, o ataque de pragas ou mesmo por ter consumido ou comercializado toda a produção; b) quando o camponês solicita sementes ao considerar que deve trocar para manter a qualidade da variedade; c) quando o camponês solicita uma variedade desconhecida e pretende experimentá-la para enriquecer seu repertório de

agrobiodiversidade. Diferente dos quintais, onde a motivação para a troca se baseia principalmente na experimentação, as trocas de propágulos destinados às roças são motivadas pela experimentação, assim como pela necessidade direta de produção de alimentos primordiais para a sobrevivência familiar.

Da mesma forma que nos quintais, nas roças de T e S encontramos outras duas vias de troca: a da coleta, que se realiza quando os camponeses coletam mudas e sementes nas capoeiras altas e baixas de sua própria unidade produtiva ou de seus vizinhos, ou inclusive, nas ruas e sítios abandonados da cidade e da localidade. Através da via da natureza os camponeses manejam plantas espontâneas como o maxixe e o mamão, principalmente. Estas duas formas de acesso aos recursos genéticos, em geral, estão associadas a processos de sucessão secundária de capoeiras, demonstrando uma faceta a mais da importância dessas unidades de manejo para o sistema como um todo.

Observou-se um fluxo total de 412 trocas de sementes dedicadas às roças, sendo 81,55% pela via tradicional, 3,16% pela via formal, 3,40% pela via da coleta e 3,64% pela via da natureza.

Cabe ressaltar o papel desenvolvido pelos homens nesse processo. Dos 412 movimentos de troca executados, 89,56% do total foram realizados por homens e tão somente 10,44% das trocas foram realizadas por mulheres. Os homens foram responsáveis pela totalidade das trocas de milho, arroz, mamão, andú e feijão verde. Mais de 92% das trocas de cultivos como feijão, mandioca, cana e bananas foram realizados por homens.

Um fato importante a ressaltar é que as bananas e as canas foram trocadas principalmente no âmbito familiar e as demais sobretudo no âmbito não familiar. As mulheres, por sua vez, trocaram principalmente cultivos secundários (as “plantas de mulher”), em especial o abacaxi e a totalidade das sementes de algodão, em geral, conseguidas com os familiares quando as camponesas contraíram casamento. Se analisarmos o total de trocas das plantas principais e secundárias, observamos a importância da ação das mulheres nestas últimas (a exceção do mamão, o andú e os feijões verdes, mais acessados pelos homens). As mulheres também trocaram, em menor proporção, os demais cultivos principais, com exceção do arroz e do milho.

Os movimentos locais efetuados nas localidades de T e S e em outras localidades da Morraria representam 77,67% do total de trocas realizadas, sendo que somente 3,88% dos movimentos foram para fora da Morraria. Isso demonstra o papel da localidade e do território como espaços privilegiados de troca de sementes de roça entre os camponeses. Outro aspecto importante a ressaltar é que 57,28% dos movimentos foram feitos entre parentes (incluindo os compadres) e 24,27% dos movimentos foram efetuados entre vizinhos, conhecidos, amigos, etc.

Considerações finais

A análise dos fluxos de sementes nos indicou várias formas de troca realizadas pelos camponeses da Morraria que se mesclam com práticas culturais e sociais locais. Sementes podem ter sido selecionadas dos próprios cultivos da família agricultora, mantidas desde muitas gerações, presenteadas ou trocadas com outros agricultores locais ou regionais, compradas nos mercados locais, trocadas nos processos institucionais de difusão de espécies melhoradas e coletadas em capoeiras e outras unidades de manejo abandonadas.

No conjunto das representações sociais locais, a roça é lugar, por excelência, do homem, ainda que não seja um espaço exclusivamente masculino. Os homens detêm o controle da maior parte das atividades ali realizadas e da produção dos cultivos considerados os mais importantes para a reprodução da família. Da mesma forma e como acabamos de demonstrar, também controlam a troca de sementes. Já o quintal é um espaço essencialmente feminino (ainda que não seja exclusivo) e as mulheres são responsáveis por manter uma porção considerável da agrobiodiversidade presente nesta unidade produtiva. Esta característica demonstra um dos aspectos do valor intangível da agrobiodiversidade.

No interior da família camponesa se estrutura uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação e resultando em uma jornada de trabalho combinada entre os diversos membros da família. A força de trabalho na unidade produtiva é utilizada de acordo com seu valor de uso, de acordo com as habilidades

individuais e a divisão do trabalho por gênero. Percebemos mais uma complementaridade ou continuidade do trabalho na relação homem-mulher e dessas com os jovens e os velhos, do que uma oposição. Não existem, de maneira exclusiva, locais e atividades masculinas ou femininas, e cada um dos componentes da família tem graus distintos de participação nos mesmos espaços de trabalho, cada um realizando sua parte no mesmo processo. Assim, não existe exatamente uma oposição entre trabalho produtivo e reprodutivo, entre casa e roça e essas dimensões da vida possuem um caráter de continuidade (BRANDÃO, 1999; NOBRE, 1998).

Temos que reconhecer, todavia, que ocorre a existência de uma desvalorização do trabalho feminino que é invisibilizado, ainda que as mulheres participem das decisões e dispensem esforços para produzir e manter agrobiodiversidade, tal como os homens.

A estratégia definida pelas mulheres para construção e manutenção dos quintais está relacionada com as relações de dádiva, o gosto pessoal envolvendo sentimentos e inspirações, a busca de autosuficiência em alimentos relativa à segurança e à soberania alimentar, à inspiração na natureza e ao estabelecimento de redes de interconhecimento.

Não menos importante é a função alimentar da agrobiodiversidade sob responsabilidade das mulheres. De acordo com Dubois et al (1996), um quintal pode proporcionar aos camponeses uma provisão significativa de carboidratos, proteínas, sais minerais e vitaminas para sua dieta. O amadurecimento de frutas e outros produtos em diversos momentos do calendário agrícola assegura fonte de alimentos durante todo o ano.

Em muitos casos, o aporte protéico advindo da carne de animais de criação (galinhas principalmente, além de porcos) e ovos significa o abastecimento seguro e provisional em momentos de escassez da carne preferida, como é a carne bovina.

As mulheres dominam um grande espectro de conhecimentos sobre as plantas medicinais voltadas para a saúde da família, tanto as nativas como as cultivadas no quintal. Este conjunto de conhecimentos pertence às mulheres mais velhas, ainda que os homens também sejam grandes conhecedores. Associado ao acesso e manejo

do recurso vegetal medicinal, as mulheres também dominam os conhecimentos relativos às práticas de preparo, processamento e uso destes vegetais.

A abordagem agroecológica, que revaloriza os conhecimentos locais com diferenciação de gênero indica que as redes de inovação, comunicação e troca são importantes mecanismos mantidos a gerações por estes camponeses para garantir certa sustentabilidade de seus sistemas de produção e a permanência do grupo em longo prazo nos Cerrados da Morraria. Constata-se que os papéis diferenciados de gênero nas redes morroquianas de troca de sementes garantem diversidade de espécies e variabilidade dentro das espécies usadas, fato importante para a reprodução destes agricultores.

Referências

AGUIAR, Maria Virginia de Almeida. *El aporte del conocimiento local para el desarrollo rural: un estudio de caso sobre el uso de la biodiversidad en dos comunidades campesinas tradicionales del estado de Mato Grosso - Brasil*. Tese. (Doutorado em Agroecologia, Sociologia y Desarrollo Sostenible) - Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidad de Córdoba/España, 2007.

ALCORN, Janis B. Process as resource: the traditional agriculture ideology of Bora and Huastec resource management and its implications for research. In: POSEY, D. A. & BALÉE, W. (ed). *Resource management in Amazonia: Indigenous and folk strategies*. v. 7, *Advances in economic botany*. New York: NYBG, 1989, p. 63-77.

ALMEIDA, Roberto A. de. *Do tempo da terra comum ao espremimento. Estudo sobre a lógica e o saber camponês na Baixada Cuiabana*. Dissertação. (Mestrado em Antropologia. Brasília: UNB, 2005.

BEGOSSI, Alpina. Use of ecological methods in ethnobotany: diversity índices. In: *Economic Botany*. 50 (3). 1996, p. 280-289.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O afeto da terra*. Campinas: Unicamp, 1999, 175p.

BRITO, Márcia A. de. *Uso social da biodiversidade em quintais agroflorestais de Aripuanã-MT*. Tesis de maestria en Ecología e Conservação da Biodiversidade. Cuiabá: UFMT, 1996.

BROOKFIEL, Harold; STOCKING, Michael. Agrodiversity: definition, description and design. In: *Global Environmental Change*. 9. 1999, p. 77-80.

DUBOIS, Jean C. L.; VIANA, Virgílio M; ANDERSON, Anthony B. *Manual Agroflorestal para a Amazônia*. v.1. Rio de Janeiro: REBRAF, 1996.

GARROTE, Valquiria. *Os quintais caiçaras, suas características sócio-ambientais e perspectivas para a comunidade do Saco de Mamanguá, Paraty-RJ*. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais). Piracicaba: ESALQ, 2004.

GODOY, Daniela P. dos S. *Descrição e análise da estrutura dos quintais florestais na região da Morraria, Cáceres, MT*. Dissertação (Mestrado em Agricultura Tropical). Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2004.

GÚZMAN CASADO, Glória; GONZALES DE MOLINA, Manuel; SEVILLA GUZMÁN, Eduardo (coord). *Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible*. Madrid: Mundi Prensa, 2000.

JARVIS, D; MYER, L; KLEMICK, H; GUARINO, M; SMALE, A. H. D; BROWN, M; STHAPIT, B. & TODGKIN, T, (eds.). *A training guide for in-situ conservation onfarm*. Version 1. Rome/Italy: IPGRI, 2000.

MENDOZA GONZÁLEZ, J. *Los intercambios de semillas en las relaciones sociales: una estrategia para la conservación de plantas cultivadas*. Mérida: Centro de Investigación y de Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional, 2005.

NOBRE, Mirian. Gênero e agricultura familiar a partir de muitas vozes. Síntese do debate da oficina e do seminário de gênero e agricultura familiar. In: NOBRE, M.; SILLIPRANDI, Emma; QUINTELA, S.

& MENASCHE, R. (org). Gênero e agricultura familiar. In: *Cadernos Sempreviva*. São Paulo: SOF, 1998, p. 54-66.

PERONI, Nivaldo; HANAZAKI, Natalia. *Current and lost diversity of cultivated varieties, especially cassava, under swidden cultivation systems in the Brazilian Atlantic Forest*. Agriculture, Ecosystems and Environment. 92. 2002, p. 171-183.

PIMBERT, Michel. *Hacia el control y la participación democrática en el manejo de la biodiversidad agrícola*. Disponível na internet. Arquivo capturado em abril de 2006 (<http://www.biodiversidadla.org/content/view/full/7038>).

RAFI. *Confinamientos de la razón. Monopolios intelectuales*. Ottawa, 1997, 87p.

SABOURIN, Eric. Manejo da inovação na agricultura familiar do Agreste da Paraíba: o sistema local de conhecimento. In: SILVEIRA, L; PETERSEN, P; SABOURIN, E. *Agricultura familiar e agroecologia no semiárido. Avanços a partir do Agreste da Paraíba*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002, p. 177-200.

VEIGA, Iran; ALBALADEJO, Christophe. A formação do território a nível local e a emergência da ação coletiva. In: *Agricultura Familiar. Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*. v.1, n.3. Belém, 2002, p. 41-77.

WOORTMANN, Ellen F; WOORTMANN, Klass. *O trabalho da terra. A lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: UnB, 1997.

O trabalho das mulheres no sistema produtivo da várzea amazônica

*Iraildes Caldas Torres
Luana Mesquita Rodrigues*



Introdução

Nas comunidades tradicionais da Amazônia, a instituição familiar e as relações que dela resultam constituem-se no elemento fundamental na organização da economia. Embora as mulheres desempenhem um papel social importante na organização da economia doméstica, o seu trabalho não é reconhecido em algumas comunidades amazônicas.

O trabalho feminino realizado no espaço público do roçado não é considerado trabalho produtivo nos termos da sociologia do trabalho; é visto como uma ajuda ao marido no plano do complemento da renda familiar (MAUÉS, 1993; RIBEIRO e FABRÉ, 2003). Esta foi a ideia mestra e a indagação precípua que moveram nossos esforços nesta pesquisa: saber se a mulher trabalha ou ajuda dentro da unidade familiar.

No período conhecido como formação social da Amazônia que remonta às ideias dos séculos XVII e XVIII, sobretudo nos escritos de cronistas e naturalistas, as assimetrias de gênero passaram por um processo de exacerbação ou alargamento do corte sexista discriminatório. Segundo Torres (2005, p. 49), “o que existia aqui era uma nítida

divisão sexual do trabalho, mas não uma passividade nos moldes do patriarcalismo”.

Em muitas comunidades da várzea amazônica são as atividades pesqueiras e agrícolas que regem a economia local. Comunidades, nos termos de Wagley (1988), são grupos que se organizam para viver uma vida relativamente comum em seus aspectos sociais, econômicos e políticos. Esse autor considera que “é nas comunidades que os habitantes de uma região ganham vida, educam seus filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, tem suas superstições e seus tabus e são movidos por valores e incentivos de suas determinadas culturas” (WAGLEY, 1988, p.44). A comunidade faz parte da trajetória de indivíduos que perceberam que viver isolados ou sozinhos não seria a melhor escolha; se assim fosse, hoje o mundo não seria habitado e nem teriam sido construídas relações de desenvolvimento social que implicam no ser vivente (FERNANDES, 1973).

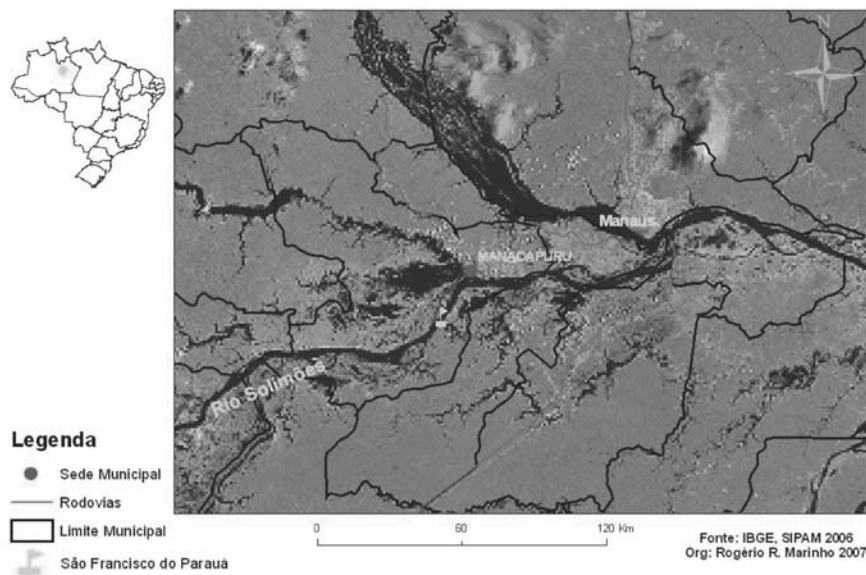
Esta pesquisa buscou verificar as clivagens de gênero presentes nas relações sociais dos moradores da comunidade de São Francisco do Parauá, em Manacapuru, Amazonas, colocando em visibilidade a divisão sexual do trabalho como um elemento central de exploração da mulher no sistema produtivo da várzea. Foram ouvidas seis mulheres e quatro homens moradores da comunidade, um professor e um agente de saúde, além de duas lideranças femininas e duas masculinas, perfazendo um total de dezesseis pessoas.

O município de Manacapuru está situado à margem esquerda do rio Solimões, fixado no encontro dos rios Solimões e Manacapuru. Possui uma população estimada em 73.304 habitantes, numa abrangência territorial de 7.335 km². Criado em 16 de julho de 1936, este município comporta inúmeras comunidades localizadas na área de várzea. Várzeas são áreas que sofrem uma dinâmica sazonal de cheia e vazante dos rios na Amazônia. Essas áreas estão localizadas às margens dos rios de água branca ou barrenta que possuem em sua suspensão um elevado teor de partículas rochosas, oriundas de processos erosivos. Essa situação confere às áreas de várzea uma característica muito peculiar, que é a de possuírem vantagens inquestionáveis do ponto de vista agrícola (STERNBERG, 1998; RIBEIRO e FABRÉ, 2003).

As comunidades da zona rural do município de Manacapuru têm na agricultura e na pesca suas principais atividades econômicas. Situada ao longo do Baixo Solimões, na margem direita a 35 km da zona urbana de Manacapuru, a comunidade São Francisco do Parauá é uma comunidade ribeirinha com população estimada em aproximadamente 128 moradores distribuídos em 27 domicílios.

Este estudo assume o propósito de descrever essa comunidade de São Francisco do Parauá colocando em relevo três aspectos analíticos: a divisão social do trabalho; as relações sociais no espaço público; e os níveis de consciência e participação política das mulheres nessa comunidade.

Localização da Área de Estudo



A divisão social das tarefas na comunidade São Francisco do Parauá

A divisão social das tarefas foi, ao longo da história, a categoria explicativa dos papéis de gênero. Estes papéis sexuais são construídos socialmente e vão sendo resignificados no processo histórico

de acordo com o *ethos* de cada sociedade. Em muitas comunidades ribeirinhas da Amazônia as diferenças entre os gêneros são bem demarcadas. Uma de nossas entrevistadas deixa claro que,

[...] Tem certo tipo de trabalho que só nós mulheres fazemos, por exemplo, raspar mandioca, plantar, colher, capinar. Eu planto milho, banana, jerimum, mandioca, melancia, maracujá, planto tudo. O meu marido não gosta, ele só gosta de plantar maracujá e macaxeira, o resto sou eu que faço (M.C. Pesquisa de campo/2006).

Parente (2003) considera que a agricultura é o elemento central da economia do grupo doméstico na região no Baixo Solimões. Trata-se de um conjunto de bens comestíveis que compõem o sistema agrícola de cultivo da mandioca, maracujá, malva, goiaba, mamão e feijão predominantemente naquela área, que é fonte de alimentação do grupo doméstico.

Na comunidade São Francisco do Parauá o trabalho da mulher, a sua participação é centrada nas atividades da roça. São elas que plantam o feijão, a melancia, o milho, a banana, o jerimum e outros bens. De acordo com Torres (2005, p. 154), “o significado social das atividades da mulher é bem mais diversificado e participante do que geralmente podemos supor. Além de realizar o importante trabalho de preparo do plantio, participa também das atividades de colheita da malva, piaçava, lavagem de juta, considerados trabalhos pesados”. Cabe a elas também a limpeza do roçado, que é feita periodicamente depois da plantação.

Além de trabalharem na agricultura, as mulheres cultivam hortaliças, frutas e leguminosas destinadas prioritariamente à subsistência da família. Mantêm plantação de pimenta de cheiro, cebolinhas, goiaba, mamão e feijão nos seus quintais. Somente quando há excedente é que as frutas e leguminosas são vendidas, com exceção da goiaba, que é cultivada unicamente para o mercado.

Embora tenhamos constatado a forte participação feminina na agricultura, este tipo de atividade não é visto como trabalho, é considerado uma atividade de ajuda que a mulher presta ao homem. Maués (1993, p.45) afirma que “embora a participação da mulher

na agricultura possa ser considerada como predominante, o homem também participa em larga medida desta atividade”. Ou seja, este fato acaba por colocar a mulher num lugar subalterno e de relativa dependência na comunidade. Isto pode ser notado na fala de uma de nossa entrevistada:

Eu ajudo o meu marido na roça porque eu nunca estou sozinha, é ele que sempre está na frente. Ele que roça, derruba o mato, carrega o saco de mandioca. Isso para mim é muito peso (S.A. Pesquisa de campo/2006).

Afrânio Garcia Junior (1983), em seu livro *Terra de Trabalho*, apresenta um estudo realizado em Pernambuco sobre a relação do trabalho familiar dos pequenos produtores periféricos na grande plantação canavieira. Este autor mostra que a situação das mulheres naquele canavial não é diferente da situação vivida pelas mulheres da comunidade São Francisco do Parauá. Mesmo que as mulheres, juntamente com as crianças, participem de atividades no roçado consideradas “próprias” para as mulheres, mesmo sendo algumas dessas atividades exclusivas das mulheres, como a plantação e a limpeza do roçado, este acontecimento não anula a percepção de que a mulher não trabalha no roçado. Ou seja, a classificação de trabalho é dada somente às atividades realizadas pelo homem. As atividades feitas pelas mulheres não são vistas como trabalho e sim como tarefa ou atividade subsidiária (NEVES, 1994), ou mera ajuda ao grupo doméstico. Este fato, porém, não incomoda as mulheres ouvidas nesta pesquisa. Ao contrário, elas consideram que seu dever é ajudar seus maridos. É o que nos revela uma de nossas entrevistadas:

Acordo cedo, lá pelas 6 horas da manhã, faço o café e os serviços da casa. Quando termino vou para o roçado, levo as crianças comigo; quando é 10 horas da manhã [sic] volto para fazer o almoço. Lá pelas duas horas volto para o roçado, aí já vou junto com o meu marido. Tem que ajudar, porque são muitos filhos para criar, só ele não dá, aqui todo mundo ajuda. Não me incomodo em ajudar (S.A. Pesquisa de Campo/2007).

Percebe-se claramente que a noção de ajuda é um plasma cristalizado no imaginário dessas mulheres. Trata-se de uma visão

naturalizada articulada por processos de grande alcance social, ancorada em substratos patriarcalistas e patrimonialistas de longa duração. Essa perspectiva de ajuda e de não reconhecimento do trabalho das mulheres é reforçada pela própria ciência, que vê nelas um apêndice do homem (NEVES, 1994; TORRES, 2005).

No que se refere ao tipo de trabalho que as mulheres da comunidade São Francisco do Parauá gostam de fazer, não resta dúvida de que é o trabalho fora de casa, posto que o trabalho doméstico é rotineiro e sem resultado. A explicação é dada por uma das mulheres entrevistadas:

O trabalho de casa é todo dia. Todo dia aquela rotina, é cuidar de menino, a gente arruma ali, arruma aqui, daqui a pouco já tem que arrumar de novo porque os meninos já bagunçaram. Na roça não, a gente faz o trabalho e pronto, é mais tranquilo (T.S. Pesquisa de campo/2007).

Waichman e Nascimento (2003) destacam que a responsabilidade pela captação da água no domicílio é da mulher, a qual percorre longas distâncias com a lata ou com o balde na cabeça subindo barranco acima. A nossa pesquisa mostra que é raro o domicílio que possui bomba para puxar a água do rio; é a mulher que carrega a água para a residência. Todo o trabalho de preparação da alimentação da família, lavagem de louça e roupa; a limpeza do quintal e o cuidado com os animais de pequeno porte como galinhas, patos e porcos; coleta das frutas para a comercialização e o cuidado com os filhos menores é de incumbência da mulher. Este tipo de divisão sexual do trabalho parece atender a um cânone de obrigação comum no âmbito da família amazônica.

A atividade de pesca geralmente é realizada pelos homens na comunidade, é uma atividade primordialmente de subsistência. Na época da cheia, entre maio e junho, esta atividade é intensificada, já que no período da piracema¹ aumenta a quantidade de peixes: ja-

¹ É o cardume de peixes que sobe as cabeceiras dos rios durante a vazante das águas para fins de procriação. Na época da piracema são vistos maior número de peixes em lugares muito próximos das casas da comunidade. Isto facilita a execução da atividade pesqueira.

raqui, pacu, sardinha, branquinha e muitos outros. Neste período os homens da comunidade veem a pesca como uma alternativa econômica, passando a comercializar seu excedente. Para Batista e Fabr  (2003, p.133),

na vida ribeirinha, o quadro socioecon mico de importância se mant m e se amplia, já que a dependência do recurso pesqueiro se torna maior, uma vez que representa não são uma importante gera o de renda local, mas também   fonte principal de proteínas para as famílias ribeirinhas. O peixe e a farinha de mandioca são alimentos do cardápio cotidiano do ribeirinho.

Algumas mulheres realizam a atividade da pesca somente por diversão, pois nessa comunidade específica da Amazônia o trabalho da pesca   eminentemente masculino. Os homens também fazem a retirada da madeira, o conserto do motor² de popa, a derrubada da mata para o plantio da roça, transportam produtos para serem comercializados e constroem acomoda es (chiqueiros, galinheiros suspensos e marombas). Ou seja, realizam trabalhos que requerem maiores dispêndios de força física, ao passo que as mulheres, juntamente com as crianças, dão sua parcela de contribui o nas constru es dessas instala es carregando as ferramentas para os homens executarem os serviços.

Percebemos que na comunidade São Francisco do Parauá as diferenças entre homens e mulheres são muito marcadas pelas desigualdades nas tarefas e nas oportunidades. Como afirma Perrot (2005), a situa o de assimetria de gênero está presente em todos os espaços sociais. Portanto, não   uma característica são desta comunidade.

As atividades realizadas pelas mulheres na comunidade são aquelas tidas como tipicamente femininas no âmbito do domicílio, tais como: lavar, passar, cozinhar e cuidar dos filhos; cuidar da horta e dos animais domésticos. No trabalho fora da casa elas se ocupam das atividades na agricultura, como vimos anteriormente. Elas plantam e limpam periodicamente seus roçados. Não resta d vida quanto

² Máquina monomotor que d  movimento e impulsiona a canoa que   uma pequena embarca o muito utilizada na comunidade.

à relevância que tem o trabalho da mulher na unidade de produção familiar, no entanto, elas não são visibilizadas. Algumas delas admitem que não realizam atividade alguma se seus maridos não tiverem presentes, uma vez que é destinado aos homens as atividades de destaque. Trata-se, como indica Scott (1991), de uma situação envolta às relações de poder, sendo este o primeiro elemento constitutivo das relações de gênero.

Observamos que a ideia sobre o que é “leve” e “pesado” está relacionada com a noção que os indivíduos têm sobre as atividades desenvolvidas dentro do sistema produtivo. Na esfera privada as mulheres realizam tanto as tarefas “leves” quanto as “pesadas”. As atividades pesadas estão presentes na plantação dos produtos agrícolas, limpeza do roçado, capinação, coivara, abastecimento de água para o domicílio percorrendo grandes distâncias, além de carregar seus filhos no colo em longas caminhadas de ida e volta da roça. Esta situação demonstra que as noções de “leve” e “pesado” rearticulam por construções culturalmente determinadas e, por isso, são relativas. Ou seja, estas diferenças “são fundadas em símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações diversas, presentes em conceitos que colocam em evidência as interpretações de símbolo, limitando assim suas possibilidades metafóricas” (SCOTT, 1991, p. 15).

Outra atividade de suma importância no sistema produtivo familiar e que conta com a participação da mulher é o mutirão, trabalho coletivo conhecido como ajuri³ ou puxirum. A mão de obra utilizada nas diversas atividades do sistema produtivo na comunidade São Francisco do Parauá é quase que exclusivamente desenvolvida tendo por base a estrutura de organização familiar. Estrutura familiar aqui entendida como a família ou o grupo social ligado por laços legais, por direitos e obrigações econômicas, religiosas e de outro tipo. Trata-se de uma rede precisa de proibições e de direitos sexuais além de uma quantidade variável e diversificada de sentimentos psicológicos tais como o amor, afeto, respeito, temor (LEVI-STRAUSS, 1980).

Há na unidade familiar da comunidade, objeto deste estudo, uma demasiada e extensa divisão sexual e social do trabalho que

³ Trata-se de um termo ameríndio.

envolve inclusive o auxílio de ajuda mútua entre seus vizinhos. Esta situação confere à família um *status* de ser ela a unidade elementar que dá sustentação às relações sociais de produção, nas quais o processo de trabalho é transpassado por significados simbólicos baseados num forte sistema de organização. Esse sistema supõe a existência de intensos laços de solidariedade visceral.

O ajuri, segundo Torres (2005), constitui-se numa prática social assaz antiga na Amazônia. Trata-se de uma prática que mobiliza várias pessoas como os vizinhos, amigos, compadres, comadres e conhecidos que prestam ajuda para salvar a roça de uma outra família que não possui mão de obra suficiente para dar conta da produção de determinado período. Isto pode ser constatado na fala de outra de nossas entrevistadas:

[...] eu falo com meu marido para marcar o dia que vai acontecer o trabalho, se tem trabalho muito grande chamamos três ou quatro pessoas, e a gente faz o trabalho em uma semana. Tem que ser rápido porque quando a água está subindo tem que dar o jeito de colher tudo. Você tem que se prevenir: segunda-feira você já prepara a alimentação para os trabalhadores comerem na terça-feira. A gente se acorda bem cedinho, faz o quebra jejum, organiza tudo para os trabalhadores. Eles vêm ajudar a gente e no final do dia a gente já deixa marcado o dia que vamos ajudar eles na sua roça (L.A. Pesquisa de Campo/2006).

Identificamos nesta prática de ajuda mútua fortes laços de solidariedade e cooperação entre as famílias da comunidade. Os moradores as denominam de ‘troca de dia’ ou o ‘dar o dia de serviço’. Essa cooperação ocorre numa relação de pactuação em que a família que necessita de auxílio tem a obrigação de retribuir àqueles que a ajudaram com o mesmo tempo de trabalho que recebeu em sua roça.

Outro tipo de ajuda mútua observada foi a parceria ou ‘meia’ que, segundo Candido (2001), é uma sociedade que consiste na entrega de uma parte da produção para a outra pessoa que ajudou na colheita. É ‘meia’ também quando determinada família utiliza os instrumentos de outra família para fazer seus produtos. Essa modalidade é constatada no relato de nossa entrevistada, abaixo relacionada:

Estamos trabalhando aqui na casa de farinha da vizinha porque o nosso roçado fica longe, e a nossa casa de farinha também. Assim nós usamos a casa de farinha dela para fazer a nossa farinha, e damos a metade da nossa, ou ajudamos ela a fazer a dela. A gente trabalha aqui porque é mais perto de casa. A gente se ajuda (A.A. Pesquisa de/2007).

Estamos diante de um sistema de troca assaz diferente do modo de produção capitalista vigente nas sociedades modernas. Trata-se de trocas simbólicas que envolvem relações humanitárias para além do parentesco e amizade. O alcance social no âmbito da solidariedade e da ajuda mútua é imensurável. Os estudos de Mauss (1988) sobre as economias das sociedades arcaicas dão conta de que o sistema de troca se funda em relações de reciprocidade afetivas, para além do aspecto utilitário das trocas materiais de bens e riquezas. Segundo Mauss (1988, p. 191), as trocas nas sociedades arcaicas se fundamentava no campo das relações de

[...] amabilidades, festins, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente, [...] tudo é complementar e supõe a colaboração das duas metades.

Constata-se, portanto, que a presença feminina na unidade do sistema produtivo é central. A participação da mulher é fundamental para a manutenção da família, a organização do mutirão ou ajuri é um exemplo cabal. Significa dizer que o papel da mulher é imprescindível para a sobrevivência material e imaterial da unidade família.

As relações sociais no espaço privado e a participação das mulheres no espaço público

Na comunidade São Francisco do Parauá todas as casas obedecem a um mesmo modelo arquitetônico de distribuição dos cômodos, dos móveis e das funções sociais que ali são desempenhadas. As semelhanças não existem somente no aspecto material, mas também

nos aspectos sociais mais íntimos do grupo doméstico. Pode-se dizer que a existência de padrões de comportamento dentro da casa está relacionada com o fato de ser a casa um espaço social onde acontecem fatos básicos inerentes à reprodução social como o ato sexual, o nascimento, a morte, o comer, o tratamento de doenças, etc (GARCIA JÚNIOR, 1983).

As casas da comunidade são construídas em área de várzea e, por isso, estão propensas a inundações. São construídas de madeira com assoalhos suspensos por barrotes. A divisão interna da casa é composta geralmente por três compartimentos: uma sala, um quarto e uma cozinha. Há algumas casas que possuem um cômodo externo, mas junto à habitação que consiste em uma área coberta por zinco ou palha onde fica o fogão de lenha da família, os recipientes de água armazenada, e as ferramentas usadas nas atividades produtivas. Outra construção comum entre as casas da comunidade é aquela que está fora da casa, no terreiro ou quintal: o banheiro também de madeira, a casa de farinha, o galinheiro e os canteiros.

A organização simbólica do mundo rural está atrelada às formas sociais de organização da casa, onde tudo está demarcado no tempo e no espaço. Conforme Bourdieu (1999, p.87), “a colocação da casa no espaço geográfico e no espaço social e sua organização interna representam um dos ‘lugares’ nos quais se articulam a necessidade simbólica ou social e a necessidade técnica”.

Na casa de nossa principal informante, assim como em todas as casas visitadas, as finalidades dos cômodos são múltiplas e seus significados simbólicos e funções sociais são bem definidas. A sala, por exemplo, é o lugar onde se recebem visitas (é na sala que o pai de família recebe as visitas). É no espaço da sala que se dá o contato com o estranho, com o outro, com o mundo exterior⁴ e onde se conversa com amigos, se estuda, conta-se estórias, recita-se versos. Pode servir também de dormitório, quando a família é muito numerosa. Serve ainda como espaço para a realização de algum ofício, como a costura

⁴ Ao analisar os padrões das casas em *Maison Kabyle*, Bourdieu (1999) demonstra que o lugar do estranho é o local masculino da residência, é aquele em que a luz do sol clareia mais durante o dia.

de roupa da família. A sala também serve como armazenamento da produção agrícola; é lá que são armazenados a farinha de mandioca, o milho, a farinha de tapioca. Ou seja, serve também como depósito de produção material da vida.

O quarto apresenta-se como algo inviolável, referência do pai de família e da mãe. Lá é o espaço da reprodução da vida, da procriação, das confissões, dos segredos mais íntimos de um casal. O quarto é um local obscuro, sendo ocupado somente à noite; configura-se como um espaço de oposição às significações da sala.⁵

No período do dia a sala ganha vida com suas atividades do cotidiano; é onde as pessoas conversam, discutem e animam-se. O quarto é destinado ao período noturno, é o lugar da imaginação, é onde se projetam os sonhos e as ilusões.

A cozinha é o espaço simbólico por excelência do trabalho da mulher, é tudo muito simples, tem poucos móveis. Geralmente há um fogão, uma mesa de madeira e os utensílios domésticos que na comunidade obedecem a um mesmo modelo de arrumação. Em todas as casas visitadas os utensílios domésticos (louças e panelas) ficam ordenados e pendurados na parede. Indagamos a uma das moradoras sobre o porquê da forma retilínea como se arruma os utensílios domésticos. Obtivemos a seguinte explicação: “arrumo assim porque fica mais organizado, tudo bonitinho, as coisas no seu devido lugar” (N.R.S, entrevista/2007). Pode-se notar que este padrão de organização é comum, ou seja, as formas sociais de organização da vida possuem ideias comuns a todas as mulheres da comunidade.

A cozinha é um ambiente carregado de simbologia e entrelaçado em relações que se expressam através de um conjunto de afazeres ditos femininos. Ela é também o lugar da divisão do trabalho entre os indivíduos mais novos, obedecendo ao princípio de organização.

Como a unidade de produção e de consumo é realizada pelo grupo doméstico, é “a mulher que determina a quantidade e a forma do trabalho necessária à manutenção da família” (WITKOSKI, 2007, p.

⁵ Neste caso é perceptível a relação de analogia que as casas da comunidade têm com *Maison Kabyle* (BOURDIEU, 1999). Os lugares onde se dorme e de realização do ato sexual são os locais mais escuros da residência, tanto por referência à “luz do dia” como à “luz da noite”. Em *Maison Kabyle* este também é o local do tratamento de doentes.

154). As jovens recebem orientação das mães sobre as atividades domésticas a serem desempenhadas. Elas são encarregadas de ajudar as mães nos serviços domésticos e a cuidar dos irmãos menores de oito anos. Já os meninos recebem a orientação dos pais. Eles executam atividades delegadas ao homem, como buscar madeira e fazer algum mandado na vizinhança, ajudam a buscar água no rio e nos trabalhos da roça. Esses jovens são tidos como essenciais para a manutenção do grupo doméstico e começam a ajudar seus pais muito novos, sendo que as meninas são requisitadas mais cedo que os meninos. Vejamos o que revela R.S., entrevistada nesta pesquisa:

[...] Fico até aperreada com tanta coisa pra fazer. Aqui todos trabalham, vou para o roçado com os meninos. Quando chego lá vou capinar, muitas vezes tem a carpina para fazer, depois vou raspar mandioca, raspo até meio dia, de meio dia para tarde tenho que vir, para ir para o colégio. Quando chego em casa faço o almoço mais do que rápido ou então é minha menina que faz, (filha mais velha) que agora já tenho uma menina de dez anos que faz o almoço e cuida da casa [...]. Ela também fica com os meninos (filhos mais novos) [...]. É tanta perturbação, trabalhar no roçado, ir para o colégio, cuidar das crianças. Isso aí tudo perturba (R.S, Pesquisa de campo/2007).

Segundo Bourdieu (1999), o homem credita à mulher o encargo da maior parte dos serviços da casa: o transporte da água, da lenha, a preparação da comida, a lavagem da roupa. Durante esses afazeres a casa fica totalmente vazia, porque ela é o espaço privado de atividade feminina; é também o espaço controlado pela mulher. Este fato é confirmado por um dos homens ouvidos nesta pesquisa. Vejamos:

A minha mulher cuida de tudo em casa, ela sabe tudo o que falta e o que não falta dentro de casa. Se falta um açúcar, um feijão ela avisa e eu tenho que providenciar; em casa quem administra é ela (R.C. Pesquisa de campo/2007).

Não é só a organização da casa que constroi espaços de gênero na comunidade São Francisco do Parauá. As ferramentas usadas no sistema produtivo estão para além do uso prático; elas possuem valores simbólicos e tecem as relações de gênero. É assim que “o circuito de

instrumento de trabalho atua simbolicamente, marcando posições na hierarquia, mesmo porque a divisão do trabalho no âmbito da família não é apenas técnica”(WOORTMAN e WOORTMAN 1997, p. 138).

Observamos que na comunidade São Francisco do Parauá os instrumentos de trabalho usados por homens e mulheres no sistema produtivo comportam assimetrias na sua utilização. Ferramentas como machados, foices, terçados e enxadas que são novos e, portanto, mais ágeis na produção, são do pai de família e indicam a categoria trabalho. O mesmo não acontece com as ferramentas usadas pelas mulheres. Conforme o tempo passa e as ferramentas vão sofrendo desgaste, tornando-se naturalmente menos ágeis na produção, elas passam a ser usadas no roçado ou no âmbito doméstico pelas mulheres, indicando assim a categoria “ajuda”.

Segundo Woortmann e Woortmann (1997, p 138) “existe uma homologia entre a série instrumentos e a série pessoas: instrumentos “plenos” e “marginais”; pessoas “plenas” e “marginais”. Note-se que existe uma relação entre a força física dos indivíduos que utilizam uma determinada ferramenta e a vida útil da ferramenta utilizada no processo de trabalho. A explicação para a diferença entre os instrumentos de trabalhos usados por homens e mulheres pode ser observada na entrevista dada por um dos homens ouvidos na pesquisa:

Bom, as mulheres quando vão para o roçado pegam o ferro menor, geralmente o mais usado, porque o mais pesado fica ruim pra elas. O terçado novo fica sempre com o homem, até porque é ele que trabalha mais no roçado, a mulher só dá uma ajuda (D.P. Pesquisa de campo/2007).

Observe-se que todas as atividades realizadas no espaço da casa, assim como a organização de sua economia, são de total incumbência da mulher. No entanto, as mulheres da comunidade São Francisco do Parauá não deixam de participar de atividades do roçado (como já dissemos), sendo que esse tipo de trabalho não é valorizado mesmo que elas participem de todas as atividades da roça. Outra diferença é que esse trabalho só é feito quando são cumpridas as suas obrigações no âmbito do espaço doméstico. Ou seja, a ajuda que a mulher dá ao marido e, por conseguinte, ao grupo doméstico,

é somente objetivada quando são exercidas primeiramente as tarefas socialmente prescritas como femininas.

Níveis de consciência e participação política das mulheres na comunidade São Francisco do Parauá

A comunidade São Francisco do Parauá é uma comunidade ribeirinha situada em terra de várzea. Nesta comunidade todas as relações sociais e econômicas giram em torno do grupo familiar. A mulher possui um papel relevante dentro da organização social local seja na organização de festividades de cunho religioso, seja na organização da economia doméstica.

As mulheres participam efetivamente das associações existentes na comunidade, a ADESC (Associação de Desenvolvimento Sustentável do Cururu,) que aglutina sócios de nove comunidades da Costa do Canabuoca. Estes associados estão distribuídas ao longo da margem do rio Solimões, em Manacapuru. Além de participarem da ADESC, muitas mulheres são também associadas da Colônia de Pescadores de Manacapuru.

São as mulheres que organizam as reuniões da associação participando efetivamente das suas discussões e encaminhamentos, conforme mostra uma de nossas entrevistadas:

Sou vice-tesoureira da associação da minha comunidade, sou sócia da ADESC⁶. A gente sempre está presente nestas reuniões que acontecem aqui. Eu e minha irmã, junto com o pessoal, fomos bater na Prefeitura para conseguir que o colégio funcionasse logo. Se for para o bem-estar da comunidade eu participo mesmo [...]. Participo da organização da Igreja também, quando tem festa somos nós mulheres que organizamos tudo. Também trabalho com as crianças na brinquedoteca daqui da comunidade (R.S. Pesquisa de campo/2006).

Observe-se que as mulheres são sujeitos importantes na organização política da comunidade, as quais já obtiveram significativas

⁶ Associação de Desenvolvimento Sustentável do Cururu.

conquistas, como é o caso da escola rural na comunidade que aglutina o maior número de alunos e professores, contribuindo assim para a qualidade do ensino. Como indica Costa (2005, p. 76),

a luta política altera as relações de gênero, mexe com as estruturas patriarcais. As estratégias das mulheres na luta política passam pelos problemas imediatos como creches para suas crianças, acesso ao serviço de saúde, acesso à educação, luta pela moradia, e não podem ser vistas como ingênuas ou conservadoras, porque dizem respeito a necessidades fundamentais de mudanças como cidadãs.

Outro espaço de efetiva participação das mulheres nessa comunidade é o campo religioso, seja na igreja católica ou na igreja evangélica existente no local. São elas que preparam e organizam as atividades festivas da comunidade. Ocupam-se da preparação da solenidade, a qual inclui não só a ritualística religiosa das missas e novenas, como também as atividades sociais de realização de bingos e leilão de arrecadação de dinheiro para o santo padroeiro. Apesar de haver a presença efetiva da mulher nas atividades religiosas da comunidade, quem dirige a igreja católica é um homem com a ajuda de uma mulher. Veja o que diz a Sra. R.C., ouvida nesta pesquisa: “nós nos reunimos para arrumar a igreja, limpar, enfeitar, arrumar tudo, organizar tudo, fazemos comida para arrecadar dinheiro pra festa. Fazemos isso quando tem alguma confraternização. Nós deixamos tudo em ordem” (R.C. Pesquisa de campo/2006).

De acordo com Maués (1993), a atuação da mulher no campo religioso se limita a ser uma espécie de extensão de suas atividades domésticas. A limpeza e ornamentação da igreja é uma continuidade das atividades feitas na esfera privada, situada no campo familista.

O campo familista da esfera privada não é reconhecido como trabalho produtivo pela própria sociologia do trabalho (KEGOART, 1991). Atividades como lavar, passar, cozinhar e cultivar plantas de pequenas hortaliças e de criações de animais domésticos, dentre outras, são consideradas tarefas tipicamente femininas. Para essa autora, estas tarefas foram sendo naturalizadas como de caráter feminino ao longo da história. Trata-se de uma certa mística feminina naturalizada no processo histórico, por isso, não é trabalho propriamente dito.

Em nossa pesquisa foi amplamente constatado que as mulheres desempenham um relevante papel na organização política da comunidade, participando fortemente das lutas reivindicativas. Segundo Costa (2005, p 73), “a literatura feminista que vem estudando a relação mulher x política vêm mostrando que as mulheres participam da política por caminhos que lhes são contingentes, dadas as suas condições de vida e das possibilidades que se lhes oferecem”. Seu papel é significativo, uma vez que muitas possuem cargos de liderança. Pode-se dizer que elas assumem características de cooperação: ora elas estão na luta, muito fortemente, ora são donas de casa sob a tutela do marido.

Historicamente a subordinação feminina esteve ancorada no conceito de patriarcado que explicava e legitimava a relação assimétrica entre homens e mulheres. A partir dos anos de 1980 este conceito explicativo das relações binárias entre os sexos começou a entrar em inflexão. Hoje o patriarcado já não é suficiente para explicar as relações de gênero nas sociedades ocidentais. Conforme Torres (2005, p. 24-25),

as relações de gênero são transversais e relacionais, elas só existem dentro do universo das relações sociais e do movimento contraditório que interage na vida de homens e mulheres [...]. É preciso admitir que o conceito de relações de gênero é mais abrangente e mais adequado para dar conta da complexidade que envolve ambos os sexos e as relações que se estabelecem no tecido social.

A autora nos explica que no período colonial, sob os auspícios da política pombalina, o patriarcalismo se encarregou de moldar um comportamento submisso e passivo à mulher amazonense. Não obstante a isto, é preciso deixar claro que “os aspectos de submissão e passividade feminina compõem o quadro de construção sexista desde os tempos imemoriais e encontram seus fundamentos na cultura do patriarcado,⁷ portanto, não é uma nuance da mulher amazonense”

⁷ A origem do patriarcado ainda é polêmica nas Ciências Sociais, mas num ponto todos os autores concordam: ele tem início no momento em que se dá o controle sobre as funções sexuais e reprodutivas das mulheres (COSTA, 2005).

(TORRES, 2005, p. 30). A mulher ideal era aquela confinada à esfera privada, destinada a ser mãe e a cuidar dos filhos. Portanto, culturalmente a esfera privada é de domínio exclusivo da mulher e sua “entrada na esfera pública, seja através do trabalho ou de outro tipo de prática social e política, será marcada por esse conjunto de representações do feminino” (NEVES, 1994, p. 65).

Para Scott (1991), o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças entre os sexos. Na verdade, “o gênero é o primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1991, p.03). Ou seja, as relações assimétricas ou as diferenças estabelecidas entre homens e mulheres dão sustentação às relações de poder exercidas pelo homem na sociedade, na medida em que ele aparece como figura proeminente em relação à mulher.

À guisa de conclusão pode-se dizer que os fatores socioculturais entrelaçados às relações de gênero revelam que o *status* da mulher na comunidade pesquisada ainda é tecido na ambiguidade. Embora sejam elas que organizam a família e a comunidade, os poderes e a visibilidade delas na esfera pública são quase nulos. Este fato credita a elas uma relativa subordinação às relações de poder exercidas pelo homem. Questões como a melhoria na qualidade de ensino para seus filhos e melhoramento de práticas para maximizar a produção agrícola contam com a efetiva participação feminina na comunidade, mesmo assim as mulheres ainda não são valorizadas como detentoras de poder. Aos poucos elas podem ir ganhando espaço e assim poder reescrever sua história neste particular mundo que é o vale amazônico.

Referências

BOURDIEU, Pierre. A casa *Kabyle* ou o mundo às avessas. In: *Cadernos de Campo*. n.8, ano IX. São Paulo, 1999.

BATISTA, V. da S e FABRÉ, N. N. A Pesca e o Peixe na Várzea, conflitos e conservação. In: *SAS - Sistemas Abertos: uma alternativa de gestão socioambiental na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2003.

CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida*. 7. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2001.

COSTA, Heloisa.L.C. *As mulheres e o Poder na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2005.

FERNANDES, Florestan. *Comunidade e sociedade: leitura sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Ed. Nacional, 1973.

GARCIA, Jr. Afranio, R. *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KEGOART, Daniele. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das relações dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY - BULPORT, Andrée et al. *O Sexo do Trabalho*. Tradução de Sueli Tomazini Cassal. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra. 1991

LÉVI-STRAUSS, Claude. *A família, origem e evolução*. Porto Alegre: Villa Martha Ltda, 1980.

MAUSS, Marcel. Ensaio Sobre a Dádiva. Forma e razão das trocas na sociedade arcaica. In: *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo: Edusp, 1988.

MAUÉS, Maria Angélica Motta. *Trabalhadeiras e camaradas: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica*. Belém: EDUFPA, 1993.

NEVES, Magda Almeida. *Trabalho e cidadania: as trabalhadoras de Contagem*. Petrópolis,RJ: Vozes, 1994.

PARENTE, V. A Economia da Pesca na Produção de Várzea: sobrevivência das famílias ribeirinhas. In: *Sistemas Abertos: uma alternativa de gestão socioambiental na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2003.

RIBEIRO, M. O; FABRÉ, N. N. Diversidade Amazônica: Ocupação e Uso dos Ambientes de Várzea. In: *SAS - Sistemas Abertos: uma alternativa de gestão socioambiental na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2003.

STERNBERG, H. O'Reilly. *A água e o homem na Várzea do Careiro*. 2 ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betania Ávila. Recife, 1991, (mimeo).

TORRES, Iraildes. C. *As novas amazônidas*. Manaus: EDUA, 2005.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos tropicos*. Tradução de Clotilde da Silva Costa. 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, 1988.

WAICHMAN, A.V. e NASCIMENTO, G.S. O uso da água na várzea: a contradição ribeirinha. In: *SAS - Sistemas Abertos: uma alternativa de gestão socioambiental na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2003.

WOORTMANN, Elen. F. e WOORTMANN, Klass. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: UNB, 1997.

WITKOSKI, Antônio. C. *Terra, Floresta e Água: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Manaus: EDUA, 2007.

Relações de gênero e poder no assentamento rural Arariba da Pedra - Cabo de Santo Agostinho - Pernambuco

*Hersilia M. Cadengue de Oliveira
Mariomar Almeida*



Introdução

O presente artigo surgiu a partir da tese de Doutorado *Relações de gênero e poder no cotidiano das mulheres assentadas no município do Cabo de Santo Agostinho (PE)* e da Dissertação *Gênero e desenvolvimento sustentável: estudo junto a assentados e assentadas em Cabo de Santo Agostinho, Mata Sul de Pernambuco* e procura enfatizar a posição das agricultoras (que elas ocupam no âmbito) nas unidades domésticas, tendo como pano de fundo as relações de poder existentes no cotidiano das famílias e a construção do projeto de vida no assentamento. O estudo procura também destacar a importância do desenvolvimento de uma agricultura que respeite o meio ambiente e contribua para a saúde dos consumidores, além de incrementar a renda dos produtores.

O texto apresenta um estudo de caso realizado no assentamento de reforma agrária Arariba da Pedra, no município de Cabo de Santo Agostinho, que sofreu intervenções do Centro das Mulheres do Cabo. A pesquisa de campo foi realizada em dois momentos distintos, inicialmente no período de 2002 a 2004, e novamente no período de

2005 a 2008, durante a coleta de dados para a elaboração da Dissertação de Mestrado e Tese de Doutorado, respectivamente. Em ambos os casos os métodos e técnicas empregados foram aplicação de questionário e entrevistas semiestruturadas, observação do cotidiano do assentamento e diário de campo.

O trabalho inicialmente apresentará a inserção da mulher em seu âmbito, bem como a integração das mulheres nas políticas públicas voltadas para a área rural, mais especificamente para a agricultura familiar, que também terá suas especificidades desenvolvidas. Em seguida será descrito o contexto histórico da área onde está situado o assentamento, bem como a principal organização atuante na região vinculada diretamente à questão de gênero e desenvolvimento rural. Depois traçaremos a formação histórica do assentamento Arariba da Pedra, incluindo as questões de gênero, bem como as condições de infraestrutura, a habitabilidade do mesmo e a descrição de um projeto produtivo desenvolvido no assentamento e que serviu de base inicial para a pesquisa acerca das questões de gênero, poder e do cotidiano das mulheres assentadas. As considerações finais apontam a necessidade de se incentivar ações locais e que contribuam para o desenvolvimento rural e tanto quanto para que as mulheres modifiquem as tradicionais relações de gênero, o que para elas não significa ocupar o lugar do homem, mas conquistarem seus próprios espaços.

Desenvolvimento

A história mostra que a condição da mulher foi estruturada de forma particular no tempo e no espaço, em cada civilização, assumindo traços e peculiaridades segundo valores, cultura, religião e tradição de cada época. Isso é o que se chama de cultura de gênero, que na tradição das sociedades ocidentais designa às mulheres o limite do espaço privado, no qual não se criam direitos políticos nem cidadania; e cabe ao homem o domínio dos espaços públicos - espaços da produção. No Brasil, ainda, há uma ideia de que a mulher é um apêndice do homem, e, concretamente, em vários casos - especialmente na área rural - ela não possui nenhum documento, como por exemplo, certidão de nascimento, carteiras de identidade e profissional, que a torne oficialmente uma cidadã.

Com a modernidade, porém, novos horizontes vêm sendo des-cortinados pelas mulheres que, aos poucos, estão ocupando os espaços públicos, principalmente, ao aumentarem sua participação no mercado de trabalho e a sua capacidade de mobilização em busca do direito à cidadania. Vale ressaltar que, apesar de a mulher estar rompendo barreiras, o faz, em geral, sob o signo da inferioridade e da sub-valorização que o sexo feminino representa em relação ao masculino, isto é, ocupando as posições inferiores - recebendo salários menos compensadores e, geralmente, não aspirando aos postos de comando ou exercendo tarefas que constituem prolongamentos dos trabalhos domésticos, ou tarefas repetitivas que exigem atenção e paciência, destreza e minúcia, resistência à monotonia, qualidades socialmente definidas como próprias da força de trabalho feminino (SOUZA-LOBO, 1991; SAFFIOTI, 1996; HIRATA, 2002).

Assim, apesar da invisibilidade das mulheres, por muito tempo, nas políticas públicas, elas são hoje contempladas em uma série de políticas e programas sociais implementados pelo governo brasileiro, o que mostra a preocupação dos representantes do poder público com a questão de gênero. Esses programas, apesar de serem insuficientes e terem seus limites, têm beneficiado as mulheres rurais no tocante ao acesso a terra, ao crédito, aos benefícios previdenciários e ao programa federal de combate aos efeitos da seca, por exemplo.

Um dos grandes marcos do início das conquistas para o segmento feminino da população foi a promulgação da Constituição de 1988, a qual assegurou a universalização dos direitos humanos sem fazer distinção entre os sexos, já que em seu artigo 5º consagrou a igualdade de todos perante a lei. No artigo 226, §5º reconheceu explicitamente a igualdade entre homens e mulheres na família e no artigo 189, parágrafo único, dispõe sobre a igualdade de direitos entre homens e mulheres na obtenção de título de domínio ou de concessão de uso de terras para fins de reforma agrária (BARSTED, 2002).

Pela primeira vez na história do Brasil, as trabalhadoras rurais tiveram os mesmos direitos previdenciários que os trabalhadores rurais do sexo masculino, uma vez que a Constituição de 1988 estabeleceu, também, o piso de um salário mínimo para todos os trabalhadores rurais e os seguintes limites de aposentadoria por idade: para os homens,

60 anos, e para as mulheres, 55 anos. Garantiu ainda os direitos das trabalhadoras rurais, em regime de economia familiar, independentemente de serem ou não, essas trabalhadoras, chefes ou arrimos de família. Permitiu-se às trabalhadoras, ainda, a contagem do tempo de trabalho realizado antes da publicação da lei que homologava tais direitos, mesmo que elas não tivessem contribuído, previamente, para nenhum sistema previdenciário (DELGADO; CARDOSO, 2000).

Um outro avanço em termos de política agrícola e de equidade de gênero diz respeito à criação, em 1996, do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, no âmbito do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, e vinculado, atualmente, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O programa busca propiciar condições de melhoria da capacidade produtiva, de geração de emprego e de renda dos agricultores familiares e de suas famílias (BARSTED, 2002).

Com o objetivo de reduzir as desigualdades entre mulheres e homens, no processo de produção no campo, o MDA, por meio da Portaria nº 121 de 22 de maio de 2001, determinou que 30% dos créditos do PRONAF (Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar) fossem, preferencialmente, concedidos às mulheres (BARSTED, 2002). O MDA, levando em consideração que somente cerca de 12% dos lotes assentados distribuídos possuíam a titularidade em nome de mulheres, determinou que 30% do Fundo da Terra e da Reforma Agrária sejam destinados a elas e que em todas as demais documentações finais de concessão da titularidade conste o nome do casal: “essa mudança fortalece a posição de retaguarda das mulheres, já que aumenta a probabilidade de que, caso se separem, se divorciem ou fiquem viúvas, possam garantir a metade da propriedade comum à qual têm direito nos termos da maioria dos regimes de casamento” (DEERE e LEON 2003, p.104).

O posicionamento do MDA baseia-se no princípio de que a superação da desigualdade entre os gêneros requer o equilíbrio entre mulheres e homens em termos de recursos econômicos, direitos legais, participação política e relações pessoais, o que pode ser impulsionado na medida em que a perspectiva de gênero seja incorporada nas políticas públicas.

Já o PRONAF expressa o reconhecimento, por parte do Estado, da grande importância da agricultura familiar para a revalorização do meio rural, uma vez que a mesma tem demonstrado ser possível unir a eficiência econômica com a “eficiência social” (GUANZIROLI et al, 2001), contribuindo para construção de melhores condições de vida (MARQUES, 2002) pois incorpora, em sua gênese, atributos cuja natureza envolve a adesão a valores éticos e morais.

A agricultura familiar aparece como um dos modelos para o desenvolvimento agrícola, possivelmente, o mais justo, tanto diante das desigualdades sociais e econômicas e do ponto de vista socio-ambiental, quanto pela grande capacidade que teria de responder à situação de crescente empobrecimento de grandes contingentes da população rural brasileira, de fornecer alimentos para o mercado interno com produção diversificada e de democratizar o uso da terra (PORTELLA; SILVA; FERREIRA, 2004).

No âmbito da agricultura familiar, por sua singularidade de reunir no mesmo lócus às tarefas condizentes com a esfera da reprodução e da produção e por ser organizada a partir da família e para a mesma, podemos observar as diferentes esferas de manifestação das desigualdades em nosso país: gênero, classe, raça, geração e região. Essas questões não apenas atravessam e dão forma à agricultura familiar e, também, do desenvolvimento no Brasil, mas, sobretudo, nos desafiam a pensar as questões da agricultura familiar para além da esfera estritamente econômica.

Pesquisas já realizadas sobre a participação das mulheres na produção doméstica de alimentos, sua contribuição para a renda familiar, sua participação no processo de tomada de decisão e seu acesso à terra apontam para a existência de uma grande assimetria entre os sexos, além de assinalarem a subordinação do trabalho das mulheres nas atividades produtivas e a sub-valorização do mesmo nas esferas reprodutivas (DEERE; LEON, 2002) e enfatizarem a necessidade de reconhecimento da importância da contribuição das mulheres para a superação de tais assimetrias.

Ressaltamos, assim, que a agricultura familiar, como unidade produtiva, é complexa, pois abriga as mais diversas relações no seu interior: entre jovens e adultos, pais e filhos, homem e mulher, entre irmãos e, fi-

nalmente, entre marido e mulher; envolvendo situações afetivo-sexuais, emocionais ausentes no cotidiano de outras unidades produtivas. Pessoas e situações múltiplas se apresentam com necessidades, habilidades e aspirações diferentes, seja por sua condição biológica, seja por sua condição de gênero ou por sua posição na pirâmide etária. Desse modo a família não pode ser vista como um todo homogêneo e não conflituoso. Muito pelo contrário, é exatamente no seio dessa nova família que se observam os conflitos e a busca pela solução destes.

Mas observamos que as mulheres, mais do que os demais membros da família, tendem a abrir mão dos seus interesses pessoais em favor do projeto familiar, e é exatamente o que representa a luta pelo pedaço de terra “para morar e trabalhar” (WANDERLEY,2003).

No momento atual, o fundamental é considerar que novos conflitos se tecem a partir das experiências vivenciadas no cotidiano, que disputas de poderes se constituem no interior das famílias e que tudo indica que essa tensão é ainda maior quando a questão de gênero é debatida.

Contextualizando o estudo

Como já argumentado anteriormente, as políticas implementadas pelos governos não têm sido suficientes para responder às questões de gênero e de gerações. Tal fato abre espaço para a ação das organizações não governamentais - ONG's no planejamento e implementação de programas e projetos que visam ampliar o exercício da cidadania por parte dos grupos antes excluídos.

Como referência de tais atuações, temos a ação do Centro das Mulheres do Cabo - CMC - emergente das lutas populares e da explosão do movimento de mulheres na década de 1980, fundado em 25 de março de 1984, com sede no Município do Cabo de Santo Agostinho (CMC, 2003).

O Centro tem a finalidade de lutar contra as desigualdades de gênero e de afirmar a cidadania feminina, melhorando a qualidade de vida da mulher e de seus familiares não só pela geração de renda, mas com trabalho de conscientização por intermédio de cursos, treinamentos e orientação desde a saúde até seus direitos na sociedade

para a mulher da área urbana ou rural. Vale ressaltar que o CMC não se dedica exclusivamente às mulheres, mas a toda a sua família.

A referida organização desenvolveu em áreas de assentamentos de reforma agrária do seu município sede o Programa Gênero e Desenvolvimento Local Sustentável (PROGEDES) e buscou estimular a autonomia das assentadas e de suas famílias por meio do incentivo e apoio técnico à diversificação de culturas da produção familiar, ao beneficiamento dos seus produtos e a comercialização destes.

O Cabo de Santo Agostinho apresenta condições de clima e de solo particularmente favoráveis à exploração agrícola. Desde a década de 1970 o município vem sendo alvo de projetos de governo que estimulam a diversificação da economia e, de modo pontual, um redirecionamento da questão agrária por meio do parcelamento de terras. O município do Cabo de Santo Agostinho ainda tem na monocultura da cana de açúcar sua força econômica. Ao predomínio da cana associa-se a concentração da estrutura fundiária onde, ainda hoje, alguns grandes proprietários possuem uma extensão elevada da terra de agricultura embora, atualmente, haja no município um número significativo de pequenos proprietários, inclusive por conta de reassentamentos e ações da reforma agrária.

Tais ações de reforma agrária são postas em prática a partir da década de 1990, quando a busca pela diversificação fundiária e agrícola toma impulso na área do município com a implantação pelo INCRA e pelo Fundo de Terras de Pernambuco - FUNTEPE de assentamentos rurais, com incentivo à agricultura familiar e à substituição da cana de açúcar por outras culturas associadas ao criatório em pequena escala.

Mesmo se mantendo a cana de açúcar como atividade comercial dominante na região, nota-se o desenvolvimento de outras culturas exploradas pelos assentados, normalmente cultivos temporários, como a mandioca, macaxeira e também árvores frutíferas que servem para a alimentação humana e animal. A produção de alimentos e a de outras culturas comerciais sempre existiu e se conservou em áreas marginais não propícias ao cultivo da cana, normalmente, em mãos de pequenos e médios proprietários.

É nesse contexto, mais especificamente, a partir de 1998, que proliferaram novos assentamentos rurais dentre os quais o assentamento em estudo - Arariba da Pedra.

O assentamento Arariba da Pedra

O assentamento Arariba da Pedra situa-se a 67 km da sede do município do Cabo de Santo Agostinho e possui uma área de 512,50 hectares. As famílias de assentados receberam do INCRA, por meio de decreto, em 18/9/1996, o título de posse da terra. Uma parte de seus assentados é formada por antigos moradores da usina de Massauassu, falida na década de 1990, que recebeu os lotes como forma de pagamento de dívidas trabalhistas, e os demais são provenientes da própria Zona da Mata (Sirinhaém, Escada, Rio Formoso), do Agreste (Gravatá e Limoeiro) e Sertão de Pernambuco (Ibimirim, Sertânia e Custódia); estes últimos abandonaram seus municípios, principalmente, devido à escassez de água.

Como parte dos assentados é formada por ex-moradores/trabalhadores da usina falida os quais receberam a parcela como forma de pagamento de dívidas trabalhistas, várias famílias já moravam e desenvolviam as suas atividades onde hoje está situado o assentamento. Estas atividades eram normalmente divididas entre todos os membros da família, não excluindo nem as mulheres, nem as crianças.

Nós já morávamos, a gente trabalhava na cana. Todo mundo trabalhava, menos minha mãe, e só não ia porque era muito doente. Nem da casa ela tomava conta sozinha, a gente sempre ajudava. Daí quando a usina fechou, a gente não tinha nada, mas tinha um dinheiro para pegar, coisa que não tinham nos dado (pago) no tempo certo. Daí, ficamos com a terra. Quando teve a invasão tivemos muito medo, medo de perde a terra para eles, afinal a gente não tinha nada, e precisava sobreviver, comer, vestir... [sic] (Entrevista, 2007 - Arariba da Pedra).

As mulheres também estavam presentes entre os que vieram de outras regiões, junto com maridos e pais, desde a ocupação da área. E os atuais assentados reconhecem a importância desta presença desde o processo de ocupação e na fase inicial dos assentamentos, ressaltando o papel de incentivadoras e aglutinadoras dos sonhos da família, bem como a resistência delas frente às situações inóspitas vivenciadas. Nesse inicial, as mulheres se responsabilizavam pelo preparo da alimentação do grupo, pelas lutas por educação para as

crianças e por saúde para todos, ao mesmo tempo em que trabalhavam na agricultura.

No início foi ruim, ficar na lona, não tinha água, tinha nada. Mas tinha que aguentar para poder dar uma vida melhor para meus filhos. Teve hora que eu quis ir embora, mas a mulher não deixou. Ela lembrou da fome que estávamos passando antes e que aqui todo mundo podia trabalhar na terra, eu, ela e os meninos maiores. Ela trabalhou muito, tanto quanto eu. (Entrevista, 2007 - Arariba da Pedra).

Apesar, porém, da afirmação anterior, essa relativa equidade entre os companheiros e companheiras de luta, observada durante o processo de luta pela conquista da terra, perde significado nos assentamentos quando a participação feminina se torna surpreendentemente restrita. O fato da baixa participação das mulheres no ambiente dos assentamentos não representa um comportamento “naturalmente” feminino. Nada existe na natureza das mulheres que as torne menos participativas. Se isso ocorre, deve-se às barreiras à participação erguidas a partir das relações sociais e de gênero e do código de valores que as sustentam. Estes fatores, juntamente com o estabelecimento nos lotes, têm implicações de gênero, a partir do retorno, em muitos casos, à tradicional divisão sexual do trabalho na organização das unidades familiares de produção.

Esta realidade nos leva a corroborar a premissa colocada por Lavinas e Carneiro (1987) de que a participação política das mulheres nas lutas sociais se dá, com grande frequência, quando a sobrevivência do grupo familiar se acha ameaçada seja pela falta de perspectiva no futuro, seja pela dificuldade de sobrevivência no lote e, normalmente, em momentos em que os papéis atribuídos a cada sexo são transitoriamente atenuados e os espaços que lhes são reservados tornam-se imprecisos.

As condições de habitabilidade no assentamento em estudo podem ser consideradas deficitárias, uma vez que o mesmo apresenta vários problemas. Existe somente uma estrada de barro que dá acesso à via principal, sendo esta de difícil tráfego e sem iluminação. Tais condições facilitam a ação de bandidos, gerando insegurança entre os

moradores da área. A situação é mais grave no período da colheita da cana de açúcar quando, além de pessoas foragidas, que normalmente já buscam esconderijo nas redondezas, circulam pela redondeza muitas pessoas estranhas que são contratadas como bóias-frias.

É com base nesta dificuldade de acesso ao assentamento que muitos problemas existentes na área são justificados pelos agentes externos e que o conformismo da população com as condições de vida no local é alimentado.

Um exemplo disto era a justificativa, apresentada tanto pelos órgãos públicos quanto reproduzida também pela população, baseada na distância e no acesso para a ausência constante, na área, de médico para assistência à população. Desde o início do assentamento só havia atendimento de quinze em quinze dias ou uma vez por mês, quando havia, ocorrendo inclusive de passar até mais tempo sem que o profissional fosse trabalhar.

A única coisa em relação à qual se sentem beneficiados é porque o INCRA entregou o assentamento com moradia pronta e uma escola de 1ª a 4ª série, na qual suas crianças estudam. Após o ensino fundamental, todavia, ocorre a preocupação por não existir nenhuma escola próxima para a continuação educacional. A alfabetização de adultos fica inviável por causa da insegurança, professores da região não se prontificam a lecionar à noite e durante o dia os alunos adultos têm que trabalhar.

Projeto Produtivo - A fábrica de Polpa de Frutas

No assentamento Arariba da Pedra o CMC, em conjunto com os assentados, optou pelo desenvolvimento de uma agroindústria de polpa de frutas e o plantio de maracujá. Desse modo, no início de julho de 2002 os participantes do projeto receberam do CMC sementes de maracujá, estacas, arames e cercas a fim de plantar em 4.5 hectares para, gradativamente, chegar a 7ha. Além do investimento necessário para o plantio do maracujá, foi construída uma estrutura de alvenaria, respeitando todos os critérios da vigilância sanitária, para absorver a fábrica de polpa de frutas, com capacidade de 38.180 kg de produção e um poço artesiano. Também foi realizada a aquisição

de uma bomba d'água para fazer a irrigação da área de plantio e garantir que a fábrica de polpa tenha água encanada; uma máquina de fazer polpa; um dosador e três *freezers*.

Vale ressaltar que o projeto não visava só beneficiar aqueles que participam dele, mas estimular tanto o desenvolvimento local do assentamento, quanto a busca da autonomia financeira com qualidade de vida para a comunidade. Partindo desse princípio, a fábrica comprava frutas dos outros moradores do assentamento que não participavam do projeto.

Os técnicos do CMC orientaram os assentados na comercialização das polpas, incentivando-os e acompanhando, principalmente os jovens, a outras cidades para oferecer as polpas em sorveterias, restaurantes, escolas de prefeituras, etc.

O grande obstáculo enfrentado por esse projeto, desde a sua implantação e pelos atuais gestores da fábrica de polpa de frutas, é a não regularização de seu funcionamento. Somente a partir da regularização da fábrica é que o produto pode receber o selo de qualidade e, assim, ser mais facilmente comercializado. O selo de qualidade é o certificado de origem e da forma como as polpas foram produzidas, ou seja, é o certificado de garantia de um produto de qualidade e seguro para o consumo.

O grupo participante era inicialmente formado por cinco casais, existindo uma pressão por parte dos maridos para as mulheres participarem mais ativamente. Entre as mulheres, uma se destaca pela presença decisiva, iniciativa e empolgação para com o projeto, o que não significa apatia por parte das demais. As dificuldades, principalmente na comercialização da polpa, geraram um afastamento dos assentados do projeto. Hoje praticamente apenas uma família mantém a fábrica de polpa em funcionamento, se responsabiliza por tudo. Os demais assentados, apenas fornecem (vendem) a matéria-prima que será utilizada na fabricação da polpa.

Relações de gênero no assentamento

No assentamento em estudo, como na maioria dos assentamentos brasileiros, ainda hoje, poucas agricultoras conseguem uma divisão

de tarefas domésticas igualitária, na qual os maridos se preocupem tanto quanto elas com o funcionamento da esfera doméstica. Concordamos com Schaaf (2003) quando afirma que, geralmente, elas tendem a criar os espaços para a participação “driblando” o tempo, de modo que elas fazem muitas atividades ao mesmo tempo, ou em outros horários, para não “sacrificar” o tempo da família com as atividades externas à unidade familiar.

Assim, para participar dos encontros, antes de sair, elas se sobrecarregam de trabalho, deixando pronto o máximo que podem e, quando voltam, têm de fazer todo o trabalho que não executaram durante sua ausência. Tudo acontece dentro de um espaço legitimado do papel feminino, que pouco a pouco vai sendo ampliado.

Quando eu quero ir pra uma reunião ou participar de treinamento, seja aqui no assentamento, ou mesmo fora, eu corro com todas as coisas que tenho que fazer. Deixo tudo meio pronto e as meninas sabem o que é pra fazer. Mas mesmo assim quando volto tem muita coisa pra botar em dia. É uma canseira danada, mas é assim mesmo. Nada vem fácil, tudo vem com muito sacrifício (Entrevista, 2007 - Arariba da Pedra).

É no cotidiano, entre o trabalho produtivo, o reprodutivo e as atividades comunitárias que podemos observar como essas mulheres, mesmo realizando práticas repetitivas que estão impregnadas de poderes socialmente construídos e sedimentados, conseguem criar mecanismos para intervir e influenciar nos espaços decisórios. Isso se dá, muitas vezes, de forma discreta e não linear; em alguns momentos avançando e, em outros, retrocedendo ou simplesmente estacionando.

As coisas não são sempre iguais. Ele sempre mandou nas coisas, mas tem momentos em que eu, nem digo nada, mas faço as coisas aos poucos. Vou convencendo ele do que eu quero, sem brigas, sem gritos. Vou com jeitinho. Prometo fazer as coisas antes de sair, quando quero ir ao CMC, ou a outro local. Minha prima espera sempre que o marido saia pra ela poder sair. Ele não deixa, mas ela sempre espera a hora certa pra sair sem ele saber. Ou pede, com jeitinho, numa hora que ele tá com os amigos. Ele quer mostrar que ela só faz as coisas se ele deixar, daí concorda para se amostrar, e ela pega ele na palavra. Ela

me ensinou a fazer isso, e dá certo. É só saber a hora certa de falar (Entrevista, 2007 - Arariba da Pedra).

Com respeito às mulheres que participavam do projeto e das reuniões do CMC ou das associações e/ou cooperativa, ratificamos o argumento de Schaaf (2003) de que elas aos poucos expandiram seu espaço de negociação. No início buscaram a aprovação dos maridos e a superação de seus próprios sentimentos de culpa e, com o passar do tempo, o antigo “pedir” permissão aos maridos’ vai se transformando em ‘negociação com os maridos’, ou seja, elas começam a perceber a participação como um direito.

Apesar de, em várias ocasiões, ficar nítido para nós, pesquisadores, que a participação feminina é limitada por constrangimentos fundados nos papéis de gênero os quais as impedem de se ausentar livremente do assentamento, não é apenas essa a justificativa encontrada por elas. As colocações muitas vezes refletem o grau de politização de cada uma das entrevistadas. Algumas mulheres compreendem a não participação de outras na associação e/ou nas reuniões, convocadas para discutir benefícios para as áreas dos assentamentos, como sendo simples falta de interesse, de vontade.

É de suma importância, no entanto, apontar que, para algumas das entrevistadas, essa “falta” de vontade e/ou ausência nas reuniões, ou mesmo o fato de estarem presentes mas não externarem publicamente as suas opiniões, na realidade, representa uma estratégia da qual elas fazem uso visando conquistar espaços sem, contudo, enfrentar diretamente os maridos e pais. Para estas mulheres, não importa tanto quem fale, se ela ou o seu parceiro, ou mesmo que seja ele tido como o tomador de decisões, o chefe da família. Apesar delas se considerarem sujeitos ativos e desejarem cada vez mais serem vistas desse modo, o que na realidade mais importa para elas é o fato de colaborarem com a melhoria da qualidade de vida de todos, com o projeto da família.

É muito bom ser escutada... considerarem o que estávamos dizendo, eu e as outras mulheres, para depois tomar as decisões, porque antes a gente não falava muito nas reuniões, ficava só escutando, quieta lá no canto, aqui não, a gente tinha que falar,

que agir, dependia de todos para dar certo, para poder ter o pedaço de terra da gente, então todo mundo passa a ser importante (Assentada - Arariba da Pedra).

A gente sempre decide junto. Aprendi que não dá certo quando eu fico falando muito... eu digo o que acho ...se eu falar muito ele não faz. Mas ele sempre escuta. É só dizer como se não quisesse nada... como se tivesse só falando. Tem vez que precisa mostrar na prática, fazer em um pedaço pequeno, para depois que ficar bom, ele ver que é bom. Daí ele faz no resto. E daí ele agi como se a ideia tivesse partido dele, não de mim. Mas isso não me importa. Que diferença faz que se ele quer dizer que foi ele? O que importa é dá certo. É melhorar as coisas para gente. Só não gosto quanto ele não quer me levar em consideração. Isso não aceito [sic] (Entrevista, 2007 - Arariba da Pedra).

O projeto implantado no assentamento não visava apenas no resultado em benefícios financeiros aos assentados, além de orientá-los para um melhor aproveitamento técnico dos seus lotes, levando sempre em consideração a preservação e conservação do meio ambiente local, o estímulo à cidadania, como também contribuir para a autonomia das mulheres e de suas famílias, incitar o trabalho em grupo conscientizando os assentados da importância da união na obtenção do desenvolvimento local (ALMEIDA, 2005).

A atenção com o meio ambiente, foco das ações do programa, deve-se à ideia de desenvolvimento local sustentável aceita pelo CMC, na qual

desenvolvimento local é entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local. Assim se trata de um esforço localizado e concertado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais (JESUS, 2003, p. 72).

E o conceito de sustentabilidade

é inerente ao conceito de desenvolvimento. Um desenvolvimento não sustentável – ou seja, que não viabiliza a conservação da adaptação – é um movimento assinérgico e, portanto, poderia ser crescimento, assim como poderia ser criação, destruição, mas não poderia ser desenvolvimento (FRANCO, 2002, p. 51).

Partindo desses princípios e o cuidado com o meio ambiente, houve preocupação, inicialmente por parte dos técnicos do CMC e posteriormente dos assentados, em evitar a utilização de agrotóxicos e incentivar o uso de insumos orgânicos. Tais medidas contribuíram para o aumento da renda familiar por meio da venda desses insumos - os quais têm favorecido a regeneração do solo do assentamento - (adubo e ração para as criações produzidas a partir das cascas de frutas trituradas) para outros assentamentos da região.

O cuidado na gestão dos recursos básicos (incluindo os naturais) - em nível local - necessários para prover o contínuo sustento humano é algo que as mulheres vêm exercendo há muito tempo nos mais diferentes ecossistemas.

Para Sen (2000), a participação feminina nas atividades agrícolas “podem ter uma influência decisiva para o funcionamento da economia e das disposições sociais relacionadas” e “a compreensão do papel feminino no desenvolvimento do meio ambiente, particularmente na conservação dos recursos naturais” (2000, p.234) é de fundamental importância. Quando a sociedade absorver que, ao evitar infringir as mulheres e o meio ambiente todos sairão ganhando, pode ser que isso não ocorra em curto prazo, mas com certeza levará a um modo de viver regido por mais respeito e dignidade.

Frente às pressões do desenvolvimento que lhes impossibilita alimentar-se, vestir-se e prover a moradia digna de suas famílias (OLIVEIRA, 2001) é que as mulheres reivindicam, em nome das suas famílias, nas comunidades rurais, o direito de sobreviver e de subsistir. Nesse processo de luta as mulheres vêm conquistando novos espaços, mesmo que seja lentamente. Tal espaço é cada vez mais reconhecido por todos, uma vez que as mesmas almejam não apenas o seu crescimento individual, mas o crescimento de todos ao redor.

Para os autores com textos sobre o desenvolvimento sustentável (HARCOURT, 1994; SACHS, 2002, 2004; SHIVA; MIES, 1997; SHIVA,

2003), as mulheres são ouvidas como as vozes da resistência e como as repositórias da visão e do conhecimento criativo que devem ser conceitos ocidentais avaliados de uma tomada de partido (se não substituir) de como produzir e para controlar a base do recurso natural. Eles propõem, ainda, a utilização de novas estratégias do desenvolvimento baseadas nas práticas mais pluralistas e igualitárias, sensíveis ao papel do conhecimento, da cultura e de gênero.

As mulheres destacaram-se ao optarem substituir os agrotóxicos e os insumos químicos pelos adubos naturais e não prejudiciais ao meio ambiente. Ao terem noção dos riscos que tais insumos traziam para a natureza e para a saúde dos consumidores, incluindo suas famílias, não usariam mais, não ofereceriam frutas com “veneno” para as pessoas. A melhor aceitação e preço de comercialização dos produtos orgânicos foram fatores que favoreceram a tomada desta decisão.

Durante o período em que o CMC coordenou o projeto na área houve vários treinamentos, além das reuniões semanais e a presença diária de dois técnicos do CMC. Essas atividades eram processos de capacitação, tais como:

- a) Curso de capacitação em associativismo e cooperativismo;
- b) Curso de capacitação em comercialização de produtos agropecuários;
- c) Curso de capacitação em planos de negócios.

Essas capacitações incluíam as visitas a outros locais com experiência similares, instituições e cooperativas cujo funcionamento os assentados demonstravam interesse em conhecer, como por exemplo:

- Organização das Cooperativas de PINDORAMA - Penedo/AL, visitadas por representantes de Potozi e Arariba de Baixo.
- A Colônia de Pescadores em Goiana e a Cooperativa UNILEITE - Caruaru, ambas em Pernambuco, receberam representantes de Potozi, Arariba de Baixo e Arariba da Pedra.

A partir dessa vivência grande parte das mulheres e alguns homens mostraram um forte desejo de voltar a estudar, de conhecer coisas novas e de trocar mais experiências com outras agricultoras que

desenvolveram projetos bem-sucedidos, procurando um maior acesso às informações e de não depender de pessoas externas (técnicos) ao assentamento para dar continuidade às atividades de gerenciamento dele. Outro forte estímulo foi incentivar os filhos a terem também uma melhor escolarização e, mesmo assim, continuarem trabalhando a terra. A preocupação com a educação das crianças se refletiu na reivindicação de melhores condições educacionais para elas no âmbito do assentamento.

De acordo com Almeida (2005), a ação do CMC serviu, também, para resgatar a autoestima dos participantes, em especial das mulheres, e não apenas capacitar e gerar esperanças. Tal situação pode ser observada no decorrer das capacitações e reuniões, nas quais os assentados, em especial as mulheres, já não apresentavam vergonha de expressar suas vontades e sabiam dizer “não” a um mau-fornecedor ou a qualquer agente externo ou interno, e se permitiam negar quando uma proposta não era positiva para elas e para o grupo.

Almeida (2005) também ressaltou que no assentamento, durante as reuniões, quando os homens estavam ausentes, as mulheres eram mais dinâmicas, participativas, chegando a um denominador comum para os problemas existentes. O mesmo, todavia, não acontecia quando as reuniões contavam com a participação masculina. Nesses casos, elas normalmente retraíam-se, esperando muitas vezes as colocações dos maridos, pais e companheiros, ou até mesmo por um sinal de aprovação deles, numa atitude de insegurança. Almeida (2005) aponta ainda que ao analisar profundamente as relações de gênero vivenciadas na área, com suas continuidades e rupturas, percebeu que a insegurança e a fragilidade os atingem igualmente, como descreve Perrot (1998, p. 92): “o acesso das mulheres ao domínio público reforça-se, a ponto de se ter podido falar de ‘feminização do mundo’, já que essa ‘invasão’ das mulheres às vezes provoca angústia de seus parceiros, ansiosos com sua própria identidade”.

As entrevistadas deixaram claro, também, a dificuldade que sentiam em quebrar padrões culturais estabelecidos secularmente na nossa sociedade, como é o caso de “ganharem” o espaço público - cooperativas, órgãos públicos, etc. - , mas ressaltaram que tal fato se faz necessário até mesmo diante da evolução dos tempos. Manifestaram o desejo

de participarem mais ativamente das decisões tanto no âmbito privado quanto no público, valorizando a importância de evitar desentendimentos no seio da família. Ou seja, elas querem ser reconhecidas como sujeitos de suas próprias vidas, mas não estariam dispostas a sacrificar a família. Para tanto, procuram estabelecer novas relações de poder sem, contudo entrar em choque direto com os maridos e pais.

Considerações finais

Destacamos a grande importância e impacto que a implantação da fábrica de polpa teve na vida dos assentados, e, em especial, das mulheres e dos jovens. A partir das capacitações, debates e das reuniões, elas obtiveram maiores informações sobre seus direitos. Sobre os aspectos técnicos da produção e comercialização, vivenciaram um espaço, agora público, no qual puderam expor as suas ideias e opiniões e serem escutadas, o que contribuiu para o aumento da autoestima e da abertura do mercado de trabalho para ambos. Tais resultados se refletem nas mudanças nas relações de gênero e geração existentes na área do estudo. Salientamos que, apesar das alterações ocorridas, ainda existem continuidades no âmbito de tais relações, não sendo elas de todo transformadas.

As entrevistas realizadas deixaram clara a dificuldade que as mulheres sentem em quebrar padrões culturais estabelecidos secularmente na nossa sociedade, como é o caso de “ganharem” o espaço público - cooperativas, órgãos públicos, etc. -, mas ressaltaram que tal fato se faz necessário para que se alcance um melhor equilíbrio nas relações entre homens e mulheres. Deixaram explícito o desejo das mulheres de participar mais ativamente das decisões, tanto no âmbito privado quanto no público, considerando a importância de evitar desentendimentos no seio da família. Ou seja, elas querem ser reconhecidas como sujeitos de suas próprias vidas, mas não estão dispostas a sacrificar a família. Apesar das mulheres se ressentirem com o fato de, muitas vezes, não serem consultadas ou não terem suas opiniões levadas em consideração pelos maridos, nos momentos das decisões quanto ao que, como, onde, quando e de que modo produzir e comercializar, o que mais importa para elas é a realização

a contento do projeto familiar, é a conquista de uma “estabilidade” socioeconômica e da oportunidade de crescimento/ascensão para todos, em especial dos filhos.

As entrevistadas foram unânimes em dizer que as participações tanto na luta pela terra, em busca do sonho da família, quanto nos projetos de desenvolvimento foram muito importantes para que elas se sentissem em condições de debater com as demais pessoas (pais, mães e companheiros) as questões de gênero, principalmente as limitações impostas ao seu ir e vir, a sua participação nas decisões e o fato de não reconhecerem mais o seu trabalho no lote apenas como ajuda.

Como nos foi dito pelas entrevistadas, quando elas buscam modificar as relações de gênero, não estão em busca de assumir o lugar do homem, estão na realidade lutando para terem o seu espaço reconhecido, para serem vistas e tratadas com equidade em relação aos homens, e não mais como subordinadas a eles. Querem que esta equidade seja reconhecida tanto pelos membros, em especial pelos homens, da unidade familiar de produção, como por toda a sociedade, incluindo-se aqui os técnicos que desenvolvem atividades na área.

Esperamos que os resultados aqui apresentados possam contribuir para a definição de políticas públicas para os assentamentos, assim como para uma melhor e maior compreensão dos processos de desenvolvimento local sustentável envolvendo questões de gênero.

No presente momento o projeto passa por dificuldades. A partir do encerramento do financiamento externo e, conseqüentemente, da redução do apoio intensivo do CMC, os assentados não têm conseguido geri-lo a contento. Salientamos, porém, que houve um grande empenho por parte dos técnicos do CMC, durante a fase de intervenção mais ativa, para que os assentados desenvolvessem um bom nível de autonomia. Essa deficiência de autonomia contribuiu para que parte da melhoria de qualidade de vida conquistada retrocedesse e, com isso, vários assentados se afastassem dos projetos, retornando às suas antigas formas de produzir e adquirir renda, ou seja, produzir cana de açúcar e/ou ser trabalhador deste setor.

Mesmo diante do exposto acima, recomendamos que trabalhos como este, desenvolvido pelo CMC, sejam incentivados e ampliados para outros assentamentos, pois apesar das dificuldades de trabalhar

em grupo, dos limites das políticas públicas para as mulheres agricultoras e das experiências em alterar essas condições, as quais têm um resultado lento, se as mulheres persistirem atuando nos espaços públicos, observaremos que favorecerão não só às suas famílias, mas também à inclusão social e a uma cidadania para o desenvolvimento local sustentável do Estado.

Referências

ALMEIDA, M. M. T. *Gênero e desenvolvimento sustentável: estudo junto a assentados e assentadas em Cabo de Santo Agostinho, Mata Sul de Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local). Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX), Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2005.

BARSTED, L.L. Gênero e legislação rural no Brasil: a situação legal das mulheres face à reforma agrária. In: *Integração da Perspectiva de Gênero no Setor da Reforma Agrária*. Brasília: MDA, INCRA das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO (Projeto de Cooperação Técnica - TCP/BRA/8922), 2002. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/_htm/genero/>. Acesso em 24 set. 2003.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. 12. ed. v.2. Brasília: UnB, 1999.

BRANCO, A; LUBAMBO, C. V; GARCIA, M. V. *Capacitação em Gênero e Gestão Social*. 2 ed. Recife/Brasília: FUNDAJ/ MDA/ INCRA, 2001.

CENTRO DAS MULHERES DO CABO. *Relatório de atividades período janeiro de 2001 a julho de 2003 - projeto 3844 - promoção do desenvolvimento sustentável e equidade de gênero em assentamentos rurais e área urbanas marginais da Mata Sul de Pernambuco - Brasil*. Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, 2003, (mimeo).

CPRH - AGENCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. *Perfil socioeconômico e ambiental - Cabo de Santo Agostinho*

PE. Disponível em : < <http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/pnma2/projeto-orla-cabo/1.introducao.pdf>> Acesso em 23 ago. 2007.

DEERE, C; LEÓN, M. *Empoderamento de mulher: direitos a terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

_____. Gender differences regarding assets: land property in Latin America. In: *Sociologias*. n.10. 2003, p.100-153.

DELGADO, G; CARDOSO, J.C. (coord). *A Universalização de Direitos Sociais no Brasil: A Previdência Rural nos anos 90*. Brasília: IPEA, 2000.

FRANCO, A. de. *Pobreza & Desenvolvimento Local = Pobreza & desarrollo local*. Brasília: ARCA Sociedade do Conhecimento, 2002.

GUANZIROLI, C. et al. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond. 2001.

HARCOURT, W. Negotiating Positions in the Sustainable Development Debate: Situating the Feminist Perspective. In: HARCOURT, W. (ed). *Feminist Perspective on Sustainable Development*. London/New Jersey/Rome: Zed Books Ltd/SID, 1994, p. 11-25.

HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

JESUS, P. Desenvolvimento Local. In: CATTANI, A. D. (org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 72-75.

LAVINAS, L; CARNEIRO, M. J. *Mulheres: Espaço Adquirido/Espaço Permitido na Luta pela Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.

MARQUES, P E. M. Reflexões sobre os impactos das intervenções da linha infraestrutura do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). In: *Anais do VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural*. Porto Alegre, 2002 (CD-ROM), p.1911-1921.

MELO, H. P. de; CAPPELLIN, P; CASTO, E. G. *Agricultura familiar nos assentamentos rurais: as relações entre as mulheres e os homens - o caso do Pontal de Paranapanema*. Rio de Janeiro: FAO/INCRA, 1996.

OLIVEIRA, H. M. C. *Relações de gênero e poder no cotidiano das mulheres assentadas no Cabo de Santo Agostinho (PE)*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 2008.

_____. *Organização das mulheres e estratégia de sobrevivência no semiárido: o caso de Caraíbas - Arcoverde/PE*. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 2001.

PERROT, M. *Mulheres Públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.

PORTELLA, A.P; SILVA, C; FERREIRA, S. *Mulher e trabalho na agricultura familiar*. Recife: SOS CORPO - Gênero e Cidadania, 2004.

SCHAAF, A. Van der. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. In: *Sociologias*. n.10. 2003. Disponível em < www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-5222003000200014-8&script=sci_arttext&tlng=pt > Acesso em 15 ago. 2005.

SACHS, I. *Desenvolvimento - incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. *Caminhos para o desenvolvimento sustentado*. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 2. ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHIVA, V. *Monoculturas da mente - perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.

_____. MIES, M. *Ecofeminismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TEDESCO, J. C. *Terra, trabalho e família - racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WANDERLEY, M. de N. B. “Morar e trabalhar”: o ideal camponês dos assentamentos de Pitanga (estudo de caso no Nordeste). In: MARTINS, J. de S. *Travessias: estudo de caso sobre a vivência de reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p.203-246.



Parte III

**MOBILIDADES, JUVENTUDES E
RELAÇÕES INTERGERACIONAIS**



Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das Esposas, Mães e Namoradas dos Migrantes Sazonais do Município de Tavares, PB

*Marcelo Saturnino da Silva
Marilda Aparecida de Menezes*

*Mirem-se no exemplo
Daquelas mulheres de Atenas
Guardam-se pros seus maridos
Poder e força de Atenas*

*Quando eles embarcam soldados
Elas tecem longos bordados
Mil quarentenas
E quando eles voltam, sedentos
Querem arrancar, violentos
Carícias plenas, obscenas*

Chico Buarque

Várias pesquisas (Alves, 2007; Menezes, 2009; Novaes, 2007; Silva, 2007) estão identificando o aumento do número de trabalhadores do meio rural de estados do Nordeste que migram para a área canavieira da região Sudeste. Esses trabalhadores viajam, geralmente, nos primeiros meses do ano, março ou abril, retornando aos seus municípios de origem no período de novembro-dezembro. Trata-se de uma migração temporária porque eles retornam a seus locais de origem todos os anos, logo após a safra. Todavia, como tendem a migrar todos os anos, alguns pesquisadores como Silva (1992, 2005)

caracterizam esse fenômeno como migração permanentemente temporária. Nas palavras de Silva e Menezes:

Há casos em que, após o término do corte da cana, os trabalhadores se deslocam para outras regiões - colheita do algodão, amendoim - regressando aos locais de origem por apenas alguns dias, em visita à família, ou por ocasião das festas. Produz-se, assim, a *permanência das migrações temporárias*.¹

Entendemos que essa categoria [migração permanentemente temporária] é um recurso heurístico que permite compreender a configuração atual das migrações do Sertão Paraibano para a região canavieira do Estado de São Paulo tanto pelo seu aspecto temporário quanto pelo fato de que os homens migram, mas as mulheres ficam e assumem a responsabilidade pelo trabalho na terra. Embora exista a migração de famílias, a mesma é minoritária em comparação com os homens solteiros e casados que migram sozinhos. É importante pensarmos na migração como uma estratégia da família e, nesse sentido, o assalariamento temporário do homem articula-se com as formas de trabalho na terra desenvolvidas pela mulher e filhos, conformando uma estratégia familiar de reprodução social.

Muitos pesquisadores têm se debruçado sobre este tipo de migração bem como sobre as condições de trabalho nos canaviais, no entanto, acreditamos que há muitas facetas que ainda precisam ser mais analisadas. Uma questão ainda pouco explorada tem sido a posição das mulheres nesse tipo de migração. Por ser uma migração majoritariamente masculina, a maioria dos estudos tem privilegiado um olhar para os homens. É imprescindível ressaltar o importante trabalho da Profa. Maria Aparecida de Moraes Silva (1988, 1999, 2008) para o estudo das mulheres e das relações de gênero seja nas áreas de origem dos migrantes, como o Vale do Jequitinhonha e Maranhão, seja na área canavieira.

Embora a maioria dos que migra sejam homens, isto não significa que a mulher esteja alijada desse processo. Ao contrário, pro-

¹ SILVA, Maria Aparecida de Moraes & MENEZES, Marilda Aparecida de. *Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões*. Disponível em http://www.nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/Migracoes_Rurais_no_Brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf.

curaremos demonstrar como ela é ativa participante das redes que tecem as migrações dos homens. Em um primeiro exercício de sistematização de alguns de nossos dados de pesquisa (cadernos de campo e entrevistas), a partir do critério de gênero, pudemos identificar quatro situações pelas quais as mulheres se inserem nesta migração. Como o quadro abaixo (Quadro 01) deixa transparecer, o lugar que a mulher ocupa na corrente migratória aqui focalizada está relacionado, sobretudo, à sua situação conjugal.

Quadro 1: Posição da mulher em relação às correntes migratórias do interior paraibano para os canaviais paulistas

| | |
|--------------------------------------|----------------------------------|
| GRUPO 01 CASADA NÃO-MIGRANTE | GRUPO 02 CASADA MIGRANTE |
| GRUPO 04 SOLTEIRA NÃO-MIGRANTE | GRUPO 03 SOLTEIRA MIGRANTE |

A inserção das mulheres nas redes sociais tecidas pelas migrações entre pequenos municípios do Sertão Paraibano e as usinas do Estado de São Paulo, seja como uma migrante em ato ou potencial; seja como namorada, noiva, mãe ou esposa dos homens que migram para os canaviais, pode ser pensada como resultado tanto das condições concretas de vida das mesmas, quanto da maneira como, mediada pela sua consciência e cultura, elas experimentam e tratam tais condições.

Considerando que a migração aqui focalizada é um processo social que incide sobre vários lugares, tomamos como estudo de caso o município de Tavares, na Serra de Teixeira, no Estado da Paraíba, o qual tem uma população estimada em 13.584 habitantes, dos quais

60% habitam as áreas rurais (Sítios²) e 40% as urbanas (sedes, distritos e povoados). Esses números revelam a importância do setor agrícola, especialmente da agricultura familiar, considerando que a maior parte dessa população é composta por pequenos proprietários, moradores, rendeiros e foreiros.

Mesmo a população que reside na área urbana do município não perdeu o contato com as atividades agrícolas, já que muitas famílias moram na “rua”³ mas são proprietárias rurais, ou seja, têm um *sítio* ou trabalham na roça de terceiros como arrendatários. Nesses casos, a vinda para a cidade está relacionada à busca de bens e serviços, visto que é no núcleo urbano que estão o banco, a escola de segundo grau, os postos médicos, o hospital e outras instituições de serviços - públicas ou privadas.

Além da agricultura, outra atividade econômica importante é o comércio, seja este de gêneros alimentícios (mercados, mercearias), seja de materiais de construção, seja ainda de vestuário ou de lazer (bares e boates). Embora não disponhamos de números a este respeito, basta uma caminhada pela cidade para percebermos o peso econômico do comércio, que é movimentado, sobretudo, pelas transferências governamentais, constituídas basicamente por aposentadorias, auxílios e bolsas (Programa Fome Zero), mas também pelos salários do funcionalismo público (federal, estadual e municipal) e por recursos externos, oriundos das migrações, como Margarida (49 anos, casada, comerciante) revela no trecho da entrevista abaixo transcrita:

Pesquisador - O comércio tem melhorado

Margarida - Sim, muito, nesses últimos anos tem melhorado muito. Depois que os funcionários [público municipal] passaram a receber em dias [no dia certo], eles têm como pagar a prestação e nós [os comerciantes] temos como saber o dia em que

² Sítio “S” será utilizado sempre que nos referirmos a uma localidade rural, no interior do município estudado, onde vivem várias famílias de agricultores. Assim fala-se em sítio Domingos Ferreira, Minadouro ou Pau d’Arco, por exemplo. Por sua vez, sempre que utilizarmos a palavra com “s” minúsculo estaremos nos referindo a uma unidade sócioespacial em que reside e trabalha a família. Neste segundo sentido, o sítio comporta não apenas o roçado, mas também o espaço da casa, do pasto, dos locais dos animais, das fruteiras.

³ Rua é um termo utilizado pelos nativos referindo-se, precisamente, à sede do município.

eles recebem, então eles não podem dizer que não têm dinheiro ou que “nós não vamos pagar porque o prefeito não pagou”.

Pesquisador - Além dos funcionários públicos, a bolsa do governo (Bolsa Escola, Fome Zero) também tem algum impacto sobre o comércio?

Margarida - No meu não, pois como você sabe, essa clientela [classe baixa] não vem para o meu comércio, mas eles vão para outros. Outra coisa que tem ajudado muito foi a instalação da casa lotérica aqui no município.

Pesquisador - Por quê?

Margarida - Porque agora os cortadores de cana recebem o seguro desemprego aqui na cidade mesmo. Antes eles iam receber em Serra Talhada, Afogados {ambos municípios [pernambucanos]}, agora eles recebem aqui mesmo e deixam aqui no comércio.

Em Tavares, como nos demais municípios, a maioria dos que migram para os canaviais é homens. As mulheres que migram têm como destino as cidades de São Paulo, Sorocaba e Brasília, onde se busca, sobretudo, empregos urbanos, geralmente no comércio ou nas fábricas, utilizando-se, para tanto, dos laços de parentesco ou de amizades. Em termos da migração intrarregional, os municípios mais procurados são: Patos, Campina Grande e João Pessoa, no próprio Estado da Paraíba ou Santa Cruz do Capibaribe, no Estado de Pernambuco. A migração feminina está relacionada ao acesso à educação, já que no município não existem faculdades ou escolas técnicas, mas, também, à busca de oportunidade de trabalho, com destaque para as casas de família. Quando se trata da migração feminina para a cidade de Santa Cruz do Capibaribe, no estado de Pernambuco, a principal motivação é a busca de trabalho no Pólo de Confecções de Caruaru⁴ e também nas casas de família.

Os empregos em casas de família são mais procurados pelas jovens com pouca escolaridade: em torno da primeira fase do ensino fundamental; os empregos no comércio ou nas fábricas são mais procurados por aquelas mulheres que detêm maior nível de escolaridade: ensino fundamental completo ou ensino médio.⁵ Por fim, as que

⁴ Sobre isso ver SILVA, S.R.A., (2008).

⁵ Esses resultados coincidem com resultados de pesquisas realizadas na Região do Brejo Paraibano no período de 2003 a 2008 (Menezes et al, 2008) e na Região Agreste da Borborema no período de 1995 a 2002 (Menezes, 2002).

migram para dar continuidade aos estudos são oriundas de famílias de maior renda (capital econômico) ou que dispõem, nos locais de destino, de uma rede de relações sociais (capital social) que podem vir a acessar visando garantir ou facilitar a permanência de um de seus membros pelo tempo necessário para a formação do mesmo. Tal rede é constituída, geralmente, por parentes ou conhecidos radicados numa cidade maior e com renda suficiente para “suportar” o ônus de uma pessoa a mais em casa.

Atualmente, com a instalação de um campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE na cidade de Serra Talhada, Pernambuco, já se observa um direcionamento desse fluxo migratório feminino, uma vez que algumas jovens de Tavares já estão morando nesse município em razão de terem sido aprovadas no processo vestibular daquela instituição.

Cotar cana: uma questão de gênero?

Em conversas com os migrantes cortadores de cana de açúcar é comum a expressão de que cortar cana não é um trabalho para mulher. No ano de 2008, tendo permanecido por cerca de seis meses na cidade de Sales, interior do Estado de São Paulo, município de concentração de migrantes provenientes dos municípios de Tavares, Princesa Isabel e Juru do Estado da Paraíba, entramos em contato com várias mulheres cortadoras de cana. Todas, no entanto, eram mulheres residentes no próprio município de Sales, ou seja, não encontramos nenhum caso de migrante paraibana ou nordestina que trabalhasse na lavoura canavieira como cortadora de cana de açúcar. Mesmo as mulheres nordestinas que se encontravam naquela cidade, acompanhando o marido, preferiam outras atividades, tais como a colheita da laranja, do limão, do tomate e da melancia, ao corte de cana.

A razão para a exclusão da atividade de cortar cana de seus horizontes laborais era quase sempre a mesma: “é um trabalho pesado”. Quando questionávamos se os trabalhos por elas assumidos nas demais lavouras não eram tão pesados quando o corte de cana, aflojavam outras razões, tais como: “é que no corte de cana a maioria é homem”. Ou seja, o trabalho de cortar cana é representado como

uma atividade masculina. Mesmo entre os empreiteiros é nítida a exclusão das mulheres por ocasião da formação das turmas, sendo que eles, também, alegam que “como a atividade é pesada, os homens cortam mais” (Cláudio, turmeiro da usina Cerradinha, Sales. SP).

Rossini (2006), citando Wajnman et al. (1998), diz que “toda a sociedade humana conhecida tem uma divisão sexual do trabalho, e uma conseqüente diferenciação dos papéis masculinos e femininos”. Tal divisão fundamenta-se nas representações dominantes de gênero e de trabalho. Assim, as classificações de trabalho leve e pesado são associadas respectivamente a trabalhos de mulheres e trabalhos de homens, atividades femininas e masculinas, muito embora tais classificações sirvam também para encobrir outras motivações. Nesse sentido, a não presença das mulheres na atividade de cortar cana de açúcar deve-se, sobretudo, à percepção de que as mesmas produzem menos do que os homens, como também, dos perigos que a presença da mulher representa num espaço eminentemente masculino.

Novaes (2007 p. 98), em trabalho recente, destaca que embora as mulheres tenham conquistado a inclusão de uma cláusula “em acordos coletivos firmados entre os sindicatos dos trabalhadores e o patronal, exigindo o preenchimento de uma cota de 10% de mulheres por turma, esse percentual é pouco respeitado pelos empreiteiros, tendo em vista que a meta para o corte de cana é dez toneladas/dia”.

No momento em que escrevamos este texto, estava circulando, no site da Pastoral dos Migrantes,⁶ um texto sobre as legiões de órfãos e viúvas que são “deixados” pelos migrantes cortadores de cana no Estado de São Paulo. O termo “viúvas” faz alusão às mulheres da região canavieira daquele estado que se envolvem com os migrantes aqui em foco e que, geralmente, ao final das safras são abandonadas por seus fugazes parceiros, juntamente com os filhos oriundos desses relacionamentos. Dentre as informações presentes no texto, destacamos a seguinte:

Aparecida Souza Fernandes, 34 anos, é uma das poucas cortadoras sem marido no eito da cana. “Não sei até quando fico

⁶ http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=783:migrantes-da-cana-somem-apos-a-safra-e-deixam-legiao-de-orfaos-e-viuvass&catid=1:ultimas-noticias&Itemid=54.

empregada. Eles não querem mais mulher na roça, porque a gente corta menos cana e tem algumas que se envolvem com fiscal de turma e colega de corte. Aí dá problema” (ABREU, 2009) (os grifos são nossos).

Além da exigência de alta produtividade no setor canavieiro, outro elemento que contribui para o alijamento da mulher na atividade do corte da cana de açúcar é a representação da mulher como sendo frágeis, delicadas, fracas, ou seja, terem um corpo talhado para os trabalhos “maneiros”, “mais leves”. Trata-se de marcadores de gênero, uma vez que, como colocado por Menasche e Torrens (1996, p. 12),

o conceito de gênero expressa o entendimento de que as diferenças são socialmente construídas. Isso significa que homens e mulheres são “moldados” pela sociedade, o ser homem e o ser mulher correspondem a papéis sociais estabelecidos: masculino e feminino.

Essa imagem da mulher como sexo frágil contribui para uma visão de que elas são incapazes de suportar o “peso” do trabalho e responder satisfatoriamente às exigências da usina. O que, em termos do trabalhador migrante, favorece uma priorização dos homens, como bem especifica Silva para o caso dos trabalhadores migrantes do estado do Maranhão:

Esta migração é essencialmente masculina. Enquanto os homens partem, as mulheres geralmente ficam. Aquelas que ainda residem na área rural cuidam da agricultura de subsistência e são quebradeiras de coco babaçu, atividade desempenhada por algumas que residem nas periferias das cidades. Algumas delas partem com os maridos, e, às vezes, até com os filhos, para lhes prepararem a comida e lavarem suas roupas. Nas periferias das cidades-dormitórios paulistas vivem em minúsculos quartos alugados nos fundos-de-quintais, de onde geralmente saem, à espera dos maridos que trabalham no corte da cana (Silva, 2008, p. 03).

Similarmente ao Estado do Maranhão, os migrantes do Sertão Paraibano são homens que “já completaram a idade”, ou seja, tem

18 anos⁷ e partem todos os anos no período da safra da cana nos meses de março e abril. O período da safra em São Paulo coincide com o ciclo agrícola na Paraíba, cujo plantio é em fevereiro/março e a colheita entre junho e agosto. Assim, os migrantes não conseguem se dedicar ao plantio e colheita nas suas localidades, trabalho que fica a cargo das mulheres ou que não é realizado. Além disso, a safra de cana nas usinas de São Paulo tem se expandido, atingindo o período de nove meses, ou seja, os migrantes deixam suas localidades em março, abril, e só retornam em dezembro, sendo que muitos passam o natal na estrada.

Esse longo período não apenas faz com que os homens estejam ausentes de suas localidades a maior parte do tempo, mas redefine a inserção produtiva em suas localidades, já que eles tendem a retornarem exauridos pelo trabalho extenuante nos canaviais, utilizando-se do tempo em que ficam em casa para reporem a energia gasta no corte de cana. Ao se referirem aos homens que retornam, é comum as mulheres focalizarem a magreza dos mesmos, magreza esta que está relacionada à fraqueza, no imaginário da população nativa. Nesse sentido, essa magreza aparece como resultado de um trabalho cujo peso e penosidade tiram do trabalhador toda a sua energia: “a cana judia muito do cabra, a gente vai forte e vem fraco”, disse-nos João (24 anos, solteiro, cortador de cana).

Assim, no tempo em que os esposos e filhos estão de volta, as mulheres relatam que estão “tratando” dos mesmos que, segundo elas, retornam “maltratados” pelo trabalho nos canaviais. O tratamento inclui desde repouso até uma alimentação enriquecida, o que inclui a presença de queijo, carne e verduras nas refeições. Por sua vez, na boca dos homens, torna-se comum, também, a expressão “agora é só vida boa”, a qual se contrapõe a vida ruim longe de casa, da família e, portanto, do cuidado das mulheres (esposas e mães).

O período de retorno do migrante coincide com o pico do verão, que no Sertão Paraibano é caracterizado pela ausência de chuvas. Assim, não é possível preparar o plantio nesse período, mas apenas atividades de recuperação e construção de cerca, construção de casas,

⁷ Sobre a idade da primeira migração ver Menezes, M.A., 2009.

cisternas, etc. (MENEZES, 2009). Todavia, pode suceder, também, que o inverno “chegue cedo”, isto é, que as primeiras chuvas correspondam aos meses de janeiro e fevereiro. Quando isso acontece, os homens, especificamente os casados, costumam deixar o roçado pronto, sob os cuidados da esposa, a qual poderá ser “ajudada” por outros membros da família e/ou utilizar serviços de terceiros, que são pagos, geralmente, com os recursos financeiros provenientes do corte da cana e mensalmente enviados pelo chefe de família, ou, quando este não migra, pelos filhos.

Dessa forma, podemos concluir que as mulheres são sujeitos ativos na trama das migrações dos homens, uma vez que, tanto ao “ficar” como ao “sair”, ela assume papéis e funções complementares aos dos homens, favorecendo assim a reprodução e ampliação do patrimônio familiar.

Homens que migram, mulheres que ficam

Estudiosos do campesinato brasileiro têm insistido na polarização espacial entre a casa e o roçado e seu reflexo na divisão sexual do trabalho entre os membros da família camponesa. De acordo com Woortmann & Woortmann (1997, p. 37), “se o homem é o controlador dos espaços produtivos externos à casa [o roçado], cabe à mulher o governo da mesma [da casa]”. Esta polarização entre casa e roçado apoia-se em outras oposições também binárias, tais como o dentro e o fora, o familiar e o exótico (desconhecido), etc. - o primeiro como domínio masculino, e o segundo como domínio feminino.

No entanto, essa perspectiva dualista em que há oposição/diferenciação do espaço da casa e de fora, privado e público é questionada por outras autoras. Silva, em sua pesquisa sobre as mulheres do Vale do Jequitinhonha que trabalham na agricultura, na olaria e na casa, nos diz:

no que tange às mulheres, não há uma dicotomização da jornada de trabalho. O que existe é uma imbricação das diferentes atividades exercidas. (...) Não havendo uma divisão do tempo feminino, o mesmo ocorre com o espaço. Há uma fusão entre espaço e tempo, em que as dicotomias entre fora e dentro da

casa desaparecem. Estes dados sugerem que há uma jornada justaposta para as mulheres; elas rodam sem parar, e uma jornada única para os homens. A divisão sexual do trabalho existe apenas em relação aos homens, que concentram suas atividades no trabalho agrícola, e não às mulheres. A divisão sexual, presente no discurso, no qual as mulheres só trabalham na roça como ajuda ao trabalho do homem e por precisão, é desmentida pelos dados da pesquisa (Silva, 1998, p. 82-83).

Carlos Rodrigues Brandão sugere que, embora devam ser nuançadas, estas dicotomias “dentro/fora”, “espaço da casa/roçado” não desaparecem, o que significa, e nisto concordamos com Silva, que há trânsito entre elas. E mais: são as mulheres que mais circulam entre esses espaços. Nesse sentido, vale a pena resgatar as palavras de Brandão, o qual mostra a complementaridade entre as atividades de homens e mulheres:

não há, de maneira exclusiva, locais e atividades masculinos e femininos, e o que importa considerar é como, com presenças diversas nos mesmos espaços e através de atividades desigualmente complementares, homens e mulheres realizam a sua parte de trabalho de uma mesma atividade (BRANDÃO, 1999. p. 47).

E, mais adiante,

... mas, se as mulheres, ancestral e atualmente, estão mais na cozinha do que na varanda, mais na horta do que no pomar e mais no pomar do que na roça de milho; se elas convivem mais com as aves do galinheiro do que com os porcos e mais com eles do que com o gado mangueiro e, mais ainda, do pasto, um olhar um tanto mais arguto poderia sugerir duas coisas importantes. Homens e mulheres estão juntos nos mesmos lugares e em tempos iguais ou diferentes, participando desigual e complementarmente do mesmo complexo de atividades que, no seu todo, realizam a vida produtiva do lugar: a agricultura de cereais e a pecuária leiteira (BRANDÃO, 1999, p. 47-48).

É preciso entender, portanto, que tanto ao ficar como ao migrar junto com os esposos e filhos, a mulher assume funções/papéis diferenciados, mas, ao mesmo tempo, complementares, no sentido

de que são as ações e as funções assumidas por ambos que garantem, em última instância, a reprodução do grupo familiar.

A partir desse olhar que busca as nuances, mas também as lógicas que presidem as práticas dos atores, o antropólogo em destaque sugere que as mulheres “são poupadas do trabalho que implica o domínio e a destruição da natureza” (p. 42). Assim, cabe ao homem a domesticação primária da natureza, isto é, a transformação pelo trabalho de um ambiente natural (mata, natureza, capoeira) em algo social/cultural (o roçado), enquanto que, no caso da mulher, trata-se de manter esse domínio humano subtraído à natureza.

Vejamos a história de Maria, 42 anos, agricultora e funcionária pública, residente no sítio Domingos Ferreira, município de Tavares, PB. Conhecemos Maria quando estávamos fazendo nossas primeiras visitas ao sítio Domingos Ferreira. Esposa de agricultor e migrante cortador de cana de açúcar, Maria também trabalha na escola da comunidade como ajudante geral. Indagada sobre sua jornada de trabalho, a mesma diz que acorda, diariamente, às quatro e meia da manhã. O sol ainda nem saiu e ela já circula entre a cozinha e o terreiro, dividida entre a preparação da primeira refeição matinal (o café) e os primeiros cuidados com as aves do terreiro (galinhas).

Após o café, Maria se dirige para o roçado. Às vezes trabalha com o esposo, “ele faz uma coisa, eu outra”. “Quando Davi [o esposo] está fora, eu fico em casa mesmo”. A palavra casa refere-se aqui não apenas ao espaço literal da casa, mas também aos roçados que ficam próximo ao terreiro. Nesses dias em que o esposo está “fora”, é nos roçados próximos à casa que Maria trabalha. “Na roça eu faço de tudo, menos brocar [derrubar o mato para fazer roça]. Eu limpo mato, mas brocar mesmo é pesado, tem que ser com foice e machado, é coisa de homem”. Temos aqui um indício que confirma as palavras de Brandão quanto à complementaridade do trabalho de homens e de mulheres.

Trabalhar fora tem dois significados. Numa primeira acepção refere-se ao trabalho longe de casa, porém, em roçado próprio. Numa segunda acepção designa trabalho em roças de terceiros, geralmente

no alugado. O que nos interessa aqui é a relação entre “mais próximo” de casa = feminino e “mais longe” de casa = masculino.

Às nove horas, Maria deixa o roçado e retorna para a cozinha, onde vai preparar o almoço. Quando está em casa [no roçado próximo ao terreiro], o esposo almoça no interior da casa, ao contrário de quando está “fora”, quando, então, Maria tem que não apenas preparar o almoço, mas também levá-lo até o local onde o esposo se encontra.

Às onze horas da manhã Maria vai para a escola, onde trabalha, só retornando para casa às dezessete horas. Diz que ao chegar em casa senta um pouco, descansa, não aguenta começar logo. “Dou um cochilo de meia hora, no sofá mesmo”, depois começa sua nova jornada: trata de preparar o jantar e já adiantar algumas coisas para o almoço do dia seguinte: “se já amanhece algumas coisas prontas, como o feijão, dá tempo de dá uma chegadoinha na roça, **para ajudar**”.

Se o cuidado com o gado é tarefa de Davi, o cuidado com galinhas e porcos fica a cargo de Maria. Ainda de Davi é a incumbência de colocar água e lenha em casa.

Questionada se o trabalho é pesado, Maria, desabafa: “trabalho mais do que os homens; os homens ainda têm o sábado e o domingo, a mulher não para”.

Sábado é o dia de lavar roupa, atividade que é realizada longe de casa. Logo após o café, Maria junta toda a roupa da semana e embrulha em um lençol. Tal embrulho é chamado de “trouxa”. Geralmente a “trouxa de roupa” é colocada em uma bacia que deverá ser carregada na cabeça da mulher até o local onde a roupa será lavada, próximo a um “tanque”, reservatório natural de água. Além da “trouxa” de roupa, a mulher carrega, numa das mãos, um balde com sabão e água sanitária.

Chegando ao local, as roupas são desembulhadas e colocadas ao lado da bacia, na qual se colocará a água retirada do tanque. A atividade consiste em esfregar a roupa com água e sabão, em seguida colocá-la ao sol para branquear, isto é, tirar as manchas. Essa atividade é denominada de colocar a roupa para “quarar”. Uma vez “quaradas”, as roupas são levadas novamente para próximo da bacia, onde serão enxaguadas, visando retirar o sabão. Em seguida serão colocadas

novamente ao sol, desta vez para secar. Secas, deverão ser embrulhadas novamente, a fim de ser transportadas de volta para casa. Durante todo o processo a mulher lavadeira deve estar constantemente se levantando para carregar água com o balde - do tanque até a bacia. Essa atividade pode ser realizada também por crianças e adolescentes de ambos os sexos, quando então se diz que “está ajudando” a mãe a lavar a roupa.

A atividade de lavar roupa pode demorar de meio a um dia de trabalho. Ao retornar para casa, a mulher deve ainda passar e guardar as roupas lavadas, atividade que pode ser adiada para os próximos dias.

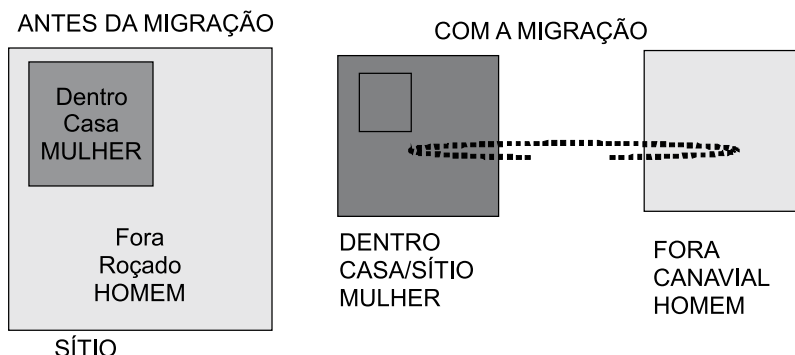
Voltemos a Maria: se o sábado é o dia de lavar roupa, o domingo é o dia de fazer a faxina em casa. Atividade que começa logo cedo e só termina perto do meio dia. À tarde, fica geralmente livre e pode-se visitar alguém ou receber uma visita e descansar.

Pelo relato fica claro que Maria circula mais entre os domínios da casa e do roçado, do que o seu esposo, que pode dar-se ao luxo de uma única jornada de trabalho, o que confirma as palavras de Silva, acima transcritas. Quer dizer, o trânsito não significa ausência de fronteiras. Por outro lado, a utilização do termo “ajuda”, por Maria, refere-se a uma concepção de que embora ela esteja presente no roçado, a responsabilidade naquele espaço não são suas, mas do esposo, assim como é dela a responsabilidade pelos serviços domésticos, muito embora também receba ajuda dos filhos homens menores.

Migração e os espaços de mulheres e homens na agricultura

Se quando o esposo está em casa Maria vai ao roçado “ajudar”, não sendo responsável pelos trabalhos nesse domínio, quando da ausência do esposo, o roçado passa a ser responsabilidade dela. Nesse sentido dizemos que a migração implica redefinições dos espaços de dentro e do fora, da casa e do roçado. A migração dos homens transforma a posição das mulheres na família bem como redimensiona os espaços. A casa se amplia, passando a abarcar os espaços outrora situados “fora”, como pode ser observado no quadro 02, abaixo:

Quadro 02: Redefinição dos Espaços de “dentro” e de “fora”



Fonte: Dados de pesquisa.

Estas reflexões são importantes por duas razões. A primeira é que se o espaço dos canaviais está situado no *mundo, lá fora*, tal espaço é majoritariamente masculino. O que não significa, como veremos adiante, que a mulher esteja ausente do mesmo. Por outro lado, e esta é a segunda razão, se o *espaço de dentro* também se ampliou, passando a abarcar extensões do que antes era “o fora”, o espaço do roçado, antes *locus* masculino, passa a ser também um espaço feminino.

Tal redefinição supõe frequentemente mais trabalho diário para a mulher, especificamente, para as que não dispõem de filhos menores de idade. Esta sobrecarga de trabalho pode ser *enfrentada* recorrendo-se a laços de parentesco, como nos diz Eva (21 anos, filha de agricultores, residente no sitio Domingos Ferreira, município de Tavares):

Pesquisador - E quando o pai está nos cortes de cana, vocês não coloca roçado?

Eva - Eles já deixam pronto.

P - Mas dá tempo colher?

E - Não, mãe quem cuida.

P - E vocês trabalham também com a mãe quando os meninos vão para os cortes de cana?

E - Sim, a gente ajuda. Duas vai para a roça e a outra fica em casa, cuidando da comida e das crianças.

P - E os animais, como fazem?

E - Ou a gente [as mulheres] mesmo cuida, ou tem dias que a gente fala com um primo que vem ajudar.

Todavia, mesmo ocupando os “espaços” masculinos, a mulher continua subordinada ao marido, uma vez que é o chefe da família, no caso o pai que, mesmo longe, continua tomando as decisões, sobretudo as que se referem ao patrimônio familiar e a investimentos envolvendo dinheiro. Foi o que nos informou ainda Eva, para quem, se não for urgência, a mãe espera o pai ligar, o que ocorre uma vez por semana, quando, então, “os dois combinam o que fazer”. Se, porém, o caso é de urgência, a mãe pode decidir sozinha, dando conhecimento ao pai posteriormente a respeito da situação.

Estas informações reforçaram outros dados coletados quando de nossa estadia na cidade de Sales - SP, quando acompanhamos um trabalhador, oriundo de Custódia, Estado de Pernambuco, que por motivo de doença ficou impossibilitado de trabalhar durante alguns meses. Encaminhado para o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, o mesmo teve, por duas vezes, o auxílio doença negado. Por cerca de dois meses, ele recebeu menos de duzentos reais mensais (R\$ 200,00), o que sequer dava para pagar as despesas do alojamento. Impossibilitado de enviar dinheiro para a família, este trabalhador constantemente dava orientações à esposa, por telefone, sobre como agir e o que vender, visando mobilizar os recursos necessários para os gastos com a família.

Além da responsabilidade pela casa e roçado as mulheres que ficam enfrentam também a solidão, o isolamento. Por não disporem da companhia dos seus esposos, não *podem* frequentar determinados espaços, a exemplo das festas, sob pena de terem sua reputação colocada em risco. Há sempre o perigo da fofoca, instrumento de controle pelo qual a mulher é vigiada e controlada socialmente. Nas palavras de uma de nossas informantes:

Esses homens saem, lá é muito bom, eles trabalham pesado, eu sei, mas vão todo mundo trabalhar junto, se acordam junto, no trabalho deve ser uma farra, porque José [nome do esposo] fala que é uma farra, quando chega em casa, estão cansados,

mas comem todo mundo junto brincando, contando uma piada aqui, rindo de alguma coisa. Agora você imagina a gente que fica aqui. Não vai a uma festa, porque o que uma mulher sem marido vai fazer numa festa?⁸ Atrapalhar os outros ou ficar com a cara pra cima olhando o pessoal dançar. Às vezes as pessoas nem ignoram você ir a uma festa, mas você vai fazer o quê, sozinha? E quando chega em casa, quando vai chegando a noite, você prepara a comida só pra você, e depois você vai na casa de um vizinho, conversa com um, conversa com outro, mas depois vem pra casa, todo mundo dormindo com sua família e você sozinha dentro de uma casa. Tem coisa mais ruim? (Ana, 53 anos, tavaresense, esposa de migrante cortador de cana).

Quando indagadas sobre os problemas vivenciados pelas mulheres que ficam, as informantes não citam o aumento na carga de trabalho, como seria de esperar, mas antes, o perigo de que seus esposos se envolvam, lá fora, com “mulheres sem futuro”, vindo a abandonar suas famílias.

Este medo de serem abandonadas e de terem que assumir a responsabilidade da casa [incluindo o roçado] definitivamente é reforçado pela presença das viúvas de maridos vivos, para recorrermos a uma expressão utilizada por Silva (1998). Trata-se, em nosso caso, de mulheres que se viram obrigadas a assumir o lugar de chefe de famílias dado que seus esposos não mais retornaram. São casos como o de Luisa, cuja história passamos a relatar:

Luisa tem trinta e seis anos e reside na sede do município. Encontramos com ela na casa dos seus pais, com quem ela mora atualmente. Tínhamos conhecimento da história dela através de um de seus primos, com quem convivemos na cidade de Sales, Estado de São Paulo. Perguntamos se ela se incomodava de nos contar. Mostrou-se disponível, pediu que nos sentássemos em um dos sofás e sentou-se defronte para nós. Na sala ao lado, duas crianças brincavam.

⁸ Na pesquisa com famílias de migrantes do Agreste Paraibano para a Zona da Mata pernambucana observamos que há expectativas sociais bem definidas sobre o comportamento sexual e social das mulheres e de homens que migram, como trabalhar no roçado, não ir a festas, cuidar bem dos filhos e da casa. Aquelas que não cumprem são alvos de discriminação na localidade - sítios, bairros, distritos dos pequenos municípios. Para maior detalhamento ver Menezes, 2002, Capítulo 3.

Nos primeiros anos da década de noventa, Luisa conheceu Daniel, com quem começou a se relacionar. Em 1996, os dois se casaram e foram morar no sítio Minadouro, passando a viver da agricultura. Tiveram dois filhos, o mais velho tem hoje onze anos e o mais novo, três anos. Há uns quatro anos atrás, Daniel, que até então nunca tinha saído do município, resolveu ir cortar cana no Estado de São Paulo. Nas palavras de Luisa:

Uns quatro anos atrás ele começou a viajar, mas sempre retornava, todos os anos. Quando ele saía, eu vinha para a casa de meus pais. Ele [o esposo] mandava dinheiro. Chegamos a construir uma casa com o dinheiro que ele enviava e que trazia, também, no final do ano.

Na terceira vez que foi, Daniel não retornou mais, nem enviou mais dinheiro para a esposa. Segundo Luisa, desde os primeiros anos ele “arrumou outra mulher”. No início, diz, “acho que não era nada sério não, depois foi ficando”. Perguntamos se ela sabia de alguma coisa antes. Respondeu que desconfiava. Queixa-se da família. “Tinha vários primos meus que estavam lá com ele, mas não me diziam nada, eu fui a última a saber”.

Olhar perdido no horizonte, ela constantemente parava de falar, refletia, voltava a falar. As pausas e silêncios revelam sentimentos ainda não elaborados, dores não ditas. Vai contando pausadamente, como quem desfia as contas de um rosário. Fala então como ficou sabendo que tinha sido abandonada:

Ele tinha vindo no final do ano, como de costume. Sofreu um acidente de moto, ficou com muitas feridas na perna, mesmo assim, não teve quem segurasse, só passou vinte e um (21) dias, aí eu comecei a desconfiar. Assim que chegou lá, ligou, dizendo que não vinha mais embora e que já estava com outra pessoa.

Os pais lhe deram apoio, ela passou a morar com eles. Como o esposo, com quem continua casada, não lhe manda nenhum recurso, começou fazendo artesanato: “almofadas, tapetes”, diz. Sustenta os filhos e a si própria com o dinheiro oriundo de seu trabalho. Essa renda é complementada pela Bolsa-família e pela ajuda dos pais.

Perguntamos se ela não pensa em cobrar a pensão na justiça. Responde que “agora não, não sei... Depois, quem sabe”. Percebemos que ela ainda tem esperança de que o esposo retorne. Chegamos a perguntar-lhe, mas ela, evasivamente, respondeu que “mesmo que ele volte, eu não quero mais”. A resposta, no entanto, saiu com dificuldade, revelando mais um projeto do que uma decisão.

Enquanto conversávamos, sua mãe se aproxima da sala, quer participar. Reclama porque a filha não coloca o esposo na justiça. Diz que até mesmo a casa que eles tinham comprado não pode ser vendida, porque a família do marido da filha não deixa. Perguntamos o que eles dizem. Foi a mãe que respondeu: “eles não gostaram do que o filho fez, então ele [o filho] saiu brigado com os pais. Os pais disseram que não querem que ela venda a casa porque pode ser que ele venha aqui, atrás das coisas dele”. Luisa, porém, pondera:

Negócio de justiça é tão sério. Se daqui uns tempos ele não mandar nada, aí sim, eu coloco. Quando ele saiu daqui, tinha vendido uma moto por sete mil reais (R\$ 7.000,00), então eu recebi o dinheiro e comprei um “chão de casa” [terreno] e coloquei no nome das crianças. Então ele disse que nesses dois anos não mandaria mais nada. Vou esperar até o final desse ano.

Mas não é apenas no local de origem que presenciamos tais cenas. Também nos lugares de destino encontramos mulheres com filhos de pais ausentes. No município de Sales, para citarmos um exemplo, conhecemos Alice, filha de trabalhadores de usinas de cana de açúcar. Ela tem vinte e dois anos. No momento que a conhecemos ela estava grávida. Em conversa conosco revelou que não sabia do paradeiro do pai da criança. Um pernambucano que residiu no município na safra de 2007. “Este ano eu não sei onde ele se encontra. A região é grande, ele pode está em qualquer lugar. Fica difícil procurar”, desabafa.

Convivendo com os migrantes por seis meses num dos municípios de destino, pudemos perceber a complexidade da questão. Com efeito, tivemos contato com vários trabalhadores que têm família tanto nos locais de origem quanto nos locais de destino, sendo que, mais cedo ou mais tarde, um dos lares tende a ser abandonado em detrimento do outro.

Muitas vezes eles não conseguem esconder a situação de suas esposas que, no entanto, fingem nada saberem, visando preservar o relacionamento. Vale a pena lembrar que tais esposas foram socializadas no seio da família camponesa, tendo interiorizado valores tais como a docilidade e a obediência, como especifica Marin:

no processo de socialização dos filhos, o padrão de comportamento exigido dos meninos diferenciava-se do estabelecido para as meninas. Enquanto os meninos recebiam mais estímulos para o exercício da posição de comando, para que futuramente se tornassem chefes de família, as meninas eram educadas para manter uma conduta de recato e de abnegação. Desde muito pequenas, eram socializadas em uma teia de relações que privilegiava e reproduzia valores de submissão e subalternidade não apenas aos de casa, mas também, aos parentes e vizinhos. Suas vontades e opiniões, caso se atravessassem a manifestá-las, eram desconsideradas ou repudiadas. Mantidas no trabalho do lar, quando necessário na roça, não se permitia às meninas o estabelecimento de laços estreitos de amizade com pessoas do sexo oposto, fora do estreito círculo familiar (2008, p. 121).

Quando é a família que migra...

Voltemos, porém, às mulheres dos lugares de origem. Uma das formas de lidar com a separação entre os homens e as mulheres e filhos(as) consiste na migração de toda a família. Nesses casos, ao migrar, os homens levam as esposas e os filhos. Muitas vezes, o homem viaja primeiro, no intuito de alugar casa e conseguir, com o primeiro salário, comprar alguns itens básicos como fogão, camas ou colchões. Esse ritual de preparar a casa equivale à “colonização do ambiente hostil, não humano”, esse trabalho nos “extremos” de que fala Brandão (1999), remetendo-os a uma espécie de domínio masculino. É só depois de preparado “o terreno” [expressão utilizada pelos migrantes] que se pode chamar a esposa. “Primeiro eu vou lá, preparar as coisas, depois, se eu ver [sic] que vai dá certo, eu chamo ela” (Toinho, 42 anos, Tavarense, agricultor).

Uma parte dos que migra com a família prefere passar algum tempo sem retornar para os lugares de origem. Quando não se tem filhos muito pequenos, a mulher pode ajudar na mobilização de

recursos, inserindo-se em alguma atividade local. No município de Sales, onde residimos juntos com migrantes, as oportunidades para as esposas dos migrantes consistiam na colheita de frutas cítricas como laranja, limão e tomate, a melancia, além das pequenas fábricas de confecções, denominadas de fabriquetas.

Pode acontecer também, especialmente, quando os filhos são muito pequenos, que a esposa não consiga se inserir no mercado de trabalho local. Nesses casos, o que se tem é um aumento de despesas. Um trabalhador proveniente do município de Conceição, no Estado da Paraíba, nos informou que quando chegou à cidade de destino, mandou buscar esposa e filhos, todavia, quando a maior parte dos trabalhadores já havia chegado, nos meses de maio e junho, os preços dos itens alimentícios simplesmente duplicaram. Em suas palavras:

Eu tinha duas alternativas, ou ficávamos todos e ia chegar o final da safra e ninguém poderia mais voltar, pois o que eu ganhava só dava para comprar comida, ou eu mandava a mulher e os filhos de volta e ficava sozinho, trabalhando e juntando algum dinheiro para fazer algum investimento quando voltar para casa.

Quando, porém, o casal ainda não tem filhos, a estratégia de migrar com a esposa pode servir tanto para amenizar o tempo passado longe da terra de origem, quanto para maximizar os ganhos, como nos informou Geni, esposa de Ronaldo, cortador de cana. Os dois são recém casados e residem no sítio Macambira, município de Tavares. No ano de 2008, migraram juntos, foram morar na cidade de Guapiassu, onde Geni conseguiu emprego num frigorífico local, recebendo um salário de seiscentos reais por mês. Assim, conta Geni, “com o salário de Ronaldo, a gente pagava as despesas e o meu [salário] a gente nem pegava, deixava no banco mesmo”.

Embora avaliem positivamente a experiência, o casal faz plano de que apenas o esposo migre na safra de 2009. A decisão baseia-se no cálculo das receitas e despesas deste ano em que trabalharam os dois, comparando com os anos nos quais Ronaldo migrava sozinho, morando em alojamento das usinas. Nas palavras dele: “este ano [2008] deu para trazer uns trocados para casa. Mas é muita despesa:

força [energia], água, aluguel, feira, quando junta tudo, não compensa, é melhor ir sozinho e ficar no alojamento, lá no alojamento o que você ganha é livre”.

Mas por trás dessa intenção existem outros motivos. No em dia que chegamos a sua casa, Ronaldo estava cuidando do roçado. Com a economia da safra de 2008, o casal comprou duas cabeças de boi, assim é preciso que alguém fique cuidando dos negócios da família. Nos anos anteriores, quando Ronaldo era solteiro, o roçado e o gado ficavam por conta do pai, agora, que casou, fala que precisa assumir as responsabilidades.

Se ao menos tivesse mais mulheres...

São raros os casos de mulheres solteiras que migram para o corte de cana, o que não significa que não existam. Algumas migram acompanhando a família. Outras, aproveitando o fato de terem algum irmão ou parente no interior do Estado de São Paulo, também se dirigem para lá, no intuito de conseguirem alguma ocupação. Durante nossa estadia no município de Sales conhecemos Renata, 16 anos, cujos pais residem no município pernambucano de Quixaba. Nosso encontro com Renata aconteceu na casa de seu irmão, a quem tínhamos ido visitar. O irmão de Renata mora em Sales com a esposa Cássia e mais três filhos, todos menores de idade, desde o ano de 2006. Desde que foram morar em Sales, Cássia revelou sua vontade de trabalhar a fim de complementar a renda da família. Precisava, todavia, ficar em casa para cuidar dos filhos. Indagada sobre o porquê de não tê-los colocado na creche, comportamento comum entre as mulheres de Sales, Cássia respondeu que “não queria, tinha pena, eles eram muito pequenos”. O esposo então teve a ideia de chamar uma de suas irmãs para morar com eles. Veio a Renata. Faz um ano que chegou. Além de cuidar dos filhos do irmão e também da casa, estuda no período da noite. A escola fica próxima de casa.

Renata diz que está gostando, mas que ainda sente muita saudade de casa. Apesar de estar em Sales desde o ano de 2007, revelou que ainda sente-se muito marginalizada, inclusive pelos amigos da escola, que a chamam de “Paraíba”. Segundo ela, “as pessoas riem do meu jei-

to de falar. Outro dia fui comprar tomate e disse ‘tumate’, aí a mulher falou ‘não é *tumate*, é *tomate*, fiquei morrendo de vergonha”.

Existem também mulheres jovens e solteiras que migram em busca de trabalho. Ainda em Sales conhecemos Dalva (Tavareense, 22 anos, filha de cortador de cana de açúcar). No ano de 2008 foi a primeira vez que ela saiu de casa. Em Sales, Dalva começou trabalhando na mesma usina que seu pai, todavia, não ficou muito tempo, diz que o trabalho “era muito pesado” e que “era muito ruim, pois tinha poucas mulheres, a maioria era homens”. Perguntamos os inconvenientes de trabalhar num ambiente no qual a maioria dos trabalhadores são de outro sexo. Segundo Dalva, há sempre o perigo das piadas, mas, o pior, ainda segundo suas palavras, “era a falta de intimidade”. Pedimos que ela explicasse o termo e obtivemos o seguinte relato:

É que, tipo assim, a gente trabalha no aberto [referência ao trabalho no eito], então fica muito ruim para fazer as necessidades da pessoa. Não tem banheiro, mesmo que você saia para um local mais distante [do grupo] é perigoso, pode ter cobra, mas também sempre alguém pode tá vendo.

Dalva cortou cana dois meses apenas, quando passou a colher laranja. Sua carteira de trabalho não é registrada e ela trabalha por produtividade. Perguntamos quanto ela consegue colher em um dia de trabalho. Resposta: “depende do pomar. Tem pomar bom e pomar ruim”. Pomar bom ou ruim está relacionado à quantidade de laranjas nos pés. Pomar bom, explicou-nos, é quando o trabalhador se desloca pouco. Já quando o pomar é ruim, o trabalhador tem que se deslocar muito. O deslocamento, diz Dalva, “é ruim, pois a pessoa tem que levar as escadas, que é pesada” [sic].

Segundo Dalva, a vantagem de trabalhar na colheita de laranja é “que a maior parte é mulher. Então fica mais fácil. A gente brinca, sorri, conta piada e também fofoca” (risos). A desvantagem é o salário, em média cento e cinquenta reais (R\$ 150,00) por semana, o que ela acha pouco, comparando com o que ganhava no corte de cana que chegava a quatrocentos reais (R\$ 400,00) por quinzena. Cita também outras vantagens do trabalho nos canaviais, a exemplo do Ticket refeição que recebia. No entanto, lamenta o fato de ter poucas mulheres no corte de cana.

Sobre os relacionamentos, Dalva diz que tem um namorado, com quem divide o barraco. No início, quando chegou, foi para o mesmo barraco do pai, na cidade de Irapuã, Estado de São Paulo. Contudo, diz que “não deu certo, era muito homem”, então conheceu um rapaz e passou a morar com ele. Frequentemente nós a encontrávamos com esse rapaz. Outros trabalhadores nordestinos com quem convivíamos se referiam a Dalva como uma menina “sem futuro”, as referências tinham relação com o fato de a mesma ter vindo sozinha [o pai teria vindo primeiro e ela veio meses depois] e morar com um cara da região de destino, o que sinaliza que Dalva fugia às regras do grupo, sendo considerada uma exceção. Sempre que perguntávamos sobre a participação da mulher no trabalho de cortar cana de açúcar e ouvindo dos trabalhadores migrantes que o mesmo não é um trabalho de mulher, fazíamos referência a Dalva, o que quase sempre levava o nosso interlocutor a responder: “aquilo é uma doida”. Isso confirmava ainda mais a nossa hipótese de que, para nossos informantes, os canaviais não são um espaço feminino. O que também está relacionado a ser este um espaço povoado por homens, assim a mulher que está nesse espaço corre sempre o risco de ter sua “vergonha” ultrajada, o que pode gerar constrangimento social, inclusive para o grupo familiar.

Quando o destino da migração são os canaviais, se as mulheres casadas podem negociar se migram ou não, espera-se que as mulheres solteiras fiquem na cidade de origem ou que escolham outro destino. Dentre as que não migram vale a pena um olhar mais atento para as namoradas e noivas dos migrantes cortadores de cana de açúcar.

Tempo de espera...

Nas páginas que se seguem, lançaremos um olhar sobre as mulheres que não são filhas, irmãs ou esposas de migrantes, mas que se relacionam com eles enquanto namoradas ou noivas, as quais estão *impedidas* de acompanharem seus namorados/noivos, devido às regras sociais do namoro ou noivado, como sinaliza o fragmento abaixo:

Lenildo - Para o ano [2010] estou pensando em casar e se der certo, ela vai [migrar] comigo. Lá tem muita fábrica, frigorífico,

então ela pode trabalhar e me ajudar.

Pesquisador - Mas vocês não estão noivos, por que não podem ir os dois agora [2008]?

Lenildo - Não, rapaz, tu és doido. O pai dela não deixava não, nem eu levava. Se fosse levar, o pai dizia: “case logo”.

Das que são namoradas ou noivas dos migrantes se diz que “ficaram esperando”. A “espera”, então, pode ser pensada como uma instituição social, ou seja, algo instituído pela sociedade e que segue determinadas regras. Assim, esperar o namorado ou noivo implica se reservar, abrindo mão de situações sociais que possam dar motivos à traição, como a frequência a certos espaços, tais como as festas, sejam estas realizadas no clube, seja nas ruas; mas também sair com pessoas do sexo oposto ou com meninas descomprometidas.

Durante o tempo da espera, frequentemente os rapazes (namorados ou noivos) acionam as redes de parentesco e amizade visando obter informações sobre a conduta da menina (namorada ou noiva) durante sua ausência. Dessa forma a jovem que se submete às normas da “espera” passa a ter seu comportamento vigiado.

Indagadas sobre o sentido de “esperar”, algumas jovens tavareses com quem conversamos apresentaram as seguintes explicações: “Esperar é se reservar um pouco, abrindo mão de muitas coisas: clube, colegas, festas” (Elizabeth, 28 anos, namorada de migrante); “esperar é um compromisso sério, é quando a gente busca seguir para a frente na tentativa de construir um futuro com outra pessoa” (Roberta, 20 anos, namorada de migrante).

A espera envolve expectativas dos parceiros. Os rapazes têm a expectativa de que as meninas, durante o tempo de sua ausência, evitem sair muito de casa, principalmente para festas e clubes, que elas não se envolvam com outras pessoas e, especialmente, em situações que deem espaço para alguma suspeita de traição. Há nas entrelinhas das falas a sinalização de um medo por parte dos meninos de que, durante o tempo em que estão longe, suas futuras esposas se tornem impuras, mas também um medo de serem identificados como “corno”, isto é, como rapazes a quem a companheira atraiçoa ou atraiçoo. Esse medo é reforçado pela família dos rapazes, que busca assim velar pela reputação de seus membros. Segundo as meninas

entrevistadas, entre os que mais a controlam está a própria família do rapaz, sobretudo, sua mãe e irmãs.

Em relação às jovens que esperam o namorado ou noivo que foi trabalhar em outro estado, há a expectativa de que os mesmos não se envolvam seriamente com ninguém durante o tempo em que passam longe de casa. As entrevistadas revelaram uma tolerância muito maior do que os rapazes, no sentido de que, como uma delas colocou: “eu acho que o rapaz que deixou uma moça esperando tem que respeitá-la. Não que ele não possa dar uma escapulida, sair, mais que não seja nada sério” (Elizabeth, 28 anos).

Questionada se sua fala não revelaria uma assimetria na relação dela com o namorado, a mesma respondeu: “não. É que o homem pode, pois *balançou* [referência ao órgão sexual masculino], tá limpo. Já com a gente é complicado, tem sempre o perigo de uma gravidez. Quer dizer, a mulher pode sempre se sujar mais fácil, o homem não”. Como explicam Alves & Cantarelli (2006, p. 316) “as exigências em relação à fidelidade são bem mais contundentes no caso das mulheres”.

Se os rapazes têm uma rede de vigilância sobre o comportamento de suas namoradas e noivas, as meninas e mulheres têm dificuldade de conseguirem informação sobre a vida dos rapazes durante o tempo em que estão fora de casa - mesmo quando têm algum irmão [da moça] morando com eles, ou na mesma cidade. É ainda Elizabeth que esclarece: “se a gente tiver um irmão que está com eles, não adianta. Meu irmão morava no mesmo barraco do meu namorado e não me falava nada, eu estava sendo traída e ele não me dizia”.⁹

Já pelo lado da jovem, além dos familiares e amigos do namorado/noivo, há também, não raramente, sua própria família, especificamente a mãe. Foi o que nos informou uma de nossas entrevistadas: “a mãe também não deixa a gente sair. Diz que não é certo a gente sair porque estamos esperando alguém. Então ela nos incentiva ainda mais a nos resguardar” (Roberta).

⁹ Em pesquisa realizada em alojamentos de trabalhadores migrantes na Mata Norte do Estado de Pernambuco, observamos que há cumplicidade entre os homens migrantes quanto aos seus envolvimento amorosos com mulheres durante o tempo em que estão distante de suas casas (Menezes, 2002).

Quer dizer, a figura feminina, no caso, representada pela mãe, atua como guardiã da boa conduta sexual das filhas segundo as regras e valores que garantem uma boa reputação social para as mulheres. Através do processo de socialização, as regras de bom comportamento são incorporadas e naturalizadas, como nos revelou uma das informantes: “teve um dia que meu namorado, hoje meu esposo, mandou eu ir para a festa com um casal amigo dele. Eu fui e quando cheguei em casa, bateu uma grande tristeza, como se eu tivesse feito uma coisa muito errada” (Suênia, 24 anos, esposa de migrante).

Também não são raros os casos de meninas que viveram o período de “espera” na observância de todas suas regras e que, no entanto, foram “abandonadas” pelos namorados/noivos poucos dias depois da chegada dos mesmos. Roberta nos segredou que durante o ano de 2008 ficou esperando um namorado que migrou para os canaviais. Diz que suas saídas de casa se resumiam à ida para a escola ou para a missa. No entanto, passada apenas uma semana do retorno de seu namorado, o mesmo começou a ficar com outra garota, o que levou ao término de seu relacionamento.

Considerações finais

No presente artigo buscamos oferecer elementos para pensarmos o lugar da mulher em pequenos municípios rurais do Sertão Paraibano, os quais são marcados pela migração de homens solteiros e casados para a região canavieira do Estado de São Paulo, onde trabalham como cortadores de cana.

Reconhecemos que as relações de gênero no meio rural abarcam uma diversidade de situações. Privilegiamos nosso olhar para aquelas mulheres, solteiras e casadas, cujo cotidiano é influenciado pelas migrações temporárias de seus maridos, namorados e noivos.

Vimos que a atividade de cortar cana de açúcar é percebida como uma atividade eminentemente masculina, o que, todavia, não impede que a mulher, especificamente, as casadas, também migre acompanhando seus esposos e/ou filhos, quando então tendem ou a se dedicaram às tarefas da casa: alimentação, cuidado com as roupas e com os filhos; como também a assumirem alguma atividade remunerada como

forma de complementação da renda familiar, sendo que as atividades mais visadas são os frigoríficos, as pequenas fábricas de confecção e ainda o trabalho nas culturas da laranja, limão, melancia e tomate.

Por outro lado, constatamos também como as mulheres são afetadas negativamente pela migração aqui em foco, quando vivenciam o abandono de seus esposos tendo, então, que arcar com as responsabilidades da casa e/ou do roçado. Além de que, a mulher que fica passa a viver um tempo marcado pela espera dos esposos, o qual deve ser vivido como um tempo de solidão, durante o qual são lhe interditados muitos dos espaços sociais, tais como o clube, a festa, a praça etc., nos quais não se admite a presença da mulher sem que seja em companhia de seus esposos.

Neste sentido podemos dizer que as mulheres não estão alijadas do processo de migração aqui focalizado. Ao contrário, elas assumem posição que possibilita a saída do elemento masculino sem que tal saída signifique o abandono do lugar. É a partir da ótica da complementaridade que podemos compreender as diferentes posições por elas ocupadas neste processo, pois tanto o ficar como o migrar inserem-se dentro de um projeto familiar mais amplo a partir do qual homens e mulheres negociam, não sem conflitos, suas responsabilidades, levando em consideração elementos e representações de sua consciência e de sua cultura.

Referências

ABREU, Allan de. Migrantes da cana somem após a safra e deixam legião de órfãos e viúvas. In: *Site da Pastoral dos Migrantes*. 2009. Disponível em: http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=783:migrantes-da-cana-somem-apos-a-safra-e-deixam-legiao-de-orfaos-e-viuvas&catid=1:ultimas-noticias&Itemid=54

ALVES, Francisco. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco (orgs). *Migrantes. Trabalho e trabalhadores no*

Complexo Agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos EdUFSCAR, 2007, p.21 -54.

ALVES, Maria de Fátima Paz; CANTARELLI, Jonhny. “Ser um homem de respeito”: masculinidade, sexualidade e relações de gênero na perspectiva de homens rurais de um município da Zona da Mata pernambucana. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (orgs.). *Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas*. Recife: Universitária, 2006, p. 301-322.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamento com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sítiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis*. Campinas: Unicamp, 1999.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Infância Camponesa: processos de socialização. In: NEVES, Delma Persanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*. v.1. Formas Tuteladas de condição camponesa. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Col. História Social do Campesinato Brasileiro), 2008.

MENASCHE, Renata; TORRENS, João Carlos Sampaio (coords.). *Gênero e agricultura familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite*. Paraná: DESER, Relatório de Pesquisa, 1996, (mimeo).

MENEZES, Marilda A. de. *Juventudes rurais no Nordeste: trabalho, migrações e movimentos sociais*. Relatório de Pesquisa. Edital Universal, CNPq, 2009.

_____. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses migrantes*. RJ: Relume Dumará, JP: UFPB, 2002.

_____. *Socialização de Meninos e Meninas em famílias Camponesas - 1960 a 1990*. 2000, (mimeo).

_____. Homens que migram e mulheres que ficam: noções de tempo e memória. In: *LPH-Revista de História*. n.8, LPH/DEP. História, UFOP, 1998-1999, p.105-114.

MENEZES, Marilda. A. de; MALAGOLDI, Edgard; MARQUES, F. G. Juventude e educação em assentamentos do Brejo Paraibano. In: FERRANTE, Vera (org). *Reforma agrária e desenvolvimento. Desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. Brasília: MDA; São Paulo:UNIARA, 2008, p.131-150.

MORAES, M. D. C. et al. Andando pelo mundo. Significados da migração temporária do Piauí para a agroindústria canavieira paulista. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco (orgs.). *Migrantes. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: UFSCAR, 2007, p. 257-298.

NOVAES, José Roberto de Pereira. Idas e vindas, disparidades e conexões regionais: um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra de cana paulista. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco (orgs.). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Paulo: UFSCr, 2007.

ROSSINI, Rosa Ester. O trabalho da mulher na agricultura canavieira altamente tecnicizada e capitalizada - São Paulo - Brasil. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, María Laura (orgs). *América Latina: cidade, campo e turismo*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo, 2006. Dezembro, 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/13rossini.pdf>.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Vida de mulheres: dos cocais maranhenses às periferias das cidades canavieiras paulistas. In: *Fazendo Gênero 8 - Corpo Violência e Poder*. 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST3/Maria_Aparecida_de_Moraes_Silva_03.pdf.

_____. Trabalho e Trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco (orgs.). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: UFSCAR, 2007, p. 55-86.

_____. Contribuições metodológicas para a análise das migrações. In: DEMATINI, Z. B. F; TRUZZI, O. (orgs.). *Estudos migratórios. Perspectivas metodológicas*. São Paulo: Edufscar, 2005, p.53-86.

_____. *Errantes do fim do século*. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. Fiandeiras, tecelãs, oleiras... Redesenhando as grotas e veredas. In: *Projeto História*. São Paulo (16), fev. 1998, p. 75-104.

_____. Destinos e trajetórias de camponeses migrantes. In: *Anais VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. v.3. ABEP, 1992, p.161-77.

_____. A migração de mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo: de camponesas à proletárias. In: *TRAVESSIA*. Ano I, n.1, maio-agosto, 1988, p.9-15.

SILVA, S.R.A. *A juventude na “Sulanca”*: Os desafios da inserção no mundo do trabalho em Taquaritinga do Norte - PE. Texto (Qualificação Dissertação Mestrado), Campina Grande, UFCG, 2008.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WAJNMAN, S; QUEIROZ, B. L; LIBERATO, U. C. O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil. In: *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. População: Globalização e Exclusão*. Caxambu: ABEP, 1998.

WOORTMANN, Ellen F. & WOORTMANN, Klaas. *O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: UNB, 1997.



Vidas em trânsito, mulheres dos cocais maranhenses nas periferias das cidades canavieiras paulistas¹

*Maria Aparecida de Moraes Silva
Beatriz Medeiros de Melo
Andréia Perez Appolinário*

O objetivo deste texto é a análise das configurações sociais e laborais resultantes do processo migratório de milhares de camponeses do estado do Maranhão, situado no nordeste do Brasil, para o trabalho nos canaviais do estado de São Paulo, sob as óticas de gênero e geração. De modo geral, esta migração é caracterizada pela partida dos homens jovens e adultos e pela permanência nos locais de origem das mulheres e crianças. Contudo, nos últimos anos, tem se verificado a presença de muitas mulheres acompanhando maridos, filhos e até mesmo netos. Neste texto serão utilizados os dados da investigação na cidade de origem dos migrantes - Timbiras, situada no leste do estado do Maranhão - e na cidade de destino, Guariba, na região de Ribeirão Preto, considerada o maior pólo produtor de açúcar e álcool do país.

A metodologia empregada baseou-se na história oral, em registros imagéticos e na realização de uma 'oficina de bonecas de pano' com nove mulheres na cidade de Guariba. As principais conclusões

¹ Agradecimentos à professora Marivania Leonor Souza Furtado pelas importantes sugestões e correções relativas a alguns termos regionais empregados no texto.

da pesquisa revelam que, embora as mulheres não façam parte da força de trabalho empregada no corte da cana, elas desempenham papéis importantes para assegurar a permanência da família - quer migrando ou não -, para manter os vínculos com os locais de origem e também para redefinir os territórios migratórios sob a ótica feminina, geralmente, interpretado tão-somente vis a vis os homens. Tornar visível as mulheres é também verificar o processo de perda da condição camponesa enquanto quebradoras do coco babaçu nos cocais maranhenses e sua conversão em donas de casa nas cidades canavieiras paulistas.

Nos meses de março e abril de 2007 foi realizada a pesquisa empírica em dois bairros periféricos da cidade de Timbiras, localizada na chamada região dos cocais maranhenses. Foram entrevistadas 30 mulheres e 18 homens, os quais possuíam parentes que haviam migrado para a região de Ribeirão Preto nos últimos anos. Esta cidade é conhecida como 'cidade das mulheres' em razão do grande número de migrantes do sexo masculino que se destinam, sobretudo, ao corte da cana no estado de São Paulo. As mulheres são também conhecidas como 'viúvas de maridos vivos'. Uma das indagações da pesquisa dizia respeito ao trabalho e à vida destas mulheres, as quais ficam separadas de seus maridos ou filhos durante nove meses ao ano. Aos poucos, foram emergindo novas questões investigativas, a saber: muitas mulheres migram com seus maridos, filhos ou, até mesmo, netos; outras, sobretudo as avós, se encarregam do cuidado dos netos enquanto suas filhas e noras partem.

Nos meses de agosto, setembro e outubro do mesmo ano foi realizada a pesquisa na cidade de Guariba, onde há um grande número de migrantes de Timbiras, acompanhados de suas mulheres, filhos, irmãs, mães e primas. Aí foram entrevistadas 16 mulheres e 27 homens. No mês de dezembro de 2008 foi realizada uma 'oficina de bonecas de pano' com nove mulheres já entrevistadas anteriormente. O objetivo desta técnica de pesquisa era permitir que as lembranças da infância aflowssem e, na medida em que elas fossem tecendo as bonecas, suas identidades, por meio do diálogo, fossem sendo definidas e redefinidas.

A fim de facilitar a exposição, a análise será dividida em duas seções, uma referente ao local de origem e a outra ao local de destino.

Cabe esclarecer que esta divisão, embora se reporte aos dois espaços geográficos atingidos pela migração, separados por uma distância de mais de três mil quilômetros, não existe do ponto de vista social, isto é, trata-se de dois espaços geográficos distintos, porém dois espaços sociais complementares, definidos e redefinidos pelos sujeitos que partem e que ficam. Esta complementaridade não é entendida sob a ótica da funcionalidade, da mera estratégia de sobrevivência. Ao contrário, trata-se de um processo dialético, doloroso, conflituoso, experimentado por homens e mulheres.

A presença das mulheres na configuração destes espaços é extremamente importante não apenas como estratégia de sobrevivência individual ou familiar, porém como elo que une os dois espaços. Simbolicamente, as causas estruturais podem ser representadas pela urdidura do processo migratório, enquanto os fios que se entrelaçam no seu interior são tecidos por homens e mulheres, mas são elas que definem as nuances desta configuração social.

Antes da análise dos dois espaços, cabem, nos limites deste texto, algumas informações sobre as razões desta migração. Por que estas pessoas se deslocam por mais de três mil quilômetros todos os anos para os canaviais paulistas?²

Desde o século passado, a economia agrária do Estado e da região de Ribeirão Preto, em particular, contou com a presença de trabalhadores migrantes nacionais para o trabalho nas lavouras de café, de cana de açúcar, de laranja e outras. Na década de 1960 houve a intensificação do processo de modernização da agricultura paulista por meio da modernização do processo produtivo e do gigantesco aumento da produção canavieira, ao longo dos anos, conforme o gráfico I. Data dessa época o surgimento de grandes usinas de açúcar e álcool, as quais foram beneficiadas pelo Proálcool, em 1975, durante o governo da ditadura militar.³ Esse processo de modernização e

² Parte das informações seguintes está presente no artigo de Silva (2009, p. 166-169).

³ O Proálcool foi um Programa que recebeu vultosos incentivos financeiros e teve seu auge em meados da década de 1980. Por meio desses incentivos, o setor canavieiro transformou-se numa agroindústria avançada, incorporando tecnologia no plantio e nas usinas. A produção de automóveis movidos a álcool foi a grande mola propulsora desse programa. A partir de então, cada vez mais, as fábricas de automóveis incentivaram a mistura do álcool à gasolina até chegarem a 2003, quando surgiram os automóveis *flex fuel* movidos a álcool ou gasolina.

reestruturação produtiva foi, no entanto, seguido do processo de expulsão de milhares de trabalhadores residentes nas fazendas: colonos, parceiros, pequenos arrendatários, posseiros e sitiantes.⁴ Além do processo de expulsão, que culminou no desmantelamento do processo de trabalho assentado no sistema dos trabalhadores permanentes, fixos, residentes nas fazendas e sua transformação em “boias-frias”, a modernização da agricultura, sob a égide do Estado brasileiro, foi responsável pelo surgimento das chamadas migrações temporárias, caracterizadas pela presença de milhares de camponeses, geralmente provenientes de várias áreas do nordeste do país, que foram obrigados, pela falta de condições de sobrevivência, a se deslocar para as áreas onde predomina o agronegócio em busca de trabalho.

A região de Ribeirão Preto, a partir da década de 1960, transformou-se em um pólo receptor de milhares desses migrantes todos os anos, que se empregam nas lavouras de café, no corte da cana e também na colheita da laranja. Na verdade, trata-se de uma ‘migração permanentemente temporária’, pois a grande maioria deles migra todos os anos tendo sua vida dividida no espaço e no tempo. Assim, a partir do mês de abril, chegam à região de Ribeirão Preto migrantes provenientes do Vale do Jequitinhonha/Minas Gerais, interior da Bahia e dos demais estados do nordeste, inclusive do Maranhão e do Piauí. No início do mês de novembro regressam à sua região, para, novamente, reiniciarem o ciclo migratório no próximo ano. Em razão das inúmeras migrações que, muitas vezes, não se destinam para os mesmos lugares, a vida desses trabalhadores assemelha-se àquela do voo das andorinhas, as quais partem em busca de alimentação e melhores condições climáticas, retornando ao local de origem assim que a sobrevivência seja garantida.⁵

⁴ No período de 1960 a 1980 saíram da área rural do Estado mais de 2,5 milhões de pessoas.

⁵ Sobre as migrações temporárias, consultar Silva (1991) e Martins (1988).

Gráfico 1:

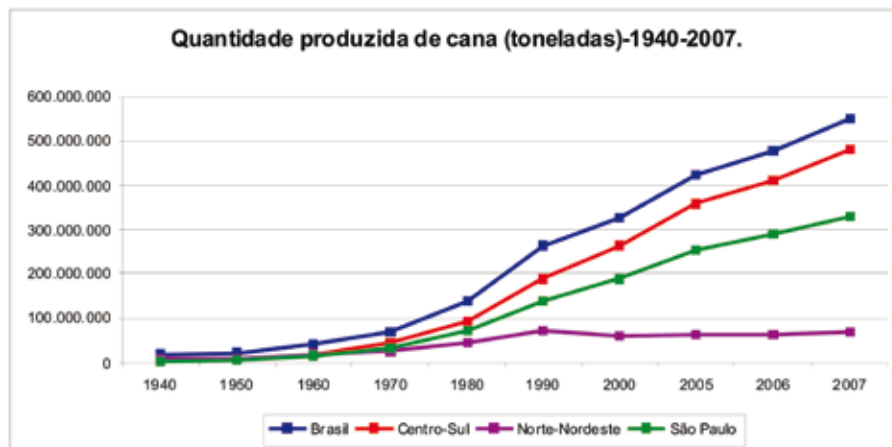


Gráfico elaborado a partir dos dados dos Censos agropecuários e Produção Agrícola Municipal do IBGE

A partir dos finais da década de 1990, no entanto, assiste-se ao processo de mudança da cartografia migratória. Muitos dos migrantes atuais são provenientes do Maranhão e do Piauí, estados que, no passado, tinham pouca ou nenhuma participação nesse processo e que fazem parte da Pré-Amazônia (Meio Norte). Uma das explicações dada para a mudança da cartografia migratória reside no fato de que houve uma enorme intensificação do ritmo do trabalho nos canaviais, traduzida em termos da média de cana cortada, em torno de doze toneladas diárias. Esse fato está diretamente relacionado à capacidade física, portanto, à idade, na medida em que, acima de trinta anos de idade, os trabalhadores já encontram mais dificuldades para serem empregados. Desta sorte, a vinda desses outros migrantes cumpre a função de repor, por meio do fornecimento de maior força de trabalho, o consumo exigido pelos capitais cuja composição orgânica é maior.⁶

Outra explicação se reporta ao processo histórico de expropriação do campesinato dessa região, responsável pela produção destes migrantes. Esse campesinato se formou nos finais do século XIX, logo

⁶ Composição orgânica do capital se refere às máquinas e tecnologia. Quanto maior a composição orgânica, menor é o número de mão de obra empregada pela empresa.

após a abolição dos escravos, quando muitas comunidades de libertos se juntaram aos quilombolas. Foi neste período que se iniciou a produção camponesa de ex-escravos, caboclos e moradores de grandes latifúndios, e também de outros ocupantes de terras, provenientes do Nordeste, em virtude das secas. A utilização do babaçu de forma coletiva é conhecida desde então como o período do “coco livre”, considerado um produto da natureza, portanto, pertencente a todos, segundo o direito consuetudinário.⁷ A lógica da reprodução desse campesinato baseou-se na complementaridade entre agricultura de subsistência e coleta do coco babaçu, de acordo com uma divisão sexual do trabalho bem definida. A coleta é desenvolvida pelas mulheres e a agricultura pelos homens. A atividade de coleta ocorre no período oposto ao da agricultura, de tal modo que, ao se escassearem os alimentos da família, as atividades das mulheres garantem a reprodução, pois, além do azeite para o próprio consumo, as amêndoas são vendidas para diversos fins industriais desde o final da Primeira Guerra Mundial (ANTUNES, 2006, MAY, 1990).

Essa realidade passou a sofrer transformações desde os anos de 1970, quando os governos da ditadura militar incentivaram a modernização da agricultura por meio de apoio a grandes empresas e proprietários de terra. A partir de então, grandes empresas nacionais e internacionais apossaram-se de milhares de hectares de terra em várias regiões do país, processo que envolveu conflitos e assassinatos de povos indígenas, caboclos, além de líderes camponeses e religiosos.⁸ Em várias regiões do estado do Maranhão houve a conversão da agricultura de alimentos para a produção de soja e pecuária. Com isso, as terras começaram a ser cercadas pelas propriedades privadas e as

⁷ No Maranhão, os camponeses ainda praticam a economia extrativista das florestas de babaçu, uma espécie de palmeira (*orbyginia martiana*). Do coco extraem a amêndoa vendida para fins industriais - para a defumação da borracha e combustível - e também utilizadas para a produção de azeite para a alimentação; da casca, fazem o carvão empregado para o preparo dos alimentos; da folha da palmeira, fabricam cestos, chapéus, vassouras, cobrem a casa construída de taipa. A palmeira tem até quinze metros de altura e chega a produzir mais de 500 frutos (coco, babaçu) a cada florada. Além do Brasil, a palmeira é encontrada na Bolívia, Colômbia e México. Essa floresta abrange no Brasil 18,5 milhões de hectares, dos quais mais da metade se acha no Maranhão. A palavra babaçu origina-se do tupi *wawa'su*.

⁸ Ver a respeito, dentre outros, Martins (1982). Sobre a resistência de camponeses contra a expropriação em outras áreas do Maranhão, consultar Sader (1991).

florestas de babaçu destruídas. Data desse período o início do processo de expropriação dos camponeses, cujo destino passou ser a migração para regiões de garimpo e desflorestamento da Amazônia, muitos dos quais foram e são ainda escravizados (CARNEIRO, MOURA, 2008; TONI, 2004; MOURA, 2006; MAY, 1990; SADER, 1991, SILVA, 2009).

Esses fatos estão presentes na memória camponesa, segundo a qual o coco babaçu que era *liberto* passou a ser *preso*, isto é, apropriado pelos grandes proprietários, pondo fim ao livre acesso a um bem natural e transformando o babaçu de valor de uso em valor de troca, em mercadoria, algo que foi motivo de um movimento de resistência de mulheres camponesas da comunidade de Ludovico em meados da década de 1980, graças ao qual, após mais de dez anos, foi conseguida a aprovação de uma lei vigente em alguns municípios do estado do Maranhão, a do *Babaçu livre*, que garante a livre coleta do fruto aos camponeses ainda que as terras sejam privadas (ANTUNES, 2006; BARBOSA, 2006).

Nos finais da década de 1990 inicia-se a migração de milhares desses expropriados para os canaviais paulistas.

As quebradeiras de coco

A cotia rói o coco, mas não sabe aproveitar,
Rói o caroço por cima,
Rói a casquinha por cima e deixa o caroço ficar.
Marido, eu vou, mulher você não vai,
Marido eu vou, nem que eu morra de apanhar.
A cotia rói o coco, mas não sabe aproveitar,
Rói o caroço por cima,
Rói a casquinha por cima e deixa o caroço ficar.
No Brasil de anapuru, se não fosse o babaçu,
Todo mundo andava nu.
A mulher que quebra coco, com gosto e satisfação,
Fica com a vista ligeira quando o coco cai no chão.
Dá no coco babaçu, do Brasil de anapuru,
Se não fosse o babaçu, muita gente andava nu. (2 x)
A mulher que quebra coco não deixa nada se perder.

(Cantiga das quebradeiras de coco - Antônia e Raimunda de Timbiras/MA).

Segundo dados da Pastoral dos Migrantes, em 2006 migraram seis mil trabalhadores de Timbiras/MA para o corte da cana da região de Ribeirão Preto/SP. Como foi visto acima, este município faz parte da chamada região dos cocais maranhenses e apresenta altos níveis de pobreza, situando-se entre os 60 municípios de menor IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) do país, cujos valores correspondiam a 0,426 em 1991 e 0,524 em 2000. Em 2007 a população era de torno de 26 mil habitantes, dos quais um pouco menos da metade ainda vivia na área rural.

A pesquisa empírica foi realizada em dois bairros - São Sebastião e Mutirão - local de moradia de muitos homens migrantes para São Paulo. A grande maioria das casas é de taipa, coberta com as folhas da palmeira do babaçu. Janelas e portas são também de folhas desta palmeira. As ruas não são pavimentadas, há rede de energia elétrica, mas não há fossas sépticas ou rede de esgoto.⁹ Nestes bairros, habitados pelas famílias dos migrantes, o espaço urbano é a continuidade do espaço rural. Nos quintais, geralmente, há plantações de árvores frutíferas como bananeiras, pinhas, mangueiras, além de mandioca, feijão e milho. Os fogões são de argila e a carvão, o qual é produzido da casca do coco babaçu. Há também criações de porcos, galinhas e ovelhas. As ruas são muito frequentadas pelas crianças e mulheres. A sociabilidade dos vizinhos e parentes ocorre nas ruas. Nas casas há poucos homens, geralmente, os mais velhos e aposentados.

No tocante ao trabalho, a grande maioria das mulheres se esforça para manter a atividade de 'quebrar coco', embora ela esteja em declínio em razão das florestas estarem cada vez mais distantes dos locais de moradia. Em virtude de não possuírem nenhum meio de transporte, elas percorrem longas distâncias a pé até os cocais. Muitas delas, impossibilitadas pela idade, pagam um percentual às mais jovens pela coleta do coco. Trata-se de uma atividade desenvolvida individual ou coletivamente. Neste último caso, reúnem-se algumas

⁹ Segundo informações do Ministério das Cidades, apenas 40,1% das casas são ligadas à rede geral de abastecimento de água e 8,3% possuem fossa séptica ou ligações à rede geral de esgoto. A taxa de mortalidade infantil em 1991 era de 102,4 por mil nascidos vivos, enquanto a taxa de analfabetismo em 2000 era de 48%. Vale lembrar que, em 2007, a taxa de mortalidade infantil para o conjunto do Brasil era de 19,3 para cada 1000 nascidos vivos (Folha de S. Paulo, Ribeirão C 9, 01 de março de 2009).

mulheres sob a cobertura com folhas da palmeira no quintal de uma delas, chamada 'casa do coco'. Às vezes há também a participação dos homens e crianças. Para os(as) que vivem nas cidades, além dos salários dos que migram, a aposentadoria dos avós ou os rendimentos provenientes da transferência de renda do governo federal - Bolsa família e Bolsa Escola - a única fonte de rendimento é proveniente do trabalho das mulheres, enquanto quebradeiras de coco babaçu. Elas trabalham o dia todo na coleta dos cocos e no final do dia os levam em sacos à cabeça para suas casas, onde são quebrados. Uma parte da produção é transformada em azeite para o consumo familiar e outra parte é vendida aos comerciantes locais ao preço de R\$ 0,80 o kg (em 2007). Em média conseguem quebrar de 5 a 7 kg de coco por dia, o que lhes rende de R\$ 4,00 a R\$ 6,00, valor insuficiente para a manutenção da família.

(...) Às vezes a pessoa não tem condição e passa o dia todinho quebrando coco em matas aí para longe, porque aqui por perto não tem, tem no começo da safra, aparece algum cachinho, mas quando vai para o final da safra, aí vai se acabando tudo. Aí é obrigado a quebrar coco na distância como daqui eu não sei quantas léguas, eu não sei nem lhe dizer, porque é longe para ir a pé e vir, porque nem carro num tempo deste entra para lá, ônibus nenhum entra para gente poder entrar na estrada, porque tem uma estrada, mas é tudo cheia de água, só a pé mesmo até animal atola nos caminhos, no verão ajuda mais. Mas o tempo desse é maior dificuldade para pessoa quebrar coco lá longe, mas aqui no Timbiras quase não tem coco, ainda um pouquinho que tem é muita gente a acaba logo, aí é obrigado ir para o centro quebrar para lá como eu lhe estou dizendo, sai muito cedo para poder chegar com hora de trabalhar e vem chegar mais tarde do que isso aqui, para quebrar seis quilos de coco, quem ainda quebra muito, quem não quebra, 3 quilos, uma mulher 'baseada' quebra 12 quilos, 15 quilos. As que não sabem quebrar não ganham nada no coco, só é R\$ 0.80 o quilo [sic] (Depoimento de dona Maria de Jesus Lima da Silva, 47 anos).

Em todos os depoimentos fica claro que esta atividade é transmitida de mãe para filha e é predominantemente feminina, embora haja a participação dos homens como ajuda.

O pai dela (referindo-se à filha), eu me casei com pai dela, mas aí ele bancou o satanás, ele me deixou de resguardo dela e foi conviver com outra; minha mãe que me pegou de resguardo. Eu fiquei de resguardo, minha mãe me tratou de resguardo, me sustentou no resguardo, ela quebrando coco também para me sustentar e o papai (...) Ai ela me sustentou e eu acabei o resguardo e quando eu acabei o resguardo eu fui quebrar coco, tratar de roça para eu poder sustentar ela e eu [sic] (Depoimento de dona Maria de Jesus Lima da Silva, 47 anos).

Este depoimento revela a importância da atividade para o sustento dos filhos e também as dificuldades agora encontradas pelas mulheres que ‘moram na rua’, isto é, na periferia das cidades, pois cada vez mais as distâncias aumentam e as florestas se escasseiam em função da destruição por meio da queima e das máquinas das grandes empresas e latifundiários, cuja finalidade é a plantação do capim para a pecuária bovina. É uma atividade sazonal, pois a coleta é feita no período de outubro a março. Trata-se de um trabalho pesado, desempenhado até mesmo durante o ‘resguardo’, que envolve riscos, quer seja durante a coleta do coco, em razão da existência de cobras, quer seja durante a quebra do coco. Foi encontrada uma mulher já idosa que, mesmo não indo mais aos cocais, usava uma aliança benzida para lhe proteger das cobras.

Esta atividade é feita por elas, as quais a executam sentadas ao chão. Elas seguram com o pé esquerdo o cabo do machado e com a mão esquerda, o coco; em seguida, munidas de um pedaço de pau na mão direita, batem com força sobre o coco apoiado na lâmina do machado. A fim de obterem maiores rendimentos, o coco precisa ser quebrado com apenas um golpe. Além de riscos de cortes nos dedos, muitas mulheres se queixavam de dores na coluna, sobretudo, as mais idosas, impedidas de se dedicarem a esta tarefa. Em seguida, as amêndoas são torradas, piladas e levadas ao fogo com água a fim de ser ‘apurado’ o azeite. As amêndoas também são vendidas aos atravessadores a R\$ 0,80 ao kg. Algumas mulheres vendem o azeite em garrafas. Este dinheiro é empregado na compra de alimentos para os filhos. A casca do coco é transformada em carvão, utilizado para cozinhar ao invés do gás, cujo preço é inacessível para muitas. Outras ainda afirmaram que

não utilizam o gás por medo de explosão. Para a confecção do carvão, é feito um buraco no chão, ‘caieira’, onde são colocadas as cascas cobertas com folha da palmeira e barro. Depois de dois dias, é retirado o carvão para uso próprio ou para ser vendido. Do mesocarpo, entre o endocarpo (a casca) e as amêndoas, é retirada uma substância branca, que após ser secada ao sol, produz a farinha (70% de amido e carboidratos) utilizada para fazer bolos e mingau, ‘cuba’, bastante nutritiva para ‘meninos molinhos’, isto é, crianças lactentes.¹⁰

Outras pessoas comem o ‘gongo’ (larva de um besouro encontrada junto às amêndoas) do babaçu mesmo. Quando a gente vai quebrar coco a gente vai logo tirando. Come com a farinha. Eu mesmo comi muito. Minha mãe fazia para gente, não tinha nadinha para comer, ela ia, tinha uns coco ou tucum, ela quebrava, tirava todinho, fritava e dava um pouquinho para cada um. Eu comi muito. Ficava uma farofinha (Depoimento de Leontina Silva, 37 anos).

Além da importância do coco babaçu para a alimentação direta - azeite, farinha -, ou indireta - por meio da venda das amêndoas, do carvão ou do azeite - ressalta-se a sociabilidade, marcadamente feminina, a ele relacionada.¹¹ Foi possível observar que, ademais da venda em dinheiro, as mulheres trocam entre si trabalho e produtos. Algumas, impossibilitadas de recolherem o coco por serem mais velhas, pagam aquelas que o fazem para si sob a forma de amêndoas, azeite ou carvão. O mesmo ocorre com aquelas que deixam as crianças sob a guarda de outras. Em virtude das grandes distâncias, as mulheres não levam mais aos cocais as crianças pequenas, tal como ocorria antes, quando viviam no ‘interior’, isto é, na roça.

Esta mesma situação foi encontrada em outra pesquisa realizada no Vale do Jequitinhonha/MG. A prática da troca de dias de trabalho na roça entre as mulheres era um exemplo da solidariedade camponesa, sobretudo no período em que a grande maioria dos homens migrava

¹⁰ Há outras denominações: a puba é farinha d’água produzida pela mandioca; a farinha do mesocarpo, regionalmente, chama-se cuba ou cubá.

¹¹ A amêndoa também é utilizada para extrair o leite, muito utilizado com farinha de mandioca ou na preparação de bolos e nos cozimentos de peixes e carnes.

para os canaviais e cafezais paulistas. Havia também aquelas mulheres que, por serem mais idosas, não podiam buscar lenha para o consumo doméstico e, neste caso, elas retribuíaam àquelas que o fizessem com prestações de trabalho, sobretudo, cuidando das crianças menores (SILVA, 1998).

Desse jeito, quebrando coco. Lá nessa comunidade que a gente chama de Sardinha antes tem uma comunidade chamada Februl, que é a mais próxima. Eu deixava sempre os maiores irem para escola e eu dizia: olha para tal lugar, eu deixava um ponto de referência para onde eu ia trabalhar no mato, botava os menores, levava a redinha de colocar o coco atrás e levava farinha. Eu ia quebrando coco e eles iam juntando os coquinhos e botando lá para mim, a outra turminha, que eu tinha 6 filhos, o caçula sempre já sentava, andava, eu levava na redinha. Quando os maiores saíam da escola, eles iam lá para onde eu estava. Lá a gente fazia o molho, nem era o arroz com molho, era farinha com molho de pimenta com sal; fritava gongo, o que tinha, lá a gente fazia aquele almoço com aquela farinha. Quando vinha embora de tarde, saía do mato às quatro horas da tarde, chegava e ia comprar aquele arroz ou feijão ou um ovo, a janta era o almoço. E assim vivi muito tempo (...) (Depoimento de Leondina Caetano da Silva, 62 anos).

Este excerto revela que o trabalho da coleta, embora pesado e perigoso, era também feito com a ajuda das crianças. Vale ainda notar que o trabalho produtivo se fazia simultaneamente ao trabalho reprodutivo, na medida em que as crianças menores iam na ‘redinha’, também utilizada para transportar o coco. O preparo da comida, à base de farinha e molho de pimenta, era uma forma de aplacar a fome, diminuída com a compra de arroz, feijão, ovo, por meio da venda das amêndoas do coco. Este molho com pimenta, chamado de ‘chibel’¹² parece ter sido uma prática comum utilizada por muitas outras mulheres, segundo vários depoimentos.

¹² Existem outras variações quanto a essa denominação e correspondem ao modo de preparo desse alimento: quando se usa a água com sal fervida sobre a farinha denomina-se “escalado”, quando a farinha é molhada com o caldo das carnes é chamado de “pirão” e quando somente molhada com sal e pimenta também pode ser conhecida como “tiquara”, termo de origem tupi.

A ida para a cidade implicou em novas configurações sociais, mas a atividade relacionada ao coco continua sendo muito importante para o sustento de muitas famílias, mesmo daquelas cujos membros masculinos migram. O coco babaçu faz parte das representações simbólicas femininas, tais como dádiva divina, sustento dos filhos, sem o qual, *muita gente andava nu*, tal como o verso da cantiga acima citada.

A derrubada dos babaçuais representa a perda do sustento da família e também a perda simbólica. Algumas mulheres representaram a palmeira como mãe e o cacho de coco como os filhos, algo também analisado por Barbosa (2006, p. 56-58).

Mas apenas os seres humanos formam figurações uns com os outros. O modo de sua vida conjunta em grupos grandes e pequenos é, de certa maneira, singular e sempre codeterminada pela transmissão de conhecimento de uma geração a outra, portanto por meio do ingresso do singular no mundo simbólico específico de uma figuração já existente de seres humanos. Às quatro dimensões espaço-temporais indissolúvelmente ligadas se soma, no caso dos seres humanos, uma quinta, a dos *símbolos*, socialmente aprendidos (ELIAS, 2006, p. 25).

A queimada e a destruição das palmeiras representam, portanto, não somente um duro golpe nas condições de sobrevivência alimentar como também na identidade destas mulheres e na desapropriação de suas memórias. Nas ‘ruas’ (periferia das cidades), tentam reproduzir a vida de antes, apesar das longas distâncias. Esforçam-se para não se apartarem do coco babaçu, ainda que sofram o impedimento e a violência dos maridos, ainda que *morrão de apanhar*.

As outras atividades desempenhadas pelas mulheres se reportam ao trabalho doméstico, que inclui o quintal, além do cuidado das crianças. Estas participam da quebra do coco e também do preparo do carvão. Foram encontradas algumas mulheres que vão para o ‘interior’ (roça) juntamente com os maridos e filhos em terras arrendadas. Plantam arroz, feijão melancia, culturas temporárias, e, em alguns casos, a mandioca. Pagam o ‘foro’ (renda em produto) para o dono da terra, em torno de 30% da produção colhida. Muitos proprietários não permitem o plantio da mandioca, pois se trata de um cultivo cuja colheita só pode ser feita após 18 meses, algo que não

lhes interessa. No Bairro São Sebastião há uma casa de farinha. Ainda que somente os homens estivessem trabalhando, foi constatado que muitas mulheres exercem tarefas relacionadas a este fabrico.

Para fazer a farinha, planta aquele pauzinho, ele nasce, enraíza, e gera a mandioca, ‘manaíba’,¹³ para fazer a farinha. A gente torra na casa de farinha. A gente arranca a mandioca e descasca, aí bota dentro da água dentro de uns tanques, aí com três dias ela está mole e a gente tira dentro daquela água e leva no motor e sova ela, bota na prensa de parafuso até ficar enxuta. A gente peneira ela e bota no forno para torrar. A gente paga 15% para o dono da casa de farinha. Às vezes a gente paga outras mulheres para descascar a mandioca, paga para torrar, mas a gente está do lado. (...) Ela é assim a farinha branca; nem todo mundo gosta de comer, a gente não bota dentro da água. A gente descasca aquela mandioca, lava para sair a terra, a gente vai com ela no motor e sova ela, bota para prensar, quando cai aquela água todinha, aí a gente peneira ela e vai torrar sempre no forno meio frio. Não muito quente que é para não ficar muito cascuda e queimar. Quando é amarela, a gente bota dentro da água e com 3 dias a gente tira, aí faz a mesma coisa, torra no forno bem quente que é para ficar escaldada e granuladinha. Uns chamam goma e outros chamam de tapioca. Para tirar a tapioca dessa que a gente não bota dentro da água, a gente descasca e lava para tirar a terra, quando está só a massa a gente bota em uma vasilha, a gente coloca água dentro, aí mexe bem aquela água e coloca um pano fininho, bem fininho, um ‘volta ao mundo’ ou um algodãozinho, a gente arma, tipo assim, uma rede, despeja aquela água, aquela massa com aquela água dentro daquele pano e aquela bacia fica embaixo amparando aquela água que cai; quando assenta, a gente derrama aquela água e fica a tapioca. (...) Nós fazemos para nosso consumo. Quando eu faço, eu ajudo um e outro. Aquelas pessoas que vêm e me ajudam, não faço questão do dinheiro, meus vizinhos me ajudam e eu pago com farinha [sic].

Além de revelar o saber feminino sobre o preparo da farinha e da tapioca, a depoente destaca a participação de outras mulheres e

¹³ O termo “manaíba” em outras regiões do Maranhão é conhecido como “maniva”. A depoente expõe de maneira breve o conhecimento sobre o fabrico de dois tipos de farinha consumida no Maranhão: a d’água e a seca, além da tapioca, que também tem processos distintos de fabricação da goma para a tapioca de bolos ou grolada.

a troca do trabalho pela farinha. A sociabilidade do mundo camponês, do 'interior', derivada do trabalho - representada pelos fogões a carvão, pelas casas de sapé, pela 'casa do coco', pelas 'caieiras' onde se produz o carvão, pela 'casa da farinha', pelo quintal, pelo jegue que carrega os 'cofos' em seu dorso (balaios feitos da palmeira do babaçu) -, ainda revive nas 'pontas de rua' da cidade, ao lado das antenas parabólicas, dos aparelhos de som, das televisões e geladeiras, das motos, das bicicletas - comprados com o dinheiro advindo do corte da cana em 'Ribeirão'. São configurações resultantes de dois mundos espaço-temporais. Um mundo cujo tempo é regido pelas regras da sociabilidade do dinheiro, dos valores de troca, da mercadoria e da necessidade de migrar, e outro mundo regulado pelo tempo circular, pelos valores de uso, pelo tempo de fazer farinha, de plantar arroz, de colher coco, de esperar o inverno (época das chuvas), e assim por diante.

Em suma, as mulheres executam as seguintes atividades: domésticas, incluindo o quintal, cuidado com as crianças, quebra do coco, produção da farinha, sem contar aquelas que plantam roça em terras arrendadas. Vale a pena ainda mencionar que as crianças participam de todas as estas tarefas, sobretudo na quebra do coco e, até mesmo, no preparo do carvão e do trabalho na roça.

Um outro dado importante a ser acrescentado às novas configurações é o papel desempenhado pelas avós. Foram encontradas muitas mulheres cuidando dos netos em razão da partida das filhas ou noras. Em virtude dos preços das passagens, nem sempre é possível levar todos os filhos. Há mulheres que partem com alguns filhos, geralmente os menores de idade, pois assim podem transportá-los no colo, e deixam os outros sob os cuidados das avós. Há também situações em que mesmo os menores são deixados com as avós.

Mesmo ali no bairro que a gente mais trabalha ali no Mutirão, a maioria das crianças fica com as avós. Essa questão de escola aqui em Timbiras, eles vão para escola, mas na ausência dos pais, a gente percebe que crescer sem o pai e sem a mãe também é mais difícil. Então eles não têm esse relacionamento de família mesmo, as crianças estão ali andando pela rua, porque as avós educam, mas já não têm aquela força que têm os pais. As crianças aqui são muito criadas pelas avós. A gente vê, lá perto de casa tem uma família que chegou agora, o filho dessa

senhora, ele tem a esposa e outras mulheres e lá nessa casa estão chegando muitas criancinhas de dois e três anos, e as mães vão entregar às avós. Aí passa um mês com uma avó, aí passa outro mês com outra avó, essa criança fica sendo jogada de um lado para o outro, leva para roça e traz da roça. Essa criança não cria laços, não tem um ambiente sossegado para ela. Eu estava perguntando para ela, tinha uma criança que começou a andar, eu digo: cadê o meninuzinho que trouxeram para senhora? Levaram, minha irmã, para roça, não levaram nenhuma blusa para vestir o bichinho, aí fica para lá. Eu digo: ele não vem para senhora cuidar dele? Ela estava cuidando dele bem com cuidado, ela estava cuidando do bichinho. Ele não vem? Não sei, minha irmã, quando eles vão trazer essa criança dessa roça, lá tem muita motuca, lá tem muito mosquito, essa criança está cheia de carozo, está acabada. A gente fica até triste, porque os pais saem e têm que trabalhar fora. As avós criam com boa vontade, mas não têm uma formação pedagógica para ajudar. É um jeito de criar, se tem o que comer está muito bom, mas na esfera da educação eles não podem acolher [sic] (Rosimar Alves de Almeida, pertencente à Pastoral da Criança).

A visão da agente da Pastoral evidencia a crítica à forma pela qual as crianças são cuidadas pelas avós. Segundo ela, as avós não possuem a mesma autoridade dos pais, sem contar que pelo fato de ficar ora com uma avó, ora com outra, a “criança não cria laços”, ou seja, em sua visão, tais laços só podem existir se forem produzidos no contexto do modelo da família nuclear. Este modelo idealizado não é o que foi encontrado nesta realidade social. Muitos arranjos familiares existem como forma de estratégias diante da situação migratória.

O ato de cuidar das crianças é uma prática que não se circunscreve apenas aos pais biológicos. A figura do padrinho e da madrinha faz parte dos costumes que sedimentam as relações primárias ainda bastante presentes, aliás, provenientes do mundo rural camponês que não se dissolveu totalmente na cidade. A circulação de crianças pelos lares de avós e outros parentes é muito comum, principalmente, no momento atual com a migração dos homens adultos e jovens. É muito comum a presença das duas mães, a biológica e a de criação. Esta última geralmente tem relações de parentesco ou de vizinhança com a criança. A doação sempre está relacionada à incapacidade da

mãe biológica em ‘criar’ a criança, em razão de possuir muitos filhos e também do abandono dos maridos.

A outra menina não cria comigo, não. Quem cria é uma tia, irmã de minha mãe. Faz quatro anos. Ela não me chama de mãe. Dei porque não tinha condições de cuidar, se fosse para um estranho eu não daria não (Depoimento de Benice, 26 anos).

Estou muito satisfeita com esse meu filho adotivo, botei ele para estudar e ele fez meus gostos. Eu prometi para ele bem assim, eu te boto para fazer carvão e para quebrar coco, mas eu te boto para estudar. Você escolhe o melhor. Ele escolheu estudar. Ele me fez todos os gostos. Casou com uma mulher e eu gosto muito dela, eu não tenho nada a dizer (...). Depois de um tempo, o marido dela foi embora com outra mulher e ela ficou bem aí, mas ficou sem nada, só com quatro filhos nas costas. A maior com 12 anos, outro de oito anos, esse com quatro anos e a menina com dois anos. Deixou ela sem nada na casa, eu ajudei ela criar os filhos dela, ela é uma mulher nova e precisava criar os filhos dela e eu não empatei. Ela me deu esse e a outra mais velha ela não meu deu, mas ela, um dia ela chegou aqui e falou: Mãe Nega, vou lhe pedir uma coisa, a senhora quer que eu venha morar com a senhora? Você quer vir morar mais eu? Você aguenta meus abusos? Para aguentar meus abusos, pode vir. Ela saiu só quando casou. Criei eles e amo eles [sic] (Depoimento de dona Nega, 68 anos).

No que tange à circulação de crianças, os trabalhos de Fonseca (2000) abordam a realidade nos bairros pobres urbanos. Em pesquisa realizada com trabalhadoras rurais, chamadas de boias-frias, na região de Ribeirão Preto, foi possível constatar a existência desta prática. As mulheres chefes de famílias que não podiam arcar com os gastos de todos os filhos, geralmente “davam” um deles para algum parente ou ao padrinho. Este ato, no entanto, poderia não ser definitivo, ou seja, o tempo de doação ficava condicionado à melhora financeira da família. Assim sendo, a criança transitava pelos dois lares, o que, na verdade, também era uma forma de circulação dos laços afetivos (SILVA et al, 2007).

No domingo à tarde muitas mulheres, acompanhadas das crianças, se dirigem aos *orelhões* no centro da cidade a fim de receber as

chamadas telefônicas dos maridos ou filhos que estão fora. Este é o momento em que os dois espaços, embora geograficamente distantes, se unem por meio das notícias dos que partem e também dos que ficam. Aquelas que moram no 'interior' se deslocam para a cidade e ficam à espera das chamadas.

Nos *barracos* das cidades canavieiras paulistas

Tal como foi dito acima, a pesquisa empírica em Guariba/ SP com as mulheres que acompanham seus maridos com ou sem filhos deu-se em dois momentos. Inicialmente foram entrevistadas 16 mulheres no bairro Alto, onde se aglomera a grande maioria dos migrantes e, em seguida, foi realizada a 'oficina de bonecas de pano' com nove mulheres, com o intuito de aprofundar o conhecimento das lembranças, do cotidiano e das relações de gênero.

Os trabalhadores denominam os locais de moradia de 'barracos' ou 'cortiços'. São cômodos alugados nos fundos de quintais nas periferias da cidade. Os banheiros e tanques são de uso coletivo. Em geral, há um tanque e um banheiro para cada grupo de três ou quatro moradias, cada uma delas com dois cômodos; um deles serve como quarto e sala e outro como cozinha. O tanque se destina à lavagem da roupa e dos utensílios da cozinha. Esta forma de habitar impõe aos moradores, sobretudo às mulheres, que realizam as tarefas domésticas de lavar a roupa e a louça, vários arranjos, como a divisão de tarefas relacionadas à limpeza dos banheiros e também a divisão do tempo para o uso dos tanques.

O tempo do espaço reprodutivo obedece às determinações do tempo do espaço do corte da cana. O cotidiano das mulheres é orientado pela lógica do tempo de trabalho de seus maridos, filhos e parentes nos canaviais. A jornada de trabalho das mulheres inicia-se por volta das quatro horas da manhã. Preparam o almoço e a merenda de seus maridos ou parentes que se destinam aos 'pontos' de ônibus - que os transportam até os canaviais -, por volta das cinco horas e trinta minutos. Em geral, eles regressam a partir das dezessete horas. Logo após a saída dos homens, aquelas que possuem filhos em idade escolar lhes preparam para levá-los até a escola. As demais dão início

às demais tarefas domésticas e cuidam das crianças. As saídas às ruas ocorrem quando vão ao supermercado, às aulas de crochê ministradas por agentes da Pastoral do Migrante, ao Posto de Saúde ou ao banco para receberem os salários dos homens. Por volta das quatro horas da tarde preparam o jantar para os homens que chegam do trabalho e, em seguida, lavam suas roupas para serem usadas no dia seguinte. Em razão do pequeno número de chuveiros, elas e as crianças os utilizam antes da chegada dos homens. Algumas delas desempenham algumas atividades remuneradas como faxineiras, manicures. Uma delas revendia cosméticos e roupas de cama, pertencentes a um revendedor de Araraquara, que lhe pagava com produto, segundo a quantidade vendida. Foi encontrada uma mulher que cuidava das crianças de outras que trabalham fora de casa.¹⁴

O uso coletivo de tanques e banheiros determina não somente a divisão do tempo de trabalho das mulheres como também novas regras de sociabilidade. Por isso, preferem morar ao lado de parentes e conhecidos do Maranhão. Dificilmente há nos quintais pessoas de diferentes estados. Ainda que o bairro seja habitado por trabalhadores rurais, há uma nítida divisão espacial relacionada ao estado de origem. A sociabilidade delas se restringe ao convívio com outras mulheres maranhenses e, do mesmo modo que os homens, consideram o lugar de destino como passagem, algo temporário em suas vidas e nutrem a esperança do retorno para seus lugares de origem. Da mesma forma que as mulheres que não partem, elas esperam a chegada do domingo, quando telefonarão para ter notícias dos que ficaram, sobretudo, dos filhos deixados para trás. A imagem do retorno é gerada pelo desejo, pela vontade, imagem que acaba sendo um elemento constitutivo da identidade destas mulheres. Elas estão ali por algum tempo, jamais para sempre - segundo os relatos.¹⁵

Inquiridas sobre o lazer, elas afirmaram que não dispõem deste tempo em razão de dois fatores. Um deles relacionado ao trabalho duro do corte da cana que impõe aos homens a necessidade de repouso para a recuperação das energias (SILVA et al, 2006). Outro fator

¹⁴ Ver, a respeito, sobretudo, nas décadas de 1970 e 1980, Stolcke (1986) e Silva (1999).

¹⁵ Em razão de não existir a telefonia móvel em Timbiras/MA, o telefone público (orelhão) é o utilizado.

se reporta ao sistema imposto pelas usinas, denominado ‘cinco por um’, isto é, a jornada semanal de trabalho é de cinco dias seguidos e o descanso de um. Este sistema impede que o dia de descanso seja o mesmo para todos. A imposição deste regime contratual de trabalho provoca em suas vidas, quer no aspecto individual, quer no familiar e também nas relações de sociabilidade, muitos desencontros. Desta sorte, eles são privados do convívio familiar e da sociabilidade dominical com os amigos.

Em vários processos analisados em outro trabalho (SILVA; RIBEIRO, 2009) restou corroborada a denúncia de que as usinas, por meio de seus feitores, exercem pressão e coação, pois aqueles cortadores de cana que não aderirem a este acordo coletivo, com a cláusula exigindo o cumprimento do sistema cinco por um, sofrem ameaças e podem ser demitidos, sem contar que aqueles que não apoiarem tal regime correrão o risco de não ser contratados na próxima safra. Esta ação atrela o trabalhador ao cumprimento das normas realizadas no tempo presente e também futuro. Este regime é uma forma de controle dos trabalhadores pelas usinas, pois na medida em que são impedidos de conviver socialmente, a possibilidade de ação política torna-se remota, dificultando assim a ação política dos mesmos. Em vários momentos as mulheres se referiram ao espaço onde vivem como espaços fechados, sem liberdade, ao contrário de seus locais de origem. Muitas delas se referiram à cidade como violenta, enquanto outras afirmaram que não podiam deixar as crianças brincar nas ruas e que não buscavam trabalho fora de casa para cuidar delas.

Estas considerações remetem à produção de novas configurações sociais e laborais. A preocupação desta investigação é a análise das configurações nos dois espaços, mostrando as diversidades, as distâncias, como também as proximidades sociais entre eles. Buscou-se também analisar vis a vis a produção de relações sociais complementares dialeticamente e não funcionalmente. Não se trata de relações transplantadas de um universo social para outro, porém de relações permeadas pelas contradições derivadas da realidade migratória imposta a homens e mulheres, quer seja no local de origem, quer seja no local de destino.

O conceito de experiência de Thompson (1981) é uma ferramenta importante para a compreensão das relações dialéticas advindas das

relações de classe, gênero e etnia, considerando que a grande maioria dos migrantes é negra ou parda, elemento este que aflora nas relações com o outro (branco) das cidades paulistas. Nestes espaços, eles passam a se perceber enquanto maranhenses, distintos dos paulistas.

Os homens e as mulheres retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, 'indivíduos livres', mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida 'tratam' essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (...) e, em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre a situação determinada (p.182).

O conceito de experiência thompiano remete à ação dos sujeitos inseridos em relações sociais determinadas - de classe, gênero, etnia. Importa reter o significado do verbo *tratar*, referente à experiência tratada pela consciência e pela cultura, que diz respeito à reelaboração, ressignificação de sentimentos, maneiras de pensar, de ser e de agir a partir do mundo social em que vivem. Dizer que a experiência é resultante da imbricação da ação dos sujeitos e das estruturas sociais existentes é o mesmo que admitir que as *circunstâncias fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias*. Vale ainda acrescentar um outro ponto importante a estas reflexões. A história individual ou coletiva não é um processo teleológico. Há que se considerar o papel do acaso na história. Segundo HELLER (1985), as fases decisivas do desenvolvimento foram frutos do *acaso*: "as alternativas históricas são sempre reais: sempre é 'possível' decidir em face delas, de um modo diverso daquele em que realmente se decide" (p. 15).

Estas reflexões auxiliam a compreensão destes dois espaços cujas distintas temporalidades - passado, presente e futuro - se acham imbricadas e são resultantes das ações dos sujeitos em determinadas circunstâncias. As ações assim produzidas não se reportam às finalidades objetivas, predeterminadas, sempre previsíveis, porém ao campo de possibilidades, de alternativas, de acasos. Apesar da superexploração da força de trabalho, da precariedade das condições de moradia, das discriminações étnicas nos lugares de destino,

das dificuldades encontradas em razão da separação das famílias, os sujeitos envolvidos neste processo social não são vítimas passivas. Criam estratégias que visam diminuir as perdas sofridas, e, em muitos casos, apesar da distância geográfica, os vínculos sociais e familiares são redefinidos e reforçados e pequenas resistências são produzidas.

Durante a pesquisa foi constatado que um dos *gatos* da cidade de Timbiras possui uma loja que vende passagens de ônibus clandestinos para o estado de São Paulo, principalmente, para a região de Ribeirão Preto, durante todo o período da colheita da cana (oito a nove meses ao ano). Este fato chamou a atenção, pois, até então, acreditava-se que houvera dois momentos de trânsito dos migrantes: um no início da safra (mês de abril) e outro no final (novembro). Inquirido sobre esta questão, ele informou que durante todo o tempo há trabalhadores que vêm e outros que voltam, sem contar a presença de muitas mulheres, cujos maridos, após receberem o primeiro salário, lhes enviam o dinheiro para a compra da passagem. Foi encontrada em Timbiras uma mulher de 68 anos de idade que viajaria no mês de maio para cozinhar e lavar as roupas dos quatro netos migrantes. Sua intenção era permanecer até o final da safra. Esta mulher afirmou também que, além do trabalho, seu desejo era ficar junto dos netos, já que a mãe deles havia morrido e ela os criara desde quando eram pequenos. No caso dos trabalhadores que regressam antes da safra, os motivos variam. Muitos não suportam a dureza do trabalho; outros não são selecionados pelas usinas em razão de não conseguirem manter os altos níveis de produtividade no corte da cana; outros adoecem; outros, em virtude de acidentes, são impossibilitados para o trabalho; outros são despedidos por não acatarem as normas de controle no ato do trabalho; outros partem em busca de outros lugares de trabalho; outros, ainda, atraídos pelas promessas enganosas de aliciadores, ao não encontrarem trabalho, são “expatriados” pelas prefeituras locais; algumas mulheres regressam por não se acostumarem ou em razão da violência dos maridos; outras vêm, movidas pelo ciúme ou pelo temor de que os maridos ou namorados as deixem por outras mulheres do local de destino; outras vêm em busca de trabalho para poderem arcar com o sustento dos filhos, sobretudo, as que foram abandonadas pelo marido.

Este trânsito de pessoas é também acompanhado do trânsito de mercadorias de lá e de cá.¹⁶ Muitos compram geladeiras, fogões, aparelhos de som, brinquedos e até motos e os enviam às pessoas que ficaram. Estas, por sua vez, mandam aos que partiram feijão, arroz, azeite do coco babaçu e farinha. Numa das moradias havia um vaso plantado com ‘cuxá’ (erva utilizada na culinária dos camponeses).¹⁷ Durante a ‘oficina de boneca de pano’ uma mulher afirmou que enviaria a boneca feita por ela a sua filha, que ficara sob os cuidados da avó em Timbiras, como presente de Natal, pois ela jamais tivera uma boneca até então. Assim, nos ‘cortiços’ e ‘barracos’ das cidades canavieiras paulistas, vai sendo tecido um pouco do mundo da vida dos cocais maranhenses, por meio do ‘cuxá’, do modo de fazer o arroz, da farinha, da carne, do peixe, das fotos dos que ficaram, das lembranças, da saudade da mãe e do imenso desejo de retorno. Enquanto isso, estranham o gosto da carne (vendida fria ou congelada), do feijão, do arroz, e, sobretudo, da farinha. Estranham também as músicas do forró, as pessoas da cidade, o frio durante os meses de inverno e até mesmo o *jeito de falar paulista*. Estranham o fato das pessoas da cidade denominarem os maranhenses de *pés-rachados e cabeças-grandes*.¹⁸

Os depoimentos seguintes refletem as configurações sociais sob a ótica de gênero da qual fazem parte estas mulheres, configurações estas permeadas pela violência dos maridos, pela resistência e conformismo.

Para falar a verdade, eu só fazia o filho na mulher e saía pelo mundo para ganhar o pão de cada dia, passava um ano, dois anos fora. Ele mesmo (referindo-se ao filho presente no momento da

¹⁶ Este trânsito permanente de pessoas e de mercadorias entre os locais de origem e os de destino foi também encontrado em outras cidades. Em São Carlos, num bairro habitado maciçamente por migrantes nordestinos, há ônibus que circulam semanalmente para várias cidades do interior da Bahia. Numa das ruas do bairro há uma mercearia chamada Casa do Norte, cujos produtos comercializados são trazidos nestes ônibus, como carne seca, farinha, pimenta, requeijão, feijão, bebidas, etc. Melo (2008) encontrou situação semelhante com os migrantes nordestinos na cidade de Ibaté, situada na região de Ribeirão Preto.

¹⁷ Na capital do Estado e em grande parte do interior do Maranhão o termo utilizado para denominar a planta é vinagreira e o *cuxá* seria o prato preparado com a vinagreira. Ex: Arroz de *cuxá*, ou somente o *cuxá*, que é um acompanhamento feito com vinagreira, gergelim e camarão seco.

¹⁸ Sobre o preconceito contra os trabalhadores migrantes nos canaviais paulistas, ver Silva, 1999; Vettorassi, 2006; Aroni, 2009.

entrevista), eu saí e deixei a mãe dele à espera dele. Quando eu cheguei, ele estava com cinco meses de nascido, passou pouco tempo, eu saí de novo, porque eu trabalhava de empregado. De lá para cá nunca mais parei.

P: Faz quanto tempo que o senhor migra?

R: Para cá em Guariba já faz 8 anos.

P: Já foi para outros lugares?

R: Já. Eu saía para a região do Pará, passei oito meses em uma região que chama Serra Pelada. Eu saí de lá porque teve um acidente e morreram 19 pessoas, aí eu fiquei com medo de trabalhar lá e saí. No Mato Grosso eu trabalhei também.

P: Sua esposa mora aí com você?

R: Não. Ela está lá. Os mais novos estão estudando, a gente tem umas coisinhas lá e se colocar alguém para tomar conta, a gente ganha aqui e perde lá.

P: Vocês ficam lá quanto tempo?

R: A base de 2 meses.

P: Sua esposa faz o quê?

R: Ela cuida das coisas, ela quebra coco, ela trabalha na roça quando eu estou lá. Ela colhe o arroz, faz a farinha. Já está tudo criado, agora ela cuida da mãe dela (Depoimento do senhor Raimundo Dias, 45 anos, em Guariba, 2008).

“Para falar a verdade, eu só fazia o filho na mulher e saía pelo mundo para ganhar o pão de cada dia (...)”. Este relato revela os padrões de gênero dos camponeses migrantes da geração anterior aos atuais. O comportamento masculino é definido pela capacidade de gerar um grande número de filhos. Em geral, ao serem inquiridos sobre o número de irmãos, as respostas variavam de 10 a 22 irmãos. O trabalho masculino nos garimpos da Serra Pelada e também na Guiana Francesa, nas carvoarias e áreas de desmatamento no Pará aparece em vários relatos de homens acima de 45 anos de idade. Portanto, o cuidado dos filhos, o trabalho na roça e no ‘coco’ cabiam às mulheres. No que tange à migração para os canaviais paulistas, a presença das mulheres com os filhos se explica pelo fato delas não mais residirem no ‘interior’, portanto, de não serem mais camponesas em razão do processo de expropriação ocorrido nestas últimas décadas. No depoimento acima se verifica que a condição camponesa da família ainda é assegurada graças ao trabalho da mulher na roça, no ‘coco’ e à migração do marido e filhos.

Este relato também é importante para a compreensão dos padrões masculinos da atual geração. A grande maioria das mulheres entrevistadas afirmou que está ‘ligada’ (realizou a laqueadura). Muitas pretendem fazer a laqueadura após o quarto ou quinto filho. No entanto, tiveram filhos a partir dos 13 anos de idade. Verificou-se também que a identidade feminina só é valorizada por meio da maternidade. Não concebem o casamento sem ter filhos; o mesmo ocorre em relação aos homens. Às vezes, a opção por ter filhos é para impedir que o marido vá embora com outra ou, até mesmo, que ele deixe de ser violento.

Dessa menina aqui (refere-se ao período de gravidez), eu fui espancada no Maranhão, eu morava com meu marido e ele bebia muito. Fumava muita droga. Aí eu fui espancada, ele foi preso, eu ia para casa dessa mulher que agora é minha sogra. Porque não deu mais certo, porque ele me espancava, ele me batia muito. Aí eu fiquei com medo e não quis mais não. Ele me espancou no começo da gravidez. Logo eu estava bem no começo, eu nem sabia se eu estava grávida mesmo. Eu estava na casa dele, era em dezembro, ele tinha acabado de chegar daqui, eu fui buscar ele. Ele chegou em casa, chegou quebrando as coisas, eu fui para o balão (oxigênio) mesmo. Foi feito o eletro da minha cabeça. Não prejudicou não (Depoimento de Cristiane L., 25 anos, vive em Guariba com o terceiro marido, tem três filhos).

Meu marido se faz de sonso, mas não é sonso não, é sem vergonha. Agora ele diz que eu tenho raiva dele, diz que eu fico só pisando nele. Ele arrumou outra aqui. Se a gente fica lá esperando, ele arruma outra aqui. Olha, eu inteirei um mês de barriga do Wallace, e ele veio pra cá. Ele não mandava um centavo pra mim. Quando ele saiu de lá eu era gorda, quando eu cheguei (ele mandou dinheiro pra mim) eu estava da grossura desse lápis aqui, só de quebrar coco pra poder dar de comer pros meus filhos. Não mandava nada! Só na folia e na farra (...). Minha irmã, que morava aqui, disse pra mim. Aí eu falei: manda o dinheiro que eu vou. Aí, graças a Deus, ele mandou. Mas eu não fico longe dele mais não. Eu fiquei quase um ano, ele pra cá e eu no Maranhão com a minha mãe. E eu tinha medo de sair e o povo falar, porque às vezes o povo inventa, fala o que não fez. Eu ficava só em casa mesmo [sic] (Depoimento de Maria da Paz, 34 anos, seis filhos, durante a ‘oficina de bonecas de pano’, Guariba, 2008).

Se tiver o filho mais a gente, eu acho que o marido fica assim gostando mais da gente. Ele tem os filhos dele. Meu marido mesmo, ele sonhava em ter uma filha (mulher) e a primeira que veio foi uma filha (mulher) para ele. O sonho dele era ter essa filha mulher. Meu marido vivia meio adoentado. Só vivia deitado, não tinha coragem para nada, quando eu engravidei e tive a primeira filha ele curou. Eu acho que era falta de um filho. Ele mudou muito. O meu marido também disse que o dia que ele tivesse um filho ele iria parar de beber e fumar, ele fumava demais, hoje bem dizer ele parou, porque é difícil a gente ver ele com cigarro. Passou a gostar mais de mim, não é mais violento (Depoimento de Franciele, P., cuja idade não soube precisar se 29 ou 30 anos, quatro filhos, Guariba, 2008).

Durante a ‘oficina de bonecas de pano’ foi possível constatar que a violência de gênero ocorre com quase todas as mulheres. Por esta razão, boa parte delas estava no segundo ou terceiro relacionamento conjugal. Observou-se também que a legitimidade matrimonial somente advém com o nascimento dos filhos com o atual marido. Esta é uma das razões do grande número de filhos. Uma delas havia feito a laqueadura após o quarto filho do primeiro casamento. No entanto, afirmou que seu sonho era pedir ao médico para desfazer a laqueadura para engravidar do atual companheiro. Todas afirmaram que não são casadas oficialmente, são amasiadas, em virtude de não possuírem dinheiro para arcar com os custos do casamento civil e religioso.

Desde o começo que eu descobri que eu estava grávida, eu resolvi que eu ia dar. Eu acho que é triste, porque a gente sabe que está com ele na barriga e quando nascer vai dar. Muita gente dizia que eu não ia ter coragem de dar, porque a hora que eu visse a carinha, eu não ia ter coragem. Eu dei mamá para ele, ele nasceu quase morto, porque ele passou da hora, ele não chorou, botaram ele na incubadora. Eu passei um mês junto com ele no hospital, porque ele só sairia quando eu saísse. Eu saí com ele da maternidade, eu entreguei ele para a menina, eu dei ele para Tina e a Tina foi deixar na casa da mãe dela. Ele pegou a mamadeira. Eu estava grávida quando nós estávamos namorando. Depois eu engravidei da menina para matar a saudade deste que eu dei. Tem foto dele na casa da minha amiga em Codó. Minha mãe achou melhor eu dar a criança. Ela não tinha condição, ela tem um salário e um salário não dá. Ela

teve, comigo, 22 filhos, só que nenhum mora com ela mais, só eu mesma e as minhas outras tias que moram perto (Depoimento de Scheila S. 23 anos, quatro filhos, Guariba, 2008).

Considerações finais

Optou-se por concluir com um excerto do registro do caderno de campo de Beatriz Medeiros de Melo durante a ‘oficina de bonecas de pano’, ao invés de retomar as considerações que já foram discutidas durante o texto.

Tentamos falar sobre as diferenças de gênero percebidas desde a infância, mas notamos que entre elas é costumeiro não julgar estas diferenças de um modo crítico. Tais diferenças são tão naturalizadas que mesmo notá-las parece difícil. As diferentes atribuições, limites e comportamentos de homens e mulheres não são vistos exatamente como diferenças num sentido vertical, num sentido que toca na noção de poder e hierarquia. É como se simplesmente cada um estivesse no lugar que lhe é atribuído pelo mundo, lugar que parece não dever ser questionado. E assim o poder construído através das relações de gênero tem eficácia: ao ser incorporado por aquele que é oprimido, por aquele sobre o qual o poder se exerce. Diversas falas das mulheres durante a entrevista podem ilustrar as questões aqui levantadas. Quando eu muito insisti na reflexão sobre a hierarquia entre homens e mulheres algumas sugeriram uma vida “mais fácil” ao homem. Mas essa reflexão também não foi reafirmada por todas as mulheres.

Falamos também de violência doméstica. Esse sim parece ser um assunto familiar à comunidade. Aquelas mulheres que não viveram essa experiência dentro de sua própria casa participaram ou tomaram conhecimento de experiências com pessoas próximas: vizinhas, mães, irmãs, filhas ou outras mulheres. Nesse momento a experiência de violência doméstica vivida por Marlete é exposta por Maria da Graça. Há um certo constrangimento no ar. Questiono se pensam ser correto intervir em uma situação de violência doméstica e é quase unânime a opinião que segue um dito popular bastante difundido: “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Enfim, foi esse um assunto bastante polêmico, embora não tenham se alongado muito. Segue a tendência também já observada entre essas mulheres e meninas de

se expressar com poucas palavras, sem grandes reflexões (à exceção de Maria e Jesus, talvez).

Depois de um assunto tão constrangedor como esse, para o qual o grau de confiança e intimidade entre as mulheres influi com grande peso sobre a franqueza com que os fatos são narrados e sobre a possibilidade de alongamento da conversa, tento iniciar uma reflexão sobre solidariedade feminina, sobre compartilhar experiências e dilemas comuns. Isso porque percebi que esse poderia ser um dos limites ao encurtamento da discussão sobre a temática. Percebi, então, através das falas destas mulheres, que há uma cumplicidade muito restrita entre elas e, em contrapartida, um constante medo de se expressar, de contar à outra os problemas. Algumas vezes por vergonha, outras por medo de que o dilema vivido se torne notícia através das bocas e ouvidos de outros homens e mulheres do bairro. Algumas afirmaram confiar em apenas uma grande amiga, outras apenas em sua mãe, outras em uma irmã e outras ainda afirmaram não confiar em absolutamente ninguém para falar sobre os problemas. Este parece, então, outro mecanismo através do qual a opressão de gênero tem eficácia: quando suas expressões afirmam-se como fonte de vergonha para a mulher e, assim, como tabu entre as próprias mulheres, enfraquecendo a solidariedade feminina.

Outras tantas vezes se evita o assunto para escapar à tendência de culpa da mulher pela violência que lhe atinge (...). O trabalho foi sendo finalizado na medida em que os vestidos das bonecas eram concluídos (...). Tivemos até mesmo uma boneca vestida com uma calça e uma blusinha justas, encaixadas perfeitamente no corpo da boneca, feita por Jesus. Aliás, jovem interessante essa de nome Jesus. Essa calça em sua boneca, para mim, expressou exatamente sua vontade de ser diferente daquilo que se determina para as mulheres (que usem saias, sejam sempre bastante femininas) e para a sua “classe” social (que se contentem com baixas remunerações e trabalhos extenuantes).

Em nossos diálogos foi uma das únicas que expressou com certa emoção e profundidade a vontade de ter gozado de uma vida diferente daquela que teve: casamento, filhos e distância dos estudos. Percebia que olhava para mim, Andréia e Nilva com admiração, com

respeito por aquilo que nos tornamos, pelo trabalho que fazemos. É sempre difícil encontrar nessas mulheres olhares como esse, porque ao lado desta admiração por aquilo que não se pode ser está sempre a lembrança da frustração, ou, de outro modo, a tristeza por não se ter oferecido a elas destino assemelhado (...). Para nós a nossa pesquisa foi também um momento carregado de sentido pela satisfação de observar a alegria daquelas mulheres ao final da atividade, por termos construído mais um ambiente através do qual o comportamento e o sentimento destas mulheres pode ser observado num ambiente de interação ativa, entre nós e elas.

Referências

ANTUNES, Marta. As guardiãs da floresta do babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. In: WOORTMANN, Ellen; HEREDIA, Beatriz.; MENASCHE, Renata. (orgs.). *Margarida Alves*. Coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: NEAD, MDA, IICA, 2006, p.123-149.

ARONI, Rafael. *Travessia de Famílias Camponesas Migrantes Nordestinas: entre a morada e o assalariamento*. Relatório de pesquisa, FA-PESP, 2009.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. A caminho dos babaçuais: gênero e imaginário no cotidiano de trabalhadores rurais no Maranhão. In: WOORTMANN, Ellen; HEREDIA, Beatriz;

CARNEIRO, Marcelo Sampaio; MOURA, Flávia de Almeida. *Migrações no Maranhão Contemporâneo. Uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses rumo à lavoura de cana em São Paulo*. São Luís: CPT (Comissão Pastoral da Terra) - MA; Universidade Federal do Maranhão, 2008.

ELIAS, Norbert. *Escritos & Ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FONSECA, Cláudia. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Maranhão. <http://www.pnud.org.br/>. Acesso em 22 de novembro de 2008.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MARANHÃO. Demografia.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Maranh%C3%A3o#Demografia>. Acesso em 22 de novembro de 2008.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência. A questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1982.

MARTINS, José de Souza. Migrações temporárias: problema para quem? In: *Revista Travessia*. v.1. São Paulo, maio/ago.1988, p.5-8.

MAY, Peter Herman. *Palmeiras em Chamas. Transformação agrária e justiça social na Zona do Babaçu*. São Luís: EMAPA, FINEP, Fundação Ford, 1990.

MELO, Beatriz Medeiros de. *Memória, migração e território. O trabalhador rural nordestino na Ibaté Paulista*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Presidente Prudente, 2008.

MENASCHE, Renata. (orgs.). *Margarida Alves. Coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília: NEAD, MDA, IICA, 2006, p. 34-64.

MOURA, Flávia de Almeida. *Escravos da precisão. Economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó/MA*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, 2006.

PASTORAL DO MIGRANTE. *Relatório de viagem ao Piauí e Maranhão*. 2007 (texto digitalizado).

SADER, Regina. Migração e violência - o caso da pré-amazônia Maranhense. In: *Revista Terra Livre*. n.6, 1991, p. 65-76.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *As andorinhas: nem cá, nem lá*. Vídeo. VHS, UNESP/Araraquara, 1991.

_____. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Edunesp, 1999.

_____. Fiandeiras, tecelãs, oleiras... Redesenhando as grotas e veredas. In: *Projeto História*. n. 16, fev/1998, p. 75-104.

_____. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana de açúcar. In: *Cadernos CERU (Centro de Estudos Rurais e Urbanos)*. Série 2, v. 19, n.1, junho. 2009, p. 165-180.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes et al. Do Karoshi no Japão à birola no Brasil. As faces do capitalismo mundializado. In: *Nera - Revista do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projeto de Reforma Agrária*. PPG/Geografia e Departamento de Geografia da UNESP/PP. Ano 9, n. 8, jan/jul. 2006, p.74-108. Disponível em: www4.fct.unesp.br/nera/revista.php.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MELO, Beatriz Medeiros; APPO-LINÁRIO, Andréia Peres. A família tal como ela é nos desenhos das crianças. In: *Ruris*. v. 1, n. 1, mar/2007, p.105-156.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; RIBEIRO, Jadir Damião. Violação dos direitos e formas de resistência nos canaviais paulistas. In: SILVA, Vanda (org). *As diferentes facetas do trabalho*. 2009, (no prelo).

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura. Homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TONI, Fabiano. *Movimentos sociais, governança ambiental e desenvolvimento rural no Brasil*. Relatório apresentado do programa Colaborativo de Investigación Movimientos Sociales, Gobernanza Ambiental y Desarrollo Territorial Rural. 2004. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2004 (texto digitalizado).

THOMPSON, Edward Paul. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VETTORASSI, Andréa. *Espaços divididos e silenciados. Um estudo sobre as relações sociais entre nativos e os “de fora” de uma cidade do interior paulista*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, 2006.

Juventude rural, sexualidade e gênero: uma perspectiva para pensar a identidade

Maria de Assunção Lima de Paulo

Oxe, não tem muita diferença não, hoje em dia, né? mas as moças da cidade, são mais assim, moderna, né? sai muito pras festa, fica mais com os rapaz, né? e vão logo dano dois beijinho... a gente não, logo a gente é mais presa, né?, vai pouco pras festa e num vai logo dano beijo não, conversa mais, né? [sic]

Essa foi uma das primeiras explicações que ouvi de jovens rurais de Orobó, PE, ao indagar sobre as diferenças entre os jovens do sítio e os da cidade em meio a uma roda de conversa de um grupo de cinco moças¹ que haviam acabado de sair da escola e estavam ao lado da igreja conversando enquanto esperavam o toyota² que as levaria para suas comunidades.

Ao me aproximar das jovens de Orobó para iniciar minha pesquisa de campo,³ na qual pretendia observar como os jovens rurais

¹ No meio rural de Orobó denomina-se moças aquelas jovens não casadas que se sabe que são virgens. Portanto, usarei o termo moças sempre para denominá-las.

² Toyota é um veículo caminhonete da toyota que é modificado com cobertura e bancos e usado para transportar pessoas. É um dos principais meios de transporte no interior de Pernambuco.

³ Refiro-me à pesquisa de campo que estou desenvolvendo para a Tese de Doutorado na qual tenho como objetivo compreender como os jovens rurais constroem sua identidade na relação com o mundo urbano.

se percebem e são percebidos em relação aos jovens que vivem na zona urbana do município, percebido - naquele momento - que a sexualidade era um dos mais importantes elementos para pensar a sua identidade.

Na roda de conversas no grupo formado por algumas jovens, o papo girava em torno da questão do namoro e, ao instigá-las, as diferenças foram se delineando tendo como principal eixo a forma de conversar, namorar, “ficar” e até casar.

Essa observação veio confirmar que, embora a condição geracional instigue a construção de uma identidade, é necessário pensar que a juventude não pode ser vista de forma homogênea. Elisa Guaraná de Castro (2005) e Helena Wendel Abramo (2005) concordam que a juventude é uma categoria em disputa no mundo social e acadêmico, devendo ser considerada como social, culturalmente construída. Não existe, portanto, a identidade juvenil, mas identidades ou condição juvenil que dependem de aspectos históricos, sociais, culturais, e não apenas de estratificação. Nesse sentido, não se poderia falar de juventude, mas juventudes no plural, devendo-se considerar as diferenças de gênero, raça, local de moradia, as disparidades regionais e as relações campo-cidade.

Baseado na mesma compreensão, ou seja, de que a juventude é uma etapa da vida, que é social e culturalmente construída, Jhon Durston (1998a) traz a preocupação em dar visibilidade à juventude rural como sujeito social e sociológico, uma vez que, até a década de 1990, essa geração não era pensada no universo camponês como um ator específico, mas como parte de uma coletividade familiar que tinha como principal objetivo a manutenção da sua propriedade e a reprodução do seu ‘modo de vida’ (WANDERLEY, 1999).

Jhon Durston (1998a) define a juventude rural como [...] “Uma etapa de vida que começa com a puberdade e termina com o momento de assumir plenamente as responsabilidades e autoridade de adulto, isto é, as que correspondem aos chefes masculinos e femininos de uma unidade familiar economicamente independente”.

Há uma especificidade ao se tratar da juventude rural, que apesar de ser já percebida como um sujeito específico com desejos, sonhos, problemas e questões específicas, pertence a uma família que é

encarada no contexto do campesinato como uma comunidade familiar que se constitui como comunidade afetiva, de interesses e de conflito e vive uma relação específica que não pode, por outro lado, ser confundida com uma relação familiar urbana (WANDERLEY, 1999).

Específico, também, é pesquisar o mundo rural em um município, como Orobó (localizado na microrregião do Agreste Setentrional de Pernambuco), que possui 22.800 habitantes, sendo considerado um município rural (WANDERLEY, 2002), já que concentra 75,1% de sua população na zona rural e não está ligado a nenhuma grande cidade.⁴ Naquele município, grande parte da população rural jovem frequenta quase cotidianamente a cidade para estudar, estabelecendo com os urbanos uma interação que, todavia, não é desprovida de conflitos, sendo responsável pela construção de relações de coleguismo, namoro e amizade, mas também pela construção de estigmas e preconceitos que perpassam o processo de construção das identidades desses jovens rurais, pois como afirma Scott (2007), a identidade se constrói em termos relacionais entre o eu e o outro.

Esse processo de interação também é particular se pensarmos pela perspectiva de gênero, pois a questão do afeto e da sexualidade é vivenciada de maneira diferente por rapazes e moças do campo ou da cidade.

Na obra *Juventudes e Sexualidade*, Mary Garcia Castro, Mirian Abramovay e Lorena Bernadete da Silva (2004) enfatizam que “o exercício da sexualidade se processa por meio de possibilidades e se realiza dentro de um marco cultural delimitado por preconceitos e rituais, definindo percursos identitários para diferentes grupos”.

No entanto, se percebe que há particularidades na forma de verbalizar, de expressar e de viver a sexualidade por parte de moças e rapazes do meio rural que não podem ser homogeneizadas com o meio urbano, mesmo considerando que a relação rural/urbano não seja de forma nenhuma dicotômica, mas dialeticamente relacional

⁴ É importante atentar para a definição de municípios rurais que Veiga (2003) e Wanderley (2002) discutem, pois na visão desses autores, nesses municípios, o núcleo urbano faz parte do próprio mundo rural. Há, portanto, uma especificidade em tratar desse núcleo como cidade. Aqui ele será visto como cidade partindo das representações da própria população do município e não das definições mais sociológicas.

(WANDERLEY, 2000b), o que não exclui um sentimento de diferença e pertencimento que contribui para a construção de identidades juvenis específicas nesses dois universos. Os jovens constroem sua identidade entre o ser e o não ser.

Neste artigo objetiva-se, portanto, discutir as representações dos rapazes e moças rurais sobre afetos e sexualidade, e como estas representações se constituem em elementos que os identifica enquanto condição de gênero e como rurais em relação aos urbanos.

Para efeitos metodológicos foi considerado jovem rural aquele rapaz ou moça que tem idade entre 14 e 25 anos⁵ e que reside nas comunidades rurais do município.⁶ Por outro lado, os jovens urbanos são os rapazes e moças que vivem na sede do município ou em outro espaço denominado urbano.

Exatamente por ser um contexto marcado por uma moralidade muito forte em relação às questões referentes à sexualidade, há uma grande dificuldade de abordar esse tema entre os jovens rurais. Primeiro, porque as moças, sendo solteiras, não falam em sexo, uma vez que a virgindade é um valor muito importante para elas, impedindo que as mesmas, mesmo que não sejam virgens, falem sobre o assunto de forma clara. Segundo, no que se refere aos rapazes, o fato de a pesquisadora ser mulher inibiu por demais a espontaneidade da fala sobre o assunto. Eles sempre ficavam vermelhos, de cabeça baixa e falavam de forma altamente formal, como falando de algo que os livros mostram e não de suas próprias vivências. Essa “vergonha” é uma das questões que podem ser pensadas quando se vai estudar a juventude rural.

Nesse sentido, a pesquisa que se apresenta aqui, apesar de um grande esforço na coleta de informações, possui o limite imposto pelos próprios sujeitos, se tratando, portanto, dos discursos sobre a sexualidade e de poucos relatos de prática. Para diminuir esse déficit

⁵ Este corte etário foi feito tendo por base as várias pesquisas realizadas sobre juventude no Brasil. Há, no entanto, que se considerar a sua relatividade. Os próprios jovens rurais de Orobó definem a juventude a partir de alguns valores como alegria, liberdade, namoro, elasticsendo a faixa etária que caracteriza essa condição de jovem. Ver Paulo e Wanderley, (2006).

⁶ As comunidades rurais são denominadas pelos próprios jovens ora de comunidade, ora de sítio. Vamos adotar aqui o termo comunidade, uma vez que sítio é uma categoria específica, que de acordo com a sua definição não caracteriza as comunidades rurais de Orobó. Portanto, quando os jovens estiverem falando de sítio, entenda-se que estão se referindo a comunidades rurais.

da pesquisa, optei por utilizar uma conjugação de técnicas que, de alguma forma, pudesse levar a uma melhor leitura da realidade.

Realizei assim a etnografia com base em Geertz (1978), entendendo-a como uma leitura possível da realidade e nunca como uma apresentação da própria realidade. Esta foi realizada a partir da observação participante em uma escola urbana, no Toyota - que transporta esses jovens das comunidades para a escola e em uma das escolas rurais onde esses jovens estudam. Também foi utilizada a técnica da entrevista semiestruturada com 20 moças e 10 rapazes de quatro comunidades do município: João Gomes, Feira Nova, Caraúbas e Manibu. A escolha dessas comunidades obedeceu ao critério de proximidade e distância da sede do município, considerando a interação desses jovens com o mundo urbano.

Esses instrumentos de pesquisa combinados deram a possibilidade de pensar a problemática aqui proposta a partir não só dos discursos, mas das práticas dos jovens rurais na interação com os jovens urbanos.

Matuta⁷ ou direitinha? As representações das moças do meio rural entre o conhecer, o ficar e o namorar

Uma das vias de identificação das moças do meio rural em relação às urbanas é que as primeiras fazem questão de separar esses três momentos: o conhecer, o ficar e o namorar. “Moça direita num conhece e vai logo ficano não...”, o que na visão delas não é o que acontece com as moças da cidade.

O conhecer

Um dos comportamentos mencionados pelas moças do meio rural que as identifica como “direitinha”, tem relação, antes de tudo, com a forma como elas se comportam ao conhecer um rapaz. Como demonstra a fala que abre esse artigo, dar dois beijinhos assim que

⁷ Para a discussão sobre o significado histórico, social e cultural do termo matuto, ver Chianca (2006).

conhece o rapaz é uma atitude mais frequente entre as moças da cidade, que são consideradas mais “modernas” e “alegres”, o que pode ser confundido com mais “avuadas”, de comportamento mais livre em relação ao sexo oposto. As moças do sítio são mais “matutas”, de comportamento mais contido, mais “direitinhas”, por isso, apenas aperta a mão ou diz oi e precisa conversar muito antes que haja a possibilidade de “ficar”. É o que se percebe na fala de Marília (18 anos, Sítio João Gomes): “... as daqui é mai... o pessoal diz que é matuta. E as da cidade não, as da cidade são mais alegre, quando conhece uma pessoa, assim um home, dá logo beijo no rosto e as matuta daqui não, nem beijo no rosto dá. É só dizer oi e pronto”.

Marília diferencia as moças do sítio e as da cidade pelo critério de ser matuta, em oposição a ser mais alegre, desenrolada, o que significa ter uma proximidade corporal maior no contato com o sexo oposto através do beijo no rosto. O contato físico no meio rural é algo que, para acontecer, precisa de certa intimidade, que se dá mais a partir do conhecimento do outro. A forma de amizade homem-mulher não é bem aceita naquele meio e quando há, deve ser guardada a devida distância entre os corpos. E é importante perceber que ser denominada alegre não é necessariamente positivo, ao mesmo tempo em que ser matuta não é nessa situação, necessariamente, negativo. Ele pode ser positivo quando serve para ser usado por elas próprias para definirem o seu comportamento em relação ao urbano. A identidade de matuta, nesse caso, é relacional e acionada no momento em que lhe serve positivamente (HALL, 2005). No desenrolar da entrevista, ela diz: “num é ruim ser matuta não, as meninas mais matuta também são mais direitinha, né? e essas menina da cidade são mais avuada”.

As relações de gênero no meio rural, ao mesmo tempo em que definem o lugar do feminino e do masculino, classificando as moças a partir da moralidade, regulando assim o seu pertencimento àquela coletividade (SCOTT, 2007), também definem esse pertencimento a partir do contraste (BARTH, 1998) ser matuta e direitinha naquele contexto é ser diferente de alegre, ou de “avuada”, é pertencer a um mundo em que sua posição será definida pelo seu comportamento em relação ao sexo oposto, o que também a separa da moça urbana. A identidade de direitinha, ao mesmo tempo em que identifica a moça “melhor”, também a identifica como moça rural em oposição ao urbano.

O ficar

A experiência do “ficar” é uma das principais características da juventude na contemporaneidade. Na introdução do livro *Culturas Jovens, novos mapas do afeto*, organizado por Maria Isabel Mendes de Almeida e Fernanda Eugênio (2006), José Machado Pais, importante estudioso Português da cultura juvenil, discute a rapidez e o descompromisso nos relacionamentos dos jovens na atualidade como sendo característica de uma nova cultura, a cultura da ‘experimentação’ - no sentido Baudelaireano. O jovem contemporâneo, na sua interpretação, é um jovem que vive num mundo de inconstâncias e que, metaforicamente, está vivendo ‘às voltas e mais voltas’ no campo das relações de namoro e o “ficar” parece representar bem essa situação.

A experiência do “ficar”, no entanto, não é vivenciada pelos jovens rurais de Orobó, especialmente pelas moças, de forma tranquila. Primeiro, porque não é a experiência considerada correta para uma moça “direitinha”, depois, porque há também certa dificuldade de ficar, já que essa situação é mais comum nas festas e as moças do meio rural não costumam ir para as festas desacompanhadas de algum adulto da família, quase sempre a mãe.

Como relatou Sandra (17 anos, Sítio Manibu), “pra gente é mais difícil esse negócio de ficar e eu também num gosto, não sabe? A pessoa nem conhece o rapai e já vai ficano, depois o rapaz deixa pra lá... também a gente aqui só vai pras festa com mãe e ela num deixa a gente ta ficano, não sabe? Aí a gente num fica não, também num gosto...”.

Antes de tudo, é importante perceber que o significado do “ficar” para elas não é diferente do significado atribuído pelas jovens urbanas de Orobó, que é o mesmo significado encontrado nos vários estudos já realizados sobre o assunto (LONGHI, 2007; SILVA 2005), caracterizado pela ausência de compromisso mais sério e de preocupação com uma continuidade, em que o que acontece é definido pelo casal no momento, podendo ser apenas beijos e abraços, ou podendo se estender para carícias mais íntimas e até para uma relação sexual. Segundo Castro, Abramovay e Silva (2004), o “ficar” inclui afetividade, mas sem uma perspectiva de continuidade, podendo, todavia, se transformar em namoro. É o que deixa explícito a fala de Sandra (17 anos, do Sítio Manibú):

“ah, ficar é assim, a pessoa chega numa festa, né? nem conhece direito e já vai ficano (...)ficano é assim, beijano né, abraçano, mai tem gente que faz mais coisa também, aí aparece grávida e num sabe nem quem é o pai, né? porque ficou com um e com outro”.

Na pesquisa realizada por Castro, Abramovay e Silva (2004) elas perceberam que os jovens pesquisados possuem uma postura crítica sobre o casamento, vendo-o de forma negativa, o que as levou a interpretar que o “ficar” pode estar sinalizando processos identitários geracionais ou a intenção dos jovens de serem diferentes dos seus pais.

No universo rural de Orobó, apesar do “ficar” ter uma explicação semelhante a esta dos jovens urbanos, ou seja, estar baseado no descompromisso e na descontinuidade, não se pode considerar que os jovens do meio rural participem, da mesma forma, de uma ‘cultura da experimentação’. O “ficar” para os jovens rurais, moças ou rapazes, parece fazer parte de um momento da vida ou ser um meio de buscar um compromisso mais sério, uma vez que, para todos os entrevistados, o casamento e a formação de uma família é o maior desejo futuro. O ficar parece ser, no universo desses jovens, um momento de busca de autoconhecimento e de conhecimento do sexo oposto, que, no entanto, tem tempo certo para acabar: assim que o rapaz ou a moça estiverem na idade de casar. É o que fica claro na fala de Marcelo (17 anos, Sítio João Gomes): “enquanto a gente tá novo, a gente vai curtino assim, né? bebeno, farrano, ficano com as menina, até se ajeitar e chegar no tempo de casar, aí pronto, tem que ser somente com aquela, pra mim é assim, depois é namoro sério e casamento, o cara tem que se aquietar”.

No entanto, apesar de para os rapazes do meio rural o “ficar” ser uma experiência corriqueira e “normal”, para as moças o conflito é grande. A maior parte delas fala dessa experiência como um comportamento que não condiz com uma moça direita. Mesmo assim, muitas admitem que já “ficaram e ficam”, pois essa parece atualmente ser a condição para que se namore, já que não é mais habitual também no meio rural os rapazes pedirem logo a moça em namoro, chegando a ser considerado uma prova de amor tal atitude.

De toda forma, no rural ou no urbano a experiência do “ficar” é vivenciada de forma diferente por rapazes e moças, uma vez que,

para os primeiros, há uma naturalidade na experimentação e busca da experiência sexual, que é inclusive aceita e vivenciada pelos dois sexos, como percebe Bourdieu (2003). Enquanto que, para a moça, tal experiência a condiciona a sofrer sanções diante do julgamento da sua comunidade e da crítica masculina.

Assim, para as moças do meio rural de Orobó, não é apenas “ficar” ou não “ficar”, mas a forma como se faz e a quantidade de rapazes com quem se faz são o que determina se a moça é mais “direitinha” ou mais “avuada”.

Para ser considerada “direitinha” é necessário, portanto, “ficar” com o mínimo possível de rapazes e com rapazes de família conhecida e decente, que tenha disposição para o trabalho, pois estes critérios podem garantir a possibilidade de um namoro e um possível casamento. Então, saber escolher com quem fica, mesmo que essa experiência não seja a melhor opção, já identifica a moça como mais “direitinha” ou não.

Essa é uma diferença crucial na opinião delas entre as moças da cidade e as moças do meio rural. É, portanto, critério que dicotomiza e valoriza não apenas as moças como mais ou menos direitas, mas também é critério de diferenciação entre as moças da cidade e as do campo - o que também foi percebido na pesquisa realizada em um assentamento rural do sertão de Pernambuco e no bairro do Ibura em Recife-PE (SCOTT, 2007), assim como na pesquisa realizada por Castro, Abramovay e Silva (2004).

É importante salientar que ser “direitinha” hoje, no meio rural, não é o mesmo que no tempo de suas mães; se definir como “direitinha” faz parte de um processo constitutivo de uma identidade que é dinâmica, pois diz que as moças, ao “ficarem”, não são mais como as mães, mas também não são como as urbanas, sendo uma identidade que se constitui a partir de regras morais, mas, que só é possível em termos relacionais. Ser “direitinha” é uma identidade que se constrói em relação às “avuadas”, assim como ser do rural é uma identidade que se constrói processualmente e em relação ao urbano e nos casos aqui estudados, em relação à sede do município, que é o universo urbano mais conhecido com o qual pode ser comparado.

Evidentemente, não existem moças “avuadas” apenas na cidade e “direitinhas” apenas no meio rural, mas, na percepção das

moças do meio rural, a diferença no comportamento é o principal critério de definição do rural em oposição ao urbano. Ademais, quem classifica quem é ou não “direitinha” são as pessoas mais velhas, as moças e, principalmente, os rapazes daquela ou de outras comunidades. Esta classificação é importante para a moça por critério de respeito na comunidade, mas, principalmente, para que os rapazes a vejam como moça possível para casar.

Mírian Goldenberg (2006), estudando a vivência da sexualidade entre jovens urbanos de um bairro de classe média do Rio de Janeiro, já percebeu que, embora haja naquele universo, como em outros, uma maior democratização dos corpos, no sentido de que as mulheres também podem hoje, com tanta liberdade quanto os homens, viverem a sua sexualidade, essa vivência ainda possui grandes diferenças e a liberdade sexual não é vivenciada pelas mulheres e pelos homens da mesma forma.

Quando nos remetemos ao mundo rural, pela própria moralidade e por uma presença ainda forte do modelo de família patriarcal, a diferença de gênero na vivência da sexualidade entre os jovens é bastante evidente e, como afirma Bourdieu (2003) na sua obra *A Dominação Masculina*, esta dominação está presente também no discurso e nas práticas femininas, uma vez que faz parte de um *habitus* e se impõe como uma violência simbólica de forma naturalizada ao dominado.

No que confere aos rapazes, na opinião das moças, não existe problema diante do fato de que eles “fiquem”, pois para elas “homem é assim mesmo, as moça é que têm que tomar cuidado, né? senão fica “mal falada” (Marília, Sítio João Gomes). Percebe-se, portanto, que, para as moças, há uma naturalização da condição do homem de poder “ficar” com muitas moças, já que a moralidade local não os desvaloriza, ao contrário, até os valoriza, pois afirma a sua virilidade. É o que se percebe na fala de Marília (18 anos, Sítio João Gomes) “... porque pro home, os amigo diz assim, eita, ele é um garanhão, né? e pra mulher já diz que ela é uma safada”.

É importante salientar que essa opinião em relação à naturalidade da liberdade dos rapazes de “ficar” não se diferencia entre as moças pelo nível de escolaridade. Ou seja, ao entrevistar uma moça que terminou o curso superior, a sua opinião não difere, em relação a

esse aspecto, daquela que parou de estudar na sétima série do ensino fundamental. Como percebemos a opinião de Fabrícia (Sítio João Gomes, 25 anos, formada em Pedagogia e professora).

Ah, os rapazes sempre têm mais liberdade, né? eles sempre podem ficar mais, namorar mais, nós não, a gente tem que ter princípios, né? tem que saber se comportar, não pode ficar com muitos rapazes... tem mocinhas que ficam com vários rapazes, até mesmo numa noite só, a gente aqui não foi criada assim não, nossos pais sempre conversa que a gente tem que ter princípios, né?

Na opinião de Fabrícia, a liberdade da moça deve ser condicionada aos princípios ensinados pelos pais, falando baixo, de forma compassada, procurando as palavras certas e com bastante pudor. Ela fez questão de deixar claro que era uma moça formada na faculdade, mas que tinha princípios familiares rígidos que lhe determinavam o comportamento em relação aos rapazes, mesmo sabendo que em outros lugares existe uma maior liberdade das moças para ficar e namorar. A naturalidade com que fala da liberdade do rapaz demonstra uma condição do masculino que não precisa ser justificada, ele simplesmente “pode” porque sempre foi assim (BOURDIEU, 2003).

O acesso a um capital cultural diferenciado não fez com que Fabrícia rompesse com um *habitus* camponês que, por se alicerçar em um modelo de família patriarcal, confere ainda mais naturalidade à dominação masculina.

As falas dos rapazes, em um primeiro momento, também parecem querer denotar que não há grandes diferenças entre as moças da cidade e as moças do meio rural, no entanto, no decorrer da entrevista, vão ficando claras as diferenças de posição do rapaz em relação à percepção da diferença no comportamento das moças da cidade perante às do meio rural, como se percebe na fala de Marcelo (17 anos, Sítio João Gomes): “hoje, com a globalização, sítio e cidade, tá quase do mesmo jeito... tem umas aqui do sítio que são mais, mais matutinha... Ah ser matutinha é não ser desenrolada... ah, ser desenrolada é ser mais solta, é não querer conversar mais. Lá elas conversa menos e já fica. Aqui elas quer conversar muito pra poder ficar”.

A fala de Marcelo demonstra de forma bastante clara o dilema vivenciado pelos jovens rurais e remete a uma diferença que existe

entre as moças da cidade e as da zona rural que é sutil e que, à primeira vista, não é possível se perceber, mas que, na fala dos rapazes, está inscrita no comportamento das mesmas no que se refere à relação com o sexo oposto. É a percepção dessa diferença por parte dos rapazes que determina também o comportamento deles em relação a estas, definindo se elas são moças para ficar ou para namorar e casar.

Ao perguntar a Marcelo se ele preferia namorar as moças da cidade ou do sítio, outra vez, inicialmente, ele diz que tanto faz, que não faz nenhuma diferença, mas no desenrolar da entrevista, demonstra preferência pelo comportamento que ele atribui acima às moças do sítio, como veremos na fala dele:

ah, essas moças que fica muito, fica logo, sem conversar, com um e com outro, é mais pra ficar mermo... Num ser de família, num ter respeito, eu acho que se namorar com ela num vai confiar nela. Eu mermo, pra namorar um menina, tem que confiar nela. Namorar sério... (17 anos , Sítio João Gomes).

As diferenças de gênero são colocadas em termos de uma diferença também de lugar onde se vive. Os rapazes podem “ficar” com as moças, mas distinguem aquelas que são certas para “ficar” e as que podem ser possíveis para namorar, fazendo, ao mesmo tempo, uma distinção entre rural e urbano. A experiência do “ficar” é valorativamente inferior à do namorar (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004).

A percepção de que o mundo mudou e que ali também, no sítio, as coisas se modificaram e com elas o comportamento dos rapazes, mas principalmente das moças, não impede que continue havendo uma dominação masculina. Nesse caso o rapaz continua se colocando no lugar daquele que pode escolher a moça para o namoro e o casamento e essa escolha se baseia em critérios que, naquele universo, além de serem muito importantes, possuem um caráter de especificidade. A confiança e o respeito, considerados prova de amor entre os jovens de ambos os sexos, são as principais condições para a escolha da moça e estes estão atrelados à família. O importante papel da família na escolha é o que caracterizará o namoro no meio que está sendo estudado. As diferenças de gênero vão delineando uma identidade rural.

O namorar

Diferente do ficar, o namoro se caracteriza por ser um compromisso mais sério que, conforme demonstraram as falas acima, necessita de respeito e exige critérios mais rígidos de escolha da pessoa.

Nas várias entrevistas com as moças, as mesmas enfatizam que a escolha do rapaz para o namoro depende de critérios como a família a qual ele pertence, a disposição para o trabalho, o caráter e o respeito que tem por elas. É o que demonstra a fala de Eliana, (25 anos, Sítio João Gomes): “ah a gente tem que conhecer bem a família do rapaz, né? por isso que a gente prefere namorar os rapaz aqui mermo, porque a gente sabe que é de boa procedência, de boa família... aí só pode ser um bom marido, né?”.

Também os rapazes elegem a família como um dos principais critérios de escolha para o namoro, como falou Murilo (18 anos, Sítio Manibu): “ah, a moça, pra gente namorar mermo, tem que ser de respeito, né? tem que ser de família pra gente namorar na casa dela, aí é diferente, né?”.

A importância da família como elemento definidor da diferença entre namorar e ficar também foi percebida por Longhi (2007) tanto no universo rural como no urbano, mas ela afirma que, no rural, a família aparece como definidora, enquanto que, no meio urbano, aparece apenas como importante.

A família camponesa, como já perceberam Woortmann e Woortmann (1993) e Wanderley (1999), tem um caráter particular por congregar interesses que vão desde a manutenção da propriedade até a reprodução do seu ‘modo de vida’, o qual é ancorado em uma moralidade dependente de atitudes e rituais que vão desde a manutenção do respeito até a capacidade do homem de prover a família, capacidade esta determinada pela sua disposição para o trabalho e para cumprir com os rituais necessários à manutenção da sua honra diante de sua comunidade.

Isso explica a grande importância dada à família pelas moças e rapazes ao escolherem seus namorados e futuros cônjuges. Dentro da família camponesa, o dilema do jovem não se resume apenas em buscar alternativas para o seu futuro, mas também decidir entre a

manutenção do modelo familiar e da propriedade da família e as buscas individuais. Um fato que interfere na definição da pessoa “certa” para o namoro é a sua procedência, ou seja, na opinião dos jovens, de ambos os sexos, ela deve ser encontrada no próprio sítio onde vivem esses moços e moças, uma vez que é esse modelo de família que eles dizem querer reproduzir, senão no modelo de trabalho, ao menos nos valores. Essa condição estabelece certo limite do rural, como o lugar ideal para encontrar o cônjuge certo, havendo uma preferência pelo namoro com pessoas do sítio.

Esse modelo de família tem uma preocupação moral com a reputação social das filhas como sendo um elemento da sua honra, o que leva a um controle maior sobre as atitudes das moças. A fala de Marília (18 anos, Sítio João Gomes) ilustra bem esse controle: “as daqui é sempre mais matuta assim com o namoro porque quando vai sair com o namorado tem que sempre levar uma pessoa acompanhada e as da cidade sempre sai só com o namorado”.

Tal elemento de controle é visto pelas moças por duas vias: ora elas reclamam do grande controle que as impede de sair e sentirem-se mais livres e ora elas concordam que deve haver esse controle, pois isso faz com que elas permaneçam como “moças direitinhas”. A obediência aos pais é um elemento que é percebido tanto pelos rapazes quanto pelas moças como uma característica positiva dos jovens rurais em relação aos urbanos, podendo ser considerado um outro elemento identitário.

Conhecer a família do ponto de vista dos rapazes ou das moças gera mais confiança, o que permite, inclusive, que se possa namorar um rapaz que está “trabalhando fora”, tendo a oportunidade de vê-lo apenas uma vez por ano ou mesmo a cada dois anos.

Quando perguntei a Eliana (25 anos, Sítio João Gomes) sobre o que é necessário para manter um namoro à distância, se vendo apenas uma vez por ano, ela não relutou em responder: “a confiança!”. Então lhe perguntei: como se conquista essa confiança? E a resposta dela foi categórica: “ter um tempo de conhecimento dele e da família dele”.

A relação entre os namorados, portanto, não se restringe apenas a eles, mas se estende a toda a família (LONGHI, 2007). É uma relação que depende da família e a envolve. Isso fica ainda mais forte

quando Eliana me contou como aconteceu o casamento de um dos seus irmãos com uma moça vizinha:

ele conhecia uma moça daqui desde menina, aí ele tava no Rio, minha mãe foi lá, e ele perguntou por ela e minha mãe disse ah, ela tá lá. Aí ele mandou uma carta pra ela, e eles ficaro namorano. Ela mandava foto, porque ele nem sabia como era ela, nem ela sabia como era mais ele. Aí ele mandava foto, eu dava a ela, aí dizia, essa foto é de outra pessoa, ele é fei visse, é moreno, é baxin, é fei visse. Aí ela dizia: e é? Aí eu dizia tô brincano... aí ele vei e eles se casaro em quinze dias. Quando ele chegou eles já era mô pra lá e mô pra cá... Aí ela foi pra lá com ele. Deu certo, já faz oito anos. Têm duas meninas.

Nesse caso, o namoro teve como condição fundamental apenas o conhecimento da família, já que o casal mal se conhecia.

A preferência dos rapazes que trabalham “fora” é por casarem com as moças do meio rural, de preferência de famílias conhecidas deles ou de seus pais. Por isso, grande parte dos namoros das moças das comunidades pesquisadas é com esses rapazes. Alguns trabalham em Recife, o que lhes possibilita voltar para casa a cada quinze dias; outros, a maioria, no Rio de Janeiro e em São Paulo, o que só lhes permite visitar a família e a namorada a cada ano. Normalmente, esses namoros duram um ou dois anos. O casal se conhece, ou se encontra, namora um mês e o rapaz viaja. Depois de um ano ele volta e noiva e no ano seguinte ele retorna e eles casam. Existem casos em que o rapaz já noiva no primeiro mês de namoro e viaja e já volta no ano seguinte para casar.

A descoberta da intimidade nesses casos de namoro só é possível, na maior parte das vezes, depois do casamento. O afeto vai se construindo por parte do casal a partir de um rápido conhecimento dos mesmos, mas a individualidade que marca os casais modernos não é a dimensão mais importante. O amor se constroi numa relação que é mais idealizada do ponto de vista de sua concretude do que vivenciada na relação direta, como no caso dos namoros onde o casal tem contato constante e, muitas vezes, íntimo.

Na opinião das moças do meio rural, essa característica de “esperar pelo namorado” é mais encontrada entre elas, pois as moças

da cidade logo trairiam seus namorados caso eles passassem vários meses distante delas. De fato, ao conversar com algumas moças da cidade, elas afirmam não ter paciência para essa espera, mesmo porque não acreditam que o rapaz as estejam respeitando.

Quando o namoro acontece de forma mais direta, existe um grande controle por parte dos pais em relação ao casal. Primeiro, o casal não pode sair sozinho para passeios ou coisa assim; depois, ao namorarem em casa, é necessário ter todo cuidado para não deixá-lo a sós. Esse controle garante a manutenção da honra da moça e da família da mesma.

Evidentemente, apesar do controle, não são todas as moças do meio rural que se comportam dessa forma. Grande parte das moças mantém um discurso baseado nessa moral, mas não a vivenciam da mesma forma. Assim, apesar de haver esse ideal de comportamento por parte das moças e rapazes rurais, muitas delas também “ficam” muito, permitem carícias mais íntimas e mantêm inclusive relações sexuais com seus namorados ou até mesmo com rapazes com quem apenas “ficam”.

As moças de mais de vinte anos, em suas entrevistas, enfatizavam sempre que o comportamento das mais jovens está mudando e ficando pouco diferente das moças da cidade embora, nas entrevistas, não se perceba diferenças significativas em relação aos discursos sobre a sexualidade. Abramo (2005) enfatiza a necessidade de, ao se pesquisar juventude, o pesquisador levar em consideração as diferenças de idade.

Quando ia pesquisar na escola, costumava voltar para o sítio no toyota que transporta os jovens de João Gomes para a escola na sede do município. Aquele toyota era um espaço eminentemente feminino, já que o único rapaz da lotação foi praticamente induzido a viajar em outro toyota, ficando apenas o motorista, que é um rapaz casado, mas que mantém com as moças uma certa intimidade e uma relação muito marcada por brincadeiras, quase sempre relacionadas aos namorados, paqueras ou pretendentes das mesmas. Naquele espaço, sempre ao som do forró de bandas como Rabo de Saia, Calcinha Preta e outras, as conversas que se estabeleciam entre as moças tinham, quase sempre, como pano de fundo, as questões referentes a festas, amor, “ficar”,

namorar, trair, entre outras coisas. Nessas conversas, sempre marcadas por certa cumplicidade entre as moças, aquele discurso mais pautado na moralidade e na ideia de “direitinha” era um pouco deixado de lado e as moças acabavam falando sobre aquelas que ficaram com mais de um rapaz em uma noite, sobre terem traído o namorado entre outras conversas do tipo, sempre acompanhadas de boas gargalhadas.

Sobre traição, tanto as moças como os rapazes têm sempre histórias para contar. Certo dia, um rapaz que trabalhava em Recife estava indo para o sítio no toyota. Logo me interessei em estabelecer com ele um diálogo e, enquanto conversávamos, eu perguntei se ele tinha namorada, e ele prontamente respondeu: “sabe aquela galeguinha que vai aqui pra sítio? Eu namorava com ela, mas ela me botou chifre, aí acabei o namoro...”. Chamou a atenção a forma relativamente tranquila através da qual o rapaz fala da traição, “do chifre”. Como na fala também de Gilvan (18 anos, do Sítio Caraúbas) quando lhe perguntei se ele tinha namorada: “tive, mas me traiu, aí teve que acabar”. Lhe perguntei então como ele soube que havia sido traído? E ele me respondeu, sorrindo: “o minino que ficou com ela me disse, aí... aí tive que acabar”. Parece que para aqueles rapazes, a traição que antes não era de forma alguma aceita agora não é aceita ainda, mas se consegue falar a respeito com menos constrangimento e sai do embaraço da situação simplesmente acabando o namoro e transformando o constrangimento em brincadeira como forma de se colocar na situação ainda de forma superior. Acabar o namoro devolve aos rapazes a honra e a traição fica sendo mais feio para a moça. De toda forma, a dominação masculina continua sendo mantida na relação, uma vez que a mudança de comportamento das moças, embora lhes traga certa liberdade em relação à vivência da sexualidade, as condiciona ao julgo masculino. A moça “direitinha” é a moça “honesta”, aquela que nunca traiu.

No entanto, não se pode deixar de perceber mudança no fato de a traição masculina não ser percebida no discurso de rapazes e moças de forma totalmente natural. A traição na visão dos jovens rurais é uma atitude que é vista negativamente tanto do ponto de vista de quem trai, quanto do ponto de vista de quem foi traído, sendo que este segundo pode se sair da situação acabando o compromisso com

quem o traiu, caso contrário, deixa de ser visto como vítima para ser visto como conivente com tal situação. Ao perguntar para Gilvan se quando os rapazes traem as moças devem também terminar o namoro, ele me dá a seguinte resposta: “num sei isso, daí depende dela, né? se ela for safada, ela, ela aceita, mas se ela for uma moça direita, ela, ela acaba.” A condição de ser direita está vinculada ao fato de respeitar o namorado, mas também de não aceitar o desrespeito dele. Contudo, é necessário entender o que é considerado traição naquele universo, o que só se pode entender ao considerar a questão da virgindade.

A virgindade

O principal tabu que perpassa a sexualidade das moças do meio rural é o da virgindade. Nos discursos masculinos, mas principalmente nos femininos, a virgindade feminina é tida como o valor mais importante de uma moça e todos os jovens rurais entrevistados, apesar de considerarem que houve mudanças e afirmarem não discriminar as moças que não são virgens, falam da importância da virgindade feminina. É o que podemos perceber na fala que segue: “eu num discrimino não, mas eu acho que a moça deve casar virgem... mesmo que o rapaz peça uma prova de amor, ela deve se guardar, porque se ele ama ela, ele deve esperar por ela” (Simone, 22 anos, Sítio Caraúbas).

Numa discussão na sala de aula do curso Normal de uma escola da cidade onde estudam, principalmente, jovens rurais, o debate girava em torno da questão da virgindade. Um rapaz de uma comunidade rural falava que não tinha nenhum problema em casar com uma moça se ela não fosse virgem, contanto que a amasse. Essa sua afirmação levantou uma interessante polêmica entre as moças. Uma delas afirmava: “é, eles dizem isso agora, mas se a pessoa cair nessa e perder a virgindade antes de casar, é muito difícil eles querer casar e se casar, fica passano na cara da mulher toda vez que brigar que ela num era mais de nada, que já pegou ela de outro...”. Essa opinião se estendia por quase toda a turma de 35 moças e 3 rapazes, sendo os rapazes os que diziam “nada, hoje isso num é mais importante não, o importante é o amor”.

De fato, as moças não se colocavam necessariamente contra a ideia de liberdade das mulheres, no entanto, deixavam claro que no seu universo não era certo não somente por uma questão moral, mas principalmente porque os rapazes não mais iriam escolhê-las para o casamento, uma vez que é comum que o namoro acabe após o casal ter tido relação sexual. Na opinião delas, “os rapaz não gostam de mulher fácil”. É o que fica bastante claro na fala de Eliana (25 anos, Sítio João Gomes): “meu namorado diz que eu num sou como as outras meninas, não. Que hoje em dia as meninas nem conhece o rapaz direito e aí vei ele nem quer, mas elas quiere primeiro...”.

O desejo feminino é visto como condicionado ao masculino e a ideia de “perda da virgindade” remete a uma condição feminina apenas de objeto de dominação; o ato sexual como uma relação de dominação onde as mulheres são possuídas, submetidas ao poder do homem (BOURDIEU, 2003).

Mendes (2005), ao estudar a trajetória das mulheres chefes de família de um bairro pobre do Recife, percebeu, no entanto, que aquelas mulheres, quase sempre de origem rural, também usavam essa dominação a seu favor, pois, ao falar da “perda da sua virgindade”, elas culpabilizavam os namorados se mostrando inocentes, o que na interpretação da autora acaba isentando-as da culpa ao se parecerem meros objetos e não parte no processo.

Em Orobó a moça sempre se coloca como aquela que será ludibriada e que terá a sua virgindade arrancada, perdida, como se o desejo sexual nunca fosse dela ou não devesse de maneira nenhuma ser. Sua culpa está em ceder aos desejos do homem, já que é “natural” que o homem sinta desejo, mas a mulher não.

Essa “naturalização” do desejo do homem justifica que os rapazes do meio rural de Orobó tenham a liberdade de “sair” com outras “mulheres” quando suas namoradas ou noivas querem se manter virgens até o casamento, sem esse ato ser considerado necessariamente traição. É o que se percebe na fala de Viviane (17 anos, Feira Nova): “... porque no caso se ele não tem com a namorada, né? É normal ele ter com outra, agora que não seja... se for escondido... se não souber”. A condição de ser escondido é importante para manter a moça dentro de uma relação de confiança com o seu namorado e de

respeito na sua comunidade, sendo que a relação que ele teve com a outra mulher foi uma relação apenas física enquanto que, amor, ele sente pela namorada.

Goldemberg (2006) percebe que, mesmo onde as mulheres conseguiram uma maior liberdade sexual, a vivência da sexualidade masculina separa sexo de sentimento, enquanto a feminina sempre os relaciona. Bourdieu (2003) enfoca essa separação como uma característica da dominação masculina que se impõe como uma violência simbólica em nossa sociedade. Assim, a mulher deve sempre relacionar o sexo ao afeto, enquanto que é natural para o homem essa separação. O desejo masculino é tido como uma “necessidade natural que não pode esperar”. Segundo Salém (2004), essa necessidade pode ser explicada em termos de uma “teoria sexual pulsional” na qual desejo e necessidade se conectam precisando ser imediatamente satisfeitos.

A virgindade é tão importante no meio rural que a possibilidade de sua “perda” pode impulsionar um casamento que não seja do agrado dos pais da moça. Por essa condição muitas moças no meio rural fogem de casa. A fuga de moças para casar, o que acontece muito no meio rural de Orobó, acontece principalmente para que o casamento possa acontecer, já que antes não era permitido pelos pais. A moça, tendo fugido e dormido com o namorado uma noite, acaba por receber a permissão dos pais para a junção do casal, já que a filha já perdeu a virgindade (LONGHI, 2007).

É claro que a fuga não pode ser apenas explicada por esse aspecto, como enfatizou Woortmann e Woortmann (1998) em Fuga a três vozes, esta é também usada como uma estratégia de manutenção da honra da família quando a mesma não pode realizar a festa do casamento ou uma forma de arranjo de manutenção da propriedade familiar, já que quem foge perde direitos sobre ela.

Mas alguns elementos que precisam ser mais bem discutidos podem indicar que os rapazes e as moças estão de maneira processual rompendo com o modelo dominador masculino. Eles possuem um grande tabu para falar das práticas sexuais porém, exercendo um distanciamento, afirmam que o prazer sexual não pode ser vivenciado apenas pelo homem, mas também pela mulher, embora para essa, apenas depois do casamento. Esse é um dos elementos em que as próprias moças

se afirmam diferentes de suas mães, já que, segundo elas, as mães não falam sobre o assunto e, possivelmente, fazem sexo com os maridos quase sempre apenas para satisfazer os desejos deles.

Considerações sobre o tema: então o jovem rural não se modernizou?

A discussão sobre a sexualidade dos jovens rurais não se esgota aqui e as representações sobre a mesma são apenas uma via de acesso a esse tema que é, antes de tudo, complexo de se estudar. Uma inserção maior em campo daria uma capacidade maior de acesso às “intimidades” desses jovens e à possibilidade de discutir as práticas com mais propriedade. No entanto, como o objetivo desse artigo era adentrar no tema da sexualidade como uma via de acesso para compreender como os jovens rurais constroem processualmente a sua identidade (HALL, 2005; HANNERZ, 1997), tais representações são por demais importantes para essa compreensão.

Pude perceber que o tema da sexualidade é tratado pelos jovens rurais de ambos os sexos a partir de vários tabus que são impostos por um *habitus* da família rural patriarcalista. Os jovens têm acesso às discussões sobre o tema na escola, na internet,⁸ na televisão e em outros espaços e este é o tema mais discutido entre os grupinhos de moças ou de rapazes e até em grupos mistos.

Sem haver pretensão de se chegar a conclusões precisas sobre o assunto, pode-se considerar que os jovens rurais, apesar de estarem inseridos nas transformações sofridas pela sociedade mais ampla, constroem sua identidade relacionalmente percebendo o mundo “moderno” como o que é do seu conhecimento, mas que ele necessariamente não vivencia. É, portanto, na relação dialética entre a tradição processualmente reinventada (HOBSBAWN, 1997) e a modernidade (GIDDENS, 2002) que ocorre uma maior importância para o indivíduo e uma abertura à experimentação na qual esse jovem se percebe e percebe o outro. Essa percepção não marca apenas uma

⁸ A maioria dos jovens pesquisados tem acesso à internet principalmente na escola e quase todos informaram que a usam basicamente para fazer pesquisas.

identidade de jovem, mas também de rural. Esse processo vai sendo traçado não de forma linear, mas em um vai e vem no qual ora é bom ser do rural e ora é mais interessante trazer os conhecimentos do urbano, ora a tradição é o eixo que irá nortear sua vida na comunidade onde vive e ora é necessário se mostrar conhecedor das práticas do mundo moderno para ser aceito na sociedade mais geral.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W. BRANCO, P. P. M. *Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGÊNIO, Fernanda. *Culturas Jovens. Novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *A Dominação Masculina*. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro; HOFFNAGEL, Judith Chambliss. *Pensando Família, Gênero e Sexualidade*. Recife: UFPE, 2006.

CASTRO, Elisa Guaraná. *Entre Ficar e Sair: Uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 2005.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Mirian; SILVA, Lorena Bernadete. *Juventudes e Sexualidade*. UNESCO: Brasil, 2004.

CHIANCA, Luciana de Oliveira. *A Festa do Interior: São João, migração e nostalgia em Natal no Século XX*. Natal: UFRN, 2006.

DURSTON, John. Juventud rural en Brasil y México: reduciendo la invisibilidad. In: *Políticas Sociales*. Santiago do Chile, CEPAL, 1998. Acesso Internet www.cinterfor.org.uy em 18.08.2002.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOLDEMBERG, Mirian. O discurso sobre o sexo: diferenças de gênero na sexualidade Carioca. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGÊNIO, Fernanda (orgs.). *Culturas Jovens. Novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. In: *Mana*, 1997. Disponível em: www.scielo.br/pdf/mana/v.301/2454.pdf.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1997.

LONGHI, Márcia Reis. Afetividade, gênero e relações intergeracionais na perspectiva de jovens e famílias. In: SCOTT, P; ATHIAS, R.; QUADROS, M. T. *Saúde, Sexualidade e Famílias Urbanas, Rurais e Indígenas*. Recife: UFPE, 2007.

MENDES, Mary Alves. *Mulheres chefes de família em Áreas Zeis: Gênero, Poder e Trabalho*. Tese (Doutorado), Programa de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2005.

PAULO, Maria de Assunção Lima de; WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Jovens Rurais de Orobó: A realidade do presente e os sonhos para o futuro. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. *Agricultura Familiar e Gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: UFPE, 2006.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade. Seguida de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998.

RESSEL, Lucia Beatriz; GUALDA, Dulce Maria. A sexualidade como uma construção cultural: reflexões sobre preconceitos e mitos inerentes a um grupo de mulheres rurais. In: *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. v. 37(3), 2003, p.82-87.

SALEM, Tânia. Homem... já viu, né? Representações de sexualidade e gênero entre homens de classe popular. In: HEILBORN, Maria Luíza (org). *Família e Sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SAWAIA, B. Identidade: uma ideologia separatista? In: SAWAIA, B. (org). *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 119-128.

SCOTT, P; ATHIAS, R; QUADROS, M. T. *Saúde, Sexualidade e Famílias Urbanas, Rurais e Indígenas*. Recife: UFPE, 2007.

SILVA, Vanda Aparecida. *Menina Carregando Menino...: Sexualidade e família entre jovens de origem rural num município do Vale do Jequitinhonha, (MG)*. Tese (Doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: *Revista Sociedade e Agricultura*. outubro de 2000b, p. 87-145.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 23-56.

_____. Urbanização e Ruralidade: Relações entre a Pequena Cidade e o Mundo Rural. Estudo Preliminar Sobre os Pequenos Municípios em Pernambuco. In: LOPES, E. S; MOTA, D. M; SILVA, T. E. M. *Ensaio de desenvolvimento rural e transformações na agricultura*. Sergipe: Embrapa Tabuleiros Costeiros/UFS, 2002, p.21-40.

WOORTMANN, E; WOORTMANN, K. *Fuga a Três Vozes*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

Mudanças socioculturais nas relações de gênero e intergeracionais: o caso do campesinato no oeste catarinense

Arlene Renk
Rosana Maria Badalotti
Silvana Winckler



Introdução

Este artigo analisa as mudanças socioculturais ocorridas nas relações de gênero e intergeracionais no universo camponês e familiar no Oeste Catarinense. Através de um viés das ciências sociais buscaremos abordar teórica e empiricamente as estratégias de reprodução social e de empoderamento das mulheres. O texto apresenta seis tópicos: este da introdução, o da constituição dos *colonos*, o da família tradicional, o do empoderamento, o da mudança intergeracional, o da agroindústria e pluriatividade, acrescidos das considerações finais e referências bibliográficas.

Teoricamente, o fio condutor será a literatura sobre campesinato, lembrando a clássica afirmativa de Shanin de que essa categoria não existe enquanto conceito, sendo que nos apoiaremos nos teóricos Shanin (1980), Bouquet (1984), Franklin (1969) e Woortmann (1990). Para tratar da agricultura familiar recorreremos a Lamarche (1993), Neves (1981; 1985), Carneiro (1996; 2001) e Mior (2005). Seguiremos de modo sintético os estudos de gênero de Scott (1990), Butler (2003) e Pinto (1992).

Ao tomarmos o período de colonização da região oeste catarinense (início do século XX) como ponto de partida deste estudo, observamos que as relações de gênero estão pautadas, em diferentes contextos históricos, por estratégias de reprodução que têm alterado as práticas produtivas, principalmente os modos de vida baseados no campesinato, o qual apresenta nuances de diferenciação étnica, socioeconômicas, geracionais e de gênero.

O *locus* de investigação foi o oeste catarinense, especialmente o município de Chapecó e seu entorno, apresentando-se resultados de pesquisas realizadas nesta região (BADALOTTI, 2003, 2005; BADALOTTI, KAMINSKI, 2005; RENK, 2000, 2004). O problema de pesquisa partiu das condições sociohistóricas de um campesinato parcelar, com caráter androcêntrico, modelo que se repetia há dezenas de gerações. No final dos anos setenta, as mulheres que até então haviam naturalizado os padrões nos quais eram socializadas passam a questioná-los e conseguem criar nova agenda, na qual obtêm visibilidade e direito ao nome, o que significava que deixavam de ser filhas ou esposas de alguém e engajavam-se nas lutas pela conquista dos direitos sociais, políticos e reprodutivos. Quais as dinâmicas e estratégias que levaram essas mulheres a romper o véu, metafórico, da subalternidade a que estavam submetidas?

Justifica-se, assim, a vinculação da temática deste artigo com gênero e geração. Da categoria geração retemos a experiência partilhada na conquista pública e privada de empoderamento pelas mulheres, perceptível relacionalmente com as gerações anteriores.

Constituição dos *colonos* no oeste catarinense

O surgimento do campesinato parcelar, dos chamados colonos, descendentes de italianos, alemães e poloneses têm suas raízes no processo sucessório dos camponeses que migraram da Europa ao Brasil. No Rio Grande do Sul, a constituição demográfica de famílias numerosas, a aspiração da endorreprodução, a valorização positiva da condição camponesa enfrentavam alguns desafios. Um destes era o de manter uma área agrícola viável (SCHNEIDER, 2002). Embora os primeiros imigrantes tivessem áreas agrícolas em torno de setenta

hectares, as levas seguintes obteriam a colônia, cuja medida padrão era de 24,2 hectares. Diversos estudiosos, dentre os quais Waibel (In SCHNEIDER, 2002), alertavam para a insustentabilidade dessa área.

Para os colonos a terra jamais fora meramente um bem de mercado. Carregava valores familiares e era considerada um patrimônio moral (WOORTMANN, 1985). Família e terra eram indissociáveis. Na perspectiva da endorreprodução social camponesa e para evitar o retalhamento excessivo das terras, os colonos adotaram estratégias de reprodução social camponesa. Dentre estas, houve o forte primado masculino, excluindo-se as mulheres do acesso a terra. A única forma de obtê-la era casando-se com herdeiro de terras ou com a aquisição de terras, como resultado do trabalho familiar, após o casamento. Dos elementos masculinos e femininos, alguns eram encaminhados ao clero, o que era considerado uma posição familiar prestigiosa. Outros adquiriam ofícios vinculados ao mundo rural ou urbano. Preferencialmente evitava-se o assalariamento. E outra parcela, deserdada e que pretendia permanecer na atividade agrícola, passou a migrar para áreas de fronteira, as chamadas colônias novas. Enfim, este campesinato em estudo era constituído de excluídos da terra paterna no Rio Grande do Sul (WOORTMANN, 1995; CARNEIRO, 2001; RENK, 2000) para evitar o parcelamento excessivo.

A aquisição de terras na fronteira agrícola, mesmo inóspita e com total carência de equipamentos e recursos comunitários, era aceitável pelo preço considerado razoável, se comparado ao do mercado imobiliário do Rio Grande do Sul. Aliavam-se o desejo de continuidade na agricultura e o mercado de terras à disposição. O oeste de Santa Catarina, a partir dos anos 20 do século passado, atraiu agricultores do Rio Grande do Sul e também diretamente da Europa.

Cabe observação de que a constituição desse campesinato de descendentes de italianos, alemães e poloneses representou a expropriação dos caboclos, estabelecidos anteriormente na área.

A família no contexto familiar tradicional

Para Galelski (1972), sociólogo polonês, a família rural em sociedades não industrializadas ou em vias de industrialização compunha-se

da economia familiar, subordinando os integrantes do grupo familiar à chefia e levando em conta a dinamicidade do ciclo de vida. Acrescesse a isso que é recorrente a posição subalternizada dos camponeses nas diversas sociedades (SHANIN, 1980). A menor escolarização, o enclave que representavam as comunidades rurais, o reduzido trânsito entre as comunidades rurais e os centros urbanos, a dependência do mercado que fixava preços agrícolas, a impossibilidade de controlar as condições atmosféricas e climáticas contribuíam para a vulnerabilidade dessa população. O estabelecimento de relações verticais entre o mundo externo e as pequenas comunidades propiciava o surgimento de mediadores (SHANIN, 1973), o que, em casos extremos, podia resultar na chamada classe objeto (BOURDIEU, 1977). Por longo período histórico, as mulheres ocupavam o estrato subalterno de um grupo subalternizado.

Situemos, de forma muito abreviada, a família camponesa do oeste catarinense, que repetia os padrões de socialização das gerações anteriores. A família é uma unidade indivisível de produção e consumo, hierarquizada, observando gênero e faixa etária, com vínculos de consanguinidade e de afinidade e, eventualmente, de adoção. Apresenta um caráter dinâmico, abrigando duas ou três gerações no mesmo teto. A hierarquização familiar, o papel da chefia masculina, a autoridade e o autoritarismo do chefe de família e o trabalho eram constitutivos dos vínculos familiares. A categoria trabalho sempre foi acionada como o marco de distintividade desse campesinato étnico em oposição aos *outros*, isto é, aos caboclos, os quais não teriam vocação para o trabalho. Para os descendentes de europeus, trabalhar estaria próximo aos ensinamentos bíblicos de comer o pão com o suor do rosto. Podemos traduzir e trazer ao contexto em estudo a acepção de Delbos (1982) a respeito de trabalho. Representa penosidade, e esse seria o grande valor. Acople-se a isso a autoexploração, como apontado nos estudos sobre campesinato (WOORTMANN, 1990). Deramaix (1998), usando como referência o *Dictionnaire historique de la langue française*, traça a relação entre as expressões “travail” e “tripalium” como instrumento de suplício utilizado na Idade Média.

No sentido habitual, a mulher e os jovens, apesar da longa jornada de atividades, não trabalhariam. O trabalho era prerrogativa do

chefe de família. Os demais “ajudariam”. Entra em jogo o entendimento de que a categoria trabalho era prerrogativa de quem tinha o poder de decisão, do quê plantar, de quanto plantar, onde, como e quando colher e para quem vender e em que condições. Esses assuntos não eram do domínio da família.

As relações de gênero, assim como a subalternidade do campesinato frente à sociedade, são construções históricas. Embora naturalizadas, as ações nas últimas décadas indicam a possibilidade de mudanças. As mulheres que estão na faixa de 70 anos, consideradas aqui como socializadas nos padrões tradicionais, ao expressarem suas vivências em comparação com as gerações seguintes, dirão que “era uma lei”. Essa lei representava a subalternidade, quando não a submissão, no espaço familiar e nas situações correlatas. As mulheres eram conhecidas como *filhas de* ou *mulher de*, ou seja, a condição civil subsumida.

As restrições em relação às mulheres faziam com que fossem consideradas e tratadas como alguém sem a capacidade plena, pesando sobre elas a constante vigilância. Quando solteiras estavam sob a completa vigilância dos pais, guardiões da honra. Essas mulheres, objetos preciosos nas trocas matrimoniais, como diria Levi-Strauss (1976), eram também capitais lábeis. Além de outros atributos como saúde, saber realizar as tarefas domésticas e agrícolas, das mulheres exigia-se também a reputação moral. Por exemplo, a filha de um agricultor, para deslocar-se ao centro urbano ou à residência de outro agricultor, era acompanhada por irmão, ainda que com idade inferior à sua. Sendo um elemento masculino, garantiria a reputação feminina.

A socialização destinava a mulher ao casamento, às lides domésticas e agrícolas. Casar-se, ou ser casada pelos pais, era imperativo. Era preferível um casamento em desvantagem social ou econômica a permanecer solteira. O que se esperava era que casasse, “se acompanhasse”, como expressam. Aquelas que não casavam eram estigmatizadas, “ficavam para benzer tormenta”, como expressam.

Nesse contexto, o casamento era um negócio de família (WO-ORTMANN, 1995) no qual os aspectos afetivos não entravam em jogo. O importante era que os nubentes fossem de famílias de boa índole e trabalhadoras. O casamento tinha alguns requisitos, como idade: a moça não poderia passar dos 23 anos solteira, ou seria considerada

velha. Outra exigência era a disposição para o trabalho. Nesse aspecto, a vaidade jogava contra as mulheres. Supunha-se que a vaidade era impedimento ao trabalho, à autoexploração. Outro requisito era a virgindade feminina. Mesmo que o futuro parceiro tivesse experiência de zoofilia, era algo mantido sob o sigilo familiar. O casamento supunha saúde e esta era expressa na geração da prole. Exigia-se saúde para a reprodução e disposição para o trabalho, para acompanhar o marido na roça e fazer as atividades domésticas sem “perder tempo”.

Ser religiosa era outro quesito importante no mercado matrimonial. A Igreja e a sociedade conspiravam contra as mulheres. Os preceitos religiosos exigiam conduta irrepreensível das jovens e das casadas. O púlpito, nos cultos ou missas, era usado para lembrar as responsabilidades das mulheres, castas quando solteiras e procriadoras quando casadas, além do respeito ao marido. É compreensível que inúmeras vezes a concepção de respeito fosse bastante elástica.

A mulher era incorporada diferencialmente à nova família (BOUQUET, 1984; RENK, 2000). Esse aspecto aponta para uma zona de desconforto. Quando solteira a moça era da família paterna. Nunca era plenamente da família de casamento. Em situações controversas, poderiam lembrá-la de que em princípio pertencia à família paterna, de origem. Essa situação fica evidenciada nos cemitérios de camponesas descendentes de alemães: na lápide consta o nome civil e, abaixo, a lembrança de que era nascida na família tal. Outra forma nada sutil era ser designada sempre como *a mulher de* (nome do marido).

Em algumas famílias, o trabalho das mulheres na lavoura era de menor intensidade. Noutras, não havia distinção entre a jornada de mulheres e de homens na lavoura, no entanto, acrescentava-se a estas as atividades domésticas como cozinhar, fazer o pão, cuidar da horta, ordenhar as vacas, alimentar as galinhas, preparar doces, geleias e costurar para a família. Numa sociedade com escassas relações de consumo industrial, o espaço doméstico era aquele de produzir os bens para o consumo e confecção do vestuário. Para este, era comum a aquisição de fardos ou peças de tecido, de modo que a vestimenta familiar era padronizada não pela opção estética, mas por medidas econômicas.

A transmissão do conhecimento, de geração em geração, constituía-se num patrimônio cultural, nunca identificado como tal: os saberes

a respeito de fermento caseiro, dos tipos de batatas e períodos de plantio, das sementes crioulas (as únicas que conheciam), da forma de colhê-las, armazená-las e trocar entre vizinhos. Nas visitas feitas a parentes e a vizinhos, as mulheres sempre levavam trabalhos manuais - para não “perder tempo” - e aproveitavam também para trocar pontos de crochê, tricô, bordados e outros artesanatos. Era igualmente a oportunidade para a troca de sementes, mudas de flores, plantas, chás ou leguminosas. Quando em visita, a doadora de sementes e plantas receberia, por sua vez, o “contra dom” expresso em espécies.

Na família como unidade de produção e consumo indissolúveis havia espaços que se constituíam no que Shanin denomina de economia feminina (1973) e que inclui o manejo do leite, manteiga, verduras, ovos, doces e geleias, passíveis de serem vendidos na cidade. O recurso advindo desse comércio informal é aplicado para suprir necessidades familiares e eventuais supérfluos, como a compra de botões, rendas, tecidos, linhas para trabalhos manuais.

A carência de recursos médicos impulsionava a naturalização do papel feminino no cuidado aos doentes e feridos com chás, compressas e corolários. Também a mulher era a parteira. Em cada comunidade ou em comunidade vizinha havia uma parteira para os cuidados obstétricos. Na falta de ortopedista sempre havia um “arrumador de ossos”, no masculino.

A sexualidade era tabu e a expressão desejo considerada como anormal. O sexo era encarado como dever da mulher cristã em relação dos desejos masculinos. Afeto não entrava na relação, no máximo o respeito.

O caráter androcêntrico permeava diversas instituições como a igreja, a filiação a sindicatos, associações e, principalmente, os padrões de herança. O deserdamento feminino da terra era sistemático, à revelia da legislação brasileira. Costumeiramente a transmissão da terra era feita *inter vivos*, com cláusula de reserva de usufruto aos pais. A mulher, ao casar, conforme a posse da família recebia uma novilha, máquina de costura e enxoval. De outro lado, as explicações nativas são de que “era uma lei” e de que “a mulher era governada pelo pai e depois pelo marido”. Há de se ressaltar também que nem todas as mulheres se casavam com herdeiros de terras. Casavam-se

também com deserdados. Algumas famílias conseguiam adquirir uma parcela suficiente para se instalar e produzir. Outras permaneciam na condição de arrendatários, meeiros ou parceiros. As trajetórias familiares são dinâmicas. Muitas famílias com posse, em trajetória de descenso social, perderam-na por “não usar a cabeça” (fazer negócio mal feito, deixar de aproveitar as oportunidades...) ou por acessar o crédito bancário e não conseguir honrá-lo.

Consuetudinariamente havia restrições ao associativismo feminino nas diversas dimensões: religiosa, sindical, de cooperativas rurais. Os poucos espaços nos quais poderiam se associar era o Apostolado Mariano,¹ a Sociedade de Bolão² e algum coral (principalmente entre as mulheres descendentes de alemães). A associação, neste caso, estava condicionada à autorização do marido; do mesmo modo, dependiam de sua autorização para frequentar as instituições. Neste caso, excetua-se a Igreja. Aliás, a presença na missa ou no culto, conforme o credo, era compulsória.

O impedimento à sindicalização se reafirmava empiricamente, amparado no costume (só os homens são sócios do sindicato). Ou, então, os maridos alegavam que a dupla filiação, a masculina e a feminina, seria um desperdício de dinheiro. As mulheres dificilmente portavam título de eleitor, usavam o CPF do marido e seu nome não constava do bloco de notas de produtor rural, o que se refletia em restrições de acesso aos direitos previdenciários e em outras políticas públicas.

A subordinação das mulheres também fazia com que dependessem da aquiescência do marido para todo e qualquer ato fora da propriedade. Estranhamente, um dos direitos mais elementares e antigos é o de ir e vir. Às camponesas este foi cerceado por muito tempo. Há de se considerar que muitas delas possuíam como documento unicamente a certidão de casamento (a certidão de nascimento frequentemente era feita para poder casar-se). Embora o título eleitoral fosse conquista dos anos 30, raras eram as mulheres que o possuíam nos anos setenta. O impulso para a obtenção de documentação contou com esforços dos sindicatos de caráter progressista e da campanha

¹ O Apostolado Mariano incorporava as mulheres católicas voltadas à reza e práticas religiosas.

² A Sociedade de Bolão, ou Bolãozinho, consistia numa agremiação feminina que se encontrava esporadicamente para jogar o bolão. Embora ecumênica, eram raras as mulheres católicas que dele participavam.

desencadeada pelas mulheres agricultoras nos anos oitenta. O senso comum prevalecente era de que se o chefe da família votasse, automaticamente seu voto representaria o da mulher. Mesmo que esta fosse portadora de título, seguramente o marido a orientaria sobre em quem votar. Em termos de identidade profissional, nos documentos constava que era do lar, de prendas domésticas e não agricultora.

Embora laborasse de sol a sol e fosse responsável pelas atividades domésticas, havia ainda uma atividade suplementar, que era a economia feminina. Aí entram em jogo os poucos recursos obtidos com a venda de ovos, queijo, manteiga e hortaliças para clientes urbanos. Esses recursos eram administrados com certa liberdade pela mulher, em benefício da unidade familiar.

Mudanças geracionais e empoderamento das mulheres

No final dos anos 70 ocorre a modernização da agricultura, com a introdução da extensão rural³ por iniciativa do governo estadual. Nessas atividades há espaço para as mulheres seja através do grupo de mães ou dos clubes 4 S⁴ dirigidos à juventude. As ações, além de visar à introdução de novos padrões de produção, tinham como intento a formação de lideranças rurais. Os grupos de mães, ao que consta, não tiveram o êxito daquele usufruído pelos jovens nos clubes 4 S. Não obstante o caráter tecnicista e a introdução da revolução verde houve abertura para que as mulheres pudessem comparecer às reuniões e muitas delas alcançaram o grau de secretária e presidente das associações de jovens rurais. Atualmente, há egressas desses clubes que se transformaram em lideranças regionais e estão envolvidas em movimentos sociais. Paralelo a isso, a agroindústria instala-se na região (CAMPOS, 1987) e muda a dinâmica da produção rural de parte dos agricultores.

³ Embora no Brasil as experiências de extensão rural com financiamento por Nelson Rockefeller datem dos anos 40 do século passado, na área em estudo ela é implantada nos anos sessenta. Para além de seu caráter modernizador, permitiu a incorporação das mulheres, formando lideranças.

⁴ Os Clubes 4-S eram associações que agregavam a juventude rural. Estiveram inseridos nas estratégias de modernização da produção agrícola brasileira. Em Santa Catarina, seu auge ocorreu na década de 70, através da ACARESC (Associação de Crédito e Extensão Rural de Santa Catarina). A sigla 4-S significa Saber, Sentir, Servir e Saúde, conforme o modelo americano no qual se inspiraram (SILVA, Claiton Marcio da. 2002).

Acrescem-se, ainda, as mobilizações pela abertura política, na qual foi importante a participação católica através das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs (POLI, 2002).⁵ O bispo da diocese de Chapecó teve um papel expressivo na formação de lideranças para a sociedade democrática, no apoio e criação de movimentos sociais, tais como o Movimento de Mulheres Agricultoras [atual Movimento de Mulheres Camponesas], em Itaberaba, então pertencente ao município de Chapecó, na CPT (Comissão Pastoral da Terra), no MST, na CRAB [atual MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens], no CIMI e na luta pela reintegração das áreas indígenas espoliadas por ocasião da colonização. Dom José Gomes ocupou cargos em âmbito nacional como CIMI e outros órgãos. Um elemento chave para a adoção de postura política emancipacionista foi a organização dos agricultores, no final da década de 70, na denúncia da peste suína. Ou seja, os suínos criados tradicionalmente foram acusados de transmitir a peste, o que ocasionou a intervenção do exército, dizimando as varas em diversas propriedades. O passo seguinte foi a instalação da agroindústria com matrizes importadas e novos procedimentos no manejo com os animais dentro dos preceitos ditados pela agroindústria.

A abertura política dos anos 70 e 80 representou a possibilidade de inserção das mulheres e de apresentar sua pauta de reivindicações. A posição da Igreja Católica quando da IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil) - a maior parte do clero - foi favorável à reivindicação de direitos e de organização da sociedade civil. Se anteriormente o púlpito de igrejas e templos foi cúmplice da subalternidade feminina, neste momento ocorre o contrário. São os religiosos quem incentivam as mulheres a ter papel ativo na propriedade, a sindicalizar-se, a documentar-se e a participar dos movimentos.

As grandes manifestações regionais, por ocasião do dia 08 de março, contribuíram para que as mulheres tomassem ciência de sua posição. Ouvir as narrativas das mulheres, lideranças ou não, fica

⁵ Odilon Poli (1995) estuda os movimentos sociais da região do oeste catarinense e aprofunda o episódio da chamada peste suína. Oro (1992) aponta o papel da Igreja Católica na região e as mudanças decorrentes. Outra autora que estudou o surgimento do movimento das mulheres foi Sirlei Kroth (1999), em sua Dissertação de História. Trabalho não publicado, mas que mereceria vir a lume.

evidente que marcam o momento histórico da abertura política, rebatendo no universo familiar como se “antes era lei (sem direitos)”, agora descubrem os direitos. No final dos anos 70 e início dos anos 80 a região do oeste catarinense viveu momento de efervescência: luta pelo preço mínimo dos produtos, ocupações de terra, luta contra barragens, luta pela aposentadoria das mulheres, luta pela recuperação de terras indígenas.

Nas liturgias das missas ou nas reuniões das CEBs esses elementos estiveram presentes. Descobrir os direitos e lutar pelos direitos significou nas histórias de vida a ampliação dos horizontes. A metáfora empregada é a cegueira. “Antes a gente era cega, parece que tiraram a venda dos olhos”, afirma uma das agricultoras. Talvez não devesse se referir à terceira pessoa do plural, mas à primeira pessoa do singular ou plural. Esse momento é o da comparação geracional. As mulheres comparam suas trajetórias com as de suas mães e avaliam o avanço obtido. De outro lado, compararam as suas com as das filhas, e tem claro o legado atribuído à geração futura.

Essas mudanças são exógenas e endógenas e afetam, diferentemente, a vida das mulheres que passaram por essa experiência, no sentido trabalhado por Thompson (1981 e 1986) e Viotti da Costa (1998). Qualitativamente, as mudanças mostram que as mulheres se distanciaram de um padrão de socialização e investiram nos filhos e filhas novas perspectivas, jamais ousadas anteriormente.

Têm início novas formas de socialização das mulheres, que contribuiriam para revelar seu potencial de luta pelos direitos de cidadania. Ao contrário da geração materna, as mulheres que viveram essa mudança valorizam as conquistas e pretendem que a geração seguinte as amplie. Em um contexto de socialização distinto, houve a incorporação significativa de mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais ocupando cargos de diretoria, filiando-se a partidos políticos e concorrendo a cargos do legislativo municipal, estadual e federal e do executivo. Em termos societários essa mudança contribuiu para desestigmatizar as mulheres que ousavam ocupar espaços de poder na propriedade e fora dela (RENK, 2004).

Dedicaremos espaço às mulheres, sua organização, à luta pelos direitos, iniciando pelo da documentação, título de eleitor, CPF,

Carteira de Identidade, além do acesso à aposentadoria. No que diz respeito ao mundo externo, ocupam cargos em instituições como sindicatos, cooperativas e no legislativo municipal. Além disso, as práticas e estratégias de reprodução social têm sido reestruturadas e ressignificadas a partir do espaço da unidade familiar como a organização e administração familiar, hierarquia etária e de gênero, padrões de herança, etc.

Se as teratologias domésticas diminuíram, não significa a eliminação da violência em relação à mulher. A violência doméstica ainda persiste, como o das agricultoras aposentadas, impedidas de administrar os recursos advindos da Previdência Social. Legalmente são as titulares, mas no gerenciamento e usufruto são usurpadas por cônjuge ou filhos. Dentre outras formas de violência, observamos aquela do cerceamento e vigilância estrita em relação às viúvas, com restrição e pressão familiar visando impedimento de estabelecer novo casamento. Também encontramos aposentadas cujo benefício é utilizado para manutenção de filhos e netos, quando não induzidas a contrair empréstimos consignados em folha, ou seja, no benefício previdenciário. Não obstante as conquistas alcançadas, sob fração das mulheres idosas aposentadas persiste a dominação. O direito à aposentadoria, paradoxalmente, tornou-se o mecanismo de exploração de muitas mulheres.

A integração vertical da agroindústria e a pluriatividade

A região do estudo notabilizou-se a partir dos anos 1970 pela introdução do sistema de integração agroindustrial para a produção de suínos e aves. Neste sistema, a agroindústria estabelece os padrões de produção, compreendendo as instalações, a organização do trabalho e os resultados esperados; fornecendo à família integrada os animais, rações, medicamentos e assistência técnica para o processo produtivo e fixando os preços pelos animais entregues para o abate.

A partir dos anos 1990, como consequência do processo de modernização tecnológica das atividades rurais, ocorreu a exclusão de parte considerável dos agricultores familiares integrados. A integração vertical consiste em vínculos contratuais entre agricultores e agroindústria, com a finalidade de produzir suínos ou aves. Há

uma perda da autonomia da administração da criação dos animais. A padronização da arquitetura de aviários e pocilgas segue padrões ditados pelas empresas. A agroindústria oferece insumos, aves ou leitões a serem criados em condições de sanidade animal, exigida pelo mercado externo. A integração requer rotina de trabalho que quebra os padrões tradicionais de sociabilidade. Por exemplo, os cuidados com a avicultura, o calor e frio devem ser evitados para não perecer animais, o que implica prejuízo ao agricultor. Da anterior autonomia na policultura o agricultor passa à especialização ditada pela agroindústria. No período anterior à integração as propriedades produziam aves para consumo. Os suínos eram destinados à produção de banha ou venda in natura. Excepcionalmente um agricultor venderia ao comerciante ou vendeiro quantia superior a vinte animais. Com a integração, o número de aves ou suínos por estabelecimento aumentou significativamente, diminuindo o número de produtores.⁶ Esse fenômeno é nominado de “concentração” da suinocultura e da avicultura. Ocorre em unidades de produção mais capitalizadas, com maior capacidade de investimento e refletiu-se na retirada de milhares de famílias do sistema de integração. Dessas, parte permanece no meio rural, trabalhando em regime de economia familiar, porém, parcela significativa abandona a atividade rural. Foi a maior crise já vivida no meio rural do oeste de Santa Catarina.

Conforme Mior (2005, p. 81),

os dados relativos ao número de estabelecimentos agropecuários confirmam a existência de um processo de clivagem dos anos 80 para os 90. O número de estabelecimentos agrícolas, que era de 101 mil em 1975, diminuiu para cerca de 88 mil em 1985, quando anteriormente vinha aumentando: 83 mil em 1975, 92 mil em 1980, 101 mil em 1985.

Neste cenário, surgem diversas políticas públicas voltadas ao fortalecimento e permanência dos agricultores na propriedade. O foco para a saída da crise está na diversificação de atividades (pluriatividade) que

⁶ Há propriedades rurais criando mais de mil suínos. Em contrapartida à concentração de suinocultores são os graves problemas ambientais enfrentados.

pode associar o trabalho na unidade familiar de produção com a venda de mão de obra na forma assalariada e, ainda, a instalação de agroindústrias familiares voltadas para o mercado consumidor local/regional.

Essas experiências, enquanto estratégias de reprodução social no campo, incidem nas relações de gênero e geracionais e provocam alterações de papéis na família. Os elementos mais aptos para o trabalho assalariado são os jovens que, ao trazerem a renda para casa, conquistam um *status* diferente na relação com o chefe da família (pai), com quem passarão a negociar quanto e como aplicar na propriedade.

O que Shanin (1973) denominou de economia feminina passa por transformações. A produção da indústria familiar de derivados do leite, compotas, geleias, pães, bolachas e outros artigos passa a ser administrada, via de regra, por um elemento masculino, suprimindo a alternativa de renda das mulheres com a venda do leite, queijo, manteiga, ovos, etc.

Trabalhos realizados no Oeste Catarinense têm procurado investigar a participação da mulher agricultora no trabalho das agroindústrias familiares no Oeste Catarinense, mais objetivamente, o papel das mulheres na produção e comercialização (BONI, 2003, 2005; BADALOTTI; KAMINSKI, 2005). De acordo com Boni (2003; 2005), muito da produção das agroindústrias familiares é originário da produção doméstica das mulheres: queijos, iogurtes, manteiga, geleias, compotas, doces, verduras, conservas que eram para o consumo da família. Quando esses produtos passaram a serem feitos comercialmente, a administração passou para a mão dos homens em muitas propriedades. Até mesmo o trabalho, quando se mecanizou, foi sendo assumido pelos homens porque o treinamento e o uso das informações sobre o funcionamento das máquinas são dirigidos aos homens.

Frequentemente o recurso necessário para investir na propriedade vem de atividades desempenhadas fora desta (o salário do filho empregado ou da filha professora). A continuidade da unidade familiar de produção passa a depender das escolhas destes e de sua disposição de permanecer no meio rural.

Por outro lado, a formação profissional é demandada como parte do processo de modernização das propriedades. As mulheres jovens são mais propensas a se dedicarem aos estudos do que os homens jovens.

Enquanto estes preferem migrar para os grandes centros urbanos em busca de emprego, elas ingressam na Universidade em cursos de licenciatura, muitas vezes em regime de férias, que lhes permite compatibilizar o trabalho em sala de aulas e pagar os estudos. Não é gratuito que há uma feminização crescente do magistério e inserção de filhas de agricultores. Outra parte significativa de mulheres opta por cursos de Administração, Agronomia, Economia e outros que auxiliam na reestruturação produtiva da unidade familiar, invertendo a expectativa sucessória.

Estudos têm demonstrado também a relação entre juventude rural, movimentos sociais e reprodução social da agricultura familiar. Os jovens rurais buscam nestes movimentos espaços para estudar e se profissionalizar, o que têm possibilitado a reprodução social da agricultura familiar a partir de novas alternativas para permanecer no meio rural a partir de novos conhecimentos, experiências e expectativas. Estas novas alternativas se constituem, por um lado, a partir de conhecimentos técnicos que possibilitam novos modos de produção e alternativas de renda; por outro lado, do ponto de vista político, os jovens rurais compartilham de valores ideológicos e de uma identidade coletiva associada aos movimentos do campo que justificam a sua permanência (BERTONCELLO; ROSSI, 2007).

Por fim, há a questão ambiental a suscitar transformações na “maneira de fazer as coisas” e a desautorizar práticas tradicionais. O chefe da família é gradativamente destituído de seu papel de detentor do saber sobre as coisas da terra e da propriedade, pois “todos” têm de adequar-se aos ditames da legislação ambiental.

Os anos 1990 consolidaram, na senda da Constituição Federal de 1988, direitos específicos dos trabalhadores rurais, dentre os quais o direito à aposentadoria aos 60 anos para os homens e aos 55 anos para as mulheres. A renda de um ou dois salários mínimos mensais assegurou a muitas famílias condições de permanência no campo, face à crise já mencionada. Alteraram, como consequência, as relações de dependência econômica no grupo familiar: o avô e a avó, como detentores da renda, passaram a deter também maior poder de decisão sobre os assuntos familiares.

Outro elemento que cabe trazer à análise é a transformação da agricultura regional, da policultura, da produção para o autoconsumo

à mercantilização crescente que levou a pluriatividade nas propriedades. Jano tem duas faces diante da possibilidade de recurso financeiro que encontra no caixa familiar, sendo que a outra, aparentemente, passa despercebida, quando ações pluriativas podem descaracterizar a condição de segurado especial ante a Previdência Social, o que poderá penalizar as conquistas obtidas em 1988.

O direito à aposentadoria do trabalhador rural (segurado especial), garantido na Constituição brasileira, tem como fundamento o “exercício de atividades em regime de economia familiar” (Art. 201, § 7º, II). A economia familiar é caracterizada pelo trabalho dos membros da família em regime de comunhão, sem contar com a ajuda de mão de obra estranha (salvo em situação esporádica). O comércio da produção deve ser feito mediante “bloco do produtor”, admitindo-se a comercialização direta com o consumidor no caso das feiras de produtos coloniais. O elemento da família que exerce atividade remunerada fora da propriedade perde o direito à aposentadoria especial e deverá comprovar a contribuição para a previdência para poder aposentar-se.

Diante dessa definição legal, surge a preocupação quanto às consequências que as transformações nas unidades familiares de produção possam acarretar no direito à aposentadoria especial. A pluriatividade, dependendo de sua conformação, pode vir a desconfigurar o regime de economia familiar, conforme vem sendo compreendido para fins previdenciários. Essa perspectiva indica a necessidade de estudos que visem compatibilizar os avanços propostos pelas políticas de desenvolvimento nas configurações socioeconômicas que envolvem famílias rurais e as regras da Previdência Social para o acesso ao direito de aposentar-se por idade.

Verificamos também mudanças de ordem geracional no caso de jovens agriculturas que não dependem exclusivamente das atividades agrícolas. A migração e busca da escolarização pelas mulheres afeta a paisagem rural. Apesar de avanço em relação à geração materna, muitas jovens migram e através do trabalho doméstico financiam seus estudos, desonerando a família de fazê-lo (RENK, 2004).

Mudanças também foram verificadas nas alternativas que remetem ao processo de produção-industrialização-comercialização, no qual as mulheres agriculturas participam de espaços produtivos e de gestão

(agroindústrias familiares), bem como em espaços de comercialização (feiras, mercados públicos), não se restringindo apenas aos espaços domésticos como em outros tempos (BADALOTTI; KAMINSKI, 2005).

Conquista enquanto beneficiário especial da Previdência. Perda dessa condição

Nessa nova configuração da conquista de direitos e também da possibilidade de perda, se não for mudada a legislação, encontramos entre as mulheres que foram socializadas nos padrões da extensão rural modernizadora a apropriação da experiência de lideranças e investimento em ações ou movimentos, como o das Mulheres Camponesas, realizando o oposto do que foi ensinado. Voltam-se ao resgate das sementes crioulas, combatem transgênicos e lutam por um ambiente saudável, sem agrotóxicos. Enfim, uma geração que pretende legar ambiente e sociedade com novas características: uma sociedade democrática, com obrigação de legar à geração seguinte ambiente e recursos menos danificados. Insere-se na agenda o combate à biopirataria e expropriação do conhecimento tradicional.

No que diz respeito às mulheres, em especial do MMC, dialogam com movimentos feministas, incorporando em suas pautas de reivindicações plataformas dos movimentos feministas. Além de questões mais específicas relacionadas à igualdade de direitos e contra qualquer forma de violência à mulher, as agricultoras colocam-se como sujeitos participantes e pertencentes à classe das trabalhadoras e trabalhadores, e neste sentido estão articuladas com um conjunto de entidades e movimentos da Classe Trabalhadora. Suas bandeiras de luta pautam-se sob uma crítica de acordo com documento do MMC, voltado “às consequências econômicas, políticas, sociais e culturais do projeto neoliberal que intensifica a exploração de trabalhadoras e trabalhadores, aumentando a violência e a discriminação contra as mulheres” (BADALOTTI; KAMINSKI, 2005).

Neste aspecto as lutas das mulheres agriculturas inserem-se em um movimento mais amplo da Agricultura Familiar e, assim, as suas bandeiras de luta vão além do trabalho produtivo na unidade familiar - no que diz respeito ao trabalho doméstico e nas atividades voltadas

para o mercado. Como alguns exemplos, podemos destacar a luta por um Projeto Popular de Agricultura Agroecológica, na perspectiva das mulheres e da vida; a luta pela ampliação dos Direitos Sociais; a luta por um Projeto Popular para o Brasil (BADALOTTI; KAMINSKI, 2005).

Cabe lembrar outro aspecto da mudança geracional. Filhos de agricultores têm mostrado propensão à migração a grandes centros urbanos no intento de seguir outras carreiras que aquela das mães. Num dos nichos de emprego estão os restaurantes e churrascarias no sudeste. Há relativa facilidade em conseguir trabalho. Os empregadores alegam que os filhos de *colonos*, como os denominam, são obedientes, trabalhadores e não criam problemas. A mudança de jovens apresenta uma variante que é a do envelhecimento da população rural e da masculinização na agricultura (MELLO et al, 2003). A situação, de certa forma, encontra similitude com os estudos de Bourdieu (1962) e com os de Mendras (1984).

Considerações finais

No acesso à cidadania podemos observar a inserção das mulheres na formação e capacitação, assim como nos espaços comunitários, nos movimentos sociais, na conquista de direitos sociais, na formulação de políticas públicas, no acesso a crédito, dentre outros. A busca de reconhecimento e visibilidade por parte das agricultoras tem se desenvolvido como um processo político particular do MMC (Movimento das Mulheres Camponesas), porém não desvinculado de espaços mais amplos voltados para a reprodução social das unidades familiares, como os sindicatos da agricultura familiar, as cooperativas familiares, as organizações governamentais e não governamentais.

Enfim, estudar a diferença geracional significa que, implicitamente, estamos abordando democracia, cidadania, agroecologia e desenvolvimento sustentável no mundo rural. Essas questões se inserem na linha de cidadania e políticas públicas que atuam como temas transversais no mundo rural.

A dinâmica societária conspirou a favor das mulheres. As gerações mais recentes gozam de direitos anteriormente inconcebíveis. Fazem-se presentes na sociedade e questionam o caráter androcêntrico

que persiste de forma rançosa. No entanto, a economia e o modelo da integração vertical com aves, suínos, leite e a industrialização de frutas retira da economia feminina os recursos que outrora eram angariados em seu favor. Enfim, com as fronteiras esgarçadas entre a cidade e a área rural, padronizam-se gestos, hexis corporal, padrões de linguagem, retirando a estereotipia de outros tempos.

Os padrões de herança são outro aspecto que denotam a diferença geracional. No cômputo da herança leva-se em conta o tempo de trabalho investido na propriedade como forma de equalizar a herança. Neste caso, o “estudo”, isto é, a possibilidade de estudar e a permissão paterna em fazê-lo, torna-se equivalente à fração de terra. Aqueles e aquelas que receberam estudo abdicam do direito à terra. No senso comum “ganhar estudo” seria garantia maior que herdar fração da propriedade. O estudo, segundo agricultores, é um bem que o “banco” não pode tomar. Referem-se às situações em que a terra foi dada como garantia a financiamentos. Não honrados os pagamentos, as propriedades foram a leilão.

Nesse contexto de acesso à educação são as mulheres que demonstraram maior empenho em buscar a qualificação formal. De um lado, avaliam que a produção rural tradicional terá rendimentos cada vez mais reduzidos. De outro, a feminização de determinadas profissões, como a docência, acoplada à inflação do diploma de curso superior, leva as filhas de agricultores a inserirem-se nessa seara. Para estas jovens o acesso à educação e o ingresso em carreira, como magistério, é avaliado positivamente. Representa a garantia de salário mensal, independente de intempérie, de descanso semanal remunerado, férias e direito à aposentadoria.

Os padrões de herança de outrora foram excludentes. Neste momento, o conhecimento da legislação e dos “direitos” impede com que sofram a expropriação de outros tempos.

Referências

BADALOTTI, R. M. *A Cooperação Agrícola e a Agroecologia como base para a viabilização da agricultura familiar no Oeste Catarinense: o papel da APACO e demais agentes sociais*. Universidade Federal de

Santa Catarina. Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. UFSC, 2003.

BADALOTTI, R. M; KAMINSKI, R. As relações de gênero na reprodução da agricultura familiar no Oeste Catarinense. Relatório de Iniciação Científica. Unochapecó, 2005.

BADALOTTI, R. M; REIS, Maria José. Representações dos Agricultores Familiares sobre Programas de Cooperação Agrícola e Agroecologia. In: GUIVANT, Júlia Silvia; SCHEIBE, Luiz Fernando; ASSMANN, Selvino José (orgs.). Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural. Florianópolis, 2005, p. 123-160.

BERTONCELLO, Andressa; ROSSI, Adriana May. “*Minhas perspectivas... o que eu quero... é permanecer no campo e a minha família também quer isso*”: refletindo sobre as subjetividades de jovens envolvidos em movimentos sociais do campo. Trabalho (Conclusão de Curso Psicologia), Unochapecó, 2007.

BONI, Valdete. O trabalho das mulheres na produção e comercialização: Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense. Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC. Florianópolis, dezembro de 2003.

_____. *Produtivo ou Reprodutivo: O trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares - um estudo na região oeste de Santa Catarina.* (Dissertação) Mestrado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política/UFSC, outubro de 2005.

BOUQUET, Mary. Production and reproduction of family farms in south-west England. In: *Sociologia Ruralis*. v. XXII, n. ¾, 1982.

_____. The differential integration of the rural family. In: *Sociologia Ruralis*. 24(1), 1984.

BOURDIEU, P. Une classe objet. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. n. 17-18, nov. 1977, p. 1-5.

_____. Célibat et condition paysanne. In: *Etudes Rurales*. n.5-6, avri./set., 1962, p.32-135.

_____. *La misère du monde*. Paris: Seuil, 1997.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade no Campo: o caso francês. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 332, ano 11, out, 1996.

_____. Herança e gênero entre agricultores familiares. In: *Estudos Feministas*. v. 9, 2001.

CAMPOS, Índio. *Os colonos do Rio Uruguai. Relações entre pequena produção e agroindústria no Oeste Catarinense*. Dissertação (Mestrado). Campina Grande: Departamento de Economia/UFPb, 1987.

DERAMAIX, P. *Dictionnaire historique de la langue française*. 1998.

DELBOS, Geneviève. Leaving agriculture, remaining a peasant. In: *Man*. (17), 1982.

FULLER, Anthony M. Part-time farming and the farm family: a note for future research. In: *Sociologia Ruralis*. v. XXIII, n. 1, 1983, p. 5-10.

FRANK, Walter. Part-time farming, underemployment and double activity of farmers in the EEC. In: *Sociologia Ruralis*. v. XXIII, n. 1, 1983, p. 20-27.

FRANKLIN, S. H. *The European Peasantry*. London: Methuen & Co., 1969.

GALESKI, Goguslaw. *Basic concepts os rural sociology*. Manchester: Manchesters University Press, 1972.

LAMARCHE, Hugues (coord). *Agricultura Familiar*. v. I - Uma realidade multiforme. Campinas: UNICAMP, 1993.

LEVI STRAUSS, Claude. *Estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1976.

MELLO et al. Educação formal e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores. In: *XLI Congresso Sober*. Juiz de Fora, 2003.

MENDRAS, Henry. *La fin de les paysans*. Frances: Actes Sud, H. Nysen, 1984.

MIOR, Luiz Carlos. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. *Lavradores e pequenos produtores de cana. Estudo das formas de subordinação dos produtores agrícolas ao capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. A diferenciação socioeconômica do campesinato. In: *Ciências Sociais Hoje*. Anpocs. São Paulo: Cortez, 1985.

ORO, Ivo. *Militantes x igreja: tensões e perspectivas*. Chapecó: Unesc, 1992.

PINTO, Céli R. J. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA e BRUSCHINI. *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Ventos e Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 127-150.

POLI, O. L. Cultura e modo de vida camponês no Oeste Catarinense: as bases para a organização e reação frente à crise dos anos 70. In: *Cadernos do CEOM, CHAPECÓ-SC*. n. 15, 2002, p. 107-176.

_____. *Aprender a andar com as próprias pernas*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1995.

RENK, Arlene A. *Sociodicéia às avessas*. Chapecó: Grifos, 2000.

_____. Mulheres camponesas: experiência de geração. In: *História das mulheres de Santa Catarina*. Chapecó/Florianópolis: Argos/Letras Contemporâneas, 2001.

_____. Narrativas de mulheres: a diferença geracional. In: *Narrativas da Diferença*. Chapecó: Argos, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e realidade*. v.16, n.2. Porto Alegre: UFRGS, jul-dez. 1990, p. 5-22.

SILVA, Claiton Marcio da. *Saber, Sentir, Servir e Saúde: a Construção do Novo Jovem Rural nos Clubes 4 S, SC - (1970-1985)*. Dissertação (Mestrado). Florianópolis: UFSC, 2002.

SCHNEIDER, Sergio. A atualidade de Leo Waibel. In: *Boletim gaúcho de Geografia*. v. 28. Porto Alegre, 2002.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista. In: *Estudos CEBRAP*. v. 26. São Paulo, 1980.

_____. The Nature and Logic of the Peasant Economy. In: *Journal of peasant studies*. v.1, 1973.

VIOTTI DA COSTA, Emília. *Coroas de glória, lágrimas de sangue - a rebelião dos escravos de Demara em 1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. v.1. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo/Brasília: Hucitec/UnB, 1995.

WOORTMMAN, Klaas. Com parente não se neguecia. In: *Anuário Antropológico*. n. 87. Brasília, 1990.



Jovens agricultoras, salário-maternidade e o critério idade

*Rosineide Meira Cordeiro
Marion Teodósio Quadros*

Introdução

A exigência de idade por parte da Previdência Social para a concessão do salário-maternidade deixa de fora as jovens agricultoras que engravidaram antes dos 16 anos. O objetivo deste artigo é discutir e analisar o critério de idade mínima para obtenção deste benefício. Para abordar este tema, vamos dialogar com as idéias feministas sobre maternidade, a legislação sobre a proteção à maternidade e o debate sobre gravidez na adolescência veiculado pelas ciências sociais, a saúde coletiva e o próprio feminismo.

Durante a realização da pesquisa “As Agricultoras e a Previdência Social no Sertão de Pernambuco”¹ nos deparamos com jovens agricultoras que solicitaram o salário-maternidade as quais, entretanto,

¹ Coordenada por Rosineide Cordeiro, financiada pelo CNPq - Edital Relações de Gênero, Mulheres e Feminismo e com a participação de três bolsistas do Programa de Iniciação Científica (PIBIC), Mônica Regina Gomes da Silva, Adiliane Valéria B. F. da Silva e Paula Rafaela Gonçalves Lima. A pesquisa foi realizada no município de Santa Cruz da Baixa Verde no período de 2006-2008. Agradecemos a colaboração e apoio de Vanete Almeida, do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santa Cruz da Baixa Verde e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco.

tiveram os pedidos indeferidos por conta do critério faixa etária. Essas jovens atendiam aos demais requisitos legais exigidos pela Previdência, porém, ficavam fora do sistema previdenciário porque tinham engravidado antes dos 16 anos.

No começo da pesquisa não foi dada muita atenção a esta questão, contudo, ao analisarmos casos de agricultoras que não obtiveram o salário-maternidade, observamos que comumente era por conta de dois motivos: a ausência de documentos comprobatórios sobre o trabalho na agricultura ou a idade. Impulsionadas por essa descoberta, incluímos as jovens entre as nossas preocupações de pesquisa. Procuramos, então, conhecer as políticas, os serviços e as redes de apoios existentes para jovens grávidas ou mães no município de Santa Cruz da Baixa Verde. Entrevistamos gestores do Programa Saúde da Família - PSF e da Secretaria de Ação Social e percebemos que os programas ofertados pelo município nas áreas da assistência, educação e saúde não ofereciam projetos ou serviços voltados especificamente para as jovens grávidas ou mães.

Numa reunião da coordenação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco apresentamos esses dados e as mulheres reagiram de diferentes maneiras: algumas participantes não entendiam a nossa preocupação, já que por conta das questões legais não consideravam a exclusão das jovens da Previdência como problema; outras discordavam da nossa posição porque acreditavam que se as jovens tivessem acesso ao salário-maternidade, iria aumentar o número de jovens grávidas; e havia aquelas que consideravam que o salário-maternidade deveria ser estendido a todas as mulheres, independentemente da idade. Resolvemos então entender um pouco mais as diferentes posições das ativistas a partir de entrevistas semiestruturadas com participantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e que também tinham atuação como sindicalistas na região. Foram entrevistadas lideranças de cinco sindicatos de trabalhadores rurais.²

² Vale salientar que trazemos aqui os diferentes discursos das ativistas e não a posição institucional do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão de Pernambuco.

Para este artigo selecionamos e analisamos trechos das entrevistas com as lideranças e também utilizamos informações de cinco entrevistas com jovens mães agricultoras que não tiveram acesso ao salário-maternidade.³

Este artigo está organizado em três partes. Na primeira, abordamos a maternidade no campo feminista, enfatizando a defesa da maternidade como um direito de livre escolha da mulher. Logo após, apresentamos a maternidade sob o prisma da proteção trabalhista e previdenciária e as lutas das agricultoras pelo salário-maternidade. Por último, debatemos a ausência da discussão sobre a mudança da idade mínima para a obtenção do salário-maternidade no movimento sindical rural e nos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais.

Na segunda parte nos debruçamos sobre as questões relacionadas à idade, considerando as definições de adolescência e juventude, as quais são marcadas por recortes etários e significados igualmente distintos. Enfocamos os estudos sobre os diferentes significados da gravidez para os jovens em contextos diferenciados. Ao final dessa parte, apresentamos e analisamos a situação das jovens agricultoras que não obtiveram o salário-maternidade por conta da idade.

Direcionamos nossa análise mais especificamente para as posições das ativistas do movimento de mulheres trabalhadoras rurais do Sertão Central e do movimento sindical a respeito do critério idade para o acesso ao salário-maternidade na terceira parte.

As lutas das agricultoras pelo salário-maternidade: a maternidade como um problema?

Para falar das lutas das agricultoras pelo salário-maternidade trataremos primeiro do debate feminista sobre maternidade. Ainda que de forma breve, vamos pontuar quais as principais discussões feministas sobre o tema em diferentes momentos históricos. Em seguida, apresentaremos a proteção à maternidade a partir das Convenções da OIT e das lutas das agricultoras familiares no Brasil pelo

³ Estas entrevistas foram realizadas por Adiliane Valéria B. F. da Silva (PIBIC).

salário-maternidade nas décadas de 80 e 90 do século passado. Por fim, analisaremos a inexistência de discussão sobre o critério idade no movimento de mulheres rurais e no movimento sindical rural.

A maternidade é tema fundamental no debate feminista (BE-AUVOIR, 1980; DAUSTER, 1988; CHODOROW, 1978; SCAVONE, 2001) colocando em questão a biologização do destino social das mulheres que serve para apoiar justificativas conservadoras para a sua posição desvantajosa na sociedade. Para muitas feministas é um dos eixos centrais de explicação das desigualdades entre os sexos.

Por conta de sua influência central na determinação da ausência das mulheres no mundo público e do enfrentamento do debate acerca da relação entre natureza e cultura foi um dos temas que mais inspirou a politização das questões do âmbito privado que eclodiram no feminismo ocidental contemporâneo (SCAVONE, 2001). Do ponto de vista feminista, a maternidade tem significado uma modalidade de controle do corpo feminino, uma vez que as mulheres são sobrecarregadas com os cuidados e as responsabilidades da vida reprodutiva. Por isso, o feminismo defende a maternidade como um direito de livre escolha da mulher, sinônimo da autodeterminação e do autocontrole sobre seu corpo e não um destino obrigatório.

Os debates em torno do tema levantam posicionamentos diferenciados. Sendo entendida como livre escolha e por conta do caráter limitante, de controle e sobrecarga com a qual a maternidade é vivida, as lutas das feministas focaram mais as conquistas para o direito e o acesso à contracepção e ao aborto, que reforçam o direito a não ter filhos como expressão da livre escolha e da libertação do poder masculino. Estas lutas reforçam o direito a não ter filhos ou a escolher o momento em que se quer ter filhos, valorizando a possibilidade de ser mulher sem ser mãe. Uma outra discussão que se tornou forte a partir dos anos de 1980 focaliza a maternidade como fonte de poder, um poder que marca diferenças e valoriza o saber feminino que lhe está associado (SCAVONE, 2001, p. 141). Nessa discussão, a livre escolha continua sendo o norte, mas a relação entre ser mulher e ser mãe aparece positivada, fortalecendo a mobilização para a garantia dos direitos relacionados ao exercício da maternidade.

Com a introdução do conceito de gênero a partir da discussão feminista, a partir de meados da década de 1980, a maternidade

passou a ser compreendida como um “símbolo construído histórico, cultural e politicamente, resultado das relações de poder e dominação de um sexo sobre o outro” (SCAVONE, 2001, p. 143). O debate em torno dos posicionamentos feministas foi importante para as discussões dentro das ciências sociais, pois a maternidade passou a ser analisada como construção sociocultural e portadora de várias facetas em contextos distintos, e não pela afirmação ou negação de um *handicap* natural da mulher. Atualmente, tanto nas leituras feministas quanto nas ciências sociais, a maternidade vem sendo abordada a partir das várias simbologias que comporta: a do ideal feminino, da opressão, do poder, etc., de acordo com o contexto em que se apresenta.

Esta discussão das abordagens da maternidade está vinculada aos debates e ações dos movimentos sociais, especialmente o de mulheres, em torno da promoção de direitos, entre eles os trabalhistas e a seguridade social. A proteção à maternidade para as mulheres trabalhadoras ainda não completou cem anos. Em 1919, no ano da sua fundação, a OIT adotou a Convenção sobre a proteção à maternidade que previa, entre outros aspectos, o afastamento do trabalho após o parto, sem prejuízo da remuneração, por um período de seis semanas.⁴ Em 1952 há uma revisão e é adotada uma nova Convenção sobre a Proteção da Maternidade (Convenção nº 103). Dentre as mudanças, destacamos dois itens: a definição do trabalho agrícola, ausente na Convenção de 1919, e a licença por um período de doze semanas, dentre estas, seis obrigatoriamente após o parto.⁵ Em 2000 a OIT ratificou uma nova Convenção (nº 183) que ampliou os dispositivos da convenção passada: licença de pelo menos de catorze semanas e a garantia do retorno ao mesmo posto de trabalho ou equivalente com a mesma remuneração ao final da licença maternidade.⁶

No que se refere às agricultoras que trabalham individualmente ou em regime familiar na agricultura o tema é bastante recente. Nas

⁴ Ver Convênio sobre La Protección de la Maternidad 1919 em <http://www.ilo.org/ilolex/spanish/convdisp1.htm>.

⁵ Ver Convênio sobre La Protección de la Maternidade, n. 103, 1952 em www.ilo.org/ilolex/spanish/convdisp1.htm.

⁶ Ver Convênio sobre La Protección de la Maternidad, 2000 em <http://www.ilo.org/ilolex/spanish/convdisp1.htm>.

Convenções da OIT acima referidas não há menção explícita a qualquer tipo de trabalho na agricultura que esteja fora das relações de assalariamento.⁷ No Brasil, no início da década de 1960, no governo de João Goulart, a proteção à maternidade para as produtoras rurais e assalariadas rurais aparece no Estatuto do Trabalhador Rural.⁸ Para as assalariadas há um capítulo sobre o trabalho da mulher que prevê a proteção à maternidade antes e depois do parto. As agricultoras familiares ou que produzem individualmente são invisibilizadas como trabalhadoras e estão presentes no Estatuto como dependentes do marido (artigo 162) para fins de benefícios previdenciários. No artigo sobre os benefícios, há um item sobre a assistência à maternidade, entretanto, não é possível identificar que tipo de assistência era prestada. Além disso, as agricultoras eram excluídas da aposentadoria e do auxílio doença.

Em 1971 foi criado o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural -PRORURAL - que era executado pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL. O PRORURAL abrangia benefícios previdenciários, assistência à saúde e serviços sociais, entretanto, não havia nenhuma referência à maternidade.⁹

Há registros de que nos anos de 1970 as trabalhadoras rurais já reivindicavam do FUNRURAL o *auxílio gestante* correspondente a seis semanas antes e seis semanas após o parto.¹⁰ Entretanto, a discussão sobre a proteção à maternidade para as agricultoras só alcançou visibilidade política no Brasil no início da década de 1980 com o surgimento de

⁷ O artigo 2 da Convenção da OIT nº 183 assegura que a referida Convenção deverá ser aplicada a todas as mulheres empregadas, incluído as que desempenham formas atípicas de trabalho dependente. Provavelmente há aqui a intenção de abranger as diferentes modalidades do trabalho das mulheres em regime de produção familiar, comunitária, produção individual para o autoconsumo ou trabalho doméstico. Na nossa opinião a classificação de trabalho atípico e dependente é problemática e não contempla o debate feminista sobre o trabalho das mulheres nas esferas produtivas e reprodutivas.

⁸ Para Kaizô Iwakami Beltrão et. al. (2000), a primeira medida de inclusão do trabalhador rural na Previdência Social ocorreu em 1945, quando Getúlio Vargas assinou a Lei Orgânica dos Serviços Sociais (Decreto-Lei 7.526, de 7 de maio de 1945), criando o Instituto de Serviços Sociais do Brasil (ISSB). Segundo Beltrão et. al. (2000), em 1955, foi criado o Serviço Social Rural, destinado à prestação de assistência aos segmentos rurais e que foi custeado pelas empresas industriais urbanas. Suas atividades tiveram início oficialmente em 1957, entretanto, a partir de 1961 é que passaram a ser mais bem desenvolvidas. Em 1962 o Serviço Social Rural passou a integrar a Superintendência de Política Agrária (Supra).

⁹ Ver CONTAG, 2003.

¹⁰ Ver CONTAG, 2003.

grupos de mulheres trabalhadoras rurais em várias regiões do país. Esse tema apareceu no debate sobre o direito à Previdência e se tornou um dos principais eixos de lutas das trabalhadoras rurais.

Em meados dos anos de 1980 foi notória a articulação política dos diferentes segmentos do movimento de mulheres. Nos encontros nacionais e regionais que reuniam feministas, sindicalistas, mulheres rurais e urbanas os temas do direito à terra, proteção à maternidade e a extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários para as trabalhadoras do campo passaram a ser discutidos pelo conjunto do movimento de mulheres.¹¹ Durante o processo constituinte estas reivindicações estiveram presentes nas diferentes proposições aos constituintes, elaboradas pelas trabalhadoras rurais e pelos diferentes segmentos do movimento de mulheres, dos movimentos populares e do movimento sindical rural.¹²

Entre as conquistas mais importantes alcançadas na Constituição de 1988 para as trabalhadoras rurais estão o direito ao título da terra independente do estado civil, a extensão dos mesmos direitos trabalhistas dos segmentos urbanos para os(as) trabalhadores(as) do campo e o direito à Previdência. Dentre os benefícios previdenciários, é importante destacar o acesso à aposentadoria por idade (os homens a partir dos 60 anos e as mulheres com 55 anos) independentemente de serem chefes de família ou não, e em igualdade de condições com o cônjuge e o salário-maternidade. A Constituição estabeleceu o piso de um salário mínimo para todos os benefícios previdenciários e proporcionou a inclusão de agricultores(as), garimpeiros e pescadores artesanais no sistema previdenciário.

Após a Constituinte, a luta das trabalhadoras rurais foi pela regulamentação dos direitos conquistados. Em 1992 foram regulamentados

¹¹ Ver BRASIL, 1987.

¹² A “Campanha constituinte sem mulher fica pela metade”, promovida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, conseguiu mobilizar vários grupos e movimentos para inscrever na nova Constituição as reivindicações das mulheres. Entre outros documentos, ver a Carta das Mulheres aos Constituintes de 1987, a qual contém as principais demandas do movimento de mulheres para a assembleia constituinte. Ver também as conclusões do I Encontro Nacional A Mulher e as Leis Trabalhistas, promovido em 1987 pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, com o apoio dos sindicatos, das federações e confederações de trabalhadores. O documento foi elaborado em forma de proposição aos constituintes e contém uma sessão referente às trabalhadoras rurais. Um outro documento importante é a ‘Uma carta aos constituintes’, elaborada pelas trabalhadoras rurais no 1º Seminário Nacional da Trabalhadora Rural, em julho de 1988.

os dispositivos constitucionais relativos à aposentadoria e a outros benefícios sociais.¹³ Os(as) agricultores que trabalham de forma autônoma, individualmente ou em regime de economia familiar foram enquadrados(as) como segurados(as) especiais para a Previdência Social. São também considerados(as) segurados(as) especiais o cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesesseis) anos de idade e que, comprovadamente, trabalhem com o respectivo grupo familiar.

No que se refere ao salário-maternidade, a luta foi bastante árdua e durou cinco anos até a aprovação do Projeto.¹⁴ Em 1989 foi apresentado o primeiro Projeto de Lei para regulamentar o salário-maternidade, elaborado pelo então Deputado Federal Antônio Marangon (PT/RS). Entretanto, em 1991, o presidente Fernando Collor vetou o salário-maternidade na Lei 8.213 (que dispõe sobre a Previdência Social). A partir daí a Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais dos Cinco Estados do Sul (AIMTR-Sul) passou a mobilizar mulheres de várias regiões do país para derrubar o veto do Presidente Collor no Congresso Nacional. Em 1993 uma comissão de trabalhadoras rurais foi a Brasília e descobriu que havia vários projetos tratando do mesmo assunto na Câmara Federal. As propostas foram transformadas num único projeto, sob a liderança da Deputada Luci Choinaski (PT/SC), e tramitou nas comissões da Câmara Federal. Entretanto, ficou parado na Comissão de Seguridade Social e Família

¹³ Na Lei 8.213 de 24 de julho que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências” os(as) agricultores que produzem individualmente ou em regime de produção familiar foram enquadrados como segurados especiais da Previdência Social. Com a Lei nº 11.718, de 2008, novas categorias rurais foram incorporadas e algumas reivindicações dos trabalhadores rurais foram incluídas na legislação. Anita Brumer (2002) apresenta três diferenças do sistema previdenciário urbano para o rural: a primeira é que, diferentes dos setores assalariados, a contribuição do segurado especial não é sobre os salários ou ganhos recebidos. A forma de contribuição consiste numa percentagem sobre o valor da produção comercializada e o recolhimento fica a cargo do comprador dos produtos agropecuários ou extrativistas. A segunda diferença é a idade-limite, que é de 55 anos para as mulheres e 60 nos para os homens. Para os trabalhadores urbanos é de 60 e 65, respectivamente. Por último, diferentemente dos urbanos, que têm que garantir um tempo mínimo de contribuição, os segurados especiais têm que comprovar o tempo de atividade de trabalho por meio de inúmeros documentos sobre a propriedade ou uso da terra, documentos pessoais e outros que explicitem a atividade rural pelo tempo requerido pela legislação.

¹⁴ As informações apresentadas a seguir estão baseadas na cartilha *Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos* (2004) do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Também foram utilizadas correspondências da Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais dos Cinco Estados do Sul (AIMTR-Sul) enviada para as mulheres.

por conta do Ministro da Previdência, Antônio Britto, que não concordava com a proposta. O Ministro alegava que a Previdência não tinha recursos para o pagamento do benefício.

Começa então um novo ciclo nacional de mobilização das trabalhadoras rurais: viagens das lideranças para diferentes estados do Brasil para mobilizar as trabalhadoras, cartas, telegramas e fax para o Ministro Antonio Britto, o relator do Projeto e demais parlamentares; caravanas ao Distrito Federal com o objetivo de pressionar os parlamentares; e a organização de uma equipe de mulheres em Brasília para fazer as negociações políticas com os deputados e acompanhar a votação no Congresso.

Em agosto de 1993, apesar da posição contrária do Ministro, a Câmara de Deputados aprovou um requerimento para votação do Projeto do Salário-Maternidade para agricultoras em regime de urgência urgentíssima. O Projeto foi aprovado, nas palavras do Movimento de Mulheres Camponesas-MMC, “graças à mobilização das mulheres junto ao Presidente da Câmara e aos líderes partidários, além da ocupação das galerias e da panfletagem feita no Congresso, o que garantiu a aprovação do Projeto que foi enviado ao Senado” (MMC, 2004, p. 14).

No final de 1993 as mulheres conseguiram uma grande vitória: o Presidente Itamar Franco editou uma medida provisória alterando alguns artigos da Lei 8.213 que contrariavam o Projeto do Salário-Maternidade. No início de 1994, o Projeto retornou à Câmara dos Deputados com algumas emendas feitas pelo Senado. No dia 25 de março de 1994, o Presidente da República finalmente sancionou a lei que criou o Salário-Maternidade para as trabalhadoras rurais (**Lei nº 8.861, de 25 de março de 1994**). A regulamentação junto à Previdência ocorreu no mesmo ano, porém a autorização do pagamento do benefício só ocorreu em 1997.

Para terem acesso ao benefício as mulheres têm de apresentar documentos que comprovem o trabalho na agricultura. São documentos pessoais¹⁵ e documentos que atestem o exercício de atividades

¹⁵ Os documentos pessoais são: número de Identificação do Trabalhador - NIT (PIS/PASEP) ou número de inscrição do Contribuinte Individual/Trabalhador Rural; atestado médico original e cópia da Certidão de Nascimento da criança; documento de Identificação (Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ou outro qualquer) da seguradora; cópia e original da Certidão de Casamento, se for o caso, quando houver divergência no nome da requerente; Cadastro de Pessoa Física - CPF da segurada. Para outras informações ver www.previdenciasocial.gov.br/pg_secundarias/beneficios_10.asp.

agropecuárias de forma individual ou em regime de produção familiar.¹⁶ Além disso, a agricultora para usufruir do benefício, tem que comprovar que trabalhou na agricultura por no mínimo 10 (dez) meses antes do parto.

O benefício do salário-maternidade é a concessão de 1 (um) salário mínimo, durante 120 (cento e vinte) dias, ou seja, a agricultora recebe, no total, o valor correspondente a quatro salários mínimos e o pagamento é mensal. A segurada poderá requerer o salário-maternidade 28 (vinte e oito) dias antes do parto e até 90 (noventa) dias após o nascimento da criança. Como a condição de segurado especial é a partir dos 16 anos e o tempo mínimo de carência é de 10 (dez meses), a agricultora, para requerer o benefício, tem que ter mais de 16 anos e dez meses, sendo o parto o evento que define a contagem do tempo requerido pela legislação.

Assim, o gozo do benefício pelas trabalhadoras rurais tem apenas 11 anos de existência. Entretanto, após a conquista desse direito o tema praticamente desapareceu da agenda política do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Por exemplo, se analisarmos as reivindicações das três edições (2000; 2003 e 2007) da Marcha das Margaridas, perceberemos que em todas elas há reivindicações previdenciárias. Entretanto, o tema do salário-maternidade apareceu na primeira marcha em 2000 e na terceira, em 2007. Nesta última, há apenas uma reivindicação sobre o tema, a qual exige o pagamento do benefício corrigido independente da data do requerimento.

Um outro exemplo é o Movimento de Mulheres Camponesas - MMC. Sabemos que muitas mulheres do MMC participaram ativamente das lutas e mobilizações pelo salário-maternidade nos anos de 1990 e há no site do Movimento um link específico sobre a previdência social com vários documentos que mostram a sua posição política

¹⁶ Os documentos sobre o exercício da atividade rural exigidos pela Previdência podem ser caracterizados em três tipos: 1. Propriedade ou posse da terra: Comprovante de Cadastro do Instituto Territorial (ITR), ou Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCIR), ou Autorização de Ocupação Temporária fornecida pelo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou Comprovante de Cadastro do INCRA; 2. Uso da terra: contrato de arrendamento, parceria ou comodato rural registrado ou com reconhecida firma em cartório à época do exercício da atividade; 3. Comercialização de produtos: Blocos de Notas do produtor rural e/ou notas fiscais de venda realizada por produtor rural.

e as lutas por direitos previdenciários. Entretanto, nos documentos disponíveis sobre a Previdência Social, não há nenhuma menção ao salário-maternidade.

O último exemplo que poderemos apontar é a pesquisa que Rosineide Cordeiro (SILVA; CORDEIRO, 2006) coordenou sobre as reivindicações do movimento sindical rural por salário-maternidade. Foram analisadas as pautas dos congressos da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG e do Grito da Terra Brasil no período de 1991 a 2005. Há seis reivindicações que tratam do salário-maternidade, dentre elas, uma sobre a ratificação da Convenção 103 da OIT. Somente uma das reivindicações exige a garantia do salário-maternidade às mulheres que se tornam mães aos 16 anos, questionando os 10 meses de carência que são requeridos de acordo com as normas vigentes.

O que é mais surpreendente nos três exemplos apresentados acima, contudo, é a não existência de reivindicações pela mudança da idade mínima para a concessão do benefício. Sabemos que a Constituição Federal (art. 7º. XVIII) proíbe o trabalho para menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir do 14 anos. Entretanto, o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Art. 65) estabelece que ao aprendiz maior de quatorze anos são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Temos conhecimento que as integrantes das diferentes expressões do movimento de mulheres rurais e do Movimento Sindical Rural desenvolvem várias ações nos sítios, comunidades e vilas rurais para garantir o acesso das mulheres ao salário-maternidade: acompanham as mulheres por ocasião da solicitação do benefício; fazem reuniões e socializam informações; pressionam para que as mulheres tenham documentos civis e de propriedade da terra; e participam de lutas mais gerais por mudanças na Previdência Social, entretanto, a quase completa ausência de reivindicações de mudança pela idade mínima não favorece a ampliação do acesso ao benefício.

As jovens mães agricultoras são penalizadas de duas formas: as que têm 14 anos não são consideradas aprendizes, mesmo quando trabalham nessa condição; segunda: ter 16 anos completos não é condição suficiente para ter acesso ao benefício. É preciso adicionar

o tempo de carência de 10 meses, ou seja, a concessão do salário-maternidade de fato é para quem tem mais de 16 anos e 10 meses.¹⁷

As lutas das trabalhadoras rurais nas décadas de 80 e 90 do século passado expressam a ênfase na proteção à maternidade como um direito, denunciando a falta de assistência dada a estas mulheres à gravidez, parto e primeiros meses de cuidados com o bebê, fortalecendo a luta por direitos reprodutivos para mulheres de diferentes posições sociais no Brasil. A discussão se dá em torno da garantia do exercício da maternidade, evidenciando a carência de recursos a que as mulheres mais pobres estão submetidas e visibiliza a maternidade como um direito reprodutivo pelo qual ainda é necessário muita luta, especialmente no que tange às mulheres jovens e, mais ainda, àquelas que são agricultoras familiares. O debate sobre a livre escolha não parece reforçar o discurso e as pautas nacionais das agricultoras.

A aquisição deste direito foi um avanço, entretanto não modificou substancialmente a divisão sexual do trabalho e a desigualdade de gênero na área rural. Some-se a isto o pouco questionamento do estereótipo da mulher-mãe nas bandeiras dos movimentos rurais. É preciso, portanto, aliar a luta pelo salário-maternidade a uma discussão sobre o significado da maternidade para a jovem agricultora familiar e a análise das possibilidades de empoderamento que esta discussão pode suscitar. Dada a amplitude desta discussão, que não pretendemos esgotar, e a necessidade de que ela ocorra em fóruns ampliados de debate, iremos refletir sobre uma das questões que consideramos importante: a idade em que a gravidez ocorre.

Qual a idade para engravidar?¹⁸

Há diferentes maneiras de responder a este questionamento. A resposta não é simples, ela suscita diferentes posições políticas

¹⁷ Sabemos que algumas jovens com apoio do sindicato de trabalhadores rurais ou do movimento de mulheres têm entrado com processo judicial para garantir o acesso ao benefício aos 14 anos. Infelizmente, são experiências isoladas que não têm repercutido na ação política mais ampla.

¹⁸ Vale salientar que não estamos considerando nesta discussão a gravidez que é resultante de violência sexual. Este tipo de violência atinge mulheres com diferentes idades, é cometida por estranhos, conhecidos e parentes, e ocorre nas áreas rurais e urbanas.

e condiciona os investimentos e demandas de políticas públicas de saúde. Neste tópico trataremos da idade tendo como referência as definições sobre adolescência e juventude presentes na literatura sobre saúde sexual e reprodutiva. Em seguida, pontuaremos, ainda de que forma breve, reflexões de estudiosos(as) que evidenciam que há diferentes significados da gravidez para os(as) jovens em contextos distintos. Ao final deste item, apresentamos dados das entrevistas realizadas com as jovens mães agricultoras residentes na área rural do município de Santa Cruz da Baixa Verde, PE.

Como vimos, é surpreendente a ausência de debate político nos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais acerca da idade mínima em que se pode obter este benefício, considerando a grande mobilização sobre o direito ao salário-maternidade realizada por estes mesmos movimentos em décadas passadas.

A discussão política sobre o direito ao salário-maternidade e a idade em que se adquire este direito incorporam padrões da legislação trabalhista e da previdência que parecem não considerar a vida das mulheres de carne e osso que engravidam em diferentes idades e em contextos específicos.

A literatura sobre saúde sexual e saúde reprodutiva vem abordando as questões relacionadas a esta faixa de idade a partir de duas definições: adolescência e juventude que são marcadas por recortes etários distintos e possuem significados igualmente distintos. A adolescência abrange pessoas entre 10 e 20 anos e a juventude, pessoas entre 15 e 24 anos. O sentido etário, mais ligado ao termo adolescência, remete ao plano individual e possui significados negativos, como dependência, irresponsabilidade, dificuldades emocionais e impulsividade. O sentido geracional, mais ligado ao termo juventude, remete a um significado mais coletivo, relacionado ao segmento populacional de uma sociedade, com significados positivados como independência, criatividade e responsabilidade (VILLELA; DORETO, 2006).

Assim, a própria literatura parece espelhar os desencontros da sociedade, na qual que estamos sempre preocupados em defender os direitos das jovens, pela ausência de serviços e instrumentos públicos que possibilitem o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos de modo autônomo ou em justificar por que os direitos sexuais e

reprodutivos das adolescentes devem ser observados de acordo com determinadas condições que impõem critérios limitantes ao exercício de quaisquer destes direitos.

De fato, os dados do DATASUS/MS de 1999 evidenciam que o índice de natalidade e de fecundidade geral no país está em declínio, enquanto que na população jovem está aumentando. Há uma tendência crescente dessas taxas nos três grupos etários considerados (10-14, 15-19 e 20-24). Essa tendência é bem mais marcante justamente nos grupos de menor idade, de 10 a 14 e de 15 a 19 anos, enquanto que nas jovens de 20 a 24 anos o aumento verificado foi menor, por isso tem chamado a atenção dos pesquisadores e profissionais de saúde, ampliando o interesse por estudos sobre a gravidez na adolescência.

A literatura de inspiração biomédica e demográfica (BEMFAM, 1999a, 1999b) preocupa-se muito com a 'precocidade' da primeira relação sexual ou o menor grau de escolaridade, pois eles diminuem a chance de uso dos contraceptivos e levam à existência da gravidez na adolescência, também chamada de gravidez precoce. É curioso como a luta por um direito, como a luta feminista por direito reprodutivo à contracepção, que abre o debate sobre a vida privada na sociedade e consegue inspirar políticas de saúde, pode sofrer uma leitura tão peculiar por parte do saber biomédico de modo a reforçar o vínculo entre contracepção e controle e, também, entre maternidade e biologia (a velha afirmação de um *handicap* natural!).

Na última década, entretanto, vários pesquisadores têm se dedicado a compreender a gravidez na adolescência a partir do reconhecimento da pluralidade de adolescências e de percursos para a gravidez, da particularidade das concepções culturalmente oferecidas sobre o fenômeno, dos determinantes sociais e econômicos, dentre eles o sistema de gênero (CABRAL, 2002, 2003; LONGO, 2002; CASTRO, ABRAMOWAY; SILVA, 2004; ALMEIDA et al, 2003; ALMEIDA, 2002; AQUINO et al, 2003; HEILBORN; GRAVAD, 2005; HEILBORN et al, 2006; ROHDEN; GRAVAD, 2005; PIROTTA; SCHOR, 2002; SCOTT; QUADROS; LONGHI, 2002).

Alguns desses trabalhos centram suas análises em trajetórias de rapazes (CABRAL, 2002) e moças (ALMEIDA, 2002) para evidenciar que as repercussões da gravidez na adolescência, na vida escolar e

profissional dos(as) jovens não são tão devastadoras quanto parecem. Rapazes de grupos populares do Rio de Janeiro percebem que a interrupção da trajetória educacional em prol da vida profissional se deve mais a questões materiais do que em função da gravidez em si (CABRAL, 2002, p.179). Moças que haviam realizado o pré-natal em unidades básicas de saúde de Botucatu (SP) não se sentiram prejudicadas em sua vida escolar, uma vez que a gravidez só aparece como um motivo de abandono definitivo da escola quando esta não faz mais parte do projeto de vida das adolescentes, não sendo considerada um empecilho à continuidade dos estudos. Também não houve modificação do vínculo empregatício por conta da gestação para a maioria delas (ALMEIDA, 2002, p. 202).

A comparação entre jovens urbanos e rurais (QUADROS, 2007) reforçou a ideia de que, embora a necessidade de perceber a pluralidade de adolescências ou juventudes seja consenso, no contexto de diferenças que é o Brasil contemporâneo há poucas pesquisas entre populações específicas considerando-se os recortes de raças/etnias, orientações sexuais, classes, religiões, regiões, dentre outros demarcadores. Vale ressaltar que a maioria dos estudos foi realizada entre populações urbanas, poucos focaram a constituição da sexualidade entre grupos rurais ou do interior do país (ALVES, 2003; SILVA, 2002; RIBEIRO, 2003; QUADROS, 2007).

Marion Quadros (2007), em um estudo comparativo entre jovens urbanos e rurais, evidencia que desigualdades de gênero e entre gerações são fundamentais para entender o comportamento dos(as) jovens perante a gravidez e a contracepção. Por exemplo, o vínculo entre ser moça e virgem está presente nas duas localidades de modo diferenciado. Na área rural, a virgindade da moça é mais valorizada e sua sexualidade é mais vigiada. No bairro da periferia urbana investigado, essas identificações resvalam para outras, como ter mais cuidado com a saúde e ceder mais nas relações de namoro. Tanto na área urbana quanto na rural há uma vinculação entre ser uma moça inexperiente nos prazeres do sexo e ser uma moça ‘boa para casar’.

A gravidez na adolescência é uma das temáticas que possui um recorte de gênero e que merece distinções quando tratamos de juventude rural. Segundo Eliza Guaraná Castro (2006), apesar de na

área rural o controle ser maior sobre as mulheres, a gravidez antes do casamento é comum nesse ambiente. Ao estudar a construção das identidades dos(as) jovens de origem rural, Vanda Aparecida Silva (2006) destacou que a sexualidade é marcada e demarcada pelo contexto cultural. A gravidez da jovem solteira e o casamento podem ser formas de libertação da autoridade paterna. Para as moças da área rural, uma gravidez representa uma estratégia pré-matrimonial, seja a realização do desejo da maternidade, seja outra forma de inserção social.

Nos estudos sobre a juventude rural a idade está socialmente circunscrita, tanto quanto a valorização da maternidade. A gravidez aparece como um marcador de passagem para a vida adulta, no qual a jovem se reconhece e é reconhecida como adulta a partir da realização da maternidade, o que torna a situação paradoxal, uma vez que a gravidez e a maternidade servem como formas de controle do corpo e da sexualidade das mulheres. Controle e vigilância, reconhecimento e libertação do julgo da família podem ser identificados como dois lados de uma mesma moeda.

A revisão da literatura sobre jovens, saúde sexual e reprodutiva sugere, portanto, a consideração dos contextos da atividade sexual (práticas) em interface com as identidades socioculturais variadas e dos significados que remetam à saúde sexual e reprodutiva de jovens, uma vez que a gravidez de uma jovem de 15, 16 ou 17 anos pode estar totalmente condizente com as expectativas que ela própria e a comunidade em que vivem esperam como realização para estas idades (BUTTO; SILVA, 1999; SILVA, 2006; SCOTT, 2001; ALMEIDA, 2002). Isso reforça o nosso questionamento sobre o critério idade mínima para se adquirir o benefício, uma vez que a gravidez pode ocorrer antes dos 16 anos e estar exatamente simbolizando a passagem para a vida adulta.

Por outro lado, quando causa expectativas negativas na própria jovem, na família ou na comunidade, a gravidez pode ocorrer numa situação em que ela fica mais vulnerável pela falta de aceitação familiar ou do próprio parceiro, o que leva à maior necessidade de assistência e benefícios públicos que possibilitem a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos.

As jovens mães agricultoras do Sertão de Pernambuco

Afinal, o que dizem as próprias jovens? Para conhecer um pouco mais da situação das jovens mães agricultoras familiares, foram realizadas cinco entrevistas no município de Santa Cruz da Baixa Verde.¹⁹ As entrevistadas, à época que tiveram o primeiro filho, encontravam-se na faixa etária de 13 a 15 anos de idade, motivo pelo qual foram informadas da impossibilidade de solicitarem o benefício.

Das cinco jovens, apenas uma está separada do pai da criança, e mesmo assim não retornou à casa dos pais, seus vizinhos de sítio, residindo só com o filho. As outras quatro residem com os filhos e o companheiro, e apenas uma afirmou que saiu da casa dos pais antes da primeira gravidez.

No que se refere aos estudos, todas abandonaram as aulas durante o início da primeira gestação e apenas uma retomou. Quanto ao trabalho, apontamos que a invisibilização do trabalho feminino na área rural muitas vezes impede que as próprias mulheres se reconheçam como agricultoras, mesmo que tenham trabalhado na roça desde criança. Ao perguntarmos se trabalhavam, algumas jovens responderam que não: “só de roça”. Uma chegou a dizer que ia à roça de vez em quando e que criava galinhas em casa. Provavelmente por não considerarem como trabalho as inúmeras atividades produtivas realizadas, as jovens rurais têm dificuldades de se reconhecerem como portadoras de direitos, conseqüentemente, não demandam coletivamente mudanças na legislação ou na agenda do movimento sindical rural e do movimento de mulheres.

A respeito da gravidez, as jovens afirmaram que não planejaram o primeiro filho. Todas relataram que, ao descobrir a gravidez, ficaram felizes, mesmo que esse sentimento viesse acompanhado de um pouco de susto. Sobre a reação do companheiro, a resposta ocorreu sempre no sentido de aceitação da criança. A reação dos pais das adolescentes foi relatada como tranquila, e a tentativa da família é que o casal fique junto e não se cogite a ideia de aborto. Esses dados apontam para a ideia da gravidez como passagem para a vida adulta,

¹⁹ Estas informações foram baseadas em Silva e Cordeiro (2008).

que não parece se constituir num problema nem para as jovens, nem para as suas famílias. O problema não está na idade em que a gravidez acontece, mas sim quando as jovens que engravidam não têm um companheiro que assuma a união conjugal e a paternidade.

Os resultados de uma pesquisa²⁰ que compara ambientes urbanos, rurais e indígenas de Pernambuco (Scott, 2007) corroboram estas observações, pois evidenciam que quando o rapaz assume a paternidade, a formação da família de procriação ocorre sem muitos traumas para a comunidade mais próxima, inclusive as famílias de origem, pois em todos estes locais a existência de relações sexuais pré-maritais, quando vivenciadas de forma discreta, não causa grande estranhamento.

Nenhuma entrevistada referiu o uso de contraceptivos antes da primeira gestação, e apenas uma afirmou que atualmente não utiliza nenhum método para não engravidar. Algumas disseram que, após engravidar, receberam de médicos e enfermeiros orientação sobre como evitar filhos e doenças sexualmente transmissíveis. Só uma alegou que recebeu informação na escola, mas mesmo assim disse que não entendeu muito bem - na época - do que se tratava. Estes dados realçam a falta de assistência à saúde sexual das jovens, uma dificuldade comum para esta faixa etária, seja no sistema de saúde, na escola ou na família (QUADROS, 2007).

As jovens relataram que durante todas as gestações foram acompanhadas no atendimento pré-natal, algumas no PSF da Vila Jatiúca, outras em Serra Talhada, evidenciando o viés materno-infantil da assistência básica em saúde (SCOTT; QUADROS, 2008). Além dos enjoos nos primeiros meses em algumas gestações, a dificuldade apresentada durante a gravidez foi a paralisação dos estudos, que pode ser mais um indicador da passagem para a vida adulta do que um sinal de prejuízo para as jovens grávidas. Também há que se considerar o ensino oferecido nas escolas, muitas vezes desestimulante, que pode não oferecer atrativos suficientes para que as jovens decidam continuar estudando.

²⁰ Pesquisa “Estilos Reprodutivos Masculinos e Femininos e Organizações Representativas”, coordenada por Parry Scott, da qual fizeram parte os pesquisadores Marion Teodósio de Quadros, Mônica Franch, Renato Athias e Márcia Longhi, realizada no âmbito de um projeto maior intitulado “Enfrentando diferenças de gênero: consolidando e ampliando pesquisas e ações em saúde reprodutiva”, realizada no período de 2001 a 2007, com apoio da Fundação Ford e do CNPq.

Todas as entrevistadas chegaram a ir ao sindicato na tentativa de requerer o salário-maternidade. Apenas uma delas teve gastos com xerox de toda a documentação, mas durante a abertura do processo foi informada de que não podia solicitar o benefício por conta da idade. Uma das jovens alegou que um funcionário do INSS (mencionado por mais de uma entrevistada) não deferiu o salário-maternidade na sua segunda gravidez, mesmo ela tendo mais de dezesseis anos. O indeferimento teria sido motivado por ela não ter “respondido direito” as perguntas feitas por ele.

É um momento de muita tensão para as agricultoras quando elas vão ao INSS formalizar a solicitação do benefício. É quando o(a) funcionário(a) do órgão preenche os dados da agricultora, recebe os documentos e averigua se eles estão de acordo com as exigências legais. Há uma série de perguntas sobre o trabalho, o que plantam, como e quanto plantam e quem são os(as) vizinhos(as). As agricultoras têm medo de não saber responder aos questionamentos e se sentem intimidadas e constrangidas com as perguntas. Parece que há um ambiente pouco acolhedor, hostil e que causa medo às mulheres. Elas sentem que alguns funcionários fazem perguntas à procura de alguma incoerência ou contradição entre o que foi apresentado nos documentos e a entrevista. Além disso, geralmente, os(as) agricultores(as) não conseguem ter o domínio das exigências legais para ter acesso à Previdência. As lideranças sindicais possuem maior número de informações e procuram socializá-las nas reuniões, nas assembleias e nos atendimentos. Porém, sempre há incertezas e dúvidas acerca dos procedimentos legais.

As jovens confirmaram que possuíam alguns documentos comprovando a atividade rural durante a primeira gravidez, a saber: comprovantes de cursos destinados a trabalhadores(as) rurais, título, documento do sindicato, etc. Disseram ter ficado abatidas ao receberem a notícia de que não teriam acesso ao salário-maternidade. Alegaram que o benefício serviria para a compra de terra, construção da casa, além de complementar os custos com comida e produtos para o bebê.

Os depoimentos das jovens mães mostram que o direito à proteção à maternidade não abrange todas as mulheres que trabalham e tampouco incorpora as necessidades específicas das jovens agricultoras. O critério idade alija essas jovens de um direito que é usufruído

pelas demais agricultoras e deixa exclusivamente nas mãos das jovens e de suas famílias a assistência à maternidade.

A posição das ativistas do Movimento de Mulheres e do Movimento Sindical

Como não encontramos forte presença das reivindicações do salário-maternidade nas lutas e pautas atuais dos movimentos das mulheres trabalhadoras rurais, resolvemos ressaltar as opiniões de ativistas a esse respeito.

As ativistas apresentam diversos posicionamentos sobre o não acesso ao salário-maternidade por parte das jovens que engravidam antes do tempo previsto legalmente. Ao contrário de um pensamento único ou homogêneo sobre o assunto, as posições ora divergem, ora encontram um eixo comum; algumas têm um cunho progressista, outras possuem base bastante legalista. Nesta sessão direcionamos a análise para as três posições que foram mais recorrentes nas entrevistas com as ativistas do Movimento Sindical Rural e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão de Pernambuco.

As ativistas admitem que o critério idade impede o acesso dessas jovens ao salário-maternidade, mesmo que sejam agricultoras e tenham a posse de todos os documentos exigidos:

A menina tinha prova de 9 meses e 28 dias antes do nascimento da criança. Por causa de dois dias o servidor negou o benefício, e ela tinha antes sim uma prova de indício que era a matrícula na escola. Então comprovava que ela estava na roça e ele não aceitou e indeferiu o benefício (...) se ela não levar uma prova de 10 meses e 1 dia é indeferido, isso é um absurdo pra gente (Cândida).

E sobre a idade a gente sabe que, pra ter direito, até hoje, a mãe tem que ter completo 16 anos, 10 meses e 1 dia para ter direito ao benefício do salário-maternidade. Quem não tem essa idade não tem acesso. Tem caso que a gente tem que contar data de nascimento da mãe, data de nascimento da criança para verificar se realmente a mãe tinha 16 anos e 10 meses e um dia pra ter acesso. Às vezes por causa de uma hora pode até ter ou não ter direito [sic] (Verônica).

Diferentemente das outras mães agricultoras, as jovens têm de lidar com a contagem do tempo de forma mais minuciosa: a própria idade, dia e hora do nascimento do bebê se tornam fundamentais nesse cálculo.

Como já falamos anteriormente, identificamos nas entrevistas três posições a respeito do acesso das jovens ao salário-maternidade: a primeira faz uma relação entre o índice de mulheres grávidas e o salário-maternidade. Aparece o argumento de que, se as menores de 16 tiverem acesso ao benefício, vai aumentar o número de meninas grávidas porque elas vão engravidar para ter o salário-maternidade. Aqui a gravidez é algo indesejável.²¹

Se abrir espaço para adolescentes menores de 16 anos, de 18 anos (...) 16 né?... terem o acesso ao salário-maternidade, aí vai aumentar cada vez mais, sei lá, vai aumentar aquela gravidez indesejada porque muitas adolescentes elas pensam no dinheiro. Elas não pensam como ali vão criar aquela criança. Eu não sou a favor em de ter (assim) essa idade para poder ter o acesso ao salário-maternidade [sic] (Mônica).

Elas parecem esquecer que as próprias avós e bisavós engravidaram muito antes dessa faixa etária. Ser mãe antes dos 16 anos aparece como sinal de falta de responsabilidade presente tanto no ato de engravidar, quanto nos cuidados com os bebês. Esta posição está próxima a daqueles que classificam esta idade como adolescência e potencializam a noção de irresponsabilidade com a de oportunismo. O atendimento básico do Sistema Único de Saúde, por meio do Programa de Saúde da Família, por exemplo, colabora para a institucionalização desta visão na medida em que classifica como gravidez de risco aquela de toda e qualquer adolescente, mesmo que esta apresente perfeita condição de saúde. É certo que esta visão institucional parte do argumento da “falta de maturação do organismo da adolescente”, mas o efeito deste argumento invade a vida das adolescentes

²¹ Numa entrevista para a pesquisa essa posição também é assumida pela chefe do setor de benefícios do INSS em Serra Talhada: “muitas estão engravidando para ter o salário-maternidade (...). Se fosse permitido solicitar abaixo de 16 anos, elas teriam filhos com 10 ou 12 anos (Chefe de setor de benefícios do INSS).

como um todo, e não apenas o seu organismo biológico, acabando por corroborar a visão de que a adolescente não está preparada para assumir esta responsabilidade. Este argumento se fortalece na medida em que, de um lado, a gravidez de risco recebe um atendimento especial e a própria maneira de identificá-las como grávidas de risco invade as classificações comunitárias a respeito da gravidez e, de outro, porque vem acompanhada da visão, geralmente mais médica do que comunitária, de que a adolescente, ao engravidar, estragou sua vida e seu futuro (ALMEIDA, 2002; SCOTT; QUADROS; LONGHI, 2002; QUADROS, 2007).

A segunda posição lembra que, de acordo com a legislação, crianças e adolescentes não podem trabalhar. Entretanto, na área rural as jovens trabalham e casam com pouca idade:

Essa é uma questão muito complicada, porque se a gente vai pela lei que fala que criança e adolescente não podem ter uma profissão. Se a gente vai observar essa parte, a gente acha que tá certo. Mas, a gente sabe que a realidade rural não é essa. [...] As jovens casam muito cedo ou não se casam e têm relação muito cedo e têm filhos muito cedo na área rural e por isso perdem o direito da segurada especial. Porque já é tão complicado para nós rurais ter nossas documentações em dias e muito menos na adolescência. Acho que tem que ter uma visão mais aperfeiçoada, mais qualificada pra as adolescentes rurais. Temos que ter especificidades e aí começar a conceder também porque elas são trabalhadoras, a gente sabe que toda trabalhadora rural ela não começa a ser trabalhadora rural a partir dos 16 anos porque a nossa economia não permite. Elas começam a ir para a roça desde criança, senão não dá pra sustentar a casa, temos que ajudar os pais, temos que está na limpa da roça, na colheita porque todo mundo precisa contribuir para que a gente consiga o sustento em casa [sic] (Rafaela).

Este depoimento expressa o paradoxo entre as lutas contra o trabalho infantil e os modos de vida nos quais o próprio trabalho dá significado a uma parte considerável das relações de gênero e geração. Se a idade para o trabalho compreende a infância, provavelmente, isso termina por influenciar na idade em que as jovens são consideradas aptas para a gravidez e inclui muitas jovens abaixo

de 16 anos. As mulheres sabem que integram um tipo de economia familiar baseada no trabalho de homens e mulheres em diferentes faixas etárias e ao mesmo tempo são participantes das lutas que condenam o trabalho infantil. Provavelmente reside aqui o grande temor das mulheres: a defesa da inclusão das jovens agricultoras ao sistema previdenciário poderá ser confundida com a aceitação do trabalho de crianças e adolescentes.

A terceira posição é favorável ao salário-maternidade para as jovens. Entretanto, o argumento é baseado em dois elementos: as mulheres jovens são casadas, e na agricultura familiar, todas começam a trabalhar com pouca idade. Essa posição é a única que considera que a exclusão das mulheres jovens ao salário-maternidade é uma injustiça:

Na maioria dos casos que eu tenho conhecimento lá nesse ano, as mulheres que vão procurar elas são casadas, tem casamento civil que tá comprovando sua atividade rural, elas têm alguns documentos e elas não podem por conta da idade, só não têm a idade. Muitas faltam coisa de dois meses, seis meses e eu acho que isso é uma injustiça, porque elas, trabalhadoras, nós mulheres agricultoras, a gente não tem uma idade determinada pra ir pra roça. A gente começa a trabalhar desde os oito anos, já começa a acompanhar a mãe, seja pra deixar o almoço, seja pra arrancar um pé de mato, seja cuidar dos bichos, então não tem idade pra gente começar a trabalhar [sic] (Paula).

Entretanto, a definição da injustiça passa pela situação conjugal da mulher, que parece tão importante quanto a pouca idade para o reconhecimento deste direito. Maternidade e conjugalidade aparecem intrinsecamente deixando de fora as jovens agricultoras que não são casadas ou aquelas que não têm um companheiro fixo.

O que foi comum nas três posições analisadas é a ausência de uma reflexão sobre as significações da gravidez e maternidade para as jovens agricultoras. Não há referência nos discursos das ativistas ao debate feminista sobre o direito à livre maternidade, independentemente do estado civil. Também não há qualquer menção aos desejos de autonomia e de independência por parte das jovens que aparecem nos discursos das ativistas como desprovidas de maturidade e respon-

sabilidade. Além disso, quando as mulheres consideram que é injusto o critério de faixa etária, terminam por associar maternidade à conjugalidade. Por fim, por conta das lutas contra o trabalho das crianças e adolescente as mulheres ficam presas ao critério idade. Provavelmente, elas têm medo de que, ao reivindicarem a inclusão das jovens agricultoras ao salário-maternidade, sejam mal compreendidas e acusadas de coniventes com o trabalho infanto-juvenil na agricultura.

Considerações finais

O critério faixa etária utilizado para a concessão do salário-maternidade impede que as jovens agricultoras, com menos de 16 anos, tenham acesso aos direitos previdenciários e cria obstáculos para que elas possam usufruir da proteção à maternidade de forma ampla. Não há políticas públicas no âmbito do município para as mães jovens; elas não têm acesso ao salário-maternidade e nem encontram apoio nos movimentos sociais rurais.

O salário-maternidade para as seguradas especiais foi fruto das lutas e conquistas das diferentes expressões do Movimento de Mulheres Rurais nas décadas de 80 e 90 do século passado. Entretanto, a revisão do critério de faixa etária para a solicitação do salário-maternidade ainda não constitui pauta na agenda de lutas e reivindicações das agricultoras e nem do Movimento Sindical Rural. A discussão e o aprofundamento desta temática são os primeiros passos para a ampliação do direito ao salário-maternidade das jovens que são excluídas do acesso ao referido benefício. Além disso, é importante considerar que esta luta está inserida numa discussão mais ampla sobre autonomia e direito à livre escolha das mulheres rurais.

Se o critério faixa etária utilizado pelo INSS para a concessão do salário-maternidade não condiz com a realidade das jovens agricultoras familiares, os argumentos das ativistas evidenciam o quanto a discussão sobre a maternidade parece guiada mais por mecanismos de controle do corpo e da sexualidade das jovens do que por uma discussão sobre direitos e cidadania. Nos discursos das ativistas é salientada a existência de um modo de vida próprio, em que o trabalho e a maternidade estão associados a pouca idade, entretanto, estão ausentes

as questões da autonomia e independência e do direito à proteção à maternidade, independentemente do estado civil e de idade.

Referências

ARTICULAÇÃO DE INSTÂNCIAS DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DOS 5 ESTADOS DO SUL. In: *Relatório da Comissão da Luta pelo salário-maternidade*. Brasília, [sd], (mimeo).

ALMEIDA, Margareth Aparecida Santini de. Gravidez adolescente: a diversidade das situações. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*. v.19, n.2, jul./dez. 2002, p. 197-208.

ALMEIDA, Maria da Conceição Chagas; AQUINO, Estela Meria Leão; GAFFIKIN, Lynne e MAGNANI, Robert J. Uso de contracepção por adolescentes de escolas públicas da Bahia. In: *Revista de Saúde Pública*. v.37, n.5, 2003, p. 566-575.

ALVES, Maria de Fátima Paz. Sexualidade e prevenção de DST/AIDS: representações sociais de homens rurais de um município da zona da mata pernambucana, Brasil. In: *Cadernos de Saúde Pública*. n.19, suplemento 2. Rio de Janeiro, p. 429-440, 2003.

AQUINO, Estela Maria Leão de; HEILBORN, Maria Luiza; KNAUTH, Daniela; ALMEIDA, Maria da Conceição e MENEZES, Greice. Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. In: *Cadernos de Saúde Pública*. n.19, suplemento 2. Rio de Janeiro, 2003, p. 5377-5388.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo sexo. 1. Fatos e Mitos*. 6.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BEMFAM (Sociedade civil de bem-estar familiar no Brasil). *Comportamento e intenções reprodutivas da população masculina*. Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde. Rio de Janeiro: BEMFAM, 1999a.

_____. *Adolescentes, jovens e a pesquisa nacional sobre Demografia e Saúde*. Um estudo sobre fecundidade, comportamento sexual e saúde reprodutiva. Rio de Janeiro: BEMFAM, 1999b.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.

_____. Lei 4.214, de 2 de março de 1963. In: *Estatuto do Trabalhador Rural*.

_____. Lei Complementar 11, de 25 de maio de 1971. In: *Programa de Assistência ao Trabalhador Rural - Pró-Rural*.

_____. Lei 8.212, 24 de julho de 1991. In: *Seguridade Social*.

_____. Lei 8.213, 24 de julho de 1991. In: *Seguridade Social*.

_____. Lei 8.861, 25 de março de 1994. In: *Salário-maternidade*.

_____. Lei 11.718 de 20 de junho de 2008.²²

_____. Lei 8.069 de 13 de junho de 1990. In: *Estatuto da Criança e do Adolescente*.

BRASIL. Benefícios da Previdência Social. In: *Ministério da Previdência Social*. Disponível em: www.previdenciasocial.gov.br/pg_secundarias/beneficios_10.asp. Acesso em fevereiro de 2009.

BRASIL. *Mulher e Constituinte*. In: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Brasília, 1985.

BRASIL. Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher. Relatório Final. In: *Ministério da Saúde*. Brasília, 1987.

BRASIL. Carta das Mulheres aos Constituintes de 1987. In: *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*. Brasília, 1987.

BRASIL. I Encontro Nacional A Mulher e as Leis Trabalhistas. Conclusões. In: *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*. Brasília, 1988.

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. In: *Revista Sociologias*. ano 4, n.7, Porto Alegre, jan/jun 2002, p. 50-81.

²² Dentre outros assuntos estabelece normas transitórias da aposentadoria do trabalhador rural.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami et. al. *A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000 (texto para discussão, 759).

BUTTO, Andrea; SILVA, Josineide de Meneses. Representações sociais da sexualidade e da reprodução na adolescência e os serviços de saúde em São Domingos, Brejo da Madre de Deus, Pernambuco. In: *Revista Antropológicas*. v.9, ano IV, 1999.

CABRAL, Cristine S. Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. In: *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, n.19, suplemento 2, 2003, p. 283-292.

_____. Gravidez na adolescência e identidade masculina: repercussões sobre a trajetória escolar e profissional do jovem. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*. v.19, n.2, jul./dez. 2002, p.179-196.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete da. In: *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

CASTRO, Eliza Guaraná de. As jovens rurais e a reprodução social de hierarquias. In: WOORTMANN, Ellen F; HEREDIA, Beatriz; MANASCHE, Renata (org). *Margarida Alves: coletânea de estudos rurais e gênero*. Brasília: MDA/IICA, 2006, p.245-277.

CORDEIRO, Rosineide; SILVA, Mônica Regina Gomes da Silva. *Relatório final da Pesquisa Trabalho, Corpo e Documentos: o acesso das mulheres agricultoras ao salário- maternidade no sertão de Pernambuco*. Recife, UFPE, 2006, (mimeo).

CORDEIRO, Rosineide. *Relatório Técnico da Pesquisa As Mulheres e a Previdência Social no Sertão de Pernambuco*. Recife, CNPQ, 2008, (mimeo).

CHODOROW, N. *Psicanálise da maternidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1978.

CONTAG. *Carta ao Constituinte*. Brasília, junho de 1988.

_____. *A mulher e o movimento sindical dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais. Trajetória de lutas*. Brasília, março de 2002.

_____. *Pauta de reivindicações da Marcha das Margaridas*. Brasília, 2000.

_____. *Pauta de reivindicações da Marcha das Margaridas*. Brasília, 2003.

_____. *Pauta de reivindicações da Marcha das Margaridas*. Brasília, 2007.

DAUSTER, Tânia. A Experiência obrigatória. Uma Interpretação sobre a maternidade fora do casamento em camadas médias urbanas. In: *Boletim do Museu Nacional*. n. 59, Rio de Janeiro, 1988.

HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela M. L; KNAUTH, Daniela Riva. Juventude, sexualidade e reprodução. In: *Cadernos de Saúde Pública*. v.22, n.7. jul., 2006, p.1362-1363.

HEILBORN, Equipe Gravada. Uniões precoces, juventude e experimentação da sexualidade. In: HEILBORN et al (orgs.). *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 39-60.

LONGO, Luciene A. F. de B. Juventude e contracepção: um estudo de fatores que influenciam o comportamento contraceptivo das jovens brasileiras de 15 a 24 anos. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*. v.19, n.2, jul./dez. 2002, p. 229-248.

Nenhuma trabalhadora rural sem documentos. In: MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. 5. ed. Passo Fundo, agosto de 2004.

_____. *Previdência pública, universal e solidária*. Disponível em http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/informe_previdencia.html. Acesso em janeiro de 2009.

Convenções e recomendações. In: OIT (Organização Internacional de Trabalho). Disponível em <http://www.ilo.org/ilolex/spanish/con-disp1.htm>. Acesso em janeiro de 2009.

PIROTTA, K. C. M; SCHOR, N. Juventude e saúde reprodutiva: valores e condutas relacionados com a contracepção entre universitários. In: XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais: Violências, o Estado e a Qualidade de Vida da População Brasileira, 2002, Ouro Preto. *Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais: Violências, o Estado e a Qualidade de Vida da População Brasileira*. Belo Horizonte: ABEP - Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002.

QUADROS, Marion Teodósio. Jovens, contracepção e conversas com os pais: comparando opiniões de moças e rapazes de famílias urbanas e rurais. In: SCOTT, Parry Russell; ATHIAS, Renato; QUADROS, Marion Teodósio de (orgs.). *Saúde, sexualidade e famílias urbanas, rurais e indígenas*. Recife: Universitária, 2007, p. 75-95.

RIBEIRO, Jucélia Santos Bispo. Brincar de ousadia: sexualidade e socialização infanto-juvenil no universo de classes populares. In: *Cadernos de Saúde Pública*. n.19, suplemento 2. Rio de Janeiro, 2003, p. 5345-5356.

ROHDEN, Fabíola; Equipe Gravada. Religião e iniciação sexual em jovens de camadas populares. In: HEILBORN et al (orgs.). *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 177-206.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. In: *Cadernos Pagu*. n.16, 2001, p.137-150.

SCOTT, Parry Russel. Quase adulta, quase velha: porque antecipar as fases do ciclo vital? In: *Interface: comunicação, saúde, educação*. v.5, n.8. São Paulo, 2001, p. 61-72.

SCOTT, Parry Russel; QUADROS, Marion e LONGHI, Márcia Reis. Jovens populares urbanos e gênero na identificação de demandas de saúde reprodutiva. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*. v.19, n.2. jul./dez. 2002, p. 209-228.

SCOTT, Parry. Morais, religião e sexualidade em contextos urbanos, rurais e indígenas: namoro, aborto e responsabilidade. In: SCOTT, Parry; ATHIAS, Renato e QUADROS, Marion (org). Saúde, sexualidade e famílias urbanas, rurais e indígenas. Recife: UFPE, 2007, p. 13-54.

SCOTT, Parry; QUADROS, M. T. Saúde e gênero no bairro do Ibura. In: SCOTT, Parry; QUADROS, M. T. (orgs.). *A diversidade no Ibura: gênero, geração e saúde em um bairro popular do Recife*. Recife: Universitária, 2009, p. 43-57.

SILVA, Vanda Aparecida. Jovens de um rural brasileiro: socialização, educação e assistência. In: *Cadernos CEDES*. v. 22, n. 57. Campinas, 2002, p. 97-115.

SILVA, Vanda Aparecida. De corpos, desejos, feitiços e amores: a sexualidade entre jovens de origem rural. In: WOORTMANN, Ellen F. HEREDIA, Beatriz; MANASCHE, Renata (org). *Margarida Alves: coletânea de estudos rurais e gênero*. Brasília: MDA/IICA, 2006, p 309-337.

SILVA, Adiliane Valéria B. F; CORDEIRO, Rosineide. Agricultoras, salário-maternidade e os critérios de inclusão de faixa etária na Previdência Social. In: *Relatório Final do PIBIC*. Recife: UFPE, 2008, (mimeo).

VILLELA, Wilza Vieira; DORETO, Daniella Tech. Sobre a experiência sexual dos jovens. In: *Cadernos de Saúde Pública*. v.22, n.11. 2006, p. 2467-2472.

Mulheres jovens rurais: marcando seus espaços

Celecina de Maria Veras Sales



Introdução

Este trabalho consiste em desvelar o lugar social das mulheres jovens do assentamento rural Nova Canaã, no município de Quixeramobim, sertão cearense, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e nas políticas públicas.

Estudar sobre gênero e juventude é a confluência de anos de investigação. Os dados das pesquisas, realizadas com mulheres e jovens, aguçam questões e reflexões sobre a temática. A pesquisa *Cultura e Memória: a arte de dizer e fazer história das mulheres adultas e jovens dos assentamentos rurais*, concluída em julho de 2007, foi realizada em dois assentamentos, um deles denominado Nova Canaã. Este assentamento possui oitenta famílias e foi constituído legalmente em julho de 2004, embora a luta pela terra tenha iniciado com a ocupação em dezembro de 2002, coordenada pelo MST. A outra pesquisa, mais recente (2008), *Juventude e Gênero: a participação das jovens nos movimentos sociais como espaço de ação política e cultural*, foi desenvolvida com representantes dos movimentos selecionados, entre eles MST.

O interesse em trabalhar gênero e juventude nos movimentos sociais, no assentamento rural e nas políticas públicas, se justifica por serem temas emergentes nas ações e discursos do governo, expressos através de políticas públicas, da criação da Secretaria de Mulheres, do Conselho e Plano Nacional da Juventude, além da Secretaria da Juventude. Outras motivações da pesquisa são o fato de gênero e juventude serem temas de discussão dos movimentos sociais, o que resultou na constituição de setores, coletivos de gênero e juventude e, ainda, por serem temas pouco explorados no Brasil. Mas por que gênero e juventude estão presentes nas discussões, nas ações dos movimentos sociais, das políticas públicas e dos assentamentos?

O embasamento da concepção de juventude para este estudo foi buscado em fundamentos da Sociologia e com as próprias jovens. Para tanto foram utilizados diversos autores: Áries, Abramo, Mannheim, Pais e Spósito. Em uma revisão bibliográfica realizada durante as pesquisas percebe-se que os estudos sobre juventude pouco se referem às jovens mulheres e aos jovens rurais, indicando que a imagem do jovem é direcionada ao cidadão do sexo masculino. Este estudo refere-se à juventude como uma categoria social, “criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos” (GROPPO, 2000, p.8), uma compreensão sobre a concepção de idade e seus significados.

No que se refere a gênero, foi necessário realizar um aprofundamento apoiado, prioritariamente, nas seguintes autoras: Scott (1995), Butler (2003), Louro (1997). De acordo com esta última, “o conceito de gênero tem se constituído de fundamental importância para compreender como as características sexuais são representadas através das práticas sociais. É necessário enfatizar que o conceito de gênero, além de ser uma ferramenta de análise, é também uma ferramenta política” (p. 21).

Ao estudar o lugar das jovens mulheres nesse processo de transformações do campo, o ponto de partida foi o mapeamento, a observação e o olhar das próprias jovens sobre seus modos de vida e de como elas experimentam e narram seu cotidiano e suas vidas. Para refletir esse percurso metodológico foi montado um quadro teórico-

metodológico, sem, contudo, se limitar à conservação de um pensamento estático, mas sempre repensando a pesquisa. Ancorada na abordagem qualitativa a pesquisa prosseguiu na busca de fundamentação, conceitos, métodos e técnicas. Segundo Antonio Chizzotti (1991), na pesquisa qualitativa o pesquisador é parte integrante do processo de conhecimento; reconhece o conhecimento prático dos pesquisados e desenvolve um trabalho de campo com imersão no cotidiano. Os procedimentos utilizados buscam ultrapassar o visual, o aplicável, o evidente, e possibilitam a apreensão das variações das práticas discursivas e corporais presentes no cotidiano dessas mulheres.

A observação, o grupo focal foi realizado com mulheres jovens e as entrevistas com mulheres jovens e adultas do assentamento Nova Canaã e com militantes do MST. A produção dos dados da pesquisa, a leitura e apreensão do material são fragmentos dos discursos, o que requer uma concentração e análise que visualize a localização de signos, as mudanças de posição para que o conhecimento seja produzido. Os discursos das mulheres se expressam por meio de padrões de significados que são construídos culturalmente na vida cotidiana do assentamento. É através do discurso que as mulheres interagem umas com as outras e demarcam seus lugares no assentamento e no MST.

Gênero e Juventude nas Políticas Públicas

Para compreender as políticas públicas para jovens e mulheres se faz necessário aclarar o entendimento de políticas públicas. Entre as diversas acepções, parte-se para uma visão mais ampla, a política pública seria “a forma de concretizar a ação do Estado”, e ainda, “instrumentos de governabilidade democrática para as sociedades” (ABAD, 2003, p. 14-16). Segundo Marília Sposito (2003) seria “um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), que envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto” (p. 59). Ao desenvolver o estado da arte da temática, mapeando desde a literatura clássica até a mais recente, Celina Souza (2006) faz uma síntese colocando a política pública como campo de conhecimento, busca pelo governo em ação e pode também analisar e ainda propor mudanças no desenvolvimento dessas ações.

Nessa acepção as políticas públicas se constituem em respostas a demandas, necessidades e proposições da sociedade civil organizada em busca da garantia de direitos, como também são respostas aos problemas sociais e políticos situados em determinado contexto.

As políticas públicas com foco em questões de gênero e juventude significam, de certa forma, o reconhecimento das diferenças e/ou das proposições do movimento de mulheres do movimento feminista e de outros movimentos que pressionam para que essas questões entrem na agenda do governo brasileiro.

No final da década de 1970 os movimentos sociais lutam por democracia, cidadania. Ao denunciar as desigualdades, “os movimentos de mulheres - ou as *mulheres nos movimentos* - passaram também a levantar temas específicos à condição da mulher como direito à creche, saúde da mulher, sexualidade e contracepção e violência contra a mulher” (FARAH, 2004, p. 51). Segundo a autora, o movimento feminista vai ser determinante na inclusão de políticas com foco nas mulheres.

O Feminismo foi, sem dúvida, muito importante na construção da discussão das relações de gênero, pois ao trazer reivindicações sobre igualdade de direitos entre mulheres e homens, em termos políticos e sociais, introduziu novos aspectos na luta política, abordando temas importantes como sexualidade, família, trabalho doméstico.

Na década de 1980 a discussão sobre a subordinação das mulheres e a questão de gênero se evidencia nas propostas de governo. São implantadas as primeiras políticas públicas com recorte de gênero. A influência e o impacto das Conferências Mundiais sobre as Mulheres foram importantes porque conseguiram reunir delegações governamentais e organizações não governamentais em torno de plataformas que foram consideradas um marco para a implementação de legislação e políticas públicas para as mulheres.

No Brasil a década da mulher (1975-1985) impulsionou ações no governo federal ao criar o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher - em 1985.

As conquistas das mulheres no campo de direitos sociais tiveram influência das lutas mais gerais e das conquistas do movimento feminista que ocorreram no país e no mundo. Nesse processo organizativo as trabalhadoras rurais formaram uma rede de comunicação e significados.

Na segunda metade da década de 1980 as mulheres camponesas começaram a consolidar sua organização,¹ e as principais lutas têm sido pelo reconhecimento civil, trabalhista, pelo direito de ter o título da terra e por participação política. A expressão pública dessa organização foi a atuação das trabalhadoras rurais na mobilização das mulheres pela inclusão de propostas de reconhecimento de direitos das mulheres na Constituição de 1988.

As mudanças sociais e legais ocorridas nesse período foram significativas e contribuíram para maior emancipação das mulheres. É importante lembrar, contudo, que as conquistas obtidas em forma de leis não garantem rupturas. Mesmo porque “a oposição hierárquica, binária, entre masculino e feminino parece fundamentada na natureza das coisas, porque encontra eco praticamente em toda parte” (BOURDIEU, 1998, p. 17).

Ao mesmo tempo, não se pode negar a importância das conquistas obtidas, principalmente na primeira década do século XXI, como a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, em 2003; a elaboração do Plano Nacional de Políticas Públicas para a Mulher, aprovado em 2005; a Lei Maria da Penha, que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (2006). Para as mulheres do campo, a garantia da titularidade conjunta da terra no caso dos assentamentos rurais, mesmo após a separação do casal, é a do direito de permanecer na terra, desde que fique com a guarda dos filhos.

Outras conquistas das mulheres trabalhadoras do campo foram os benefícios previdenciários (auxílio maternidade, aposentadoria) e a linha de crédito de investimento para mulheres do Programa Nacional de Agricultura Familiar Mulher (PRONAF), fruto da reivindicação dos movimentos de mulheres durante a mobilização denominada Marcha das Margaridas,² (HERNÁNDEZ, 2007).

No Estado do Ceará, segundo dados de 2009 do Banco do Nordeste, o PRONAF-Mulher conta 4.882 operações ativas. Esse programa

¹ Somente no ano de 1985 ocorreram 12 encontros de mulheres trabalhadoras rurais nas mais diversas regiões do país. No ano seguinte, em novembro de 1986, as mulheres rurais realizaram em Brasília o primeiro Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais.

² A mobilização das mulheres rurais teve sua primeira versão em 2000. Articulada com a Marcha Mundial das Mulheres, reuniu em Brasília de 10 mil a 20 mil mulheres com o lema “Contra fome, pobreza e a violência sexista”.

cria a possibilidade de acesso a crédito e autonomia econômica, mas também impele as mulheres a defrontar-se com um campo de poder³ (BOURDIEU, 2001) que requer um acúmulo de diferentes tipos de capital, o econômico, o das técnicas e o capital de informação.

Adquirir o crédito significa para as mulheres adentrar em um campo que exige o conhecimento dos códigos jurídicos, da comunicação e procedimentos burocráticos (formulários), e elas não têm domínio desses mecanismos. Essa política de crédito, embora destinada às mulheres, exclui aquelas que não possuem documentação. A implementação do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural tem facilitado a emissão de documentos civis e trabalhistas às trabalhadoras rurais, contudo não elimina outras dificuldades das mulheres trabalhadoras rurais impostas pelos procedimentos burocráticos como, por exemplo, as garantias como contrapartidas ao crédito, a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP),⁴ a falta de título de propriedade da terra.

O movimento de mulheres rurais e os setores de gênero dos movimentos sociais, ao propor uma linha de crédito específica para as mulheres, reconhecem que as mulheres, no que se refere à gestão, à produção e à comercialização, têm pontos fortes e fragilidades para desenvolver seus projetos, portanto, ao reivindicarem crédito, reivindicam também a divulgação do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, formação sobre gênero e crédito, regularização do direito de titularidade conjunta (homem e mulher), inclusão do quesito sexo nas planilhas, realização das Cirandas do PRONAF e monitoramento com a participação dos movimentos sociais de mulheres trabalhadoras rurais, agentes financeiros e de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural).

A agenda pública na década de 1990 incorpora debates sobre a condição juvenil levantados por pesquisadores, organismos internacionais e pelas organizações de jovens de diversas partes do mundo.

³ Segundo Bourdieu, o campo de poder é entendido como espaço de jogo no interior do qual os detentores do capital (de diferentes tipos) lutam pelo poder sobre o Estado (2001, p.100).

⁴ Refere-se ao formulário obtido por intermédio de sindicatos, empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural e outros órgãos credenciados para obter crédito junto ao sistema financeiro (HERNÁNDEZ, 2007).

Problemas como a falta de emprego, violência e também as demandas e potencialidades da juventude começam a ter visibilidade. Contudo, a inclusão de políticas para juventude dos municípios e estados brasileiros atinge inicialmente somente um determinado grupo considerado em situação de risco e vulnerabilidade social.

Outra parcela da juventude que nos últimos anos tem conseguido despertar atenção da sociedade e estado são os jovens e adolescentes menores de 18 anos, resultado da implementação do estatuto da criança e do adolescente, o qual tem sido um instrumento importante na garantia de seus direitos.

Embora tenham crescido nos últimos seis anos ações, programas e políticas públicas voltadas para juventude e os jovens comecem a ser vistos como importante segmento social e, portanto, requerem incentivos e oportunidades para que se tornem sujeitos de direitos, no campo os incentivos e programas ainda estão iniciando.

Nas últimas três décadas o campo tem passado por mudanças aceleradas na economia, no estilo de vida, no isolamento social e geográfico, na questão agrária, no dinamismo das lutas sociais e da organização dos movimentos sociais. No entanto, isso não tem garantido a permanência dos jovens nos assentamentos.

A mobilidade dos jovens nos assentamentos do Ceará não pode ser dissociada do modelo econômico, mesmo porque as transformações do campo brasileiro, desde a década de 1970, advindas do modelo agropecuário denominado “modernização conservadora”, (SILVA, 1981), não modificaram a condição social e econômica das famílias camponesas nem introduziram tecnologias que pudessem alterar a situação de pobreza. A partir dos anos de 1980 o processo de urbanização e industrialização se acelerou, tornando-se parte essencial do novo modelo de desenvolvimento e modernização. Na década seguinte (1990) o Estado implementou políticas agrícolas e começaram a surgir discussões sobre políticas sociais voltadas para os jovens, mas a juventude rural ainda não aparece como foco de discussão.

A diminuição do isolamento do campo a partir da construção de estradas, da introdução dos meios de comunicação, do acesso a escolas de Ensino Médio tem facilitado a aproximação entre campo e cidade, e aumentado a mobilidade principalmente das

jovens. No Assentamento Nova Canaã muitas jovens sonham em melhorar suas condições de vida fora do campo, “acho que o futuro delas é só estudar para poder conseguir alguma coisa melhor, porque aqui, se for esperar, não aparece nada” (Jovem do Assentamento Nova Canaã, 16 anos, 3° ano Ensino Médio).

A falta de expectativa de futuro, somada às dificuldades de acesso a determinados bens e serviços, principalmente em assentamentos mais distantes das sedes dos municípios, impele a mobilidade no sentido campo-cidade. E como afirma Castells (2002), em termos gerais a proximidade dos centros de inovação das novas tecnologias acelera a transformação, e esses centros no mundo se localizam em áreas metropolitanas.

As novas tecnologias trazem mudanças também no sistema de crenças e códigos. A convivência diária nas escolas situadas em pequenas cidades e/ou distritos, a televisão na sala da casa são fatores que têm influenciado as mudanças de hábitos e costumes no campo. Militantes do MST e alguns jovens assentados já se deparam com o computador, se conectam, entram no circuito e rompem as fronteiras da sua comunidade, do seu assentamento.

Sobre as mudanças uma jovem assentada comenta: “aqui chegou televisão, som, também tem muitas pessoas que tá entrando na era digital, tem celular que também tá fazendo parte daqui, o telefone público. O celular tem lugar que não pega, mas só precisa de antena” [sic] (Jovem do Assentamento Nova Canaã, 17 anos, 3° ano do Ensino Médio).

Além da tecnologia, da mobilidade e da educação, outro fator importante que criou condições sociais específicas que favoreceram mudanças no comportamento das mulheres jovens foi a organização política das mulheres. São influências positivas que geram expectativas e desejos diferentes dos de suas mães. Principalmente o acesso à escola tem suscitado questionamentos das jovens sobre o que teria para fazer no assentamento após o término do Ensino Médio.

O PRONAF-Jovem é uma linha de financiamento específico de apoio aos jovens do campo com idade de 16 a 25 anos, cujo objetivo é incentivar a permanência dos jovens no campo e iniciar uma atividade produtiva que agregue renda às suas famílias. Contudo, o

PRONAF-Jovem no Estado do Ceará, segundo dados de 2009 do Banco do Nordeste, compreende somente 243 linhas de crédito. É importante enfatizar que, embora o programa não exclua formalmente as jovens, implicitamente as atividades produtivas estão engendradas pelas relações de gênero (CONCEIÇÃO, 2007).

As políticas participativas e dirigidas para segmentos específicos (como é o caso do PRONAF), embora apontem para mudanças, tendem a fortalecer os que apresentam racionalidade “moderna” e centrada na ética do trabalho e da competitividade, apropriando-se das melhores chances. Não havendo igualdade de chances nas oportunidades que se oferecem, verifica-se que as políticas públicas convencionais (crédito agrícola, por exemplo, ou estímulo à formação de cooperativas) não superam a discriminação e a desigualdade entre uns e outros, como caboclos, indígenas, negros dos quilombos, por exemplo (GEHLEN, 2004, p.4).

Considerando a diversidade dos sujeitos do campo pode-se dizer que as poucas políticas públicas específicas não superam desigualdades incrustadas na sociedade competitiva, androcêntrica e de letrados. Acrescenta-se a isso as exigências burocráticas dos órgãos competentes de viabilizar a efetivação das políticas, além da falta de autonomia das mulheres no interior da família para exercer o controle e gestão dos créditos. Dessa forma, tanto o acesso como os resultados dessas políticas não podem ser entendidos sem o olhar da diferença, do diverso. Como analisa Gehlen:

(...) as chances de sucesso são diferentes e beneficiam os que detêm poder de decisão sobre as condições necessárias para aproveitar as oportunidades. Por isso, políticas públicas com interesse social devem beneficiar de forma diversificada os que possuem necessidades diferenciadas, no sentido de propiciar as condições para superação das desigualdades, sendo que, aos poucos, essa “vantagem” em benefício de grupos sociais identificados deve perder vigência, para converter-se numa política pública igualitária (GEHLEN, 2004, p.4).

Mesmo com todas as adversidades dos programas e políticas, a inclusão da temática sobre a equidade de gênero e sobre juventude na agenda pública é importante para cristalização desse novo papel que as

mulheres e jovens do campo têm assumido, além de contemplar sujeitos que historicamente estiveram ausentes das ações governamentais.

Entretanto, a agenda de gênero e a inclusão de juventude do governo federal e estadual passaram a ter medidas, políticas e ações a partir de 2003, quando também ocorreu o encontro com a agenda de gênero e juventude nos movimentos sociais.

Mulheres Jovens nos Movimentos Sociais

Os movimentos sociais têm, de forma dinâmica, acompanhado as mudanças aceleradas ocorridas na sociedade. Com relação a gênero e geração, as repercussões dessas transformações são múltiplas e diferenciadas, embora as ações dos movimentos estivessem voltadas para as mulheres e não atendam às especificidades relativas à idade, etnia, etc.

A intensificação do debate sobre gênero é seguida pela formalização de comissões, coletivos, setores de gênero e/ou de mulheres, como por exemplo a Central Única dos Trabalhadores - CUT - em 1986, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG - em 1989 e o Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST em 1992.

Sobre o setor de gênero e juventude, uma militante comenta que

passar a atuar dentro da estrutura orgânica foi um importante passo que o MST deu para o avanço do debate sobre a condição das mulheres e para criar linhas políticas específicas para implementar as condições para que as mulheres participem de fato dos processos de decisão e das instâncias do MST. Quanto à organização da juventude, há um coletivo nacional que tem atuado fortemente no interior do Movimento fazendo trabalho de formação com os jovens do MST. (...) O debate sobre a juventude teve seu reconhecimento oficial com a criação do coletivo nacional da juventude na Marcha Nacional em 2005 quando no final fez uma assembleia da juventude que decidiu criar o coletivo nacional da juventude do MST e discutir formação política, organicidade da juventude nos assentamentos e acampamentos do Movimento, bem como na articulação com a juventude da cidade (Militante do Setor de Gênero do MST, 34 anos, graduada em Pedagogia da Terra).

A criação dos coletivos fortaleceu a discussão sobre as relações de poder, a estrutura, a atuação e o controle dos movimentos sociais no que se refere às relações de gênero. Em consequência, essas questões passaram a ter fóruns específicos, como encontros, seminários.

Pensar os movimentos sociais como espaço de luta e resistência e o lugar que as mulheres ocupam neste espaço requer reflexão sobre o próprio sentido dos movimentos sociais. Uma questão colocada pelo reconhecido estudioso do tema, Alain Touraine, pode suscitar outras interrogações e elucidar aspectos importantes para análise: “podemos ainda falar em movimento social em sociedades que chamaríamos pós-industriais, às quais muitos observadores chamam sociedade da informação ou da comunicação?” (2006, p.17).

O próprio Touraine responde que “não há razão de dispensar o conceito de movimento social, recusando utilizá-lo em tipos de sociedade cada vez mais claramente separadas das sociedades industriais, as quais encontraram suas formas mais clássicas em diversos países nos séculos XIX e XX” (2006, p.17).

Como o autor, acredita-se que as grandes transformações ocorridas nas três últimas décadas do século XX interferem nas ações coletivas e que o uso de novas ferramentas de comunicação implica a possibilidade de criação de outros formatos de organização e de reinvenção de novas formas de protesto e de fazer política, transformando-se em um processo formativo que auxilia no acúmulo de capital político.

Existe um novo ciclo de mobilização, com uma renovação profunda do sentido das ações coletivas, e isso é visível na linguagem, nos símbolos, discursos, propostas, nas ações, nas ferramentas de comunicação e até mesmo nas novas estruturas (CALLE, 2007).

Essa nova estética pode ser observada nos movimentos coletivos tanto em nível local como global. Segundo Calle (2007) os movimentos sociais são construtores de novas culturas políticas e de socialização para seus ativistas. E, através das redes e campanhas internacionais, os movimentos globais estão tendo um papel importante na alteração do mundo de referência das pessoas quando propõem, por exemplo, um consumo alternativo ou uma linguagem não sexista.

Nessa mesma linha de pensamento outra estudiosa da temática, Ilse SCHERER-WARREN (2006), aponta indicativos desses novos desenhos de organização.

Os movimentos sociais nessa dinâmica criam um sistema de interação que permite uma articulação de um novo tipo, com estruturas rizomáticas capazes de criar contatos, formas de responder a determinadas demandas e encaminhar lutas comuns, que isoladas seriam quase impossíveis de realizar.

Mesmo com percursos diversos, as ações coletivas constroem suas marcas territorializantes, seguem linhas independentes; algumas propõem algo comum que extrapola as formas de estruturação clássicas, como o movimento feminista que se conecta internamente de maneira descentralizada. No caso dos movimentos sociais com estruturas mais rígidas, mais verticalizadas, com uma organização de formato mais tradicional, ao criar setores, comissões de mulheres, gênero, juventude, criam também possibilidade de reunir diferentes níveis da vida social, de ter uma função de autonomia que, segundo Guattari e Rolnik, seria “algo que se expressa num nível micropolítico - exatamente, o da produção de subjetividade” (1996, p. 55).

Movimentos Sociais como o Feminista e de Mulheres buscam essa autonomia e, dessa forma, se constituem como movimentos sociais que (...) representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas não como força-tarefa, de ordem numérica, mas como campo de atividades e de experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais” (GOHN, 2004, p. 13-14).

Contudo, é importante ressaltar que, ao ser pólo de resistência, os movimentos correm o risco de, ao fazer uma política de conjunto, em grande escala, serializarem seus militantes, modelizarem suas falas, suas ações, sobreporem-se às individualidades, desconhecem as singularidades e expressarem um discurso unificador para todos os gêneros, gerações, etnias, orientações sexuais, nacionalidades.

A criação dos setores de gênero e juventude pode vir a ser uma forma das mulheres jovens escaparem da serialização. A rede pode ser também um espaço propício para articular novas formas de organização, pois cria possibilidades de abertura para articulação de saberes e partilha de interesses e informações. A rede faz conexão sem obedecer a uma ordem, mas conecta-se por aliança e não por hierarquia. As redes aglutinam um maior número de movimentos e pessoas.

Os movimentos em rede aprendem uma nova linguagem, uma outra forma de comunicar-se, criam canais de interação, expandem vínculos sociais.

Mesmo reconhecendo os riscos potenciais é inegável que as práticas sociais coletivas tomaram outra dimensão com o uso de um computador interligado à rede, pois essa possibilidade cria relações de proximidade com outros movimentos e de comunicação com o mundo. Essa comunicação, em princípio, sem limites ou barreiras, questiona as noções de representação e as relações no interior dos movimentos, uma vez que os militantes em rede podem intervir, fazer novas composições. Nas redes os movimentos sociais podem formar ou participar de outras redes e, em forma rizomática, se entrelaçar com outros movimentos e outras questões como gênero, juventude, meio ambiente.

Os movimentos de mulheres rurais têm conseguido manter essa teia de comunicação quando integram fóruns e redes regionais, nacionais e internacionais, ampliando informação e contatos entre as mulheres, grupos e outros movimentos.

A participação das mulheres jovens no MST, especialmente no setor de gênero e juventude, tem possibilitado experimentar novos desafios e práticas. Sobre o lugar das mulheres no MST, uma militante comenta:

estamos em um estágio muito bonito na minha concepção, de nos reconhecermos com a identidade de Mulheres Sem Terra, participantes de um projeto político e nos reconhecemos como construtoras desse processo. A coletividade e a mística têm nos fortalecido para esse momento tão importante como mulheres dentro do MST, não importando a idade e o local da nossa atuação. Nesse sentido, aonde quer que estejamos, somos mulheres do MST (Militante do Setor de Gênero do MST, 34 anos, graduada em Pedagogia da Terra).

Ao se inserir no movimento, em ações coletivas, em geral as mulheres passam a se reconhecer como detentoras de direitos, e essa nova postura desencadeia um início de ruptura com alguns comportamentos e valores do modelo familiar tradicional pautado na reprodução patriarcal. Nas últimas três décadas, as conquistas e mudanças

influenciaram diretamente a redefinição do papel das mulheres no assentamento, nas famílias.

Sobre as mudanças nas relações de gênero uma camponesa comenta:

hoje tá diferente, de primeiro tinha até aquela história que dizia assim, ‘a mulher só manda da cumeeira pra cozinha’ e ‘o homem só manda da cumeeira pra sala’. A mulher mandava pra cozinha e o homem mandava pra sala, mulher não tinha direito de falar, nem alguma coisa que o marido fosse fazer a mulher não tinha o direito de dizer nada e hoje se o marido vai fazer um negócio ela pode dizer meu filho, será que vai dá certo? e ele pode perguntar assim, o João pergunta assim, oh minha filha, será que esse negócio vai dá certo eh, mas nesse tempo não, não podia dá pitaco [sic] (Mulher adulta do Assentamento Nova Canaã, 56 anos).

Essa fala retrata o processo de mudança que atinge desde as mulheres mais velhas, que reconhecem a importância das transformações que inicia com um ‘pitaco’, mas que vai além quando desencadeia o processo de construção de novas referências e interfere diretamente na sociabilidade das jovens. Neste sentido, pode-se dizer que há um avanço na participação das mulheres no público e privado, mas permanecem condições objetivas que dificultam o acesso de determinados segmentos como mulheres e jovens às políticas públicas.

Para as mulheres militantes do MST houve todo um processo que inicia com a inserção da temática de gênero nos encontros, cursos, e que suscitam outras discussões, como diferença e desigualdade, direitos humanos. O debate é seguido da luta das mulheres militantes pela equidade de gênero na própria estrutura do Movimento.

É possível perceber que a problemática de gênero colocada pelo movimento feminista trouxe questões às quais os movimentos sociais e as instituições mais tradicionais não puderam escapar. E, dessa forma, o lugar das mulheres foi deixando de ter demarcações tão rígidas.

Segundo Louro, “para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade, importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos” (1997, p. 21).

Os movimentos sociais, ao criarem em sua estrutura um coletivo, um setor de gênero, ou desenvolver ações sobre gênero, estão também constituindo dispositivos de articulação de uma nova forma de agir. É importante ressaltar que a criação de um setor, de uma comissão de gênero não significa necessariamente mudanças de práticas sociais, contudo, não se pode deixar de reconhecer que esses coletivos são dispositivos que possibilitam criar aberturas para estabelecer diálogos sobre o lugar das mulheres nos movimentos sociais e no campo político de forma geral.

Os movimentos sociais também são atravessados pelas relações de gênero, étnicas e de geração, por isso, ao lutar por direitos sociais, terra, contra a opressão e as desigualdades sociais, podem reproduzir no seu agir político formas de dominação como, por exemplo, as discriminações de gênero. Ao mesmo tempo, os movimentos têm sempre um certo grau de liberdade, uma fresta de ar que possibilita repensar suas práticas. É nessas pequenas aberturas que surgem as lideranças de mulheres jovens. Em alguns movimentos isso é menos expressivo, em outros vem crescendo o número de mulheres ocupando cargos de direção e/ou em posição de liderança. É importante registrar que elas estão presentes em todos os espaços, em todos os movimentos.

Nos movimentos sociais em que predominam homens, há dificuldades de participação das mulheres e isso se agrava quando elas são jovens. A diferença de gênero e geração no interior dos movimentos define padrões de comportamento, reforça as relações de poder e cristaliza os valores e as hierarquias sociais.

Os padrões de comportamento e atitudes são vividos por diferentes gerações. Para Mannheim (1990), o tempo das gerações não pode ser dissociado do seu sentido histórico e social, uma vez que a geração é essencialmente cultural e histórica. É importante enfatizar que toda e qualquer geração não é homogênea, mas se difere pelo gênero, pela classe (Debert, 1994).

As mulheres sempre dentro do MST têm mais dificuldade de participação. Elas são cobradas bem mais pelas suas famílias e pelo conjunto da organização. Ainda há uma exigência muito para participar no MST quando se é mulher. E aqui podemos analisar vários fatores: a disponibilidade de tempo para o trabalho e

percebemos que cada vez mais esse perfil se enquadra para mulheres jovens e solteiras. As mulheres com filhos e ou assentadas, por exemplo, há uma dificuldade maior para se encaixar nesse perfil. (...) Há uma cobrança por parte do MST de que as mulheres têm que ser muito boas para estarem nas instâncias nacionais, por exemplo. Mas essa exigência não é a mesma para os homens. Sempre somos cobradas mais para fazermos sempre o melhor. Há um medo instaurado entre nós da fala e da escrita que precisa ser rompido [sic] (Militante do Setor de Gênero do MST, 34 anos, graduada em Pedagogia da Terra).

Nesse sentido as mulheres jovens experimentam nos movimentos duas formas de cobranças, ou seja, pelo gênero e pela geração, que são representadas através dos discursos, imagens, legislação, saberes, valores e práticas cotidianas. Este conjunto de investimentos sociais constroi os discursos e os corpos, penetra os mais diversos espaços e chega aos indivíduos que muitas vezes aceitam e incorporam uma imagem que lhes é oferecida.

As mulheres jovens no MST e no Assentamento Nova Canaã

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações no qual vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.323).

Os territórios das mulheres adultas do assentamento, em geral, estão em conformidade com a cultura das sociedades camponesas em que o sistema de autoridade é centrado no homem, no pai e “as mulheres devem aprender a ajustar seus desejos aos desejos prioritários de seus maridos” (WOLF, 1976, p. 97). As mulheres jovens, entretanto, estão se desterritorializando, construindo outros projetos, se opondo às representações e comportamentos prefixados que determinam o papel e lugar das mulheres no campo.

No assentamento as mulheres jovens estão presentes na casa; a quase totalidade realiza atividades domésticas e cuida de animais

pequenos. Elas estão na escola, na organização dos eventos culturais, religiosos e políticos. No trabalho, as jovens desenvolvem esporadicamente atividades na roça, no período da colheita, por exemplo. Há uma forte tendência das mulheres desenvolverem atividades produtivas não agrícolas.

O acesso à educação e à participação política é impulsionador na mudança de comportamento das mulheres jovens. Nesse sentido as jovens no MST, no assentamento, nos seus percursos, vão pontilhando suas linhas, marcando seus espaços. Aqui espaço tem o sentido de *lugar praticado, cruzamento de móveis* (CERTEAU, 1999). As jovens vão cruzando nas suas linhas o grupo, o despertar para vida.

Os novos espaços que as jovens vão mapeando têm viabilizado a comunicação com outros jovens, outros grupos, e a partir desses contatos vão desenvolvendo teias de relações, redes de discussões, lugar para compartilhar experiências, conhecimentos, emoções, sensações.

O MST é um dos espaços das jovens dos assentamentos, representa o lugar da política, de sociabilidade, de expressão cultural. O Movimento proporciona às jovens sua participação em eventos, deslocamentos para outros lugares, cursos, comemorações. O crescimento do número de jovens e mulheres no MST é visível na composição da direção nacional, nas marchas, no Congresso, em Seminários para discussão de políticas específicas para mulheres e juventude. No Ceará a presença das mulheres jovens inicia nas denominadas brigadas, que são grupos de famílias dos assentamentos e se estende à direção estadual e os setores e coletivos que formam sua organização.

O MST, durante esses vinte cinco anos, tem colocado em pauta questões importantes além da reforma agrária, tem trazido discussões e ações práticas de alguns temas importantes como, por exemplo, as relações de gênero, a questão ecológica, valores culturais e juventude.

Os estudos sobre gênero no interior do MST iniciaram no setor de formação. Em seguida estenderam-se para o setor da educação, da produção, da comunicação através de reuniões, encontros para discussão da temática e também na representação, ou seja, sempre têm o mesmo número de homens e mulheres nas comissões. A importância das discussões de gênero para o Movimento é fundamentada no objetivo de “elevar o nível de participação das mulheres na luta

pela terra, pela reforma agrária e na construção de uma nova sociedade, além de construir novos valores no cotidiano (família, militância, direções)”.

A luta inicial das mulheres ocorre em 1995 e foi por direito ao acesso a terra. Em seguida, surgiu a necessidade das próprias mulheres de discutirem no interior do MST o reconhecimento do seu trabalho produtivo. Nesse mesmo período, o movimento discute sua organicidade e a importância da participação dos sujeitos políticos do MST. É nesse contexto que surge o grito de ordem: *sem a participação igualitária das mulheres, a luta vai pela metade*. Em 1999, após amplas discussões em reuniões, encontros de militantes, o MST criou as linhas políticas sobre classe e gênero, nas quais são priorizadas a participação e a organização das mulheres na produção e na política.

Desse período pra cá, a participação das mulheres nas instâncias de decisão do MST cresceu muito. Assim como cresce também, a partir desse período, a divisão sexual das tarefas. Por exemplo, as mulheres atuam nos setores “ditos femininos” como educação, saúde e gênero e os homens atuam na produção e frente de massa. A atuação do setor de gênero para romper com esse desafio passa a ser a formação das mulheres nesses diferentes setores (Militante do Setor de Gênero do MST, 34 anos, graduada em Pedagogia da Terra).

As linhas políticas sobre classe e gênero, elaboradas pelo MST, tomam como princípios básicos a vinculação de gênero a questões de discriminação das mulheres e a inter-relação entre a transformação da sociedade e as transformações das relações entre mulheres e homens. A partir desses princípios o MST direciona como prioridade a participação das mulheres em dois setores estratégicos: produção e campo político (SALES, 2004).

As linhas políticas de gênero e classe do MST foram transformadas em ações quando foi implantado um sistema de equidade de gênero em todas as instâncias de decisão, a inclusão da discussão de gênero em todas as atividades de formação e foram criados coletivos de gênero nos diversos níveis organizacionais. A partir de então as mulheres militantes e as não militantes são estimuladas a ter mais participação no interior do Movimento, principalmente em setores

que sempre foram do domínio masculino, como o de produção. É importante enfatizar, todavia, que essa participação não é homogênea. Há diferenças regionais, culturais, geracionais e há também questões específicas de cada assentamento, cada grupo.

A estruturação do setor de gênero do MST, tanto em nível nacional como nos estados, deram mais visibilidade à participação das mulheres e incentivaram o envolvimento das mulheres no processo de aquisição da terra, nos projetos de custeio e de investimento da terra, no planejamento, administração e execução da produção, e, no campo político, na inserção nos espaços de formação política, nas ocupações de terra, nos núcleos de base.

Essas iniciativas foram propositivas, mas não eliminam as desigualdades de gênero tanto no interior do Movimento como nos assentamentos e acampamentos. No cotidiano dos assentamentos e das militantes as dificuldades em modificar as relações de dominação permanecem.

Outras questões surgem a partir das necessidades das mulheres - quando elas percebem que seu lugar não se restringe a casa e que o trabalho doméstico não faz parte da ordem natural das coisas, e, portanto, necessitam lutar pelo reconhecimento social da sua condição de trabalhadoras rurais. Esse debate político se expande, a organização das mulheres se fortalece e elas ocupam os diversos setores, além de criar o setor de gênero. A partir desse momento elaboram propostas de equidade de gênero.

A atuação do setor de gênero para romper com esse desafio passa a ser a formação das mulheres nesses diferentes setores. A decisão do MST de implementar a linha política de se ter um homem e uma mulher como coordenadores dos núcleos de base é fundamental para o passo seguinte quando o setor de gênero propõe para a Direção Nacional que sua representação seja de 50% de homens e 50% de mulheres. A avaliação que fizemos na época foi de que essa decisão fosse tomada não só pelo número de 50% mas porque, acima de tudo, tínhamos mulheres preparadas nos diferentes setores e instâncias do MST que poderiam assumir essa tarefa de condução do Movimento (Militante do Setor de Gênero do MST, 34 anos, graduada em Pedagogia da Terra).

A conquista da paridade em todas as instâncias de representação reduz assimetrias entre militantes homens e mulheres, reflete

uma mudança na cultura política. A inserção das mulheres no campo político possibilita a subversão de padrões masculinos e produz novos significados (COSTA, 2001, p. 215).

As mulheres militantes do MST vão consolidando sua presença, criando espaços, eventos políticos, organizam a Ciranda Infantil. A inclusão do dia 8 de março na agenda política do Movimento, a mobilização de mil e quinhentas mulheres rurais de todo o Brasil para o acampamento em Brasília organizado pela Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais - ANMTR em 2000, a ocupação da empresa Aracruz celulose em 2006 evidenciam a capacidade de mobilização das mulheres militantes e uma demarcação de espaço, no uso de táticas do seu agir político.

Durante a pesquisa sobre gênero e juventude nos movimentos sociais, foi realizada entrevista com as militantes sobre o que mobiliza o ativismo político, ou a militância política. Elas responderam que são situações cotidianas que mexem diretamente com a vida, o intolerável que atravessa a sociedade e se concretiza na experiência da exclusão, da exploração, da opressão, da divisão, do preconceito, da discriminação, da injustiça, da desigualdade social, como disseram as próprias entrevistadas e em especial a militante do MST.

O MST me deu dignidade. Me fez dá um sentido a minha vida com valores humanistas que a sociedade tem perdido cada vez mais. Também é uma forma de compromisso com todas as mulheres que deram sua vida porque acreditaram na transformação social [sic] (Militante do Setor de Gênero do MST, 34 anos, graduada em Pedagogia da Terra).

Os movimentos sociais representam, para as ativistas, espaços de construção de desejos, de recusa à exclusão, desigualdades, espaço onde conseguem expandir-se, podem agir, lutar e produzir realidades novas, modos de relação consigo e com o outro e de sentir-se parte da transformação social.

As várias dimensões de ser militante não diluem os dispositivos que podem ser instaurados para produzir condições de vida coletiva que coincidam com os desejos de mudança que mobiliza a luta política. A prática política das militantes transborda até o mais longínquo assentamento e se mistura a outras táticas produzidas por mulheres assentadas.

Na pesquisa com mulheres jovens no assentamento Nova Canaã, durante a realização de um grupo focal, elas perceberam e retrataram como as desigualdades entre gêneros aparecem na própria educação na família; através da discussão sobre as relações entre gênero e geração, elas sempre estabelecem a relação entre os papéis de gênero. Observam que gênero e classe são formas constitutivas de dominação. Que as desigualdades de classe levam à segregação deixando homens, mulheres, jovens, adultos e crianças fora da escola, e lhes é negado o lazer, a terra e as condições de nela sobreviver. Essa segregação as impele a buscar outras formas de relações com a sociedade, a recriar formas de comunicação, a estabelecer outras relações com o trabalho, com a política, a inventar alternativas de lazer. É nesse processo de criação e recriação da vida cotidiana que as jovens podem desenvolver formas criativas de relações e vinculações com a sociedade (SALES, 2006).

Ao falar sobre o lugar das mulheres no assentamento, seus espaços, seus territórios, as próprias jovens comentam durante o grupo focal: “no grupo de jovens, lá é um incentivo de tá se reunindo é... poder se encontrar pra se comunicar e desenvolver tarefas que pudesse vir ajudar, não só ao assentamento, mas aos companheiros todos, como um todo” [sic] (Jovem do Assentamento Nova Canaã, 15 anos, 1° ano do Ensino Médio). “No grupo... várias vezes discutimos sobre os problemas do assentamento, sobre algum evento que os jovens querem realizar” (Jovem do Assentamento Nova Canaã, 17 anos, 3° ano do Ensino Médio). “Aqui no assentamento. A gente se sente muito bem né, que aqui a gente conhece muito as pessoas daqui, conhece os lugares que a gente anda a gente sabe como é o movimento” [sic] (Jovem do Assentamento Nova Canaã, 16 anos, 3° ano do Ensino Médio). “No futebol, tem é, na igreja também” [sic] (Jovem do Assentamento Nova Canaã, 15 anos, 1° ano do Ensino Médio).

Durante as entrevistas e no grupo focal as jovens falam sobre a vida no assentamento, suas atividades e seus projetos.

No começo, quando eu cheguei aqui, quando eu não vi muitas oportunidades, eu pensei em sair, pensei em ir pra cidade, mas isso é uma coisa que não tem mais na minha cabeça. Eu não penso mais de jeito nenhum. Porque lá não tem mais vantagem não. Eu

tenho que continuar é aqui no trabalho que eu tô fazendo. E se der tudo certo eu vou continuar [sic] (Entrevista com a Jovem do Assentamento Nova Canaã, 21 anos, professora da escola local).

“A gente teve no início a organização da quadrilha e agora a organização do projeto da colônia de férias” [sic] (Grupo focal - Jovem do Assentamento Nova Canaã, 15 anos, 1° ano do Ensino Médio). “Também a gente formou um coral na igreja aí pra comunidade” [sic]. (Grupo focal - Jovem do Assentamento Nova Canaã, 15 anos, 8ª série do Ensino Fundamental). “É, a gente tá com um projeto de uma padaria. Tá esperando chegar esse projeto” [sic] (Grupo focal - Jovem do Assentamento Nova Canaã, 17 anos, 3° ano do Ensino Médio).

Essa busca de espaços, de passagem, suscita questões fundamentais sobre a vida no campo, sobre as ações coletivas. No caso das jovens, percebe-se que o grupo, as ações coletivas mobilizam e motivam resistência. Nas falas das entrevistadas pode ser vista a luta pelo direito à vida, ao lazer, ao trabalho, quando através do coletivo conseguem criar aberturas, contatos, articulações, reconhecimento, o que seria quase impossível realizar sozinhas.

Considerações finais

A inclusão da temática gênero e juventude na agenda pública e nos movimentos sociais tem sido determinante para o desenvolvimento de políticas e ações com foco nos jovens e nas mulheres. Contudo, essa visão universalizante de mulher e juventude deixa de fora grupos importantes e participativos, como as mulheres jovens do campo.

No MST, como em outros movimentos, os grupos de mulheres e de jovens são constituídos por grupos minoritários, mas isso não impede que no seu interior tenham subgrupos ainda mais minoritários, como é o caso das mulheres jovens, mulheres negras, mulheres lésbicas. Dessa forma, há sempre o risco desses pequenos grupos serem silenciados. A criação de setores de mulheres e jovens nos movimentos é importante, mas não resolve as desigualdades. A vontade de autonomia e emancipação não se realiza quando a atuação desses pequenos grupos, sua fala, sua capacidade de intervir se restringe àquele espaço e àquelas questões específicas. Essa situação se inver-

te quando os setores específicos e os movimentos criam um sistema de diálogo, quando as mulheres e jovens têm autonomia para tomar decisões, levantar bandeiras específicas de luta e os setores no interior dos movimentos funcionam em forma de rede, sem subordinação hierárquica, mas com liberdade para fazer e desfazer os nós.

O lugar das mulheres jovens no MST começa a ser aberto; sua presença é um diferencial. As militantes colocam que, mesmo com todas as dificuldades impostas, há um crescimento do número de mulheres trazendo questões como violência, oportunidade de trabalho, educação, discriminação e sexualidade. Essas questões no interior do MST possibilitam a ampliação de limites, questionam as estruturas de poder do movimento, os saberes constituídos e desenham novos espaços e áreas de atuação. É inegável reconhecer a participação da juventude e o crescimento do número de mulheres na direção do movimento no Estado do Ceará, uma vez que a participação das mulheres chega a 50%.

As mulheres jovens do assentamento estudado e do MST estão ampliando seus espaços e nessa busca desejam uma vida melhor. O direito à felicidade, à satisfação das necessidades faz parte dos sonhos e projetos das ativistas e assentadas.

Para ocupar os espaços, as jovens investigadas apontam o estudo como uma ponte que liga o pessoal ao coletivo. Através dos estudos elas podem ter formação e satisfação pessoal, o que ainda funciona como ferramenta de atuação nos movimentos sociais. Mesmo os sonhos pessoais fazem conexão com suas lutas. Como diz Deleuze (1997), nunca se deseja algo sozinho, o desejo é sempre em um conjunto, portanto estudar é algo que vem associado a outras questões, pois desejar tem o sentido de construção, de *construir um conjunto*.

Referências

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria V; PAPA, Fernanda de C. (org). *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez; Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert, 2003, p. 13-32.

ABRAMO, Helena. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*, n. 5. São Paulo: ANPED, 1997.

ARIÈS, Phillipe. *História social da criança e das famílias*. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BOURDIEU, Pierre. Conferência do prêmio Goffman: a dominação masculina revisitada. In: LINS, Daniel (org). *A dominação masculina revisitada*. Campinas/São Paulo: Papirus, 1998, p. 11-27.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 3. ed. Campinas/São Paulo: Papirus, 2001.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALLE, Angel. El estudio del impacto de los movimientos sociales. Una perspectiva global. In: *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. n.120, Madrid, 2007.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. v. I. In: *A Sociedade em Rede*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. Jovens andarilhos no curto ciclo do capital. In: *Revista OKARA*. Programa de Pós-Graduação em Geografia. v. 1, n. 1 João Pessoa: PPGG, 2007.

COSTA, Delaine M. Capacitação de líderes femininas: reflexões sobre a experiência do IBAM. In: *Revista Estudos Feministas*. v.9, n.1. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 2001. p. 231-224.

DEBERT, Guita Grin. Gênero e Envelhecimento. In: *Revista Estudos Feministas*. v.2, n.3. Rio de Janeiro, 1994.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *O que é Filosofia?* Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Munoz. Rio de Janeiro: 34, 1997.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. In: *Revista Estudos Feministas*. v. 12, n. 1, 2004, p. 47-71.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. In: *São Paulo em Perspectiva*. v.18, n. 2. São Paulo, abr-jun, 2004.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos autores*. Petrópolis: Vozes, 2004.

GROPPO, Luís Antônio. *Juventude: ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

HERNÁNDEZ, Carmen Osorio. *Movimentos de mulheres e políticas públicas para agricultura familiar: políticas para mulheres rurais ou com perspectiva de gênero*. Disponível em www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_format_pdf./67.pdf.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MANNHEIM, K. *Lê problème dès générations*. Paris: Nathan, 1990.

PAIS, José Machado. Jovens e cidadania. In: *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*. n.49, Lisboa: CIES-ISCTE, 2005.

SALES, Celecina de Maria Veras. *Criações Coletivas da Juventude no Campo Político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2006.

_____. Gênero e MST. In: AMARAL, Celia C. G. (org). *Teorias e Praxis dos enfoques de gênero*. Salvador: REDOR; Fortaleza: NEGIF-UFC, 2004, p. 101-116.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: *Revista Educação e Realidade*. v. 20, n.2, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. In: *Revista Sociedade e Estado*. v. 21, n.1, Brasília: Departamento de Sociologia da UNB, jan-abr, 2006.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. In: *Sociologias*. n.16, Porto Alegre, jul-dez, 2006.

SPOSITO, Marília. Trajetórias na construção de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria V; PAPA, Fernanda de C.(orgs.). *Políticas Públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez; Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert, 2003, p. 57-75.

TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos Movimentos Sociais. In: *Revista Sociedade e Estado*. v.21, n.1, Brasília: Departamento de Sociologia da UNB, jan-abr, 2006.

WOLF, Eric R. *Sociedades Camponesas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Ações educativas de uma ONG feminista em zona rural e mudanças no discurso local de jovens

*Hulda Stadler
Marcílio José da Silva*



Introdução

Esse trabalho teve como propósito analisar as mudanças no discurso e nas intervenções dos jovens assistidos por uma ONG - Feminista contra a violência de gênero (violência física e psicológica contra as mulheres, crianças e adolescentes) numa localidade considerada rural. Embora na maioria das vezes entenda-se violência como uma ação física ou comportamental, os sentidos atribuídos à violência que se pretendeu analisar na pesquisa incluem também concepções simbólicas. Para tal parte-se do princípio de que as atitudes de violência não estão representadas apenas no uso da força física como ocorre com frequência na violência doméstica, mas também nos processos de desigualdade que afetam as mulheres nos diferentes espaços sociais.

Os jovens observados e entrevistados residem na comunidade de Pirituba - PE e fazem parte do Projeto Educar, que constitui uma linha de ação do Centro das Mulheres de Vitória de Santo Antão - CMV. Respalhada por uma visão feminista, o CMV se dedica à formação política de jovens que residem na periferia do município de Vitória - PE. A presença contínua de Organizações Não Governamentais Feministas

no espaço rural faz com que o tema da violência de gênero adquira relevância fundamental com o objetivo de trabalhar a politização de jovens para intervir nas manifestações dessa violência. Contudo, os resultados foram lentos e desanimadores, na medida em que o número de jovens assistidos/as é pequeno, a maioria das denúncias não é mantida pelas vítimas, o baixo empoderamento para enfrentar as ocorrências com apoio do poder público local e a ausência de delegacia especializada, entre outros.

O principal objetivo da pesquisa foi avaliar o quanto a presença educativa de uma ONG Feminista traz alteração na conduta de violência de gênero e de atitude e discurso para com ela na nova geração da comunidade local.

Violência de gênero é um fenômeno que ocorre em todas as sociedades humanas e de maneira geral é mais frequentemente cometida por homens contra mulheres. É um processo que deve ser entendido como consequência da organização civilizatória que centraliza na figura masculina e no modelo patriarcal o poder de determinar a conduta de outras categorias sociais (ELIAS, 1993). Ao mesmo tempo em que combatido por certos seguimentos sociais, recebe da sociedade mais ampla certa tolerância e legitimização (SAFFIOTI, 1994).

A violência de gênero, embora exercida majoritariamente por homens por estar associada ao exercício do domínio do homem sobre a mulher, também pode ser assumida por mulheres, entendendo-se que machismo e patriarcalismo são práticas discursivas também. Seus valores são introjetados no processo de socialização e, apesar da relação de dominação e violência, está ligada ao sistema simbólico de valores. Sua prática na grande maioria das vezes localiza o homem no exercício deste papel (SAFFIOTI, 1994).

A violência simbólica se constitui através da naturalização das relações de poder que estabelecem hierarquias, submissão e que podem culminar em processos de violência física. A violência simbólica é resultado de esquemas cognitivos, de modelos culturais em que as pessoas aprendem certos padrões de comportamento e os reproduzem como normais. São relações pautadas na hierarquia, se instalam nas práticas sociais e nas relações afetivas. Um aspecto ausente na violência simbólica é o uso da força e da imposição (BOURDIEU apud

SAFFIOTTI, 2006), portanto, mais difícil de abordar. O uso dos discursos tem um pouco a função de auxiliar nessa observação.

No âmbito da violência simbólica, a dominação está vinculada à reprodução social de padrões comportamentais que confirmam desigualdades existentes na sociedade. Por exemplo, diferenças salariais entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo em favor dos homens. A desigualdade de gênero e muitas outras (étnica, racial, classe) são legitimadas por construções valorativas simbólicas. Esse fato pode ser observado no trabalho de instituições internacionais que incluem a categoria de gênero como temática importante para pensar as questões de desenvolvimento.

Para aferir o grau de desenvolvimento humano sustentável de uma sociedade, o PNUD elaborou o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. O IDH é um indicador elaborado pelo PNUD para medir o nível de desenvolvimento de uma sociedade onde são levados em consideração o Produto Interno Bruto - PIB, ou seja, o somatório de riquezas produzidas pelo país, mais os critérios de longevidade e educação, considerados como dimensões essenciais da vida humana. Em 1998 o PNUD lançou o primeiro Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, fornecendo à sociedade uma ferramenta inovadora para desenhar e programar Políticas Públicas, ajudando a identificar as regiões, localidades e grupos que possuem o menor IDH. O índice tem importância no contexto por categorizar as mulheres nordestinas (especialmente as negras e as de zona rural) como tendo um dos índices mais baixos de desenvolvimento (PNUD, 2002). Esse certamente pode ser um indicativo da violência de gênero, o menor acesso das mulheres ao poder e desenvolvimento.

Gênero pode ser entendido como estudos de relações de poder entre homens e mulheres (SCOTT, 1996). É um ponto a partir do qual é possível compreender, por exemplo, o sexo das estruturas de poder em que se organizam os sistemas políticos de várias sociedades. Os sistemas políticos de diferentes sociedades legitimam e concentram na figura masculina os espaços de liderança e comando das nações. É a forma principal de representação do poder na maioria das sociedades ocidentais e, portanto, tem um forte teor simbólico.

Esse processo faz sentido na medida em que é compreendido como meio de consolidação do poder e de controle da dinâmica social

(SCOTT, 1996). Nesse sentido, a cultura de muitas sociedades no ocidente organizou papéis e grupos sociais cujas relações entre si estão marcadas por processos de violência simbólica que podem ser observadas nas desigualdades de classe, de raça e gênero, além de outros. O somatório de questões de gênero a questões de classe (pobreza mais objetivamente) acentua a violência simbólica pelo domínio do conhecimento e do mundo público.

A pobreza gera condições concretas para as manifestações de violência nos seus diferentes níveis. Sugere-se que a ação educativa, com pedagogia feminista, em uma comunidade onde a violência em geral, respaldada por discursos reprodutivos do domínio de um sexo pelo outro, tem produzido alguns efeitos positivos na nova geração.

A Educação Formal, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN - indica como um dos objetivos gerais aplicados ao Ensino Fundamental a expectativa de que os alunos sejam capazes de compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, adotando no dia a dia atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o próximo e exigindo para si o mesmo respeito. Outro objetivo diz respeito à capacidade do jovem em conhecer e valorizar a diversidade sociocultural do país, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (PCN, 1997).

Nesse sentido, caberia pensar que os interesses da Educação Formal, estando ligados à cidadania, igualdade entre as pessoas e o respeito à diferença, caminham na direção de combater a violência simbólica constatada nas assimetrias sociais mais amplas e particularmente na questão de gênero. Entretanto, cabe refletir também o trabalho de outras organizações (ONGs) que atuam no âmbito da sociedade civil e têm como princípios desenvolver trabalhos voltados para melhorar as condições de vida das camadas populares vulneráveis aos processos de exclusão.

As ONGs são organizações que assumem projeção na sociedade em 1980, num período de transição política, de ascensão do regime democrático, em que a participação e os direitos de cidadania assumem lugar de destaque na nova conjuntura social, produzindo

mudanças em vários setores da sociedade (BUARQUE, 2001). As ONGs, consideradas como integrantes do terceiro setor da Sociedade Civil Organizada, diferente dos dois outros setores considerados como relevantes (o Estado e o Mercado), têm aparecido no cenário nacional nas últimas décadas do século XX, movidas por mudanças importantes nas esferas da política e da economia nacional e até mundial. Um importante aspecto a ser destacado é que essas organizações possuem como objetivo principal atuar na transformação de aspectos negativos da realidade social, como a exclusão e a desigualdade entre grupos e camadas sociais. Desse modo, a discussão desse ponto no texto trata de questões ligadas ao surgimento das ONGs, abordando também uma reflexão sobre a relação entre essas organizações e as práticas educativas do CMV junto aos jovens (SCHERER-WARREN, 1993).

As ONGs trabalham em contato direto com as carências vividas pelas comunidades em contextos populares. Essas carências são refletidas pela falta de emprego, educação, condições dignas de moradia. São privações estampadas no cotidiano de comunidades periféricas e fatores que facilitam a violência não apenas ligadas a gênero, mas de outras modalidades. Em relação ao CMV, suas atividades estiveram ligadas a métodos educativos como cursos, oficinas, capacitações com temáticas ligadas às necessidades da comunidade como geração de renda, direitos, cidadania, prevenção e doenças, entre outras. Entre esses temas, o que particularmente interessa a pesquisa é o dedicado à formação política sobre direitos, deveres, discriminação sobre a questão de gênero.

As reflexões estão focadas em entender a compreensão dos jovens da comunidade de Pirituba sobre as relações de gênero, sobretudo sobre o papel da mulher e, a partir daí, analisar se esse discurso surge como uma forma crítica de leitura sobre gênero ou, ao contrário, reproduz um ponto de vista conservador ao reforçar a violência simbólica que pode se fazer muito presente no discurso de uma nova geração.

O Centro das Mulheres de Vitória de Santo Antão e o Projeto Educar

Em relação ao CMV, as atividades se iniciaram em 1988, com a criação do **Instituto Margarida Alves** que funcionava dentro do Sindicato dos

Trabalhadores Rurais, com o objetivo de tratar das questões ligadas à saúde da mulher e à violência de gênero. A principal motivação era atender as mulheres que sofriam de problemas ginecológicos, tinham dupla jornada de trabalho, bem como eram vítimas de violência física, moral e psicológica, tendo os próprios parceiros como agressores (SANTOS, 2006).

O CMV teve como primeiras fundadoras mulheres que trabalhavam como secretárias no sindicato. No dia a dia escutavam depoimentos de mulheres que tinham problemas ginecológicos, uma quantidade enorme de filhos sem nenhum acompanhamento médico. As agressões que sofriam iam desde manter as esposas em cárcere privado, até o espancamento físico, além de agressões psicológicas e morais.

A partir dessas observações assistemáticas, foi percebida a necessidade de o sindicato tomar iniciativa. Então, foi criado o **Instituto Margarida Alves**, o qual promovia encontros mensais com as mulheres. Esses encontros aconteciam no último domingo de cada mês e lá as mulheres conversavam sobre diversos assuntos, trocavam experiências, faziam um almoço coletivo e paulatinamente se organizavam em combate à Violência Doméstica. Nos encontros compareciam cerca de duzentas mulheres dos 47 engenhos da Zona da Mata.

Também eram promovidas palestras, alguns médicos do Hospital da Cidade eram convidados para conversar com as mulheres sobre saúde, doenças sexualmente transmissíveis e outros temas, como medicina homeopática, recomendando ervas para chá e doenças, como capim santo e anador. As mulheres plantavam em casa criando farmácias caseiras através da transmissão do saber popular sobre ervas medicinais (SANTOS, 2006). O instituto funcionou durante três anos dentro do sindicato, até que foi percebida a necessidade de procurar uma sede para uma nova instalação fora dele.

Nesse momento buscou-se apoio de outras organizações na Zona da Mata que trabalhavam com a questão da mulher e no dia 07/03/1988 foi realizada a fundação através de uma assembleia com três mil e quinhentas pessoas. Compareceram o Centro das Mulheres do Cabo, a Associação das Mulheres de Carpina, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco - FETAPE - e Madalena Arraes, representando uma figura feminina pública ligada à gestão do

Governo do Estado, na época envolvida com as questões de gênero. Durante o evento foi realizada a leitura da proposta do estatuto, esclarecendo os objetivos e a missão da organização na sociedade da carta do município (SANTOS, 2006).

Com relação às ações desenvolvidas pelo CMV, nos primeiros seis meses de fundação já tinha mil sócias inscritas; as obras receberam financiamento da Legião Brasileira de Assistência - LBA e outro espaço foi alugado - uma casa ao lado do sindicato. Nesse período também houve assessoria do SOS-Corpo, uma organização feminista que deu apoio nas áreas de gestão, cursos sobre feminismo, políticas públicas, saúde, cidadania, direitos reprodutivos e outros temas. O primeiro projeto que acontece pelo Centro recebeu financiamento do SESI-Salvador, onde foi montado um programa de rádio que atingia não só Vitória, como vários municípios vizinhos.

O programa era transmitido em Vitória e Limoeiro, ia ao ar todos os dias às 7 horas da manhã e informava sobre saúde, gênero, direitos trabalhistas, etc. Funcionou durante 12 anos. Durante o período de funcionamento, médicos que trabalhavam no hospital da cidade eram convidados para falar sobre saúde, prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis -DSTs/AIDS -, entre outros temas. Pela rádio também eram feitas denúncias sobre casos de violência contra a mulher. Em 1993 o CMV tinha seis mil sócias e dispunha de pouco financiamento e recursos humanos. Não havia verba para promover os cursos e as pessoas foram ficando desestimuladas. Nesse período, a OKSFA - uma entidade de cooperação alemã - chegou para fazer uma avaliação institucional do CMV e enviaram um sociólogo para fazer essa avaliação.

Depois da avaliação, em 1995, uma entidade ligada à Igreja Católica e ao Governo Holandês - CORDEIDE, através de um convênio, forneceu apoio financeiro ajudando a informatizar o CMV e financiando cursos de capacitação como o projeto de promotoras legais, destacando a questão da violência contra a mulher; o curso de formação de mulheres da Zona da Mata; curso sobre políticas públicas para a juventude voltada para o empoderamento e a participação cidadã. Esses cursos aconteciam com jovens e adultos, incluindo homens e mulheres da comunidade e tinham duração de um mês. Esse apoio durou três anos (SANTOS, 2006).

Entre 97/98 o Programa de Desenvolvimento para Zona da Mata PROMATA fez parceria com o centro, financiando cursos e capacitações durante seis meses. O centro das mulheres trabalhou com trezentos e cinquenta pessoas, entre homens e mulheres, em Vitória; seiscentos e sessenta em Ipojuca; duzentos e dez em Glória do Goitá. Trabalhou também com educação para jovens e adultos EJA, com capacitações abordando gênero, sexualidade, direito e cidadania. Em 99/2000, com o apoio do Fundo de Amparo ao Trabalhador, FATE, foi disponibilizada uma verba federal para cursos e capacitações que atenderam a duas mil pessoas, jovens, homens e mulheres de Vitória, e municípios vizinhos com cursos sobre comercialização, produção, gestão, cabeleireiro e pintura. Esse trabalho durou quatro meses em função do tempo de financiamento (SANTOS, 2006).

Em 2003 uma organização internacional ligada à Igreja Austríaca firmou uma parceria para o financiamento das ações do CMV junto à comunidade. Os principais projetos que estão em funcionamento são: o Projeto de Trabalho para a Zona da Mata e o “Projeto Educar”, atuando junto às comunidades da periferia qualificando jovens, homens e mulheres que moram no campo e na cidade, com cursos de Formação Política com o intuito de tornar esses jovens multiplicadores das informações que receberam junto à localidade onde vivem, organizando mobilizações coletivas para discutir problemas comunitários, realizando palestras com material educativo, bem como iniciativas para geração de renda com apoio do Centro de Tecnologia Alternativa - CERTA. Esses jovens recebem acompanhamento do centro através de treinamentos e o fornecimento de materiais de apoio (SANTOS, 2006). Outra linha de ação é o “Gênero, Cidadania e Políticas Públicas”, composta de uma parceria com a rede estadual de ensino para a realização de seminários e cursos semestrais sobre gênero, prevenção a DSTs e formação política nas escolas de Vitória. Os cursos são semestrais e deles participam alunos e professores. As escolas são atendidas todo semestre permitindo o acompanhamento e o diálogo. A motivação para a parceria foi a necessidade de combater a evasão escolar de adolescentes do sexo feminino com gravidez indesejada, bem como o número de abortos identificados pelos funcionários que trabalham na limpeza da escola e técnicos.

A metodologia educativa utilizada pelo CMV, como em setores do Movimento Social (instituições feministas, defesa étnica, organizações populares), se identifica com a categoria de educação social ou Educação Não Formal, como é entendida por muitos pesquisadores na atualidade (GOHN, 2006).

A Educação Não Formal constitui um processo de aprendizagem com várias dimensões: aprendizagem política dos direitos individuais enquanto cidadão, capacitação para o trabalho por meio da aprendizagem de habilidades e potencialidades, capacitação para organização das pessoas em torno de objetivos comunitários focados na resolução de problemas coletivos, educação para uma leitura crítica sobre o mundo. Discutir Educação Não Formal demanda uma comparação imediata com os conceitos de Educação Formal e informal. Desse modo torna-se necessário descrever alguns aspectos que estabelecem diferenças em relação a esses conceitos (GOHN, 2006).

A Educação Formal é a desenvolvida pela Rede Oficial de Ensino Público ou Privado. Possui conteúdos demarcados, sendo realizada por Instituições que se apoiam nos parâmetros definidos pelo Estado com relação à sociedade. A Educação Informal é definida como aquela na qual o indivíduo aprende no processo de socialização, no contato com grupos de bairro, amigos, família, clube; é um processo carregado de valores e culturas próprias de pertencimento e sentimentos herdados. Na Educação Não Formal seus objetivos são construídos no processo interativo e os princípios de igualdade e justiça social são tidos como base. Os conteúdos são definidos a partir das necessidades grupais e, portanto, locais. Na Educação Formal os objetivos são relativos a conteúdos historicamente sistematizados, normatizados por lei e voltados para desenvolver competências e habilidades específicas.

A Educação Não Formal constitui uma perspectiva de trabalho que muitas ONGs têm adotado na assessoria de camadas populares. Tomou-se então uma dessas experiências educativas do CMV como parâmetro de escolha dos(as) jovens a serem trabalhados. O Projeto Educar recebeu atenção específica na pesquisa por possuir andamento de quatro anos junto à comunidade da periferia de Vitória, chamada de Pirituba.

O Projeto Educar representa uma das principais linhas de trabalho do CMV que foi definida num convênio internacional com uma

Igreja Austríaca em 2003. A finalidade do projeto é promover cursos de formação política abordando jovens de ambos os sexos na perspectiva de que se tornem multiplicadores dessas informações nas comunidades onde moram. Dentro da proposta do curso existem temáticas que ganham destaque devido à demanda local em violência de gênero e doméstica. Outra demanda são os conteúdos ligados às discussões históricas, envolvendo políticas públicas de saúde e políticas municipais, cidadania e da juventude. As temáticas de gênero e de raça buscam discutir e incentivar a participação dos jovens nos processos políticos em nível local, discutindo também as questões históricas sobre raça, etnia e discriminação.

Com relação aos cursos, conteúdos e temáticas do Projeto Educar, esses são distribuídos em três cursos com módulos específicos. O primeiro é Direito e Cidadania. Esse curso tem como objetivo formar e capacitar jovens sobre noções básicas de direito para que esses possam ser agentes repassadores nas comunidades informando, orientando e encaminhando as pessoas na defesa dos seus direitos de acordo com a lei. (CMV, 2005.1). Os módulos são divididos em quatro: Módulo I - Direito Constitucional, Módulo II - Direito Penal e Direito Processual, Módulo III - Direito Civil e Módulo IV - Direito do Trabalho e Direito Previdenciário.

O segundo curso tem como tema Políticas de Saúde, Gênero e Políticas da Juventude. Esse curso tem como finalidade favorecer a aquisição de conhecimentos para que os jovens se tornem multiplicadores do conteúdo trabalhado pelo projeto, ressaltar elementos das questões de gênero e das políticas públicas de saúde e trabalhar a proposta política com relação à juventude (CMV, 2005.2), o que, particularmente, interessa.

Essa proposta é subdividida em três módulos, sendo o Módulo I - Saúde Pública e Gênero, Módulo II - Políticas Públicas na Perspectiva da Juventude e Módulo III - Educação e Cidadania. O terceiro curso tem como título Participação e Movimento Político na Comunidade. Esse curso tem como objetivo promover a discussão entre os jovens de comunidades carentes sobre os compromissos do governo municipal e as necessidades do município, estimular uma percepção crítica sobre os problemas raciais por parte dos jovens refletindo o papel das

políticas públicas na resolução desses problemas (CMV, 2006). Os módulos são organizados em três: Módulo I - Educação e Saúde na Comunidade (necessidades e melhorias), Módulo II - Habitação e Segurança na Comunidade (necessidades e melhorias) e Módulo III - Etnicidade, Raça e Gênero (políticas públicas no combate à discriminação).

O grupo escolhido para entrevistas foi composto de 09 jovens residentes em Pirituba, os quais têm sido participantes do Projeto Educar e são acompanhados por 04 anos pelo CMV. Os critérios para seleção da amostra foram faixa etária, delimitando a idade entre 15 a 19 anos para os jovens que deram depoimento e estão envolvidos no projeto pelo tempo de existência do mesmo - 04 anos. Outro critério foi o sexo, sendo distribuídos entre 05 jovens do sexo masculino e 04 jovens do sexo feminino, todos com o mesmo tempo de vínculo com os trabalhos do CMV através de uma das principais linhas de ação da ONG que constitui o “Projeto Educar”. Entre as atividades promovidas estão a participação de audiências públicas, em mobilizações de caráter reivindicatório e político, a organização, o planejamento e a realização de palestras, cursos cujas temáticas centrais são gênero, discriminação, cidadania, políticas públicas e políticas da juventude em comunidades da periferia de Vitória. São atividades organizadas e realizadas pelos jovens com apoio do CMV.

A Comunidade de Pirituba: o local do estudo

Pirituba é uma comunidade situada na periferia do Município de Vitória. Segundo falas de moradores é considerada uma das comunidades com maior contingente de pessoas. As casas lembram uma arquitetura típica de favela: são estreitas, construídas com tijolo e cobertas de laje. Têm na cobertura outra residência sem reboco e que de um modo geral comporta o mesmo número de pessoas. Um pequeno número de casas é de madeira, são as residências que, segundo relatos, possuem o mesmo número de pessoas que vivem em condições precárias.¹

¹ Os dados referentes à situação das comunidades foram retirados de um relatório escrito por SOUZA (2005), citado na bibliografia.

As pessoas que vivem na comunidade possuem como meio de sobrevivência trabalhos temporários como ajudantes de pedreiro, ajudantes de carregamento no comércio e mecânicos de automóveis no caso dos homens, e de manicure, empregadas domésticas, babás e em alguns casos como vendedoras de cosméticos, no caso das mulheres. Na comunidade existe uma quantidade grande de crianças cuja maioria, segundo estimativa da creche instalada no local, possui entre 02 a 11anos. Na creche cerca de 40 crianças entre 02 a 05anos são atendidas, mas o número é bem superior de meninos e meninas distribuídos por toda comunidade (SOUZA, 2005).

Os problemas de Pirituba são inúmeros. Entre eles estão problemas estruturais e frequentes como falta de abastecimento de água e coleta de lixo. Os jovens adolescentes estudam na Escola Municipal que fica próxima da comunidade. Mas a escola também enfrenta muitas dificuldades, como falta de professores e infraestrutura. A comunidade enfrenta também conflitos provocados pela violência, a qual acontece de diferentes formas. O número de roubos e furtos envolvendo jovens de Pirituba tem aumentado nos últimos anos. Brigas em bares e casos de violência doméstica contra mulheres aparecem com muita frequência no relato de jovens que moram e vivem na área.

Na comunidade existe uma Associação de Moradores que mobiliza algumas ações tentando resolver alguns problemas da localidade como serviços fornecidos pela prefeitura do município que muitas vezes não funcionam e precisam de que as pessoas se organizem para tentar resolver o problema (SOUZA, 2005). A Associação foi fundada por um grupo de famílias de trabalhadores rurais ligado ao sindicato. Alguns desses são pais dos jovens que fazem parte do Projeto Educar. O fato de pais incentivarem os(as) jovens a participarem dos cursos é um bom indicativo de relações geracionais na formação de novas lideranças. Os membros da Associação são trabalhadores que vivem da agricultura familiar e alguns foram funcionários de usinas de cana de açúcar instaladas nas proximidades da região. Entre essas pessoas estão aquelas já envolvidas indiretamente com os trabalhos do CMV, tendo em vista se tratar de uma ONG que trabalha há anos na localidade junto às comunidades periféricas.

A perspectiva de análise do texto busca levantar reflexões sobre a compreensão dos jovens no tocante às relações de gênero, podendo

observar se o que está presente no discurso indica uma visão na qual o papel das mulheres está ligado à subordinação e ao espaço privado, como pressupostos das relações de poder e da violência ou, ao contrário, demonstra uma visão mais sensível e crítica sobre esses processos.

A fala dos(as) jovens de Pirituba

A fala de alguns jovens sobre o CMV aparece como referência a uma visão crítica sobre as questões de gênero e a violência que essas relações produzem.² Nos diferentes espaços sociais, como a própria comunidade, surge o questionamento entre as colegas que não frequentam a escola ou mesmo pararam de estudar e a consequência desse fato para o futuro da nova geração. É uma reflexão que informa sobre a perspectiva de estudo e a relação entre a violência e educação. O que significa dizer que a escolarização das pessoas, e particularmente das mulheres, pode contribuir para uma percepção mais igualitária sobre as identidades de gênero. Um aspecto importante para redução dos processos de violência a que se refere, pois perceber o outro como igual significa eliminar a possibilidade de conduzir a relação com base na hierarquia, na subordinação e na violência simbólica:

Se a gente prestar a atenção, as meninas e os meninos aqui de Pirituba não vão sempre à escola, acabam parando de estudar. Minha irmã começou a estudar no mesmo tempo que eu e parou ano passado, minha mãe não disse nada, acho isso muito errado. Ela vai acabar como a minha prima, se casando com 18 anos e não vai poder trabalhar e quando tiver problema com o marido não tem para onde ir. No Centro a gente fala muito sobre isso, é bom para todo mundo estudar, para as meninas mais ainda. É difícil porque a escola tem muitos problemas. Minha escola mesmo, já faz um ano que não tem professora de português, isso é falta de política na escola, porque o prefeito não coloca gente pra ensinar, se não tem faz concurso, e não é só aqui não, meu colega estuda no centro e é a mesma coisa e se a gente não reclamar eles vão empurrando com a barriga ai vai ficando assim [sic] (f).

² A fala de rapazes e moças está representada em itálico e com *f* - em caso feminino, e *m* - em caso masculino.

Outro aspecto importante em alguns depoimentos é observar uma visão crítica dos jovens sobre a temática da violência de gênero. As falas apresentam uma ligação entre os trabalhos do CMV e o interesse por continuar os estudos formais. O CMV trabalha não só conteúdos históricos, que ajudam os jovens a estabelecer uma relação com a situação atual no sentido de perceber que situações do cotidiano como os processos de violência e desigualdade não se dão de forma fortuita, e sim por razões sociais relevantes. Outro dado é a percepção sobre discriminação e a privação de direitos. É perceber através das falas a consciência de que a liberdade e a construção da cidadania se dão através da ação ativa das pessoas.

Esse aspecto confere relevância e estímulo para que jovens possam dar continuidade aos estudos tendo mais clareza sobre os diferentes acessos entre homens e mulheres e como a continuidade dos estudos pode minimizar esses processos de desigualdade. No espaço rural a escolaridade é um ponto que parece mais relevante, tendo em vista que a pouca educação política que homens e mulheres jovens recebem, seja da escola formal ou dos trabalhos da ONGs. A ausência de uma leitura crítica ou de acesso à informação pode agravar a violência simbólica observada pela desigualdade, pela distância entre homens e mulheres no mundo do trabalho e outros setores do cotidiano, como a participação efetiva na construção da ordem local.

Essa percepção crítica sobre o papel das questões de gênero nas políticas públicas e na ampliação de direitos aparece no depoimento dos jovens. É observado que os(as) jovens estabelecem relações entre o papel do ensino e da educação na redução das diferenças de gênero, as desigualdades no que refere aos direitos ligados ao trabalho, o que parece ser mais intenso na área rural. Uma observação relevante para dizer que os efeitos da violência simbólica se concretizam quando incorporados aos hábitos sociais de homens e mulheres. Na visão da jovem a educação pode ser um caminho para desconstruir esses valores.

No dia a dia, principalmente na escola, porque ali eu vejo como a gente pode aprender mais sobre os direitos, a gente conversa muito na matéria de História. Antigamente a mulher não votava, hoje já vota. Aqui no CMV eu fiz um curso sobre os direitos do trabalhador que não são respeitados. Na aula a gente

fala disso com o professor, porque aqui na zona rural, mesmo a maioria das pessoas que trabalham para outros não tem carteira assinada e com as mulheres às vezes é pior, porque na cana quem corta mais é o homem porque tem mais força. Então a mulher ainda é considerada como menor [sic] (f).

Nos depoimentos dos jovens, suas falas fazem referência a vários ambientes onde atuam como participantes a partir do que apreenderam no CMV: na escola formal, na Associação de Moradores, na Igreja. Os ambientes constituem locais onde eles podem ficar mais tempo juntos discutindo assuntos de interesse de todos. Chama a atenção o fato de que a Associação de Moradores de Pirituba serve como ponto importante para informar e adquirir apoio sobre as questões que são levantadas, até porque a Associação representa um lugar específico para debater temas de natureza política e social. Alguns pais desses jovens de alguma maneira participam dos trabalhos do CMV desde quando as ideias de trabalhar ações de combate à violência de gênero partiam do Sindicato dos Trabalhadores Rurais num período anterior à fundação do CMV. A impressão que fica é de que jovens com pais mais envolvidos com problemas da comunidade tendem a contribuir e participar do mesmo modo.

Um fato interessante de perceber é que o interesse e identificação de alguns jovens por questões ligadas ao bem-estar comunitário, entre essas a temática voltada à violência contra mulher, podem estar ligadas não apenas à atuação da ONG, mas à educação familiar dada pelos pais, a influência da geração anterior nos(as) jovens. O papel do CMV é o de contribuir com a passagem de informações melhor estruturadas e respaldadas no Direito, um ambiente que pode ter exercido influência no envolvimento dos(as) jovens pela cidadania, pelo exercício dos direitos de todos e, principalmente, no que refere às características de gênero.

No centro (CMV), eu aprendi sobre os direitos do trabalhador que não são respeitados, e da mulher menos ainda. Na escola a gente fala disso sempre, porque aqui na zona rural, mesmo aquelas pessoas que trabalha para outros são muito exploradas, não têm carteira assinada e no nosso caso é pior porque a mulher ainda ganha menos (f).

Nos depoimentos foi percebido que o processo de organização dos(as) jovens para discutir assuntos de interesse da comunidade, entre esses a violência de gênero, acontece de forma estratégica, planejada, onde os assuntos que são de relevância para todos(as) entram na pauta da Associação de Moradores e são discutidos por integrantes da comunidade. A ideia é expressa na fala seguinte:

eu acho que ajudar a incentivar a outros jovens como eu a não ficar calado, a gente se junta no colégio às vezes, na Associação de Pirituba eu vejo mais os meninos aí a gente conversa sobre as coisas que estão acontecendo aqui em Pirituba. Uma coisa que revoltou a comunidade foi a cunhada de um amigo nosso que apanhou tanto do marido que foi para o hospital, todo mundo falou desse caso. Quando fiquei sabendo, conversei em casa com meu pai e os pais de Vânia também concordaram em levar para a Associação a gente se reunir e levar o caso para o CMV pra falar com a doutora Antônia, que é advogada [sic] (m).

No depoimento acima foi verificada a existência de propósitos políticos relacionados à organização dos jovens especificamente no que diz respeito à violência de gênero. Entretanto, é preciso assinalar que a Associação de Moradores de Pirituba representa um ponto de fortalecimento da discussão ou mesmo de definição de ações que merecem ter continuidade e seguir em frente como motivo de reivindicação. Algumas falas demonstram como a interação com o CMV foi importante para suscitar o interesse e curiosidade dos jovens sobre gênero, desigualdade, privação de direitos e violência. No caso de algumas jovens mulheres o melhoramento da autoestima na relação com as atividades do CMV foi um ponto importante para começar a pensar gênero de forma crítica:

Quando Mary começou a visitar minha comunidade um dia eu falei para ela que achava bonito uma mulher que saía de casa para trabalhar, saía de bolsa, de batom. Quando eu comecei a fazer parte das reuniões com os jovens aqui em Pirituba, e falei pra Mary que não estava conseguindo falar em público, e ela me disse que eu tinha que criar coragem para conscientizar meus amigos e pra eles acreditarem no que eu tô dizendo, aí depois comecei a me soltar mais e falar mais. Depois até algumas pessoas me procuram

dizendo que estão interessadas e querem saber mais sobre o assunto [sic] (f).

Se a violência simbólica se constitui num esquema complementar de papéis de dominação nos quais dominador e dominado são cúmplices inconscientes de uma mesma relação, o melhoramento do Estado psicológico das mulheres pode ser um elemento indispensável para que uma reflexão consciente conduza uma atitude contra a violência. Isso diz respeito tanto a uma possibilidade de projetar um futuro pessoal promissor, escolhendo com mais confiança alguma profissão, quanto dirigidas aos problemas comunitários, entre esses a violência como resultado de uma visão conservadora sobre gênero. Não é possível avaliar precisamente a redução na comunidade da violência, mas é possível afirmar que existe um aumento na indignação que leva à tomada de atitude por parte desses jovens, no sentido de reagir contrariamente às ações de violência.

A ênfase das falas é mais relevante para com as questões da autoestima e o melhoramento do estado psicológico. As mulheres jovens parecem impulsionar uma postura mais clara e politizada sobre a não aceitação da violência de gênero. A nova geração interfere nas condições relacionais de pessoas mais velhas da comunidade: denunciam, criticam e levam para discussões na associação.

As observações da pesquisa conduzem a uma reflexão sobre os resultados práticos do trabalho do CMV na temática de gênero, levando em consideração que a perspectiva Feminista foi o fundamento que inclusive motivou a criação do CMV, mas na prática parece que mudanças acontecem de forma lenta - se considerados os depoimentos dos jovens e em conjunto com outros processos comunitários, como uma demonstração de uma sensibilidade que surge sobre os processos de violência, podendo trazer modificações no discurso de uma nova geração.

Considerações finais

Nas análises das pesquisas foi identificado que o trabalho educativo do CMV tem produzido resultados em termos de um olhar crítico

dos jovens sobre a questão da violência de gênero em contextos rurais. Contudo, é preciso assinalar que essa visão crítica teve como impulso maior o melhoramento da autoestima sinalizado pelo discurso de jovens mulheres que compõem o trabalho realizado pelo CMV. A capacidade de pensar as questões da violência de gênero em diferentes espaços sociais como a escola, Associação e as relações de amizade, confere aos jovens o começo de uma nova posição sobre os prejuízos desse tipo de violência para toda a comunidade.

No âmbito da cidadania e da organização política, os quais são fatores imprescindíveis para redução da violência, foi identificado na fala de alguns jovens um envolvimento na comunidade, bem como iniciativas que implicaram reuniões na Associação de Moradores a fim de reivindicar e garantir os serviços essenciais para a comunidade em diversos setores, assim como em ações que estejam ligadas às situações de violência gerando mobilização e denúncia de muitas pessoas da comunidade.

A escola também apareceu como lugar de destaque sobre temáticas que fazem os jovens pensar sobre direitos, discriminação, gênero e violência, se mostrando capazes de entender as diferentes relações que, contextualizadas, culminaram em desigualdades que são hoje observadas no cotidiano da comunidade, como acontecem em situações de violência doméstica ou mesmo no terreno simbólico, quando a mulher que trabalha no corte da cana é percebida como incapaz de produzir em comparação com os homens. Outro ponto importante de reflexão é dizer que jovens mulheres percebem a educação como instrumento importante na reconstrução dos papéis de gênero, uma vez que a educação é entendida como meio de gerar autonomia da mulher e, de certo modo, contrariar o esquema que torna a mulher cúmplice da violência simbólica.

Segundo essas análises é possível pensar que o enfrentamento das relações de violência de gênero, sejam estas no campo da violência física, mas também na sua dimensão simbólica, ocorre tanto em nível da organização política na comunidade com apoio de associados mais velhos focando assuntos de interesses coletivos como em nível pessoal, estando este relacionado com a autoestima das mulheres que não estão submetidas às relações de poder historicamente estabelecidas, e passam a acreditar com mais consistência no futuro,

podendo funcionar como vetores para o desenvolvimento da comunidade, pois indiretamente contribui para tornar as relações sociais mais igualitárias e mais justas. Esses elementos são pressupostos essenciais para um posicionamento crítico das próximas gerações face às questões de gênero.

No que refere à postura de atuação do CMV como ONGs, foi observado que seu trabalho, por estar localizado numa área rural onde as políticas públicas com interesse educativo sobre as questões de gênero são muito tímidas e subterrâneas, o CMV funciona como um ponto importante de articulação entre as iniciativas públicas de investimento, iniciativas privadas e organizações internacionais. Esse aspecto demonstra um ponto de atuação do CMV com o papel de auxiliar na construção da cidadania e de relações mais democráticas entre as pessoas. A credibilidade das ONGs junto à comunidade coloca a instituição com papel de mediação de alguns processos importantes para o desenvolvimento da comunidade como auxiliar na participação de fóruns e outras iniciativas que possam trazer benefícios à população.

Referências

BUARQUE, Cristina; VAINSENER, Semira. ONGs no Brasil e a Questão de Gênero. Fundação Joaquim Nabuco, Instituto de Pesquisas Sociais. n. 123, Recife, 2001. In: *Revista Trimestral de Debate da FASE*. anos 30, n.90. set-nov, 2001.

Cartilha do Curso participação e movimento Político na Comunidade. In: *CMV - Centro das Mulheres de Vitória*. Articulação das Mulheres da Zona da Mata. Pernambuco, 2006.

Cartilha do Curso Básico de Direitos. In: *CMV - Centro das Mulheres de Vitória*. Articulação das Mulheres da Zona da Mata. Pernambuco, 2005.

Cartilha do Curso sobre Gênero, Políticas Públicas e Saúde e Juventude. In: *CMV - Centro das Mulheres de Vitória*. Articulação das Mulheres da Zona da Mata. Pernambuco, 2005.

ELLIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

GOHN, M. G. *Educação Não Formal na pedagogia social*. 1.ed. São Paulo: Loyola, 2006.

Pluralidade cultural, orientação sexual. In: *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Secretaria de Educação Fundamental - Brasília: MEC/SEF, 1997.

Relatório Sintético das Atividades do PNUD no Brasil de 1960-2002. In: *PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*.

SAFFIOTI, I. B. Heleieth. Contribuições Feministas para o estudo da violência de gênero. In: *Revista Pagu*. n. 4. São Paulo, 1994.

SILVA, Tomas Tadeu (org). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SCOTT, Juan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. 3.ed. Recife: SOS - CORPO, 1996.

SANTOS, Maria do Socorro. *Caderno do Centro das Mulheres de Vitória de Santo Antão* -

CMV. Ano III, n.4. set-out. Zona da Mata, Pernambuco, 2006.

SOUZA, Mary. *Revista Vira-Cabeças*. 2.ed. Recife: SOS - CORPO, 2005.

STREY, Marlene Neves (org). *Violência, Gênero e Políticas Públicas*. Porto Alegre: Vozes, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. *ONGs - Um Perfil em Construção*. 1.ed. Recife: SOS - CORPO, 1993.

Autores / Autoras



Arlene Anelia Renk - Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993). Atualmente é professora titular da Universidade Comunitária Regional de Chapecó, membro de corpo editorial da Cadernos do CEOM e membro do corpo editorial da Grifos (Chapecó). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Rural. Atua principalmente nos seguintes temas: camponês, família, mudança social, globalização, padrões de herança e situacionalidade. É também membro dos Grupos de Pesquisa Direitos Humanos e Cidadania e Identidade e Mudanças Culturais. arlene@unochapecó.edu.br

Ana Cláudia Rodrigues - Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Possui Graduação em Ciências Sociais e Mestrado em Antropologia (2004). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em cultura popular, relações étnicas/raciais, gênero e saúde. acrodrigues@gmail.com

Andrea Butto - Mestre em Antropologia, é professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), coordenadora da Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). andrea.zarzar@mda.gov.br

Andréia Peres Appolinário - Possui Graduação em História pelo Centro Universitário Central Paulista (2002) e é Bolsista de AT do CNPq.

Beatriz Medeiros de Melo - Doutoranda do PPG/Sociologia da UFSCar e bolsista da FAPESP, tem Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Presidente Prudente. Tem experiência nas áreas de Sociologia e Geografia, com ênfase em Geografia e Sociologia Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: migração, memória, território, trabalho, família e relações de gênero.

Carmen Osorio Hernández - Licenciada em Biologia pela Universidade Nacional Autônoma do México, é mestre em Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural pelo Colégio da Fronteira Sul do México e Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua no campo da Etnobiologia e Desenvolvimento Rural, com temas sobre manejo de agroecossistemas, gênero e empoderamento e mulheres rurais. Atualmente é integrante da Rede Nacional de Assessoras e Promotoras Rurais no México. carmen700704@yahoo.com.mx

Carolina Braz de Castilho e Silva - Cientista Social, formada pela UFRGS em 2006 e Mestranda em Sociologia (PPGS/UFRGS), atua como tutora a distância no Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER/UFRGS). Participa do Grupo de Estudos e Pesquisas Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural - GEPAD. carolinabcs@yahoo.com.br

Celecina de Maria Veras Sales - Possui Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará e Pós-Doutorado em Sociologia pelo Instituto de Ciências da Universidade de Lisboa. Professora da Universidade Federal do Ceará - UFC, desenvolve investigações, orienta Mestrados e Doutorados e tem produções bibliográficas sobre mulher e política, movimentos sociais, mulher rural, juventude rural, gênero e juventude, gênero e sexualidade. Participa dos seguintes grupos de pesquisa na UFC: Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família - NEGIF e do Grupo de pesquisa Juventude, Cultura e Sociedade. celecina@secrel.com.br

Cristiani Bereta da Silva - Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003) e professora do Departamento e Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). É pesquisadora do LABGEF - Laboratório de Relações de Gênero e Família/UDESC e IEG - Instituto de Estudos de Gênero/UFSC e uma das editoras da Revista Estudos Feministas. Nos últimos anos tem desenvolvido pesquisas articulando, principalmente, os seguintes temas: relações de gênero, movimentos sociais, memória e escolarização. cristianiluz@hotmail.com

Ellen F. Woortmann - Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília. Dentre os cargos que ocupou destacam-se a coordenação do Programa de Pós-

Graduação em Antropologia, chefia do Departamento de Antropologia e direção do Instituto de Ciências Sociais da UnB. Atualmente coordena o Mestrado P. em Turismo do CET/ UnB. Possui artigos publicados e ministrou cursos no exterior. Dentre os livros publicados destacam-se *Herdeiros*, *Parentes e Compadres* (HUCITEC/UnB); *O Trabalho da Terra*, em coautoria com Klaas Woortmann; e *Significados da Terra* (org). Tem experiência na área de Antropologia, atuando nos seguintes temas: parentesco, imigrações comparadas, memória, patrimônio e modernidade, lógicas e saberes tradicionais. ellen@unb.br

Hersilia M. Cadengue de Oliveira - Possui Graduação em Licenciatura em História pela Universidade Católica de Pernambuco (1992), Mestrado em Serviço Social (2001) e Doutorado em Sociologia (2008), ambos pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é pesquisadora do Laboratório de Observação Permanente sobre as transformações do meio rural do nordeste. Tem experiência na área de Agricultura Familiar, com ênfase em aspectos sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, meio ambiente, participação, organização (associativismo e cooperativismo). hersiliacadengue@hotmail.com

Hulda Stadtler - PhD em Antropologia pela Universidade de Londres. Atualmente é professora do Departamento de Educação - UFRPE e do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, desenvolvendo projeto de pesquisa aprovado pelo CNPq sob o título de *Pescadoras do espaço público: gênero e identidade, saber e geração*. hstadtler@hotmail.com

Iraildes Caldas Torres - Possui Doutorado em Ciências Sociais/Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Amazonas. Possui experiência nas áreas de Sociologia, Antropologia e Serviço Social, atuando principalmente nos temas de gênero, cultura e identidade, movimentos e lutas sociais na Amazônia, trabalho e meio ambiente na Amazônia. Possui cinco livros publicados nessas linhas de pesquisa e exerce atualmente o cargo de diretora da Editora da Universidade Federal do Amazonas (EDUA).

Jeiza das Chagas Saraiva - É mestranda do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco e graduada em Ciências Sociais pela mesma instituição (2007). É integrante do Núcleo de Estudo Família, Gênero e Sexualidade - FAGES. Tem experiência nos seguintes temas: violência doméstica, gênero, saúde, raça e comunidades tradicionais (quilombolas). jeizasaraiva@hotmail.com

Karla Hora - Arquiteta-Urbanista, é mestre em Geografia e doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). <karlaemmanuel@gmail.com

Luana Mesquita Rodrigues - Mestranda em Antropologia pela Universidade Federal do Amazonas, tem experiência na área de Antropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, gênero, Amazônia, relações sociais, ciranda e turismo.

Marcelo Saturnino da Silva - Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande, é mestre em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba (2006). É coordenador pedagógico da Rádio Comunitária São Miguel - FM do Município de Tavares, PB, e coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão da Faculdade de Integração do Sertão - FIS. É também sócio da Rede de Estudos Rural, membro dos seguintes grupos de pesquisa: Laboratório de Observação Permanente sobre as transformações do mundo rural do Nordeste (UFPE); Produção Agrícola Familiar (UFCEG); Trabalho de Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFCEG) - Grupo de estudo sobre Juventude Rural (UFCEG) e coordena o Grupo de Pesquisa Migração: Saúde e Direitos (FIS). Atua nas áreas de Pedagogia, Antropologia e Sociologia com ênfase em educação, antropologia e sociologia rural. marcelo_saturnino@yahoo.com.br

Marcílio José da Silva - Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local - (UFRPE). marciliops@hotmail.com

Maria Ignez Silveira Paulilo - É doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1987) com Pós-Doutorado pela The London School Of Economics And Political Science (1997). É também professora titular do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1D. Suas pesquisas são realizadas com ênfase em Sociologia Rural, articulando, principalmente, os seguintes temas: agricultura familiar, gênero, campesinato, Santa Catarina e movimentos sociais rurais. ipaulilo@terra.com.br

Maria de Assunção Lima de Paulo - Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal de Pernambuco, possui Graduação em Ciências Sociais e Mestrado em Sociologia, ambos pela Universidade Federal da Paraíba. Possui experiência docente nas áreas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política e experiência de pesquisa com ênfase no mundo rural atuando, principalmente, nos seguintes temas: cultura e identidade camponesa, juventude rural, tempo e espaço. Possui também experiência em consultorias e assessorias técnicas nas áreas de participação, poder, cidadania, política e desenvolvimento rural sustentável. assuncao@terra.com.br

Maria Aparecida de Moraes Silva - Socióloga, professora livre-docente da UNESP, é colaboradora do PPG/Sociologia da UFSCar e do PPG/Geografia/

UNESP/PP, bolsista de Produtividade do CNPq e autora dos livros: *Errantes do fim do século* (Edunesp, 1999) e *A luta pela terra. Experiência e memória*. (Edunesp, 2004). maria_moraes@terra.com.br

Maria Virgínia de Almeida Aguiar - Possui Graduação em Agronomia e Especialização em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Mato Grosso e Doutorado em Agroecologia, Sociologia y Desarrollo Rural Sostenible pela Universidade de Córdoba/Espanha, reconhecido pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Trabalhou ultimamente como consultora - Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil e no Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Tem experiência na área de Agroecologia com ênfase em Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: extensão rural, campesinato e etnoconhecimento. Atualmente também é diretora da Associação Brasileira de Agroecologia - ABA Agroecologia. maria.aguiar@mda.gov.br

Marilda Aparecida de Menezes - Possui Doutorado em PhD - University of Manchester (1997), Pós-Doutorado na Yale University (2004-5) - no Agrarian Studies Programme, coordenado por James C. Scott. Foi pesquisadora do Centro de Estudos Migratórios, professora da Universidade Estadual da Paraíba, da Universidade Federal da Paraíba e atualmente é professora associada II da Universidade Federal de Campina Grande. É membro e fundadora da Rede Nacional de Estudos Rurais. Participa do Conselho Editorial Nacional da Coleção História Social do Campesinato, (Ed. UNESP/MDA/NEAD e Via Campesina). Tem participado de vários convênios e projetos de pesquisa com instituições da América Latina, Europa e África. Foi fundadora e primeira editora da Travessia Revista do Migrante (CEM) e editora-assistente da Raízes/UFMG. É membro dos conselhos editoriais das Revistas Travessia, RURIS (UNICAMP), IDEAS (CPDA/UFRRJ). Tem experiência na área de Sociologia e Antropologia, com ênfase em Sociologia e Antropologia Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: migrações, família e campesinato, infância e juventude rural, memória e história oral, metodologia da história oral, história social e memória do campesinato, assentamentos rurais, movimentos sociais agrários e desenvolvimento rural. marildamenezes@uol.com.br

Marion Teodósio de Quadros - Professora de Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, onde cursou a Graduação em Ciências Sociais (1990), Mestrado em Antropologia (1996) e Doutorado em Sociologia (2004), é pesquisadora do FAGES (Grupo de Pesquisa em Família, Gênero e Sexualidade) do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e coordenadora do GEIN (Grupo de Pesquisa em Gênero, Educação e Inclusão Social) do Núcleo de Formação Docente do Centro Acadêmico do Agreste. Tem publicações e desenvolve pes-

quisas sobre Família e Gênero, dando atenção especial para saúde reprodutiva, masculinidade e sexualidade. marionteodosio@yahoo.com

Mariomar Almeida - Possui Graduação em Secretariado pela Universidade Federal de Pernambuco (1988) e Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2005). Atualmente é assistente em ciência e tecnologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: meio ambiente, assentamento rural, gênero, agricultura familiar, políticas públicas, saúde e segurança do trabalho (SST). mariomar_teixeira@hotmail.com

Parry Scott - Antropólogo, professor da Universidade Federal de Pernambuco, coordenador do Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade (FAGES), PhD pela University of Texas at Austin 1981, pesquisador Nível 1 do CNPq. Pesquisas e publicações realçam a relação entre a esfera doméstica e as estruturas de poder e incluem livros, artigos, apresentações e orientação de trabalhos sobre grupos domésticos em áreas rurais e urbanas nas quais atua e abarcam gênero, geração, migração, projetos de desenvolvimento, programas de saúde e teoria, história e comparação na Antropologia. É coorganizador do livro *Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimentos e Política Públicas* e do Dossiê *Mulheres em Áreas Rurais nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil* da Revista de Estudos Feministas. scott@hotlink.com.br

Rosana Badalotti - Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003), é professora da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ) desde 2003. Tem desenvolvido pesquisas com ênfase na área de Sociologia Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento rural, agricultura familiar, movimentos e redes sociais, participação e políticas públicas. É membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Sociedade e Políticas Públicas. rosana@unochapeco.edu.br

Rosineide Cordeiro - Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, é professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, pesquisadora do Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade (FAGES) e do Grupo de Estudos sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (GEPOL) da UFPE. Desenvolve pesquisas e estudos sobre processos psicossociais, gênero e ação coletiva nos contextos rurais e urbanos. É coorganizadora do livro *Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimentos e Política Públicas* e do Dossiê *Mulheres em Áreas Rurais nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil* da Revista de Estudos Feministas. rocordeiro@uol.com.br

Sergio Schneider - Sociólogo, mestre e doutor em Sociologia, é pós-doutor em Planejamento Urbano e Regional. Professor do Departamento de Sociologia e membro permanente dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (www.ufrgs.br/pgdr) e de Sociologia (www.ufrgs.br/ppgs) da UFRGS. Atual coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (2008-2010) e coordenador da Série de Livros Estudos Rurais (Editora da UFRGS), além de bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. schneide@ufrgs.br

Silvana Winckler - Doutora em Direito pela Universidade de Barcelona (1999). Atualmente é professora da Universidade Comunitária Regional de Chapecó. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: cidadania, direitos humanos, meio ambiente e teoria geral do Direito. É membro dos grupos de pesquisa Direitos Humanos e Cidadania e Estudos e Pesquisas de Gênero Fogueira. silvanaw@unochapeco.edu.br

Valmir Luiz Stropasolas - Possui Graduação em Agronomia pela UFSC, Mestrado em Sociologia pela UFPB e Doutorado em Ciências Humanas pela UFSC. É atualmente professor adjunto do Centro de Ciências Agrárias/UFSC. É pesquisador do CNPq e tem experiência profissional em Projetos de Desenvolvimento Rural, com ênfase na Agricultura Familiar. Possui artigos publicados nos seguintes temas: juventude rural, agricultura familiar, desenvolvimento rural, gênero. valmir@cca.ufsc.br

Vilênia Venâncio Porto Aguiar - Possui Graduação em Agronomia pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (1987) e Mestrado em Sociologia pela UFPB (1993). Faz parte do Núcleo de Pesquisa da Agricultura Familiar (NAF) da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar, gênero, desenvolvimento rural e movimentos sociais rurais. vilenia@floripa.com.br

Esta obra foi composta em Trebuch MS,
no formato 16 x 23 cm, mancha de 12 x 19,8 cm
A impressão se fez sobre papel Pólen Soft 80g,
capa em Duplex 250 g pela Gráfica Pallotti
no outono de 2010 para a Editora Mulheres